



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
FRANCISNALDO SOUSA DOS SANTOS**

***“GUIADOS PELO RACIOCÍNIO E PELA RAZÃO”:*
Ciência e modernidade a serviço da agricultura paraense (1908-1929)**

**BELÉM
2022**

FRANCISNALDO SOUSA DOS SANTOS

**“GUIADOS PELO RACIOCÍNIO E PELA RAZÃO”:
Ciência e modernidade a serviço da agricultura paraense (1908-1929)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

**BELÉM
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237g Santos, Francinaldo Sousa dos.
"Guiados pelo raciocínio e pela razão" : Ciência e modernidade
a serviço da agricultura paraense (1908-1929) / Francinaldo Sousa
dos Santos. — 2022.
372 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2022.

1. Agricultura. 2. Modernidade. 3. Ciência. 4. Razão. 5.
Amazônia. I. Título.

CDD 630.9811

FRANCISNALDO SOUSA DOS SANTOS

**“GUIADOS PELO RACIOCÍNIO E PELA RAZÃO”:
Ciência e modernidade a serviço da agricultura paraense (1908-1929)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Presidente)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profª Drª. Franciane Gama Lacerda
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteves
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Márcio Antônio Both da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

Profª Drª. Ironita Adenir Policarpo Machado
Universidade de Passo Fundo - UPF

**BELÉM
2022**

Ao meu querido pai, o marceneiro José Francisco,
que manteve a família ao som do cerrote e do
martelo e à minha querida mãe, a dona de casa
Maria de Jesus, que com carinho e doçura educou os
quatro filhos de forma indistinta.

Dedico também à minha querida tia Teodora do
Carmo (*in memoriam*), que me ensinou as primeiras
letras e à minha avó Luzia do Carmo (*in memoriam*),
por todo carinho e amor emanado aos filhos e netos.

Aos meus amados filhos Caio Mário e Caroline, os
quais tanto amo.

Agradecimentos

Como não poderia ser diferente, gostaria primeiramente de agradecer a Deus pelo dom da vida. Com ela conheci e convivo com pessoas maravilhosas.

Agradeço de maneira especial as pessoas que foram passageiras em minha vida, mesmo aquelas que acreditava que sempre estariam ao meu lado. Pessoas que me incentivaram. Ela, em especial, sempre acreditou em mim, me compreendeu e me fortaleceu. Me ajudou a chegar onde cheguei e sou muito grato por isso. Nunca me deixou desistir, mesmo quando estava decidido. Reconheço imensamente sua importância na minha vida, para além do fato de ser a mãe dos meus filhos. Mas, como dizem, o coração dos outros é terra que ninguém pisa e, infelizmente, nada é para sempre. Peço a Deus que seja muito feliz, ilumine seus passos e lhe abençoe na sua caminhada.

Quero agradecer muito ao Caio Mário, meu primogênito. Quando veio ao mundo, em 31 de dezembro de 2007, me fez chorar como jamais pensei. Me fez sentir uma emoção que não achava que existia. Você me fez olhar o mundo de forma diferente. Me deu mais um motivo para ser, cada dia mais, uma pessoa melhor, alguém que, de fato, fosse uma referência para você crescer e se tornar um homem de caráter, fiel àqueles que o amam. Quando rezo com você e sua irmã antes de dormir, peço a Deus que trilhem o caminho do bem e os afastem dos perigos. Peço a Deus que cresça e se torne um homem honesto e trabalhador, para encher de orgulho a mim e sua mãe. Adoro lhe apresentar às pessoas e chamá-lo de filho. Amo você e sempre vou lhe amar. Serei sempre seu melhor amigo, para lhe aconselhar, para darmos gargalhadas e para nos emocionarmos juntos. Que Deus lhe abençoe sempre. Lhe amo demais.

Embora você conheça essa história, quero deixá-la aqui registrada para que todos saibam. Quando comecei a namorar sua mãe em fevereiro de 1999, disse a ela que, nascendo uma menina ela se chamaria Caroline. Sempre gostei de enfeitar esse discurso dizendo: “É pegar ou largar”. É claro que sua mãe aceitou. Então, você nasceu e eu mal acreditava. Percebi que tudo na letra da música do Raça Negra era pouco para expressar todo o amor que sempre senti por você. Deus me presenteou com uma menina linda, a cara do pai kkkkk. Tudo aquilo que pedi para seu irmão também peço para você. Cresça sem se encolher para os “machismos” e as intolerâncias, empodere-se. Se imponha e não deixe que jamais lhe intimidem. Faça sempre o que é certo. Sempre estarei aqui para lhe aconselhar nas mais

difíceis decisões e lhe apoiar. Que Deus lhe abençoe sempre. Amo você minha filha e sempre vou lhe amar.

Agradeço imensamente toda a minha família onde sempre encontrei todo apoio e incentivo. Destaco em especial minhas tias Euzamar e Francisca, pessoas incríveis. A família é a base para tudo. Dessa forma, vejo na minha mãe e no meu pai os primeiros e principais motivadores, sempre preocupados com os estudos dos filhos. Apesar dos poucos recursos nunca faltaram palavras de incentivo. Meus irmãos e eu sempre fomos muito gratos pela educação que recebemos. Meus irmãos sempre acreditaram em mim como sempre acreditei neles. São pessoas honradas e honestas. Estamos sempre prontos para estender a mão um ao outro. Deus de fato me presenteou com uma bela e maravilhosa família.

Certamente não poderia deixar de falar do meu amigo Reginaldo Pessoa. Cada conversa, fosse com uma cervejinha ou com uma xícara de café, sempre vi como um aprendizado. Pessoa com uma visão de mundo diferenciada, pois sempre apresentou suas opiniões, sobre os mais variados temas, com fundamento. Sempre crítico de um sistema político benéfico a poucos e nocivo à grande maioria. Bem verdade que não soube escolher um time de futebol para torcer, mas ninguém é perfeito. Um grande e forte abraço para você e toda sua família meu amigo, por extensão ao Jorge Luiz e a Lorayne Pessoa.

Estendo também meus agradecimentos aos amigos Ercivaldo e Nelma Belém. As palavras de incentivo que sempre recebi de ambos me mantiveram firme em meu propósito.

Agradeço aos colegas que comigo ingressaram no programa em 2017 para iniciar o doutorado. Sempre solícitos. Saúdo a todos com um abraço especial ao meu amigo Pablo Nunes Pereira para quem confidenciei meus momentos de incerteza. Obviamente que estendo aqui os agradecimentos aos professores do programa. Em especial às professoras Maria de Nazaré Sarges e Franciane Gama Lacerda. Encontrei não apenas profissionais competentes, mas também verdadeiros amigos. Pessoas que inspiram e que nos ajudam a crescer.

Agradeço também de forma especial ao amigo e orientador Francivaldo Alves Nunes. Comigo nessa caminhada desde o mestrado, quando comecei os primeiros passos nesse universo de discussões historiográficas e de produção de pesquisa. Sempre me deixou à vontade para colocar minhas opiniões e, com sabedoria, soube mostrar erros, apontado como deveria estar redigido. Seu nome está marcado na historiografia amazônica com relevantes pesquisas que falam dos costumes do nosso povo. Com ele aprendi um pouco do árduo e pouco reconhecido ofício de historiador. Portanto, só tenho a agradecer.

RESUMO

A presente tese busca analisar a implantação de um novo modelo de desenvolvimento pensado para a agricultura paraense no início do século XX. Especialmente a partir do segundo mandato do governador Augusto Montenegro se observa uma mudança de orientação não mais voltada exclusivamente para a criação de núcleos coloniais e a consequente ocupação dos mesmos por colonos estrangeiros, mas voltado também para a qualificação desse trabalhador agrícola. Em outras palavras, a qualidade na mão de obra para o campo ganhava cada vez mais importância. Com o auxílio da ciência os agentes públicos pretendiam então a qualificação técnica do lavrador por meio do ensino agrícola em instituições como estações experimentais e campos de demonstração ou por meio do ensino agrícola ambulante. Essa nova metodologia exigiu a criação, em 1908, de uma seção voltada exclusivamente para a agricultura e a pecuária dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, mostrando uma estreita aproximação entre estado e elite agrícola paraense, uma vez que o representante desse patronato, o fazendeiro marajoara José Ferreira Teixeira, assumiu a direção da 4ª Seção de Agricultura. A publicação da revista *A Lavoura Paraense*, que circulou entre 1908 e 1912, retratou bem esse novo momento em suas páginas. Um dos objetivos dos agentes públicos era superar a monocultura e desenvolver outros produtos, principalmente quando a exportação da borracha mostrava sinais de crise, fazendo com que a agricultura ganhasse cada vez mais relevância para a economia paraense das primeiras décadas do século XX. Para além do receio em sustentar toda uma economia com base em um único produto, podemos apontar não apenas os resultados pouco satisfatórios com o antigo modelo de desenvolvimento agrícola que vinha sendo adotado desde meados do século XIX, mas também todo o incremento pelo qual passou o Museu Paraense a partir da chegada do suíço Emílio Goeldi e de seu sucessor na direção dessa instituição, o também suíço Jacques Huber. Contudo, a promissora expectativa em relação à onda modernizadora para o campo, pautada na racionalização das práticas agrícolas a partir dos atuais preceitos agronômicos da época, não se efetivou de fato, visto que o setor extrativo manteve-se em alta frente ao setor agrícola, com destaques, no final da década de 1920 para alguns produtos como o arroz e o algodão.

Palavras-Chave: Agricultura; Modernidade; Cientificismo; Racionalidade.

ABSTRACT

This thesis seeks to discuss the implementation of a new development model designed for agriculture in Pará at the beginning of the 20th century. Especially from the second term of governor Augusto Montenegro onwards, a change of orientation is observed, no longer exclusively focused on the creation of colonial nuclei and their consequent occupation by foreign settlers, but also focused on the qualification of these agricultural workers. In other words, the quality of labor for the field gained more and more importance. With the help of science, public agents then sought the technical qualification of the farmer through agricultural education in institutions such as experimental stations and demonstration fields or through mobile agricultural education. This new methodology required the creation, in 1908, of a section dedicated exclusively to agriculture and livestock within the Secretariat of Public Works, Lands and Transport, showing a close approximation between the state and the agricultural elite of Pará, since the representative of this patronage, the Marajoara farmer José Ferreira Teixeira, took over the direction of the 4th Section of Agriculture. The publication of the magazine *A Lavoura Paraense*, which circulated between 1908 and 1912, portrayed this new moment well in its pages. One of the objectives of public agents was to overcome monoculture and develop other products, especially when rubber exports showed signs of crisis, making agriculture increasingly relevant to the Pará economy in the first decades of the 20th century. In addition to the fear of sustaining an entire economy based on a single product, we can point out not only the unsatisfactory results with the old model of agricultural development that had been adopted since the mid-nineteenth century, but also the entire increase that the Museum underwent. Paraense from the arrival of the Swiss Emílio Goeldi and his successor in the direction of this institution, the also Swiss Jacques Huber. However, the promising expectation regarding the modernizing wave for the countryside, based on the rationalization of agricultural practices from the current agronomic precepts of the time, did not actually materialize, since the extractive sector remained high compared to the agricultural sector, with highlights at the end of the 1920s for some products such as rice and cotton.

KEY WORDS: Agriculture; Modernity; scientism; Rationality.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Parte da Região Bragantina.....	16
IMAGEM 2: José Ferreira Teixeira – Chefe da 4ª Secção de Agricultura.....	101
IMAGEM 3: Mal de cadeiras.....	130
IMAGEM 4: Banheiro Carrapaticida.....	131
IMAGEM 5: Exemplos de arado escarificador.....	151
IMAGEM 6: Crivos.....	157
IMAGEM 7: Máquinas de fermentar e secar cacau.....	159
IMAGEM 8: Arado de disco reversível e arado simples.....	160
IMAGEM 9: Arado de oito discos reversíveis e arado capinador.....	162
IMAGEM 10: Arados simples de uma aiveca.....	162
IMAGEM 11: Arado de relha movediça.....	164
IMAGEM 12: Trabalho com arado realizado no Instituto do Prata.....	168
IMAGEM 13: Comissão paraense na exposição nacional de 1908.....	178
IMAGEM 14: Congresso dos Fazendeiros, 1907.....	286
IMAGEM 15: Prédio da 4ª Secção de Agricultura em 1916 à rua João Diôgo.....	289
IMAGEM 16: Capa da revista “A Lavoura Paraense”.....	292
IMAGEM 17: Formicida Schomaker.....	297
IMAGEM 18: Arrancador de batatas	298
IMAGEM 19: Arado de disco	298
IMAGEM 20: Galpões e terreno da Escola de Agricultura Prática em Igarapé-Assú.....	308
IMAGEM 21: Instituto Orfanológico do Outeiro	324

LISTA DE SIGLAS

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará.

EFB – Estrada de Ferro de Bragança.

MACOP – Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MIVOP – Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

SPD – Sistema de Plantio Direto

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

IPEA – Instituto Paraense de Educandos Artífices.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - PECULIARIDADES DA ECONOMIA PARAENSE NO LIMIAR REPUBLICANO.....	32
1.1 Nasce a República: velhos hábitos nos campos paraenses.....	34
1.2 “Tirania da borracha”: a agricultura como solução para a crise	48
1.3 É preciso povoar: manutenção de uma antiga prática na Amazônia.....	66
1.4 Policultura versus monocultura: Coadjuvantes em busca de protagonismo.	78
1.5 José Ferreira Teixeira: a representação de uma elite.	97
1.6 Por uma criação racional.....	105
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS ASSOCIADOS À MODERNIZAÇÃO DO CAMPO	134
2.1 A importância das associações rurais para a modernização agrícola	135
2.2. Arado: um termômetro de modernidade para o campo	151
2.3 Exposições agrícolas: estreitando laços com a ciência.	170
2.4 Ciência e Agricultura: sistematizando a produção agrícola.	182
2.5 Transportes e comunicação: aproximando campo e cidade.	190
2.6 Fixando o homem à terra: uma análise da legislação fundiária.....	202
CAPÍTULO 3 – SEMENTES AO SOLO: QUEM PLANTA COLHE.....	218
3.1. Inquérito sobre a lavoura paraense: uma breve averiguação	220
3.2. Roceiro: símbolo do atraso e da decadência	236
3.3 O agrônomo e o ensino agrícola: o sujeito por trás da modernização agrícola.	255
3.4 Ensino agrícola Ambulante: uma metodologia itinerante.	276
3.5 4ª Secção de Agricultura: a elite agrícola entra em cena.....	286
3.6 De retrógrado a operário agrícola: materializando as ações.	300
3.7 Aprendizados e Patronatos Agrícolas: em busca de objetivos sociais e rurais.....	318
3.8 “Eterno adiamento para tempos melhores”: quem planta nem sempre colhe.....	327
CONCLUSÃO	345
FONTES.....	350
BIBLIOGRAFIA.....	360

INTRODUÇÃO

“A reconstrução radical da agricultura”

Atualmente a produtividade agrícola está fortemente ligada a uma tecnologia de ponta. Hoje é possível realizar um diagnóstico da fertilidade do solo por meio de amostragem controlada por código de barra e mesmo monitoramento das lavouras por satélite, assim como sementes de alto desempenho. Existe até o termo agricultura digital, com softwares e aplicativos que interpretam dados da produção, bem como da criação, a serviço da pecuária, gerando gráficos e resultados. José Graziano da Silva (1998, p. 05), no final da década de 1990, já afirmava que a agricultura brasileira era “uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada”. Isso mostra que a humanidade vive um constante progresso, alguns povos na dianteira desse desenvolvimento e outros a caminho. Cada geração viveu o seu desenvolvimento, à sua maneira. Com a sociedade paraense do início do século XX não foi diferente. Os agentes públicos e a elite fundiária buscavam essa dianteira.

“[...] a animação da agricultura na mais larga escala se impõe como uma necessidade imprescindível”.¹ Com essas palavras o então governador do Pará José Paes de Carvalho² passava a administração do executivo estadual, em 1º de fevereiro de 1901, para Augusto Montenegro³, aquele que daria início a um novo estágio para a modernização e racionalização da agricultura paraense, para além do modelo até então estabelecido, ou seja,

¹ PARÁ. Relatório apresentado ao governador do Estado Exmº Sr. Augusto Montenegro pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Oficial, 1901, p. 81. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2434/000118.html>> . Acesso em: 21 abr. 2019.

² José Paes de Carvalho nasceu em Belém do Pará em 1850 e faleceu em Paris em 17 de março de 1943 Foi governador do Pará no período entre 1º de fevereiro de 1897, em substituição a Lauro Sodré, permanecendo no cargo até 1º de fevereiro de 1901, sendo substituído do Augusto Montenegro (Borges, 1983).

³ Augusto Montenegro nasceu na cidade de Belém do Pará em 26 de junho de 1867. Em novembro de 1886 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Pernambuco. Em 1º de fevereiro de 1901 assumiu o cargo de governador do estado do Pará em substituição a José Paes de Carvalho (MATTOSO, 1907). Permaneceu no cargo até fevereiro de 1909. Faleceu na Suíça em 31 de julho de 1915

imigrantes/núcleos coloniais. A assertiva acima evidencia algo que estava por vir, isto é, uma ruptura na exclusividade do então modelo de produção agrícola estabelecido ao longo da segunda metade do século XIX. Aquilo que se pensava em termos de mudança para a agricultura ficou expresso em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense* sob o título “A educação agrícola nos Estados Unidos” quando seus editores chamaram atenção para o que denominaram de “ordem do dia oficial” em todo o país, ou seja, “*a reconstrução radical da agricultura*”, pois deveria haver uma remodelação “desde o homem rural até o solo lavrado”.⁴ Dessa forma, objetiva-se, com a presente tese, investigar o processo de modernização experimentado pela agricultura paraense no período compreendido entre 1908, quando é criada uma seção exclusiva para a agricultura dentro da secretaria de obras públicas, terras e viação e 1929, quando, a partir da crise mundial capitalista, um novo contexto trás elementos alheios ao período compreendido para a presente pesquisa.

A respeito do colapso capitalista, Pere Petit (2003, p. 60) afirma ser necessário analisar “em que momento a Amazônia supera a fase de crise, ou depressão econômica, e inicia uma lenta recuperação que facilitaria, a partir dos anos 1940, a fase de crescimento econômico moderado”. Em sua opinião seriam necessárias novas pesquisas para melhor compreender a própria “queda do valor da borracha no mercado internacional e o crescimento de outras atividades econômicas”. Dessa forma, sobre os efeitos da crise capitalista de 1929 sobre a Amazônia, afirma que:

Seria preciso ainda avaliar o impacto na Amazônia da recessão econômica ocorrida na maioria dos países industrializados na década de 30, após o crack da bolsa de Nova Iorque (1929), que fez diminuir, por exemplo, as exportações de castanha-do-pará para os Estados Unidos da América (EUA) e países europeus.

Também Winston Fritsch (1995, p. 31), ao analisar as questões políticas e econômicas na Primeira República destaca este como “um dos poucos períodos da história republicana onde uma sucessão de crises econômicas que esgarçam o tecido político”, fazendo, por sua vez, da década de 1930 “não só um profundo redesenho das políticas econômicas, como das formas de organização do Estado”. Para além dessas questões o autor ainda assinala que a crise internacional de 1929 não apenas alterou a política no Brasil, como também as questões econômicas, na medida em que “termina também o modo caracteristicamente liberal de gestão dos fluxos comerciais e financeiros entre a economia

⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A educação agrícola nos Estados Unidos*. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910, p. 383.

brasileira e a economia mundial, mantida desde a era imperial”. Por sua vez, José Graziano da Silva (1998, p. 17) lembra que a “ruptura representada pela Crise de 1929/33, ao mudar os determinantes da dinâmica da economia nacional – que passam a residir na capacidade produtiva interna – começa a mudar também a dinâmica da agricultura, a partir do mercado interno criado pela urbanização”.⁵

Nesse sentido afirmamos que a crise capitalista altera o cenário econômico na Amazônia, fase essa que não será objeto de nossas análises, mas a fase imediatamente anterior. Para se ter uma ideia da dimensão da crise na Amazônia, o então governador do Pará Eurico de Freitas Valle – que governou no período compreendido entre fevereiro de 1929 e outubro de 1930 – lembrava que “São Paulo, com sua organização modelar, com largo crédito dentro e fora do país (...), sentiu os efeitos da crise generalizada, quanto mais nós, que já sofremos males crônicos”. Dessa forma, acrescentava, que “a quantidade de gêneros exportados e mesmo a produção do Estado” no primeiro semestre de 1930, “foram muito inferiores às de igual período de 1929”, pois “todos os gêneros sofreram diminuição, este ano, no seu valor real”.⁶

Sendo assim, uma das inquietações que norteiam esta pesquisa está em demonstrar que, diferentemente do que está cristalizado em trabalhos historiográficos acerca da produção agrícola no Pará, não há mais uma sistemática continuidade nos projetos de colonização desenvolvidos especialmente entre a segunda metade do século XIX e meados da década de 1910, pautado, tão somente, na quantificação da mão de obra, ou seja, no povoamento de regiões para o desenvolvimento da agricultura, o que ficou evidente pela grande entrada de migrantes, sobretudo de cearenses e de imigrantes, notadamente europeus, na região Bragantina e também pela criação de inúmeros núcleos coloniais, inclusive na primeira década republicana. Metodologia essa que, fique bem claro, não seria completamente abandonada frente à nova orientação. Percebemos, em suma, pela análise da documentação que a partir de meados da década de 1900, mais precisamente a partir do segundo mandato do governador Augusto Montenegro, ocorre uma ruptura no modelo de agricultura que se

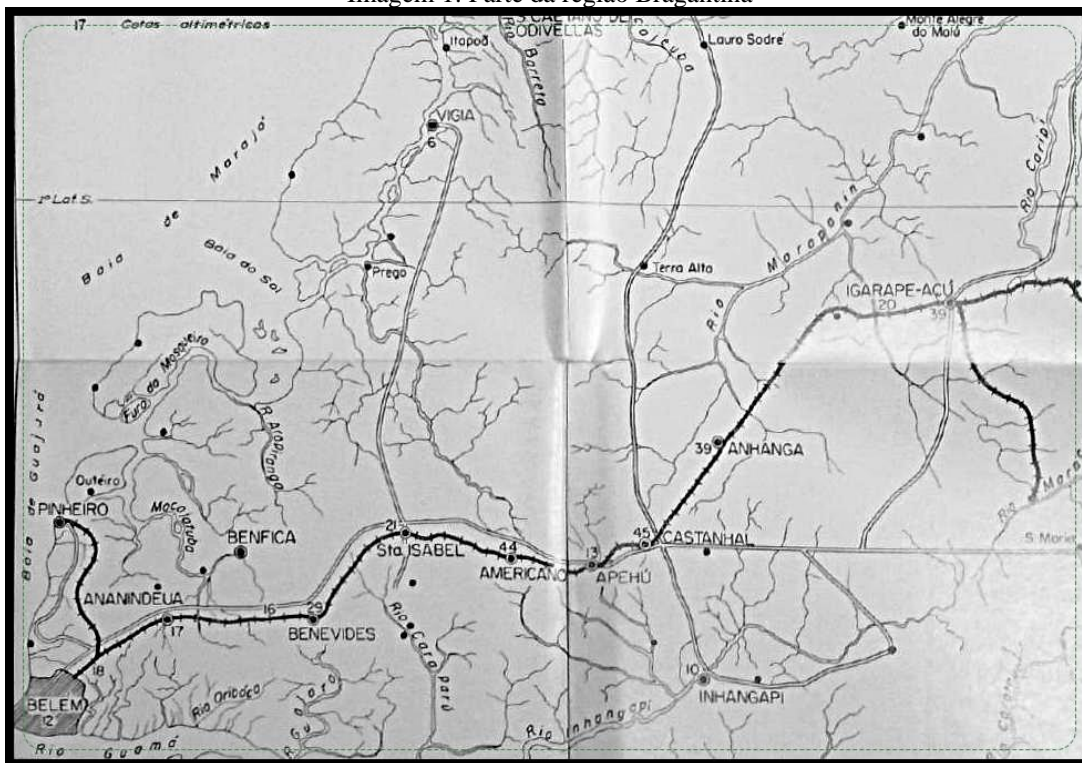
⁵ Ricardo Abramovay (2012, p. 272) faz uma interessante observação a esse respeito ao afirmar que “a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados desde o New Deal e sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial”. Ou seja, na segunda metade do século XX as principais nações capitalistas superaram os desafios que possibilitaram o crescimento da produção no campo, enquanto o Brasil ainda caminha para superar em definitivo esses mesmos desafios.

⁶ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª Reunião de sua 14ª Legislatura a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 42. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000043.html>> Acesso em: 08 fev. 2021.

pretendia para o estado do Pará, não mais pautado necessariamente na quantidade, mas na qualificação técnica tanto do lavrador, quanto do pecuarista paraense também.

A materialização dessas ações acontece a partir da criação de instituições de fomento à agricultura como a criação de campos de demonstração e de estações experimentais, assim como de instituições voltadas também para o fomento da pecuária como é o caso dos postos zootécnicos para o combate às epizootias. Estas localizavam-se, sobretudo, na ilha do Marajó, área historicamente ligada à criação de animais. Por sua vez, as instituições voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola localizavam-se na região Bragantina, às margens da Estrada de Ferro de Bragança, como foi o caso da Estação Experimental de Igarapé-Açu, criada em 1908. Instituições voltadas, entre outros objetivos, ao ensino agrícola.

Imagem 1: Parte da região Bragantina



FONTE: PENTEADO, 1967

Essa postura dos agentes públicos e da própria elite agrária em apostar na quantificação e menos na qualificação é, em grande parte, herança do período colonial, pois como assevera Barcelos (2010, p. 14) eram “raríssimas exceções de avanços técnicos e baseando-se quase totalmente em um sistema de agricultura extensiva”. As autoridades locais, fossem os presidentes da província ou os governadores, com a ideia de introduzir estrangeiros nos espaços agrícolas criados a partir da segunda metade do século XIX, com preponderância para a região Bragantina, como uma ação voltada para o desenvolvimento das técnicas

agrícolas de produção, visto que o europeu traria consigo os modernos conhecimentos no campo da agricultura, perceberam ao longo do tempo que essa metodologia era necessária, pois o campo carecia de braços, mas era ao mesmo tempo onerosa e não se alcançava os resultados tão esperados.

Tem-se uma vasta bibliografia que detalha todo esse panorama econômico-social em torno da presença do imigrante na Amazônia.⁷ Leonardo Leandro (2012, p. 145), por exemplo, assevera que os governadores dispenderam vultosos recursos na introdução do imigrante, “cuja suposta racionalidade das técnicas modernas no trato com a terra o capacitava a alavancar a produção de alimentos na Zona Bragantina”. Nessa mesma linha de raciocínio Paulo Afonso Zarth (2000, p. s/p), ao analisar o conflito entre a prática costumeira na agricultura e a implantação de métodos científicos no Rio Grande do Sul, destaca que a referência era mesmo a agricultura praticada na Europa, “apresentada como moderna e realizada por cultivadores dispostos a inovação, o que deu origem a um conflito de natureza étnica e cultural entre lavradores nacionais mestiços e imigrantes europeus”. Fragoso (1986, p. 132), por sua vez, aponta uma série de mudanças técnicas e sociais a partir dos séculos XVIII e XIX que caracterizaram a segunda revolução agrícola na Europa marcado pela “modificação dos sistemas de cultivo” e que passaram a servir de base para as instituições brasileiras de fomento à agricultura.

Acerca da ideia de modernidade, conceito central neste trabalho, Pesavento (1997, p. 29-31) nos lembra que a sociedade tem verdadeiro fascínio pelo “novo”, cristalizado tanto no progresso, quanto no avanço da técnica e na própria engenhosidade humana. E essa modernidade é marcada por fases, evoluções. Se apoiando em Baudelaire⁸, a autora destaca que, para aquele pensador francês, a modernidade seria algo eterno, mas também transitório. Portanto, seria algo “que se renova e se historiciza em cada contexto, em cada sujeito, em cada objeto”. Pensando dessa forma é que compreendemos ter a agricultura no Pará da segunda metade do século XIX vivido uma lógica de modernização própria, assim como a racionalização da produção agrícola nas primeiras décadas do século XX. Na visão de Suzuki (2007, p. 91) “a modernização do campo e da agricultura está inserida no contexto da valorização de um conhecimento tecnocientífico, provocada pela ascensão do capitalismo

⁷ Estudo sobre imigração na Amazônia ver: CRUZ (1958); CANCELA (2010); EMMI (2008); NUNES (2008); SANTOS (2016).

⁸ Charles Baudelaire nasceu em 9 de abril de 1821 em Paris, onde morre em 1867. Além de escritor, tradutor e poeta, foi também crítico de arte e literato. Entre suas principais obras estão “*As flores do Mal*” e “*Os Paraísos Artificiais*”. Considerado um dos principais críticos da modernidade e da modernização literária, foi precursor do movimento simbolista. Sobre Baudelaire ver: FARIAS (2017); JARDIM (2018).

industrial europeu, que vai se delineando nos projetos pensados e implantados durante o século XIX no Brasil”.

Ninguém melhor que a historiadora Maria de Nazaré Sarges (2010, p. 19) para se pensar o conceito de modernidade em terras amazônicas nas décadas finas do século XIX e início do XX, especialmente para a capital Belém. A conceituada historiadora destaca que o “processo de modernização da cidade de Belém só foi possível em razão do enriquecimento que atingiu certos setores da região a partir da segunda metade do século XIX”. Nesse sentido, a economia, girando em torno da produção gomífera, reforçou “o processo de inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial”. Portanto, dentro de todo esse contexto, a produção agrícola precisava encontrar um espaço para também se posicionar nessa economia de mercado. Para tanto, a modernização de suas práticas se tornava primordial.

Para todos os efeitos, qual era essa modernidade buscada para os campos na Amazônia do início do século XX? Não se tratava apenas e unicamente na introdução de métodos e técnicas então vigentes nas lavouras mais produtivas dentro ou fora do país. Tratava-se também de introduzir uma nova mentalidade que transformasse a visão do lavrador sobre sua própria prática. Ou seja, mostrar tanto ao pequeno quanto ao grande agricultor que era possível produzir de forma diferente, para além daquilo que acumulou como experiência ao longo dos anos. Aproximar esse sujeito das descobertas científicas voltadas para o aumento da produtividade seria também uma forma de alcançar a pretendida modernidade. Portanto, não se tratava apenas de superar o que foi realizado pelos antecessores nas práticas agrícolas, mas implantar uma nova visão sobre a agricultura.

A primeira mudança estaria então na forma de pensar. Como diria Le Goff (2003, p. 197), no século XX, “o critério econômico da modernidade passa a ser entendido como um progresso da mentalidade”, onde a racionalização da produção é vista “como signo essencial da modernidade”. Ainda Le Goff (*Ibidem*, p. 202), ao tratar sobre as condições históricas de uma tomada de consciência do modernismo, afirma que os progressos materiais exercem pressão sobre as mentalidades, que não acontecem de forma repentina. E acrescenta: “A tomada de consciência de modernidade exprime-se, muitas vezes, pela afirmação da razão – ou da racionalidade – contra autoridade ou tradição”. Contudo, alcançar essa transformação no modo de ver a prática agrícola junto aos produtores locais não seria, de acordo com os discursos oficiais, uma tarefa das mais simples.

O que seria essa racionalização da produção agrícola? Para Emília Viotti da Costa (1999, p. 316) seria “reduzir a força de trabalho necessária e multiplicar o rendimento”. Em

outras palavras, racionalizar a produção seria produzir mais, melhor e em menos tempo, fazendo valer a máxima capitalista de que tempo é dinheiro. Indubitavelmente, a inserção de modernos maquinários se tornava essencial para tais propósitos. Por sua vez, o termo modernização vai ser utilizado para determinar as mudanças que ocorreram nos meios produtivos no Pará, a partir da primeira década do século XX, no que diz respeito não apenas a apropriação de máquinas e insumos agrícolas por parte do lavrador, mas também pelo ensino de técnicas que estavam em voga, não somente nos países capitalistas mais avançados economicamente, mas também em outras regiões do país, como o Sudeste. Paralela a essas pretensões das autoridades locais no que diz respeito à qualificação do lavrador e pela introdução de modernos meios produtivos para o campo, cabe destacar o incentivo à formação de associações e cooperativas, assim como a criação de instituições de fomento agrícola e da própria criação de uma seção exclusiva para a agricultura nos quadros burocráticos do governo estadual.

Pesavento (op. cit., p. 71), a respeito da introdução de práticas modernizadoras no Brasil, afirma que as mesmas eram levadas a efeito “por uma parcela da classe dominante nacional interessada na renovação dos meios de produção e na difusão de novos processos para romper a situação de atraso e rotina em que se via mergulhada a agricultura brasileira”. Obviamente que a pretensão de alavancar a produção no campo a partir de um olhar modernizador já povoava o pensamento de parte significativa da elite rural paraense e dos agentes públicos desde a segunda metade do século XIX, como bem demonstrou Francivaldo Alves Nunes em sua tese. Segundo Mazoyer (2010, p. 71) a compreensão de um sistema agrário deve levar em consideração que “as formas de agricultura praticadas em determinado momento variam de uma localidade para outra”, assim como “variam de uma época para outra”. Ou seja, “a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo”. Por sua vez, Suzuki (2007, p. 93) aponta que “a modernização da agricultura existe desde que o homem iniciou a prática dos cultivos e domesticou os animais”. Também é obvio que o endosso foi realizado, a partir das técnicas e métodos utilizados, de acordo com cada contexto. Fernando Lourenço (2001, p. 12), por exemplo, chama essas tentativas de modernização agrícola de “desventuras” e ilustram “as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira”.

Dessa forma, refletir as políticas públicas de modernização da agricultura no Brasil exige a análise dessas implicações em torno do desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesse sentido é que Ironita Machado (2009, p. 106), ao tratar da problemática em

torno da propriedade da terra no Rio Grande do Sul durante a República Velha afirma que a “ocupação capitalista implica a incorporação de novas terras, novos sujeitos e novas relações ao modo de produção por meio da apropriação da terra para obtenção de renda e lucro, dos primeiros ocupantes, dos colonos e dos trabalhadores”. A ascensão da República, fez com que o país se desprendesse do arcaísmo de um regime político que limitava essa ocupação capitalista. Os reflexos na Amazônia, principalmente no Pará, foram sentidos de forma significativa.

Portanto, nas primeiras décadas do século XX a região amazônica, em especial o Pará, viveu um novo estágio de fomento agrícola. A partir desse novo olhar sobre a produção agrícola é que defendemos a tese de que uma nova metodologia agrícola passava a ser pensada para os campos paraenses, onde a ciência definitivamente tornava-se a mola mestra desse novo olhar que buscava mais uma vez superar as criticadas práticas rotineiras aplicadas à produção agrícola. Ocorre então um deslocamento, não apenas no modelo de agricultura pautado na quantificação do trabalhador, mas também no modelo de pecuária que vinha sendo aplicado no estado do Pará desde meados do século XIX baseado no incentivo à vinda de imigrantes e na criação de núcleos coloniais. Dessa forma, a quantidade de trabalhadores para o trabalho na lavoura não deixou de ser vista como uma prioridade, mas a qualificação técnica desse trabalhador ganhou um carácter de essencialidade. Continuar apostando unicamente na povoação de áreas esparsamente povoadas seria caminhar na contramão dos grandes centros agrícolas.

Defendemos três importantes motivações que levaram a essa mudança de paradigma na região Norte do país. Além dos poucos resultados alcançados com o antigo modelo, pautado excepcionalmente na quantificação de trabalhadores, quando imigrantes ocupavam espaços agrícolas destinados ao aumento da produção, apontamos também as crises pontuais nas exportações de látex devido às oscilações no mercado internacional, que trazia em seu bojo o receio de sustentar toda uma economia na crença de um único produto e ao próprio avanço do cientificismo, que no final do século XIX, se firmava na Amazônia com o sensível progresso experimentado pelo Museu Paraense a partir da chegada do suíço Emílio Goeldi, complementado pela direção do também suíço Jacques Huber.

Diante disso, perguntamos então: Quais mudanças ocorreram nos campos paraenses na pretensa busca pela racionalidade na produção agrícola e seu consequente aumento produtivo a partir da primeira década do século XX? Com esse escopo, quais ações foram materializadas com apoio de agrônomos e cientistas ligados ao Museu Emílio Goeldi?

Diante da necessidade do fomento de produtos agrícolas e devido a grande valorização da extração do látex, a ideia é também refletir acerca da preocupação dos agentes públicos quanto à dependência econômica de um produto exclusivo (borracha) frente a uma gama de outras culturas igualmente importantes para a região como a castanha, o cacau, o algodão, o arroz e outros cereais, por exemplo.⁹ Essa intervenção estatal denota claramente os interesses do seletivo grupo agrícola, sobretudo da região de Marajó, capitaneados pelo latifundiário José Ferreira Teixeira. Nesse sentido é que Sônia Regina de Mendonça (1997, p. 34), ao analisar a atuação de Nilo Peçanha, tanto à frente do executivo fluminense (1903-1906) quanto na presidência da República (1909-1910) após a morte de Afonso Pena, na tentativa de “superação da monocultura” como solução para a crise econômica fluminense do início do século XX, afirma “que semelhante experiência de intervencionismo estatal sugere é uma espécie de ‘releitura’ da dependência, não mais ligada à preservação de um setor voltado ao mercado internacional”. Entendemos, dessa forma, que uma preocupação análoga pairava também no Pará do início do século XX.

Outra analogia pode ser observada na criação de instituições. As transformações no campo, que tem início no Pará em meados da década de 1910, ao longo do governo de Augusto Montenegro, como já mencionado, coincidem com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) em 1906, passando a atuar de fato em 1909. Segundo Nery (2010, p. 55) “a criação do MAIC representou a participação do Estado como veículo difusor de um discurso científico sustentado nas ciências agrícolas”, por isso “adotou as ideias positivistas, da utilização da ciência aplicada como uma das formas de se superar os problemas porque atravessaria a agricultura brasileira”.

Nos vizinhos Estados do Amazonas e do Maranhão a realidade dos discursos em torno da agricultura não era diferente da realidade paraense. No Amazonas, por exemplo, passou a existir uma defesa irrestrita pelo ingresso de uma metodologia voltada para a introdução de conhecimentos científicos na produção agrícola. O governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, no início da década de 1910, via “a agricultura como um caminho a seguir para o engrandecimento do Amazonas”. Em seu relatório entregue aos

⁹ Quanto a essa questão que envolve a dependência econômica do Pará à extração da borracha, o governador João Coelho chegou a dizer que a agricultura exigia uma intervenção mais enérgica como alternativa para “libertar o Estado da tyrania da borracha”. Ver: PARÁ. Mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, p. 93. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000093.html>. Acesso em: 18 set. 2016

deputados conclamava todos para se prepararem “inteligentemente para esse fim”.¹⁰ Por sua vez, no Maranhão, o governador Raul da Cunha Machado, no final da década de 1910, expressava seu desapontamento com a produção agrícola enfatizando que a agricultura maranhense, “devido aos processos antiquados e rotineiros a que ainda obedece, confiada exclusivamente aos pequenos lavradores, não estava ainda como era de desejar”.¹¹ Para finalizar os discursos acerca da situação agrícola dos três estados, José Ferreira Teixeira, então chefe da 4ª Secção de Agricultura, órgão do governo paraense ligado à Secretaria de obras Públicas, Terras e Viação, destacava, no final da primeira década do século XX, que no Pará, tudo em matéria de agricultura estava ainda por ser feito.¹² O paralelo entre esses Estados mostra não apenas um fato comum, mas expõe também a realidade econômica que outras unidades da federação ao Norte e Nordeste do país, no início do século XX, enfrentavam em relação à agricultura.

Seguindo essa linha de raciocínio evidenciamos também que, a análise e posterior discussão em torno de questões que envolviam a agricultura como objeto de pesquisa, fornecem importantes elementos para a construção e reflexão da história agrária na região amazônica. Portanto, essa tese propõe discutir a pretendida modernização da agricultura paraense a partir de uma mudança de orientação que tomava conta de diversas regiões do país, sob orientação do Governo Federal no início do século XX e que, embora um tanto atrasada em relação a outras unidades da federação, como São Paulo, por exemplo, também chegava ao Norte do país.

Quanto a essa manifesta crise que a agricultura vivenciava, Motta e Mendonça (2002, p. 134-135) esclarecem que havia um:

[...] consenso quanto à existência de uma crise agrícola de âmbito nacional desde 1890, a ser enfrentada por todos os agentes sociais nela envolvidos – grandes proprietários, por certo -, crise esta bem mais grave de solução mais imediata do que o combate à desigualdade fundiária ou a re-centralização da política de terras devolutas junto ao governo da União poderia implicar.

¹⁰ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Secção ordinária da sétima legislatura pelo Exm. Sr. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Estado em 10 de julho de 1912. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1912, p. 93-94. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1648/000092.html>> Acesso em: 31 dez. 2019.

¹¹ MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª Sessão da 10ª Legislatura, em 5 de fevereiro de 1919 pelo Exm. Sr. Dr. Raul da Cunha Machado, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Oficial, 1919, p. 41. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u397/000041.html>> Acesso em: 08 fev. 2020

¹² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito anos de governo*. Ano II, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 06.

Embora notória em todas as regiões do país, a busca por soluções que estancassem essa crise agrícola foi feita em diferentes momentos nas diversas regiões. Amílson Henriques (2015, p. 21), ao tratar da modernização da agricultura em São Paulo destaca, por exemplo, o início da década de 1890 como o momento em que a secretaria de agricultura daquele estado incorporou “a ciência à produção do campo”. Portanto, essa incorporação da ciência aos campos paraenses não se apresentava no mesmo ritmo que as demais regiões do país, sobretudo, a região Sudeste. Contudo, havia o consenso de que a ciência deveria ser o carro-chefe das novas mudanças, orientando o produtor conforme os conhecimentos agrônômicos.

No Pará essa aproximação entre agentes públicos, ciência e elite agrícola em benefício da agricultura e também da pecuária vai, de fato, ocorrer no final da primeira década do século XX. As experiências com plantas e sementes como feijão, melão, tomate e pimentão, que eram realizadas no Museu Emílio Goeldi, eram cedidas a estabelecimentos públicos e privados como “o Instituto Orphanológico do Outeiro, Estação Experimental de de Igarapé-Acú, Frei Francisco Bigorre, em Conceição do Araguaia e outros”.¹³ As experiências desenvolvidas no horto botânico, tanto por Jaques Huber¹⁴ – antes de assumir a direção do Museu Paraense – quanto por André Goeldi – antes de assumir a direção da Estação Experimental – foram essenciais para se pensar a prática agrícola no Pará do início do século XX. Ainda nessa conjuntura, André Goeldi, Jacques Huber e Emílio Goeldi eram importantes colaboradores da revista *A Lavoura Paraense*.

No que diz respeito à atuação do Museu Emílio Goeldi na construção desse novo modelo de agricultura pensado para o Pará a partir de meados da década de 1900, fazemos uso da afirmativa do pesquisador Nelson Rodrigues Sanjad (2010, p. 26) quando assevera que no caso da referida instituição de pesquisa pouco se conhece sobre “sua inserção no ambiente local e também as investigações com que se destacou”. Dessa forma, a presente reflexão propõe não só descortinar a participação dessa importante instituição para a economia local ao longo da direção de Jacques Huber, sucessor de Emílio Goeldi, como também mostrar o papel

¹³ PARÁ. Boletim do Museu Goeldi (Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia), Vol. IV, 1909, p. 30. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/98489#page/42/mode/1up>> Acesso em: 02 de jan. 2020.

¹⁴ Jacques Huber nasceu no dia 13 de outubro de 1867 na cidade de Schleithem, distrito do Cantão de Schaffhausen, Suíça. Especializou-se em botânica entre os anos de 1887-1893. Jacques Huber chegou a Belém no dia 1º de julho de 1895, tornando braço direito de Emílio Goeldi, então diretor do Museu Paraense, cargo que Huber assumiu em 22 de março de 1907 pelo governador Augusto Montenegro, quando Goeldi retirou-se para a Europa. Jacques Huber é considerado o maior especialista em árvores produtoras de seringa. Morreu com apenas 47 anos de idade no dia 18 de fevereiro de 1914, devido violenta crise de apendicite. Ver: CUNHA, 2009. Em relação à produção da borracha na Amazônia, Jacques Huber era visto como o maior estudioso do tema, ganhando ainda mais notoriedade quando assume a direção do Museu Goeldi (Romeiro, 2009, p. 506).

dessa instituição científica para com a pretendida modernização da agricultura no início do século XX.

Ao refletir sobre técnicas agrícolas e costumes agrários, Marc Bloch (2001, p. 433) aponta que a compreensão acerca de uma dada evolução rural não passa apenas pela análise da inserção de modernos instrumentos agrícolas. Nesse sentido é que justificamos a relevância de se analisar não somente a introdução de modernos equipamentos agrícolas para entender as relações sociais e econômicas dentro desse novo modelo de agricultura vivenciado no Pará do início do século XX, assim como o ensino de novas técnicas produtivas, o preparo do solo, o uso de fertilizantes químicos e naturais, a seleção de sementes, criação de instituições de fomento, a aclimação de plantas forrageiras com vistas à melhoria da pecuária e também o aprimoramento das culturas já existentes na região como o cacau, a castanha, a cana e a borracha, entre outras.

O então presidente da província do Pará Tristão de Alencar Araripe, que governou entre os anos de 1885 e 1886, ao se referir à produção do açúcar afirmou que “o território da província do Pará, em geral é tão próprio para a cultura da canna que poderia ser o maior produtor da América, se a falta de braços e a affluencia de trabalhadores para a indústria extractiva a não privassem dos meios essenciaes ao seu desenvolvimento”.¹⁵ A perspectiva de análise da presente tese não é de refletir esse ufanismo sobre o clima e o solo paraense como sendo de excelência para a agricultura, mas, sobretudo, mostrar a nova postura adotada a partir da primeira década do século XX, onde o desenvolvimento da agricultura e da pecuária não estava mais condicionado apenas – na visão dos governantes - ao povoamento da região, culpando a extração da borracha ou de madeira pelas dificuldades enfrentadas pela produção agrícola. Questão que seria resolvida pela imigração. Contudo, essa visão idílica precisava ser superada, pois era vista como um entrave na introdução dos métodos científicos.

Entendemos ainda que se faz necessário, dentro dessa análise de fomento à agricultura, a partir do início do século XX, pensar a atuação dos agrônomos, enquanto especialistas e conhecedores de técnicas imprescindíveis para esse novo momento, sobretudo, no que diz respeito ao ensino agrícola. Destacamos ainda que há poucos trabalhos de pesquisa voltados à atuação desses sujeitos na região amazônica. Dessa forma é que Mendonça (1998, p. 15) aponta que os agrônomos “seriam profissionais praticamente inexistentes ou, quando muito, contemplados com uns poucos parágrafos na literatura existente”. De um modo geral, a

¹⁵ PARÁ. Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicado por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1886, p. 44.

análise acerca desse profissional ajuda a esclarecer os pormenores que envolveram esse novo momento vivido pela agricultura paraense. Marcos Nery (2010, p. 48), por sua vez, mostra que os fazendeiros, e não seria pra menos, tinham grande apreço por esse profissional, pois enxergavam nos mesmos “uma possível saída para a resolução dos problemas que assolavam o campo, tais como, infestação por pragas, baixa produtividade e técnicas obsoletas de cultivo”.

Obviamente que discutir as relações de produção agrícola é também refletir a partir do ponto de vista dos sujeitos e das sociedades envolvidas com toda essa dinâmica. Bruno Mariano (2014, p. 33), por exemplo, entende que a constituição de uma sociedade agrária “está diretamente associada a forma de aquisição da terra e seu uso”. Contudo, apontamos ainda que a análise da sua constituição deve também levar em consideração a relação desta sociedade com os agentes públicos, na medida em que estes, por meio da burocracia e do arcabouço jurídico buscavam exercer certo domínio sobre essa sociedade e sobre sua produção. Para além dessas questões, deve-se levar em consideração que esses mesmos agentes buscavam ainda moralizar e civilizar esses grupos sociais como parte das políticas de modernização da produção agrícola.

Deve-se destacar que alguns trabalhos de pesquisa que se debruçaram sobre o presente objeto, se restringiram a analisar o emprego de novas tecnologias voltadas para o fomento da extração do látex, como se a preocupação dos agentes públicos e da própria elite rural no Pará do início do século XX se resumisse à produção da borracha, negligenciando outros importantes setores da economia, para além da extrativa, como a agricultura e a pecuária. Antônio Rocha Penteado (1967, p. 161), por exemplo, em sua clássica obra “Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina no estado do Pará”, ao se referir a esse contexto, cita Palma Muniz, quando esse agente público se referia, em 1908, ao núcleo anexo da Estação Experimental de Agricultura Prática, afirmando que o colono da região Bragantina precisava “conhecer os ‘processos adiantados da agricultura’ para melhor utilizar a terra em que se achava localizado e, por que não dizer, abandonado”.

Como destaca Edward Thompson (1897, p. 16), enquanto se realizam os estudos “a pessoa faz leituras muito amplas dentro de um ‘período’, antes ou durante suas pesquisas aceitando o contexto oferecido por historiadores anteriores, mesmo que, à conclusão do seu trabalho, seja capaz de apresentar modificações a esse respeito”. Dessa forma, a bibliografia sobre a qual nos debruçamos durante a escrita da dissertação, entre 2014 e 2016, nos

possibilitou visualizar o contexto acerca do ruralismo no Pará e na Amazônia entre o final do século XIX e início do século XX.

Portanto, não apenas a análise do arcabouço jurídico que regulou as políticas de colonização no estado do Pará desse período, mas também da propaganda voltada para a atração de imigrantes, bem como as ações dos próprios colonos nacionais e estrangeiros evidenciou uma preocupação com o desenvolvimento da agricultura, sobretudo, na região Bragantina, com base na inserção de imigrantes e na criação de núcleos agrícolas. Método que, embora não abandonado completamente nas primeiras décadas do século XX, foi aos poucos sendo suplantado pela introdução de técnicas modernas de produção agrícola, insumos, equipamentos e máquinas de ponta para a época, assim como o ensino agrícola.

Sobre a revolução mecânica no campo João Fernandes Teixeira (2018, p. 42) afirma que ela se consolidou no século XIX. Uma máquina, como era de se esperar, substituiu o trabalho de inúmeras pessoas. O número de indústrias cresceu exponencialmente. A agricultura foi atingida em cheio por essa onda de mecanização. Segundo ele:

A agricultura também passou por uma revolução no século XIX. Para arar, semear e colher, máquinas velozes podiam fazer o trabalho de dezenas de homens. Não demorou muito para que aparecessem tratores movidos a petróleo. As novas técnicas de fertilização do solo quadruplicaram as colheitas obtidas em áreas do mesmo tamanho no século XVII.

Para a realização da pesquisa utilizamos os relatórios, falas e mensagens dos presidentes e governadores à Assembleia Provincial e Legislativa, respectivamente.¹⁶ Metodologicamente essa documentação acima mencionada constitui uma das principais fontes de pesquisa, pois são documentos oficiais redigidos durante o período imperial e republicano nas várias províncias/estados por todo o país. Os presidentes provinciais, por exemplo, depois de concluídos esses relatórios os enviavam à Corte, como uma espécie de prestação de contas. Nesses documentos eram abordados os mais variados temas possíveis, desde eleições, passando por obras públicas, agricultura, judiciário, até colônias, colonização e mesmo catequese indígena. Muitos dos assuntos variavam de acordo com a própria realidade de cada localidade. Em linhas gerais eram documentos complexos, que davam conta de um verdadeiro panorama da sociedade sob análise, bem como daquilo que era de interesse dessa sociedade e

¹⁶ Trata-se de documentos oficiais expedidos pelos presidentes de província no caso das falas e relatórios e de mensagens dos governadores ao corpo legislativo do Estado. Eram registros que serviam como prestação de contas do executivo ao legislativo feito no início de cada Legislatura ou no momento de transferência de poder a outros governantes. São documentos que expressam “a imagem que cada governante teve de seu mandato, e consequentemente de si mesmo” (LACERDA, 2006, p. 23).

das próprias autoridades. Geralmente eram anuais, mas aconteciam situações como troca de um presidente, por exemplo, o que gerava a confecção de outro relatório, ou simplesmente para melhor elucidar algum tema de notória importância (MACHADO, 2011, pp. 203-205). Por sua vez, Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 27) chama atenção para o fato desses relatórios não serem analisados como “descrição fiel dos problemas e das realizações governamentais, mas como textos que evidenciam, entre outras coisas, embates entre grupos políticos”.

Como se trata de uma documentação recheada de valores, pontos de vista, posicionamentos e interesses daqueles que os criaram, ou seja, de indivíduos com opiniões políticas e morais, buscamos, ao longo da pesquisa e da escrita, ter o máximo cuidado com sua análise e interpretação. Para nosso trabalho de pesquisa essa é uma documentação relevante na medida em que permite visualizar o processo administrativo do estado do Pará voltado para o campo. Da mesma forma, essas mensagens dos governadores tinham também a função de prestar contas, mas nesse caso à Assembleia Legislativa, uma vez que, com a ascensão da República e a descentralização do poder, os deputados estaduais mantiveram essa prerrogativa.

O extenso relatório escrito pelo diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática, Dr. André Goeldi, primo de Emílio Goeldi e que exerceu as funções de técnico agrícola no museu paraense de 1901 a 1907 e depois a direção da citada estação, nos permite uma dimensão “das técnicas aplicadas em campos experimentais na Estação” (SANTOS, 2014, p. 8). Essas técnicas refletem o critério científico aplicado à agricultura naquele momento e, por isso, elucidam questões diretamente relacionadas como, por exemplo, ao cultivo, a seleção de sementes, preparação do solo, resultados alcançados e experimentos realizados naquele período. Fica evidente a aplicação de conhecimentos ligados às ciências naturais como ferramenta para suplantiar as práticas vistas como tradicionais de plantio e colheita. Há também o relatório entregue ao diretor do museu Emílio Goeldi pelo professor Charles Fuller Baker sobre sua viagem a Irituia com o fim de estudar as condições da cultura do tabaco naquela região onde o mesmo expõe os malefícios ligados às práticas ditas rotineiras por parte dos lavradores locais e faz sugestões para o aumento da produtividade daquele gênero agrícola.

Outra importante fonte para a confecção do presente trabalho é o Memorial apresentado por José Ferreira Teixeira em 12 de outubro de 1907 no Congresso de Fazendeiros Paraenses, onde o mesmo resume o que considera fundamental para a

modernização da agricultura paraense e que buscou implementar depois que assumiu a chefia da 4ª *Seção de Agricultura*. Nesse memorial Ferreira Teixeira condenava “práticas seculares que degradavam o solo e transformavam o lavrador paraense num permanente nômade devastador de florestas” (ESTEVES, 2015, p. 12). No citado memorial, José Ferreira Teixeira (1907, p. 03) perguntava aos seus pares no congresso de fazendeiros: “Podemos nós, os agricultores brasileiros da actualidade, colher hoje das mesmas terras, pelo mesmo systema, a mesma abundancia de produtos?” Esse questionamento é salutar para se pensar as condições em que se encontravam as práticas agrícolas não apenas na Amazônia, mas no Brasil como um todo e também as políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura e da pecuária, a partir do prisma científico.

Por sua vez, os periódicos aparecem não apenas como divulgadores desses trabalhos modernizadores que se buscava aplicar à agricultura, mas também como críticos. Alguns expõem as dificuldades da produção agrícola e outros apontam os trabalhos que vinham sendo realizados. Há ainda periódicos que serviam como propagadores das modernas técnicas, máquinas e instrumentos ao trabalho na lavoura como é o caso de “*O Agrônomo*”. Jornais como, “*Folha do Norte*”, “*República*”, “*O Pará*” e “*O Estado do Pará*” entre outros trazem artigos que discutem a necessidade desse novo modelo de agricultura e mesmo os poucos resultados que se alcançava com o passar dos anos.

Outra relevante fonte de pesquisa é a revista “*A Lavoura Paraense*” que está disponível para análise no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Pará, bem como digitalizada no próprio site dessa instituição. Os artigos contidos nas páginas da revista possibilitam analisar os discursos e deles extrair o olhar que lançavam não somente sobre a natureza, sobre o agricultor, sobre a própria produção agrícola ou mesmo sobre os métodos vistos como rotineiros e as novas tecnologias a serem empregadas, mas também extrair as pretensões não apenas das elites patronais como também dos próprios agentes públicos com o emprego de métodos racionais para o fomento da agricultura. De acordo com Fabrícia Santos (2012, p. 25), ao analisar os discursos contidos na *Revista Agrícola*, órgão da sociedade Sergipana de Agricultura, editada entre os anos de 1905 a 1908, o uso de jornais ou revistas como fontes, “são inquiridas para subsidiar, reforçar ou refutar outros dados, mas em alguns trabalhos são utilizados como ponto de partida e de análise para o desenvolvimento de estudos diversos”. No caso, a revista *A Lavoura Paraense*, era o boletim informativo da 4ª *Seção de Agricultura* ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação.

De qualquer forma, Ginzburg (2007, p. 11) aponta que, ao analisar testemunhos históricos, devemos levar em conta não apenas as intenções expressas nesses testemunhos, mas também “contra as intenções de quem os produziu”. Nesse sentido é que a análise dos artigos contidos na revista “*A Lavoura Paraense*” nos dá pistas para a reconstrução desse novo cenário que se desenhava para a agricultura. Até porque, “desconfiar das versões oficiais sobre fatos históricos faz parte da profissão do historiador”, e “ao transformar a desconfiança no motor do trabalho de pesquisa, os historiadores revisitam o passado e fazem da História palco de um conflito de interpretações sobre fatos de outrora” (MOTTA, 1998, p. 15-16).

Curioso pensar que as técnicas e métodos dos pecuaristas e agricultores, tão criticados como errôneos e arcaicos, são vistos atualmente como essenciais, ou seja, “os sistemas agrícolas tradicionais continuam extremamente eficientes, garantindo até hoje, a subsistência de uma população crescente”, no seio da floresta amazônica (ROBERT, 2012, p. s/p). O que não se pode perder de vista, no entanto, é que “as agriculturas da Amazônia e seus componentes foram desde sempre modelados por jogos de forças, quer se trate de suas dinâmicas internas feitas também de inovações, quer se trate de pressões externas” (EMPERAIRE, 2016, p. 13). De um modo geral, espero mostrar que a crise advinda com a queda no valor das exportações da borracha levou à tentativa de instituir um novo cenário não apenas para o estado do Pará, mas também para a própria Amazônia.

Nessa conjuntura é interessante perceber que um dos principais problemas enfrentados tanto pelos governadores quanto pelos intendentess da capital eram as recorrentes crises de abastecimento, fossem elas de gêneros agrícolas ou mesmo de carnes. Essas crises ocorriam, sobretudo, devido aos crescentes índices demográficos, haja vista que inúmeros indivíduos chegavam para trabalhar nos seringais, muitos buscando alternativas às consequências provocadas pelas secas que afligiam a região Nordeste, e o ritmo de produção de alimentos que não acompanhava essa demanda. A oferta de alimentos e a sua produção não caminhavam, em determinados momentos, na mesma cadência, exigindo assim a importação.

Ao longo desta tese são feitas constantes referências a José Ferreira Teixeira. Sua importância para essas discussões está relacionada não apenas ao fato de ser apontado como porta-voz da elite agrícola paraense nas primeiras décadas do século XX ou por assumir a chefia da 4ª Secção de Agricultura, onde permaneceu por 21 anos, mas, sobretudo, por destacar-se em defesa de uma agricultura mecanizada e de uma educação irrestrita ao lavrador como fatores determinantes para se produzir mais e melhor. Essas características o levaram a assumir postos importantes dentro e fora do governo como a presidência do Sindicato

Industrial e Agrícola Paraense ou a direção da Escola de Agronomia criada nesse contexto, entre outros postos. Portanto, seus discursos e relatórios dimensionam essa fase de modernização da agricultura pretendida pelos agentes públicos. Afirmava, por exemplo, que não era possível “produzir mais, melhor e barato, sem escolas agrícolas e diversos graus, sem estações, campos experimentais e de demonstração, sem fazendas-modelo” (TEIXEIRA, 1953, p. 88). No final da década de 1910 acreditava que o Pará produziria dez vezes mais e melhor, quando soubesse “plantar e beneficiar os produtos da lavoura”, onde “a ignorância dos modernos processos de cultivar a terra annula os melhores esforços do nosso homem do campo”.¹⁷

Diante dessa análise vem a ser interessante a observação de Santos (2014, p. 05) quando destaca que a “política agrícola desenvolvida por Augusto Montenegro, coexistiu com políticas do Governo Federal que estimulavam o ensino e a atividade agrícola no país”. Contudo, deve-se deixar claro que essa preocupação por parte do governador Augusto Montenegro, quanto ao desenvolvimento agrícola por métodos tidos como racionais, vai ficar de fato evidente apenas a partir do seu segundo mandato. Uma evidência clara dessa assertiva são as poucas referências voltadas tanto à agricultura quanto à pecuária em suas mensagens à Assembleia Legislativa do Pará nos primeiros anos de seu governo.

A presente tese está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Peculiaridades da economia paraense no limiar republicano”, discute-se as principais características do processo produtivo que vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XX, não apenas no que diz respeito à agricultura, mas também no que tange ao extrativismo e a pecuária. Este último segmento é analisado na sexta seção e visa mostrar não apenas a importância desse setor da economia paraense, mas também as ações voltadas para seu desenvolvimento a partir da mesma lógica direcionada para a racionalização da agricultura. De qualquer forma, as características da economia paraense no início da república não se diferem muito entre os demais estados da região Norte, que por muito tempo auferiram bons rendimentos à sombra da extração da borracha, sobre a qual também dedicamos um tópico sugestivamente intitulado “tirania”. Paralelo a essas questões, os agentes públicos também se voltaram para o problema do povoamento criando núcleos coloniais e incentivando a vinda de imigrantes como solução para o problema da produção. Obviamente que também havia produção de gêneros como o cacau e a castanha, que

¹⁷ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 27.

influenciavam na balança comercial paraense. Dedicamos também um tópico a José Ferreira Teixeira para ilustrar sua intensa participação nesse novo modelo de produção que emergia. Sendo assim, não se trata de uma biografia, mas de evidenciar suas ações como defensor de uma agricultura mecanizada e em prol do ensino agrícola. Portanto, pretende-se no capítulo inicial fazer um breve panorama econômico, ilustrando o cenário que abriu espaço para a implantação de uma nova orientação voltada para a modernização da agricultura.

Para o segundo capítulo, sob o título “modernização do campo: aspectos para a racionalização da produção” nos propomos discutir temas ligados ao processo de modernização para o campo. Nesse caso, a formação de associações e sindicatos, o uso de instrumentos agrícolas como um simples arado, visto aqui como um termômetro dessa modernização e a realização ou apenas a participação paraense em exposições nacionais,¹⁸ internacionais e mesmo regionais são indicadores da busca pelo aumento da produção agrícola. Quanto às exposições, por exemplo, o estado do Pará já participava desses eventos ao longo da segunda metade do século XIX, mas não com a mesma frequência registrada no início do século XX. Além desses aspectos, vistos como importantes indicativos dentro desse processo de modernização do campo, destacamos ainda a proeminência da legislação de acesso à terra e da melhoria dos transportes e das comunicações como elementos que, dentro desse contexto, caminham paralelo às ações diretamente ligadas ao aumento produtivo como a criação de instituições de ensino agrícola, por exemplo.

Para o terceiro capítulo propomos analisar as ações do estado diretamente voltadas para a modernização da agricultura no Pará do início do século XX. Refletimos aqui não apenas a conjuntura que levou à criação de uma seção exclusiva para a agricultura dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, mas as principais consequências advindas com essa iniciativa que estreitou os interesses da elite rural e das autoridades públicas. Entre essas consequências apontamos não só a criação de um boletim oficial desse órgão – revista *Lavoura Paraense* – como também a concretização daquilo que se pensava como indispensável para a racionalização do processo produtivo, como a qualificação técnica do agricultor por meio do ensino agrícola, fosse em instituições como na Estação Experimental

¹⁸ Feitas Filho (1991, p. 76), ao analisar as exposições nacionais na segunda metade do século XIX, explica que essas exposições funcionavam como uma espécie de preparatório e ao mesmo tempo uma seleção daquilo que seria exposto nas exposições internacionais. Em geral as exposições nacionais eram antecedidas por exposições regionais. Contudo, os organizadores desses eventos a nível nacional costumavam reclamar dos poucos produtos e recursos naturais apresentados das diversas regiões, assim como instrumentos e maquinários agrícolas, não evidenciando assim toda riqueza do país. Acrescenta o autor que as exposições nacionais que ocorreram antes da abolição “representam o pensamento da elite escravista ilustrada e de suas inquietações para com o setor que era o sustentáculo da vida econômica do país”.

de Agricultura Prática criada em Igarapé-Assú em 1908 ou no Campo de Cultura Experimental criado nas proximidades de Belém ou mesmo com os chamados “professores ambulantes”. Essas ações, contudo, nem sempre alcançaram os resultados esperados. Como último tópico é feita uma apreciação dos resultados alcançados com essas ações por meio de uma análise comparativa dos dados referentes à produção de diversos gêneros. Dados compreendidos entre as décadas finais do século XIX e início do século XX.

CAPÍTULO 1 - PECULIARIDADES DA ECONOMIA PARAENSE NO LIMIAR REPUBLICANO

A economia amazônica entre o final do século XIX e o início do século XX foi profundamente marcada por características singulares a todos os estados da região Norte. A preocupação com o povoamento de áreas propícias para a criação de núcleos coloniais com vistas à produção agrícola que viesse atender as respectivas capitais e o incentivo à vinda de imigrantes eram políticas que recebiam grande atenção das autoridades públicas. Obviamente que não se tratava de uma exclusividade da região Norte, pois os estados das regiões Sul e Sudeste também trabalhavam com essa lógica de desenvolvimento da produtividade agrícola. São Paulo, por exemplo, também contava com a mão de obra imigrante para o trabalho nos cafezais. Muito embora boa parte dos trabalhadores amazônicos se dedicasse também à agricultura como afirma Luciana Marinho Batista (2004), a atenção era especialmente voltada para a extração do látex, sempre em primeiro plano, pois era o carro-chefe das exportações. Havia então a busca por uma mão de obra direcionada exclusivamente para a agricultura, ou seja, trabalhadores que não fossem ao mesmo tempo seringueiros e lavradores. Essas peculiaridades dos estados da região Norte eram ainda acentuadas por produtos que, embora relegados a um segundo plano como a castanha e o cacau, devido à supremacia que a borracha exercia, passam a receber maior atenção por parte dos agentes públicos. Isto é, produtos também importantes para as receitas do estado, passam a ganhar um maior protagonismo em virtude da nova orientação destinada ao campo.

Enfatizamos ainda neste capítulo que essa nova orientação para a agricultura se pensava também para a pecuária, principalmente quanto à criação de gado, visto que esse produto era muito importante para o abastecimento de carne verde nos mercados da capital durante a chamada *Belle Époque*¹⁹. Assinalamos aqui, de acordo com a documentação, os obstáculos que esse setor da economia enfrentava e quais soluções eram apontadas por especialistas da época, como o pecuarista e representante da elite agrícola paraense José Ferreira Teixeira. A criação de postos veterinários e zootécnicos para o combate às epizootias eram as principais alternativas na busca por uma criação moderna e racional. Outra preocupação estava não apenas em aumentar o rebanho, acabando assim com a importação de animais, garantindo seu completo abastecimento com vistas inclusive à exportação, mas também em melhorar os rebanhos crioulos em peso e tamanho por meio, entre outras ações, de métodos de reprodução com raças estrangeiras vistas como superiores aos rebanhos nativos. Dessa forma, entendemos que seria interessante uma reflexão sobre as ações voltadas para o melhoramento desse setor da economia. Compreendemos também que essa breve reflexão, no momento em que se buscava dinamizar tanto esse setor quanto a agricultura, com a criação de uma seção exclusiva dentro da secretaria de obras públicas, terras e viação, poderá suscitar maior interesse de outros pesquisadores que também se debruçam sobre essas abordagens.

Outra assertiva que evidencia o grande interesse não apenas da elite agrária paraense, mas também dos agentes públicos com a pecuária são os inúmeros artigos sobre o tema publicados na revista *A Lavoura Paraense*, assinadas em sua maioria pelo próprio José Ferreira Teixeira (1907, p. 10), o qual chegou a afirmar que o animal não poderia mais ser visto como “mero productor de estrumes ou um mal necessário para o agricultor, (...), mas um instrumento vivo de produção e fonte de renda tão importante como a própria lavoura”. De qualquer forma, pincelar algumas características da economia paraense, entre as décadas finais do século XIX e início do XX, contribue para melhor esclarecer as ações estatais com vistas à racionalização da produção rural no limiar do século XX não apenas no estado do Pará, mas na Amazônia em geral.

¹⁹ As cidades de Belém e Manaus foram verdadeiramente sacudidas entre o final do século XIX e início do XX pelo vento da modernidade possibilitada pelo crescimento das finanças locais em virtude da ascensão econômica da borracha. Nesse contexto de progresso e modernidade que atinge também outras regiões do Brasil e do mundo cunhou-se a expressão *Belle Époque*. Para uma completa compreensão desse tema na Amazônia e em especial sobre a cidade de Belém, ver: SARGES, 2010.

1.1 Nasce a República: velhos hábitos nos campos paraenses.

A lei da persistência faz que ainda, sob a República, subsistam, como triste legado do cahido regimen, vícios e abusos que só o evolver dos tempos conseguirá eliminar.²⁰

A afirmação acima feita por Lauro Sodré²¹, poucos meses depois de tomar posse como primeiro governador eleito no estado do Pará, mostra que o Império ainda se fazia presente nos primeiros anos da República. Contudo, esse legado deveria ser superado, pois Sanjad (2010, p. 164), “caberia aos republicanos, portanto, criar as condições para a superação das mazelas do Império, como a escravidão, a corrupção e o desleixo com a educação do povo”. Por sua vez, pensar em modernizar as práticas agrícolas exigiria, na opinião das autoridades estatais, suplantar tudo que se entendia como “vícios” e “abusos” do regime político anterior. Nesse mesmo sentido é que Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999, p. 75), ao tratarem sobre o conservadorismo agrário republicano, afirmam que “a primeira década da República foi marcada por uma atuação praticamente nula do poder federal em relação à questão agrária”. Nessa conjuntura, as ações dos agentes públicos quanto às questões agrárias no Pará, no sentido de modernizar as práticas agrícolas após a Proclamação da República, iniciam de fato, apenas em meados da segunda década republicana, a partir de 1908, quando iniciava o governo de Augusto Montenegro.

Diante disso, analisar as políticas públicas voltadas para o fomento da agricultura e da pecuária na Amazônia, tendo como foco as primeiras décadas do século XX, nos faz pensar também nos reflexos que a mudança de regime provocou sobre essas políticas. Para tanto, vale destacar a fala de Motta e Mendonça (2002, p. 136) ao afirmarem que, muito embora a percepção de atraso na agricultura brasileira não tenha surgido junto com a percepção de modernidade que vinha com a república, “foi em pleno início do século XX que seu conteúdo adquiriu novo sentido, face ao desaparecimento de uma de suas referências históricas mais profundas: a escravidão”. Assim posto, Raymundo Faoro (2004, p. 513-514), ao falar da abolição e da proclamação da República, afirma não serem esses eventos “apenas pontos de referência cronológica, mas os dois acontecimentos que libertaram o país das

²⁰ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891, p. 12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2417/000012.html>> Acesso em: 02 jan. 2019.

²¹ Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém no dia 17 de outubro de 1858. Em 1891 foi eleito, de forma indireta, como primeiro governador do Pará, permanecendo no cargo até o ano de 1897, sendo substituído por José Paes de Carvalho. Voltou a exercer o executivo estadual entre os anos de 1917 e 1921. Lauro Sodré faleceu em 16 de junho de 1944 no Rio de Janeiro (.

amarras rotineiras e conservadoras, desentorpecendo energias”. A pretendida modernização das práticas agrícolas era, portanto, incompatível com o uso da mão de obra escrava.

Sabe-se, por exemplo, que no Pará, o projeto de colonização que vinha do Império com base essencialmente na criação de núcleos coloniais e a ocupação desses espaços por imigrantes europeus e americanos, perduraram nas primeiras décadas republicanas. Nesse sentido é que Iglésias (1985:241) afirma que “a política econômica da República manteve as ideias, normas e práticas vindas do Império”. Mas, isso não significa dizer que, ao se pensar em modernizar e racionalizar a produção agrícola, os republicanos foram pioneiros, pois houve a busca dos mesmos objetivos no Império, conforme pesquisadores como Francivaldo Alves Nunes (2011) já salientaram. Contudo, essa fase de modernização agrícola na Amazônia após a proclamação, tem suas características que a diferenciam da fase anterior e o ideal positivista, evolucionista e cientificista que norteou esse primeiro momento faz parte dessa particularidade presente ao Norte do país.

Foot-Hardman (2005, p. 109), por exemplo, destacou que a “República acentuou a ânsia do progresso” e precisava ser representado. Da mesma forma, também Motta e Mendonça (op. cit., p. 128) entendem que a “República foi proclamada em nome da modernidade”. Em que medida esse progresso, vislumbrado como uma forma de mostrar um horizonte que nascia com o novo regime, se diferenciava das ações implementadas no período imperial? Obviamente que, de uma forma ou de outra, essas análises vão permear todas as reflexões ao longo desta tese, porém seria mister colocar um ponto de interrogação entre esses dois momentos, pois uma nova ordem emergia e com ela novos atores e, sobretudo, uma nova ideologia, um novo pensar que vai reconfigurar os setores políticos, econômicos e sociais do país. Dessa forma a agricultura e a pecuária também estavam no centro dessas novas ideias e discussões como cenários para os republicanos exibirem as metodologias que iriam refletir modernamente o novo regime político. Para esses sujeitos, seria importante expandir as práticas científicas para a produção no campo. Algo que foi pensado sem levar em consideração a experiência e a lógica de produção do lavrador, pois este também possuía sua própria racionalidade quanto ao modo de produzir. O papel do Museu Paraense – Hoje Museu Emílio Goeldi – foi fundamental para isso. Não apenas para levar esse cientificismo para o campo, mas também para a própria propaganda política do novo regime, como assevera Sanjad (2010, p. 220).

Há hoje uma bibliografia que chama atenção para a difusão do cientificismo ao longo do governo de Lauro Sodré (1891-1897) em diversos aspectos da sociedade,

principalmente no âmbito educacional (SANTOS, ALVES, 2014; MORAES, 2011). No entanto, também há pesquisadores como Sanjad (2010, p. 165) que pregam prudência diante do “discurso cientifizante” de Sodré, pois “o ensino superior e as instituições de saúde pública”, não eram prioridade em seu governo. Esse debate gira em torno da aplicação da ciência nos diversos segmentos da sociedade pelos republicanos, embebidos que estavam pela influência do positivismo, entre eles o próprio Lauro Sodré. Quanto ao fomento agrícola, entendemos que as ações de Lauro Sodré ficaram aquém, no que tange à aplicação de conceitos científicos voltados para o campo.

Não pretendemos aqui discorrer extensamente acerca do que foi o positivismo ou sua influência sobre o pensamento de uma parte ilustrada da sociedade brasileira ou mesmo paraense da segunda metade do século XIX, bem como sobre as ações que acarretaram na Proclamação da República em 1889. Contudo, se faz necessário enfatizar a difusão do pragmatismo científico sobre diversos segmentos sociais, aqui em particular a institucionalização entre ciência e agricultura. Nesse sentido, a atuação de devotados sujeitos para a animação da agricultura e da pecuária nas décadas finais do século XIX e início do XX se fez com base na filosofia comtiana.²² No Pará, essa mesma lógica se fez sentir apenas na primeira década do XX, levada que foi não apenas por fatores externos como a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura em 1896 e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, instituições que defendiam as atividades científicas para o fomento da produção agrícola, mas também por fatores internos como a ingerência direta da elite patronal paraense nas questões relativas à agricultura no estado, com a consequente criação da 4ª Secção de Agricultura para atender demandas dessa elite e as regulares crises no preço da borracha diante da especulação no mercado internacional, chamando atenção para a necessidade da diversificação agrícola.

Deve-se destacar que o positivismo, em voga no Brasil desde a instauração da República, estava inserido nesse contexto, sobretudo, em relação às feiras e exposições. Isso porque, esta corrente de pensamento pautado no cientificismo aproximou a agricultura da ciência. Marcos Jungmann Bhering (2008, p. 31-32) assevera que a difusão do positivismo no Brasil foi um processo que “afirmou o caráter aplicado para as ciências no Brasil” e com isso “fortalecia-se as críticas às instituições tradicionais que começavam a ser identificadas com o atraso”. Lembra ainda que o catolicismo e a escravidão eram os valores tradicionais defendidos pelas ideias que permeavam o Brasil no período imperial, ideias que “não estavam

²² Sobre a filosofia de Augusto Comte e sua difusão e aplicação no Brasil ver: BHERING, 2008.

sistematizadas em doutrinas, mas sim encarnadas nas práticas políticas dos grupos dominantes”.

Para os mais diversos segmentos da sociedade ganharem esse caráter científico, primado pelos adeptos da corrente positivista, seria necessária a devida instrução. Nesse sentido as Ciências Naturais já estavam presentes, por exemplo, no primeiro currículo da Escola Normal paraense desde o início da década de 1870, por meio da cadeira *Noções de Física, Química e Agricultura*. Barros (2010, p. 51-53) destaca que o fato de Física, Química e Agricultura estarem na mesma cadeira refletia “a intenção de se ligar os saberes agrícolas e os científicos”. Contudo, em 1874, quando foi determinado o segundo currículo, a cadeira acabou sendo retirada e com ela as ciências naturais. Apenas em 1900 ocorreu nova alteração no currículo, surgindo a cadeira *Elementos de Física e Química*, excluído o termo “Agricultura” dessa nomenclatura. Assim há um retorno das ciências naturais ao currículo da Escola Normal se consolidando de maneira definitiva nas reformas posteriores.

Dessa forma, se na esfera política, a influência das ideias positivistas se mostrara determinante no momento da Proclamação da República aqui no Pará, como foi também no restante do país, o mesmo não se pode afirmar quanto às suas influências no campo. Apenas em meados da primeira década do século XX esse ideal modernizador e cientificista, característico dos dogmas positivistas, se fez efetivamente presente na atividade agrícola. A progressiva aliança entre ciência e agricultura que ocorria ao longo da segunda metade do século XIX, a partir da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SENACOP) em 1861, foi interrompida com a Proclamação da República (BHERING, 2008). Exemplar nesse sentido foi a criação do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) relegando a agricultura a uma secretaria à parte, passando “a ser apenas uma entre outras atividades sob a incumbência do novo ministério”, conforme esclarecem Maio e Bhering (2011, p. 696). O cientificismo que o campo tanto necessitava, na opinião dos agentes públicos, começava a ser vislumbrado com o surgimento da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1897, que trazia no bojo de sua criação o desenvolvimento das “possibilidades do campo por meio da aplicação de técnicas modernas na agricultura e o incentivo à diversificação da produção” (*Ibidem*, p. 699). Um dos objetivos específicos da SNA, nas palavras Sonia Regina de Mendonça (1997, p. 42), era “o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos, bem ao sabor do espírito ilustrado dominante entre os membros da primeira geração republicana”.

A análise da documentação mostra que no Norte do país a introdução de métodos científicos na agricultura, ao longo da primeira década republicana, também ficou à margem de outras questões consideradas mais importantes naquele momento, como a própria consolidação política do novo regime. Evidência dessas assertivas são os investimentos vistos como tradicionais para a produção agrícola no Pará, em detrimento de orientações científicas que apenas na década seguinte ganharia espaço, não apenas com a chegada da elite agrícola paraense aos quadros burocráticos do estado com a criação da *4ª Secção de Agricultura* dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, como também pela atuação de José Ferreira Teixeira, como interlocutor entre uma elite, desejosa de novos rumos para o campo, e os agentes públicos, por sua vez, desejosos em aumentar a produção agrícola e, conseqüentemente, as exportações e com elas as receitas estaduais.

Obviamente que se deve levar em consideração o fato de que Lauro Sodré, como primeiro governador eleito constitucionalmente no Pará, chefiou uma sociedade que vivia uma fase de transição marcada por fortes tensões políticas, como evidenciou William Gaia Farias (2016). Dessa forma, Emília Viotti da Costa (1999, p. 396) lembra, por exemplo, que as contradições de 1889 não demoraram a aparecer:

As forças que momentaneamente se tinham unido em torno das ideias republicanas entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses.

Quanto a esse contexto de transição, Marli Cimino (2013, p. 19) aponta que “a partir da abolição da escravatura, da queda do Império e posterior à implantação da República, verifica-se uma guinada das autoridades governamentais para implementar uma política educacional que respondesse as novas e graves necessidades da nação”. Embora essas novas necessidades apontadas pela autora também estivessem presentes na região Norte do país, os estados amazônicos, de acordo com a documentação pesquisada, não se voltaram de forma imediata à Proclamação para a pretensão de modernizar as práticas agrícolas, mas apenas no limiar do século XX. Mesmo com discursos nesse sentido e de ações paliativas, como a concessão de prêmios aos produtores, a metodologia para o aumento da produção agrícola não fugia, claramente, à regra do que vinha sendo feito nas décadas anteriores, ou seja, continuar apostando, de forma contundente, na criação de espaços agrícolas e seu povoamento por imigrantes europeus, apesar da tentativa, na última década do regime anterior, de institucionalizar o ensino agrícola por intermédio da escola D. Pedro II, como demonstrou Francivaldo Alves Nunes (2011). De qualquer forma, as práticas agrícolas

implementadas nas últimas décadas do Império não chegaram a alcançar os resultados esperados. Nesse sentido, Luciana Murari (2009, p. 163-164) destaca que a modernização pensada pós-1870 não conseguiu acabar com os “processos tradicionais de exploração da floresta, conduzindo, pelo contrário, à intensificação da pressão sobre o meio natural, para a manutenção dos centros urbanos em crescimento”.

Tendo como exemplo o município de Itaituba, quanto ao movimento dos gêneros de exportação, percebe-se um declínio entre os anos de 1893 e 1905, período esse ligeiramente anterior a fase de implantação da pretendida modernização posta em prática a partir do governo de Augusto Montenegro. A exportação de cacau, por exemplo, em 1893, correspondeu a 1.065 quilos, enquanto em 1905 foi de apenas 197 quilos. Em 1894 a exportação da castanha chegou a 584 hectolitros, mas em 1905 foi de apenas 116 hectolitros. Com o tabaco não foi diferente. Foram 463 quilos em 1893 e somente 150 quilos em 1902. A exceção foi apenas a borracha, pois em 1892 o município de Itaituba exportou 253.361 quilos e em 1905 elevou-se para 671.723 quilos (MUNIZ, 1906, p. 64-66). O que esses números sugerem? Que a insistência, na primeira década republicana, em manter a política de criação nos núcleos coloniais e povoá-los sem a devida qualificação do trabalhador como já ocorria no Império estava, de fato, fadada ao fracasso.

Os sujeitos que emergiram com o novo regime consideravam de extrema importância apresentar ações que mostrassem aos céticos que a República transformaria não apenas os meios de produção e circulação de mercadoria, de maneira eficiente e racional, mas também a qualidade desses produtos, ou seja, mostrar que a modernidade enfim estaria chegando ao campo, ao produzir mais e melhor. Essa seria uma forma de sustentar o novo regime que acabara de nascer. No Pará não foi diferente. Daniella de Almeida Moura (2008, p.13), por exemplo, ao tratar dos banquetes e festas organizadas no início da República no Pará, viu nesses eventos com inúmeros discursos com viés positivista, a clara intenção de vender uma imagem com valores polissêmicos, sobretudo aquela que valorizaria o progresso.

Embora fosse um processo sem volta, quer dizer, algo inevitável para as regiões que giram em torno da órbita capitalista, como é o caso do Brasil e também da própria Amazônia, a modernidade “coloca o homem diante de impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas violenta a vida cultural e a natureza” (CAMPOS; CASTRO, 2015, p. 187). Apesar da constatação desse fato, manter-se nessa órbita capitalista era, portanto, imprescindível para as pretensões de

modernização da economia ao Norte do país. Contudo, o constante declínio da produção gomífera foi, aos poucos, freando essa aceleração:

A Amazônia perdeu a ligação com o capitalismo internacional a partir do declínio da economia da borracha, ficando bastante isolada. Entre 1920 e 1940, a base da atividade econômica regional passou a ser o extrativismo e a agricultura de subsistência, antes tidas como complementares à economia da borracha” (SANTOS; MACHADO; SERÁFICO, 2015, p. 187).

Portanto, se no início da República a produção do látex era o alicerce não apenas para a manutenção da Amazônia nessa trajetória capitalista, como também para as próprias finanças governamentais, era essencial para as ambições dos agentes públicos que surgiram no cenário político com o novo regime, modernizar os meios produtivos, bem como as relações de produção, para fazer frente a outras praças concorrentes no mercado econômico. Diante desse panorama, não podemos perder de vista que o início do período republicano emergiu com o trabalho livre, uma vez que a abolição ocorrera apenas um ano antes da proclamação. Dessa forma, vale pensar os efeitos dessa mão de obra livre sobre os processos produtivos no campo, uma vez que o regime político anterior tinha suas bases assentadas no trabalho escravo. Ou seja, não era apenas uma mudança de regime, mas também transformações nas relações sociais e, obviamente, produtivas.

Não obstante, não se deve perder de vista que a primeira década republicana no país, como um todo, testemunhou crises econômicas como o encilhamento²³, além de crises políticas e sociais, sem falar que existiam adeptos do regime anterior que tornavam ainda mais tensas as relações políticas. Nesse sentido é que Gustavo Franco (1995, p. 11) assevera que a abolição da escravatura também foi determinante para a reestruturação do novo regime:

A primeira década republicana foi das mais difíceis para a política econômica. Em primeira instância, essas dificuldades se devem ao fato de que aí se observam os momentos cruciais de importantes transformações “estruturais” na economia do país, destacadamente a súbita disseminação do trabalho assalariado no campo e o reordenamento da inserção do país na economia internacional.

Assertivas assim mostram que os primeiros governadores, não apenas no Norte do país, mas em todas as demais regiões enfrentariam inúmeras dificuldades para transformar as estruturas de produção econômica diante de um cenário de transição onde as próprias relações produtivas eram outras. Não queremos com isso isentar os agentes públicos da

²³ Felipe Amim Filomeno (2010, p. 157-158) aponta o encilhamento como uma consequência da política econômica do então ministro da fazenda Rui Barbosa ao buscar maior liquidez para a economia brasileira, “necessária para fazer frente ao progresso das atividades econômicas, especialmente após a libertação dos escravos e a difusão do trabalho assalariado”.

responsabilidade pela obstinação voltada para estruturas produtivas baseadas na criação de espaços agrícolas e a introdução de imigrantes como forma de alavancar a agricultura na Amazônia, apenas evidenciar que o momento também não era dos mais favoráveis já que havia a necessidade de ajustes à nova realidade. Deve-se levar em consideração também que haviam outras questões para além da própria construção do novo regime, “como a conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana”, conforme salienta Schwarcz (1993, p. 27).

Contudo, apesar dessas mudanças políticas e sociais, o aspecto produtivo no país manteve-se inicialmente inalterado. Caio Prado Junior (2004, p. 218) nos lembra que além do período imediatamente posterior à Proclamação ter sido grave para as finanças brasileiras, a produção também não sofreu alterações com a mudança de regime, onde cada estado continuou apostando em um produto específico como carro-chefe das suas receitas:

Como no passado, a produção agrária continuará compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma; e desenvolvendo-se cada qual independentemente das demais e voltada inteiramente para fora do país, isto é, para a exportação. É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando vida à parte (*Ibidem*, p. 225).

Outro fator que contribuiu, de certa forma, para alterar, aos poucos, a modernização das práticas produtivas não apenas na Amazônia, mas no país como um todo, foi o fim da centralização política. Com o término da monarquia e o início da República, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1891, as unidades da federação ganharam autonomia necessária, possibilitando liberdade para o direcionamento das políticas econômicas. Pensando assim é que Lauro Sodré, então governador do estado do Pará em 1892, afirmava que as províncias, sem essa liberdade necessária, viviam de mãos atadas, justificando assim o atraso em que se encontravam no regime imperial:

A República, para que seja a realização das nobres e legítimas aspirações em nome das quaes pelejavam os que tinham a fé dos princípios, é necessário que venha satisfazer a essa grande sede de autonomia, que ia levando ao desespero as antigas províncias nos derradeiros tempos do Império. Si a monarchia unitarista, porque como um monstruoso pólipó enlaçava no tecido de seus tentáculos as províncias, sopitando todas as energias; e suffocando todos os estímulos, ia gerando o nosso atraso, e estava a dous dedos de produzir o esphacelamento da grande Pátria brasileira, a República para que possa ser a vida de todo este immenso organismo,

deve contrapor-se à realisa com o regimen da mais larga, da mais franca federação.²⁴

O tema da descentralização política esteve presente nos mais diversos discursos das autoridades públicas por todo país no início da República como um fator determinante para ações mais concretas na modernização das práticas voltadas para o aumento da produção agrícola, assim como nos métodos para o melhoramento das raças e elevação do número de animais. Um fator relevante para se compreender o significado dessa autonomia para as unidades da federação está na arrecadação fiscal. Com mais poderes os governadores orquestraram uma reforma tributária, onde os impostos de exportação, como afirma Sanjad (2010, p. 160), que geravam grandes riquezas para o Império, passou a ser recolhido pelas unidades federativas. Para as finanças paraenses, houve “um aumento substancial na sua receita, que também coincidiu com o aumento das exportações provocado pela alta verificada na cotação internacional da borracha”. Ao longo do governo de Lauro Sodré (1891-1896), a arrecadação estadual duplicou e parte significativa foi utilizada em obras de infraestrutura na capital Belém, conforme destaca Sarges (2010). Para a agricultura manteve-se investimentos na criação de espaços agrícolas e introdução de imigrantes.

Porém, como as mudanças não ocorrem de maneira abrupta, Lauro Sodré, em seu primeiro mandato como governador, entre os anos de 1891 e 1897, afirmava que o Pará continuava com “a acção inevitável e perniciososa dos velhos hábitos da centralização monarchica”.²⁵ Portanto, para o então governador, era essencial não apenas a própria manutenção do federalismo político, como também sua real execução:

Aqui para que a federação seja uma realidade traduzida em factos e não fique uma mera phantazia, uma palavra vasia de significação, uma ornamentação da carta política da República é myster que lutemos contra a tendência centralista, que nos anda impulsionando, contra essa força intensa, que nos atrae para o unitarismo, e que geraria grandes males para a Patria, porque a República só é viável com a federação e pela federação, e a integridade deste colosso sul-americano depende da autonomia dos Estados.²⁶

²⁴ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diário Official, 1891, p. 05. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2417/000005.html>> Acesso em: 02 Jan. 2019.

²⁵ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de Julho de 1892. Belém: Impresso na Typ. do Diário Official, 1892, p. 07. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2418/000006.html>> Aceso em: 08 fev. 2020.

²⁶ *Ibidem*, p. 09-10.

Maria de Fátima Carneiro da Conceição (1990, p. 130) destaca que “a República ao ser proclamada, herda inúmeros projetos e outros tantos compromissos”. Coerentemente conclui que “a colonização será um deles”. No entanto, é importante não perder de vista que essa herança vai, aos poucos, sofrendo alterações de acordo com a forma de pensar dos novos sujeitos que com ela emergem. Era preciso mostrar algo que distinguisse a República da monarquia, para além dos elementos políticos intrínsecos a cada regime. A criação de núcleos coloniais ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e a respectiva ocupação desses espaços agrícolas por imigrantes, continuaria sendo a tônica na última década do século XIX, apesar do governador José Paes de Carvalho dar, de forma incipiente, os primeiros sinais em direção a uma nova metodologia. Mas, no limiar do século XX, ocorreu na região amazônica não apenas a manutenção das políticas públicas voltadas para o povoamento de áreas esparsamente ocupadas, assim como todo um discurso voltado para a qualificação dos sujeitos que passariam a ocupar ou que já ocupavam aquelas terras por meio do ensino agrícola. Ensino esse, vale dizer, alheio ao conhecimento que os colonos locais possuíam acerca da natureza amazônica.

Era a República que - embora guardasse elementos do antigo regime, como o ufanismo em torno do solo e do clima no Norte do país - buscava também consolidar-se em meio aos resquícios monárquicos. Esse ufanismo ainda estava presente na fala das autoridades mesmo no final da década de 1930. O governador Dionysio Bentes – que governou o Pará entre fevereiro de 1925 e fevereiro de 1929 – dizia que “nenhuma parte do mundo dispõe de terrenos tão propícios ao plantio de cereaes como os que contamos no Pará”. Para ele, o problema ainda seria a falta de braços, pois até mesmo o clima ameno facilitaria o trabalho agrícola.²⁷ Vale ressaltar, inclusive, que esse ufanismo, por vezes resgatado no período em questão, provocava certo contrassenso devido à busca pela implantação de elementos científicos dentro do processo produtivo desde a primeira década do século XX.

Maria de Fátima Carneiro da Conceição (*op. cit.*, p. 131) afirma ainda que a “República se manifesta no Pará, no que diz respeito à implantação da via férrea e da colonização, com a ideia de correção administrativa, e da avaliação do que vinha sendo feito, implícita a ideia ou a suspeita de que continha erros”. Contudo, é imprescindível perceber que essa correção dos erros não se dá de forma repentina, mas sim após uma fase de transição um

²⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000033.html>> Acesso em: 20 fev. 2020.

tanto complexa por todo o país como bem demonstrou a Revolta de Canudos²⁸ ou mesmo na capital do país, no contexto da *Belle Époque*, sob o governo do então prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos com a famosa Revolta da Vacina²⁹. Pelo menos na Amazônia tal correção começa a efetivar-se de fato a partir da primeira década do século XX. Uma nova postura frente ao avanço do capitalismo na região, principalmente após o fim do trabalho compulsório, e das disputas imperialistas que sangravam a África e a Ásia, onde começaria a se erguer uma forte concorrência à produção do látex amazônico.

De qualquer forma, Maria de Fátima Carneiro da Conceição (*op. cit.*, p. 131) é categórica em afirmar que “a República parece buscar a competência administrativa, novo modelo de racionalidade, e talvez, num futuro qualquer, uma via férrea lucrativa, uma colonização produtiva, a ‘indústria agrícola’ promissora, [...]”. E não poderia ser diferente. Como a população não participou efetivamente do processo de mudança de regime, apenas testemunhando o fim de uma era, como afirma José Murilo de Carvalho (1987), algo precisaria mudar para justificar os acontecimentos. Esses novos ares também chegariam, mais cedo ou mais tarde no campo, mas inicialmente conviveu com mudanças e permanências, entre novas e velhas práticas. Contudo, a autora ainda faz uma interessante observação ao comparar a atuação dos primeiros governadores com a dos presidentes de província, lembrando que os republicanos tinham cinco anos à frente do executivo estadual – no caso de Augusto Montenegro, terceiro governador republicano, que sucedeu José Paes de Carvalho, foram oito anos, entre 1901 e 1909 - enquanto os representantes do Império, os chamados presidentes de província, ficavam por um curto prazo, às vezes, apenas por alguns meses, conforme as deliberações monárquicas, devido a centralização política do período. Para os governadores esse tempo a mais resultaria, como destaca a autora, “na possibilidade de melhor implementar políticas, quando elas existem, havendo um tempo para submeter ações políticas aos cidadãos”. Por sua vez, Mirian Dolhnikoff (2003, p. 119) explica que não apenas a constante troca de presidentes provinciais, quanto o fato desses agentes do governo central serem de fora da província, seria uma forma de garantir a fidelidade destes.

No entanto, esse tempo a mais que os governadores ficavam no cargo em comparação aos presidentes provinciais nem sempre significava a concretização de projetos, sobretudo no processo de produção agrícola. Basta lembrarmos que Lauro Sodré, que ficou no poder por 5 anos e 7 meses, não foi capaz de implantar ao longo de seu primeiro mandato,

²⁸ Sobre a Revolta de Canudos ver: NOGUEIRA, 1978.

²⁹ Sobre a Revolta Vacina ver: SEVCENKO, 1984.

entre junho de 1891 e janeiro de 1897, um projeto efetivo de modernização das práticas agrícolas para além da metodologia que vinha sendo realizado desde o período imperial, pois seu principal foco para o fomento da agricultura continuou sendo a criação de núcleos coloniais e sua ocupação por imigrantes ou mesmo a concessão de prêmios a agricultores. Não era bem o que pensavam, contudo, os editores do periódico *Estado do Pará* que, em 1913, ao publicarem artigo intitulado “Agricultura paraense na República”, onde fizeram questão de enaltecer sua atuação nesse setor da economia, afirmando ser “um facto incontestado que o movimento de renascença da agricultura e da indústria no Pará”, iniciou no seu governo.³⁰ Há também pesquisadores que atribuem a Lauro Sodré uma importância maior do que de fato merece quando se trata de fomento à agricultura. Para Alves e Santos (2014, p. 24), por exemplo, Lauro Sodré “promoveu políticas educacionais visando modernizar o Estado e difundiu as ciências em diferentes níveis e modalidades de ensino”, se posicionando também a favor da instrução aos agricultores.

No entanto, as ações nesse sentido começam de fato a se materializarem no governo de seu sucessor, José Paes de Carvalho, inclusive com forte incentivo à policultura. Nos parece mais evidente, no primeiro mandato de Lauro Sodré, haver uma continuidade da metodologia de fomento à agricultura e a pecuária tal qual já ocorria no Império. De qualquer forma, deve-se levar em consideração o fato de ter governado em uma fase de transição não apenas de regime político, mas também de regime de trabalho com o fim da escravidão. Fatos por si só característicos de turbulência não apenas econômica, mas também social. Basta mencionarmos para isso a Revolta do Capim e a Revolta 11 de Junho³¹, ambas ocorreram em 1891. Embora tenham ocorrido antes de Lauro Sodré ascender ao poder, como primeiro governador eleito no estado, esses conflitos evidenciaram o clima de instabilidade social nos primeiros anos da República no Pará.

Pesquisas mais recentes apontam que, muito embora o pensamento de racionalizar a produção agrícola estivesse presente desde o governo de José Paes de Carvalho, essa metodologia vai começar a efetivar-se apenas a partir dos anos finais da primeira década do século XX.³² Contudo, penso que a importância do referido governador seja bem maior do que aponta a historiografia. Embora não tenha iniciado em seu governo, as políticas públicas

³⁰ *Estado do Pará*, Agricultura Paraense na República, 11 de setembro de 1913, p. 01.

³¹ Sobre essas revoltas ver: FARIAS, 2013.

³² Não queremos afirmar com isso que os governadores Lauro Sodré e José Paes de Carvalho não pensassem no ensino agrícola ou na criação de institutos, estações, fazendas-modelo ou campos experimentais como solução para o fomento da agricultura, pois ambos fizeram referências em seus discursos a essas possibilidades que foram postas efetivamente em prática a partir do segundo mandato do governador Augusto Montenegro.

que buscariam levar a agricultura a outro modelo com base na racionalização da produção a partir de critérios científicos, Paes de Carvalho lançou as sementes para que mais tarde esse novo paradigma fosse levado a efeito. Seu sucessor, Augusto Montenegro, chegou a afirmar que a administração de José Paes de Carvalho, “tentou, por todos os meios, senão resolver pelo menos preparar a solução do problema difícil do aproveitamento da terra” e acrescentou afirmando que o trabalho de colonização, por ele desenvolvido, mesmo que não tenha alcançado aquilo que se esperava “deixou resultados apreciáveis no povoamento das vastas áreas que marginam a Estrada de Ferro de Bragança”.³³ Contudo, vale a pena destacar que nos primeiros anos do governo de Augusto Montenegro, a agricultura e a pecuária não ganharam a atenção que seu antecessor prestou, como ele mesmo louvou diversas vezes em suas mensagens. Ou seja, as sementes lançadas por José Paes de Carvalho germinaram a passos lentos.

Ao criar uma escola técnica de agricultura e pôr fim a dispendiosos contratos de imigração, Maria de Fátima Carneiro da Conceição (*op. cit.*, p. 144) entende que essas decisões tomadas por José Paes de Carvalho afetaram a região Bragantina e colocaram um ponto final “na inconstância e insucesso dos esforços da província com a imigração estrangeira”. Esforços, devemos lembrar, pouco promissores por parte do estado em incentivar uma imigração espontânea ou mesmo de promover condições de permanência dos colonos nos diversos espaços agrícolas. Contudo, as ações empreendidas por José Paes de Carvalho vão além de resolver questões relacionadas aos projetos de colonização.

Isso fica evidente quando, em 1899, José Paes de Carvalho afirmava que “nas colônias de Jambu-Assú e Marapanim [havia sido] iniciados campos de demonstração modestos, mas de utilidade prática”, e que outros seriam estabelecidos “de acordo com os [...] recursos e necessidades da lavoura”.³⁴ Afirmativas como essa evidenciam que o citado governador, mesmo que ainda apresentasse certa ênfase em seus discursos a importância da criação de núcleos coloniais e o incentivo à imigração espontânea – o que esteve presente também no discurso de seus sucessores – até para em curto prazo estimular a produção

³³ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 54. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000053.html>. Acesso em: 06 Abr. 2019.

³⁴ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 15 de abril de 1899 apresentando a proposta de orçamento a receita e despesa para o exercício de 1899-1900. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 25. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000025.html>. Acesso em: 26 Jul. 2019

agrícola, reiteramos, tem uma importância maior do que a historiografia mais recente vem dando a ele para a implantação desse novo modelo de agricultura no Pará.

A criação do Curso Regente Agrícola por José Paes de Carvalho também evidencia suas ações voltadas para a instrução agrícola. A criação do referido curso estava associada à tentativa de seu antecessor, Lauro Sodré, de fundar uma escola de agronomia. José Paes de Carvalho autorizou seu funcionamento nas dependências do Instituto Lauro Sodré em 1899. Ernesto Mattoso assumiu o cargo de diretor geral. De acordo com Alves e Santos (2014, p. 28) a proposta do curso era “formar trabalhadores para atuar conforme o novo modo de cultivar a terra que se inseria no Estado”, ou seja, “formar regentes agrícolas qualificados tanto para trabalhar na agricultura quanto na pecuária”.

Interessante observar que José Paes de Carvalho designou Ernesto Mattoso Maia Forte, diretor geral do Instituto Lauro Sodré, de visitar escolas de agricultura na Europa, entre outras coisas com o objetivo de conhecer não apenas a organização dessas, mas também “os seus métodos de ensino teórico e prático”.³⁵ Foi por meio do decreto n. 726 de 12 de julho de 1899 que o então governador criou o ensino agrícola.³⁶ Nas palavras do próprio diretor o Curso de Regente Agrícola deveria fornecer ao estado “lavradores cultos, inteligentes e essencialmente práticos”.³⁷

O seguinte trecho da mensagem de José Paes de Carvalho em 1899 sintetiza seu pensamento e é bastante significativo da própria realidade da agricultura paraense:

A nossa atrasadíssima lavoura, que nem sequer maneja a charrua dos tempos pré-históricos, carece modificar e substituir os seus processos rotineiros, adoptar os métodos de cultura mecânica e racional, conhecer os instrumentos que multiplicam os braços, melhorar as culturas existentes e ensaiar outras apropriadas ao nosso clima, e esta instrução elementar, que não deve por mais tempo ser adiada, somente poderá ser-lhe ministrada nos campos de demonstração agrícola e nas estações zootécnicas. Os campos de demonstração têm sido fundados em larga escala em França, Inglaterra e Estados Unidos e as suas vantagens não carecem de larga demonstração, pois o fim de tão útil instituição é vulgarizar as noções e métodos racionais da agronomia e criação e preparar aprendizes agrícolas, que do futuro constituam um corpo de operários rurais instruídos e conhecedores dos mais importantes processos de cultura e aptos auxiliares da grande lavoura. Trata-se de

³⁵ Estado do Pará. Relatório apresentado a sua ex. o sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, por Ernesto Mattoso Maia Forte, Diretor Geral do Instituto Lauro Sodré, sobre as Escolas de agricultura e Industrias da Europa. Lisboa: Companhia Typographica, 1900, p. 05. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/escolas-de-agricultura-e-industrias-da-europa/>> Acesso em: 02 Jul. 2020.

³⁶ *Ibidem*, p. 11.

³⁷ *Ibidem*, p. 17.

uma verdadeira lição de cousas, podendo ser variada a sua organização de accordo com as necessidades e aptidões de cada zona.³⁸

Para além dessas questões, na primeira década republicana, surge uma nova organização administrativa. Entre os anos de 1860 e 1891 as questões relacionadas ao campo estavam a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas (SENACOP), a qual teria sua criação relacionada “ao processo de modernização do Império, visto que os assuntos relativos a estradas de ferro, abertura de vias, navegação, telégrafos e demais serviços relacionados aos avanços tecnológicos ficaram sob sua jurisdição” (GLABER, 2012, p. 12). Até por isso, “procurou regular as questões relativas à agricultura através de diversas medidas de fomento e modernização da produção” (*Ibidem*, p. 13). Com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, passou a ser denominado Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Para todos os efeitos, os lucros obtidos com a exportação do látex fizeram com que os agentes públicos paraenses que protagonizaram a cena política na primeira década republicana, continuassem dedicando atenção especial à borracha, deixando outros produtos extrativos e outros ramos da econômica em segundo plano e exercendo, como veremos no tópico seguinte, uma verdadeira supremacia por parte desse produto. Assim, a agricultura passou a figurar nos discursos, sobretudo de estudiosos e especialistas, como alternativa a essa tirania.

1.2 “Tirania da borracha”: a agricultura como solução para a crise

Desde que as plantações da Hevea em Ceylão e em outros paizes da Asia tropical começaram a tomar proporções avultadas e a produzir resultados apreciaveis, surgiu para nós a questão muito grave, se com o desenvolvimento extraordinário d’aquellas plantações e com a baixa dos preços que um bello dia há de estabelecer-se forçosamente e definitivamente, os nossos seringaes naturaes serão capazes de competir com as plantações. Se deixarmos as cousas seguir o seu caminho natural, sem preoccupar-nos da concorrência que está se preparando, o resultado final não será duvidoso: será, senão a ruina completa, ao menos uma situação precária da nossa indústria principal, por um tempo indefinido.³⁹

³⁸ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899 e 1900. Belém: Typ. do Diário Official, 1899. p. 24 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000024.html> Acesso em: 31 dez 2018.

³⁹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha amazônica*. Ano III, n. 11, Belém-Pará, 31 de maio de 1909, p. 192.

Dessa forma, Jacques Huber fazia um alerta acerca da grave situação que começava a se desenhar em torno da extração da borracha na região amazônica diante do gradativo e acelerado crescimento da produção da borracha no Oriente. Jacques Huber conhecia de perto a produção asiática, pois realizou para o governo paraense “o reconhecimento e a avaliação das plantações de hevea que a Inglaterra desenvolvia no Oriente, como uma tentativa de reverter o quadro de crise econômica que começava a se instaurar na região Amazônica” (SANJAD, *et al*, 2009, p. 504). Apesar do alerta feito pelo cientista no artigo “O futuro da borracha amazônica” publicado na revista *A Lavoura Paraense* – na edição n. 11 de 31 de maio de 1909, sabemos que a produção local entrou em crise, de fato, poucos anos depois. Ou seja, nada foi feito de concreto para que se evitasse uma derrocada anunciada com antecedência ou ao menos amenizasse seus efeitos. Muitos aspectos podem explicar essa queda:

Os planos e projetos de valorização e defesa do produto brasileiro [borracha] no mercado internacional foram tímidos e não tiveram resultados, principalmente porque o seu foco era na situação do mercado, e não nos elementos condicionantes da produção. Ademais, a proteção da economia cafeeira do Centro-sul tinha mais relevância política e despertava mais a atenção do governo central (SANTOS, *et al*, 2015, p. 187).

As autoridades públicas na Amazônia não aceitavam esses prognósticos futuros, embebidos que estavam pelos lucros desse extrativismo. A esse respeito Caio Prado Junior (2004, p. 239) lembra que até o início da década de 1910 não havia motivos para preocupações, apesar das seringueiras serem “submetidas a um regime de extração intensiva e mal cuidadas”. Isso porque a floresta representava uma fonte inesgotável e naturalmente renovável dos seus recursos naturais. Contudo, as árvores eram “cada vez mais de difícil acesso, mais dispersas”. Ou seja, o que de fato disfarçava a triste realidade eram, conforme o autor, “os preços altos da borracha e o trabalho miseravelmente pago”.

Tal foi à antecedência com que a crise da borracha foi anunciada que o próprio cientista Jacques Huber fez questão de evidenciar que o governo, naquele momento, tinha a “compreensão nítida da gravidade da situação” e que ainda havia “tempo de evitar o mal” que se apresentava. Para isso era necessário que as ações dos agentes públicos fossem acertadas “e ao mesmo tempo decisiva”. De forma clara, Huber apontava que aquela situação se resumia em uma questão puramente econômica: “Já não se trata mais de experimentar se a seringueira pode-se cultivar entre nós, nem se o seu producto pode competir em qualidade com a borracha das plantações do Oriente; sabemos em ambas as questões levamos vantagem sobre os nossos competidores”.

Sem se preocupar em apenas assinalar o que já se apresentava para ele como algo obvio, Jacques Huber também apontou quais seriam as medidas a serem tomadas para se evitar a ruína: “Melhoramentos nas vias de comunicação, levantamento da agricultura, que tem de fornecer productos baratos e sadios para o sustento dos seringueiros, barateando assim o custo da extracção, e finalmente melhoramentos nos próprios seringas por meio de plantações”. E justamente porque a mão de obra nos países orientais era mais barata, “os mais competentes duvidam que, ao menos na região amazônica, a exploração dos seringas naturais possa evoluir em cultura racional e methodica”. Opinião essa compartilhada em partes por Jacques Huber pelas “condições do nosso meio e pela inercia dos interessados”.⁴⁰

Comparando a produção da borracha no Oriente com a produção na Amazônia, Roberto Santos (1980, p. 237) lembra que “nada se poderia comparar, no sistema extrativista e mercantil da atividade gomífera da Amazônia, de base empírica, com os processos científicos, a organização moderna e os estilos avançados da heveia-cultural asiática”. Para ele, tratava-se de um caminho sem volta, pois “não haveria mais acasos, invenções felizes ou guerras capazes de devolver a Amazônia a posição semi-monopolística do passado”. Nesse sentido, a manutenção do látex amazônico no topo das exportações iria depender de políticas públicas eficazes, entre elas, a inserção da agricultura nos seringais, como forma de suplantar as dificuldades alimentares dos seringueiros. A agricultura assumiria, portanto, uma relevante função na tarefa de alavancar a produção da borracha e os consequentes lucros auferidos.

Citando um artigo escrito pelo alemão D. Sandmann⁴¹, então membro da Câmara Comercial de Berlim, publicado na revista alemã “*Tropenpflanzer*” em 1908, Jacques Huber buscou fundamentar sua teoria de que um dos caminhos para o aumento na produção da borracha na região amazônica e sua consequente diminuição de custos passava, necessariamente, pela “introdução da agricultura nas terras firmes vizinhas dos seringais e com certos melhoramentos nas vias de comunicação”. Para todos os efeitos, aqui também, na opinião do cientista, a agricultura assumiria um importante papel na recuperação do mais importante produto para a Amazônia frente ao progresso que as plantações asiáticas vinham alcançando:

⁴⁰ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha na Amazônia*. Ano III, n. 11, Belém-Pará, 31 de maio de 1909, p. 192.

⁴¹ Sandmann, afirmava que muitos alimentos fornecidos nos seringais, onde boa parte chegava do Sul do país, se deterioravam com a longa viagem. Portanto, para além das questões consideradas relevantes para a prática agrícola nos seringais, destacava também que a introdução da “agricultura no Amazonas, sem dúvida exercia uma influência benéfica sobre o estado sanitário”. Ver: *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Borracha. O futuro da borracha: prognósticos de Sandmann*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, p. 518-521.

A criação de centros de agricultura nos seringaes ou na proximidade d'elles favoreceria a installação d'uma população fixa e contribuiria muito a tornar a vida dos seringueiros mais supportavel, facilitando ao mesmo tempo o melhoramento dos próprios seringaes por meio de plantação e cultura methodica da seringueira.⁴²

Para Jacques Huber, a plantação de gêneros agrícolas nos seringais, promoveria até mesmo uma forte atração de mão de obra, na medida em que esses trabalhadores fossem beneficiados com essa política econômica mais racional para a produção da borracha:

N'este caso, também não seria a receiar a falta de immigrants em consequência da baixa dos preços da borracha, porque com os melhoramentos indicados a vida nos seringaes seria mais atractiva para os emigrantes dos estados flagellados pela secca, para os quais se trata antes de tudo de escapar à fome e às privações. Os trabalhadores que actualmente trabalham apenas durante a metade do anno e 6 a 8 horas por dia, com certeza teriam melhor do que agora se elles pudessem trabalhar durante o anno inteiro, metade em trabalhos ruraes ou na extracção de outros productos, como madeiras, castanhas, etc.⁴³

De acordo com os cálculos feitos por Mendes (1910, p. 29-30) o extrator, no final da primeira década do século XX, gastava 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis) em mantimentos para coletar 400 quilos de borracha. Além desse valor os mantimentos chegam ao seringal com péssima qualidade em virtude das condições de transporte e acomodação. Para Mendes, o extrator poderia “conseguir víveres nos lugares menos alagados”. Poderia produzir seu alimento com muita facilidade nas terras firmes, desde que instruídos. “Com uma lavoura regular e organizada, os legumes e víveres custariam o preço dos outros Estados”, acrescenta. Para ele não seria exagero “dizer-se que os mantimentos, que hoje chegam as mãos dos seringueiros por 750\$000, poderiam muito bem chegar por 75\$000”. Além disso, “não há dúvida que viveres frescos e obtidos no lugar de consumo muito contribuiriam para o bom estado de saúde do seringueiro, tornando-o mais resistente à inhospitalidade do clima”.

Nesse cenário o estado assumiria um papel importante na medida em que se apresentava como o responsável direto pela aplicação dos meios necessários para o desenvolvimento da produção da goma elástica. Ainda citando o alemão Sandmann, Jacques Huber assinalava que uma das primeiras medidas a serem tomadas pelo estado seria reduzir ou mesmo acabar com as taxas de exportação “em caso de baixa permanente dos preços”.⁴⁴ Contudo, destaca insistentemente, que seria do interesse do governo “favorecer com todas as

⁴² *Ibidem*, p. 193.

⁴³ *Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha na Amazônia*. Ano III, n. 11, Belém-Pará, 31 de maio de 1909, p. 193.

⁴⁴ *Idem*.

forças o estabelecimento de uma população agrícola fixa, que para o aumento da fortuna nacional seria mais importante que os preços mais altos da borracha”.⁴⁵

Citando dessa vez H. Berkhout, que na mesma revista publicou em princípios de 1908 um artigo intitulado “Die Zukunft des Parakaustchuks am Amazonas” traduzido do alemão para “O futuro da borracha na Amazônia” confronta as opiniões emitidas anteriormente por Sandmann em vários aspectos e é bastante criticado em suas análises por Jacques Huber, pois embora seja “auctoridade nas questões de cultura das plantas de borracha”, o mesmo “conhece a Amazônia apenas pelos livros, não a tendo visitado pessoalmente, o que explica que elle se mostra menos bem informado sobre o nosso paiz que o sr. Sandmann”. Para Jacques Huber trata-se de um autor “mais interessado na prosperidade das culturas do Oriente do que na sorte dos seringaes amazonicos”.

Quando, por exemplo, se refere à ideia de Sandmann em apostar na agricultura em áreas de terra firme, H. Berkhout rebate afirmando ser, “impossível reter os seringueiros durante todo o anno nos seringaes e estabelecer culturas com o seu auxilio, já por causa dos grandes salários (até 10\$000) que elles exigem, já por causa da grande distância que muitas vezes separa os seringaes da terra firme”.⁴⁶ E acrescenta H. Berkhout: “onde os trabalhadores devem ser transportados de longe e os mantimentos não podem obter-se a baixo preço, não será possível fazer plantações baratas”. Apesar de bastante criticado por Jacques Huber, H. Berkhout evidencia uma salutar deficiência que, naquele momento, o país buscava resolver, pois em sua opinião “o governo brasileiro ainda não fez quasi nada para fomentar a instrucção scientifica dos seus agricultores”, e acrescentava afirmando que “a Inglaterra e a Alemanha mandaram botânicos para estudar as árvores de cujo producto o governo brasileiro cobrava um direito de exportação de 22%”. De modo conclusivo a respeito do artigo de H. Berkhout, Jacques Huber reafirmava que se tratava da “opinião de que a borracha amazônica é destinada a perder a sua importância senão a desaparecer completamente do mercado”.⁴⁷

Sem demora Sandmann respondeu as críticas de H. Berkhout na edição nº 12 da mesma revista alemã. O primeiro mantinha esperanças quanto à produção da borracha amazônica, pois os seringueiros só abandonariam a produção caso “achassem uma occupação mais remuneradora, o que por muito tempo ainda não será o caso” e acreditava que a cultura na Amazônia continuaria “a influir no mercado de borracha”, onde se deveria mesmo

⁴⁵ *Ibidem*, p. 194.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 195.

“aconselhar aos plantadores do Oriente a contar com este factor importante”.⁴⁸ Apesar de toda confiança de Sandmann quanto ao futuro da borracha produzido na Amazônia, Jacques Huber advertia que “a opinião geral lá fora é antes contrária as conclusões do sr. Sandmann e que não só nos círculos interessados nas plantações asiáticas prevalece a convicção que estas serão vencedoras na concorrência com a borracha amazônica”. Dessa vez citando Emile Perrot, em publicação na *Quinzaine Coloniale*, aponta que este concordava que “as conclusões de Burkhout são inevitáveis, e que a produção na Amazônia há de retroceder diante da competência das plantações asiáticas”. Independentemente de quem tivesse razão naquele momento – se o sr. Sandmann ou sr. H. Burkhout – Jacques Huber deixava no ar certa preocupação com o futuro das finanças tanto do estado do Pará quanto do Amazonas, ao questionar:

Se uma depreciação passageira do producto por si só, sem diminuição apreciável da produção, já tem por consequência uma crise gravíssima para o Estado, quanto maior será o desastre, se em consequência da baixa dos preços a produção diminuísse ao ponto de tornar-se quase nulla? O que temos de fazer para evitar esse desastre, que mais cedo ou mais tarde acontecerá infallivelmente, se deixar-mos as coisas seguir o seu caminho?⁴⁹

Como um castelo de cartas, Barbara Weinstein (1993, p. 16) lembra que ao contrário da produção cafeeira em São Paulo, onde a “economia regional expandiu-se e diversificou-se a tal ponto que uma área de monocultura clássica veio a tornar-se um dos mais importantes centros industriais do Terceiro Mundo”, a produção da seringa, “mostrou-se efêmera e superficial”. Um castelo de cartas levantado sobre “um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferia das estruturas sócio-econômicas característicos do período colonial”. De fato, o sistema de produção da borracha na Amazônia era considerado arcaico quando comparado com o sistema que era realizado no Oriente. Jacques Hubber dizia que este sistema agredia menos as árvores, além de extrair uma maior quantidade de látex por trabalhador. Afirmava também que esse método de extração realizado no Oriente já vinha sendo aplicado na Amazônia, mas muito lentamente (SANJAD, *et al*, 2009, p. 509).

Esse caráter efêmero da produção da borracha na Amazônia já havia sido apontado por Pimenta Bueno⁵⁰, que alertou em 1882, afirmando que o futuro das províncias

⁴⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha amazônica*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 263

⁴⁹ *Ibidem*, p. 264.

⁵⁰ BUENO, Manuel Antônio Pimenta. *Industria Extractiva. A Borracha*. In. PEDROSA, João José. *Falla Com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da Assembleia Legislativa da*

do Pará e do Amazonas não estava assegurado, pois a situação de prosperidade oferecida pelos negócios da borracha era lisonjeira, uma vez que sua produção era a mesma há duas décadas. Para todos os efeitos Pimenta Bueno chamava atenção para a participação quase nula da agricultura nas importações e exportações no Pará. Assim como Jacques Huber, Pimenta Bueno apontava para o renascimento da agricultura como alternativa para uma eventual crise na exportação do látex:

Antes de tudo convém não esquecer que é sempre perigoso para uma grande região confiar só n'um ramo do trabalho. A verdadeira prosperidade só póde resultar do concurso de variados empregos da actividade, e quando sobrão no Pará como no Amazonas elementos de riqueza, fora imprevidência não procurar activar a sua agricultura, hoje não só estacionaria, mas decadente.⁵¹

Com esse mesmo pensamento é que Jacques Huber parecia prever o pior se nada fosse feito no sentido de racionalizar a produção do látex visto que o crescimento da produção asiática já era uma realidade. Enquanto isso na Amazônia a realidade era bem diferente. Como bem nos lembra Luciana Murari (2009, p. 147), no final do século XIX, “a coleta do látex veio instaurar um sistema de extração em ampla escala, mas que não alterou em profundidade as relações de produção e de trabalho vigentes na região desde os tempos coloniais”. A autora, evidenciando essa tirania exercida pelo látex, lembra que, a partir do momento em que a borracha passou a ser conhecida como “ouro negro”, passou também “a dominar completamente a actividade extrativa na Amazônia, aprofundando o colapso dos demais setores da economia regional”.

A primeira tarefa seria, segundo Jacques Huber, baratear a produção e isto seria possível apostando na produção agrícola. De qualquer forma, lembra também que nem sempre seria “possível combinar o serviço agrícola directamente com o serviço da extração, já por causa da incompatibilidade no tempo das colheitas, já por motivos da conformação *physica* dos seringaes”. Contudo, advertia que, caso a região das ilhas viesse a ser imprópria para a agricultura, teríamos “as terras firmes da Estrada de Ferro e dos rios Guamá, Acará e Mojú”, que poderiam “fornecer à população dos centros exclusivamente extractivos todos os gêneros alimentícios a um preço relativamente barato”.

Valorizando ainda mais a agricultura dentro desse preocupante cenário da economia amazônica diante da ameaça oriental, Jacques Huber a colocava como salvação

Província do Pará em 23 de abril de 1882. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882, p. A-51. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/553/000048.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

⁵¹ *Ibidem*, p. A-53. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/553/000050.html>> Acesso em: 01 de fev. 2020.

para as finanças do estado, pois se apresentaria como “a melhor garantia de prosperidade e bem estar, e no caso d’um desastre da indústria extractiva, ella seria a única salvação para o Estado”. Embora, naquele momento, os preços da borracha ainda se mostrassem favoráveis, dificultando, segundo ele, o desenvolvimento da agricultura, uma vez que ainda havia um forte direcionamento de trabalhadores para a extração do látex, “logo que se produzir uma baixa definitiva e que a extracção seja menos rendosa, será mais fácil obter-se bastante braços para a agricultura”. Huber observava ainda um acentuado desequilíbrio de mão de obra entre a produção agrícola e a produção extrativa. Para todos os efeitos, deixava claro o papel do estado nesse contexto:

O mal está que a maioria da população não sente a necessidade de occupar-se seriamente com a agricultura, emquanto que a borracha der ainda para comprar os gêneros no estrangeiro. Mas o governo, que tem as vistas mais largas, e que se preocupa do futuro, pode preparar a reforma dos methodos agrícolas, para estar prevenido no caso da necessidade. É isto que elle fez com a criação da secção de agricultura e da estação experimental Augusto Montenegro”.⁵²

A proposta de desenvolver a produção agrícola como alternativa à crise na produção da borracha era vista com bons olhos no vizinho estado do Amazonas. O governador Jonathas de Freitas Pedrosa afirmava, em 1912, “que a salvação ou a vitória, na concorrência universal da borracha, producto eminentemente nosso, depende principalmente da sua cultura racional e do parallelo desenvolvimento da agricultura no Amazonas”.⁵³ A ideia de uma produção agrícola paralela à atividade principal, mesmo na forma de subsistência, era também uma prática comum nos cafezais paulistas a partir da introdução do imigrante no regime do colonato. José Graziano da Silva (1998, p. 08) lembra que o colono, mesmo sendo um assalariado temporário na época da colheita, “produzia parte de sua própria subsistência na roça familiar ao mesmo tempo em que gerava excedentes de produtos alimentícios comercializáveis na própria região”.

Assim como a agricultura, também a borracha exigia essa mesma intervenção do estado. Para Barbara Weinstein (1993, p. 17-18), “a intervenção dos governos provincial e federal, primeiro para subsidiar a mão-de-obra imigrante e depois para garantir os preços em

⁵² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha amazônica*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 264.

⁵³ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Primeira Sessão ordinária da oitava legislatura pelo exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1913. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1913, p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1649/000011.html>> Acesso em: 08 fev. 2020.

períodos de superprodução, foi essencial para a sobrevivência da economia cafeeira em São Paulo”. O mesmo não aconteceu no Pará, e mesmo na região amazônica como um todo, com a extração do látex, apesar dos alertas feitos por Jacques Huber. Barbara Weinstein esclarece que “o negócio da borracha recebeu relativamente pequena assistência ou interferência do poder público, o que, pelo menos em parte, explica os resultados diversos dessas duas expansões de exportação”.

Não se tratava apenas ou unicamente de manter a produção da borracha, mas, sobretudo, de desenvolver a produção com o intuito de, ao menos, manter o valor das exportações, principalmente com a concorrência que vinha da Ásia. Em 1904, Paul Le Cointe (1904, p. 40) já chamava atenção para essa questão. Dizia ele: “Déjà les diverses gommés élastiques découvertes en Asien et en Afrique font une sérieuse concurrence à la 'borracha' et l'avantage que vaut encore à celle-ci sa qualité supérieure disparaîtra quand commenceront à paraître sur le marché les produits de l'hevea" cultivate”. Dentro daquele cenário que se desenhava, Jacques Huber não tinha dúvidas que os valores iriam baixar e que a solução imediata seria aumentar a produção e esse aumento não se daria apenas com a descoberta de novas árvores, mas sim com plantações de seringueira. Nesse sentido, “deveria ser a preocupação de todos os proprietários de seringaes, que nas suas propriedades o número das árvores, em vez de diminuir, aumentasse constantemente”. Dentre outras sugestões feitas por Jacques Huber na luta contra a produção asiática destacou uma que considerava de máxima importância. Para ele, seria interessante que fosse oferecido:

Um producto, que as qualidades de elasticidade e força reconhecidamente superiores a borracha amazônica juntassem a vantagem da pureza absoluta, a cotação da nossa borracha sustentar-se-ia n'uma altura superior a da borracha asiática e tornaria-se até um certo ponto independente d'ella, como da borracha de todas as outras proveniências.⁵⁴

Para alcançar essa pureza absoluta entraria em cena a ciência para atestar as propriedades das diversas espécies de goma elástica. O cientista convida a pensar em métodos e técnicas mais vantajosos para a colheita e coagulação da borracha, se não substituir os atuais, ao menos melhorá-los. Quer dizer, Jacques Huber predizia uma atenção à borracha com bases racionais de produção, passando por todas as suas fases:

Isto me conduz a falar da instrução technica sobre a borracha. É evidente que só podemos esperar um progresso nos methodos de cultura, extracção, preparo e

⁵⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha amazônica*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 265.

classificação do nosso producto principal, se os conhecimentos respectivos são accessíveis a todos e se trabalhe em divulgá-los o mais possível.⁵⁵

Embora a divulgação fosse importante para o progresso dos métodos e técnicas de produção da borracha, Jacques Huber apontava as publicações feitas na imprensa, pelo governo e por particulares como insuficientes. Contudo, a organização de uma exposição permanente em Belém de uma variedade de amostras da goma elástica faria muita diferença. Esta exposição deveria ser organizada da seguinte forma:

1) Sobre todas as qualidades de borracha produzidas no Estado do Pará (ou na Amazônia), sobre as árvores que as fornecem e sobre distribuição d'estas; 2) sobre os métodos de extracção e de coagulação usados actualmente, assim como sobre novos processos vantajosos; 3) sobre os esforços feitos na Amazonia para levantar a indústria extractiva, sobre plantações já feitas ou para fazer; 4) sobre o progresso das plantações em outras partes do mundo, a sua extensão, o seu rendimento, os instrumentos e métodos de coagulação empregados ali.⁵⁶

As informações presentes nesta exposição se dariam por meio de mapas, fotografias, tabelas e outros meios, além de uma biblioteca para dar suporte com livros e revistas que tratassem do assunto. Para a realização da referida exposição, seria imprescindível o papel do governo, com auxílio do museu estadual, que já possuía “alguns elementos para organizar semelhante empresa, sem ônus pesado para o thesouro do Estado”.

⁵⁷ Fica evidente que a importância da montagem de uma exposição sobre o principal produto da economia amazônica durante a chamada *Belle Époque*, seria simplesmente, divulgar o maior número de informações possíveis sobre todas as variedades de seringueira. Em conclusão, Jacques Huber deixava evidente que anos terríveis para a economia da borracha estavam por vir. Apesar disso, destacava que não haveria lugar para desespero. Também não se poderia ficar de braços cruzados, mas “fazer um esforço sério em diversas direcções, para poder fazer frente ao perigo que nos ameaça, e cuja realidade só pode ser negada por pessoas indiferentes ou mal informadas”.⁵⁸

Também analisando a situação da borracha, Paes Barreto, em artigo publicado em 1908 na revista *A Lavoura Paraense*, comparava-a com a produção da cana, algodão, arroz, tabaco e café, afirmando que o produto amazônico estava ameaçado de “inclusão a parábola” daqueles produtos, “para os quais o Brazil serviu de campo experimental até o momento em

⁵⁵ *Ibidem*, p. 266.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O futuro da borracha amazônica*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 267.

que a mão da Europa espalhou sabiamente as suas sementes pelos seus patrimônios no mundo”. No caso específico da produção açucareira⁵⁹ o grande problema estava no “sytema rotineiro da plantação, coevo do escravo, que demanda imensos latifúndios de terra fértil”. De forma mais contundente nessa comparação, chega a dizer que o problema amazônico não era um enigma, mas era “um dilemma sério e inilludível de vida ou morte igual ao do assucar”. Deixava então o alerta:

Ou todo esse milhão de homens da bacia do Amazônas se levanta resolutamente, como um só pensamento, já e já, governos e interessados, para plantar o solo methodicamente, instruindo a intelligencia e o braço do plantador, sem escapar o mínimo detalhe útil da boa instrução agrícola e industrial, não só nas escolas públicas, mas principalmente no próprio local de plantio... Não esperava que o producto do Oriente vença a nossa quantidade dentro de 15 ou 20 anos...”⁶⁰

Uma das soluções apontadas por Paes Barreto não passaria apenas pela plantação de cereais próximos ao seringal usando a subsistência dos extratores, mas dentro dessa mesma área estabelecer “a plantação simultânea da árvore da borracha”, assim como, “a transplantação concumitante das árvores novas de um a três annos, tão abundantes na floresta, é fácil e antecipa o termo [*sic*] de espera”. Apesar de considerar a extração da borracha feita na floresta “dispendiosíssima”, considera que o seu custo de produção é baixo, assim como os instrumentos agrícolas utilizados. Previa que essa produção florestal, dentro de 10 ou 20 annos, não poderá competir, “com o preço ínfimo obtido pelo consumo universal no implemento da lei econômica, já a borracha cultivada nas áreas agrícolas terá o crescimento, a quantidade e a qualidade exigidos”. Para tal, a produção deveria ganhar um carácter científico e racional:

A plantação scientifica da borracha amazônica, em larga escala crescente anno a anno, até attingir o mesmo numero e por fim o dobro da quantidade de arvores actualmente exploradas na floresta, diminuindo por si só incalculavelmente o custo da extracção pela facilitação do transporte, que é o duende da exploração actual, pelo emprego de cada braço em quantidade quatro ou cinco ou mais vezes maior de arvores do que a do limite exíguo imposto pelas difficuldades e vastidão da floresta e sem a occupação simultânea na extracção e preparo do producto...”⁶¹

⁵⁹ Um grave problema enfrentado pelos produtores de açúcar na região amazônica, assim como outros gêneros agrícolas, foram as consequências advindas com a eclosão da Revolta da Cabanagem (1835-1840), pois a economia açucareira sofreu bastante com a desorganização dos engenhos e dos plantios” (CAMPOS; CASTRO, 2015, p. 440).

⁶⁰ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Dilemma da Borracha*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 365-366.

⁶¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Dilemma da borracha*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 366-367.

Paes Barreto, desde o início do seu artigo, denota uma preocupação com os produtos que advém das seringueiras plantadas no Oriente. Nesse sentido é ilustrativo quando o articulista - ao comparar a forma como as seringueiras estão dispersas pela floresta e da forma racionalmente como estavam plantadas no oriente – chamava atenção para se “compor a *hypothese theorica* de uma pequena área *cultivada* e confrontal-a com o latifúndio das muitas léguas intransitáveis de um seringal actual em plena floresta”.⁶² Apenas por essa assertiva, nota-se o quanto Paes Barreto mostrava-se preocupado com o plantio inglês na Ásia. Para ele era notório que mais cedo ou mais tarde essa produção superaria, por questões óbvias, a produção amazônica.

Com o propósito de diferenciar esses dois tipos bem diferentes de produção, evidenciando de um lado o desperdício de tempo com a extração do látex da forma como era feito em plena floresta amazônica e, por outro lado, a dinâmica da produção asiática, Paes Barreto fez o seguinte exercício numérico: para uma área de mil metros quadrados são plantadas dez mil árvores, uma vez que se deve guardar um espaço de dez metros entre as árvores, são precisos pouco mais de dois trabalhadores para se colher quarenta e cinco mil quilos em trezentos dias de dez horas à razão de quinhentas árvores por braços, enquanto que:

Em um seringal florestal de 10.000 árvores, equivale a 100 estradas, por causa da longinquidade das árvores, obstáculos naturais da floresta, e emprego de metade do dia na extração e da outra metade no fabrico pelo mesmo individuo, demanda actualmente 50 braços em 150 dias uteis de 5 horas para extrahir, diga-se, 300 kilos diários, equivalente a uma safra de 45:000 kilos.⁶³

Visando um plantio racional e organizado tal qual se apresentava no Oriente é que Paes Barreto sugeriu, entre outras possíveis soluções, a criação de um banco agrícola, tanto em Belém quanto em Manaus, para empréstimos a longo prazo, para aviadores e proprietários, onde a preocupação seria observar se o programa de plantações para que o empréstimo fosse concedido estaria sendo ou não cumprido.⁶⁴ A criação de um banco agrícola, como sugerido por Paes Barreto, foi o principal ponto estabelecido no acordo celebrado entre os governos do Pará e do Amazonas em 1911. O convênio firmado tinha o objetivo de proteger o preço da borracha diante das oscilações do mercado. Nas palavras do governador do Amazonas à época, o acordo visava “não só a estabilidade, tanto quanto possível, do preço da borracha, como também os meios de prevenir a venda precipitada do

⁶² *Ibidem*, p. 367.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 368.

gênero por falta de numerário”.⁶⁵ Por sua vez, o governador do Pará João Antônio Luiz Coelho, afirmou que a ideia de organizar dois bancos pareceu “ter sido um meio mui hábil de collocar as duas praças no mesmo de pé de igualdade nas operações”.⁶⁶

Francivaldo Alves Nunes (2016, p. 162-163) tratando sobre auxílios e melhoramentos materiais à lavoura durante a segunda metade do século XIX na Amazônia, mais especificamente sobre política de crédito, nos lembra que, já naquele momento, devido a uma série de dificuldades no cultivo por conta das condições da terra a ser usada, “o lavrador era obrigado a contrair empréstimos, mediante hipoteca de uma propriedade agrícola, e se conseguisse, arriscaria a arruinar-se, por conta dos juros, considerados exorbitantes”. Diante disso, “a falta de capitais na agricultura se constituía como uma das principais reclamações dos grandes proprietários da região”.

Além dos pontos acima elencados, Paes Barreto propôs a criação de uma lei agrária que possibilitasse aos interessados nessa produção o acesso gratuito a áreas devolutas, a criação de escolas práticas de ensino agrícola e industrial nos municípios onde fossem realizadas essas plantações e o incentivo por meio de premiações aos agricultores. Diante dessas implementações, Paes Barreto acreditava que a aplicação dessas medidas “precipitariam a indústria florestal amazônica no novo caminho da lavoura científica e a fortaleceriam de prompto quanto bastasse para dentro de curto prazo e por si mesma ella adquirir essa madureza necessária ao florescimento econômico”.⁶⁷

De forma conclusiva, Paes Barreto evidenciava toda sua preocupação com o cenário que se descortinava para o principal produto de exportação da região amazônica:

Utopia é esperar do *status quo* bom destino. O *status quo* é a crise de 1900, isto é, a ruína integral de heroica metade dos comerciantes da região pela fallencia no dia seguinte da mais assombrosa prosperidade, por falta de um banco agrícola de empréstimo a longo prazo; é a crise de 1906, isto é, a impotência do mercador para impor ao consumo a lei da boa fé necessária ao mercado, ainda por falta do mesmo banco; é principalmente a incapacidade do systema de exploração florestal para vencer a agricultura oriental na batalha iminente e portanto o risco do completo desaparecimento da indústria da borracha brasileira.⁶⁸

⁶⁵ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da sessão extraordinária da sétima legislatura em 8 de maio de 1911 pelo exm. Ser. Cor. Governador do Estado. Manaus-Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911, p. 06-07. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720879x&pagfis=4055>> Acesso em: 02 Jan. 2020.

⁶⁶ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 81. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000081.html>> Acesso em: 31 Dez. 2019.

⁶⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Dilemma da Borracha*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 366-367.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 369.

Embora Paes Barreto conclamasse as autoridades de Belém e Manaus a não cruzarem os braços diante do risco iminente, o que se percebe com a leitura das fontes oficiais é que as autoridades estaduais não tinham a mesma visão para o futuro dessa importante indústria extrativa. Em fins de 1907 a borracha apresentava uma ligeira queda no valor de suas exportações. O governador Augusto Montenegro não atribuiu esse fato à incipiente concorrência asiática que no ano de 1907 havia sido de 600 toneladas. O governador paraense acreditava que até 1913 a produção asiática alcançaria um total de cinco milhões. Previsão que se mostrou completamente errônea uma vez que a produção naquele ano foi de “47.618 toneladas superando pela primeira vez a produção amazônica de 39.560 toneladas” e com o passar dos anos a situação apenas piorou, pois “em 1919, já representava 90% da produção mundial de borracha”, quer dizer, enquanto a Amazônia havia produzido cerca de 34.285 toneladas, a produção asiática, naquele mesmo ano, foi de 381.860 toneladas (SAMPAIO, 2011, p. 33-34). Vale destacar que em meados de 1907, José Ferreira Teixeira (1907, p. 05), em memorial apresentado Congresso dos Fazendeiros, o representante de Muaná chamava atenção para o avanço da borracha produzida no Oriente, afirmando que em pouco tempo a economia amazônica sofreria graves consequências, pois apenas em Java existiam “para mais de setenta milhões de seringueiras plantadas e tratadas com rigoroso methodo”.

Para o governo paraense o motivo da crise no valor das exportações da borracha estava ligado diretamente à queda das importações americanas que haviam sido de duas mil toneladas a menos que no mesmo período de 1906.⁶⁹ Além de descartar a concorrência asiática para explicar a crise no valor das exportações da borracha, também não atribuiu a nenhum aumento da produção uma vez que a safra acusava uma queda.⁷⁰ O que se percebe é que durante a segunda metade da década de 1910 as autoridades paraenses – e acredito não ser exagero estender esse mesmo pensamento às autoridades dos demais estados da região amazônica – subjogavam as plantações inglesas no Oriente, não acreditando que, mesmo a longo prazo, poderiam concorrer com a produção amazônica, sobretudo, por “faltar-lhes a natureza do sólo, que apesar de todos os cuidados e artifícios, jamais pode igualar-se ao nosso abençoado sólo do vale do Amazonas”.⁷¹ O ufanismo sobre a região falava mais alto:

⁶⁹ Álbum do Estado do Pará mandado organizar por Augusto Montenegro, governador do Estado – oito anos do governo (1901-1908). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908, p. 179.

⁷⁰ *Ibidem*, p.197.

⁷¹ *Ibidem*, p.180.

O Pará e todo o Amazonas não póde arreceiar-se da concorrência no seu principal producto. Está verificado cabalmente que nem em Ceylão, por mais alto que seja o preço que a sua borracha vá obtendo no mercado inglês, não compensa a perda de arvores annualmente que se dá ali, já pelo cupim, já pela natureza do sólo. A proporção das que morrem após 3 e 4 annos de incessantes cuidados é tal que não é compensada pelo produto das que escapam. O sólo abençoado da nossa região dalhe mesmo o privilégio exclusivo da bôa borracha.⁷²

Apesar dessa visão em torno do solo, ou seja, a sua inesgotável fertilidade, especialmente da região Bragantina, ele passou também a ser questionado nesse novo momento pela qual passava a agricultura paraense. Ao apostar na natural fertilidade do solo acabava não havendo, portanto, o devido conhecimento científico da sua real capacidade produtiva. A preocupação em racionalizar a produção ainda caminhava paralela a esse ufanismo, o que de certa forma limitava o processo de modernização da produção agrícola. Essa certeza quanto à fertilidade do solo sem os rigores científicos, caminhava na contramão da moderna e racional produção agrícola, uma vez que deixava-se de promover melhorias nas condições de uso do solo, como sua fertilização por meio de insumos agrícolas, o que prejudicava qualquer iniciativa de fomento à própria produção do látex.

De qualquer forma, em junho de 1913, já sob a administração de Enéas Martins – que exerceu o cargo do executivo estadual no período de fevereiro de 1913 a dezembro de 1916 – o governo do estado do Pará celebrou acordo com o Governo Federal para a redução e isenção de impostos sobre a borracha, bem como medidas de amparo e proteção. Entre essas medidas estava a criação de uma estação experimental “em local convenientemente escolhido nas proximidades de Belém, para o estudo da cultura de seringueira e de outras plantas de valor industrial e alimentar”.⁷³ Contudo, o ministro da agricultura Dr. Manuel Edwiges de Queiroz Vieira, se referindo às Estações Experimentais voltadas para a cultura da seringueira nos estados do Pará e do Amazonas, afirmou que, a despeito de ter sido designado parte do pessoal, não haviam iniciado as tarefas imperativas à sua instalação, porque não havia sido adquirido o lugar onde deveriam ser instaladas.⁷⁴ No relatório seguinte, o ministro afirmou que a referida Estação Experimental para a cultura da seringueira no Pará encontrava-se

⁷² *Ibidem*, p. 181.

⁷³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913, p. A1-1 (Anexo). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1034/000057.html>. Acesso em: 21 Set. 2016.

⁷⁴ BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manuel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 93º da Independência e 26º da República, volume I, Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1914, p.17 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/000053.html> . Acesso em: 23 jun 2016.

fechada, “ou, por outra, tem suspensos os seus trabalhos, aguardando solução sobre a aquisição dos necessários terrenos para a sua instalação definitiva”.⁷⁵ Evidenciando assim toda morosidade em torno de uma questão importante não apenas para a economia paraense, mas para a região amazônica como um todo.

Logo que os primeiros sinais concretos da crise começaram a surgir, nos primeiros anos da década de 1910, surgiram também falas mais contundentes contra a chamada “tirania” que a borracha exercia sobre a economia do estado. O governador João Antônio Luís Coelho – que exerceu o referido cargo no período de fevereiro de 1909 a fevereiro de 1913 -, por exemplo, afirmava que a crise pela qual o estado passava, “originária da diminuição do preço da borracha, é mais um exemplo frisante e eloquente de que nenhum povo poderá conseguir equilíbrio econômico com a produção quasi exclusiva de um gênero, maximé [sic] quando existe a concorrência internacional”. Reiterava que o estado deveria empregar todos os recursos necessários em prol da agricultura, no sentido de modernizá-la, para que a mesma se erguesse como alternativa à economia da borracha:

A acção do Estado para estimular e provocar a iniciativa individual, no objetivo de empregar sua atividade na agricultura, por methodos e processos racionaes, visa principalmente combater a monocultura da borracha ou a hypertrophia de sua producção, com o abandono de todos os outros productos da terra, quer dos reinos vegetal e mineral, quer do reino animal.⁷⁶

A fala do governador João Coelho sintetizava tudo aquilo que Jacques Huber já havia defendido alguns anos antes quanto ao estímulo à agricultura junto aos seringais. Da mesma forma, Enéas Martins, que governou o Pará entre os anos de 1913 e 1916, também não olhava com bons olhos a supremacia que tinha a borracha sobre a economia paraense. Para ele o estado deveria agir de forma “mais enérgica no fomento da agricultura, pois é irrefragável que só pela produção agrícola se pode assegurar a salvação comum e libertar o Estado da tyrannia da borracha, pondo-o em condições de prosperidade econômica estável”.⁷⁷ A crise econômica provocada pela redução do preço da borracha no mercado internacional a partir de

⁷⁵ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915, p. 27 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2006/000047.html> Acesso em: 23 Jun. 2017.

⁷⁶ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luís Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1911, p. 134. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000134.html> Acesso em: 08 fev.2019.

⁷⁷ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1916, p. 93. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000093.html> Acesso em: 29 Jan. 2019.

1912 reclamava cada vez mais uma mudança de postura, ou seja, uma transformação nos métodos de produção e criação em todo o estado por meio do uso da tecnologia na agropecuária, algo que já ocorria em outras regiões do país.

Por determinação do então governador Enéas Martins, Theodoro Braga escreveu o Guia do Estado do Pará em 1916 como comemoração pelo 3º centenário da cidade de Belém. Ao tratar da produção econômica o autor fez questão de enfatizar que a agricultura, assim como a pecuária, deveria suplantar em importância a borracha:

É errado pensar que o futuro do Pará depende unicamente da borracha. A agricultura é que faria a sua máxima grandeza de par com a pecuária, uma e outra orientada científica e intensivamente, com despendio relativamente pequeno, em proporção com os inevitáveis benefícios a auferir dessas duas grandes industrias naturaes, que só esperam a iniciativa do homem e a sua methodica perseverança para se desatarem em inesgotáveis riquezas, tal a feracidade do seu solo e as especiais condições para uma productiva criação de gado (1916, p. 174).

Apesar de fazer uma defesa irrestrita da agricultura e da pecuária como alternativa para a supremacia que a borracha ainda exercia naquele momento, Theodoro Braga alia, em sua fala, uma dose de ufanismo com princípios modernos e científicos para o fomento desses setores. De qualquer forma, deixava evidente que outros campos da economia paraense também necessitavam de atenção e desenvolvimento. As ações em favor dessa racionalização da produção vieram por meio não só da criação de estabelecimentos de ensino agrícola, mas também pela divulgação de modernas técnicas e métodos de produção.

Quase duas décadas após o fim do sonho proporcionado pelos lucros do látex, o governador Eurico de Freitas Valle, que exerceu o executivo estadual entre os anos de 1929 e 1930, ainda lamentava a exclusividade que a borracha ganhou. O que, de certa forma, era justificada para ele, pois “fornecia aos capitaes e braços nella empregados compensações extraordinárias”. Contudo, “embora lucrativo, concorreu para a desorganização da economia do Estado, quando a concorrência da borracha das Índias deslocou o nosso producto dos mercados, na quantidade e nos preços”. Completava suas ilações mostrando que os estados mais prósperos do país eram aqueles que assentavam “a sua política econômica em vários productos commerciaes e industriaes”. O exemplo seria São Paulo, que apesar de maior produtor do principal gênero de exportação do país – o café -, “nunca se descuidou de desenvolver outras fontes de produção”.⁷⁸

⁷⁸ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-

Dentro dessa discussão, Bárbara Weinstein (1993, p. 74-75) afirma que durante o período áureo da borracha diversos produtos foram beneficiados por toda a rede de transportes e de comércio construído em torno da economia gomífera. Mesmo com esse suporte, no entanto, houve uma significativa queda no valor das exportações do cacau, da castanha e do couro, pois no fim da década de 1870 respondiam por 20% das exportações⁷⁹ e na década de 1890 passaram a responder por apenas 10%. Isso demonstra que, ao contrário do que a própria autora afirma quando diz que “o negócio da borracha não monopolizava toda a atividade comercial da Amazônia e parecia, até mesmo, ter estimulado a exploração de outros produtos extrativos”, o que se percebe é que esse produto extrativo foi aos poucos engolindo os demais produtos quanto aos valores de exportação, jogando-os em posição de coadjuvantes.

Luciana Marinho Batista (2009, p. 127) também critica a análise feita por Bárbara Weinstein quanto ao papel desempenhado por outros setores da economia durante o apogeu da goma elástica. Para ela, a pesquisadora americana “mostra um quadro onde os grupos ligados ao comércio, à agricultura e ao extrativismo estavam marcados por uma considerável separação, no que toca aos seus investimentos e interesses visando o desenvolvimento provincial”. Outras regiões do país, durante a segunda metade do século XIX, primavam pela “diversificação de investimentos”. Paul Le Cointe (1904, p. 474), de forma até radical, apontava, no início do século XX, que o caminho do progresso na Amazônia se daria com o fim dos recursos oferecidos pela floresta:

Et l'on en arrive à cette conclusion d'apparence paradoxale: que le principal obstacle au progrès économique de l'Amazonie est sa propre richesse en produits naturels immédiatement exploitables, et qu'elle n'entrera définitivement dans la voie du progrès que lorsque les forêts marginales étant épuisées, les Amazoniens se verront obligés de chercher à se procurer, par le travail raisonné, les ressources qui ne seront plus traîtreusement offertes à leur tentation par la nature même.

De fato, é uma conclusão paradoxal, principalmente porque Paul Le Cointe atrela o início do trabalho racional na Amazônia ao esgotamento dos produtos oferecidos pela floresta, quando poderia suscitar a possibilidade de trabalhar racionalmente os recursos oriundos do extrativismo. De qualquer forma, o desenvolvimento de outras fontes de produção passava pela reformulação das práticas agrícolas. A qualificação do lavrador era uma prerrogativa desse novo modelo de produção que se pretendia implantar com vistas à

Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), 1929, p. 48. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000049.html>> Acesso em: 27 abr. 2020.

⁷⁹ Vale destacar que o termo *exportação* não tem, para o período então em análise, o mesmo sentido que se atribui a ele atualmente, havendo uma leve diferença. Luciana Marinho Batista (2009, p. 144) afirma que, no século XIX, o referido termo “podia fazer referência tanto a vendas feitas para países estrangeiros, quanto para outras províncias do Império”.

racionalização das atividades rurais. Fazia-se necessário também um bom número de trabalhadores. Portanto, devemos salientar que o modelo de produção baseado na criação de núcleos coloniais e a consequente ocupação desses espaços por colonos prevaleceu concomitante a essas ações, como veremos em detalhes na próxima seção.

1.3 É preciso povoar: manutenção de uma antiga prática na Amazônia.

“[...] diante das experiências feitas e das lições que dellas dimanam, não se trata, no nosso caso, de uma pura questão de povoamento, mas também, e, sobretudo, de uma questão de gênero, processos, modos e espécies de cultura”.⁸⁰

A afirmativa acima feita pelo governador Augusto Montenegro se refere aos resultados pouco significativos alcançados com os projetos de colonização mantidos durante toda a segunda metade do século XIX. Projetos instituídos sobre a criação de núcleos coloniais e o respectivo povoamento desses espaços agrícolas por imigrantes, sobretudo europeus. Apostar nesses colonos como solução para a crise da produção agrícola e o abastecimento dos mercados da capital e das principais cidades não era mais vista como uma alternativa exclusiva para se alcançar tais objetivos, embora não tenha sido completamente abandonada por aqueles que passaram a pregar uma nova metodologia, agora baseada na modernização das técnicas agrícolas, por meio da racionalização da produção e da qualificação do trabalhador rural por meio do ensino agrícola. Não se tratava mais exclusivamente de quantidade, mas da qualidade dessa mão de obra. Não que a qualificação dessa mão de obra não fosse, no Império, uma preocupação como já salientado, mas a atuação dos cientistas do Museu Emílio Goeldi, nos primórdios do século XX, deram outro viés a esse ramo da economia paraense.

Dessa forma, a preocupação com a qualificação do trabalhador agrícola caminhou paralelo à quantidade, pois para qualificar eram necessários os sujeitos a serem qualificados. Portanto, o pensamento era de que, quanto mais trabalhadores melhor, principalmente se estiverem aptos para a lida com a fauna e flora amazônica. Assim, não ocorreu um completo abandono do modelo de desenvolvimento agrícola que vinha sendo realizado desde as décadas finais do período imperial na Amazônia. A evidência dessa assertiva é perceptível

⁸⁰ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 54. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000053.html>. Acesso em: 06 de Abr 2019

nos governos republicanos uma vez que se têm ainda a fundação de expressivos núcleos coloniais na região Nordeste do estado como parte da proposta para impulsionar a economia local. Dessa forma é que Moraes (2009, p. 166) enfatiza que “povoamento e economia ligam-se, portanto, estreitamente, à questão da ocupação humana do Pará, como de toda Amazônia, desde os começos de sua conquista até os dias presentes”.

Além dessas assertivas, há também o pensamento de que o aumento gradativo no número de pessoas a serem alimentadas em determinada região, acaba por levar, forçosamente, ao desenvolvimento das técnicas agrícolas e, portanto, ao seu consequente aprimoramento. Assim, Ester Boserup (1987, p. 87) argumenta ser:

[...] pouco provável que uma população pouco numerosa e estagnada possa ultrapassar o estágio de uma agricultura primitiva e atingir um nível superior de desenvolvimento técnico e cultural, enquanto que uma população em crescimento enfrentará a necessidade de melhorar o solo e de promover outros investimentos na agricultura.

Para todos os efeitos, não foram encontradas evidências na documentação mostrando que os agentes públicos no Pará pensassem dessa forma ao incentivar a imigração para a Amazônia. Obviamente que povoar áreas esparsamente habitadas não era uma preocupação apenas das autoridades paraenses, mas também dos estados vizinhos. Já pelos idos de 1930, por exemplo, o então governador do Maranhão, José Maria Magalhães de Almeida, para quem, “depois do problema das estradas de rodagem, do saneamento e da instrução”, nenhuma outra dificuldade era mais imperativa e inquietante do que a da imigração vista por ele como solução para o desenvolvimento da agricultura, pois a falta de mão de obra se fazia “sentir constantemente”.⁸¹

Com esse pensamento é que o governador Augusto Montenegro fundou os núcleos Anhangá, com 500 lotes, São Luiz, com 1000 lotes e o núcleo Montenegro, “anexo à Estação Experimental Augusto Montenegro, constituído por 1000 lotes, cujos trabalhos de medição e discriminação foram iniciados em 3 de junho de 1907 pelo engenheiro Alexandre Ritter Von Jelita e concluídos em janeiro de 1909 pelo agrimensor Boanerges Cardoso”. João Coelho, por sua vez, fundou o núcleo de Capanema com 270 lotes. Até mesmo Enéas Martins, que governou de 1913 a 1917, fundou os núcleos Pedro Teixeira, Cupijó e Iracema,

⁸¹ MARANHÃO. Mensagem ao Congresso do Estado do Maranhão lida na abertura da sua 3ª Reunião Ordinária na 11ª Legislatura em 05 de fevereiro de 1930 lida pelo Exm. Sr. Dr. José Maria Magalhães de Almeida, governador do Estado. São Luís: Imprensa Oficial, 1930, p. 28. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u411/000028.html>> Acesso em: 31 de dez. 2020

todos com o mínimo de 500 lotes (MUNIZ, 1916, p. 100-103). São espaços agrícolas com um número significativo de lotes se comparados com os núcleos criados tanto no governo de Lauro Sodré quanto no governo de José Paes de Carvalho, quando a prioridade era, sobretudo, instalar imigrantes e colonos nacionais ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e seus ramais, orientados que estavam por essa proposta de desenvolvimento agrícola. Ou seja, quanto mais braços, melhor, principalmente imigrantes, pois chegariam, de acordo com os agentes públicos, trazendo consigo novos conhecimentos sobre agricultura que estariam sendo praticados em países mais desenvolvidos, sobretudo, na Europa.

Obviamente que, naquele momento, era importante ocupar áreas quase despovoadas como forma de aumentar a produção agrícola. Em 1912 o Pará possuía uma população de 809.886 mil habitantes. Com uma superfície de 1.149.712 km², possuía uma densidade demográfica de 0,704 hab/km². Para efeito de comparação os estados de Minas Gerais e de São Paulo possuíam, respectivamente, 4.628.553 e 3.7000.350 habitantes e uma densidade demográfica de 8,052 e 12,721 hab/km². O Amazonas possuía, também em 1912, 378.476 habitantes e uma densidade demográfica de 0,200 hab/km².⁸² Esses números revelam a preocupação que pairava sobre a cabeça dos administradores dos estados amazônicos, pois grandes áreas poderiam estar voltadas para a produção agrícola caso estivessem povoadas.

Quanto a esse ponto chama bastante atenção as observações feitas por Ester Boserup (op. cit., p. 71-72) em sua obra “Evolução Agrária e pressão demográfica”, onde a autora analisa o aumento populacional como aspecto decisivo para a ocorrência de transformações tecnológicas na agricultura. Referindo-se à América Latina, a autora aponta essa como “a região que mais sofreu retrocessos demográficos nos séculos recentes” e que, colonos vindos de “regiões mais densamente povoadas, com níveis técnicos mais elevados, tornam-se colonizadores em regiões da América Latina esparsamente povoadas”. Para a autora, contudo, povoar não significava necessariamente promover o desenvolvimento da agricultura. Pelo contrário, muitas vezes significava verdadeiros retrocessos. Essas regressões técnicas na agricultura não se deram apenas nos casos de migração espontânea, mas também “nos casos em que as migrações resultaram de iniciativa governamental e foram planejadas para promover a difusão de métodos intensivos nas regiões de migração”. Para além dessa perspectiva analítica, Ester Boserup aponta que “muitas áreas de colonização que deveriam

⁸² BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Diretoria Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brazil, 1^a anno (1908-1912). Volume I. Território e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916, p. 251.

servir de modelo de exploração agrícola à população local resultaram em tristes espetáculos de campos pouco produtivos não capitaneados e não irrigados”.

Muito embora a autora não esteja se referindo especificamente à realidade amazônica é, obviamente, possível, fazer-se as devidas conjecturas. Se não explica por completo as causas dos pequenos resultados alcançados com a metodologia de desenvolvimento agrícola baseado na criação de núcleos coloniais e seu povoamento por imigrantes, lança uma luz sobre esse contexto. Todavia, não se pode esquecer que nas décadas finais do Império e início da República a baixa densidade demográfica se apresentou sempre como uma dura realidade para os agentes públicos, que viram no imigrante, muitas vezes vindos de áreas densamente povoadas da Europa, atraídos pelo sonho de terras próprias ou fugindo de crises políticas, não apenas a possibilidade de por um fim aos clarões populacionais, mas ao mesmo tempo uma alternativa de fomento das técnicas agrícolas, ocorrendo, contudo, no caso da Amazônia, se não um retrocesso ou estagnação, mas resultados poucos significativos. Caso contrário, os discursos oficiais seriam de regozijos em relação a criação de núcleos coloniais e seu povoamento por imigrantes, mas não é o que se observa na documentação a respeito desse tema.

De qualquer forma, os dados demográficos anteriormente mencionados também explicam porque José Ferreira Teixeira, que era o maior incentivador da mecanização e da educação agrícola no estado do Pará do início do século XX, considerava o povoamento do solo paraense de extrema importância para as pretensões dos agentes públicos e da elite fundiária em aumentar a produção agropastoril. Para ele o sertão era um grande empecilho para isso, visto que era “ermo de gente e falho de comunicação”. Portanto, povoar seria resolver “todos os problemas administrativos quer sejam de ordem econômica, financeira, política ou social”. Contudo, para que a colonização alcançasse sucesso seria necessário “uma organização preliminar, baseada n’uma legislação, que não possuímos”.⁸³ Também não deveria limitar-se à extensão da Estrada de Ferro de Bragança, mas estender-se o “povoamento para as zonas fertilíssimas do Baixo Amazonas, nos municípios de Altamira, [...], Monte-Alegre, Óbidos, e Alemquer”. Diferentemente da predileção por colonos estrangeiros, que marcou os projetos de colonização não apenas no Pará ou nos demais estados da região amazônica, mas em outras regiões do país da segunda metade do século XIX, José Ferreira Teixeira defendia um projeto de povoamento com colonos nacionais, por

⁸³ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

que “o brasileiro, bem aproveitado, bem amparado pela assistência governamental, é o mais resistente ao nosso clima e o mais afeiçoado aos nossos costumes e às nossas leis”. O simples fato de importar braços e coloca-los em espaços agrícolas, lançados à própria sorte, apenas perpetuaria “um regime arcaico de lavoura”.⁸⁴ Em outras palavras, o diretor da 4ª Secção de Agricultura, ligada à Secretaria de Obras Públicas Terras e Viação, conclamava seus pares a promover a ocupação de áreas de forma inteligente e prática e não apenas ocupar por ocupar.

O governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, também incentivava a introdução de imigrantes, principalmente no Norte do país. Inclusive chegou a ser aberta concorrência pública para a construção de duas hospedarias de imigrantes em Belém e Manaus, “onde os que allí, aportam, em busca de trabalho, não só possam ser informados a respeito das zonas a que se dirigem, como encaminhados, convenientemente, conforme suas aptidões e desejos”.⁸⁵ Tratava-se, portanto, de uma política de desenvolvimento agrícola em voga por todo país, seja pela baixa densidade demográfica ou pela necessidade em aumentar a mão de obra.

De qualquer modo, uma série de fatores poderia explicar os pequenos resultados na política de colonização que vinha ocorrendo desde o Império, como dissemos, baseado no incentivo à entrada de imigrantes, de forma espontânea ou não. O próprio governador José Paes de Carvalho elencou alguns desses fatores. Além dos contratos onerosos, sobretudo, aqueles que haviam sido celebrados no governo de Lauro Sodré, citou que, entre outras coisas, mais de 60% dos imigrantes eram totalmente alheios ao trabalho agrícola.⁸⁶ A esse respeito, o naturalista francês Le Cointe (1904, p. 474), ao se referir às qualificações dos europeus que chegavam à Amazônia, afirma que “les agents chargés du recrutement de convois d'émigrants n'amènent, en grande partie, que le rebut de nos populations”. O mesmo afirmava o articulista da *Folha do Norte* ao dizer que muitos que chegavam a Belém não eram agricultores e citava o caso do espanhol Manoel de Sant' Anna, de 76 anos, que seria um doente grave pela tosse, cansado e que ainda apresentava um inchaço nos pés.⁸⁷ Augusto Montenegro, por sua vez, tratou do fracasso com a imigração estrangeira mostrando que

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. LXXVIII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000078.html>> Acesso em: 31 de dez. 2018

⁸⁶ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898, p. 14. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000014.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

⁸⁷ *Folha do Norte*. Actualidades, 23 de agosto de 1896, 01.

pouco mais de doze mil espanhóis foram introduzidos no Pará, mas no início do seu governo, em 1901, menos de dois mil ainda se encontravam localizados nos núcleos coloniais, representando enormes gastos ao tesouro, sem resultados concretos.⁸⁸ Apesar dessas evidências pouco satisfatórias, povoar áreas como forma de desenvolvimento para a lavoura continuou sendo uma das orientações, não apenas do executivo estadual como também do governo federal.

Como na década de 1920 o estado do Pará não dispunha de recursos suficientes para promover um eficiente programa de imigração e colonização – principalmente após a queda na arrecadação pública com a crise nas exportações do látex a partir de 1912 –, então, a solução seria estabelecer um acordo com o executivo nacional, onde este receberia “terras devolutas para a fundação de núcleos coloniais, todos eles situados às margens de estradas de ferro, de rodagens ou de rios navegáveis, de modo a facilitar o transporte dos productos aos centros consumidores”.⁸⁹ Dessa forma, por iniciativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha o paraense Geminiano Lyra Castro⁹⁰ à frente da pasta, foi criada a colônia agrícola Inglês de Sousa. Em 1928 o Governo Federal mantinha sob sua responsabilidade apenas seis espaços agrícolas por todo o país. O núcleo colonial Inglês de Sousa, localizado no município de Monte Alegre, havia sido criado sob o decreto n. 17.952 de 18 de outubro de 1927.⁹¹ Na visão do governador Dionysio Bentes, a nova colônia estava “destinada a ser um dos maiores celeiros do Estado, pela fertilidade do sólo e benignidade do clima, sob o qual podem viver nacionaes e estrangeiros”.⁹²

⁸⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1902, p. 49. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2436/000049.html>> Acesso em: 31 de dez. 2018.

⁸⁹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 12ª Legislatura a 7 de setembro de 1924 pelo governador do estado Dr. Antonio E. de Sousa Castro. Pará-Brasil: Officianas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1924, p. 48. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1045/000048.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁹⁰ Geminiano Lyra Castro era natural da cidade de Igarapé-Miri. Permaneceu à frente do Ministério da Agricultura durante o governo do presidente Washington Luís. Em 1892, outro paraense, o general Serzedelo Corrêa, já havia assumido a pasta da agricultura ao longo do governo de Floriano Peixoto. Segundo Alfredo Homma (2003, p. 83) o fato de Geminiano Lyra Castro ter “desenvolvido um excelente trabalho à frente da Sociedade Nacional de Agricultura”, explica sua escolha, apesar de vir “de um Estado sem nenhuma expressão agrícola”.

⁹¹ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929, p. 332. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000314.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁹² PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém-Pará: Officianas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 140. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000141.html>> Acesso em 20 de fev. 2020.

Obviamente que ocupar áreas pouco povoadas ao Norte sempre fez parte do processo de colonização empreendido desde o período colonial pelos portugueses. Rafael Chambouleyron (2010, p. 30) lembra que o Estado do Maranhão e Pará, “foi ao longo da segunda metade do século XIX objeto de inúmeras tentativas de incremento populacional”. Vale destacar que os objetivos com o processo de povoamento da região amazônica ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX não estava restrito, exclusivamente, a economia extrativa como enfatiza o pesquisador José Maia Bezerra Neto (2012, p. 21). Embora não faça referência ao período republicano, a reflexão desse pesquisador dimensiona bem a importância que a lavoura e a pecuária sempre exerceram nos projetos de colonização. Nesse sentido, demonstra que o processo de ocupação da região amazônica, “implicou igualmente o estabelecimento de uma economia e sociedade lastreadas em atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado interno ou externo”.

O próprio Augusto Montenegro que, como vimos, muito criticou a antiga metodologia, não deixou de lado, por completo, essa antiga prática: “Tenho continuado a cumprir o preceito legal que auctoriza o Governo do Estado a demarcar lotes, ao longo da Estrada de Ferro e nelles localisar colonos gratuitos, nas condições determinadas pela lei n. 824, de 14 de outubro de 1902”, afirmou o então governador em relatório de 1908.⁹³ Apesar de também defender o povoamento das áreas pouco povoadas, José Ferreira Teixeira, que em seus discursos sempre defendeu a qualificação dos lavradores e os melhoramentos científicos pelos quais a agricultura paraense deveria passar, reiterava sempre que esse povoamento deveria ser realizado de forma espontânea por “elementos naturaes do paiz”.⁹⁴

Quanto à lei acima citada por Augusto Montenegro, chama atenção o entendimento que o governador João Coelho construiu acerca de seus resultados para o projeto de colonização do estado, sobretudo, ao falar das “concessões onerosas de terras” que produziram, segundo ele, resultados negativos”. Nesse sentido, ao questionar quais resultados a referida lei alcançou, afirmou que as “concessões gratuitas de lotes coloniaes, que vieram salvar a caríssima colonização da zona da Estrada de Ferro de Bragança, e cujos títulos, desde 1902, não pagam sello, foram as únicas que deram resultado satisfatório”. Expressando sua

⁹³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 57. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000056.html>. Acesso em: 06 de Abr 2019.

⁹⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 05.

insatisfação com a política de ocupação de terras que vinha sendo realizado no estado, aponta que ainda havia muitos locais a serem ocupados:

O Pará tem 1.150.000 kilometros quadrados de área, desta extensão, sómente está occupada, a título de propriedade, posse e sem título algum, a área de 300.000 kilometros quadrados, restando inexplorados, inoccupados, inteiramente abandonados 850.000, que em quasi três séculos não conseguiram ver população alguma.

De que nos vale esses 850.000 kilometros inexplorados, incultos, abandonados, inúteis para a vida econômica do Estado? ⁹⁵

Isso sugere que a metodologia que vinha sendo realizada não apenas deixou de alcançar seu principal objetivo que era desenvolver a agricultura a partir da criação de núcleos coloniais por estrangeiros, mas também em povoar áreas pouco exploradas. Contudo, não devemos esquecer que a prioridade das autoridades públicas sempre foi povoar a região Bragantina, por ser próxima de Belém e também por estar servida pela Estrada de Ferro de Bragança, facilitando assim o escoamento da produção e a comunicação desta capital com os colonos residentes nos espaços agrícolas por toda região Nordeste do Estado. Para todos os efeitos, o abandono desses espaços por muitos colonos, como foi o caso dos espanhóis aqui mencionados pelo próprio governador Augusto Montenegro, também ajuda a explicar a manutenção da baixa densidade demográfica. Esses abandonos se davam, em geral, pela busca de melhores oportunidades em terras no Sul do país, principalmente para o trabalho nos cafezais de São Paulo, ou mesmo pelo sentimento de abandono após as emancipações desses núcleos coloniais e o conseqüente fim dos auxílios prestados pelo governo por entender que seus moradores poderiam se manter sem ajuda da administração pública.

Isso também sugere os resultados da política migratória que ocorreu na Amazônia, em particular no Pará, conforme apontado por Edna Ferreira Alencar. Para a autora, a migração no Pará foi uma “trajetória de migração que em muitos resultou em morte, na perda de identidades e no retorno ao lugar de origem” (2010, p. 109-110). Contudo, a autora relaciona “o fim da escravidão negra no final do século XIX” com a elaboração dos projetos de colonização que buscavam atrair imigrantes estrangeiros e também nacionais, visando “o povoamento da Amazônia e a incrementação da economia”. Essa afirmação, no entanto, não deve ser interpretada na sua literalidade, pois diversos espaços agrícolas já haviam sido criados na província do Pará antes mesmo de consolidada a abolição da escravidão. A criação de núcleos coloniais, portanto, foi um processo que estava em andamento em diversas regiões,

⁹⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 124. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000124.html>. Acesso em: 08 de Abr. 2019.

não apenas da Amazônia, mas no país como um todo antes de 1888. Obviamente, que diversos projetos de colonização foram pensados como solução para substituir uma mão de obra que, mais cedo ou mais tarde, deixaria de existir, ou seja, o trabalho cativo.

Para o governador João Antônio Coelho uma das maiores dificuldades era a falta de recursos para promover uma imigração regular. Sobre esse tema Franciane Gama Lacerda (2010, p. 70) lembra que o desafio a ser superado para o sucesso da colonização no Pará, entre o final do século XIX e início do XX, era a ausência do poder público no seu objetivo de civilizar e modernizar os núcleos agrícolas, uma vez que “a pouca estrutura da vida doméstica expressava justamente as fragilidades desse empreendimento”. Essa assertiva mostra que as autoridades públicas, fosse no Império ou na República, se esquivavam do fracasso frente aos insignificantes resultados alcançados com o povoamento, fosse atribuindo responsabilidade ao homem do campo ou à situação financeira, mesmo depois de experimentado tamanha prosperidade com a exportação da borracha.

Apesar disso, a política de povoamento não foi deixada de lado e os núcleos coloniais, como já vimos, continuaram a ser fundados. Em relatório entregue por José Ferreira Teixeira, diretor da *4ª Seção de Agricultura* ao então governador Lauro Sodré, em seu segundo mandato, quando governou entre os anos de 1917 e 1921, deixou claro que o serviço de colonização no estado havia continuado. Interessante observar que, apesar do esforço dos agentes públicos e da elite agrícola paraense em rever a metodologia que vinha sendo aplicado em prol do desenvolvimento da agricultura e da pecuária não foi de fato uma ideia completamente abandonada, como já afirmamos anteriormente, mesmo onerosa e com resultados nem um pouco satisfatórios. Apesar do novo modelo pensado para a agricultura paraense privilegiar a qualidade da mão de obra em detrimento da quantidade, novos espaços agrícolas foram abertos e imigrantes continuaram a chegar. Contudo, a proposta de povoamento de áreas próprias para o cultivo, não seguiu o mesmo modelo observado no final do Império e início da República no Pará:

“Não possui actualmente o Estado serviço especial de imigração, que está reduzido ao aproveitamento dos elementos espontâneos que nos vêm dos Estados do meio norte da República, aos quaes, uma vez que os procuram são distribuídos lotes de terra na zona da Estrada de Ferro de Bragança.”⁹⁶

⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 29.

Para as autoridades provinciais e estaduais, a aposta nos imigrantes se dava, não somente, pela ocupação de extensas áreas, mas passava também, como dito, pelos conhecimentos agrícolas que se acreditava possuírem, uma vez que os agentes públicos enxergavam a Europa e os Estados Unidos como referências para o desenvolvimento agrícola. Contudo, muitos imigrantes chegavam em solo paraense motivados por questões religiosas, políticas, desemprego ou mesmo em busca de melhores condições de vida. Inúmeros desses imigrantes, muitas vezes, nem mesmo eram lavradores, mas assim se declaravam como condição de serem aceitos como imigrantes. Teresa Cribelli (2011, p. 309) chama atenção para o fato de que, mesmo aqueles estrangeiros com algum conhecimento teórico, mas com pouca ou nenhuma experiência prática, desagradavam os fazendeiros e lavradores com anos de experiência.

Foram também criados núcleos coloniais anexos tanto ao Campo de Cultura Experimental, instalado em Belém, quanto junto à Estação de Agricultura Prática em Igarapé-Açu, que eram, naquele momento, projetos para uma produção agrícola racionalizada. De acordo com André Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática, havia um grande número de pretendentes aos lotes, onde já havia sido também designado a cada pretendente a colono, “a travessa e o número do lote que escolheram”. A criação de núcleos coloniais em tempos de modernização da produção agrícola, a partir de conhecimentos científicos, não eliminou antigos problemas como a demora na entrega dos respectivos lotes por falta de demarcação, situação que requeria pressa, pois como o tempo de nova derrubada para plantações já estava chegando, havia urgência nos trabalhos de demarcação e entrega de lotes, para que os colonos dessem encaminhamento aos imprescindíveis serviços.⁹⁷

Ao todo dois mil lotes estavam sendo reservados. Outro núcleo que recebia atenção do governo do estado era a colônia Santo Antônio do Prata, que possuía, por volta de 1917, um total de 1.203 pessoas.⁹⁸ A respeito da colônia Santo Antônio do Prata, Ernesto Cruz (1958, p. 131) lembra que o mesmo foi fruto da lei n. 588 de 23 de junho de 1898, sancionada pelo governador José Paes de Carvalho, que autorizou a fundação de três núcleos. O autor ainda aponta que “constava da referida lei a obrigatoriedade do ensino agrícola pastoril”. Essa

⁹⁷ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A221. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000218.html>. Acesso em: 31 dez. 2021.

⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

assertiva evidencia mais uma vez a importância do citado governador na intenção de qualificar o produtor rural, simbolizando o embrião daquilo que estava por vir, ou seja, uma maior inquietação com o fomento agrícola a partir de meados da primeira década do século XX, sobretudo depois da criação da 4ª Secção de Agricultura, ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação sob o governo de Augusto Montenegro. O núcleo colonial Santo Antônio do Prata foi fundado pelo frei Rinaldo de Paulo, recebendo inicialmente em 1898 o nome de Santo Antônio do Maracanã, pois estava localizado nas nascentes do rio Maracanã e em 19 de abril de 1902, por ato do governador Augusto Montenegro ganhou o nome de Santo Antônio do Prata. Possuía o núcleo, fundado oficialmente em abril de 1900, quase 500 lotes.

Mesmo com todas essas e outras iniciativas em povoar áreas esparsamente povoadas os resultados nunca foram satisfatórios. Em mensagem ao Congresso do Estado em 1925 o governador Dionysio Bentes, ao tratar da situação econômica do Pará, ainda apontava a “falta de gente” como o primeiro entrave para o desenvolvimento econômico da região. Para o governador, a situação se tornava ainda mais evidente quando o povoamento, ou a falta dele, era comparado com a extensão territorial⁹⁹ que era “em grande parte despovoada e até desconhecida” e, principalmente, se “comparada às zonas preferidas, de acesso fácil, como sejam a da capital, das margens dos rios navegáveis e da Estrada de Ferro de Bragança”. Contudo, em sua opinião, até mesmo essas áreas preferenciais e que há tempos recebiam apoio do governo - inicialmente provincial e, posteriormente, estadual – sofriam por falta de povoamento. As pessoas preferiam habitar regiões já amplamente povoadas, pelo “desejo de fazer fortuna fácil”.¹⁰⁰ A falta de recursos seria o principal empecilho. Mais uma vez, como em anos anteriores, sobretudo no auge dos projetos de colonização a partir da segunda metade do século XIX, chegou a ser promovida uma modesta propaganda.¹⁰¹

⁹⁹ De acordo com o Almanak Laemmert de 1925 o Estado do Pará possuía uma população, naquele ano, 985.000 habitantes para uma superfície calculada em 1.149.712 quilômetros quadrados. As cidades mais importantes para além da capital eram Vigia, Bragança, Cametá, Macapá, Óbidos e Santarém. ALMANAK LAEMMERT, para 1925, 3º Volume – Estados do Norte. 81º ano. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=87672&url=http://memoria.bn.br/docreader>> Acesso em: 08 fev. 2019.

¹⁰⁰ PARÁ, mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em Sessão solene de abertura da 2ª Reunião de sua 12ª Legislatura a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado. Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1925, p. 09. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000009.html> Acesso em: 19 de Mar. 2018

¹⁰¹ PARÁ, mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em Sessão solene de abertura da 2ª Reunião de sua 13ª Legislatura a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado. Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 132. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000133.html>> Acesso em: 20 de dez. 2019.

Ao se referir à questão da mão de obra na região amazônica, o ministro da agricultura Pedro de Toledo elencou os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para fixação do lavrador:

O problema da mão de obra da Amazonia depende consideravelmente da fixação de trabalhadores, o que, por sua vez, demanda facilidade de meios de subsistência, possível pela criação de centros produtores de gêneros alimentícios, desenvolvimento de meios de comunicação e transporte, além da assistência medica e outros recursos que a hygiene deve proporcionar.¹⁰²

As afirmações de Pedro de Toledo evidenciam que não bastava apenas atrair o imigrante e povoar extensas áreas, seria necessário também dar totais condições para a permanência dos colonos. Outros pontos, para além daqueles elencados pelo ministro da agricultura, eram também constantemente apontados como causas para o número reduzido de trabalhadores na agricultura como a atração que a indústria extrativa exercia sobre os trabalhadores que, segundo os agentes públicos, buscavam lucros fáceis. Tristão de Alencar Araripe, que exerceu o cargo de presidente da província do Pará entre outubro de 1885 e março de 1886, não concordava, por exemplo, com a ideia de que a produção do látex havia sido responsável pelo declínio da produção agrícola, muito embora aceitasse que a prosperidade da primeira caminhasse paralela à estagnação da segunda. Entretanto, dizia ele “que isto não é só um bem, mas um grande bem, pois sempre nos pareceu muito exclusiva a opinião de que só a agricultura constitue a riqueza e felicidade dos povos”.¹⁰³ Seguindo essa mesma linha de pensamento o naturalista francês Paul Le Cointe (1904, p. 473) afirmava que a falta de braços e o intusiasmo pela extração de produtos naturais prejudicavam o desenvolvimento material, “l’agriculture étant de plus en plus abandonnée”. Vale a pena destacar que a historiografia mais recente refuta a ideia de que o extrativista e o agricultor eram sujeitos opostos, pois não raras vezes o extrator era também um agricultor.

Não havia apenas essas questões em debate acerca dessa dualidade entre extrativismo e agricultura. Essa discussão em torno da aposta em um produto exclusivo, no caso do látex, em detrimento de inúmeras outras culturas, igualmente extrativas como a Castanha e o cacau ou essencialmente agrícolas como o arroz, o fumo e o algodão, também importantes para as receitas do estado e para a própria alimentação pública, rendeu e ainda rende calorosos debates historiográficos. No tópico seguinte vamos refletir essa discussão,

¹⁰² BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. LXXVII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000077.html>> Acesso em: 31 de dez. 2018

¹⁰³ PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província.* Pará: Typ. Do Dário de Notícias, 1886, p. 80.

bem como a importância de outras culturas não apenas para a economia paraense, mas para a própria economia amazônica.

1.4 Policultura versus monocultura: Coadjuvantes em busca de protagonismo.

Por muito tempo a monocultura deu o tom da produção e das exportações no Brasil. Na visão de Amílson Henriques (2015, p. 11) “a produção de alimentos ocupou durante a história da agricultura no Brasil apenas áreas residuais ou não ocupadas pelas grandes propriedades de agricultura para exportação”. Como afirma Leandro Tocantins (1960, p. 119-120), em meados do século XVIII, antes que algumas culturas agrícolas como café, arroz, algodão e cacau começassem a ser exportadas, “eram manchas sem maior importância econômica”. Na Amazônia, no entanto, essa não foi a tônica. José Maia Bezerra Neto (2020, p. 38-39), por exemplo, defende que “na região Amazônica, mesmo os engenhos de açúcar, inclusive os de maior grandeza, desde o período colonial jamais foram monocultura, ainda que houvesse a primazia do cultivo da cana-de-açúcar¹⁰⁴ e fabrico do açúcar e da aguardente”. Fundamenta sua afirmação apontando duas razões para isso: “primeiro, porque não haveria necessária e obrigatoriamente a dissociação das atividades extrativistas das agrícolas” e segundo “a presença de diversas culturas coexistindo em maior ou menor importância”. E Acrescenta: “A policultura, ao invés da monocultura, seria a regra. Neste sentido, mesmo em terras de engenho era comum existir outras culturas, tais como o arroz, o tabaco ou o café”.

De qualquer forma, dentro desse processo de modernização pensado para a agricultura e para a pecuária na Amazônia, no início do século XX, houve uma preocupação em incentivar a policultura, aplicando novas e modernas técnicas de produção, como solução para as crises econômicas em decorrência da queda no valor das exportações da borracha, na tentativa de deixarem de ser, definitivamente, manchas econômicas. Em 1918, por exemplo, José Ferreira Teixeira chamava atenção para a necessidade de fomentar a cultura do arroz, do feijão e do milho, “fazendo distribuição de boas sementes, monografias e instituindo o

¹⁰⁴ No início da década de 1910 o estado do Pará não aparecia se quer entre os dez principais estados produtores de açúcar, sendo Pernambuco o maior produtor naquele momento com uma produção de 1.700.000 sacas. Ver: BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. CI. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000101.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

ensino ambulante”.¹⁰⁵ Nesse sentido, tanto o cacau quanto o arroz, de acordo com Leandro Tocantins (1960, p. 127), quando apresentavam preponderância nas suas produções, lideraram as exportações amazônicas durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX – com ligeira vantagem do cacau. Mostrando assim a enorme importância que esses gêneros já representaram para a economia amazônica, perdendo o protagonismo pela completa falta de políticas públicas de racionalização e modernização das atividades rurais, permitindo que outras regiões do país assumissem a dianteira em relação a esses gêneros agrícolas. Para além dessas questões, há também todo um olhar governamental, a partir da segunda metade do século XIX, voltado para o principal ator da economia amazônica, o látex.

O cacau começou a ganhar destaque na Amazônia ainda no período colonial. Foi importante para as pretensões portuguesas na medida em que sua produção “foi relevante na consolidação e expansão da fronteira colonial, como indica sua permanência na pauta de exportações no Grão-Pará, representando ganhos substanciais para a Coroa”. Sua produção expandiu-se pelo século XVIII e início do século XIX, onde o “Baixo Amazonas e o vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu do cacau”. Nesse contexto, o mercado de escravos africanos foi incentivado para impulsionar seu cultivo (CAMPOS; CASTRO, 2015, p. 21-22). “Conjectura-se que, em 1870, havia um milhão e meio de pés de cacau cultivado – ou “manso” como era chamado -, que ocupava o primeiro lugar nas exportações,” afirma Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2005, p. 78) ao analisar a agricultura no delta do rio Amazonas no período colonial.

A forma como a produção do cacau, por exemplo, vinha sendo desenvolvida, era também motivo de muitas críticas. O botânico Jacques Huber, então diretor do Museu Goeldi, via a colheita do cacau “mais como uma indústria extrativa do que como uma indústria agrícola”.¹⁰⁶ Por sua vez, Augusto Montenegro, em mensagem de 1907, chegou a afirmar que esse produto havia sido uma das principais riquezas do estado, mas que se encontrava em decadência. Lembrou que esse produto chegou a ser importado até para a Bahia¹⁰⁷, mas a produção diminuiu e desvalorizou-se. Evidenciando a forma arcaica e rotineira com que era

¹⁰⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 24.

¹⁰⁶ HUBER, Jacques. *Mattas e madeiras amazônicas: o futuro da exploração das florestas amazônicas. Necessidade de culturas florestais*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnographia, N. 02, Vol. VII, março de 1909. Pará-Brazil: estabelecimento Graphico de C. Wiegandt, 1909, p. 217.

¹⁰⁷ De acordo com Rômulo Barreto de Almeida (2009, p. 90), entre os anos de 1838 e 1839 a Bahia exportava pela primeira vez mais de 1.000 sacas de cacau. Somente após 1890 a produção do cacau na Bahia começou a ganhar alguma expressão, quando em 1893 foram exportados mais de 100.000 sacas desse produto. Em 1905 tornou-se o maior produtor de cacau ao superar o Equador. Em 1911 já ultrapassava as 500.000 mil sacas.

cultivado, asseverou que essa situação era fruto não apenas da forma como plantavam o cacauero ou da forma como suas sementes eram preparadas para o consumidor, assim como o despreparo no manejo com a árvore, que não era adubada, podada e nem mesmo devidamente limpa. Como resultado da falta de conhecimento por parte do produtor ocorria não apenas a pouca produção, mas também um produto de péssima qualidade. Pensando, naquele momento, em reverter tal situação é que o governador tomou algumas medidas:

Como só uma propaganda inteligente poderá vencer a rotina e o desanimo, para a iniciar mandei publicar uma monographia, simples e clara, mostrando como se deve tratar o cacauero e qual o modo de se preparar a semente. Fil-a distribuir pelos cultivadores e estou certo que, se elles applicarem com pertinência e constância o que nella vem ensinando, dentro em poucos annos obterão um mais abundante, melhor e mais valorizado produto.¹⁰⁸

Não deixa de ser discutível o alcance dos objetivos propostos com a distribuição de monografias, visto que, na prática, seriam necessários agrônomos que orientassem os produtores de cacau para além da teoria. Sem falar que um número significativo de lavradores era analfabeto. Nesse sentido, não é difícil deduzir que muitos produtores seriam resilientes em modificar antigos hábitos de cultivo passados de geração a geração. Contudo, a documentação oficial sugeria que a produção do cacau exigia melhorias em várias de suas etapas. José Simão da Costa, por exemplo, ao falar das condições em que se encontrava a produção do cacau na região tocantina, no final da primeira década do século XX, seguia a mesma linha de raciocínio do governador Augusto Montenegro. O citado colaborador da revista *A Lavoura Paraense* detalhava da seguinte forma:

Não há dúvida alguma que não é fácil a tarefa de transformar os cacaueros do Tocantins, estragados pelos parasitas, falta de ar, de luz e de alimento, convenientemente restituídos ao solo onde vegetam; nem tampouco é fácil a resolução do problema intrincadíssimo, de eliminar parte da floresta que asphyxia as arvores de cacao.¹⁰⁹

A narrativa acima mostra que a produção de cacau, naquela região, encontrava-se degradada. Infere-se assim que o autor do texto aproveitava-se do fato de ser colaborador da citada revista para expor o quadro degradante, chamando assim a atenção dos leitores e das próprias autoridades para tal realidade. Não podemos esquecer que, meio século antes dessa

¹⁰⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém: imprensa Official, 1906, p. 07. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2440/000007.html>. Acesso em: 04 de abr. 2019.

¹⁰⁹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Lavoura do Cacao no Tocantins-II*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 370.

descrição, Domingos Soares Ferreira Penna já alertava para tal situação da produção cacauera na região tocantina. No município de Baião, localizado no Baixo Tocantins, Ferreira Penna afirmava que a produção cacauera era insignificante.¹¹⁰ Obviamente que a ausência do Estado, em promover ações de melhoramento técnico e ensino prático junto aos produtores de cacau, por longos anos, colaborou para a construção desse quadro.

Ainda José Simão da Costa apontava como solução para fazer florescer a produção cacauera na região tocantina “os preciosos predicados científicos e conhecimentos práticos da mais elevada categoria”. Contudo, deixava claro que para acontecer assim seria preciso primeiro abrir os olhos do lavrador, mostrando que era “lícito esperar-se resultados satisfatórios, desse empreendimento, e que as vantagens pecuniárias a serem colhidas, em futuro não remoto, justificam todos os sacrifícios que a resolução desse problema imponham aos proprietários de cacauers naquela zona”.¹¹¹ Suas ilações feitas na segunda metade da primeira década do século XX, chamam atenção não apenas para o uso de métodos modernos voltados para a produção cacauera, mas também o fato do produtor ser chamado a praticar um cultivo com base em critérios científicos.

De qualquer forma, o decréscimo da produção e da consequente exportação do cacau, evidenciava, para o então governador Augusto Montenegro, a queda acentuada da importância desse produto para a economia paraense. Como não poderia deixar de ser, mais uma vez é atribuída ao lavrador a responsabilidade pela crise vivenciada pelo cacau, pois utilizava-se, segundo o governador, de técnicas e métodos arcaicos e rotineiros. Tratava-se de uma produção que era desenvolvida sem nenhum conhecimento científico por parte do agricultor para o devido trato com o cacauero.

José Ferreira Teixeira, ao se referir a produção do cacau em meados da década de 1910, chega a dizer que, apesar dos “muitos milhões de anos plantados”, contava com uma pequena produção que estava “periclitando pelo definhamento contínuo, determinado por vício e defeitos que um ensino experimental, constante”, poderia corrigir. Acreditava que seria possível um significativo aumento na sua produção quando os cacauers recebessem o devido tratamento que, entre outras medidas, seria a redução “das sombras exageradas; preparo das árvores, pela redução gradual dos troncos e pela adubação, principalmente pelo

¹¹⁰ PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. *O Tocantins e o Anapú*. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 47. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/528/000046.html>> Acesso em: 08 de Fev. 2021

¹¹¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Lavoura do Cacao no Tocantins-II*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 370.

enterramento das folhas e cascas, debaixo de cada cacoeiro; eliminação das árvores doentes ou que estiverem a menos de quatro metros de distância.”¹¹²

Sobre as possibilidades que essa cultura poderia permitir ao Pará, Domingos Soares Ferreira Penna dizia que caso os fazendeiros melhorassem os métodos empregados no cultivo dessa cultura, o cacau poderia “vir a fazer no quadro das rendas do império o papel que o café tem feito nas províncias do Rio de Janeiro, Minas, e S. Paulo, enriquecendo a nação e os seus cultivadores” e uma dessas possibilidades seria substituir as sementes de cacau que existiam por outras de produção mais eficiente, como as da Venezuela ou Guatemala.¹¹³ A fala de tão importante personagem para a história científica no Pará destacava o lado racional com que o cultivo desse produto deveria ser conduzido, sem evidenciar todo o ufanismo presente nas falas oficiais ou em escritos que enalteciam ações ligadas aos agentes públicos. O que não se pode perder de vista é que o manejo do cacau pelo lavrador, visto como um trabalhador de bronca rotina, também possuía uma lógica que era própria, racional.

No “Álbum do Estado do Pará de 1908”, que faz um resumo dos dois mandatos de Augusto Montenegro, escrito por Ernesto Mattoso, também são atribuídas responsabilidades aos cacauelistas. Ao analisar a produção do cacau nesse período, o autor afirmava ser esse produto mais fácil de trabalhar se comparado com o café ou a cana e foi categórico ao afirmar que, caso aqueles sujeitos se dispusessem “a uma cultura e preparo cuidadosamente feitos, o nosso cacáu terá o mesmo apreço e a mesma cotação que tem hoje o cacáu de Caracas, porque elle é tão bom ou melhor.” Atribuindo ainda mais responsabilidade sobre o produtor paraense, enfatiza que o cacau paraense “é da melhor qualidade e se nos mercados europeus elle não consegue obter os preços do de Caracas, por exemplo, é unicamente devido ao máo preparo que lhe dão os nossos agricultores, sobretudo quando o seccam, preparo esse que precisa de cuidados e tempo.” A produção que um dia havia alcançado uma produção de 5.500.00 quilos chegou apenas 1.668.604 quilos entre 1906 e 1907.¹¹⁴ O que se observa, é que as fontes oficiais isentam os agentes públicos de qualquer encargo em relação não apenas à produção do cacau, mas também à baixa produtividade dos demais produtos da economia amazônica, fossem eles agrícolas ou extrativos.

¹¹² *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará V, 19 de julho de 1914, n. 1193, p. 01.

¹¹³ PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. *O Tocantins e o Anapú*. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 47. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/528/000046.html>> Acesso em: 08 de Fev. 2021

¹¹⁴ *Álbum do Estado do Pará* mandado organizar por Augusto Montenegro, governador do Estado, oito anos do governo (1901-1909). Pará: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908, p. 173-174.

Comparando dados acerca da exportação da borracha e do cacau em meados do século XIX, Luciana Marinho Batista (2009, p. 129) chegou à conclusão de que era “evidente a tendência de um crescimento espetacular na quantidade da goma elástica”. Contudo, ela observou também que o cacau, “apesar de não ter crescido na mesma proporção que a seringa, apresentou volumes exportados, em determinados momentos, maiores que a borracha”. Isso evidencia também que a cultura do cacau manteve certa relevância para a economia paraense, pelo menos nas primeiras décadas em que o látex começava de fato a se apresentar como carro-chefe da economia amazônica. Enquanto no quinquênio de 1847-1852 foram exportadas 131.615 arrobas, esse número subiu para 1.108.117 entre 1862 e 1867.¹¹⁵ Por sua vez, a borracha, nos mesmos períodos subiu de 15.979 arrobas para 1.374.931, respectivamente. É o que Bezerra Neto (2020, p. 32) assevera, nessa mesma perspectiva, ao afirmar que “entre as décadas de 1820 e 1880, apesar do crescimento da borracha exportada, o cacau teve a sua importância econômica”.

Pensando em racionalizar a produção do cacau é que o governador Enéas Martins tratou de instituir o ensino agrícola ambulante voltado a essa cultura, não apenas para o aperfeiçoamento da colheita, mas também do preparo desse produto.¹¹⁶ Por isso mesmo chegava a afirmar que “o prejuízo do cacao misturado e mal preparado” é que convinha atacar.¹¹⁷ Contudo, Enéas Martins, em seu último ano de governo, já falava com mais entusiasmo acerca desse produto. Quanto à produção do cacau na região do Tocantins e do Baixo Amazonas, por exemplo, destacou os bons resultados ali alcançados, não apenas pela “facilidade com que os agricultores compreenderam os processos empregados para melhorar” as plantações de cacau ou pelo “interesse de quasi todos os proprietários em realizar os melhoramentos aconselhados pela Assistência”, setor voltado para o aumento da colheita desse produto, mas também pela “experiência do ensino agrícola ambulante, visando

¹¹⁵ Na opinião de Bruno Mariano (2014, p. 89) esses valores mostram que, no Pará, as queixas dos presidentes de província, quanto ao estado da agricultura não faziam tanto sentido assim, evidenciado pela evolução na produção e exportação do cacau e de outros gêneros como o arroz com casca, o algodão e o açúcar, dentro desses mesmos períodos.

¹¹⁶ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913, p. 52. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1034/000052.html> Acesso em: 20 de Abr. 2019

¹¹⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1915 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915, p. 79. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1035/000079.html> Acesso em: 20 de Abr. 2019

somente a indústria do cacão, ainda que incompleta e imperfeita na sua organização e funcionamento, por ser mesmo uma modesta tentativa experimental”.¹¹⁸

No entanto, uma década depois, o discurso oficial acerca da produção do cacão já não era tão animador, mostrando que as ações na busca pelo aumento na produção dessa cultura não se concretizaram como aguardado, possivelmente por se manter em caráter de “modesta tentativa experimental”:

Infelizmente, não se auspicia animadora a cultura do cacão, no Estado, a qual, por ser delle nativa, gosando de uma situação quasi privilegiada, merecia outros cuidados, que os seus habitantes não têm sabido, ou não tem podido dispensar-lhe, tanto assim que, de anno para anno, míngoa a cifra de sua producção, que, em tempo anterior, chegou a ser de 6.000 toneladas, para pouco mais exceder de 1.000, nos dois últimos annos.¹¹⁹

De acordo com o discurso oficial o grande problema enfrentado pelo cacão não estaria nos impostos cobrados pelo estado e pelos municípios, uma vez que a Bahia cobrava o dobro em impostos e ainda assim a produção anual naquele estado era bastante significativa, chegando a 60 mil toneladas. A falta de trabalhadores e a falta de incentivos financeiros seriam, segundo o governador, os responsáveis por esse cenário pouco promissor do referido produto no estado do Pará:

Pensamos que o cultivo da preciosa amêndoa sofre a acção da escassez do factor braço e do factor credito. Assim é que, no Estado, ainda vem dando essa producção os velhos cacauaes, plantados pelos antigos paraenses, quanto tinham o trabalho organizado com o braço servil, sendo que o seu maior declínio data da República para cá, sempre em cifras decrescentes, ou, quando muito, com alternativas.¹²⁰

Caio Prado Junior (2004, p. 241) lembra que a exportação de cacão representou a maior fonte de riqueza do vale amazônico durante o período colonial. Contudo, a partir do segundo quartel do século XIX, o sul da Bahia desbanca o vale amazônico e passa a ser “o grande centro moderno da produção brasileira de cacão”.¹²¹ A região chegou a contribuir com

¹¹⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1915 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 98. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000098.html> Acesso em 20 de Abr. 2019

¹¹⁹ PARÁ. Mensagem apresentada o Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Arsier Bentes. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1925, p. 18. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000018.html> Acesso em: 23 de Abril de 2019

¹²⁰ *Idem.*

¹²¹ De acordo com Manuel Barata (1915, p. 11) o cacão passou a ser plantado na Bahia depois que o vice-rei do Brasil D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos, escreveu em 24 de abril de 1665 recomendando ao capitão-mor da capitania do Pará Paulo Martins Garro sementes para serem semeadas na Bahia, “por ser útil ao Brasil

90% da produção total do Brasil,¹²² porém, assim como a borracha na Amazônia, ao mesmo tempo em que fez uso da mão-de-obra do emigrante nordestino, também sofreu com a concorrência internacional. Tratando de números, Manuel Barata (1915, p. 11) lembra que “em 1730 havia no Pará cerca de milhão e meio de pés de cacau cultivado; e, em 1749, mais de sete centos mil pés”.

Luís Amaral (1958, p. 125-126, v. II), lembra que os agentes públicos no Pará se interessavam “pela cultura do cacau desde 1677, quando uma provisão o recomendava”. De acordo com os dados fornecidos por ele o Pará chegou a produzir 60.395 arrobas em 1780 e 101.627 arrobas em 1818. Contudo:

[...] em 1839, o cacau cultivava-se sistematicamente, mas, pouco depois, entrava em abandono, só retomando impulso no governo Enéias Martins, em 1913, com a assistência prestada aos cacauístas do Tocantins e Baixo Amazonas. Em 1919, o Pará exportou 5.678.642 quilos valendo 9.085:827\$200 – a maior produção jamais registrada. Nos últimos anos do século passado [século XIX] a Bahia já exportava muito mais.

Fundamentando a afirmação acima, Luís Amaral (1958, p. 127- v. II), ao fazer um levantamento da produção cacauífera em todo o país para o ano de 1920, aponta que no Pará haviam 2.784 estabelecimentos rurais em 44 municípios, enquanto na Bahia haviam 14.895 estabelecimentos rurais em 51 municípios, sendo Ilhéus o mais importante deles. Mesmo tendo mais que o dobro de estabelecimentos rurais que o Amazonas – 1.122, em 18 municípios – o Pará, mesmo não tendo o segundo lugar ameaçado, estava também muito longe de alcançar a produção baiana. O que esses números sugerem? Os produtores baianos alavancaram a produção durante o período de estagnação da produção paraense – de 1839 a 1913, como nos mostrou o pesquisador Luís Amaral na citação acima. Vale destacar que apenas em 1931 foi criado o Instituto de Cacau da Bahia.

Apesar desses dados, fica evidente que a produção e comercialização do cacau sempre teve grande relevância para a economia paraense. Como afirma Bezerra Neto (2020, p. 26) a cultura do cacau merecia, por parte da historiografia, uma atenção maior, uma vez que se tem dado muito protagonismo aos negócios da borracha, deixando em segundo plano, outras culturas de destaque. Para o pesquisador, além do pequeno relevo, “a historiografia trata do cacau como parte de um todo e não como foco de seus estudos, limitando suas

transplantarse a elle aquella fructa; que como se dão nessa Província parece que se darão aquellas plantas tão bem neste clima, como nesse”.

¹²² Se apoiando em dados apresentados pelo pesquisador norte-americano Dauril Alden, Bezerra Neto (2020, p. 30) destaca que, no Pará, “as exportações de cacau chegaram a representar 96,6% de toda a exportação em 1736.”

análises mais pontuais quando muito até a década de 1860”. O pesquisador é ainda mais categórico ao afirmar que a cultura do cacau era tão importante, apesar dos negócios da borracha, “que a existência e exploração de um não implicava o abandono do outro, coexistindo as seringueiras nativas e as plantações de cacau”.

Por sua vez, o arroz, assim como com o cacau, nascia espontaneamente e de forma abundante em vários lugares. Rosa Elizabeth Acevedo Marim (2005, p. 83) lembra que “o arroz ocupou o segundo lugar nas exportações do Pará nos anos 1770-84”. Chamado arroz vermelho, o arroz silvestre, “que não era gênero de exportação, e do qual só se serviam os moradores do Pará, foi substituído pela plantação e cultura do arroz branco da Carolina, introduzido em 1772” (BARATA, 1915, p. 13). Na década de 1860 o arroz produzido na província do Pará era suficiente para o consumo interno “e fornecia pequenas quantidades ao comercio de exportação” (*Ibidem*, p. 28). Pensando no desenvolvimento desse produto, José Ferreira Teixeira sugeria “ensinar os lavradores a não fazerem plantações no mesmo roçado, de typos diferentes, afim de evitar a hybridação, como a não mistural-o na colheita, porque, difficulta o beneficiamento e desvalorisa o produto no commercio”.¹²³

Leandro Tocantins (1960, p. 127) afirma que esse produto um dia foi tão importante para a economia amazônica que representou um “capítulo expressivo da história econômica do Pará”.¹²⁴ Principalmente a partir do momento em que o arroz com casca passou a ser transformado em arroz polido, com o uso de tecnologia estrangeira, sendo beneficiado nos engenhos regionais. Destacou-se, nesse aspecto, a figura do norte-americano Upton, no furo do Maguari, que “ganhou certa fama não só pelos índices produtivos como por haver-se constituído em uma espécie de ponto turístico”. Nas palavras de Tocantins, esses fatos demonstram não apenas surtos de uma modernização que, embora tenha deixado clara a importância dessa indústria, não se efetivou de fato, mas também mostrava, naquele momento, as vantagens da utilização do que havia de mais moderno:

Sem contestação, esse fulcro de beneficiamento florestal desempenhou o papel de engenho-escola, pois, aplicando métodos e técnicas em prática na América do Norte, difundiu as vantagens de uma indústria organizada, que hoje ocupa lugar saliente na

¹²³ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 24.

¹²⁴ No final da década de 1920, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais eram os estados apontados como os principais produtores de arroz no país. Em termos de importância econômica para as finanças brasileiras, o arroz se encontrava aquém do café, do milho e do açúcar. Cf. BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929, p. 109. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000112.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021.

economia Amazônica. Indústria de técnicas importadas, e, na fase inicial, pertencente a estrangeiros, a do arroz e a da madeira, ela surgiu na época dos oitocentos, bem antes da metade do século, isto é, surgiu com tecnologia avançada (*Ibidem*, p. 132).

Ao se referir ao declínio que a produção de arroz passou a sofrer no Amazonas em virtude da produção da borracha, J. A. Mendes (1910, p. 29) afirmava, no final da primeira década do século XX, que o “Amazonas exportava arroz e outros produtos, em grande escala”. Com certa demasia o autor fala que a produção do arroz teria desaparecido devido “a extração da seringa e a conseqüente facilidade de existência, n’uma região onde a pouco mais disso vão as ambições da vida”. De qualquer forma, a fala de Mendes mostra que a produção do arroz no estado do Amazonas perdeu protagonismo no momento em que os lucros com a extração do látex passaram a ganhar mais atenção.

Em uma visão mais geral acerca da relevância desse produto para a economia do país, José Ferreira Teixeira (1907, p. 22) mostrava, em seu memorial apresentado durante o congresso dos fazendeiros, dados relativos à comercialização do arroz nos primeiros anos da década inicial do século XX. Dizia ele que o arroz, naquele momento, concorria para o esgotamento da economia brasileira, pela grande quantidade que era importada. Ao afirmar que esse produto poderia ser produzido praticamente em todo território nacional e que o mesmo gera duas colheitas anuais, pergunta: “E porque somos ainda importadores de arroz?” Para todos os efeitos, sua fala evidencia que não apenas a região amazônica, mas diversas outras regiões do país, sofriam com a pequena produção de cereais como o arroz, importantes não apenas para o consumo local, como para a própria economia.

Por sua vez, a castanha,¹²⁵ tanto quanto o cacau, sempre foi muito importante para a economia paraense, sobretudo, após a decadência dos negócios da borracha. Evidência disso está na fala do governador Antônio Emiliano de Sousa – que ficou à frente do executivo estadual entre fevereiro de 1921 e fevereiro 1925 – ao se referir às exportações de castanha, afirmava ser o produto “o mais precioso, o mais altamente cotado nos mercados consumidores” e devido a grande quantidade de árvores as “possibilidades são quasi infinitas”.¹²⁶ Outra evidência é a fala do governador Dionysio Bentes que, em 1925, afirmou que a castanha era o produto que estava “alimentando a vida econômica do Estado”. Essa

¹²⁵ Sempre houve em todo o Estado do Pará grande incidência de castanhais, contudo a bacia do “Tocantins foi o maior produtor de castanha, seguida do Médio Amazonas” (CAMPOS; CASTRO, 2015, p. 443).

¹²⁶ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Governador do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1922, p. 32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1043/000032.html>> Acesso em 31 de Dez. 2019.

cultura passou então a receber grande atenção das autoridades públicas dentro da nova metodologia pensada para a modernização da agricultura no Pará. Contudo, uma das grandes dificuldades com o seu manejo era a mesma outrora verificada na extração do látex em alguns seringais, ou seja, “esconde-se matta a dentro, por traz dos terrenos encachoeirados dos rios, difficultando, assim a sua aquisição”. A organização do trabalho nos castanhais, então, era realizada com base no nomadismo.¹²⁷ Dessa forma, o então governador destacava a forma retrógrada e pouco vantajosa dos extratos das amêndoas no estado do Pará:

Deslocam-se populações das cidades, villas e povoados do Estado, em demanda desses centros longinquos, para onde também se dirigem comerciantes ambulantes, estabelecidos em casas provisórias durante a safra. Estes são os compradores do gênero a troco de mercadorias, adquirindo-o de conta própria ou à conta de terceiros, mas fazendo-o sempre com grandes vantagens sobre o extractor.

A tirada dessa população no meio da matta, em ranchos improvisados, ao desabrigo a mór das vezes, mal alimentada, mal nutrida, sem defesa sanitária, é quasi sempre atacada de graves doenças, que a dizimam.¹²⁸

Diante dessas circunstancias é que o governador chamava atenção para uma maior valorização, não apenas desse produto, mas também daqueles que se dedicavam à sua coleta em meio à floresta:

Ora, como a receita do Estado se tem baseado nesses dois productos - borracha e castanha – e como bruscas são as diferenças entre o volume produzido e as cotações alcançadas, claro que isto constitue incerteza, já da nossa economia, como das nossas finanças, razão pela qual nunca será demais repetir e repisar a necessidade, imperiosa e inadiável, de recorrermos a fontes mais seguras, sobre que firmemos o alicerce de nossa riqueza.

Quase que se pode afirmar que, desde o último declínio da borracha, o Pará tem vivido de suas preciosas nozes, sendo dellas que o commercio e as finanças têm auferido os melhores lucros.¹²⁹

A fala acima também ratifica o valor da castanha, bem como de outros produtos como o próprio cacau, de certa forma camuflado pela grande valorização alcançada pelo látex até o início da década de 1910. A respeito da evolução comercial da castanha, Pere Petit (2003, p. 61) destaca que “desde a segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, a castanha-do-pará foi, pelo seu valor total, o terceiro produto mais importante das exportações da Amazônia”. Porém, foi evoluindo em média anual e chegou à década de 1920,

¹²⁷ PARÁ. Mensagem apresentada o Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Arsier Bentes. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1925, p. 15. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000015.html> Acesso em: 23 de Abr. 2019

¹²⁸ *Ibidem*, p. 15-16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000015.html> Acesso em: 23 de abr. 2019.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000016.html> Acesso em: 23 de abr. 2019.

como o “principal produto das exportações da região para o mercado internacional”. Leandro Tocantins (1960, p. 219) lembra que, com a derrocada dos lucros que advinham com a exportação da borracha, a castanha surgiu como alternativa para compensar, pelo menos em parte, a desvalorização. Essa análise nos faz crer que a política econômica adotada em prol do cultivo racional desse produto o fez alcançar um novo patamar, sobretudo, após a crise da borracha, pois até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, portanto, um pouco antes do segundo ciclo da borracha “os principais produtos exportados através do porto de Belém eram, nesta ordem segundo seu maior valor: castanha, arroz, madeira e borracha”.

Outra constatação que também chama bastante atenção é o fato de que a extração de madeira – uma prática já realizada há bastante tempo na Amazônia – ganhava também certa notoriedade, muito embora os discursos dos agentes públicos estivessem voltados prioritariamente, desde o governo de Augusto Montenegro, a agricultura e a pecuária e não propriamente ao extrativismo. Em 1925, o governador Dionysio Bentes destacava, em sua fala que, “o terceiro producto, que avulta na exportação do Estado, é o de madeiras, que tomou forte impulso após a guerra”.

A menor produção de madeira, sahida, foi em 1912, a qual atingiu apenas 309 toneladas, e a mais considerável, em 1924, que chegou a 77.212 toneladas. É, pois, bastante promissor o commercio de madeiras do Estado, restando-vos o patriótico encargo de confeccionar leis bem avisadas, leis fiscaes equânimes para a defesa da extracção das madeiras em terrenos do Estado (terras devolutas) e, se possível, para a obrigatoriedade do replantio.¹³⁰

Fica manifesta a relevância assumida pelas produções de castanha e de madeira no cenário econômico extrativista pós-1912. Dessa forma é que Roberto Santos (1980, p. 243) assevera que “a deposição social de famílias instaladas com base no aviamento¹³¹ da borracha e na exploração da seringueira” abriu espaço para o prestígio social dos “grandes comerciantes da castanha e da extração madeireira”.

A produção de fumo também foi alvo da atenção das autoridades públicas em meio ao processo de racionalização da produção agrícola com vistas às exportações. Em 1913, Pedro de Toledo, ministro da agricultura chamava atenção para o fumo produzido no Pará, “que poderia ser cotado ao lado dos bons productos desse gênero, si melhor cultivado e tratado.” Contudo, chama atenção para o fato de que, “principalmente nos Estados do Norte, essa cultura é muito disseminada em terreno de lavradores pobres e, por isso, mal e

¹³⁰ *Ibidem*, p.17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000017.html>. Acesso em: 23 de abr. 2019

¹³¹ Sobre o sistema de aviamento ver os trabalhos de: SANTOS (1980); SAMPAIO (2011).

rotineiramente tratada”.¹³² Mas apenas em 1930, buscando desenvolver a cultura do tabaco na região Nordeste do Pará é que o Ministério da Agricultura fundou a “Estação Experimental do Fumo” em Tracuateua, às Margens da Estrada de Ferro de Bragança. Embora destinada á modernização da produção do tabaco, a estação estava voltada também para o fomento de outras culturas como a cana, milho, mandioca, feijão, frutas e até criação de aves. Esse estabelecimento federal possuía uma área de 285.000 metros quadrados e também era voltada para a silvicultura, pois se cultivava “plantas para o reflorestamento da zona bragantina, especialmente cumarú, piquiá, jarana”. A referida estação tinha como diretor o engenheiro agrônomo Euclides Bentes.¹³³ Para o então ministro da agricultura, indústria e comercio, Lyra Castro, a maior tarefa assumida pela referida estação era:

[...] aclimar variedades e seleccionar os espécimes de fumo paraense, porque, por falta de instrução, os agricultores do Estado plantam todas ellas juntas, no mesmo roçado, na mais completa ignorância das leis da genética, do que resulta não existir um espécime de fumo no Pará que não seja cruzado.¹³⁴

A fala do ministro Lyra Castro confirmava, naquele momento, que não apenas o lavrador paraense cultivava o tabaco, no final da década de 1920 da mesma forma que era cultivado antes da criação da 4ª Secção de Agricultura em 1908, como evidencia também que o ensino agrícola de um modo geral não chegava a todos ou pelo menos à grande maioria dos lavradores, que ficava alheia às modernas técnicas e métodos de produção. Como não poderia deixar de ser a forma como o tabaco era cultivado no Pará era motivo para muitas críticas pelos agentes públicos. Contudo, pouco ou quase nada foi feito de concreto para sua melhoria por parte do poder público.

Apesar de todas as condições favoráveis ao desenvolvimento dessa cultura no estado, a produção de fumo em 1928, de acordo com o Ministério da Agricultura, foi quase nula naquele ano, pois as sementeiras foram “damnificadas pelo rigor da estação chuvosa, o

¹³² BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. XCVI. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000096.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

¹³³ PARÁ. Apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1930, p. 124. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000125.html>. Acesso em: 23 deabr.2019.

¹³⁴ BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1927. Rio de Janeiro: Typ. Do Serviço de Informações do Ministério de Agricultura, 1929, p. 180. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000180.html>> Acesso em 20 de dez. 2019.

que ocasionou a perda total de tudo quanto se plantou, até mesmo das variedades estrangeiras que vinham sendo cultivadas com imenso interesse para acclimal-as ao meio”. Até por conta das intempéries o ministro conclamava a união de forças para o sucesso no cultivo desse produto:

O desenvolvimento da indústria do fumo em folha, no Pará, demanda trabalho em conjunto da Estação com os poderes estadual e municipais, para que se possa vencer a rotina, amparando-se-a produção pelo modo mais hábil e um dos mais decisivos seria alliviar de impostos e fretes caros o producto colhido e dado a commercio.¹³⁵

A preocupação do ministro com relação à produção de tabaco não se restringia apenas ao Pará, pois a produção de fumo, registrada no final da década de 1920, não era irrisória apenas no Norte, mas em outras regiões do país. Em 1928 o então ministro da agricultura Geminiano Lyra de Castro dizia que, “apesar de ser uma das mais antigas culturas do paiz, continúa a ser feita sem maiores cuidados”,¹³⁶ sobretudo na Bahia e Minas Gerais.

Eugênia Égler (1961, p. 83) ao analisar a produção do fumo na região bragantina aponta que o município de Bragança tornou-se um produtor de fumo em molhos, onde “o método de cultivo e da preparação do fumo foi aprendido com os índios, que já realizavam esta cultura”. Por sua vez, o agrônomo norte-americano Charles Fuller Baker, em relatório de 1908, entregue ao governador Augusto Montenegro, sobre o cultivo de tabaco em Irituia, afirmava que a produção era pequena diante do potencial que a região oferecia.¹³⁷ Sobre os métodos de cultivo então empregados o professor Baker foi categórico em afirmar que pareciam “mais ou menos os mesmos que existiam entre os índios, antes da chegada dos brancos”, onde “charruas, grades e cultivadores” eram desconhecidos. Baker também foi categórico em dizer que, naquele momento, o produto do tabaco produzido em Irituia servia unicamente para cigarros e cachimbos.¹³⁸ Contudo, reiteramos que assim como em outros gêneros agrícolas, o produtor cultivava o tabaco de acordo com uma lógica que para ele era

¹³⁵ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1929. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1930, p. 181. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2025/000256.html>. Acesso em: 23 de abr. 2019.

¹³⁶ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929, p. 103. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000106.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

¹³⁷ Relatório sobre uma viagem a Irituia, apresentada ao Diretor do Museu pelo professor C.F. Baker, M. A. auxiliar científico da secção botânica do Museu Goeldi. In. PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1908, p. 217. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000214.html>> Acesso em: 06 de Mar. 2020.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 218 disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000215.html> Acesso em: 17/08/2016.

própria e racional, mesmo criticado pelos sujeitos que pretendiam implantar uma nova metodologia com base em técnicas modernas. Uma lógica que, para esses produtores, seria até mesmo mais eficiente que os métodos ditos científicos.

Analisando essa mesma documentação, a pesquisadora Franciane Gama Lacerda (2010, p. 338) concluiu, com base nas informações dadas por Baker, que as práticas agrícolas nos núcleos coloniais não eram “muito mais desenvolvidas que estas”, principalmente “se tomarmos como referência as ferramentas que o governo fornecia aos colonos quando chegavam ao núcleo, não fica muito difícil imaginar como eram ainda bastante limitados os métodos empregados para o amanho da terra”. O entendimento que Baker chegou sobre a produção de tabaco em Irituia, era estendido pelos agentes públicos a outras práticas agrícolas em diferentes pontos do estado.

Por sua vez, Eugenia Egler (1961, p. 82-83) chama atenção também para a construção de casas de farinha e destilarias, vistas como atividades presentes nos núcleos coloniais fundados entre o final do século XIX e início do século XX no Pará. Isso porque, “o produto fundamental, de rendimento econômico para as colônias, invariavelmente acabava sendo a farinha e rapadura ou aguardente”. A autora então questiona porque razão não houve interesse em desenvolver a produção de cereais de bons rendimentos. A hipótese levantada por ela é de que a cultura de cereais exige um solo sempre fértil para manter o rendimento em alta. A mandioca, por sua vez, “produz mesmo em solos fracos, é pouco atacada por pragas e pode ser transformada em produto comercial – a farinha – de larga aceitação no mercado local e que pode ser conservado e transportado sem maiores dificuldades”. Sem falar que a sua produção “pode ser feita em instalações rudimentares, de confecção própria e sem necessidade de aplicação de uma capital inicial volumoso”.

Além dessas considerações feitas acima sobre a relevância que a mandioca alcançava na dieta dos colonos, Fábio Barcelos (2010, p.64) aponta que, ainda no período colonial, a mandioca havia se tornado a base de sustentação, “sendo sua farinha usada na alimentação de todos os grupos sociais”. Esse produto, inclusive, serviu para os portugueses como substituto do trigo tão consumido na Europa. Penteado (1967, p. 127) também assinala a cachaça, a rapadura e a farinha de mandioca como principais produtos transportados pela ferrovia. Sobre o cultivo de mandioca, o autor ainda lembra que esse produto não tinha “como fim o consumo familiar, mas, ainda e principalmente, a venda da farinha em Belém” e seu cultivo, que dura em torno de dezoito meses, possibilita ao lavrador dedicar-se a outras culturas como arroz, feijão e milho (*Ibidem*, p. 238). Contudo, ao se referir à comercialização

desse produto, José Ferreira Teixeira, salientava em 1918, que os agricultores não tinham “o menor cuidado no preparo da farinha e das fatias (rodela) de mandioca que destinam ao consumo das populações nacionais e estrangeiras”.¹³⁹

Nos chama atenção um memorial apresentado pelos produtores de cachaça do Pará ao governador Augusto Montenegro em 1901 pedindo a não supressão dos impostos pagos pela entrada do referido produto advindo de outros estados, principalmente, de Pernambuco. Referiam-se no memorial ao chamado imposto de desembarque. Imposto esse que Augusto Montenegro era contrário por considerar “um proteccionismo exaggerado e mal entendido”. Contudo, considerava também que aquela não era a “ocasião propícia para discutir as desvantagens theoricas de um imposto desta natureza”. Para ele, o fundamento de tal imposto estava na “protecção a algumas indústrias que tentam viver ou estabelecer-se no nosso sólo”.¹⁴⁰ Além da cachaça, também o tabaco servia-se desse imposto. O então governador sintetizava seu pensamento afirmando:

Sempre fui contrário ao systema protector, e se hoje na prática faço uma excepção em favor dos dois productos acima citado, é porque a elles estão radicados desde muitos annos grandes capitaes e o abandono destas duas importantes industrias seria a miséria de algumas regiões do Estado.¹⁴¹

A afirmação acima ilustra, na visão dos sujeitos públicos, a situação precária em que se encontravam alguns importantes produtos da economia paraense. Os produtores agrícolas não conseguiam sustentar-se sem a proteção do estado, evidenciando o fracasso das políticas agrícolas voltadas para determinados produtos como a cachaça, quiçá, a própria produção de cana de açúcar, e o tabaco, cuja forma de cultivo fora tão criticada por especialistas como Charles Backer, cientista que era ligado ao Museu Emílio Goeldi. José Paes de Carvalho, ao falar sobre a produção de cereais no Pará, lembrava que em outros tempos o estado era produtor e passou a ser importador “de tudo e em grande escala”.¹⁴²

¹³⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 25.

¹⁴⁰ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro apresentando a proposta de orçamento para o exercício de 1902 em 10 de setembro de 1901. Belém-Pará: Imprensa Official, 1902, p. 21. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000019.html>> Acesso em: 02 de Jul 2018.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000020.html>> Acesso em: 02 de Jul. 2018.

¹⁴² PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do Diário Official, 1897, p. 24. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2426/000024.html>> Acesso em: de mar. 2020.

Entre as muitas alegações dos lavradores de cana, alertavam os mesmos para o risco de “fazer desaparecer de vez, a única lavoura que ainda caminha, embora a passos lentos no Pará, quando todos os benefícios e meios justos se tem empregado para elevá-la a fazer crescer, dando nome ao Estado e desenvolvendo seus meios de receita”.¹⁴³ Acrescentaram ainda que todos sairiam perdendo com o cancelamento dos impostos pagos pela entrada de destilados advindos de outras regiões do país:

Com a abolição do imposto da cachaça provinda dos demais Estados, soffre o Estado e, finalmente, em mais crescente proporção soffre os grandes proprietários como os pequenos lavradores, porque os primeiros decrescem nas suas receitas (...) quanto aos últimos, proprietários e lavradores, o prejuízo então é inigualável e inestimável; será a total destruição de suas propriedades e lavouras, porque ver-se-hão na dura contingencia de fecharem os seus estabelecimentos e desprezarem os productos de longos tempos de labor acurado e fatigante. O pedido de supressão do imposto da cachaça vinda de outros Estados, é a morte da lavoura da canna no Pará...¹⁴⁴

No mesmo memorial os lavradores de cana fizeram questão de comparar o modo de produção no Pará com o modo de produção que era realizado no sul do país. Afirmavam que, enquanto o agricultor no Pará ocupava “dupla ou triplamente o espaço de terra em trabalho que poderia ocupar o agricultor do Sul, para obter o mesmo resultado na produção de cachaça”, os mais avançados métodos de cultivo de cana já eram conhecidos nos engenhos do Sul, onde também conheciam “os meios de seleccioná-la, estando a sua cultura em proporção ascendente a nossa, cuja rotina prossegue”. Enquanto a produção pernambucana era exemplar, reiteravam que a “marcha aqui é sempre dificultosa attenta a falta de pratica ou aos conhecimentos agronômicos, que nos ensinem a progredir” e, não se tratava unicamente da falta do conhecimento apropriado, mas queixavam-se também da “carestia do vasilhame, machinismos de engenho e todos os accessorios indispensáveis ao serviço de moagens”.¹⁴⁵ Essas indagações acabam por destacar que a problemática acerca da produção e comercialização desse gênero envolvia não somente a questão tributária, mas também o atraso nas modernas técnicas produtivas já aplicadas em outros estados, enquanto que no Pará a produção de cachaça apenas definhava.

¹⁴³ *Ibidem*, p. A-81 (anexos). Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000078.html> > Acesso em: 10 de mar. 2020.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. A-82 (anexos). Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000079.html> > Acesso em: 10 de mar. 2020

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. A-84 (anexos). Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000081.html> > Acesso em: 10 de Mar. 2020.

Em alguns lugares do estado o problema que envolvia a produção da cana de açúcar estava relacionado à própria falta de engenhos. Em 1908 os cultivadores da cidade de Alemquer, por exemplo, lamentavam não produzir açúcar ou aguardente, sendo que uma parte era aproveitada para a fabricação de mel e a outra era simplesmente abandonada para depois ser incinerada (SIMÕES, 1908, p. 66-67). Não seria imaturo, em termos analíticos, conjecturar que semelhante situação ocorresse também em outras regiões do estado nos primeiros anos do século XX, onde trabalhadores rurais de diversos gêneros agrícolas lamentassem a falta de máquinas e insumos necessários à produção no campo.

Diante desse quadro pouco expressivo da produção de cachaça, nos chama atenção a curiosa observação feita por Leandro Tocantins (1960, p. 136) quando o mesmo fez duras críticas à população amazônica frente ao grande consumo de cachaça, levando a descomedimentos:

A fabricação da cachaça, a partir de épocas remotas, é um capítulo menos estimável da história social amazônica. Sem assumir atitude moralista, é possível examinar, serenamente, o efeito negativo da indústria alcoólica entre a população nativa. As impressões dos homens de inteligência que andaram a ver a natureza, pessoas, coisas e animais no vale, são unânimes na crítica aos hábitos de intemperança por parte dos habitantes regionais.

Esse pensamento, que foi retratado em escritos de religiosos e naturalistas dos quais o autor se apoiou, certamente representava a opinião de muitas autoridades paraenses - fossem elas provinciais ou estaduais - que, buscando moralizar e disciplinar os hábitos e inculcar na população bons costumes dentro dessa nova lógica de modernização da produção agrícola, acabavam por não incentivar a sua produção, mesmo que para exportação, por isso nunca alcançando números expressivos. Nesse sentido é que Leandro Tocantins, reproduzindo um discurso que chega a ser difamatório, sustenta que não se pode atribuir ao consumo da cachaça todos os males, “mas, em grande parte a bebida contribuía para eles” (*Ídem*).

De qualquer forma, depois de algum tempo explorando a cana que nascia espontaneamente, inclusive moída nos engenhos próximos de Belém ao longo da primeira metade do século XVII, ela passou a ser plantada em 1667, por uma variedade vinda da ilha da Madeira. Algumas décadas depois, “o assucar era moeda e dinheiro corrente na terra, como o cravo, o cacao e os novellos de fio de algodão”. Manuel Barata (1915, p. 21-24) ainda acrescenta que o governador do Pará, por aviso de 16 de junho de 1761, foi notificado de que o comércio e a exportação do açúcar, estava impróprio, devido à concorrência dos baianos e pernambucanos, devendo-se “reduzir o dito gênero e se fabricar somente aquelle que fosse necessário para o consumo e commercio interior do Estado”. Apesar disso, entre 1773 e 1800,

“o Pará exportou para Portugal 2.055 arrobas desse produto” e “desde a fundação dos primeiros engenhos, foi sempre em maior quantidade a produção de aguardente”.

Números que na opinião de Leandro Tocantins (1960, p. 131-132) sinalizam “uma exportação que pode ser caracterizada de simbólica, apenas”, uma vez que nesses mesmos 23 anos foram exportadas 380.549 arrobas de cacau e 321.757 arrobas de arroz. Até mesmo o café e o algodão, nesse mesmo período, foram absolutamente superiores, com 32.430 e 16.466 arrobas, respectivamente. Entre os anos de 1836 e 1852 os números não foram muito melhores para o açúcar. Exportou-se de Belém 164.664 arrobas de cacau, 105.586 arrobas de arroz e açúcar apenas 13.753 arrobas. O café, por sua vez, “foi diminuindo a produção, até cessar, completamente, em 1870”. Em resumo, o autor afirma que foi “bastante restrita a presença do açúcar nos quadros econômicos da Amazônia”.

De um modo geral, Tocantins (*Ibidem*, p. 221) ainda destaca que a desvalorização da borracha trouxe à tona a valorização de uma série de produtos antes marginalizados frente aos exorbitantes lucros com a exportação do látex. Apesar de outro produto extrativo, a castanha, assume o posto de principal produto na pauta das exportações seguida da madeira em toras. Gêneros agrícolas “como o arroz e algodão, reapareceram em quantidades assinaláveis, depois de envilecerem-se numa posição insignificante, na fase da borracha”.

De um modo ou de outro esses produtos sofreram ações por parte de governos provinciais e estaduais, fosse com isenção de impostos ou incentivos ao produtor, na busca pelo aumento nas suas produções. Como destacava o governador João Coelho o Pará vivia “dos impostos de exportação da borracha, do cacau e da castanha”.¹⁴⁶ Isso evidencia a importância desses produtos para as rendas estaduais, principalmente no momento em que a produção da goma elástica começava a dar os primeiros sinais de crise.

Esse incentivo à policultura estava presente não apenas nos discursos oficiais no estado do Pará, mas também no vizinho estado do Amazonas. Já em 1900 o governador José Cardoso Ramalho, destacava a importância em si da agricultura, principalmente por considerá-la “a mais estável, mais livre de incidentes perturbadores”. Contudo, “não a de uma agricultura que se limite a um só product, porém a de uma policultura inteligente, em que se auferam do solo, não só os gêneros essenciaes à vida, como os mais necessários à troca”.¹⁴⁷

¹⁴⁶ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, p. 125. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000125.html>> Acesso em: 27 de Abr. 2020.

¹⁴⁷ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo Exm. Snr. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, governador do Estado. Manaus: Imprensa Oficial, 1900, p. 09. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1636/000009.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

Ao se referir a uma cultura estável e livre de incidentes, o governador estava se referindo às oscilações do preço da borracha no mercado internacional.

Esses produtos relegados a segundo plano pelos maiores e mais rápidos lucros possibilitados pela borracha, surgem como solução alternativa depois da acentuada queda verificada no preço desse mesmo produto. A análise da documentação, no entanto, mostrou que antes desses números catastróficos sobre a borracha, sujeitos como José Ferreira Teixeira e o botânico Jacques Huber já alertavam para essa possibilidade e para a necessidade de se investir em outros produtos, por meio da mecanização e do ensino agrícola, para minimizar a crise que se anunciava. José Ferreira Teixeira, como analisaremos no tópico seguinte, representava um elo entre os interesses da elite agrícola paraense – como um importante fazendeiro marajoara – e as ações dos agentes públicos em aumentar as receitas estaduais com o aumento das exportações de produtos agrícolas. Tratava-se, portanto, de uma figura central dentro desse novo contexto que se pretendia para a agricultura no Pará.

1.5 José Ferreira Teixeira: a representação de uma elite.

A importância de se analisar a atuação de uma elite rural sobre as ações de desenvolvimento da produção agrícola está explícita na fala de Sônia Regina de Mendonça (1997, p. 11) quando afirma ser “inegável a necessidade do conhecimento mais amplo acerca da história dos segmentos agrários da classe dominante brasileira, já que o termo ruralista, na atualidade, chegou a instituir-se como designativo de uma associação de classe com pretensões partidárias”. Como se sabe, a região amazônica, no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, conheceu acentuadas transformações na economia devido a riqueza produzida com a exportação da borracha. Como não poderia deixar de ser a capital paraense – assim como Manaus, capital amazonense - foi fortemente atingida por essas mudanças, ou seja, o comércio não apenas se diversificou, mas também se intensificou. Contudo, não apenas a economia, mas a própria sociedade modificou-se, pois “as relações sociais foram redefinidas a partir da formação, consolidação e rearranjo dos grupos sociais” (CANCELA, 2006, p. 48). Cristina Donza Cancela (2009, p. 24), afirma também, com base nesse novo cenário, que “famílias de proprietários de terra e gado, enraizados na província ainda no período colonial tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente

às novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição, mas com fortunas centradas no negócio da borracha”.

Não apenas essa flexibilização das atividades produtivas ajuda a compreender a ascensão econômica e social de determinadas famílias no Pará, como também os fatos políticos que ocorriam desde o período colonial. Bárbara Weinstein (1993, p. 58), por exemplo, destaca que a expulsão dos jesuítas do Brasil por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1759, os quais “controlavam enormes fazendas na ilha de Marajó, representou um retrocesso temporário para a pecuária na Ilha”. Ao transferir parte significativa desses latifúndios a particulares, “essas fazendas acabaram por tornar-se a base econômica para famílias política e socialmente eminentes como os Bezerra, os Chermont, os Lobato, os Miranda e os Montenegro”.

Ainda de acordo com Cristina Donza Cancela (2006, p. 48) o patrimônio e o prestígio das famílias da elite belenense “estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais”. Com a chegada do período áureo da borracha ocorreu uma série de mudanças na economia que, como sabemos, intensificaram e diversificaram o comércio. De acordo com a autora essas famílias “tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e grupos de comerciantes”. Em outras palavras, um “novo grupo da elite mercantil [surgiu] a partir da economia da borracha”.

Além dos fatores relacionados às questões econômicas como definidoras do perfil dessa elite regional, também os fatores políticos contribuíram para isso. Nesse contexto a proclamação da República foi determinante. Como destaca José Murilo de Carvalho (1987, p. 26) quando se refere – “a nível das mentalidades” – sobre os impactos provocados pela mudança de regime, afirma que “entre as elites, houve sem dúvida a sensação geral de liberdade”, uma vez que a figura do imperador “imprimia forte marca em toda a elite política e mesmo em setores mais amplos da população”. Obviamente que esses impactos se fizeram sentir ao Norte da República, pois a elite amazônica gozou dessa mesma sensação de liberdade. O fato de a administração das terras devolutas passarem a alçada dos estados pela Constituição promulgada em 1891 ajuda a explicar essa sensação de autonomia.

A crença cada vez maior no cientificismo também pode ser apontada como um desses importantes fatores modeladores desse perfil da elite local. Nesse aspecto Nelson Sanjad (2010, p. 16) aponta a construção institucional do Museu Paraense após a proclamação da República “como importante símbolo para a identidade das elites locais”. Esse discurso

cientificizante proferido na passagem do Império para a República, pautado no positivismo e no evolucionismo, cria uma base de sustentação para as futuras ações voltadas para a modernização das práticas agrícolas no Pará do início do século XX, concretizadas nas estações experimentais, nos campos de demonstração, nos aprendizados agrícolas e na valorização do ensino agrônomo.

A partir dessas análises podemos inferir que o período áureo da borracha fez emergir não apenas uma nova elite mercantil, mas também uma nova mentalidade na forma de comercializar e também de produzir. O campo sentiu os efeitos dessa fase de aquecimento da economia e também passou por transformações. Essa etapa faz emergir uma nova elite com pensamento voltado para o novo. Até mesmo parte da velha elite passou a aceitar e incorporar os ventos da modernidade que chegava atraído pelos lucros da borracha. Tratava-se de um novo contexto econômico e social, com a ascensão da República e leis que primavam pela descentralização política, onde os estados deveriam não apenas buscar o fomento da agricultura, mas também fazê-lo “em consonância com a premissa de um ideal de ruralismo capitaneado pelos interesses de frações dos setores dominantes rurais” (ESTEVES, 2020, p. 41).

Nesse cenário de afirmação para o campo, surge a figura de José Ferreira Teixeira, latifundiário marajoara que assumiu a liderança de uma elite que ansiava não apenas por uma maior participação nas decisões políticas do estado, como também por mudanças nos métodos produtivos a partir da aproximação da ciência e da aplicação de modelos agrícolas de sucesso, dentro e fora do país. Além de ter exercido os cargos de deputado e senador, fundou e presidiu também o *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* (SILVA JUNIOR, 2009, p. 98), instituição responsável pela sistematização e organização dessa elite frente às novas demandas. José Ferreira Teixeira foi também presidente da *Associação dos Fazendeiros de Muaná e Cachoeira*, que fundou campos de experiência em Marajó para cultura de cereais e forragens.¹⁴⁸

Podemos apontá-lo, portanto, como grande representante da elite agrícola paraense. José Ferreira Teixeira foi para o fomento da agricultura e da pecuária no Pará no início do século XX, o que Assis Brasil¹⁴⁹ foi para o país “como precursor do ruralismo”

¹⁴⁸ *O Pará*. Associação dos Fazendeiros de Muaná e Cachoeira. 29 de janeiro de 1900, p. 2

¹⁴⁹ Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu no município de São Gabriel no Rio Grande do Sul em 1857. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo. Poeta, dramaturgo e diplomata foi defensor da República, onde atuou como deputado constituinte e governador do Rio Grande do Sul. Foi pecuarista gaúcho e, de acordo com Mendonça (1997, p. 28-29), além de herdeiro de extensas propriedades, foi “um dos mais ardentes defensores do incentivo público à agricultura diversificada”. Publicações suas referente

(MENDONÇA, 1997, p. 29). Contudo, vale destacar que José Ferreira Teixeira foi também um ferrenho crítico dos métodos agrícolas tradicionais praticados pelos lavradores locais, atribuindo a eles a responsabilidade pelo pequeno dinamismo da agricultura paraense no início do século XX. Não raras vezes isentava o poder público desse encargo, muito embora viesse a tecer críticas aos agentes públicos pela inércia do estado com as questões agrícolas.

Para todos os efeitos, José Ferreira Teixeira foi um grande proprietário marajoara que chegou a ser nomeado primeiro chefe da *4ª Secção de Agricultura* ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terra e Viação no estado do Pará durante o governo de Augusto Montenegro. Entre as prerrogativas que o habilitavam ao cargo estava o fato de ser, “um dos mais notáveis defensores de uma agricultura mecanizada” (ESTEVEZ, 2015, p. 12). Portanto, uma reflexão sobre suas ações à frente dessas e de outras instituições será de grande valia para a completa compreensão das políticas públicas adotadas pelo poder público com vistas ao fomento da agricultura e da própria pecuária no Pará do início do século XX. Ao se referir a José Ferreira Teixeira, o governador Augusto Montenegro afirmava que a direção do departamento de agricultura havia sido dada a alguém que tinha “pela lavoura verdadeiro amor e dedicação”.¹⁵⁰

Como deputado estadual, grande latifundiário na região de Marajó – portanto, tinha interesse particular na implantação desse projeto em associação com o estado - e também principal representante da classe patronal agrícola paraense, dedicou atenção para a modernização da agricultura por meio do ensino agrícola. Embora tivesse notoriamente seus próprios interesses na condição de grande proprietário rural é inegável sua importância e atuação na implantação de um novo modelo de agricultura, não mais pautado exclusivamente na quantificação do trabalhador, mas também na sua qualificação:

É este o meu ideal, aplicar ao nosso meio, adaptar às nossas condições sociaes, introduzir nos nossos costumes, na nossa instrucción, o ensino agrícola, desde a eschola primário, como um meio de impulsionar, de provocar a estima, sympathia pela vida campestre, pelos trabalhos de agricultura, como também em escholas epecies, ministrando-se nelas o ensino technico-profissional, onde o lavrador se torne um competente para dirigir, com critério e segurança a applicação productiva de sua intelligência, do seu esforço e capitaes.¹⁵¹

Dentro dessa lógica de pensamento, vamos percebendo ao longo da construção desta tese que José Ferreira Teixeira foi um defensor da modernização da agricultura paraense

ao mundo rural chegaram a ser publicadas na Europa, como a obra *A Cultura dos Campos*. Faleceu em dezembro de 1938. Sobre Assis Brasil Ver: MENDONÇA, 1997; BLAKE, 1900.

¹⁵⁰ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 58. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000057.html>. Acesso em: 27 de abr. 2019

¹⁵¹ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 02 de novembro de 1911, p. 01.

não só por métodos racionais, sobretudo através do ensino agrícola, sempre confiante em superar políticas públicas arcaicas, baseadas na simples ocupação de áreas pouco povoadas. Uma vez na condição de deputado estadual proferiu inflamados discursos voltados para a promoção da agricultura e da pecuária. Entre outras coisas buscou defender a “intervenção dos poderes públicos para a melhoria do ensino agrícola técnico e promover a polycultura, únicos meios capazes de conduzir a uma verdadeira condição estável”.¹⁵²

Imagem 2: José Ferreira Teixeira – Chefe da 4ª Secção de Agricultura.



FONTE: TEIXEIRA, 1953.

A criação de uma seção dedicada apenas às questões agrícolas dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação evidenciava a força dessa elite, balizada não apenas no poderio econômico como também pela forte representatividade política. Dessa forma, como emissário da elite rural paraense, sobretudo, daquela que se localizava no arquipélago do Marajó, José Ferreira Teixeira demonstrava em seus discursos toda satisfação desse patronato diante da criação de um departamento voltado exclusivamente para as questões agrícolas dentro dos quadros burocráticos do estado, um antigo anseio dessa elite latifundiária paraense:

*A 4ª Secção de Agricultura, que é a última das instituições de interesse agrícola, creadas no seu afanoso governo [de Augusto Montenegro], nós consideramos como o departamento principal, o elemento basico essencial para dar direcção technica na organização da agricultura, animar e suscitar a iniciativa individual na conducta dos negocios ruraes.*¹⁵³

¹⁵² *Estado do Pará*, Congresso Legislativo do Estado, 13 de maio de 1911, p. 02

¹⁵³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 04

Não obstante, José Ferreira Teixeira mantinha uma fala de cobrança aos seus superiores, nunca satisfeito com aquilo que se apresentava para a agricultura e para a pecuária no estado. Dessa forma, se era um homem ligado ao governo era também, não podemos esquecer, o representante de toda uma classe de latifundiários, produtores agrícolas e pecuaristas, aos quais era ligado – por isso se faz importante o olhar crítico sobre suas ações. De forma direta ou indireta, questionava e criticava as poucas ou ineficazes ações do estado, sobretudo, após uma década à frente da 4ª Secção de Agricultura:

Esta função, indispensável em toda administração sábia e previdente, de fomentar a produção das riquezas com o fim de manter o Estado em boa situação econômica e financeira, foi, infelizmente esquecida, ou descuidada na organização administrativa da maioria circunscrições territoriais em que se dividi o Brasil, formando províncias e depois Estados.¹⁵⁴

Suas duras críticas aos agentes públicas se estendiam, como vimos, às autoridades do período provincial. Então, para ele, não apenas o Pará, mas a maioria das Unidades da Federação, não estimularam as forças econômicas – agricultura e pecuária - nesse período de transição entre os séculos XIX e XX, acarretando graves crises financeiras. Sua biografia demonstra que se tratava de uma pessoa com qualificação técnica e política para os cargos que exerceu na burocracia estatal.

José Ferreira Teixeira nasceu em 22 de julho de 1865 no município de Muaná, ilha do Marajó. Formou-se em direito em 1889 pela Faculdade de Direito de Recife. Em janeiro do mesmo ano filiou-se ao Clube Republicano do Pará. Em julho de 1890 foi nomeado promotor público da comarca de Curuçá, sendo transferido em 1891 para a Primeira Promotoria da Capital. Foi eleito deputado à Primeira Assembleia Constituinte permanecendo deputado até 1893. Entre 1895 e 1898 assumiu a chefia da segurança pública do estado. No governo de José Paes de Carvalho foi nomeado Sub-Procurador Geral do Estado de onde pediu demissão em 1900 para dedicar-se à advocacia. Entre 1912 e 1915 exerceu ainda o cargo de Secretário da Prefeitura de Belém (TEIXEIRA, 1953). Por muitos anos esteve à frente da 4ª *Secção de Agricultura*, ao assumir sua direção em 1908.

Ganhou grande notoriedade por sua atuação na famosa “Questão do Amapá”.¹⁵⁵ Depois de fazer parte como deputado na primeira Assembleia Constituinte do estado do Pará

¹⁵⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 08.

¹⁵⁵ A Questão do Amapá foi o nome dado ao litígio envolvendo Brasil e França pela posse do Amapá. O embate se estendeu de 1713, quando os dois países assinaram o Tratado de Utrecht, que definiu o rio Oiapoque como

em 1891, José Ferreira Teixeira atuou na organização da magistratura do estado sendo então nomeado Juiz de Direito da comarca de Macapá, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de deputado estadual. Como magistrado conheceu de perto o rio Araguari e a parte territorial – Guiana Francesa - em litígio entre Brasil e França. Contudo, segundo seus biógrafos, ficou convencido dos direitos do Brasil sobre aquela região logo após um estudo minucioso acerca do tema escrito por Joaquim Caetano da Silva¹⁵⁶, intitulado “Oiapoque-Amazonas”. Como não poderia deixar de ser, exerceu naturalmente sobre aquele território sua função de Juiz de Direito “fazendo inventários e praticando outros atos jurídicos”. Pensando em beneficiar não apenas o Brasil, no que diz respeito a ganhar argumentos que lhes fossem favoráveis à posse da região, mas em beneficiar também a própria população brasileira ali residente foi que José Ferreira Teixeira, “sem perda de tempo, ensinou todos os brasileiros, estabelecidos nesse território, a legalizarem, perante as repartições de terra do estado competentes, as suas posses nos terrenos que ocupavam”. Essa atitude foi importante para o Brasil, pois “quando a França aceitou a solução da questão de limites com o Brasil, por arbitragem, confiada à Suíça, teve a satisfação de fornecer ao Governo de seu país, mais de 90 certidões, provando a posse do território do Amapá pelos brasileiros”. O reconhecimento das autoridades brasileiras por suas ações foi inevitável:

Como recompensa por todos esses trabalhos de profundo patriotismo, os quais tiveram influência decisiva na tão satisfatória solução do litígio referido mereceu do Triunvirato do Amapá, chefiado pelo General Francisco Xavier da Veiga Cabral, o título honorífico de General Protetor do Exército Amapaense (TEIXEIRA, 1953, p. VII)

fronteira entre as terras francesas e as terras brasileiras – limite depois contestado pela França ao não reconhecer a localização exata do citado rio - até 1900, quando o litígio teve fim com sentença favorável ao Brasil por uma corte arbitral suíça. O maior responsável pela vitória brasileira na Questão do Amapá foi José Maria da Silva Paranhos Junior, o Visconde do Rio Branco. Na opinião de Daratioto (2001, p. 93) é justo “associar a figura do Barão com a consolidação da soberania brasileira sobre o território amazônico”.

¹⁵⁶ Nasceu em Jaguarão no Rio Grande do sul em setembro de 1810 e faleceu em fevereiro de 1873. Na França, formou em letras e em medicina pela Faculdade de Montpellier. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi professor e diretor da Escola Pedro II. Em 1851 foi nomeado pelo imperador D. Pedro II como encarregado dos negócios do Brasil na Holanda, tornando-se consul-geral em 1854. Escreveu diversas obras a respeito do litígio envolvendo Brasil e França, na questão territorial envolvendo a Guiana Francesa, entre eles *Memórias sobre os limites do Brazil com a Goyana franceza, conforme o sentido exacto do art. 8º do Tratado de Utrecht* publicado na revista do IHGB em 1851 e a famosa obra *L'Oyapok et l'Amasone: questions brezilienne et française* publicada em Paris no ano de 1861 em dois volumes. Sobre Joaquim Caetano da Silva ver: BLAKE, 1900, vol. 04, p. 114)

Se levarmos em conta que um dos principais argumentos do diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior¹⁵⁷, o Barão do Rio Branco, aos árbitros em Berna na Suíça “foram históricos e demográficos”, ou seja, comprovando “a anterioridade do povoamento luso-brasileiro na região”, deixando assim manifesto que “a ocupação efetiva do Território Contestado tinha sido um argumento decisivo a favor do Brasil, como tinha sido em 1750 no Tratado de Madrid” e, conseqüentemente, comprovando que os franceses não ocupavam a região que reivindicavam (GRANGER, 2012, p. 29), podemos evidenciar assim que as ações de José Ferreira Teixeira, nesse assunto, esquecidas pela historiografia assim como a ele próprio, foram primordiais para o sucesso brasileiro nessa importante disputa territorial. Nesse mesmo sentido, Nunes (2008, p. 08) aponta que a “limitação territorial não estaria circunscrita a um espaço geográfico, mas a predominância de valores que associassem os indivíduos a determinada nação”. Nesse caso, a comprovação das propriedades pelos brasileiros moradores da área em questão.

Muito embora José Ferreira Teixeira não tenha sido o responsável direto pela solução do litígio a favor do Brasil, muito contribuiu para isso na medida em que preocupou-se em legalizar a situação fundiária de inúmeros brasileiros ali residentes, antevendo esse ato como um passo significativo para que aquele território passasse a pertencer definitivamente ao Brasil. Prova da relevância de sua atitude foi o reconhecimento recebido através do título honorífico de General Protetor do Exército Amapaense.

José Ferreira Teixeira morreu, em Belém, no ano de 1944.¹⁵⁸ Deixou um discurso marcado não apenas pelo apoio aos seus pares, mas de exacerbados elogios e também de críticas às autoridades públicas, principalmente diante da inércia nas ações de fomento à lavoura paraense. Devemos lembrar que suas ações não estavam voltadas unicamente para a agricultura. Também a indústria pecuária ganhou sua atenção. Escreveu inúmeros artigos sobre o tema na revista *A Lavoura Paraense*. Se racionalizar a produção agrícola era a palavra de ordem, para José Ferreira Teixeira a racionalização da pecuária no Pará era uma exigência, como veremos no próximo tópico. Dessa forma, a pecuária assumia, em sua opinião, tanta

¹⁵⁷ Segundo Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Junior, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1845. Com formação em Direito, foi deputado por Mato Grosso em duas legislaturas, entre 1869 e 1875. Exerceu diversos cargos públicos fora do país, como o de cônsul geral do Brasil em Liverpool e superintendente geral da imigração na Europa. Atuou na Questão do Amapá, que envolveu disputas fronteiriças entre Brasil e França no extremo norte do país. Depois de levantar inúmeras provas o tribunal arbitral em Berna na Suíça, deu parecer favorável ao Brasil. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez parte de inúmeras outras agremiações literárias. Ver: BLAKE, 1899, v. 5, p. 53.

¹⁵⁸ Sobre José Ferreira Teixeira ver: <https://mufpa.wordpress.com/2010/08/12/obras-restauradas-colecao-c-c-j-retratos-de-direito/>. Acesso em: 20 de agosto de 2016

importância quanto a própria agricultura, não apenas no que tange às exportações e, conseqüentemente, às receitas estatais, mas também para o próprio abastecimento dos mercados locais.

1.6 Por uma criação racional.

É, portanto, indispensável melhorar o nosso gado.¹⁵⁹

Embora seja uma afirmação presente em discursos anteriores, até mesmo no Império, a fala de José Ferreira Teixeira é, de alguma forma, reveladora da situação em que a pecuária no Pará¹⁶⁰ se encontrava no final da primeira década do século XX. Teixeira (1907, p. 78) chegou mesmo a dizer que a criação de gado no Pará era ordinária e que os pecuaristas não entendiam convenientemente desse ofício por falta de conhecimento, não passando de “criadores medíocres”. Entre outras coisas essa deficiência estaria justificada na ausência de “organização, instalação e construções indispensáveis ao funcionamento eficaz, vantajoso e lucrativo da indústria pastoril”, fazendo com que o processo observado nas fazendas paraenses fosse “o mais atrasado, rotineiro e prejudicial que se pode imaginar” (*Ibidem*, p. 79). Nesse sentido, as mesmas críticas feitas por José Ferreira Teixeira aos lavradores locais pelas práticas consideradas rotineiras, eram estendidas agora aos criadores, vistos por ele e pelos agentes públicos como sujeitos inertes no trato com os animais.

Dessa forma, se havia por parte do poder público e da própria elite rural paraense a preocupação com o desenvolvimento da agricultura ao suplantarem métodos por eles considerados rotineiros, em relação à indústria pastoril não era diferente. Não podemos esquecer, por exemplo, que o chefe da 4ª seção de Agricultura era um grande fazendeiro marajoara e assim como muitos outros proprietários de grandes extensões de terra era dono de inúmeras cabeças de gado. Portanto, havia um interesse ao mesmo tempo particular e coletivo em torno dessa problemática. Problemática também observada pelos governadores. João Coelho, por exemplo, dizia que a pecuária não poderia “mais dar benefícios com a aplicação

¹⁵⁹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 29

¹⁶⁰ De acordo com Homma (2002, p. 261-262) a atividade pecuária na Amazônia teve início em 1622 com a entrada de 45 reses “crioulas” em Belém, procedentes da ilha de Cabo Verde. Por sua vez, a primeira fazenda pastoril estabelecida na ilha de Marajó ocorreu em 1680 pelo português Francisco Rodrigues Pereira. Com o desenvolvimento da indústria pastoril, Marajó “transformou-se no maior centro de criação de bubalinos do país a partir da introdução efetuada Vicente Chermont, em 1882”.

do actual systema de criação”, o que seria possível com “fazendas modernas, bem organizadas, de modo que possam produzir mais e melhores animaes de utilidade econômica”.¹⁶¹

As dificuldades apontadas pelo poder público se apresentavam de longa data à pecuária paraense. Assim como a agricultura, como vimos no primeiro capítulo desta tese, a pecuária paraense também sofreu graves consequências durante a revolta dos cabanos¹⁶² que ocorreu na segunda metade da década de 1830. De acordo com Barbara Weinstein (1993, p. 59) se não bastasse “a reparação de equipamentos e a reconstituição das manadas dizimadas criaram graves problemas para uma elite permanentemente desprovida de capital”. A elite rural precisou conviver, após o fim da revolta, com a “extrema escassez de mão-de-obra no setor agrário”.

Muito embora não seja o objeto de estudo desta tese, verificou-se em paralelo que, assim como a agricultura paraense passou por uma fase de modernização nos primeiros anos do século XX, também a pecuária foi fortemente influenciada pelas novas ideias que se pretendia implantar. Nesse sentido, consideramos relevante uma breve reflexão sobre essas ações que objetivavam levar ao campo uma criação racional. De certa forma, não podemos esquecer que, de uma forma ou de outra, mesmo para o pequeno lavrador, seria importante possuir algumas cabeças de gado, pois poderia utilizar do estrume para fertilizar suas terras, de sua força para moagem ou mesmo para o transporte.

Nesse sentido é inegável que há uma estreita relação entre agricultura e pecuária, muito embora um setor, por vezes, descaracterizasse o outro. Ao tratar do sistema de cultivo baseado na derrubada e queima das matas, impossibilitando não só o uso de maquinários como o arado, mas também o uso de animais pelos muitos obstáculos que ficam no solo, Fragoso (1986, p. 128) destaca que “esse modo de uso da terra, gerava uma ‘separação’ entre a agricultura e a pecuária, o que contribuía para impedir o emprego do adubo animal na primeira”. Se esse sistema de cultivo, por um lado, dá origem a uma agricultura extensiva, por outro gera, “uma pecuária extensiva”. Por sua vez, ao se referir a agricultura da Europa pré-

¹⁶¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 133. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000133.html>> Acesso em: 02 de Jul. 2020.

¹⁶² A Cabanagem foi um movimento iniciado no Pará em janeiro de 1835 se estendendo até 1840, quando milhares de pessoas pertencentes a diversas classes sociais depuseram e assassinaram autoridades políticas da província dentro de um contexto de inúmeras outras revoltas que ocorreram em diversas regiões do país durante o período regencial (1831-1840). Entre outras questões, reivindicavam mais autonomia para as províncias. Sobre a Revolta da Cabanagem ver: BARRIGA (2014); LIMA (2016); AZEDO (1982); RICCI (2007); ROCQUE (1984)

industrial, Fragoso (*Ibidem*, p. 131) lembrava que a “pecuária estava pouco desenvolvida, o que dificultava uma maior relação entre esta e a agricultura, isto é, impedia um aumento da capacidade produtiva das unidades via fornecimento de adubos animais”. Portanto, para além das questões ligadas diretamente à própria indústria pastoril como o abastecimento de carne e o fornecimento de leite, por exemplo, seu progresso também era de interesse do setor agrícola.

De qualquer forma, esperamos que essas análises possam servir para que futuras pesquisas venham aprofundar essa discussão carente de maiores debates na historiografia. Entendemos que essa discussão seja aqui relevante, na medida em que a pecuária se apresentava - e nos dias atuais isso não é diferente - como um setor econômico tão importante quanto é a agricultura ou a própria indústria extrativa para a economia amazônica, principalmente no contexto da *Belle Époque*. Pois como afirma Joana Medrado (2013, p. 07) “o tema da pecuária sempre foi tangenciado, tocado, mas pouco aprofundado em sua dinâmica interna, tanto nas relações sociais quanto das tecnologias de produção”. Sobre pecuária, Caio Prado Júnior (2004, p. 43) lembra que, muito embora esse setor da economia tenha sido destinado “a satisfazer as necessidades alimentares da população” durante o período colonial brasileiro, foi tratado como “uma atividade nitidamente secundária e acessória”, isso porque subordinava-se “às atividades principais da grande lavoura”.

Vale também observar que essa discussão deixa claro que houve, por parte dos agentes públicos, um anseio em implantar uma criação racional, sobretudo, do gado, onde o criador amazônico abandonaria métodos taxados como tradicionais pelos sujeitos por trás desse novo modelo de criação. Assim como o lavrador possuía uma lógica própria de produção, também o criador detinha técnicas por ele consideradas racionais, construída ao longo de gerações.

O articulista Augustin Navarrete chamava atenção dos leitores da revista *A Lavoura Paraense* acerca da importância e dos cuidados para uma criação tida como moderna. Dizia ele aos pecuaristas que a criação de gado “é um dos bons negócios que um homem empreendedor e activo” poderia realizar. Contudo, alertava para o fato dessa empresa exigir “da parte de quem o emprehende, conhecimentos especiaes sobre o assumpto, e sobretudo, ter um fim determinado”. Em outras palavras, o articulista queria dizer aos pecuaristas paraenses que uma criação, para ser bem sucedida, não deveria ser feita de forma aleatória, mas sim de acordo com as práticas mais modernas existentes na zootecnia. E concluía afirmando aos pecuaristas que seria um erro grave “metter-se em negócios de criação

sem haver feito os cálculos precisos de seu custo, incluindo a importância necessária para gastos imprevistos e atender a algumas perdas”.¹⁶³

Se levarmos em consideração o fato de que em meados da década de 1910 o Brasil possuía uma população bovina em torno de 25 milhões de cabeças e que a Argentina, que possui uma área correspondente a menos da metade da área total da floresta amazônica, possuía uma população bovina de mais de 29 milhões de animais, isso demonstra que a indústria pastoril brasileira era, de fato, pouco desenvolvida para um país com mais de oito milhões de quilômetros quadrados. Esses dados, à época, não correspondiam com a fala do ministro da agricultura, Pedro de Toledo, quando, em 1913, afirmava que apenas o Brasil, na América do Sul, oferecia à pecuária, “condições tão propícias à sua exploração racional e econômica”.¹⁶⁴ Se por um lado havia condições propícias, por outro não havia materialização concreta dessa exploração racional.

Em um artigo intitulado “A bovino-pecuária na Argentina” publicado em 1910 na revista *A Lavoura Paraense*, o articulista chamava atenção dos seus leitores para alguns dos fatores que ajudaram a fomentar esse ramo da economia no país vizinho. A alimentação do gado foi fundamental para isso. O texto direcionado aos pecuaristas paraenses dizia que não era “possível a criação de gado melhorado sem uma boa e racional alimentação, uma vez que as raças aperfeiçoadas são resultado não só de uma selecção inteligente como de cuidados especiaes”. Portanto, “a República da Argentina não poderia conseguir o aperfeiçoamento que hoje possui, sem que houvesse cuidado também de seus campos, transformando-os em pastagens, mais de acordo com o gado melhorado”. Além da alimentação, o texto acrescentava como fatores para “o maravilhoso desenvolvimento da indústria pecuária” na Argentina, a “escolha criteriosa dos reprodutores, do melhoramento incessante dos rebanhos, dos cuidados de toda a espécie com as manadas”. O articulista lança então a seguinte pergunta: “que perspectiva temos os brasileiros, diante de nós quando nos resolvemos a seguir o exemplo de nossos industriais vizinhos?” Então responde: “O principal inimigo é a nossa própria inercia”.¹⁶⁵

¹⁶³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Ganadeira nos trópicos: a sua criação e tratamento*. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de Abril de 1909, p. 140.

¹⁶⁴ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. XXII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000019.html>> acesso em: 02 de Jul. 2020.

¹⁶⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A bovino-pecuária na Argentina*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, p. 502-504

Curioso perceber que em seguida a esse artigo que destacava a importância da alimentação apropriada ao gado vacum para o desenvolvimento da pecuária brasileira, os editores da revista *A Lavoura Paraense* publicaram um longo texto de André Goeldi, então diretor da Estação Experimental Augusto Montenegro, estabelecimento que vinha funcionando há três anos na Região Bragantina, tratando sobre as experiências feitas com plantas forrageiras naquele estabelecimento. André Goeldi destacou que eram inúmeros os pedidos de informação dos criadores sobre o assunto, “uma questão muito discutida e ainda não de toda resolvida”.¹⁶⁶ Dizia ele da certeza “que somente com animais bem nutridos é que se poderia no futuro fazer agricultura intensiva, que somente se pode ter animais sadios, fortes e bem nutridos por meio de boas pastagens e boas forragens”.¹⁶⁷

Portanto, como dissemos, a indústria pastoril, assim como a agricultura, foi alvo dessa nova metodologia pensada para o campo. A criação de gado vacum era uma das principais preocupações das autoridades públicas e da elite patronal, sobretudo, da ilha do Marajó, a maior região criadora de gado do estado. José Ferreira Teixeira (1953, p. 34-35) aponta que a ilha de Marajó foi o local onde “se iniciou a formação do domínio fazendeiro, nos tempos coloniais”. O melhoramento genético das raças nativas por meio da reprodução com raças consideradas superiores, elevando assim o padrão das raças autóctones, seria uma das alternativas. Contudo, outras questões exigiam atenção do poder público. As inúmeras dificuldades impostas pela natureza como enchentes ou mesmo estiagem e até mesmo problemas de ordem sanitária, responsáveis pela proliferação de epizootias, deveriam ser igualmente sanadas. Como não poderia deixar de ser esses entraves afetavam diretamente o abastecimento de carne na capital, evidenciando essa tênue relação entre o campo e a cidade. Portanto, a criação de diversos estabelecimentos, como postos zootécnicos, se apresentava como alternativas para solução dos problemas apontados pelos agentes públicos quanto à criação de animais.

Dessa forma é que o então presidente da província Tristão de Alencar Araripe, ainda em 1886, destacava que apesar da grande quantidade de reses que o Pará possuía, não era suficiente para o abastecimento de sua população com carnes verdes. Dizia que o preço da carne vendida na capital – assim como a carne suína, acrescentava – era elevado, “sendo em geral mais caro nas cidades e villas do interior” e que isso deixaria evidente que a oferta

¹⁶⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A bovina-pecuária na Argentina*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, p.508.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 509.

estava “ainda muito longe de corresponder à procura”.¹⁶⁸ Se, como vimos, já haviam queixas por parte dos agentes públicos quanto ao abastecimento de carne fresca na capital desde a última década do período provincial e essas queixas se estenderam até as primeiras décadas republicanas, fica notório que pouco ou nada de efetivo foi realizado no sentido de aumentar e melhorar os rebanhos paraenses por meio de modernos métodos e técnicas de criação.

A ilha de Marajó já era considerada a região responsável pelo abastecimento de carne para a cidade de Belém havia bastante tempo. Portanto, bem antes da implantação de uma nova metodologia para a agricultura e para a pecuária, baseada na modernização das técnicas de produção e de criação, o governador José Paes de Carvalho já afirmava, em 1898, ser Marajó “a verdadeira solução do problema do abastecimento de carnes verdes desta capital”.¹⁶⁹ Por isso, a ilha de Marajó recebeu maior atenção, por parte do governo estadual, em relação a outras regiões do estado no que diz respeito ao desenvolvimento da pecuária. Devemos enfatizar, no entanto, que os discursos oficiais davam conta de que esse setor da economia paraense, assim como na agricultura, era realizado de forma rotineira, ou seja, com métodos de manejo considerados ultrapassados para aquele momento. Ou seja, praticava-se uma pecuária extensiva.

Ao tratar acerca dos primeiros passos dados na ilha de Marajó para a criação de gado, Manuel Barata (1915, p. 38-43) remete ao ano de 1644 a chegada das primeiras espécies de gado vindas das ilhas do Cabo Verde para Belém, que “se foi reproduzindo nos quintaes das casas suburbanas e nas herdades circunvizinhas”. Quase meio século depois, “estabeleceram-se as primeiras fazendas na ilha de Joanes, que veio a ser como ainda é hoje, o centro mais importante da criação de gado”. Em seguida, algumas ordens religiosas como os jesuítas¹⁷⁰ e os carmelitas também montaram fazendas, seguidos de particulares como Antônio Furtado de Mendonça, Manuel Alvares Roxo, André Corsino Pereira e o inspetor geral da ilha Florentino da Silveira Frade, que comunicou ao governo em 1756 a existência de mais de 400.000 cabeças de gado em Marajó. Em 1803 haviam 226 fazendas de gado *vacum* e

¹⁶⁸ PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província.* Pará: Typ. Do Dário de Notícias, 1886, p. 129.

¹⁶⁹ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898 apresentando a proposta de orçamento da receita e despeza para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. do Diario Official, 1898, p. 17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000017.html> Acesso em: 21 de abr. 2019.

¹⁷⁰ Campos e Castro (2015, p. 24) lembram que “as tensões e conflitos entre a administração colonial e os jesuítas se agravaram, culminando com a expulsão dos missionários dessa Ordem religiosa” a mando do então Marques de Pombal em meados da década de 1750, acabou por desativar o “modelo de organização empresarial que eles estabeleceram e mantinham nas fazendas e engenhos, que tinham se tornado bastante produtivos sobre as fazendas os jesuítas no Marajó”.

cavalar em Marajó com um total de 500.000 cabeças de gado. Por sua vez, em 1881 havia apenas três fazendas a mais em Marajó, contudo, menos de 200 mil cabeças de gado e na província do Pará havia um total de 385.983 cabeças de gado. Esses números mostram, de acordo com Manuel Barata, que a pecuária paraense encontrava-se “em manifesta decadência”.

Nesse sentido, analisando os discursos dos presidentes da província e também dos governadores, encontramos falas que apontavam para a crítica situação da criação de gado no Pará. Augusto Montenegro, por exemplo, afirmava no início de seu segundo mandato, em 1907, que a indústria pastoril precisava “ser apoiada nas tentativas que devotos e inteligentes fazendeiros empregam no sentido de levantar-a e fazel-a prosperar”. Contudo, ele e outras autoridades do estado constantemente mencionavam as dificuldades financeiras como um grande entrave na modernização da pecuária, assim também em relação a agricultura. Dessa forma é que Augusto Montenegro explica, por exemplo, o não cumprimento da lei n. 1016, de 12 de outubro de 1906, que autorizava a criação de um posto zootécnico na ilha do Marajó. Por conta disso, ficou como um legado ao seu sucessor, que deveria, assim que as condições permitissem, “por mãos à obra e realizar melhoramento de resultados tão facilmente apreciáveis”.¹⁷¹

Em 1911, João Coelho lembrava aos congressistas do estado que a subsistência da população dependia da indústria pastoril e, portanto, merecia toda atenção do poder público. Destarte, para que o manejo com os animais não fosse mais realizado de maneira rotineira, o então governador propôs a criação de um posto zootécnico, “para se conseguir a criação racional, em que não somente se refinem, pelos methodos zootechnicos, as manadas, para carne e leite, mas ainda se as defendam contra as epizootias reinantes, em grande número, nos melhores e maiores centros de produção.”¹⁷²

Acerca da instalação do referido posto zootécnico na ilha de Marajó, João Coelho relatou sua viagem à região banhada pelo rio Arari, no município de Cachoeira, ponto central da ilha. Apontado como um “município essencialmente pastoril”, o então governador foi escolher terras apropriadas para sua instalação. Contudo, as dificuldades de navegação impostas pelo rio Arari em determinadas épocas do ano exigiriam um esforço conjunto da

¹⁷¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907, p. 56. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000055.html>. Acesso em: 12 de abr. 2019.

¹⁷² PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luís Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 140. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000140.html>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

União e também do estado para realizar serviços de drenagem. A realização de tais melhoramentos resultaria, na opinião desse agente público, no “aproveitamento de grandes áreas dos ubérrimos terrenos do Marajó na plantação de canna de assucar, arroz e cereaes, ficando ainda sobejas extensões para criação e engorda do gado”, conseguindo assim o aperfeiçoamento das raças com os campos enxutos.¹⁷³

A convite dos fazendeiros Bento e Vicente Miranda, latifundiários na região banhada pelo rio Arari, Luiz de Souza Mattos, engenheiro chefe da fiscalização das obras do porto de Belém, prontificou-se a viajar em estudo até aquela região, para fornecer informações a União e as melhorias que o rio exigiria, “para garantia e progredimento da indústria pastoril na zona que atravessa”. A viagem realizada no dia 2 de agosto de 1909 concluiu que um serviço de limpeza e drenagem do solo, “aproveitando os igarapés mais importantes”, facilitaria “o escoamento prompto das águas das chuvas, abundantes na região”, e poderia evitar que os campos fossem alagados ou pelo menos que não o fossem por vários meses, “como em geral succede.”¹⁷⁴

Para João Coelho esse seria apenas um dos problemas a serem solucionados na ilha de Marajó para se iniciar uma criação racional. Soluções em que sempre pontuava o necessário auxílio do Governo Federal. Além do desaguoamento da ilha, deveriam ser instalados, segundo o próprio governador descrevia em 1912, postos veterinários para defesa sanitária dos animais, “organizar o ensino dos methodos zootechnicos de criação aperfeiçoada, fundando postos zootechnicos”, “importação de reprodutores finos, destinados ao refinamento das raças creoulas”, isentar de impostos durante um período de pelo menos cinco anos, os “materiaes e machinismos importados, indispensáveis à montagem e construcção completa das fazendas modernas” e “decretar um Código Rural para garantia efficaz das propriedades imóveis e semoventes”.¹⁷⁵

Para todos os efeitos a documentação relata a entrada de poucas raças finas para melhorar o gado local por meio de cruzamentos, como pretendia o governador João Coelho. Apesar de seu sucessor, Enéas Martins, também pregar essas medidas em 1913, mencionou

¹⁷³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, p. 191-193. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000185.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 192. Disp. em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000184.html>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

¹⁷⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antonio Luiz Coelho governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, p. 133. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000133.html>> acesso em: 27 de Abr. 2020

dificuldades encontradas no Texas para importação desses animais.¹⁷⁶ Três anos depois continua a pregar a importação de gado para melhoramento das raças locais, como medida para o desenvolvimento da indústria pastoril. Afirma que eram importados menos de 50 animais por ano e que, possuindo o estado cerca de 700.000 cabeças de gado, sendo um terço constituído por vacas, seriam precisos importar 7.766 reprodutores. Eram números que retratavam uma difícil realidade diante de tamanha discrepância entre a média anual e o total necessário. Para Enéas Martins, a importação, naquele momento, era insignificante.¹⁷⁷ Dessa forma, não via um futuro promissor para a pecuária paraense, pois em sua opinião eram obrigados a permanecer com a criação extensiva “por tempo indeterminado”, não somente pela falta de “instrução agrícola, como ainda os capitães para a transformação das [...] fazendas e dos prados naturais em artificiais, e para combater as pragas que perseguem os bovinos de raças fracas e lymphaticas”.¹⁷⁸

A importação de gado, contudo, causou alguns problemas para muitos fazendeiros, principalmente em Marajó. Em meados de 1909 os editores da revista *A Lavoura Paraense* chamavam atenção para o reaparecimento da febre aftosa¹⁷⁹ naquela região. A doença teria chegado com gados adquiridos no Rio de Janeiro com destino a Soure.¹⁸⁰ “Dada a imprevidência dos nossos criadores e a fácil transmissão dessa terrível moléstia, é de crer que, em breve, tenham os fazendeiros marajoaras o desgosto de ver suas fazendas invadidas pela febre aphtosa”, diziam os redatores da revista, generalizando os criadores de “imprevidentes”. Aproveitaram ainda para destacar que “todas as epizootias reinantes em Marajó foram importadas de outros estados, especialmente o quebra-bunda, o mormo, carbúnculo bacteriano, a febre aphtosa e a cegueira”. Aconselhavam então os criadores

¹⁷⁶ PARÁ. Mensagem Dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr Eneas Martins governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913, p. 54 Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1034/000054.html>> Acesso em: 02 de jan. 2020.

¹⁷⁷ PARÁ. Mensagem Dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr Enéas Martins governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 99. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000099.html>> acesso em: 02 de jan. 2020.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 100.

¹⁷⁹ A febre aftosa causa muitas restrições econômicas onde o controle e erradicação da doença é feita, em geral, com o sacrifício dos animais. Apesar da pequena mortalidade causada pela doença sua taxa de transmissão é elevada. Trata-se de uma “doença infecciosa, causada por um vírus que afeta todos os mamíferos de cascos bipartidos (bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, suínos e espécies silvestres, entre elas o javali, o tatu, o veado e a capivara), que apresentam febre alta, aftas na boca, gengiva ou língua e feridas nos cascos e úberes” (PETTRES, *et al.*, 2007, p. 103).

¹⁸⁰ Contudo, os editores da revista esqueciam-se que o bacteriologista Adolfo Lutz já havia alertado para o fato de que as próprias condições impostas pela natureza no arquipélago do Marajó como um dos fatores responsáveis pela ocorrência da peste de cadeiras ou quebra-bunda e não atribuindo, exclusivamente, a introdução de animais infectados. Ver: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 200. Disponível em: brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000197.html Acesso em: 08 de fev. 2010.

marajoaras a serem previdentes, isolando o animal importado e os desinfetando antes de colocá-los juntos aos demais animais da fazenda, uma vez que não existia uma política pública nacional ou mesmo municipal como um serviço sanitário para prevenir esses males. Os editores da revista concluíram suas argumentações desqualificando ainda mais o criador paraense: “já é tempo dos criadores despertarem dessa vida de indiferença indolente e procurarem no exercício activo e intelligente de suas forças a prosperidade infalível de suas fazendas”.¹⁸¹

Contudo, os editores da revista esqueciam-se que o bacteriologista Adolfo Lutz¹⁸² já havia alertado para o fato de que as próprias condições impostas pela natureza no arquipélago do Marajó seria um dos fatores responsáveis pela ocorrência da peste de cadeiras ou quebra-bunda e não atribuindo, exclusivamente, a introdução de animais infectados. De qualquer forma, como afirma Cimino (2013, p. 117), no final da primeira década do século XX em Minas Gerais - como obviamente ocorria em muitas outras regiões do país – também havia naquele estado a aposta na introdução de raças entendidas como superiores. Contudo, antes de serem distribuídas entre os pecuaristas, passavam por uma espécie de quarentena nos postos zootécnicos até serem devidamente aclimatados.

Por sua vez, Lauro Sodré, exercendo seu segundo mandato como governador do Pará, entre os anos de 1917 e 1921, apontou a instalação de uma fazenda modelo, no município de Soure, na Ilha do Marajó, sendo para ele de grande importância que o dito estabelecimento fosse mantido, pois contribuiria para que os interessados auferissem “lucros melhorando os seus productos”.¹⁸³ Contudo, em sua mensagem do ano seguinte, se referindo à citada fazenda, e sem explicar as causas do fracasso, afirmou que “essa providencia não foi mantida, ficando o Estado privado de um melhoramento, cujas vantagens eram manifestas”.

¹⁸¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A febre aphtosa em Marajó*. Ano III, n. 11, Belém-Pará, 31 de maio de 1909, p. 234.

¹⁸² Adolpho Lutz nasceu no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1855, descendente de família Suíça. Em 1879 concluiu o curso médico no ano 1879 em Berna. Em 1892 assumiu a vice direção do recém-criado Instituto Bacteriológico de São Paulo, assumindo a direção apenas um ano depois ficando até 1908. Em seguida trabalhou como pesquisador no Instituto de Manguinhos a pedido de Oswaldo Cruz, permanecendo até sua morte. É considerado pioneiro da medicina veterinária no Brasil, sobretudo, depois de suas pesquisas na ilha de Marajó. Adolpho Lutz faleceu em 6 de outubro de 1840, no Rio de Janeiro, próximo de completar 85 anos de idade. Ver: REZENDE, 2009.

¹⁸³ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne da abertura da 2ª reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1919, p. 93. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1040/000093.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019

Para substituir a Fazenda Modelo seriam instalados postos de monta nos municípios de Soure, Santarém e Cachoeira por ordem do Governo Federal.¹⁸⁴

Em relatório entregue ao secretário de obras públicas, terras e viação em 1918, José Ferreira Teixeira elencou algumas razões para a instalação de fazendas modelo, as quais trariam enormes vantagens ao governo. Além de possibilitar “aos criadores a aquisição de muitos reprodutores de boa qualidade, acostumados ao clima”, dando “uma renda imediata ao Estado na venda de reprodutores” também seria uma possibilidade de “aprendizagem dos melhores métodos de criação de animais para os diversos fins econômicos”, bem como possibilitar à população um alimento mais barato e os criadores melhorariam econômica e financeiramente suas situações”.¹⁸⁵

Contudo, a fala do governador Antônio Emiliano de Sousa Castro, parece evidenciar que não houve avanços nas ações do estado em prol da criação de gado, apesar dos discursos anteriores, quando em 1922, afirmava que a pecuária, que vivia “à mercê da rotina que remonta aos tempos coloniais, não podia dar senão o que deu – o suprimento de carnes verdes à população do Estado”.¹⁸⁶ Reafirmava sua posição, evidenciando que a indústria pastoril no Pará, naquele momento, ainda tinha tudo por ser feito e atribuía essa responsabilidade tanto aos proprietários de fazendas, quanto ao poder público, pois “a iniciativa privada tão discreta é, que passa quase despercebida em seus efeitos, não tendo sido mais eficiente a oficial, de resultados nulos, por assim dizer”. E assim como a Fazenda Modelo, “igual sorte estão destinadas, com mais razão, as estações de monta que a substituirá”.¹⁸⁷ O governador então sintetiza a situação da indústria pastoril de forma bem realista:

De facto, os nossos rebanhos são constituídos por gado bravo, nunca estabulado, vivendo livremente em vastos campos de fazenda de considerável faixa territorial, de sorte que o transporte de animais para reprodução nesses estabelecimentos constitui tarefa de veras árdua, a que dificilmente se abalançarão os criadores, a

¹⁸⁴ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo governo do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1920, p. 91, p. 91 Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1041/000091.html>> Acesso em: 31 de Dez. 2019.

¹⁸⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 03.

¹⁸⁶ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Governador do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1922, p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1043/000022.html>>. Acesso em: 13 de Abr. 2019

¹⁸⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Governador do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1922, p. 37. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1043/000037.html>. Acesso em: 13 de Abr. 2019

menos que, ao envez de taes, seja multiplicado o número delles, encurtando assim as distancias a transpor.¹⁸⁸

Mas as estações de monta de Soure e de Cachoeira tiveram vida mais longa, muito embora tenham demorado a dar os primeiros resultados. Em 1930 o governador Eurico de Freitas Vale lembrava que a estação de monta de Soure, instalada em 1920, “somente depois de 1926 começou a ser útil aos criadores marajoaras, aos quais cede, anualmente, seus reproductores, ora em estações de monta provisórias nas próprias fazendas, ora recebendo as femeas de várias especies para a monta na séde da estação”. Embora, na opinião do então governador, a estação de monta em Cachoeira, na margem esquerda do rio Arary em Marajó, estivesse mal localizada, que também iniciou seus trabalhos a partir de 1926, naquele momento, auxiliava com bons reprodutores os fazendeiros locais.¹⁸⁹

Todos esses discursos que evidenciam a necessidade de modernizar a pecuária paraense poderiam ser estendidos, de um modo geral, a todo o Norte do país. Tratando das condições em que o gado era criado na região amazônica, em 1880, Roberto Santos (1980, p. 185) afirma que a mesma “era de baixa qualidade, extensivas, com boiadas de 130 quilos de peso médio somente, sem apuro sistemático de raças e sem produção comercial de laticínios, o que resultava em deficiências no abastecimento”. Em 1890, a Amazônia apresentava um total de pouco mais de 612.000 cabeças de gado chegando a 689.000 em 1900 e 790.000 em 1912, o que era, na opinião do autor, insuficiente diante do aumento populacional desse mesmo período.

As evidências da continuidade de uma criação extensiva se fizeram notar anos depois desses discursos pouco efetivos na prática. Encarregado por Evandro Chagas, Geth Jansen (1941, p. 350-351) realizou análises sobre o mal de cadeiras na ilha de Marajó, publicadas em 1941 nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, onde afirma que a criação de gado na ilha de Marajó ainda era feita, décadas depois do período acima mencionado por Roberto Santos, de forma extensiva, ou seja, “o gado, quer bovino quer equino, [era] criado solto nos campos e reunido anualmente para contagem, marcação e castração”. Esse serviço era realizado entre os meses de outubro e dezembro, “época em que o terreno, completamente seco, favorece o trabalho”. Essa evidência constatada demonstra um pequeno ou quase

¹⁸⁸ *Idem.*

¹⁸⁹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de Abertura da da 1ª Reunião de sua 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 125. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000126.html>> Acesso em: 02 de Jul. 2020.

nenhum avanço com relação à criação de gado na principal região pecuarista do Pará. Essas assertivas denotam também que, assim como a agricultura carecia da aplicação de métodos racionais e científicos para o seu fomento, também a pecuária na Amazônia necessitava superar, de acordo com as falas oficiais e de membros da própria elite fundiária, o manejo tradicional.

A esse respeito Mary Del Priore (2006, p. 162) faz uma análise da forma rotineira como o gado *vacum* era criado, ou seja, de forma selvagem. Entre os séculos XVI e XIX, aqui no Brasil, os bois eram criados ao vento, quer dizer, “largados no campo e depois abatidos por meio da caça”. O problema, como destaca a autora, estava no abate sistemático dos animais de maior porte, enquanto os de porte inferior começavam aos poucos a prevalecer, “dando origem a um rebanho pé-duro”. Nesse cenário, a própria produção leiteira sentia os malefícios dessa produção, pois “uma ordenha, quando bem sucedida, podia depender de dois ou três trabalhadores para imobilizar o animal”.

Nesse mesmo sentido é que José Paes de Carvalho afirmava, em 1897, que a crise na indústria pastoril, segundo ele, vivia um verdadeiro marasmo,¹⁹⁰ há muitos anos já preocupava a administração pública. Para o então governador a solução estava no próprio estado e menos nas ações que o governo poderia fazer por ela. O Pará era visto por ele como um lugar “riquíssimo em zonas apropriadas ao desenvolvimento e a prosperidade da indústria pastoril”. Nesse caso, a função do poder público seria apenas o de estimular a iniciativa particular, pois “sendo a indústria mais viável em nosso Estado, ella se desenvolver[ia] rapidamente”. Para o desenvolvimento da pecuária era necessário que o principal sujeito, “os criadores entre nós, abandonando a rotina, iniciem, na medida de suas forças, a criação científica, o methodo empregado em todos os paizes adeantados em agronomia, que não deixa cousa alguma entregue ao acaso”.¹⁹¹

A fala de José Paes de Carvalho pretendia eximir o poder público das condições precárias em que a pecuária se encontrava no Pará do final do século XIX, jogando a responsabilidade aos próprios criadores. O baixo número de animais e em sua maioria animais de pequeno porte nas fazendas de Marajó era atribuído pelo manejo arcaico e rotineiro.

¹⁹⁰ PARÁ. Manifesto ao Estado do Pará pelo governador Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ: Do Diário Oficial, 1897, 06. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2424/000006.html>> Acesso em: 31 de dez de 2019.

¹⁹¹ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 5 de fevereiro de 1900, apresentando a proposta do Orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1900, p. 21-22. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2433/000022.html>. Acesso em: 12 de Abr. 2019

Contudo, as ilações de Francimary Santos (2020, p. 70) demonstram que “a falta de políticas econômicas eficazes por parte dos agentes públicos, no sentido de alavancar esse setor da economia paraense, devem ser logicamente consideradas”.

Destarte, a atuação do estado junto à criação de animais era sim um ponto questionável nas próprias falas oficiais. O governador João Coelho, por exemplo, pensava diferente de José Paes de Carvalho, pois entendia que o estado deveria assumir seu papel:

A auctorização que destes para promover, com o auxílio do Governo Federal, os estudos necessários para evitar as seccas e inundações nas grandes zonas criadoras de Marajó, continúa a occupar a attenção do poder público. A Industria Pastoral deste Estado precisa realmente da protecção official, principalmente dos poderes nacionais, na realização de medidas efficientes que garantam melhor os capitaes nella empregados. A nossa pecuária não pode mais dar benefícios com a applicação do actual systema de criação. Devem surgir as fazendas modernas, bem organizadas, de modo que possam produzir mais e melhores animaes de utilidade econômica. ¹⁹²

Para todos os efeitos, o que fica de fato evidente com a análise da documentação pesquisada é que a pecuária paraense enfrentava uma série de problemas que mereciam atenção tanto da União, quanto do estado e dos próprios pecuaristas. Marajó, como principal centro criador de gado, por exemplo, sofria com secas periódicas ou mesmo, no outro extremo, com inundações. Nesse sentido, era essencial o trabalho de desaguamento. Uma das soluções apontadas, ainda em 1898, pelo governador José Paes de Carvalho, que seria também de interesse da Associação de Fazendeiros, seria a contratação de um profissional que estudasse a rede hidrográfica da ilha de Marajó e apresentasse um sistema de benfeitorias que evitasse “os grandes prejuízos causados pela inundação dos campos”. ¹⁹³

Dessa forma, para o secretário de obras públicas, terras e viação o problema da indústria pecuária não seria propriamente zoológico, mas “hidraulico”. Para ele, os fazendeiros do Marajó e os do Baixo Amazonas deveriam se preocupar com a “elevação das águas nos diversos mezes do anno, e em relação às epochas das enchentes ordinárias e

¹⁹² PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. João Antônio Luís Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1912, p. 132. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000132.html>. Acesso em: 10 de Abr. 2019.

¹⁹³ PARÁ. Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da receita e despeza para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. Diário Official, 1898, p. 17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000017.html>> Acesso em: 10 de mar. 2020

extraordinárias”. Reiterava, afirmando que a elevação das águas era de fato o principal inimigo, “ao deixar o gado sem abrigo e sem bebedouros e estiolando as forragens”.¹⁹⁴

Para além dessas questões, José Ferreira Teixeira apontava outro fator considerado por ele de extrema importância para o desenvolvimento da indústria pastoril no estado do Pará. Asseverava em relatório de 1918, entregue ao secretário de obras públicas, terras e viação, que estava sendo feita uma política econômica e financeira errada pelos agentes públicos. Sob a alegação de manter os serviços públicos, o governo estadual criava ou simplesmente aumentava os impostos já existentes, “onerando as fontes de produção até se exgotarem”. Para melhor ilustrar o que afirmava o então chefe da 4ª Secção de Agricultura, usou ele o seguinte exemplo, empregando as receitas do estado com abate de gado:

O Governo cobra 45 reis por kilo, sobre o peso bruto, do gado vaccum que entra no matadouro. Esta taxa dá uma receita de 700 contos annuaes. Pelo systema seguido, precisando de renda, o Estado augmentaria a taxa, onerando os creadores, que são os productores. Mas, se em vez de augmentar a taxa, o que é anti-economico, o Governo fomentasse o desenvolvimento da indústria pastoril para augmentar os rebanhos e o seu pezo, elevando-o da media geral, de 290 kilos brutos para bois e 240 para vaccas, para 580 e 480 kilos não só teria conseguido maior renda com a mesma taxa de 45 reis, como daria vida e prosperidade à fonte donde tira essa receita, que é o fazendeiro. Em lugar de 700, teria 1.400 contos de receita annual, só no matadouro, sem contar a receita, também augmentada, na exportação de couros e carnes xarqueadas ou frigorificadas.¹⁹⁵

Concluiu então José Ferreira Teixeira afirmando que o estado, dessa forma, teria lucros fabulosos, “se cuidasse pois, de instruir os criadores e promovesse o melhoramento dos rebanhos”.¹⁹⁶ Para os agentes públicos seria mais rápido e simples aumentar ou mesmo criar novos impostos para manutenção dos gastos públicos do que fomentar, como sugeriu José Ferreira Teixeira, a indústria pastoril. A ideia de onerar a classe produtora, fosse o lavrador ou o criador, era uma política econômica que já vinha ocorrendo desde o Império e que, como sabemos, ocorre também nos dias atuais.

Por sua vez, a instalação de postos veterinários seria outro fator que também ajudaria não apenas na defesa sanitária dos animais, mas no próprio fomento da indústria pastoril como um todo. A criação de postos zootécnicos promoveria um ensino voltado para uma criação racional. Uma importante ação seria também a importação de reprodutores finos

¹⁹⁴ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

¹⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 09.

¹⁹⁶ *Idem*.

com o objetivo de refinar as raças locais.¹⁹⁷ Ou seja, essas ações demonstram que o papel dos agentes públicos era notório dentro da metodologia de modernizar a pecuária com métodos científicos, que vinham sendo empregados nas regiões então já desenvolvidas. Entretanto, quinze anos antes dessas afirmações do governador João Coelho, José Paes de Carvalho, no início de seu mandato, em 1897, ao falar das precárias condições que a indústria pastoril se encontrava, alertava para o fato de que a importação de gado nada resolveria, pelo contrário, apenas camuflaria a realidade:

A experiência nos tem ensinado que na importação de gado, quer de outros Estados da União, quer de estrangeiro, não se encontra a desejada solução definitiva: expedientes de momento só transitariamente dissimulam a crise para voltar ella em seguida temerosa e cheia de agitações. Estou convencido que é dentro do Estado mesmo que encontraremos remédio eficaz para o mal que nos preoccupa.¹⁹⁸

De qualquer forma, o governador José Paes de Carvalho destacou que a crise na indústria pastoril influenciava diretamente na alimentação dos habitantes da capital. Muito embora deixasse claro que a questão da alimentação pública da capital fosse um problema da Intendência Municipal, evidenciava que o governo procurava “auxiliar os fazendeiros no propósito de levantar a indústria pastoril do abatimento” em que se encontrava. Sendo um problema que não poderia esperar por soluções que aliviassem “a população da capital da penúria, promovendo a abundância e barateza do [...] principal gênero de alimentação”.¹⁹⁹ Para atender o belenense com esse artigo tão caro à sua dieta, seria necessário resolver diversas questões que prejudicavam esse setor da economia há muito tempo.

Entre esses problemas destacava-se o transporte das reses dos locais de criação até os matadouros da capital. Alfred Wallace (1979, p. 24) durante sua estada na capital paraense em meados do século XIX verificou que os animais eram levados em canoas em uma longa e demorada viagem, onde recusavam “o alimento, perdendo boa parte da sua gordura e chegando ao destino, em precaríssimas condições”. Mais para o final do século a situação não era melhor. Em relatório ao intendente de Belém referente aos meses de setembro e outubro

¹⁹⁷ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. João Antônio Luís Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1912, p. 133. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000133.html>. Acesso em: 10 de Abr. 2019.

¹⁹⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897, p. 23. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2426/000023.html>. Acesso em: de mar. 2020

¹⁹⁹ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 5 de fevereiro de 1900, apresentando a proposta do Orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1900, p. 22. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2433/000022.html>. Acesso em: 12 de Abr. 2019.

de 1896, o inspetor do matadouro público reclamava que a capital estava pessimamente servida na sua principal alimentação. Para o matadouro de Belém concorriam, de acordo com o inspetor, gados provenientes da ilha do Marajó e do Ceará em sua maioria.²⁰⁰ As vacas de Marajó chegavam “todas magras, velhas, exgotadas, e no estado de prenhez adeantado”.²⁰¹

Francimary Santos (2020, p. 57), com muita coerência, aborda em seu texto “Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antônio Lemos (1897-1908)” a forma tradicional com que o gado era criado nas pastagens paraenses. A autora destaca que no final do século XIX e início do XX não apenas os moradores da capital se queixavam da carestia da carne verde como também em diversos pontos do interior, como nos municípios de Breves e Alemquer. Citando a fala de algumas autoridades públicas, a pesquisadora evidencia a existência de certo ufanismo nessas falas, pois deixam “claro que as respostas para amenizar a crise no abastecimento do produto para a capital está em casa, ou seja, em melhor aproveitar aquilo que o solo e o clima tem a oferecer ao produtor paraense”.

A exportação de gado paraense para outras regiões do país ajuda em parte a explicar essa carestia nos mercados locais. Embora mencionado acima que o município de Alemquer sofria com carestia de carne verde, Fulgêncio Simões (1908, p. 73) destacava a grande quantidade de fazendeiros e criadores. Por outro lado, afirmava também que o gado de Alemquer, “como o de todo o baixo Amazonas, é vendido para o Estado do Amazonas, cujos marchantes o veem comprar no curral do fazendeiro ou criador, por preço muito mais vantajoso que em Belém, e sem o risco de transporte, despesas e o azar da consignação ou do leilão”.

De qualquer forma, a documentação mostra que muitas das alternativas pensadas como solução para a modernização das práticas agrícolas foram também pensadas para a pecuária. Nesse sentido é que José Ferreira Teixeira asseverava que o ensino ambulante também seria uma alternativa para os pecuaristas paraenses modernizarem a criação, uma vez que aprenderiam “facilmente tudo que se relacione com a melhor organização e aparelhamento de suas fazendas e com os modernos métodos zootécnicos, de modo a poderem, em poucos annos, retirar lucros mais compensadores em sua criação” em decadência, de acordo com o então diretor da 4ª Secção de Agricultura, pela simples falta de instrução dos pecuaristas.

²⁰⁰ *Folha do Norte*. Matadouro Público. 13 de janeiro de 1897, p. 02.

²⁰¹ *Folha do Norte*. Carnes verdes-Vaccas de Marajó. 12 de fevereiro de 1897, p. 02.

Munido então da ideia de implantar uma nova metodologia não apenas voltada para a agricultura, mas também para a pecuária é que o governador Augusto Montenegro apontou, em mensagem de 1907, suas prioridades para modernização da criação de gado no estado que, para ele, estaria abandonada:

Ainda prendendo-se ao desejo de auxiliar as nossas incipientes industrias, liga-se o pensamento por mim já manifestado de crear em Marajó um posto destinado á introducção de novos processos de criação, pela importação e criação de animaes de raça, seu cruzamento com o gado nativo, estudo das forragens, bebedouros, tratamento das moléstias que perseguem os animaes e aproveitamento de muitos productos do gado, hoje completamente abandonados.²⁰²

Nesse caso, todas as atenções estariam voltadas para a região da ilha do Marajó, já a muito tempo, como já dissemos, responsável pelo fornecimento de carne verde para a capital. Coube então ao diretor da 4ª *Secção de Agricultura*, José Ferreira Teixeira, por em prática as benfeitorias que esse setor da economia necessitava, conforme apontavam as autoridades públicas, não somente para o aumento e melhoramento do rebanho como também dos seus derivados, principalmente a produção de leite, queijo e manteiga.

Dessa maneira é que, analisando especificamente as circunstancias em que se encontrava a criação de gado na Amazônia, José Ferreira Teixeira entendia que as difíceis circunstâncias impostas pela natureza, característica da região tropical, uma vez que se apresentava de maneira “selvagem e hostil a vida dos animaes”, eram, de certa forma, nocivas ao gado local, “apesar de se ter adaptado ao meio em que vive, não possui ainda a rusticidade sufficiente contra as innúmeras pragas que o perseguem e especialmente contra os carrapatos que dominam de um modo horroroso nas zonas de criação”. O melhoramento do gado estaria nas modernas técnicas de zootecnia que “ensina três methods de reprodução para o melhoramento das raças indígenas ou auctochtones de um paiz”.²⁰³

O primeiro passo para o revigoramento da produção bovina na Amazônia seria importar as melhores raças europeias e americanas adaptando-as ao novo ambiente. Embora José Ferreira Teixeira afirmasse que fosse “possível aclimar em nosso meio algumas raças de zonas temperadas, em regimen estabular, nunca inferior a um ano, acompanhado e rodeado de todos os cuidados e cautelas possíveis para evitar a morte dos animaes pela febre *Tristeza*,

²⁰² PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1907, p. 07. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000007.html>. Acesso em: 22 de abr. 2019

²⁰³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, p. 29

mal triste ou febre do Texas”,²⁰⁴ os criadores paraenses encontrariam uma grande dificuldade, uma vez que as melhores raças se localizariam em países de clima temperado, como a Argentina, o que dificultava a aclimação na região tropical. Nesse sentido, revigorar a produção bovina no Norte do Brasil seria um risco, pois colocaria “esses animaes n’um clima quente com alimentação diferente, inassimiláveis ao seu organismo, seria matal-os em pouco tempo”.²⁰⁵ Por conta disso, José Ferreira Teixeira não enxergava com bons olhos esse método de melhoramento das reses, pois somente acarretaria gastos desnecessários aos cofres do governo paraense:

As tentativas sempre mallogradas na introdução em nosso paiz, e mui especialmente em nosso Estado, de animaes de raça bovina, puros sangues, vindos directamente da Europa, América do Norte e Rio da Prata, puseram, com muita razão, de prevenção os criadores brasileiros, pois muitas centenas de contos de reis se tem dispendido ineficazmente.²⁰⁶

Vicente Chermont de Miranda, ao tratar do *mal triste* em texto publicado no Boletim do Museu Goeldi, afirmava que essa epizootia estava presente há muito tempo em Marajó, não sendo possível, contudo, precisar sua primeira constatação por falta de documentos. Trata-se de uma doença altamente contagiosa entre os animais, causando febre, sendo muitas vezes fatal no primeiro caso. A infecção por *mal triste* em Marajó ocorria pela entrada de gado contaminado vindos de outros estados como foi o caso do gado importado do Ceará pelo pecuarista Francisco Bezerra em 1884. Miranda destacou que “essa epizootia causou um prejuízo de vinte mil reses aproximadamente, segundo estimativa do mesmo coronel Bezerra”.²⁰⁷ Para todos os efeitos, publicações sobre pecuária mostram como esse setor da economia paraense também estava sendo assistido cientificamente pelo Museu Goeldi e não somente a agricultura.

²⁰⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria Pecuária no Pará*. Ano III, n. 09, Belém-Pará, 31 de março de 1909, p. 79. Além dessas denominações essa epizootia também é conhecida como mal da passarinha, peste das baixadas, febre spleenica, carbúnculo bacteridiano, hemoglobínia bacteridiana do bovino, febre carbunculosa, moléstia infecciosa septicoide, febre palustre perniciosa, febre de Hespanha, hematúria microbiana, hematóglobinúria parasitaria, carcoma, tabardillo, entre outras. Trata-se de uma moléstia excessivamente contagiosa “cujos symptomas essenciaes são o mijo de sangue e a hipertrophia enorme do baço”. Ver: MIRANDA, Vicente Chermont de. *Molestias que affectam os animaes domésticos mormente o gado na ilha de Marajó*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, n. 2 e 3, Vol. IV, dezembro de 1904, p. 443.

²⁰⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria Pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 30

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 31.

²⁰⁷ MIRANDA, Vicente Chermont de. *Molestias que affectam os animaes domésticos mormente o gado na ilha de Marajó*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, n. 2 e 3, Vol. IV, dezembro de 1904, p. 443-444

Ainda na visão de José Ferreira Teixeira não apenas a aclimação das raças estrangeiras seria ineficaz, mas também os resultados do cruzamento do gado de clima temperado com o gado local. Como se essas dificuldades não fossem suficientes, outro problema estava, como os agentes públicos afirmavam, no próprio processo de criação adotado pelos pecuaristas paraenses. Era a chamada “Lei da Natureza” ou “pabulação com aproveitamento dos campos nativos”. Convencido da impossibilidade da adaptação de raças estrangeiras ao clima amazônico, ele reafirmava:

Na zona tropical é impossível, portanto, pela aclimação, crear uma raça nova, de estirpe estrangeira, mas nacionalisada pelo nascimento e modidficada pelas influencias do meio biológico; porque, não só é esse meio dispendioso, como ineficaz pela falta de rusticidade dos animaes para viverem na nossa zona quente, e onde abundam insectos perniciosos a sua saúde e a sua existência.²⁰⁸

Classificando as raças bovinas locais como degeneradas, José Ferreira Teixeira acreditava que a solução para se obter o melhor gado para corte e para leite seria mesmo por meio de processo de seleção, uma vez que o processo de aclimação oferecia mais riscos que possibilidades. A ideia principal era preparar “dous indivíduos da mesma raça, que possuam no máximo gráo possível a qualidade ou aptidão desejada para o objeto econômico da reprodução”. Acreditando que seria esse o “methodo mais perfeito” para o melhoramento da raça bovina, o processo de seleção era visto como “a pedra angular do melhoramento das raças”. Contudo, para ele, o processo de seleção era realizado com morosidade e a situação da indústria pastoral exigia uma solução mais rápida. De qualquer forma, pelo método de seleção, nunca se produziria no Pará “um typo bovino capaz de resistir com suprema vantagem as asperezas da selvagem natureza que nos hostiliza com os innúmeros inimigos existentes”. Apesar do tempo em que vive nesse ambiente, o gado local “não resiste à invasão dos carrapatos, sente muito o ataque dos mosquitos, motucas e moscas; definha consideravelmente à ação dos grandes verões e demoradas invernias; é facilmente acessível às epizootias, em geral, de caráter contagioso ou não”.²⁰⁹

Diante das possibilidades, acreditava então que o melhor método zootécnico para a criação de gado no Pará, buscando o melhoramento dos animais domésticos e superando as dificuldades impostas pela lei da natureza, seria recorrer ao cruzamento. A ideia de importar raças de melhor estirpe com vistas ao melhoramento do gado não seria uma novidade. Quando José Paes de Carvalho enviou a Europa Ernesto Mattoso Maia Fortes, diretor geral do

²⁰⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria Pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 31.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 32

Instituto Lauro Sodré, para tomar conhecimento da organização e do método de ensino das escolas de agricultura na Europa, solicitou também “a aquisição de alguns animais de raça, puro sangue, bons reprodutores”.²¹⁰

Especificamente o gado zebu – dos tipos Nelore, Guzerat e Hissar - seria a melhor espécie estrangeira para o cruzamento com o gado amazônico, mesmo que não rivalizem com o gado europeu em termos não apenas de estética, mas de produção de carne e leite. O cruzamento do gado zebu com o gado local duplicaria o peso das boiadas, tornando “rusticas nossas manadas bovinas, aumentando consideravelmente a porcentagem da produção das [...] fazendas, verificado muitos casos de precocidade e alcançado vacas mais leiteiras”.²¹¹

Em mensagem de 1900, o então governador José Paes de Carvalho já falava em cruzamento de raças como alternativa para melhorar o gado criado no Pará. Contrário ao pensamento de José Ferreira Teixeira, dizia que o cruzamento deveria acontecer “com os próprios reprodutores nacionais por meio de uma seleção cuidadosa e inteligente”, alcançando em pouco tempo a solução para a crise “nos assevera com a enorme vantagem de ficar estabelecido a poucas horas desta capital o nosso grande celeiro”.²¹² Também o ministro da agricultura, indústria e comércio José Rufino Beserra Cavalcanti apoiava, em 1916, de um lado, “a importação de numerosos reprodutores para o cruzamento com os exemplares indígenas e, do outro, o cuidado e inteligente preparo das pastagens”.²¹³

José Ferreira Teixeira relatava que, naquele momento, havia já um número considerável de gado zebu proveniente da Índia presente em fazendas da ilha do Marajó. Cita João Baptista Ferreira Penna, “fazendeiro inteligente e de muita iniciativa” como exportador desse gado na região há mais de quinze anos, portanto, na segunda metade da década de 1890.

A raça zebu tem para nós a imensa vantagem da rusticidade e de pelas condições de clima mais ou menos idêntico, se achar quasi naturalmente no país, podendo perfeitamente resistir aos parasitas perseguidores, como os carrapatos, os bernes, as

²¹⁰ Estado do Pará. Relatório apresentado a sua ex. o sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, por Ernesto Mattoso Maia Forte, Diretor Geral do Instituto Lauro Sodré, sobre as Escolas de agricultura e Indústrias da Europa. Lisboa: Companhia Typographica, 1900, p. 05.

²¹¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria Pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 33-35.

²¹² PARÁ. Mensagem ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 05 de fevereiro de 1900 apresentando a proposta do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1900, p. 22. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2433/000022.html>. Acesso em: 27 de Abr. 2019.

²¹³ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. José Rufino Beserra Comercio. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1916, p. XII. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2007/000011.html>> Acesso em: 27 de Abr. 2020

moscas e outras pragas existentes nos trópicos, o que não succede com as raças europeias que, salvo no extremo sul e nas grandes altitudes, não se acclimam em nosso paíz e mui particularmente nas bravias, aspérrimas e selvagens campinas da Amazônia.²¹⁴

Em outro artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense*, um ano e meio depois, o articulista, comparando os métodos de criação entre brasileiros e argentinos, faz a seguinte pergunta: “O que se tem feito na nossa terra para melhorar o gado bovino?” Afirma então que a única medida que se vinha fazendo era “o maior erro que se póde cometer”. Ou seja, “Importa-se o zebu da Índia, na persuasão de que essa é a solução mais razoável do problema pecuário”. Como “do insucesso da importação de animaes melhorados das boas raças europeas, deduziram os próceres da nosssa criação bovina que só o zebu era capaz de melhorar”, apontava o articulista que a solução para esse problema seria outra.²¹⁵ A questão não seria povoar os campos com gado que se adaptasse ao meio, mas o contrário, isto é, adaptar esse meio aos animais:

Nunca se devia pensar em povoar os campos nacionaes com o animal que mais facilmente se adapta a elles, nas condições em que se encontram, porém, estudar os meios de se adaptar esses campos aos animaes melhorados, de forma a tornal-os aptos a alimentar-os convenientemente, defendendo, ao mesmo tempo, os animaes finos dos seus inimigos naturaes ou parasitas de toda a espécie.²¹⁶

O articulista chega a afirmar que o gado no país era “meio selvagem e agora mais rebelde, depois da infecção zebuana”. Tratando da possibilidade futura do Brasil exportar carne bovina de qualidade para a Europa, questiona então se seria o Zebu a satisfazer essa necessidade. Responde que não. “Esse animal, pessimamente conformado, coberto de feixes de fibras musculares sem succos alimentícios nunca poderá conquistar o consumidor europeó habituado a comer carne macia”.²¹⁷

Curioso observar que na mesma edição que traz um artigo descredenciando o zebu como alternativa para o melhoramento das raças bovinas no Brasil, os editores da revista *A Lavoura Paraense* trazem outro texto aos seus leitores contendo uma lista com “os melhores reproductores zebus”. Afirmavam que o gado zebu, que abastecia as fazendas no Pará, tinha origem no Rio de Janeiro, mais precisamente da fazenda Santo Antônio outrora pertencente a M. U. Lengruber. De acordo com a revista esse gado se notabilizava não apenas pela altura e

²¹⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Indústria Pecuária no Pará*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 35.

²¹⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A bovina-pecuária na Argentina*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, p. 504.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 506.

peso, mas também pela mansidão e capacidade de produzir leite. “Para que os criadores paraenses possam realizar uma criação racional, methodica e proveitosa, devem antes de tudo ter muito cuidado na escolha dos animaes que precisam adquirir para a reprodução pelo crusamento com o gado indígena”, diziam seus redatores.²¹⁸ Aquelas características habilitariam então, o gado zebu indiano, no processo de melhoramento do gado local.

Para todos os efeitos, como não ficou preservada a edição seguinte da citada revista, não sabemos se José Ferreira Teixeira rebateu essas ilações contrárias às suas. De qualquer forma é curioso que na condição de chefe da 4ª Secção de Agricultura, assim como diretor-gerente desse periódico, tenha sido publicada matéria com posicionamento contrário àquilo que já havia defendido em edição anterior. Podemos, no entanto, conjecturar uma possível mudança de opinião quanto à introdução do gado Zebu ou que mantivesse a crença de sua utilidade exclusivamente em terras amazônicas. Mas ainda assim o pensamento seria controverso já que na opinião do articulista a questão não estava no animal importado, mas nas condições do campo para receber esse gado, fosse ele da Índia, da Europa ou dos países vizinhos. Deve-se colocar também que o artigo tem continuação na edição seguinte da qual, como dissemos, não dispomos e, portanto, não sabemos quem assinou o referido artigo. De qualquer forma chama atenção o fato dos redatores da revista terem publicado na mesma edição um artigo enaltecendo mais uma vez o zebu indiano.

Portanto, como afirmava o articulista acima mencionado, crítico do zebu para melhoramento das raças locais, a pecuária brasileira passava por outros problemas, para além do melhoramento de suas raças. Dessa forma é que, em artigo de 1913, intitulado “O problema do Norte: a borracha e a indústria agropecuária”, assinado por Tavares Vianna, foram expostos pelo articulista as mazelas enfrentadas pelos pecuaristas paraense, assim como as possíveis soluções para o revigoramento desse setor da economia, sobretudo, quanto à criação de gado. Para o problema das enchentes em Marajó que levavam à morte milhares de gado, o articulista sugeriu “a canalização e desobstrução dos rios”. Com a estiagem, a alternativa era criar estações experimentais onde o criador aprenderia “os meios de fazer pastos artificiaes”, que livrassem o rebanho no verão, “da morte por inanição”. Embora essas questões fossem relevantes para a modernização da pecuária no estado, não restavam dúvidas de que o principal sujeito, o criador, precisaria também de atenção, uma vez que não dispunha:

²¹⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Gado Indiano (Zebu)*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/p.

[...] de conhecimentos técnicos, indispensáveis para o aperfeiçoamento zootécnico da raça indígena, sua seleção, mestiçagem e cruzamento, higiene e cuidados de que carecem os animais domésticos, sua melhor alimentação e defesa sanitária, o valor nutritivo das forragens, seus métodos de conservação, etc.²¹⁹

Para além dessas questões relacionadas ao melhoramento da raça bovina local a partir de métodos modernos, as autoridades públicas e a elite agrária, especialmente em Marajó, preocupavam-se também com essas questões elencadas acima por Tavares Viana. Embora não seja aqui nossa proposta de pesquisa, não podemos perder de vista que pouco adiantaria realizar toda uma nova metodologia voltada para a pecuária se velhos e prejudiciais problemas elencados por esses sujeitos à frente desse novo modelo de criação ainda persistissem, como o caso das enchentes. A esse respeito, por exemplo, Sidiana Macedo (2014, p. 130), se referindo à complexa relação entre campo e cidade destaca que “as enchentes e alagamentos em determinados pontos culminavam na perda de toda ou parte dos víveres que abasteciam a capital”. Também seguindo essa mesma linha de raciocínio é que Fabrício Herbeth Teixeira da Silva (2017, p.18) afirma que a própria história da capital Belém está diretamente associada com o “consumo e os problemas relacionados à carne verde”.

Para além dessas questões relacionadas às leis da natureza, outro considerável problema enfrentado pelos fazendeiros paraenses, sobretudo, os marajoaras, e também pelos agentes públicos no processo de racionalização da pecuária paraense era o combate às doenças que afligiam os animais, as chamadas epizootias, especialmente aquelas transmitidas pelo carrapato. “Anualmente epizootias mortíferas invadem os campos e assolam o gado nas diferentes zonas pastoris do paiz, sem que se note, da parte dos poderes locais, um movimento enérgico na defesa da pecuária”,²²⁰ afirmava o ministro da agricultura, indústria e comércio lamentando a indiferença com essa questão pelo país afora. A afirmativa acima evidencia também que diversas regiões do país sofriam com doenças entre os animais, principalmente no gado.

Nesse caso, a solução imediata presente nas falas de autoridades e especialistas era a construção de postos veterinários e postos zootécnicos, que na opinião do articulista Tavares Viana, se referindo à pecuária paraense, não só promoveriam “o desenvolvimento da indústria pecuária, como das indústrias correlativas, completamente descuidadas no

²¹⁹ *Estado do Pará*, O Problema do Norte: a borracha e a indústria agropecuária. 04 de Abril 1913, p. 02.

²²⁰ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1912, 91º da Independência e 24º da República, volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 101. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000186.html>> Acesso em: 27 de abr. 2019.

Estado”.²²¹ Na opinião de José Paes de Carvalho a solução para as epizootias seria a contratação de um bacteriologista que estudasse as doenças dos animais.²²² Nesse sentido é que nos últimos anos do governo de Augusto Montenegro, como afirmado anteriormente, foi contratado o bacteriologista Adolfo Lutz para estudar as epizootias que ocorriam com frequência entre as raças bovina e cavalari em Marajó. A epizootia em questão era a doença conhecida vulgarmente como “quebra-bunda”, “peste de cadeira” ou “mal de cadeiras”. O aparecimento dessa doença nos rebanhos daquela ilha remontava ao final da década de 1820 e início de 1830. O bacteriologista acreditava que a introdução de algum animal infectado com o parasita transmissor da doença tenha sido introduzido nos rebanhos em Marajó, dando início à sua proliferação. O problema, segundo ele, também estava presente na região do Baixo Amazonas desde o final da década de 1870. As condições impostas pela natureza, especialmente na ilha de Marajó, eram próprias para a ocorrência dessa doença, pois “a moléstia ocorre de preferência em zonas tropicais ou subtropicais, em regiões bastante alagadas ou mesmo periodicamente inundadas”,²²³ ou seja, cenário perfeito para seus transmissores elencados por Adolfo Lutz. O tratamento dessa epizootia, nas fazendas da ilha de Marajó, era dificultado durante o verão, devido a “insuficiência dos pastos e pelos morcegos que muito perseguem estes animais”.²²⁴

Assinando um artigo na seção “A vida agrícola e rural”, sob o título “Pode-se esperar a erradicação do quebra-bunda e do mormo?”, José Ferreira Teixeira afirmou que colocou em prática, na sua fazenda em Muaná, ilha de Marajó, as medidas profiláticas então aconselhadas por Adolpho Lutz no relatório entregue ao governador Augusto Montenegro. Medidas que, para ele, se aplicadas, determinaria a erradicação do “quebra-bunda” no Pará. Entre essas ações citadas promoveu “a matança systemática dos cavallos doentes, queimando os cadáveres por dever de hygiene rural” e caçou as capivaras presentes na fazenda.²²⁵

A partir de então as capivaras passaram a ser vistas, pelos pecuaristas paraenses como animais a serem duramente combatidas como medida profilática, não apenas por terem

²²¹ *Estado do Pará*, O Problema do Norte: a borracha e a indústria agropecuária. 04 de abril 1913, p. 02.

²²² PARÁ. Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. Diário Oficial, 1898, p. 17. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000017.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

²²³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. A-202. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000199.html>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

²²⁴ *Ibidem*, p. A-203. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000200.html> Acesso em: 20 de abr. 2019

²²⁵ *Estado do Pará*. Pode-se esperar a erradicação do quebra-bunda e do mormo?. 06 de junho de 1915, p. 05.

sido apontadas por Adolpho Lutz como transmissoras do “quebra-bunda”, também por “ser um animal danninho que consome muita forragem dos campos, abrindo regos e depressões e estraga os bebedouros e destrói as plantações das fazendas”. A eliminação da capivara, segundo José Ferreira Teixeira, levaria “o criador do trabalho de examinar constantemente a sua cavallaria e de despesas de tratamento”.²²⁶

Apesar dessa perspectiva de extinguir essa doença na ilha de Marajó a partir das instruções dadas pelo bacteriologista Adolpho Lutz em 1907, a realidade alcançada ficou longe dessa realidade. O artigo de Geth Jansen, (1941, p. 351-361), que era especializado em epizootias, mostrou que no início da década de 1940, os fazendeiros daquela região mal sabiam diferenciar a “peste de cadeiras” de outras doenças como “barriga inchada” ou “mormo seco”. Nas entrevistas realizadas pelos criadores, Geth Jansen constatou que a “peste de cadeiras” estava presente nas fazendas da ilha de Marajó, apesar dos fazendeiros afirmarem, naquele momento, que a doença havia sido erradicada. Entre as fazendas inspecionadas estava a de José Ferreira Teixeira, em Muaná, entre os dias 22 de novembro e 1º de dezembro de 1939, onde não foi constatado nenhum animal infectado. Entre as muitas conclusões a que chegou Geth Jansen, para além de constatar a presença da doença na região, destacou também que a matança de capivaras não mudou o caráter endêmico da doença.

Imagem 3: Mal de Cadeiras



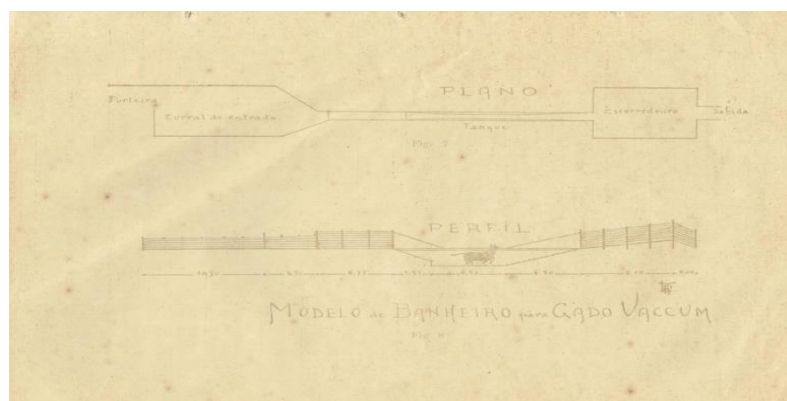
Jansen: Mal de cadeiras em Marajó

FONTE: JANSEN, 1941.

²²⁶ *Estado do Pará*. A erradicação do quebra-bunda (peste de cadeiras) pela cura. 27 de junho de 1915, p. 05.

De qualquer forma, uma das ações apontadas para a prevenção de epizootias como o “mal de cadeiras”, que prejudicava o desenvolvimento da criação de gado, de acordo com as modernas técnicas de manejo desse animal para a época, era a construção de banheiros carrapaticidas como forma de expurgar as carrças do corpo dos animais mergulhando-os em uma solução. Das formas apontadas para retirada desses insetos, essa era vista como o “mais industrial e o mais seguro”. Incidia em fazer o animal imergir todo o corpo na solução desinfectante.²²⁷ O animal era mergulhado em uma solução venenosa composta por um litro de carrapaticida para cada 115 litros d’água. A imersão deveria ocorrer a cada trinta dias para evitar a reprodução dos insetos.²²⁸

Imagem 4: Banheiros Carrapaticidas



FONTE: A Lavoura Paraense.

Se referindo ao uso desses banheiros carrapaticidas como importante recurso dos fazendeiros ao controle de doenças no rebanho, Tavares Vianna entendia que a sua construção era necessária. Para esse articulista, o governo deveria amparar a criação de gado para que o estado colhesse frutos, uma vez que não apenas a alimentação melhoraria, como teria mais qualidade. Contudo, esclarece que não apenas o gado deveria ser o centro das preocupações do governo, como também o suíno, o caprino e o equino, principalmente este último, “pois não somente nas fazendas elle se faz mister para o serviço, como nos seringaes, para o transporte da borracha e das mercadorias, do interior para os centros commerciaes e vice-versa”.²²⁹

²²⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Vol. VI, n. 04, Belém-Pará, 31 de maio de 1912, p. 421.

²²⁸ *Ibidem*, p. 429.

²²⁹ *Estado do Pará*, O problema do Norte: a borracha e a indústria agro-pecuária. 04 de abril de 1913, p. 02.

Em relatório de 1913 o ministro da agricultura Pedro de Toledo destacava a importância dos banheiros carrapaticidas. Dizia ele que existiam “vários banheiros officias, como muitos construídos pelos creadores, a quem, por essa construcção, a lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912”, concedia auxilio. Ao todo haviam no país 93 desses banheiros, e claro, a grande maioria deles nas regiões Sul e Sudeste. Exceção para o Ceará que possuía 14 dessas unidades sanitárias.²³⁰

Na opinião de José Ferreira Teixeira a defesa sanitária dos animais da indústria pastoril deveria ser permanente, não só para “evitar prejuízos aos criadores, como garantir a saúde da população que se alimentava de carnes e leite”. Para isso seria preciso um veterinário que analisasse as epizootias que dizimavam os rebanhos “e promoviam a sua erradicação”.²³¹

Para a defesa sanitária dos rebanhos foi criado na década de 1920 o Posto de Assistência Veterinária, repartição subordinada à Delegacia do Serviço de Indústria Pastoril, ligada ao Ministério da Agricultura. O referido posto possuía laboratório para diagnóstico de zoonoses, “com pessoal para vacinação de gado nos municípios de Bragança, Soure, Monte-Alegre, Santarém e Montenegro”. O então governador Eurico de Freitas Valle destacava o desempenho ao combate às doenças entre os animais, enfatizando que, no ano de 1930, apenas “a febre aphtosa causou sérios prejuízos aos bovinos, até mesmo no município da capital, sendo diminuto o prejuízo por outras epizootias”. De acordo com dados oficiais o estado do Pará possuía até então, cerca de 700.000 cabeças de gado, dos quais pouco mais da metade se encontrava em Marajó.²³²

A discussão em torno das peculiaridades da economia paraense ilustra, em grande parte, as características da própria região amazônica. Como se sabe, a borracha foi, ao Norte da República, o carro-chefe da economia entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX. Contudo, observamos que outros produtos extrativos também possuíam algum

²³⁰ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. Pedro de Toledo, 92º da Independência e 25º da República, volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Official, 1913, p. XXXII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000029.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2020

²³¹ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 03.

²³² PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião da 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1930, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000127.html>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

relevo como o cacau e a castanha, ganhando esta última, grande destaque com o declínio da economia gomífera. Nesse cenário, a figura de José Ferreira Teixeira ganha grande destaque ao levar os anseios da elite rural paraense aos quadros burocráticos do estado, assumindo o cargo de diretor da 4ª Secção de Agricultura, órgão criado em 1908, durante o governo de Augusto Montenegro. Esse departamento ligado à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação devotava atenção não apenas às questões agrícolas, mas também à pecuária. Setor de grande importância para a economia paraense. Para além dessas peculiaridades, essa fase de modernização das práticas agrícolas pretendida pelo poder público, ficou marcada por resquícios do antigo modelo de fomento à agricultura, uma vez que ainda houve a criação de núcleos coloniais, mesmo na década de 1920.

Para o próximo capítulo a análise se pauta nos diversos aspectos relacionados com o processo de modernização das práticas agrícolas. São aspectos como a criação de associações e sindicatos, ação essa bastante estimulada pelos próprios agentes públicos. A participação em exposições agrícolas, o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, assim como a criação de leis fundiárias que ajudem na fixação do homem à terra são condições vistas como essenciais a qualquer projeto de fomento à agricultura. Em meio a esses aspectos a ciência, portanto, surge como a mola-mestra para a implantação desse novo paradigma que se pretendia aos campos paraenses nas primeiras décadas do século XX.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS ASSOCIADOS À MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

O processo de modernização do campo exigia, por parte do governo do estado do Pará, um novo olhar sobre o modo de produzir e de criar, diverso daquele tachado por seus críticos como rotineiro. Para alterar o modo de produção e de criação se fazia necessário adotar procedimentos já realizados em países considerados de primeiro mundo como a participação e mesmo a realização de exposições agrícolas e industriais a nível nacional e internacional, facilitar e ampliar os meios de transporte e de comunicação com objetivo não apenas de estreitar as distâncias entre o campo e a cidade, mas também de facilitar o transporte de produtos, o incentivo à formação de associações e sindicatos de agricultores e criadores para efeito de organização de classe em vistas ao fomento de determinado produto e, sobretudo, a propagação de modernos instrumentos e insumos agrícolas. Neste último caso o arado se apresenta como instrumento para balizar o grau de desenvolvimento agrícola de determinada região, como veremos neste capítulo.

Dessa forma, a proposta desse capítulo é discutir essas questões tão caras à implantação de uma nova orientação para o manejo de importantes culturas para o estado do Pará no início do século XX, como a castanha e o cacau, por exemplo. De acordo com Mary Del Priore (2006, p. 168), as associações agrárias, tema a ser discutido na primeira seção desse segundo capítulo, eram instituições raras no Brasil. Contudo, “de 1850 em diante, a situação se altera e assistimos a uma intensa formação de associações rurais regionais, sendo criadas cerca de oitenta delas, até 1889”. A região amazônica, e mais especificamente, o Pará, como veremos a seguir, não fugiu a essa regra. Diversos sindicatos e associações são criados dentro desse contexto de implantação de uma nova metodologia para o campo. O articulista do periódico *O Agrário* afirmava ser essa a primeira condição para se “elevar a agricultura, se não a indispensável”.²³³

²³³ *O Agrário*, O Agrário. 1º de outubro de 1885, p. 02.

2.1 A importância das associações rurais para a modernização agrícola

Um dos traços característicos da nossa época é, sem dúvida, esta tendência que leva os homens de uma mesma profissão a unirem-se para o estudo e a defesa dos seus interesses communs. Parecia que os trabalhadores do solo devessem permanecer fora deste movimento. Isolados pelas próprias condições da vida rural, **escravos de rotinas seculares**, infundados nas ideias particularistas por tradição e por temperamento, estavam menos preparados que os operários pertencentes aos outros ramos da actividade nacional para unirem os seus esforços em commum.²³⁴

Com esse parágrafo inicial o francês Brillaud de Lanjardièrre dá início ao seu artigo intitulado “A agricultura e os Syndicatos”. Trata-se de um artigo publicado na revista *Fermes et Chateaux*, nº 13, em setembro de 1906 e reproduzido na revista *A Lavoura Paraense*, nº 08 de 28 de fevereiro de 1909. Brillaud de Lanjardièrre destacava a lei francesa de 1884 que autorizou a criação de sindicatos de trabalhadores. Anteriormente, com lei criada durante o curso da Revolução Francesa, não era permitido esse tipo de associação para evitar que houvesse uma intermediação entre trabalhadores de todos os setores produtivos com o governo. O autor mostra o quanto as questões rurais eram vistas de forma secundária, ao lembrar que a lei dizia que os sindicatos tinham “exclusivamente por objecto, o estudo e a defesa dos interesses econômicos, industriaes e comerciais”. Apenas nas últimas discussões para promulgação da referida lei foi acrescentado: “e agrícolas”.²³⁵

Em uma série de artigos intitulados “O socialismo em França: o seu presente e o seu futuro” publicados no periódico “*Correio Paraense*”, o colunista destacou que essa referida lei de 1884, permitindo a criação de sindicatos, foi resultado de lutas por reformas sociais, reformas que permitissem maior liberdade, sobretudo, de associação. Lembrava que esses sindicatos tinham “por fim exclusivo o estudo e a defesa de interesses econômicos, tanto manufatureiros quanto agrícolas”. Contudo, destaca que foram os reacionários, inicialmente críticos, os primeiros a se beneficiarem da mesma ao fundarem sindicatos rurais “para a compra de machinas agrícolas, de adubos e de animais de criação; e procuraram fazer política com elles”.²³⁶ Embora a intenção do redator não seja diretamente a de relacionar a importância da lei de 1884 com os benefícios que proporcionou à agricultura e à pecuária na França – o próprio título do artigo assim deixa claro – mostra que a imprensa estava atenta a

²³⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Agricultura e os syndicatos*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 47.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ *Correio Paraense*, 6 de março de 1894, p.01.

esses temas que causavam grande repercussão na Europa e que poderiam ter reflexos na economia local, principalmente no campo.

Ao fazer referência à lei francesa de 1884 que reconheceu a liberdade sindical naquele país, Dárcio Guimarães de Andrade (2000, p. 131-132) lembra que a “tendência de associação é inerente ao homem, sendo uma das leis mais poderosas que regem este universo” e que as mesmas “foram se formando ao longo dos tempos, resistindo ao próprio poder de destruição de seus membros”. Aqui no Brasil as associações ganharam espaço com a Constituição Imperial outorgada em 1824. Outras legislações brasileiras solidificaram o sindicalismo no Brasil, como o decreto n. 1.637 de 1907, permitindo “a formação de sindicatos em todos os níveis profissionais, surgindo movimentos sindicais incipientes no princípio do século”.

Ainda sobre formas de organização sindical no exterior, vale destacar a fala de Roberto Santos (1980, p. 237-239) evidenciando o quanto foi importante para os produtores de borracha na Ásia se unirem em torno de objetivos comuns. Lembra que “ainda em 1908 os plantadores do Oriente haviam fundado a Associação dos Cultivadores de Borracha (Rubber Growers Association), compreendendo 407 companhias e 231 firmas individuais”. Buscando beneficiar os seus associados, a citada instituição “se dedicava ao estudo e combate de problemas fitossanitários das plantações e possuía a seu serviço um número apreciável de químicos, micólogos”,²³⁷ entre outros. Roberto Santos assevera que não apenas a produção moderna e racional no Oriente contribuiu para desbancar a produção amazônica, mas também o espírito associativo com mútua colaboração. Acrescenta ainda que os produtores amazônicos também tentaram, como uma das últimas cartadas para impedir a crise que se anunciava, organizar “formalmente o Sindicato ou Liga dos Aviadores” em janeiro de 1911, “na esperança de recuperar o preço de clímax”. Contudo, a situação não melhorava, pelo contrário, apenas piorava, e o referido sindicato mostrou-se inerte. Entre muitos problemas advindos com a crise o autor cita não apenas o “aumento do desemprego de dezenas de milhares de indivíduos”, mas também “a crise de alimentos obrigando primeiro ao auto-acionamento e depois conduzindo literalmente à fome uma parte da população”.

²³⁷ Sobre micologia, Oliveira (2014, p. 21) diz trata-se de “um vasto campo de estudo, envolvendo microrganismo conhecidos por fungos, leveduras e actinomicetos, embora estes últimos estejam hoje classificados entre as bactérias”.

Ainda sobre a criação da Liga dos Aviadores e de suas tentativas no sentido de valorizar a produção gomífera como uma ideia similar ao Convênio de Taubaté²³⁸, vale melhor destacar as causas de seu fracasso. Para Roberto Santos (1980, p. 252), “as medidas valorizadoras, por via do crescimento dos estoques, acabaram por fazer lucrar os concorrentes e nenhum benefício duradouro trouxeram”. Ou seja, “a liberação da maior parte do estoque em 1912, adicionado aos resultados da safra, se por um lado aumentou a oferta regional como nunca, por outro influiu no movimento baixista dos preços, redundando em perdas mais pesadas ainda”. Medida inócua diante da lei de mercado.

Voltando à questão referente à lei francesa de 1884, o governador Lauro Sodré, em mensagem de 1893, fez referências a essa lei quando disse que o Brasil não possuía o espírito de associação, “fonte creadora de grandes forças de produção de riqueza”.²³⁹ Lauro Sodré sugeriu a organização de sindicatos como solução para a agricultura no estado do Pará, assim como fizeram os franceses. Para ele, a importância dessa organização fica evidente na medida em que “a cooperação dos lavradores possa encorajar todos os melhoramentos que nunca lograrão conseguir esforços dispersos, interesses dissociados”.²⁴⁰ Dois anos depois, o então governador, volta a fazer referência à citada lei, ao apontar que a concessão de crédito agrícola não precisa ficar restrito necessariamente aos bancos, mas também à:

Cooperação espontânea das forças próprias dos indivíduos, consolidadas e acrescidas pelo laço da associação em sindicatos, benéficas instituições, que por toda parte, no velho e no novo mundo, tem dado resultados assombrosos. Só em França há hoje 300 sindicatos agrícolas. Dez anos antes, em 1884, apenas 5 d’essas agremiações eram conhecidas naquele país.²⁴¹

O que se nota no artigo escrito por Brillaud de Lanjardièrre é que o mesmo denota uma preocupação explícita em mostrar a importância dos sindicatos para o mundo rural. Na

²³⁸ Em linhas gerais o Convênio de Taubaté foi uma importante política de valorização da produção cafeeira implementada em 1906 e celebrada entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, depois de uma grave crise de superprodução deflagrada em virtude não apenas dos Estados Unidos, nossos principais compradores fecharem suas portas para o café em virtude da Crise de 1929, mas também “das condições favoráveis do mercado mundial de café na segunda metade do século XIX, a resolução dos problemas de mão-de-obra e de escoamento da safra pelos cafeicultores do Oeste Paulista, além do processo de desvalorização da moeda na última década do século XIX, que em parte neutralizou o início da queda das cotações do café no mercado internacional” (RIBEIRO, 2011, p 76).

²³⁹ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1º de fevereiro de 1893. Belém: Typ. do Diário Oficial, p. 26. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2419/000025.html> Acesso em: 25 de dez. 2018.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 27 <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2419/000026.html>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

²⁴¹ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1895. Belém: Impresso no Diário Oficial, 1895, p. 25. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2421/000028.html>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

França, onde muitos sindicatos prosperaram e muitos outros fracassaram em seus objetivos, a experiência foi explicitando o quanto essas instituições poderiam ser benéficas ao homem do campo, seja na produção agrícola ou na pecuária, ao propor a racionalização das atividades do campo com base nos modernos modelos de produção que haviam:

Em pouco tempo via-se entrar nas fazendas instrumentos aperfeiçoados, sementes melhor seleccionadas. Campos de experiência e demonstração foram creados. O que a theoria não tinha podido fazer adoptar, a prática o impoz. Em presença dos resultados obtidos, o cultivador rompeu com erros do passado; aperfeiçoou seus methods, empregou nas suas sementeiras variedades de um maior rendimento, procurou melhorar o seu gado, o seu rebanho, por uma escola judiciosa dos animaes reproductores. Tornou-se o syndicato uma grande escola de ensino agrícola.²⁴²

A publicação desse artigo de Brillaud de Lanjardièrre tem a clara intenção de chamar os produtores agrícolas e os pecuaristas paraenses para a importância da união dos trabalhadores rurais. Ou seja, mostrar aos leitores da revista *A Lavoura Paraense* a importância das cooperativas e associações agrícolas enquanto organizações de auxílio mútuo. Trazer um artigo publicado em revista francesa certamente visava mostrar também que muitos países desenvolvidos da Europa, já haviam adotado a criação de associações mútuas e que o mesmo deveria ser realizado entre os trabalhadores rurais paraenses. E da mesma forma como havia a constante inquietação entre a elite agrícola e os agentes públicos em banir dos campos as práticas consideradas por esses sujeitos como rotineiras, também Brillaud de Lanjardièrre deixava manifesto em seu artigo que também na França os trabalhadores rurais conviviam com esse mal, mas que os sindicatos também possuíam essa função de apresentar novos métodos e técnicas não apenas de plantio, mas também na pecuária aos seus associados.

Contudo, para Brillaud de Lanjardièrre, os sindicatos possuíam funções para além de orientar seus associados a bem produzir. Para ele, os sindicatos amparavam o produtor rural na medida em que aproximava pessoas desconhecidas, mas que poderiam se auxiliar:

Unindo pela communhão de interesses homens collocados em grãos bem differentes da escala social, os syndicatos trabalham pela fusão das classes; elles approximam homens que muitas vezes ter-se-iam combatido por falta de se conhecerem, dissipam os mais perigosos mal-entendidos e ao raiar da aurora d'um século assignalado pelo surto da democracia, poder-se-á dizer dos syndicatos que elles fazem uma obra democrática na mais sã acepção da palavra.²⁴³

²⁴² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Agricultura e os sindicatos*. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909, p. 49.

²⁴³ *Ibidem*, p. 50.

No seio dessa discussão Erneldo Schallenberger (2005, p. 431-433), tratando acerca do sindicalismo rural, lembra que o mesmo se trata de organização em defesa dos direitos e soluções de problemas comuns, como em qualquer entidade dessa natureza, onde o “sindicalismo é o sistema de organização político-social dos trabalhadores, tanto urbano-industrial, quanto rurais e de serviços” e que “o associativismo dos anos 80 do século XIX alcançou expressão de um movimento social que despertou a consciência em torno da necessidade da organização social” (*Ibidem*, p. 46). As inúmeras associações rurais que se formaram em vários municípios no interior paraense nesse período mostram que tal iniciativa junto aos produtores rurais começava a despertar para essa realidade.

Em edição de abril de 1909, da revista *A Lavoura Paraense*, outra vez os seus leitores se deparavam com texto referente a formação de associações na França. Intitulado “As licções dos outros povos: prosperidade agrícola da França” o articulista fez questão de enfatizar aos agricultores paraenses que as primeiras associações francesas sugeriram com o fim de “comprar collectivamente pelo menor preço possível utensílios e adubos, proteger os sócios contra as fraudes dos vendedores, vender collectivamente grandes quantidades de productos agrários e instruir os sócios acerca de qualquer assumpto relativo a agricultura”. Destacava que em 1884 eram apenas cinco sociedades cooperativas agrícolas e em 1901 já eram mais de 2.500, as quais “convencidas de que a união faz a força, uniram-se ellas em grupos regionaes, e estes em 1889 constituíram um centro commum – a Union Centrale des Syndicats des Agriculteurs de France”. Para concluir, destacou ainda os inúmeros benefícios que os produtores daquele país alcançaram com a cooperação, como “a diffusão do uso dos adubos chimicos e das machinas agrícolas” e “uma sensível redução de tarifas nas estradas de ferro, para as matérias primas necessárias a agricultura”.²⁴⁴

Trabalhos que discutem o tema associação agrícola²⁴⁵ apontam que a formação de sindicatos e associações tem início na segunda metade do século XIX. Mendonça (1997, p. 41), destaca que “a onda associativa inicial iria pautar-se pelo tom político e a busca de alternativas à mão-de-obra escrava, a segunda combateria abertamente o abolicionismo, defendendo com veemência os direitos de propriedade por ele ameaçados”. Contudo, Nery (2010, p.50) afirma que apenas em 1896, quando é fundada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o país ganha

²⁴⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *As Licções dos outros povos: prosperidade agrícola da França*. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de abril de 1909, p.154.

²⁴⁵ Ver; NERY (2010); MENDONÇA (1997).

“uma entidade específica para tratar dos problemas agrícolas brasileiros, propondo e cobrando do governo, iniciativas que respondessem aos interesses do setor”, constituindo-se “como um dos mais importantes agentes para a construção de políticas para o meio agrícola e para o ensino agrícola, de forma específica”.

Tratando-se da criação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) como entidade voltada para o progresso da agricultura no país, vale destacar que, além da modernização e diversificação agrícola e a criação de órgãos estatais que atendessem às reivindicações da elite rural, uma de suas principais bandeiras era mesmo o associativismo:

Dentre seus fins específicos, discriminavam-se o fomento à criação de novas associações rurais, cooperativas e caixas de crédito; a fundação de campos de demonstração e escolas práticas de agricultura, bem como o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos, bem ao sabor do espírito ilustrado dominante entre os membros da primeira geração republicana. (...) A ideologia do progresso seria a bandeira desses que se auto-identificavam como cruzados de uma nova era de regeneração agrícola do país. (MENDONÇA, 1997, p. 43).

O então Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida consagrava a ideia da criação de cooperativas e associações agrícolas afirmando serem “demonstrações da renovação de costumes, que a propaganda das ideias novas tem feito fructificar no seio da lavoura, aproximando, unindo por vínculos estreitos, como sejam os do interesse e destino comuns, os principaes factores da prosperidade nacional”.²⁴⁶ A importância prática dessa união dos lavradores em torno de interesses e desejos comuns ficou expressa, por exemplo, no artigo de José Simão da Costa, publicado em 1908 na revista *A Lavoura Paraense*, ao se referir aos produtores de cacau. Dizia ele que somente com a união dos cacaoalistas na região do Tocantins seria possível introduzir “os elementos científicos” que “individualmente, nunca o poderiam fazer”.²⁴⁷ Notadamente, a união dos produtores rurais por meio de associações e sindicatos possibilitaria racionalizar a produção em virtude de objetivos comuns.

Claudia Santos (2011, p. 321) ao tratar da questão fundiária na transição do Império para a República, aponta as associações como um dos campos privilegiados – além

²⁴⁶ BRASIL. Relatório Apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1909, 21º da República, Vol. I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 03. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1997/000005.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

²⁴⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Lavoura do Cacao no Tocantins*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 369-370.

da imprensa – dessas discussões. Para a autora, a partir do século XVIII, “a criação de associações torna-se um signo de modernidade”. A análise da vida associativa ajuda a compreender determinado período histórico, “no que diz respeito a sua dimensão política”. As ilações de Claudia Santos aproximam, e não poderiam ser diferentes, as dimensões políticas e associativas, pois “parece existir, em diferentes contextos, uma relação direta entre o número de associações e a efervescência do debate político”. Outro dado importante da autora é mostrar que o aumento na criação de associações está relacionado também com a “emergência de novos atores políticos desvinculados da esfera formal dos partidos e do Estado”.

O pensamento da referida autora foi construído sobre a análise do movimento de abolição da escravatura. Se a efervescência do debate político contribui para a formação de associações, não seria errado afirmar que em períodos de ebulição econômica, como medidas política-administrativas para modernização da agricultura e da pecuária, também proporcionaria a formação de associações e sindicatos. Dessa forma, podemos deslindar esse momento de busca pela racionalização das práticas agrícolas no Pará do início do século XX a partir também dessas organizações.

Voltando o olhar para a região Norte do país e mais especificamente ao Pará, notamos que crescia no seio da elite agrária local a necessidade de também organizar-se em associações que atuassem em favor de suas petições. Nesse sentido, a revista *A Lavoura Paraense* trazia em suas páginas artigos propagando os muitos benefícios do cooperativismo com a intenção de deixar para trás um passado onde a agricultura era praticada de forma rotineira. Como um importante colaborador do referido periódico, José Ferreira Teixeira, então diretor da 4ª *Secção de Agricultura* ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, em um artigo intitulado “O valor dos sindicatos e das cooperativas” chamava atenção para o fato da atuação isolada dos produtores agrícolas beneficiar sujeitos alheios diretamente ao processo de produção, imputando assim prejuízos aos lavradores:

“O agricultor que cultiva rotineiramente a terra, ou que, produzindo por processos aperfeiçoados, muito e bom, não cogita de organizar a venda, ficando á espera dos consumidores ou entregando os seus productos aos intermediários incautamente, sem estudar e conhecer as condições do mercado, *prepara a sua ruína*”.²⁴⁸

²⁴⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O Valor dos sindicatos e cooperativas*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 343.

O diretor da 4ª *Secção de Agricultura* buscava incentivar, por meio de afirmativas como essa, a união de agricultores e pecuaristas em associações, para evitar, entre outros motivos, a ação de intermediários. Nesse sentido, a venda dos mais variados produtos sofria, segundo ele, com a ação dos especuladores, desde a borracha, passando pelo cacau e pela castanha. Com isso, pensava ele, seria possível aos produtores locais fugirem dos especuladores, tendo assim, de forma direta ou indireta, um estímulo maior na produção. Estímulo esse que acarretaria, conseqüentemente, na busca de novas técnicas e métodos de produção agrícola:

Em quanto que o consumidor paga por taes gêneros preços relativamente elevados, o productor é obrigado a entregal-os aos especuladores, a vis preços, resultando d'ahi o desalento para muitos, a falta de estímulo para a exploração das industrias e, conseguintemente, o empobrecimento crescente das populações ruraes.²⁴⁹

Para combater esse mal, José Ferreira Teixeira reiterava constantemente em seu artigo a importância da união dos agricultores em torno de sindicatos ou cooperativas para evitar a ação de intermediários que saem ganhando muito mais que o próprio agricultor, situação que era vista como um dos principais males a afligir o ânimo do produtor rural:

Para corrigir estes males que a todos afligem; para que cada productor, grande ou pequeno, não só pelo aproveitamento de seus productos hoje desvalorizados, pelos vícios do respectivo commercio, como, sobretudo, pelo conseqüente augmento de suas fontes de rendas, a cooperação mutua constitue o único remédio; só o principio de associação, a convergência collectiva dos esforços individuaes podem habilitar e aparelhar o productor para lutar e vencer os obstaculos que oppoem aos seus interesses.²⁵⁰

Para evidenciar suas afirmativas José Ferreira Teixeira, mencionando Mabileau, cita o exemplo de duas pequenas comunas francesas chamadas Cuges e Roquivaire, que monopolizavam a cultura de alcaparras, detendo seu comércio não apenas na França, mas em toda a Europa. Nessas comunas cada família trabalhava para si. Contudo, quando a Argélia e a Espanha, que também a cultivavam, passaram a fabricá-las em conservas, enchendo os mercados consumidores, quase levaram Cuges e Roquivaire à ruína. As mesmas foram salvas pelo princípio da cooperação:

Os pequenos produtores associaram-se, montaram uma fábrica de vinagre, regularisaram e melhoraram os processos de preparação das conservas de alcaparras, estabeleceram uma marca especial, impossibilitaram a confusão das conservas locais com as hespanholas e algerianas, levantaram os preços e d'ahi em diante voltou a prosperidade primitivas das pequenas communas. (...)

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Idem.*

É, preciso, pois que todos os produtores de nosso Estado compreendam que a pratica dos princípios de associação e mutualidade lhes permitirá não só facilitar e fazer progredir a produção, mas ainda armá-los contra as dificuldades que resultam da baixa dos preços no mercado.²⁵¹

Exemplos práticos como esse tinham como escopo despertar o produtor paraense para uma realidade que não só os afligia, mas que poderia levá-los à ruína. Nesse sentido, José Ferreira Teixeira lembrava também que a especulação era uma prática proibida aos sindicatos e às cooperativas, por se tratarem de operações arriscadas, não só para aqueles que pouco entendiam a seu respeito, como também para aqueles que se consideravam hábeis. Essas associações deviam, na verdade, auxiliar seus associados, “livrando-os, das explorações dos intermediários ou atravessadores”, que eram “os maiores inimigos da prosperidade econômica dos que trabalham na produção da riqueza”. Para ele, contudo, a falta de união entre os produtores paraenses era uma característica da econômica local:

A falta do espírito de associação característica entre nós, a que vem se juntar a desconfiança que a dolorosa experiência de factos, ainda não esquecidos, faz perdurar nos espíritos, avoluma incontestavelmente as dificuldades a superar para aqueles que, com indiscutível razão, veem na união dos produtores a solução única do problema econômico de que dependem a sua salvação e independência.²⁵²

Antes mesmo de assumir a direção da 4ª Seção de Agricultura na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, José Ferreira Teixeira já demonstrava aos seus pares a importância da associação agrícola para o fomento das práticas rurais no Pará. Em memorial apresentado ao Congresso dos Fazendeiros realizado em Belém, no ano de 1907, o então representante do município de Muaná, no Marajó, lembrava que o espírito de associação dava “a medida do estado de civilização e progresso dos povos” (TEIXEIRA, 1907, p. 02). Vale lembrar que, para os agentes públicos, o desejado progresso da agricultura e da pecuária passava, necessariamente, pela mudança no próprio modo de vida que o sertanejo levava, ou seja, visto como um sujeito inculto e muitas vezes tido como bárbaro. Dessa forma, o cooperativismo se apresentaria como um fator de mudança dessa realidade.

Ao afirmar que a agricultura e a pecuária no Pará encontravam-se, no início do século XX, em estado deplorável e que as causas eram “diversas, longínquas e complexas”, José Ferreira Teixeira atribuía como um dos fatores o individualismo, que reduzia “cada agricultor, cada criador, a uma unidade solitária, desamparada na lucta cruenta com as dificuldades cada vez mais assoberbantes”. Uma vez em coletividade, os homens do campo

²⁵¹ *Ibidem*, p. 344.

²⁵² *Idem*.

colheriam os esclarecimentos necessários “para o combate à adversidade, e a força e a autoridade bastante para pleitear com eficácia os seus legítimos interesses” (*Idem*).

O agrônomo Charles Fuller Baker destacou, em relatório de 1908, que milhares de pessoas incultas e ignorantes para a indústria agrícola entram nos Estados Unidos, mas em pouco tempo tornavam-se hábeis agricultores por tudo que aprendiam naquele país acerca dos modernos métodos e técnicas de produção. Para além disso, também destacava que os sindicatos assumiam importante papel dentro desse processo de racionalização do trabalho no campo, pois ali:

[...] organizam-se e colaboram em associações de agricultores, em clubs e sindicatos, o que vem dar tudo ao mesmo e por este meio são habilitados a fiscalizar os preços até um certo ponto, a melhorar os fretes, a pedir justas considerações da parte dos fabricantes e dos funcionários públicos. E estas cousas têm produzido uma das nações mais felizes, mais sadias e mais prosperas nessa terra.²⁵³

Aqui no Brasil, a proposta de unir agricultores e pecuaristas em torno de sindicatos ganhou força durante a realização do Congresso Nacional de Agricultura que aconteceu em setembro de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Em 6 de janeiro de 1903 foi promulgado o decreto n. 979 facultando aos agricultores a organização de sindicatos. As disposições desse decreto foram ampliadas com outro decreto de n. 1.637 de 5 de janeiro de 1906 e, posteriormente, regulamentado pelo decreto n. 6.532 de 20 de junho de 1907. A necessidade da criação de associações e cooperativas ficou evidente em diversas regiões do país quando, no início do século XX, surgem inúmeras dessas agremiações agrícolas. Cimino (2013, p. 115) aponta, por exemplo, que em Minas Gerais houve um salto de oito cooperativas em 1908 para vinte e três em 1909.

A preocupação de se fundar organizações agrícolas de auxílio mútuo por todo o país é uma constante nos relatórios dos ministros da agricultura ao longo da primeira década do século XX. Em 1903, por exemplo, o então ministro Lauro Severino Muller apontava que a formação de sindicatos e cooperativas representaria uma união de forças em prol de um objetivo comum:

Corrigindo os males do individualismo pelos benefícios da cooperação, substituindo os esforços isolados, pela ação conjunta da colectividade, os sindicatos agrícolas deviam, realmente, por sua tradição, pelos efeitos salutareos que delles decorrem, conquistar sinceras adhesões no seio das classes ruraes do paiz, cuja aggremação

²⁵³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 219. Ver: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000216.html>. Acesso em: 08 fev. 2018.

como um todo solidário dar-lhes-há força e a homogeneidade de vistas necessárias à solução de muitos dos problemas econômicos da actualidade.²⁵⁴

Em novembro de 1897 foi fundada pelo então governador José Paes de Carvalho a *Sociedade Paraense de Agricultura* que funcionava no Instituto Lauro Sodré onde também funcionava em anexo uma Escola Prática de Agricultura. Pouco tempo depois o mesmo governador queixava-se que a referida sociedade não havia encontrado “da parte dos lavradores a coadjuvação e o interesse”.²⁵⁵ A organização da *Sociedade Paraense de Agricultura* foi dada “a cidadãos prestimosos e distintos”. Entre suas principais atribuições estavam, além da distribuição de sementes, a fiscalização das fazendas modelo “destinadas ao plantio do cacá, tabaco e cereaes e as estações zootécnicas”, que ainda seriam fundadas.²⁵⁶

Não podemos perder de vista que a formação de associações e sindicatos era prática recorrente desde as décadas finais do Império aqui no Pará. Nesse sentido, destaco a criação da *Sociedade Agrícola Paraense*, fundada em junho de 1885, que tinha como presidente o Barão de Igarapé-Mirim. Na sessão de sua fundação seu presidente esclareceu que o citado órgão tinha como fim “promover o bem da agricultura da província”. Destacou em sua fala que a falta de capital, do desconhecimento de máquinas modernas para o trabalho no campo e as enfermidades contraídas pelo lavrador são sérios problemas a serem solucionados. Acentuou ainda que a falta de uma entidade como essa era um dos males que a agricultura paraense enfrentava naquele momento.²⁵⁷ Na visão de Nunes (2019, s/p) a Sociedade Agrícola Paraense, enquanto órgão representativo dos agricultores, assumia a função de conselheira dos agentes públicos provinciais na medida em que deixava clara “as demandas da agricultura e como o governo poderia se posicionar diante das necessidades dos agricultores”. Os redatores do periódico *O Agrário*, ainda alimentavam essa discussão apontando que “uma associação que represente a lavoura, que lhes dê uma representação, um

²⁵⁴ BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Industria, Viação e Obras Públicas Lauro Severiano Muller no ano de 1904, 16º da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 69. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1994/000078.html>. Acesso em: 27 de abr. 2018.

²⁵⁵ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1º de fevereiro de 1900. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1900, p. 74. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000074.html>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

²⁵⁶ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899-1900. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 23-24. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000023.html>. Acesso em: 10 de mar. 2020

²⁵⁷ *O Agrário*, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885, p. 01.

corpo, é uma necessidade palpitante. Sem ella, as difficuldades individuaes mal poderão ser dominadas por cada um, porém nada se poderá fazer em beneficio da agricultura”.²⁵⁸

Entre suas atribuições, cabia à Sociedade Agrícola Paraense, de acordo com Nunes (2019, s/n) “adquirir modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados ao trabalho da agricultura na província”. Seria uma forma de chamar a atenção dos agricultores para “as novas técnicas de produção, de forma a adquirir apenas o que fosse necessariamente adaptada as condições de solo e clima da região”. Posto de outra forma, “a associação desempenharia o papel de articuladora entre os proprietários de maneira a informar e estimular os agricultores quanto ao uso de novas técnicas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas”. Nunes ainda lembra que a própria existência dessas associações estava condicionada ao “incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis” e uma das principais tarefas “era convencer os agricultores de que a adoção desses métodos permitiria maior produção, aproveitamento da terra e melhores produtos”.

Chama atenção, contudo, o fato dos seus membros precisarem pagar o valor de 10\$000 (dez mil réis) ao ingressar na sociedade e ainda uma mensalidade no valor de 1\$000 (mil-réis), “além de donativos com que os mesmos sócios ou terceiros queiram beneficial-a [sic]”. Fato que certamente acarretaria um problema aos pequenos agricultores em tornar-se um membro efetivo, visto que muitos precisariam se deslocarem até a capital Belém para participarem dos debates. De qualquer forma, a principal função dessa sociedade estava a “missão de promover o bem da agricultura da província, não só com a palavra, mas ainda com a acção, e por todos os meios possíveis e bons”.²⁵⁹ Uma dessas ações seria a criação de um periódico. Esse jornal era de publicação quinzenal e acabou circulando entre os anos de 1885 e 1887. Jornais ligados a essas associações tinham como principal propósito não apenas levar ao agricultor e ao criador informações sobre técnicas e métodos modernos de plantio e criação, mas também o de unir os homens do campo em torno de um objetivo comum, que é buscar alternativas que levassem ao aumento da produção baixando ao mesmo tempo os gastos. Contudo, era necessário chamar a atenção para a situação em que se encontrava a agricultura e assim como o próprio agricultor:

A lavoura precisa entre nós de animação, este é um facto que todos conhecem, que todos sentem, as suas condições são precárias e cada vez mais se agravam sem que se lhes tenha procurado um remédio [...]. Os agricultores tem como que se

²⁵⁸ *O Agrário*, O Agrário. 1º de outubro de 1885, p. 02.

²⁵⁹ *O Agrário*, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885, p. 02.

abandonado a acção do tempo e não procuram mais reagir contra os males que os assoberbam e arruínam.²⁶⁰

Vale salientar que o incentivo à vinda de imigrantes era um dos principais objetivos da *Sociedade Agrícola Paraense*. Com esse mesmo objetivo foi criado, no final da primeira década republicana, a *Sociedade Paraense de Imigração*,²⁶¹ instalada em Belém em janeiro de 1886, portanto apenas um ano após a fundação *Sociedade Agrícola Paraense* e que coexistiram tendo ambas como presidente o Barão de Igarapé-Miry. De acordo com o então presidente da província Tristão de Alencar Araripe sua criação tinha como objetivo “encetar a colonização das nossas terras, fomentando a imigração estrangeira”, que traria “braços laboriosos, que sob o influxo da liberdade e próprio interesse centuplicam a produção”.²⁶² Essa fala oficial mostra como era a real proposta por parte dos agentes públicos paraenses no final do século XIX para aumentar a produção agrícola, ou seja, apostar na quantidade em detrimento da sua qualificação. Nunes (2019, s/p) aponta como justificativa da *Sociedade Agrícola Paraense* para promover o ingresso de mão de obra estrangeira o fato de que “muitos eram os processos empregados para tornar o trabalho agrícola mais produtivo, e que cada um desses métodos com suas aplicações práticas aplicavam um sistema herdado de outras gerações ou do contato com outras experiências de cultivo, inclusive de outros povos”.

Como já vimos, os benefícios proporcionados pelas associações também eram motivos de debate nos jornais. Em 1896 a *Folha do Norte* destacava que nos Estados Unidos haviam “varias sociedades cooperativas para a preparação e venda de artigos de pequena lavoura em conserva”, de cebolas, tomates, feijão, etc. O articulista então faz o seguinte questionamento: “Porque não imitaremos os americanos do norte na formação de cooperativas semelhantes?” Destacou ainda que o Pará reunia todas as condições para imitar os americanos, pois o “clima não impede o plantio e colheita ininterrupta de todos os legumes, o nosso solo é o mais privilegiado para esse gênero de cultura e os terrenos das cidades e subúrbios são relativamente baratos para animar a criação d’essas associações”, sem falar que “as cooperativas são em toda parte as criações econômicas mais salutare e removedora de crises, quer do trabalho quer do capital”.²⁶³ De forma até generalizada publicaram ainda que

²⁶⁰ *O Agrário*, O Agrário. 1º de outubro de 1885, p. 02.

²⁶¹ Sobre a atuação da Sociedade Paraense de Imigração ver: Santos, 2016.

²⁶² PARÁ. Falla com que o exm. sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da provincia do Pará, abriu a 1.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 25 de março de 1886. Belem, Typ. do "Diario de Noticias," 1886, p. 59. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/559/000059.html>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

²⁶³ *Folha do Norte*, Agricultura, 19 de setembro de 1896, p. 02.

“nos Estados Unidos, não há agricultor que não pertença a alguma sociedade agrícola”.²⁶⁴ O *Diário de Notícias* fez questão de destacar que, em 1897, nos Estados Unidos, haviam quase 2.000 associações agrícolas particulares e quase 400 mil associados.²⁶⁵

Aqui no Pará, ainda na primeira década do século XX, foram criados alguns sindicatos agrícolas. Entre eles destacam-se o da cidade de Ourém, fundado em janeiro de 1909, por ocasião da visita do então governador Augusto Montenegro e do recém-eleito governador João Coelho. Sua fundação tinha como objetivo “cuidar do desenvolvimento da agricultura no referido município”. Antes da sua criação e instalação, contudo, o chefe da 4ª *Secção de Agricultura*, José Ferreira Teixeira, em discurso, destacou a importância da agricultura como elemento de civilização.²⁶⁶ Anteriormente, o estado já contava com o Sindicato Agrícola Abaetense, Sindicato Agrícola de Irituia e o Sindicato Industrial e Agrícola Paraense. Logo após serem fundados, os sindicatos agrícolas de Irituia e Ourém inauguraram campos de cultura experimental, que teriam despertado “o mais vivo interesse e palpitante entusiasmo entre os agricultores”.²⁶⁷ Contudo, a iniciativa particular muitas vezes não encontrava apoio do próprio governo do estado, como foi o caso da Sociedade Agrícola Alemquerense, fundada em 16 de novembro de 1898. De acordo com Fulgêncio Simões (1908, p. 185), decorridos dez anos de sua fundação, o auxílio votado e aprovado pelo congresso estadual nunca havia chegado aos associados, motivo pelo qual havia deixado de funcionar.

Por sua vez, o *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* foi uma agremiação patronal dos grandes produtores rurais do Pará fundado em 1905 e “congregava grandes proprietários agropastoris da região do arquipélago do Marajó” (ESTEVES, 2015, p. 01). A respeito dessa agremiação patronal, também Silva Júnior (2009, p. 98) chama atenção para o fato de sua fundação ter ocorrido quando a exportação do látex gerava enormes lucros para o estado, ou seja, “quando a Amazônia representava importante contribuição à economia nacional por uma atividade que associava a exploração extrativa na floresta à transformação industrial, mais avançada em termos de sofisticação tecnológica”. O referido sindicato foi responsável pela fundação da “Estação Experimental de Igarapé-Assú e estimulou a criação da Secção de Agricultura do Estado do Pará, proporcionando a expansão significativa desta

²⁶⁴ *Folha do Norte*, Agricultura: ensino agrícola. 5 de junho de 1897, p. 02.

²⁶⁵ *Diário de Notícias*, Agricultura, 5 de fevereiro de 1897, p. 02.

²⁶⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Sindicato Agrícola de Ourém*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 28.

²⁶⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Campos de cultura Experimental*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 308.

atividade que, a priori, estava voltada para o Arquipélago Marajoara” (SILVA JUNIOR, 2009, p. 99).

A ligação entre o governo estadual e os interesses da elite rural paraense ficou evidente, caracterizando essa estreita relação, não apenas no apoio que foi dado à fundação do Sindicato *Industrial e Agrícola Paraense*, como também para a publicação gratuita da revista *A Lavoura Paraense* e ao ceder “o antigo edifício do Instituto Carlos Gomes para nelle realizar uma exposição permanente de machinas agrícolas”, assim como contribuiu para a realização do Congresso dos Fazendeiros que se reuniu em Belém, em Outubro de 1907. O governador João Antônio Luiz Coelho, em 1908, destacou que o sindicato já havia bastante tempo promovia essa associação.²⁶⁸

Os membros do referido sindicato, que tinha José Ferreira Teixeira como presidente, o intitulavam como “defensor dos interesses da lavoura paraense”. Seus sócios seriam beneficiados com “favores aduaneiros na importação de machinismos, aparelhos e objectos destinados às indústrias agrícola e pastoril, pagando somente 2% de expediente, despachando na alfandega independente de licença do Ministério da Agricultura”. Dessa forma, destacavam que ser sócio significaria uma economia na hora de montar ou custear estabelecimentos rurais. Contudo, chama atenção o fato de ser cobrada uma anuidade no valor de 60\$000 (sessenta mil réis).²⁶⁹

“Se produzir é organizar, o que há de mais importante na agricultura é a organização”. Dessa forma, também Luís Amaral (1958, p. 275) chama atenção para importância dos agricultores unirem-se em torno de um ideal comum. Para o autor, assim como no ensino agrícola, o Brasil também estaria atrasado quanto à organização das atividades rurais, pois “o agricultor brasileiro vive isolado na sua gruta, sem contatos com os da mesma profissão, sem conhecimento dos progressos de sua arte, sem notícia das exigências do consumo, para o qual produz. Nem meio de progresso, nem de defesa”. Nesse mesmo sentido é que o articulista do jornal “Estado do Pará” afirmava que:

[...] a prosperidade das classes agrícolas será mais rápida, mais *certa*, mais eficiente *methodica* quando os agricultores se reunirem em poderosas associações ruraes, que tenham por fins essenciaes ariental-os na producção, circulação e consumo de seus produtos.

²⁶⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 56. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000055.html>> Acesso em: 31 de dez. 2016.

²⁶⁹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/p.

Só o princípio de associação, a convergência colectiva dos esforços individuais, a cooperação mútua, pôde aparelhar e habilitar o agricultor para a luta e vencer os obstáculos que opoem aos seus interesses.

O que não permitem as forças do lavrador isolado, alheio quasi sempre à técnica agrícola, baldo de capital, consegue a associação, pessoa moral, que é sempre mais inteligente, mais sagaz, mais prudente e mais poderosa que cada membro isolado.²⁷⁰

Lauro Sodré, em seu segundo mandato como governador, conclamava, em 1919, os fazendeiros a se organizarem em sindicatos. Assumia que o estado tinha responsabilidades para com eles, “mas é indispensável que a iniciativa particular, faça por si ajuntando-se os interessados e promovendo a organização de sindicatos, nos quaes se reúnam todos”. Nesse sentido, fez ele grandes elogios à criação, na segunda metade da década de 1910, do Sindicato Agro-Pecuário Soure Marajó, com sede no município de Soure. O programa de ação dessa instituição previa a realização de melhoramentos voltados para a indústria Pastoril.²⁷¹

Por sua vez, o Governo Federal também incentivava a organização de sindicatos, cooperativas e instituições de mutualidade agrícola atribuindo, por exemplo, essa função aos diretores dos Aprendizados Agrícolas que deveriam fazer propaganda dessas organizações, conforme o artigo 308 da lei n. 8319 que criou o ensino agrícola no país.²⁷² Contudo, acerca da atuação dessas associações agrícolas, Nunes (2019, s/p) destaca que por trás dos muitos discursos de seus membros havia a preocupação em “breçar ações de reforma na estrutura agrária ou mudanças no processo de apropriação das terras, relação de trabalho e distribuição de riquezas desenvolvidas nestas áreas rurais”. Preocupados então em manter o *status quo* muitos proprietários rurais buscavam essas associações, “desejando melhorar seus sistemas de produção e auferir maiores lucros, assim como dispostos a manter as suas terras e o controle sobre a mão de obra”. Para todos os efeitos o importante era mesmo manter a estrutura fundiária, mesmo que para isso integrassem essas associações agrícolas que surgiam.

De um modo geral, fica evidente nas falas acima transcritas o interesse dos agentes públicos na união dos produtores rurais em associações agrícolas, para alcançarem objetivos comuns como a introdução de métodos científicos na lavoura ou mesmo o combate

²⁷⁰ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do ensino Agrícola no Pará II, 08 de julho de 1914, n. 1.182, p. 01.

²⁷¹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, governador do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 10ª Legislatura em 7 de setembro de 1919 pelo Governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918, p. 93. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1040/000093.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

²⁷² BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910, 22º da República, volume I. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatísticas, 1910, p. 654. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873730&PagFis=17551&Pesq=aprendizados>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

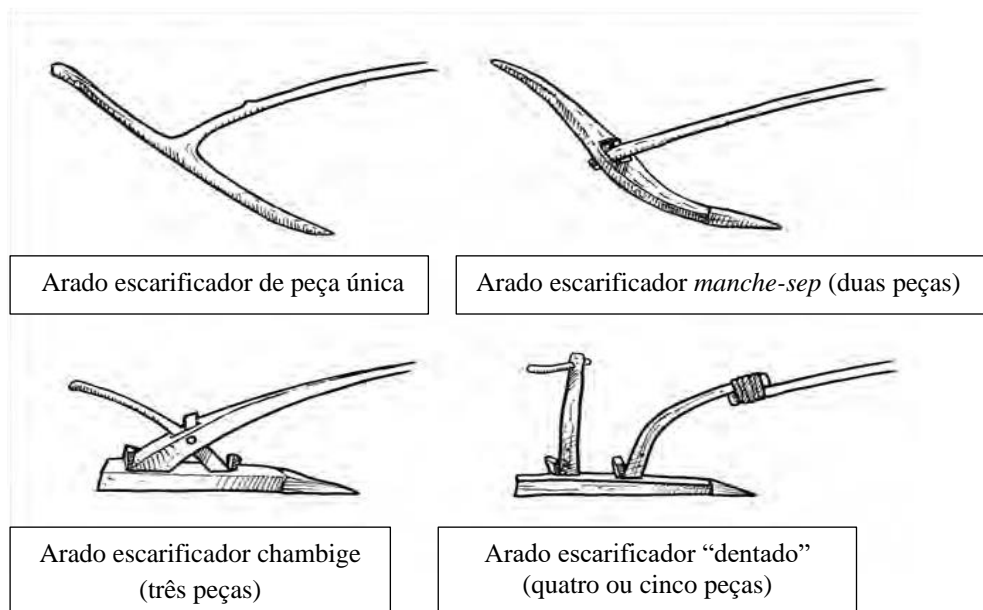
a especuladores. Para além desses interesses, havia a própria inquietação em torno do fomento agrícola tão depreciado por causas diversas e remotas, como destacou José Ferreira Teixeira. Como analisaremos a seguir, o arado surge nesse contexto, como um termômetro para avaliar esse grau de modernidade em que a agricultura paraense se encontrava, ou seja, um instrumento que servia como parâmetro na hora de perceber o desenvolvimento da agricultura ao longo dos anos.

2.2. Arado: um termômetro de modernidade para o campo

Do francês “charrue” o arado²⁷³ é um instrumento que revira o solo trazendo para a superfície camadas profundas com nutrientes que ajudam a desenvolver a planta. Segundo Mazoyer (2010, p. 44) “no Brasil o termo arado é usado indistintamente para designar tanto os instrumentos que realizam a escarificação superficial como aqueles que reviram profundamente o solo”. O autor ainda lembra que, diferentemente do arado, o escarificador superficial, muito usado na Antiguidade, “tem como função executar um revolvimento ou escarificação contínua da camada mais superficial do solo”. Ainda de acordo com o autor, aqui no Brasil, o escarificador superficial ficou conhecido como “pula toco”.

Imagem 5: Exemplos de arado escarificador

²⁷³ Ester Boserup (1987, p. 64) lembra que o arado já era usado em algumas partes da Europa há mais de 3.000 anos, enquanto em outras regiões usava-se apenas o sistema agrícola com fogo, machado e longo repouso dessas terras. Ou seja, o grau de desenvolvimento agrícola variava de uma região para outra na Europa, “mesmo no século XX.” A mesma situação de coexistência entre dois sistemas completamente antagônicos também ocorria na Ásia, “onde o arado entrou em uso muito antes de sua introdução na Europa”.



FONTE: MAZOYER, 2010, p. 260

Ester Boserup (1987, p. 24-25) destaca a importância do arado, principalmente em sistemas de agricultura de pousio curto.²⁷⁴ Seria, portanto, impossível o uso do arado em áreas de cultivo preparadas por meio da derrubada das grandes árvores com uso do machado e posterior queima de suas raízes, uma vez que troncos e raízes não queimados ficam no campo, não sendo assim “possível usar o arado em terras abertas por método tão sumário”. Por sua vez, em sistemas de pousio curto o uso do arado se mostra tão urgente “que os agricultores tendem a evitar tal sistema quando, devido à falta de animais ou a outras razões, não podem empregar o arado.” Tais observações mostram que o uso de um instrumento simples, mas importante em uma prática agrícola, que se pretende moderna e racional, dependeria – na forma de pensar dos sujeitos por trás da nova metodologia agrícola para os campos paraenses - do abandono da prática rotineira, tão criticada pelos agentes públicos na Amazônia no início do século XX. Dessa forma, inserir o arado exigiria, de acordo com esses sujeitos, mais do que simplesmente incentivar seu uso por parte dos lavradores, mas também mudar hábitos rotineiros de trabalho há muito estabelecidos e que eram vistos como nocivos ao desenvolvimento agrícola. Sendo assim, o arado passa a ser visto como um indicador para avaliar o progresso e desenvolvimento da agricultura paraense no limiar do século XX.

²⁷⁴ Ester Boserup (1987, p. 14) explica que o pousio curto é um sistema de uso da terra em que ela é deixada em repouso por um ou dois anos apenas. Com esse “período tão curto, nada além de capim ou mato rasteiro invadirá os campos”. Esse sistema se difere do pousio longo onde o tempo de repouso dura de 20 a 30 anos, período suficiente para crescer uma floresta secundária.

Para além dessas assertivas, Boserup (*op. cit.*, p. 23) também aponta o uso do arado como um exemplo de superação dos “mais altos níveis de civilização pré-industrial”. Para a autora, “antes que os sistemas de agricultura itinerante tivessem atraído a atenção dos economistas, parecia natural tomar a principal ferramenta de cultivo como o critério central de classificação dos sistemas de agricultura primitiva”. Dessa forma, aquela agricultura em que não eram usados nem o arado e nem mesmo a enxada era considerada a mais primitiva. Nesse caso “a vara de plantar é a mais primitiva das principais ferramentas agrícolas”. Olhando por esse prisma, conclui-se que a disseminação do uso do arado em terras paraenses representaria, para os envolvidos no projeto de racionalização agrícola no Pará do início do século XX, não somente uma alternativa de desenvolvimento agrícola, mas também de civilização de uma sociedade vista pelas autoridades públicas como selvagem, por isso praticariam uma agricultura de bronca rotina.

Nesse sentido, por meio de seu periódico “*A Lavoura Paraense*”, a Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação em parceria com o *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* informava aos seus leitores o que havia de mais moderno quanto a insumos e máquinas a serem utilizadas não somente na agricultura, mas também na pecuária. Com isso, os colaboradores da revista pretendiam aproximar os lavradores da tão propalada modernização e racionalização do trabalho agrícola, não apenas no sentido de minimizar ou mesmo acabar com o trabalho rotineiro nos campos, mas também civilizar a população por meio do desenvolvimento e progresso do Estado. A esse respeito Amílson Henriques (2015, p. 15) assevera que “a concepção de progresso tornou-se companheira de civilização, noções necessárias para tirar o país do seu atraso cultural e da barbárie dos costumes”. Dessa forma, o objetivo desse tópico é não somente apresentar alguns desses maquinários agrícolas divulgados na então revista destinada aos agricultores paraenses, assim como refletir acerca das falas em torno desses mesmos instrumentos e sua apropriação pelos lavradores.

Ainda nessa linha de raciocínio, podemos apontar o discurso proferido por José Ferreira Teixeira à Assembleia Estadual em 1911, onde o então deputado fez uma relação entre o trabalho do lavrador e a utilização dos modernos instrumentos agrícolas, destacando o desconhecimento das modernas máquinas utilizadas nos mais desenvolvidos centros agrícolas e a utilização da própria força, por parte dos lavradores, para a realização de tarefas, sejam elas simples ou aquelas que exigiriam maior sacrifício do agricultor:

[...] devido a ignorancia desses methodos intelligentes que tornam o homem, pela applicação dos instrumentos modernos, um instrumento de prosperidade economica de muitissimo mais valor do que aquelle que, analfabeto ou letrado, cultiva a terra

pelos processos mais rotineiros e atrasados, fazendo do proprio braço a força motriz, quando entre outras nações o lavrador dispensa a força do musculo humano e a substitue pela força diretriz da intelligencia usando os modernos instrumentos que augmentam a produção, reduzindo o esforço de cada homem.²⁷⁵

Chama atenção a forma depreciativa com que Jose Ferreira Teixeira se referia à forma de trabalhar a terra pelos lavradores. No entanto, uma das preocupações nesta pesquisa é destacar que os lavradores amazônicos, naquele momento, possuíam um conhecimento no trato com o solo que era tão eficiente quanto os métodos científicos a serem aplicados com o novo modelo de desenvolvimento agrícola nas primeiras décadas do século XX no Pará. Prova disso está nos resultados pouco animadores – como veremos mais à frente – verificados nas falas oficiais duas décadas depois da criação da 4ª Secção de Agricultura, em 1908. Vale destacar também que o discurso de José Ferreira Teixeira estava inserido em um contexto onde o latifundiário marajoara ainda isentava o poder público de qualquer responsabilidade pelo diagnóstico de atraso em que se encontrava a agricultura paraense. Alguns anos depois suas críticas também serão direcionadas aos agentes públicos.

De qualquer forma, alguns anos antes desse discurso que desqualificava o lavrador amazônico, José Ferreira Teixeira (1907, p. 46) já afirmava que o arado era “o principal instrumento da lavoura”. Enquanto revolviam-se cem metros quadrados de terreno com o uso de uma enxada, era possível revolver, com o uso de um arado, mais de mil metros quadrados, afirmava (*Ibidem*, p. 55). Dessa forma, na visão daqueles que criticavam os métodos tradicionais de cultivo, divulgar e incentivar entre os lavradores paraenses a necessidade do uso de modernas tecnologias agrícolas para o trabalho no campo seria essencial para se produzir mais em menos tempo e com mais qualidade. Para Vieira Filho (2009, p. 01) “o crescimento produtivo agrícola está associado às transformações tecnológicas, as quais podem determinar o grau de distanciamento entre o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção”.

Além das transformações tecnológicas, os agentes públicos apostavam também na qualificação técnica do lavrador como fator determinante para esse citado distanciamento, pois uma vez conhecendo os modernos meios produtivos como insumos, seleção de sementes e preparo do solo, por exemplo, o manejo com o que havia de mais atual para o campo tornava-se mais fácil e mais rentável para o agricultor. Isso mostra que as ações dos agentes públicos e da elite rural paraense em busca da pretensa racionalização agrícola passava,

²⁷⁵ *Estado do Pará*, ensino agrícola, 2 de novembro de 1911, p. 01.

necessariamente, pela materialização conjunta de uma série de fatores entre eles o emprego de maquinários e o ensino agrícola, por exemplo.

Nesse contexto, se faz importante destacar a implantação de um sistema de manejo do solo aqui no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, que exclui o uso do arado, chamado Plantio Direto (SPD). Sistema esse que é apontado hoje, de acordo com Salton (1998, s/p) como um “conjunto de tecnologias com potencial para revolucionar a agricultura brasileira, pois resulta em aumentos da produtividade das principais culturas produtoras de grãos e na preservação e melhoria da capacidade produtiva do solo”. Ao dispensar o arado o “SPD fundamenta-se no não revolvimento e na cobertura permanente do solo, e na rotação e culturas”. Nesse sentido, a não utilização do arado pelos lavradores amazônicos, em um período de forte apelo ao uso desse maquinário, evidencia uma racionalidade produtiva e uma lógica própria de manejo com o solo por parte dos povos tradicionais, perceptível atualmente pelos novos modelos de produção agrícola. Isso mostra que a prática agrícola tradicional nesses espaços agrícolas onde não se utilizava o arado, seria até mais interessante que o uso do referido instrumento. Tratava-se, portanto, de uma lógica tão eficaz quanto os métodos produtivos que se pretendia implantar nas primeiras décadas do século XX como sendo transformadoras de modos e costumes, considerados rotineiros.

Para todos os efeitos, a discussão em torno da introdução de maquinários para o desenvolvimento da agricultura paraense ganhou relevo ao longo da segunda metade do século XIX. Na sessão que criou a *Sociedade Agrícola Paraense* em meados de 1885, o então presidente da recém-criada instituição, Barão de Igarapé-Mirim, ressaltava “que os aparelhos e instrumentos destinados a augmentar a força productiva della e melhorar a qualidade de seus productos, quasi que estão ainda desconhecidos”.²⁷⁶ O uso de ferramentas na produção agrícola era propagado também nas páginas dos principais jornais que circulavam na capital Belém como algo que deveria ser aliado ao ensino agrícola. A combinação desses dois elementos era vista como fundamental pelos propagadores do novo modelo de desenvolvimento agrícola, com vistas à racionalização da produção:

O ensino agrícola é absolutamente a base fundamental da nossa grandeza futura – e, enquanto não ensinarmos o homem a saber lutar vantajosamente pela vida, manejando os mais aperfeiçoados instrumentos, que o transformarão num poderoso fator econômico na produção das riquezas, na teremos feito e alcançado em benefício da nossa abnegada prosperidade.²⁷⁷

²⁷⁶ *O Agrário*, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885, p. 01.

²⁷⁷ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará II, 08 de julho de 1914, n. 1182, p. 01.

Na análise das fontes pesquisadas, sobretudo, aquelas referentes à imprensa paraense e aos documentos oficiais, ficou evidente uma clara preocupação em demonstrar que o preparo do solo para o plantio era uma fase da produção agrícola das mais importantes. Conego Pinheiro, em uma série de artigos publicados, em 1900, no Jornal *O Pará*²⁷⁸ dizia que o clima e as terras paraenses eram “próprias a toda e qualquer plantação desde que fossem bem preparados” e perguntava: “Como há de dar fructo um solo que não foi de ante-mão preparado pelo arado e pelo adubo para a sementeira?”. E sem levar em consideração as experiências de vida e de trabalho das populações tradicionais, cônio Pinheiro, reproduzindo muitas das falas oficiais que criticavam essas populações, chegou a afirmar que a forma com que o solo era preparado, “no ponto de vista prático e científico” não estava presente no perfil dos agricultores paraenses. Discursos assim, de certa forma, isentavam às autoridades do estado de qualquer responsabilidade em relação à propalada situação de atraso em que se encontrava a agricultura e a pecuária paraense no início do século XX.

O uso do arado já era incentivado no Brasil desde o período colonial. Em seu “Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil”, publicado em Lisboa no final do século XVIII e oferecido ao príncipe-regente D. João VI, José Gregório de Moraes Navarro (1799, p. 14) dizia que apenas o arado seria capaz “de preparar com perfeição a terra para canaviaes, fejoaes, arzoaes, e todo gênero de grãos e de sementes, com tanta vantagem, que hum só preto [escravo] com huma junta de bois póde lavrar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que póde provar todos os dias com a experiência”. Acrescenta Navarro (*Ibidem*, p. 18) que apenas com a introdução do arado seria possível “reparar todos os erros da lavoura do Brazil, e vivificar huma grande porção de terras”.

De acordo com Antônio Baena (1969, p. 138) foi feito, em 1710, na foz do rio Xingu, pelo Intendente das Colônias, Comercio e Agricultura “o primeiro ensaio de lavrar com arado para sementeira de trigo”. Essa última informação pode ser encontrada também com Manuel Barata (1915, p. 46) que, além disso, ainda assevera que em 1798, o então governador D. Francisco de Sousa Coutinho, mandou lavrar com arado e charrua uma área de 400 braças quadradas, para plantio de arroz, milho e mandioca. Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (199, p. 238) destaca que esse é apenas um exemplo das “progressivas mudanças no modo de exploração do meio ambiente amazônico a partir da experimentação de novas

²⁷⁸ *O Pará*, Duas Theses: agronomia. 5 de fevereiro de 1900. Nº 651.

técnicas de produção” do projeto agrário de Pombal²⁷⁹ pensado para o Norte da colônia. A autora ainda lembra que o arado “foi introduzido na colônia objetivando produções agroextrativistas voltados para uma agricultura mercantil”.

Muito embora seja claro que a introdução de maquinários e insumos tenham sido de extrema importância para o desenvolvimento da produção agrícola no mundo, ela trouxe consigo seus pontos negativos. Quer dizer, a evolução das máquinas e implementos agrícolas, foi determinante para o desenvolvimento da agricultura em todo o mundo, contudo:

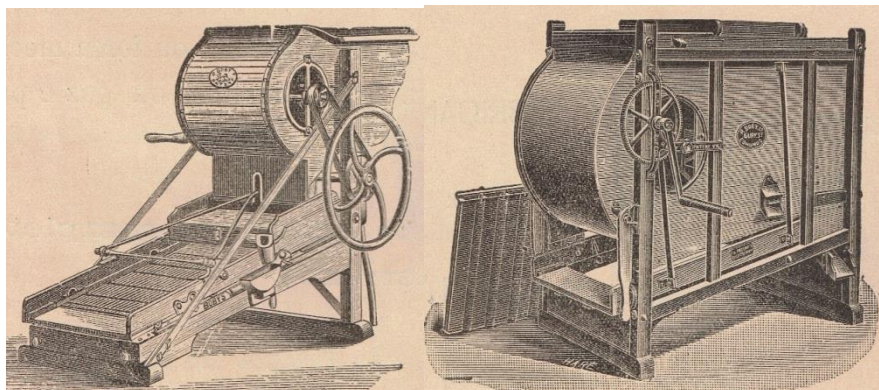
O surgimento das máquinas e implementos para a agricultura no século XIX possibilitou ganhos de produtividade agrícola e do trabalho, mudando definitivamente a trajetória das técnicas de produção e elevando a oferta de produtos agrícolas no mundo. Por outro lado, este processo reduziu a necessidade de envolvimento de mão de obra na produção agrícola (Vian, et al, 2014, p. 720).

Essa foi uma das principais consequências advindas com a Revolução Industrial. Muitos postos de trabalho foram, aos poucos, substituídos por máquinas. A revista *A Lavoura Paraense* foi o principal veículo de comunicação utilizado pelos sujeitos que atuavam na disseminação de máquinas e ferramentas, insumos e apontamentos agrícolas entre os agricultores paraenses no início do século XX. Dentre os muitos maquinários apontados pela revista temos abaixo dois exemplos de crivos que eram usados para “peneirar, classificar e limpar a cevada, aveia, linhaça, café, os bagos de arroz e toda sorte de grãos”. Além disso, poderiam ser usados como “sopradoras, descascadores e cilindros catadores privilegiados para separar os grãos com cascas e as sementes redondas, e para separar a cevada do trigo”.²⁸⁰ Não há dúvida que esses instrumentos agrícolas não estavam ao alcance de todos os agricultores, mas sim a um diminuto grupo com recursos suficientes para fazer frente, naquele momento, aos altos custos que essa pretendida fase de modernização da agricultura amazônica exigia.

Imagem 6: Crivos

²⁷⁹ Campos e Castro (2015, p. 23-24) apontam que essa política econômica e também política de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido Marques de Pombal, para a província o Grão-Pará na segunda metade do século XVIII foi implementada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador geral do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759. Além da redefinição da organização produtiva, destacam-se, entre essas medidas, “a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos”, além do “tráfico de escravos africanos para aumentar a disponibilidade da força de trabalho e da produção”.

²⁸⁰ *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/n.



A Lavoura Paraense. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/n

Obviamente que no Pará o incentivo ao uso de instrumentos agrícolas não se restringiu ao início do século XX. Domingos Soares Ferreira Penna, quando de sua viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapu, em meados da década de 1860, como secretário de governo, falava da necessidade que havia de se “aperfeiçoar o trabalho pelo emprego de instrumentos e de machinas” para compensar o tempo, muitas vezes perdido, com o período chuvoso ou mesmo pelas altas temperaturas. Afirmava, por exemplo, que os lavradores em Cametá não conheciam máquinas raladoras para a fabricação de farinha, pois seguiam “methodos primitivos”. Os resultados com a utilização de maquinários seriam vistos no tempo, uma vez que “uma simples máquina de ralar daria n’um dia resultados muito mais satisfactorios para o fabricante de farinha, economizando [*sic*] tempo e braços que podiam ser applicados a outros trabalhos”.²⁸¹ Como vimos, quase meio século depois, não apenas as páginas da revista *A Lavoura Paraense*, como também discursos de pessoas ligadas às ciências e artigos de inúmeros periódicos que circulavam em Belém ainda conclamavam os lavradores ao uso de máquinas e instrumentos para aperfeiçoar o trabalho no campo.

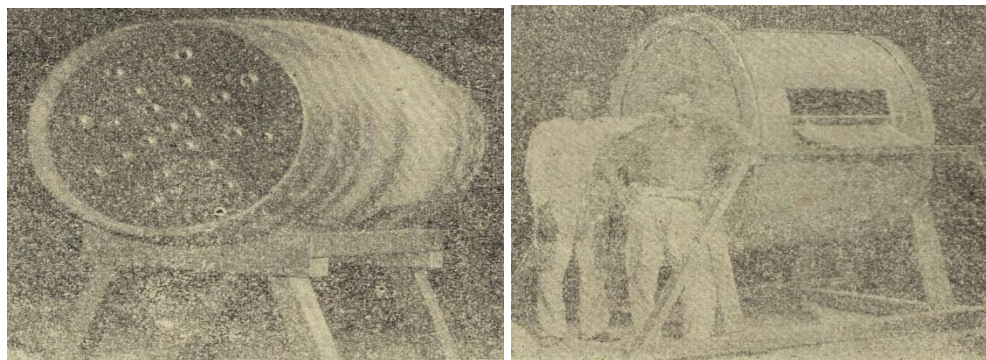
Outro maquinário divulgado nas páginas da revista estava voltado para os produtores de cacau do estado. De acordo com o anúncio, eram máquinas onde o cacau era rapidamente preparado, portanto contribuiriam “infalivellmente para diminuir o custo da producção e para a confecção de melhor produto”.²⁸² De acordo com José Simão da Costa, inventor da máquina de fermentar e secar cacau e que também era um colaborador da revista *A Lavoura Paraense*, onde escrevia artigos relacionados à produção e beneficiamento do cacau, sobretudo na região tocantina, afirmou que sua invenção habilitaria “o cacaualista a

²⁸¹ PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. *O Tocantins e o Anapú*. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 44. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/528/000043.html>> Acesso em: 20 de dez. 2020.

²⁸² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano II, n. 11, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, s/n.

fermentar e secar o cacau com a maior perfeição, com um mínimo de esforço manual”. Acrescentou que além de não mofar ou criar bolor, a máquina conservaria o aroma e o peso do produto. José Simão da Costa fez questão de enfatizar sua simplicidade, “não requerendo mais do que um homem para a manejar com a maior facilidade”, gerando “grande economia para quem tenha cacau em quantidade suficiente para adoptal-a”.²⁸³

Imagem 7: Máquinas de fermentar e secar cacau



FONTE: *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/n

A propaganda realizada nas páginas da revista *A Lavoura Paraense* apresentava essas máquinas como capazes de preparar o cacau de forma rápida e magnífica e que concorreriam “infallivelmente para diminuir o custo da produção e para a confecção de melhor produto”.²⁸⁴ Chamava atenção o forte apelo comercial voltado para o principal objetivo presente nas falas oficiais, ou seja, alcançar qualidade e quantidade no menor tempo possível.

Apesar da defesa irrestrita da mecanização do campo, na perspectiva do abandono de uma prática manual vista pelos agentes públicos como arcaica e rotineira, deve-se pontuar alguns relevantes pontos de vista a esse respeito. João de Fernandes Teixeira (2018, p.13), por exemplo, em sua obra “O Pesadelo de Descartes”, entende que atualmente a “mecanização da agricultura esvaziou o campo”. Como consequência, “o êxodo rural levou ao crescimento das cidades e ao surgimento de várias profissões típicas da classe média”. A partir da invenção de máquinas e ferramentas que reproduzem o trabalho realizado por vários lavradores o desemprego passou, dessa forma, a ser naturalizado. Uma consequência negativa da modernização do campo, como já acentuado anteriormente, apesar da maior rapidez com que o trabalho passou a realizado.

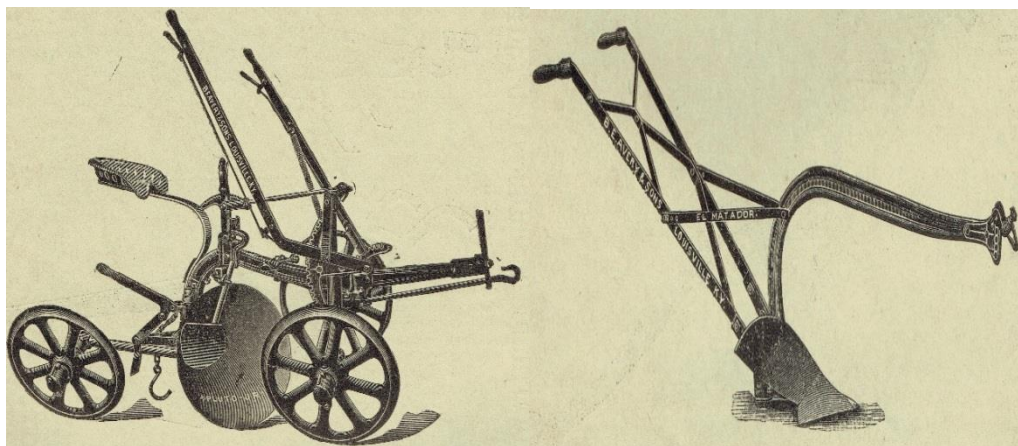
²⁸³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A fermentação e secagem do cacau*. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909, p. 279.

²⁸⁴ *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/n.

Seguindo esse mesmo raciocínio, João de Fernandes Teixeira (2018, p. 24) ainda nos lembra que o arado com rodas, inventado na Idade Média, revolucionou a agricultura. No entanto, era uma época que não havia o temor que tanto assombra hoje o trabalhador rural que é a sua substituição por máquinas, ou seja, o medo do desemprego. O autor, contudo, destaca que há uma grande diferença da Idade Média para a Idade Contemporânea quanto ao uso de maquinários agrícolas: “não se atribuía à tecnologia um papel central na produção da riqueza nem na organização da sociedade”.

De qualquer forma, um dos instrumentos agrícolas mais propalados nessa onda de modernização da agricultura paraense no início do século XX era certamente o uso do arado. Há em parte significativa da documentação pesquisada um recorrente apelo para o uso desse instrumento entre os lavradores no Pará, por parte dos sujeitos envolvidos na tentativa de implantação de uma metodologia agrícola compreendida como racional. Não raras vezes a ausência desse instrumento agrícola era citado para destacar o modo rudimentar com que a lavoura era praticada. Dessa forma é que, as poucas edições da revista *A lavoura Paraense* que ficaram preservadas, trazem inúmeras menções e imagens dos mais variados tipos de arado, os quais apresentarei alguns neste tópico, como é o caso do arado de disco reversível e do arado simples, conforme ilustrados na imagem abaixo.

Imagem 8: Arado de disco reversível e arado simples.



FONTE: *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910.

O maranhense Antônio Marques Rodrigues²⁸⁵ foi um ferrenho defensor do arado para a modernização das práticas agrícolas no Brasil. Para ele e seus companheiros, “o arado

²⁸⁵ Antônio Marques Rodrigues nasceu em 15 de abril de 1826 na cidade de São Luiz, capital maranhense, e faleceu em Avintes, Portugal, em 14 de abril de 1873. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de

representava um catalisador poderoso para efetuar mudanças nos âmbitos da sociedade, da economia e no uso das terras agrícolas”. Ou seja, “o instrumento representava mais do que mera tecnologia, era uma forma de causar transformações culturais, sociais e econômicas profundas entre os brasileiros e a terra em que viviam”. Por sua vez, o viajante americano John Gaston, em viagem ao Brasil, em 1864, afirmou que a enxada era o principal instrumento no preparo do solo em São Paulo e disse ter visto apenas três arados em toda aquela província (CRIBELLI, 2011, p. 292-301). O testemunho de John Gaston revela que mesmo áreas mais prósperas economicamente como o Sul do país, com as altas rendas oriundas da produção cafeeira, fazia uso restrito de um instrumento visto como símbolo de modernidade para aquele momento.

Muito embora os responsáveis pela revista *A Lavoura Paraense* tivessem a preocupação em exibir imagens de diversos tipos de arados, não havia, por outro lado, uma preocupação em explicar, por meio de um artigo as formas de manuseio desses arados ou mesmo para quais tipos de solos eram mais indicados. Dentro de um contexto onde se criticava a falta de iniciativa por parte do lavrador quanto ao uso de métodos e técnicas modernas, esse importante detalhe não deixa de ser um tanto contraditório, para não dizer incoerente com os discursos. Rara exceção em um artigo de 1908 que tratava acerca da correta adubação do solo onde o articulista chamava atenção para o fato de que não se deveria “arar a terra muito profundamente”, pois “a terra virada fundo, piorava [sic] as condições productivas”.²⁸⁶ Contudo, o chamado “credo do agricultor” também publicado na revista *A Lavoura Paraense*, em março do ano seguinte, contradizia essa última informação, pois afirmava: “Cremos que se deve ir sempre ao fundo das cousas e, portanto, aprofundar o arado mais que se poder. O melhor arado de todos é o subsolo”.²⁸⁷

Publicações muitas vezes controversas certamente confundiam o mais fiel dos leitores desse periódico. De qualquer forma, se verifica nas poucas edições disponíveis apenas uma inquietação por parte dos editores em destacar que eram maquinários de fácil manejo e

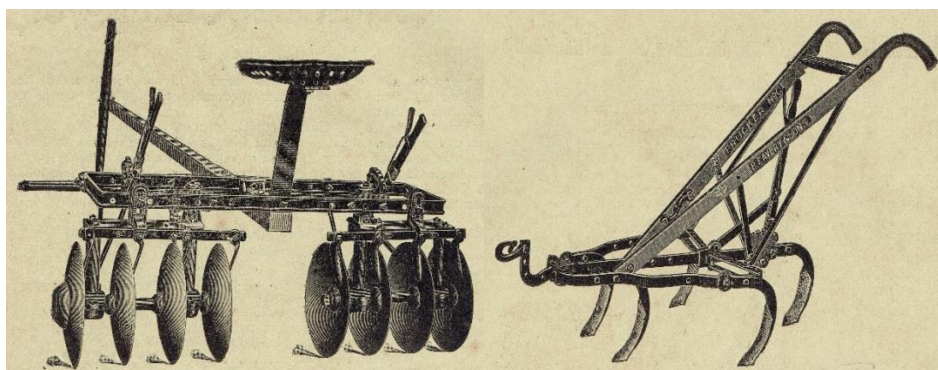
Olinda. Foi deputado provincial no Maranhão por diversas vezes, inclusive ocupando a presidência da assembleia. Escreveu diversos artigos sobre o desenvolvimento da agricultura no periódico maranhense *O Globo*, transcritos depois em outros periódicos na Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro. Ver: (BLAKE, 1883, Vol I, p. 262).

²⁸⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Noticiário: 17 de dezembro*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 386.

²⁸⁷ De acordo com a revista tratava-se de versão agrícola do “Creio em Deus Pai” publicada em uma revista estrangeira não determinada. Dizia ainda que o chamado “Credo do Agricultor” fora compilado por agricultores do Canadá sem especificar o período. De acordo com a revista *A Lavoura Paraense* a ideia era “condensar em concisas formulas, os pensamentos que devem dominar os que se dedicam ao cultivo da terra”. Ver: *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O credo do agricultor*. Ano III, n. 09, Belém-Pará, 31 de março de 1909, p. 93.

que maiores informações poderiam ser encontradas na sede do então Sindicato Industrial e Agrícola Paraense. Havia, no entanto, certa necessidade em apresentar ao lavrador o maior número possível dos mais modernos arados disponíveis no mercado, como o arado de oito discos reversíveis e o arado capinador, representados na imagem abaixo:

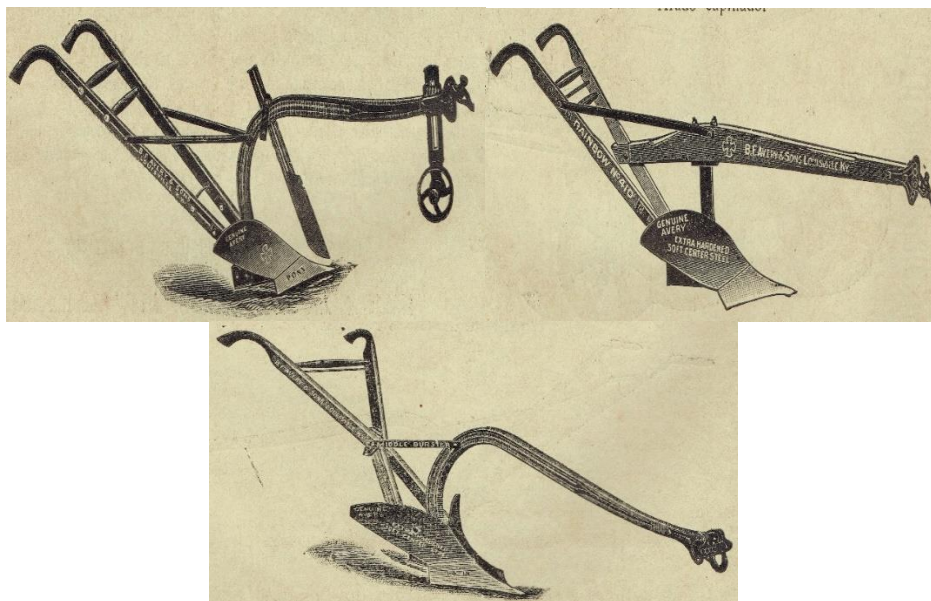
Imagem 9: Arado de oito discos reversíveis e arado capinador



FONTE: *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910

Pesquisando em mais de 200 inventários *post-mortem*, bem como em Relatórios de Presidentes de Província, no período de 1840 a 1880, Luciana Marinho Batista (2009, p. 134) afirma não ter encontrado “ao menos um instrumento de trabalho que sugerisse a existência de uso intensivo do solo”. A autora aponta que não localizou nenhuma referência ao uso do arado e poucas sobre animais de tração. Por outro lado, “as enxadas, os terçados e as foices, além das capoeiras, aparecem constantemente nesses processos, indicando, portanto, a prática da agricultura de coivara”. Isso infere que o uso desse instrumento, embora conhecido, não era, em geral, utilizado pelo lavrador paraense, muito pela dificuldade de acesso a ele por descaso das autoridades públicas que, sem cerimônia, culpabilizavam a situação de atraso da agricultura e da pecuária paraense ao completo desinteresse do lavrador em abandonar as práticas rotineiras. As falas oficiais lamentavam que, no início do século XX, o arado ainda fosse um instrumento distante da realidade de muitos homens do campo. Abaixo, exemplos de arados simples de uma aiveca:

Imagem 10: Arados simples de uma aiveca



FONTE: *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910

Acerca dessa discussão quanto ao uso do arado chama atenção um artigo da *Folha do Norte* extraído do jornal alemão *Hamburger Nachrichten* onde se fez referência à agricultura brasileira, vista como de completa ruína. Com exceção de poucas regiões do país poupadas pelo jornal, as demais eram vistas como atrasadas em suas lavouras e aquelas que “possuem um arado são muito poucas e assim mesmo esses privilegiados não sabem utilizar-se dele”. Descrevem o uso do arado destacando que os lavradores não só “manipulam-no tão desastrosamente que cresce mais matto do que a planta visada” e que “o processo de estrumação não tem melhor sorte: fazem-se experiência a torto e a direito. Com excepção, pois, dos citados Estados meridionais [Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná], a lavoura brasileira se achava em péssimas condições”.²⁸⁸ Essas considerações ilustram que a imagem da lavoura brasileira retratada na Europa, no final do século XIX, estava distante de se equiparar ao modelo de produção agrícola que se pretendia seguir, ao incentivar a vinda de inúmeros imigrantes daquele continente.

Quanto ao tema, o historiador francês Marc Bloch (2001, p. 147-148) faz uma distinção entre charrua e arado, apontando os dois instrumentos agrícolas como conhecidos na antiga Europa há bastante tempo. Enquanto o arado “se caracteriza pelo fato de ser desprovido de rodas”, a charrua, por sua vez, é “montada sobre rodas”. Dessa forma e sendo o mais antigo dos dois, o arado tinha uma vantagem sobre a charrua, que embora fosse um instrumento agrícola muito belo, tem um defeito, pois “não vira facilmente, ou em todo caso,

²⁸⁸ *Folha do Norte*. Imigração Alemã. 26 de outubro de 1896, nº 300.

vira muito mais dificilmente que o arado”. Como consequência desse pequeno defeito citado por Bloch, os trabalhadores se viam obrigados a trabalharem com campos alongados, “a fim de reduzir o número de voltas; e fazendo-os muito longos, sob pena de fazê-los exageradamente extensos, foi preciso fazê-los muito estreitos”. Todavia, o uso da charrua só se tornou possível na antiga Europa “porque as comunidades rurais que o adotaram tinham coerência suficiente para poder constituir sua gleba num plano tal que o alongamento dos campos impostos pela charrua fosse possível”. Além disso, “nas regiões de campos alongados, o sentimento comunitário foi muito mais forte do que em outros lugares”.

Imagem 11: Arado de relha movediça



FONTE: *A Lavoura Paraense*. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910.

A *Gazeta de Alenquer*, em sua edição de 2 de dezembro de 1908, fez referência aos conteúdos da revista *A Lavoura Paraense*, em seu nº 4, que seus editores haviam recebido. O redator então aproveitou para tecer alguns comentários acerca do grau de desenvolvimento da agricultura paraense. Para expressar sua opinião deixou claro que “o próprio arado, o primitivo e mais vulgar dos instrumentos agrícolas ainda não deu entrada em fazenda nenhuma desta privilegiada zona”. Assertivas como essa, mostram que o uso do arado era visto, de fato, como um parâmetro para distinguir uma prática agrícola rotineira e uma prática agrícola vista de forma moderna e racional. Até mesmo a vasta historiografia que trata desse tema aponta o uso do arado como um instrumento essencial a ser utilizado por uma sociedade desenvolvida e tida como civilizada. Para ilustrar sua importância, o redator afirma que “um operário amestrado faz sozinho com um arado de boa marca o amanhã que não seriam capazes de fazer, no mesmo período de tempo, centenas, dos nossos formadores de

*puxiruns*²⁸⁹". O então redator conclui dizendo: "venham os arados, as machinas todas de lavoura e façamos do Pará um celeiro do nosso futuro".²⁹⁰

Por sua vez, em artigo publicado no periódico *Estado do Pará*, em 1913, o articulista, conclamava que o lavrador abandonasse seus rudimentares utensílios, como a enxada, em favor da utilização de máquinas. Afirmava que o uso de maquinários não só multiplicaria e facilitaria o seu esforço em trabalhar o solo, como aumentaria "as culturas e os productos, proporcionando-lhe assim distincção, independencia e abastança".²⁹¹ Como se observa, eram inúmeros discursos em defesa do uso de máquinas agrícolas, principalmente oficiais. Contudo, chama bastante atenção o pedido feito pelo chefe da 4ª Secção de Agricultura, em 1918, em relatório entregue ao secretário de obras, públicas terras e viação acerca da instalação de máquinas no Campo de Cultura Experimental, "em número sufficiente", do qual a referida instituição encontrava-se privado.²⁹² Trata-se, nesse caso, de uma situação contraditória, já que essa instituição de fomento à agricultura deveria ser vista pelos lavradores paraenses como referência dentro do processo de modernização da produção agrícola que, naquele momento, estava em andamento no estado. No entanto, ainda não encontrava-se devidamente aparelhada uma década depois da sua fundação.

José de Albuquerque, em artigo para a revista *A Lavoura Paraense*, em abril de 1909, acerca da cultura do arroz, chamava atenção para o preparo do terreno com o uso do arado. Dizia ele que esse preparo era "muito mais facil e economico que há uns 30 annos atraz". Acrescentou ainda em suas análises que "a lavoura dispõe de grande variedade de charruas de disco, mesmo para as ladeiras, - applicáveis às varias qualidades de terrenos, e o guia ou trabalhador que dirige estas machinas agrícolas não se fatiga porque se conserva sentado na boléa".²⁹³ Da mesma forma, escrevendo em 1900, cônego Pinheiro foi categórico em afirmar que o arado, embora importante e já propalado em décadas anteriores, era um instrumento pouco conhecido dos lavradores paraenses. Para ele, competiria aos estados o papel de fornecer esse instrumento agrícola:

²⁸⁹ Puxirum era o nome dado a um agrupamento de pessoas de diversas famílias para realizarem trabalhos agrícolas usando o tradicional método de derrubada e queima para o preparo do plantio. Agregavam-se "homens e mulheres que se ajudavam mutuamente e cada um exercia uma função". Sobre o termo ver: FIGUEIRA, 2015.

²⁹⁰ *Gazeta de Alemquer*. A lavoura Paraense. 2 de dezembro de 1908, nº 484.

²⁹¹ *Estado do Pará*, O adubo verde melhorador das terras agrícolas, 16 de março de 1913, p. 02.

²⁹² Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

²⁹³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A cultura do Arroz*. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de abril de 1909, p. 130.

Entre nós ainda não é a terra sulcada pelo arado, que tamanhos resultados dá de si nos paízes civilizados e agrícolas. O arado para o povo sertanejo do Pará parece ainda uma novidade, cousa nunca vista, nem lida. Mas as colonias, hoje fundadas no Estado, já podiam usal-o, e os instrumentos aratórios lhes podiam ser fornecidos, como se lhes fornece engenhos de canna, fornos de cobre, enchadas, machados, etc.²⁹⁴

Em outro texto cômego Pinheiro acrescenta que:

Se as fecundas terras do Pará fossem lavradas pelo arado no plantar da maniva, do milho, do arroz, do feijão, etc, daria cento por cento, e não estaríamos sujeitos a esta carestia porque hoje no mercado compramos um alqueire de farinha. A grande cópia dos fructos da terra depende da melhor lavoura, e quem correr o interior do Pará verá o pouco e menos bem que se lavra; há de ver roçados insignificantes que as vezes não dão para o sustento de uma família quanto mais para o commercio, e para o desenvolvimento da agricultura.²⁹⁵

Francivaldo Alves Nunes (2016, p. 12-13), ao analisar as inovações técnicas e metodológicas para o desenvolvimento da agricultura no Pará durante a segunda metade do século XIX, a partir, dentre outras fontes, do jornal *O Colono Nossa Senhora do Ó*, aponta em suas análises a tentativa de sujeitos como o editor do referido periódico, José do Ó de Almeida, em mostrar a importância do uso do arado como instrumento agrícola. Vale esclarecer que o citado periódico, que circulou pelas ruas de Belém entre outubro de 1855 e dezembro de 1858, trazia a ilustração, no alto da primeira página, de uma jovem que segurava um arado. Essa imagem mostrava “que as práticas agrícolas deviam estar associadas aos usos de técnicas de cultivos que necessitam não apenas de instrumentos de trabalho, mas do conhecimento da sua melhor utilização”. Para Francivaldo Alves Nunes, o arado ocupava um lugar de destaque no periódico, justamente por se tratar de um “símbolo do desenvolvimento das técnicas agrícolas”.

Contudo, chama bastante atenção o fato de que, mesmo passado meio século, encontramos na documentação referente à década de 1910 um discurso ainda retratando, em diversas regiões agrícolas do Pará, uma completa ausência desse instrumento agrícola. Isso pode evidenciar o insucesso dessas pretensões iniciais, uma vez que Francivaldo Alves Nunes (2016, p. 14) destaca que a imagem de uma jovem que segura um arado “constitui uma crítica virulenta a agricultura rotineira praticada no Brasil, cujas técnicas de cultivo regrediram do arado – utensílio cujo uso era bastante difundido na Europa – para a utilização do terçado, enxada e queimadas”. A ausência do arado nas pastagens paraenses, conforme evidenciado na

²⁹⁴ *O Pará*. Duas Theses: agronomia. 10 de fevereiro de 1900, p. 02.

²⁹⁵ *O Pará*. Duas Theses: agronomia. 12 de fevereiro de 1900, p. 01.

documentação oficial dos primeiros anos do século XX, apesar das muitas falas dos agentes públicos que denunciavam tal ausência desde as décadas finais do Império, pode ser explicado pela deficiência de ações concretas que materializassem de fato tais discursos.

Nesse sentido, sejam as falas dos sujeitos ligados à burocracia estatal, sejam as falas de pessoas ligadas ao Museu Emílio Goeldi, são feitas constantes referências ao combate de uma prática agrícola vista como rotineira desde o período imperial, até pela ausência persistente de instrumentos e maquinários agrícolas. Dessa forma, o uso ou não do arado, ou seja, sua predominância ou não nos campos, era vista pelos agentes públicos e também pela imprensa como uma espécie de termômetro para se avaliar o grau de desenvolvimento em que a agricultura paraense se encontrava. De acordo com a documentação analisada, inúmeros sujeitos faziam referências ao uso do arado para se referir ao crítico estado em que se encontrava a agricultura ao Norte da República.

Dentre os muitos discursos destacamos aqui o pensamento de André Goeldi, então diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática, tendo ele o arado como termômetro, compara a situação de atraso da produção agrícola paraense, externa a sua opinião, mesclando decepção e desabafo:

[...] os antigos egipcios usavam já de uma especie de arado primitivo, é verdade, pois era feito apenas de um galho de arvores propriamente crescido e aperfeiçoado. A uma grande parte dos nossos agricultores até esta noção do uso de semelhante arado parece ter-se perdido. Deixaram de aplicar o arado mais simples ou nunca o applicaram e por este motivo voltaram symbolicamente para traz mais alguns millenios, ao tempo em que se usavam machados de pedra para derrubadas e outros trabalhos, porque ainda se não conhecia o ferro e o aço.²⁹⁶

Charles Fuller Baker, outra figura ligada ao Museu Emílio Goeldi, analisando o modo de produção de fumo em Irituia, disse ter escutado de um homem que o mesmo “nunca havia comprado uma charrua por que tinha ouvido que custa[va] diversos contos de réis cada uma”. Alerta aos agentes públicos que o lavrador paraense não entende que “com um arado barato, grade e cultivador, pode fazer o trabalho de dez e mais homens que tem só enxadas e, além disto, produzir uma qualidade muito maior de tabaco”.²⁹⁷ Baker sugeriu como solução

²⁹⁶ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A245. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000242.html> > Acesso em: 08 de fev. 2018

²⁹⁷ Relatório sobre uma viagem a Irituia, apresentada ao Diretor do Museu pelo professor C.F. Baker, M. A. auxiliar científico da secção botânica do Museu Goeldi. In. PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de

para a sua baixa produtividade a criação de pequenos campos de demonstração nos locais onde se cultivava aquele produto. Sua fala evidenciava a relevância dos campos de demonstração na medida em que o povo poderia “aprender sob uma instrução competente o uso do arado, da grade e do cultivador e onde a gente póde ver tabaco e outras cousas plantadas e cultivadas pelos methodos mais baratos e mais efficazes”.²⁹⁸

As afirmações acima feitas pelo agrônomo americano Charles Fuller Baker são categóricas para ilustrar o que estamos defendendo ao longo desta tese, ou seja, os poucos resultados alcançados com os projetos de colonização na região Nordeste do Pará da segunda metade do século XIX e início do século XX, tão pouco a situação de atraso da agricultura e da pecuária paraense, não deveriam ser atribuídos aos lavradores. A dificuldade de acesso a um simples arado, mesmo dos mais baratos, mostram que as políticas públicas voltadas apenas para o povoamento, onde foram empregados altos recursos como afirmam os primeiros governadores, sobretudo Augusto Montenegro, demonstram seu mau direcionamento. O novo modelo iniciado com Augusto Montenegro, embora voltado para atender essas demandas, bem como a qualificação técnica do lavrador, também não alcançou, como vamos demonstrar ao longo desta tese, os resultados esperados.

Para todos os efeitos, apesar de existir uma inquietação por parte das autoridades públicas e daqueles que surgiam como expoentes na implantação do que havia de mais moderno para a agricultura, em termos de instrumentos agrícolas, como o coronel José do Ó de Almeida, ao longo da segunda metade do século XIX, e José Ferreira Teixeira, no início do século XX, fica evidente pela documentação que ainda havia, ao longo das décadas de 1910 e 1920, um discurso que destacava, em muitas regiões do Pará, a ausência do arado. Nesses lugares o trabalho era então criticado pela demora na execução das tarefas e pela pequena produção alcançada já salientada aqui nas falas de Domingos Soares Ferreira Penna. Isso infere também que a pretendida racionalização das práticas agrícolas não se dissipava de maneira uniforme pelos campos paraenses.

Imagem 12: Trabalho com arado realizado no Instituto do Prata.

1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. A-218. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000214.html> > Acesso em: 06 de Mar. 2020.

²⁹⁸ Ibidem, p. A-219. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000216.html> > Acesso em: 09 de março de 2020



FONTE: Álbum O Pará, 1908, p. 315.

Apesar de inúmeros defensores do uso desse instrumento pelo país a fora em meados do século XIX, como Frederico Burlamaque e o maranhense Antônio Marques Rodrigues, Teresa Cribelli (2011, p. 300- 309) expõe as razões para o fracasso no uso do arado. Uma dessas razões era o preparo da terra com o corte e a queima deixando no terreno, troncos e tocos que impossibilitavam seu uso. Outra razão estava na dificuldade em transportar pesados e grandes instrumentos agrícolas, para locais remotos – aqui a autora usa como exemplo uma descaroçadora de algodão - que além de difícil tornava-se caro. Havia também toda uma problemática em torno da manutenção e reparo dessas máquinas. Apesar de toda propaganda feita em favor do arado, inúmeros lavradores não o adotaram, perdurando práticas agrícolas consideradas atrasadas, por seus críticos, durante todo o Segundo Reinado.

No final da década de 1920 o ministro da agricultura Germiniano Lyra Castro chamava atenção para o fato do uso de maquinários no campo ainda ser, naquele momento, muito restrito entre os brasileiros e que sua difusão deveria compensar a mão de obra que era “má e escassa”.²⁹⁹ Aqui no Pará, mais precisamente na região Bragantina, o geógrafo Antônio Rocha Penteado (1967, p. 415) demonstrou que em meados do século passado o uso de ferramentas tradicionais como a enxada e o machado para o trabalho na lavoura estavam ainda muito presentes, uma vez que “frequente e normal” era “o emprego de força muscular humana nos serviços agrários”. Ou seja, mesmo em meados do século XX, a falta de instrumentos aratórios ainda era uma realidade em diversos pontos da região bragantina.

²⁹⁹ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929, p. 116 Disponível em:<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000119.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

Como já foi dito nessas análises, a ideia e implantação de projetos que levassem à racionalização da produção não era nenhuma novidade em terras paraenses, haja vista os projetos propostos nas décadas finais do Império como bem demonstrou Francivaldo Alves Nunes (2011). Sendo a introdução de máquinas agrícolas essencial para tal objetivo, o que explicaria os inúmeros discursos oficiais e elitistas, já nas primeiras décadas do século XX, referentes à diminuta presença de modernos maquinários nos campos? Embora a agricultura não tenha sido abandonada por completo durante o período áureo da borracha, onde muitas vezes, como vimos, o seringueiro era também um lavrador, tornava-se inegável que os lucros proporcionados pelo látex chamavam muito mais atenção dos sujeitos diretamente responsáveis pela economia regional, que os frutos proporcionados pela terra. Ocupar áreas esparsamente povoadas com colonos estrangeiros, supostamente detentores de modernos conhecimentos agrícolas, em detrimento da introdução de hodiernas máquinas e insumos, seria uma forma de demonstrar algum interesse por esse setor da economia. O extrativismo estava em voga.

De qualquer forma, as exposições agrícolas, como veremos no tópico seguinte, eram uma das alternativas mais exploradas de divulgação e de aproximação entre o lavrador e os mais modernos maquinários agrícolas em todo o mundo. Fossem elas regionais, nacionais ou internacionais, tinham por fim apresentar um jeito diferente de trabalhar a terra. Para muitos entusiastas da racionalidade agrícola, mais do que fantásticos espetáculos de modernidade, eram também momentos cruciais para se jogar luz sobre os homens do campo, como desejavam os agentes públicos.

2.3 Exposições agrícolas: estreitando laços com a ciência.

Tanto aquellas [exposições nacionais e internacionais] como estas [exposições e conferências regionais] tem um valor educativo extraordinário, despertando nas classes productoras, o estímulo para melhorar e desenvolver a sua produção.³⁰⁰

José Ferreira Teixeira revela, com a afirmação acima exposta, a importância que ele, enquanto diretor da 4ª Secção de Agricultura e representante da elite agrícola paraense, atribuía às exposições agrícolas, fossem elas estrangeiras, nacionais ou mesmo regionais, para que o homem do campo acompanhasse o que havia de mais moderno no mundo relativo à

³⁰⁰ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p.23.

produção agrícola e pastoril. Também o governador Enéas Martins, em 1916, embora reafirmasse a importância do ensino agrícola para o revigoramento da agricultura, acreditava que a realização de exposições, feiras e congressos agrícolas, traria para o estado do Pará “os meios práticos, eficientes para habilitar o homem do campo, incentivando ao mesmo tempo o progresso agrícola, pelo aumento de luctadores que empregarão a sua actividade e seus capitaes na lavoura e na criação”.³⁰¹

O estado do Pará participou, no início do século XX, de diversas exposições nacionais e internacionais, apresentando os mais variados produtos. O estado, de certa forma, pegava carona na moda que era participar desses eventos. Como afirma Anna Raquel de Matos Castro (2013, p. 41) “foi nas primeiras décadas do século XX que o país passou a participar com maior regularidade de certames internacionais”. Contudo, ao mesmo tempo em que a intensa participação nesses grandes acontecimentos coincidiu com a introdução de uma nova metodologia para a produção agrícola a partir da criação da 4ª Secção de Agricultura em 1908, acabou coincidindo também com o declínio na realização desses eventos em nível internacional, especialmente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando “o sistema de fábrica sofreu contínuas reatualizações e a modernidade foi contestada por muitos” (PESAVENTO, 1997, p. 17). Participar também significava estar alinhado com as demais regiões e países no que tange aos ditames do regime capitalista, estar no limiar do progresso, principalmente após a Segunda Revolução Industrial.

De acordo com Mendonça (1997, p. 21), o avanço do sistema capitalista representou grandes mudanças nas “sociedades tradicionais” impulsionadas por uma onda modernizadora, “que incluía a fé no caráter missionário do progresso, como se depreende da proliferação de grandes exposições mundiais”. Seriam exatamente essas grandes mudanças que o poder público e a própria elite rural ambicionavam para os campos paraenses. Como diz o título na introdução desta tese: “A reconstrução radical da agricultura”. Uma evolução nos modos de pensar e de agir dos camponeses.

Na opinião dos agentes públicos esses eventos representavam uma oportunidade não apenas para exibir, mas também para conhecer produtos, assim como técnicas e métodos modernos aplicados tanto na agricultura quanto na pecuária, de diferentes regiões e países. Nesse sentido é que Pesavento (1997, p. 43) afirma que “as exposições visavam ampliar as vendas pelos renovados contatos entre produtores e consumidores, que estimulariam os

³⁰¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 01 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 97-98. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000097.html>> Acesso em: 20 de dez. 2019.

negócios e a produção pelo salutar conhecimento dos novos produtos e processos”, sem falar que se ampliaria “o consumo, graças a um eficaz esquema publicitário”. As exposições eram como grandiosas vitrines visíveis ao mundo. As exposições eram, portanto, descritas como verdadeiros espetáculos que reuniam uma multidão, ansiosas por testemunhar os avanços tecnológicos que o homem era capaz de realizar ano após ano. Esses avanços tecnológicos beneficiaram enormemente o campo, ilustrando novas formas de lidar com a terra.

Contudo, antes da realização das grandes exposições universais, o agricultor brasileiro já buscava conhecer as modernas técnicas agrícolas então aplicadas nos países considerados altamente desenvolvidos. A perspectiva de conhecer o que havia de mais atual em termos de produção agrícola fora do país remete ao século XVIII. Maria Odila da Silva Dias (1968, p. 110) lembra que era comum nos escritos do final do século XVIII,³⁰² referências “à figura do agricultor ilustrado que viaja pela Europa procurando informar-se das últimas invenções e processos úteis que pudesse introduzir quando de volta à sua terra”. De certa forma, as exposições facilitaram essa tarefa por reunir, no mesmo local, o que havia de mais moderna para diversas áreas sociais, inclusive agricultura e pecuária.

Portanto, ao mesmo tempo em que tomava-se conhecimento desses avanços tecnológicos voltados para o campo, divulgava-se o que havia de melhor em termos de gêneros agrícolas, extrativos e pastoris. Dessa forma é que José Paes de Carvalho, quanto aos preparativos da exposição universal de 1900 que aconteceu em Paris, por exemplo, orientou a criação de “um serviço modesto e prático de propaganda” na Europa, onde fosse possível criar uma câmara de comércio na capital francesa, tornando-se “um centro de informações exactas, gratuitamente fornecidas ao Commercio, aos industriaes de toda a espécie, aos capitalistas, e o logar de permanente exhibição de specimens de [...] productos extractivos, agrícolas e manufactureiros”.³⁰³ Portanto, esses espetáculos da modernidade ganhavam, de certa forma, um caráter comercial e exigiam, por parte dos expositores, uma grande organização.

Nesse sentido é que Pesavento (1997, p.43) afirma que as exposições tinham uma “dimensão propriamente econômica, de feira de mercadorias, mostruário de novos produtos,

³⁰² Para esse período Maria Odila da Silva Dias (1968, p. 152-153) ainda destaca a atuação do absolutista ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho como um grande incentivador, nos últimos anos do período colonial, das inovações no campo e uma aproximação entre agricultura e ciências. Seu despotismo ilustrado procurava impulsionar e estimular os estudos científicos de finalidade prática, principalmente de mineralogia e história natural, em detrimento de estudos políticos e filosóficos, sempre mais perigosos para os antigos privilégios e para a ordem constituída”. Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sua atuação política ver: (COSTA JUNIOR, 2016; COUTINHO, 2002).

³⁰³ PARA. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 7 de abril de 1899. Belém: Typ. Diário Oficial, 1899, p. 50. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2430/000050.html>> Acesso em: 10 de mar. 2020.

meca de lucrativos negócios”, mas que também “visavam ampliar as vendas pelos renovados contatos entre produtores e consumidores, que estimulariam os negócios e a produção pelo salutar conhecimento dos novos produtos e processos”, sem falar que se ampliaria “o consumo, graças a um eficaz esquema publicitário”. Na opinião de Freitas Filho (1991, p. 72), as exposições “possuíam ainda um forte significado ideológico” para a burguesia, uma vez que contrabalançavam “as representações ainda dominantes ligadas à nobreza”.

Portanto, a participação nesses eventos era vista pelos agentes públicos como de crucial importância para suas pretensões de modernização e de racionalização da produção agrícola no Pará. Isso fica claro, por exemplo, quando o governador João Antônio Coelho reclama do curto prazo que foi dado para a participação paraense na Exposição Universal de Bruxelas em 1910, uma vez que, segundo ele “o prazo marcado pela Comissão Central, no Rio de Janeiro, era demasiado exíguo”, mas que não queria perder a oportunidade “de uma frutuosa propaganda do Estado no Estrangeiro”.³⁰⁴

Realidade que ocorria também nos estados vizinhos. Como exemplo o coronel Antônio Clemente Ribeiro Bitencourt, que governou o estado do Amazonas, entre julho de 1908 e janeiro de 1913, ao tratar da participação daquela região na mesma exposição, fez queixas semelhantes, porém deixou claro que, embora “tardamente convidados a concorrer a essa grande feira mundial”, não deixariam de se envolver em virtude das muitas implicações que poderiam advir para o Amazonas,³⁰⁵ uma vez que ambicionava “vêr as suas relações commerciaes amplamente desenvolvidas”.³⁰⁶ Essas assertivas denotam mais do que a preocupação em simplesmente participar das exposições, mas pensavam, sobretudo, nas possibilidades que poderiam gerar para as regiões participantes.

Se, nesse caso, participar de eventos dessa natureza era uma grande oportunidade de apresentar ao mundo os produtos que um país ou região poderiam oferecer, organizar uma exposição chamaria ainda mais atenção. Lília Schwarcz (1993, p. 32) destaca, por exemplo, que a carta de apresentação do Brasil nas exposições universais deveria ser a transmissão de

³⁰⁴ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, p. 35. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000035.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

³⁰⁵ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1910 pelo Exm. Sr. Cor. Antônio Clemente Ribeiro Bitencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartição. Manaus – Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911, p. 08. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164#?c=0&m=120&s=0&cv=5&r=0&xywh=-1821%2C0%2C5833%2C3203>> Acesso em: 02 de fev. 2020.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 09. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164#?c=0&m=120&s=0&cv=6&r=0&xywh=-79%2C789%2C2237%2C1578>> Acesso em: 27 de abr. 2021.

“uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica”. Pensando assim foi que no primeiro mandato do governador Lauro Sodré ocorreu os preparativos para a realização de uma exposição em Belém que contaria inicialmente com as participações dos estados do Maranhão e do Amazonas. A referida exposição de caráter agrícola, artística e industrial havia sido autorizada pela lei n. 73 de 5 de setembro de 1892. A data marcada para abertura seria, inicialmente, 16 de novembro de 1896, depois remarcada para 15 de novembro do ano seguinte, encerrando em 1º de fevereiro de 1898. O adiamento teria ocorrido por “circunstancias imperiosas”, ou seja, não havia sido votada a verba necessária para sua realização.³⁰⁷ Os organizadores da exposição, que se realizaria no palácio do governo e do fórum, estenderam posteriormente o convite para os estados do Piauí e Ceará “e finalmente a todos os Estados da União e ao Districto Federal”, ganhando assim caráter Nacional. Nas palavras do então diretor da Seção da Secretaria do Estado, Albuquerque de Mendonça, que em 1897 descreveu com extensos lisonjeios os atos administrativos de Lauro Sodré logo após sua saída, afirmou “que o país inteiro aceitava a valente iniciativa que partia do extremo norte”. Ao ganhar maiores dimensões seus idealizadores também encontraram maiores barreiras impossibilitando assim sua realização.³⁰⁸

A realização de uma exposição nacional em plena Amazônia certamente ganharia grande repercussão, inclusive internacional, pela importância econômica que a região já havia projetado com a extração do látex. Seria ali um momento chave nas pretensões governistas para aproximar a ciência e a modernidade das práticas agrícolas no Pará. Isso porque, como atesta Foot-Hardman (2005, p. 71), além da mineração e do artesanato, a agricultura era bem representada nas exposições universais, que impressionavam “pelo número elevado de exibidores e, em especial, de visitantes, presentes aos milhões, indicando o forte atrativo que representavam essas festas da modernidade, sua relevância econômica e sociocultural”. Embora não se tratasse de um evento internacional, os holofotes estariam voltados não apenas ao estado Pará, mas também aos demais estados da região.

Além de exposições, participar de conferências era também, naquele momento, uma oportunidade para ouvir especialistas das mais diversas áreas. Era comum, por exemplo, publicações da revista *A Lavoura Paraense* reproduzirem falas de importantes sujeitos

³⁰⁷ PARÁ. Mensagem dirigida pelo sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1895. Belém: Impresso no Diário Oficial, 1895, p. 43. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2421/000046.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021.

³⁰⁸ PARÁ. Administração do Dr. Lauro Sodré por Albuquerque Mendonça Director da Secção da Secretaria do Estado. Pará-Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897, pp. 31-33. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/administracao-do-dr-lauro-sodre/>> Acesso em 31 de dez. 2020.

envolvidos no processo de modernização da agricultura brasileira, como foi o caso do discurso de Assis Brasil³⁰⁹ em agosto de 1908, durante o Segundo Congresso Nacional de Agricultura, sob o título “Indústria Pastoril” ou mesmo a conferência de Christino Cruz, no mesmo congresso, sob o título “O Problema Agrícola”. A transcrição desses discursos sobre o fomento da pecuária e da agricultura através das páginas da citada revista aproximava seus leitores desses eventos que, em geral, ocorriam na capital do país.

Apostando nas feiras, conferências, exposições e congressos como importantes recursos dentro desse contexto de busca pela modernização da agricultura e da pecuária paraense nas décadas iniciais do século XX, acabou por destacar-se, entre outras, a Exposição Internacional de Turim, realizada em 1911. Para o governador João Coelho, eventos como esse representariam relevantes vitrines para os produtos amazônicos, muito embora produtos como a borracha - Jacques Huber, estudioso desse produto extrativo, foi um dos membros que compôs a comissão paraense - o cacau e a castanha já estivessem presentes nos mercados europeus, incluindo o italiano. Com esse objetivo o então governador expediu aos intendentess de todos os municípios uma circular mostrando os recursos que o estado iria dispor, chamando-os para a oportunidade dessa propaganda, uma vez que deveria seguir para a Itália produtos naturais, industriais e agrícolas de todo o estado. Além dos produtos já citados, também seriam expostos, entre outros, o cumaru, piaçava, a copaíba, guaraná, madeiras e peles de animais. Nesse caso, obviamente, produtos devidamente selecionados, especialmente a borracha, que deveria:

[...] ser fabricada, especialmente, para esse fim, em bolas, ou pequenos cylindros do peso maximo de 5 kilos. A castanha deve ser escolhida e graúda, sendo conveniente vir também em ouriços. O cacau, igualmente, convém seja escolhido, e remetido em bellos fructos e em grande quantidade. Das madeiras, especialmente, devem vir amostras que dêem aos menos, duas tabuas de 0,m30 de comprimento, 0,m10 de largura, e 0,m03 de espessura.³¹⁰

³⁰⁹ Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em São Gabriel, província do Rio Grande do Sul, em 29 de julho 1857. É considerado um dos maiores incentivadores da modernização da agricultura e da pecuária no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciando a carreira – na qual exerceu diversos cargos eletivos - como político na cadeira de deputado republicano pela Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1891 atuou como deputado federal constituinte. Foi fundador da *Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura* em 1895 em Paris. Entidade que “distribuía sementes e instrumentos agrários, publicando instruções, traduzindo e divulgando obras de ensino prático, incentivando a criação de estações agrícolas e centros de reprodução de raças puras para fecundação, bem como fazendo concursos rurais, distribuindo prêmios e recompensas”. Uma de suas principais obras na área rural é *Cultura dos Campos* (1898). Assis Brasil faleceu aos 81anos de idade em 24 de dezembro de 1938 (AITA, 2006, p. 108).

³¹⁰ PARÁ. Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luís Coelho governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, p. 44. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000044.html> > Acesso em: 02 de jul. 2019.

A Exposição de Turim, em 1911, chamou atenção de inúmeros governadores brasileiros. Além disso, foi “o último certame de grande dimensão ocorrido antes da Primeira Guerra Mundial”. Santos (2009, p. 233) afirma ainda que o Brasil se fez presente com 5 mil expositores e 11 mil prêmios conquistados, mostrando assim o grande número de municípios brasileiros que participaram. Nelson Sanjad e Anna Raquel Castro (2016, 142-143) destacam que dois meses antes da referida exposição foi montada nos salões térreos do Ginásio Paes de Carvalho uma Mostra Preparatória com produtos “provenientes de todos os municípios e espécies com aplicação em todo tipo de indústria, e a de artefatos domésticos”. Os autores também chamam atenção para o paradoxo brasileiro ao participar desses grandes eventos como o de Turim. Transmitir a ideia de um país moderno e civilizado, mesmo com o abolicionismo e a instalação da República, não eliminou tal contrassenso. Apesar dessas mudanças sociais e políticas, “a estrutura econômica brasileira, de base agrícola e extrativista, permaneceu a mesma” (*Ibidem*, 161).

Essas ilações nos ajudam a pensar na imagem que o Pará buscava vender nas exposições nacionais e internacionais. Era um estado que também apresentava seus paradoxos, uma vez que ainda estava extremamente preso ao extrativismo da borracha, apesar de expor outros produtos extrativos, artesanais, agrícolas e pastoris como sendo de excelência. Para todos os efeitos, a participação efetiva de Jacques Huber, como delegado do Pará em Turim, já um renomado especialista em estudos sobre a borracha, evidencia essa preocupação. Nas palavras do governador João Antônio Luís Coelho, a atuação de Huber se justificava pelos seus conhecimentos científicos, “notadamente no que concerne à propaganda da borracha”.³¹¹ Podemos inferir que a participação paraense na exposição de Turim tinha como um de seus principais objetivos mostrar ao mercado internacional as vantagens da borracha amazônica frente aos avanços da borracha asiática.

Vale a pena pontuar aqui as ilações de Anna Raquel de Matos Castro (2020, p. 20-21) ao defender em sua tese que, dentre esses eventos que ocorreram no início do século XX, o Pará nunca esteve tão bem representado quanto na Exposição de Turim, apesar dos discursos oficiais de crise financeira. Essa contradição seria explicada pelo fato das autoridades paraenses tentarem, “politicamente, forjar e difundir uma imagem de modernidade e civilização, utilizando, como principal recurso, a ciência, através da figura de um cientista (Jaques Huber) e de uma instituição científica (Museu Goeldi)”. Ou seja, os

³¹¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 17. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000017.html>> Acesso em: 02 de jul. 2021

agentes públicos apostavam todas as suas fichas em um evento para firmar posição no comércio internacional frente a concorrência da borracha que se avolumava ano após ano.

Anteriormente, outra importante exposição já havia movimentado os interesses produtivos do estado. A exposição nacional realizada em 1908 na então capital do país, Rio de Janeiro, surgiu como primeiro grande evento após a criação da *4ª Secção de Agricultura*. Oportunidade, de acordo com Ernesto Mattoso, autor do *Álbum do Estado do Pará de 1908*, para apresentar produtos manufatureiros, extrativos e agrícolas, buscando “egualar-se aos demais Estados adiantados da União Brasileira”. Entre os membros da comissão paraense enviada ao Rio de Janeiro estavam, entre outros nomes, Jacques Huber, diretor do Museu Emílio Goeldi, José Ferreira Teixeira, diretor da *4ª Secção de Agricultura*, ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, e André Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática.

Acerca dessa exposição Sandra Jatay Pesavento (1997, p. 17) destaca que o Rio de Janeiro “era a porta de entrada da modernidade para o país, bem como o centro irradiador de uma certa imagem da nação e de suas potencialidades para os grandes certames que se realizavam no exterior”. A exposição nacional de 1908 foi realizada como parte das comemorações pelo centenário da abertura dos portos e, de acordo com seu regulamento, dividia-se em quatro seções: agricultura, indústria pastoril, várias indústrias e artes liberais (SANTOS, 2009, p. 214). Francisco Foot Hardman (2005, p. 102) destaca que as exposições nacionais sofriam críticas e cita Tavares Bastos, que considerava “um luxo desnecessário”. Contudo, o autor ainda destaca que as “exposições nacionais possibilitaram, da mesma forma que em outros países, o esboço de um panorama extenso da produção de mercadorias, das relações técnicas e de trabalho no Brasil do século XIX”.

A presença de nomes como Jacques Huber e André Goeldi na exposição do Rio de Janeiro evidenciava uma aproximação cada vez maior não só entre cientistas e os agentes do estado, mas também com a própria elite agrícola paraense. Esses atuaram juntos para a modernização da agricultura e da pecuária paraense no início do século XX com aplicação de técnicas e métodos já conhecidos e aplicados em outras partes do Brasil e do mundo. A participação do Pará³¹² em eventos nacionais e internacionais foi também um elo entre essas

³¹² Outros Estados da região amazônica também se fizeram presentes nessa exposição. O Estado do Amazonas, por exemplo, compareceu, de acordo com o então governador “exibindo uma considerável quantidade de amostras das suas riquezas naturais e da sua ainda pequena indústria”. Ver: AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Sexta Legislatura pelo Exm. Sr. Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado, em 10 de julho de 1909. Manaus: Secção

camadas que tinham objetivos comuns. Anna Raquel de Matos Castro (2013, p. 39), por exemplo, aponta que o diretor do museu Emílio Goeldi passa “a adquirir o status de colaborador do Governo Estadual”, no momento em que “seu nome passa a figurar com maior frequência nos círculos sociais das autoridades públicas e da região amazônica”, a partir de 1907.

Imagem 13: Comissão paraense na exposição nacional de 1908



FONTE: Álbum, O Pará, 1908, p. 339.

A imagem acima ilustra os representantes paraenses que formaram a comissão nacional de 1908, no Rio de Janeiro, onde podemos identificar algumas importantes personalidades desse contexto de mudanças para a economia paraense. Sentados, da esquerda para a direita, estão: Jacques Huber, Visconde de Monte Redondo, Dr. Francisco Miranda, General Jacques Ourique (Presidente da Comissão Paraense), Dr. José Ferreira Teixeira, Aureliano Guerra; em pé, da esquerda para direita, estão: Pinto Ribeiro, Antônio Aureliano Eirado, G. Gruner, Ignário Moura, J. Vianna Figueira, Dr. H. Schindler, João Luís de La Rocque, Dr. Arlindo Couto e André Goeldi. Infere-se das pesquisas feitas por Cancela (2009), ao tratar de alianças matrimoniais entre as elites belenenses do final do século XIX e início do XX, que alguns integrantes dessa comissão eram membros de ricas e influentes famílias residentes em Belém, ou seja, proprietários de firmas comerciantes, engenhos e fazendas. Nesse sentido é que Anna Raquel de Matos Castro (2013, p. 42) afirma que a “formação dos comitês que representariam o estado nestes eventos, eram nomeados pelo governo figuras que possuíam algum reconhecimento em meio a sociedade paraense”.

Em maio 1917 o estado do Pará participou de alguns importantes eventos como a primeira Conferência Nacional de Pecuária realizada no Rio de Janeiro. Nesta conferência organizada pela Sociedade Nacional de Agricultura foram discutidas diversas questões relativas à criação de gado como “os produtos e subprodutos da indústria bovina, operações industriais e comerciais sobre o gado, a questão dos transportes, a intervenção o poder público na instalação de fazendas modelo” (MEDRADO, 2015, pp. 273-274). Além dessa, o estado se fez presente em outros eventos sobre produtos agrícolas como frutas e milho, todos organizados pela Sociedade Nacional de Agricultura. No caso do milho, por exemplo, José Ferreira Teixeira afirmou que a exposição desse produto evidenciou sua relevância, cuja produção precisava aumentar “não só para exportar, como principalmente para facilitar a criação de porcos e aves, e a melhor alimentação da população e de animais de estabulo”.³¹³

Como vimos acima, participar de exposições nacionais e internacionais era de extrema relevância no que diz respeito à divulgação de diversos produtos. Contudo, a realização de eventos locais também ganhava grande importância. Nesse sentido, o governador Enéas Martins, em 1916, ao elencar alguns fatores segundo ele essenciais “para impulsionar as fontes de produção agrícola” e que estabeleceriam aspectos de extrema relevância, segundo ele, para o rápido renascimento da agricultura no Pará, “sob bases sólidas, fecundas e permanentes”, cita, entre outras coisas, a realização desses eventos a nível local:

Instituição de exposições e feiras, na capital e nas cidades mais importantes do interior como Bragança, Cametá, Santarém, Alemquer, Soure e outras, com o auxílio dos municípios respectivos.

Instituições de conferências ou congressos agro-pecuarios, semestrais ou anuais, nos municípios que possuem instalações para as exposições e feiras.³¹⁴

Alguns anos depois José Ferreira Teixeira reforçava as afirmações acima:

É de incontestável utilidade para o nosso Estado, não só concorrermos às exposições e conferências nacionais, como ainda effecturarmos aqui, nesta capital [Belém] ou em cidades do interior, como Bragança, Soure, Santarém, Monte-Alegre, Obidos, Alemquer e outras, exposições regionais e, pelo menos, uma conferência sobre assumptos de nossa agricultura, em geral.³¹⁵

³¹³ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 24.

³¹⁴ PARÁ. Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916, pp. 95-96. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000095.html> Acesso em: 20 de dez. 2019.

³¹⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p.23.

Para o diretor da 4ª Secção de Agricultura a participação em eventos de porte nacional ou mesmo a realização de eventos na região como destacou na fala acima, tinha “um valor educativo extraordinário, despertando nas classes productoras, o estímulo para melhorar e desenvolver a sua produção”. Estudar as questões agrícolas – José Ferreira Teixeira foi um dos grandes incentivadores do ensino agrícola, principalmente do ensino agrícola ambulante – contribuiria para formar “a inteligência dos agricultores e criadores e os tornará mais forte para lutar com eficácia contra a crise na agricultura e as outras causas que tornam difícil a vida dos que consagram seus esforços à cultura dos campos”.³¹⁶ Dessa forma, pode-se conjecturar o fato desses agentes públicos estarem pensando a realização dessas feiras locais como ensaios para participações em eventos nacionais e mesmo internacionais.

Apesar de Jose Ferreira Teixeira destacar a importância dos congressos e conferências nacionais e internacionais, sabia que os eventos agrícolas regionais tinham uma relevância ainda maior, não somente por exercerem máxima influência, também porque, em sua opinião, o homem do campo poderia examinar com distinção as questões do seu interesse. Portanto, tinham “uma influência mais profunda que os congressos e conferencias nacionaes, porque, examinando particularmente as questões que interessam especialmente a região, ter[iam] uma eficiência maior”.³¹⁷ O Barão de Igarapé-Mirim também tinha esse pensamento e isso ficou claro ao fundar a *Sociedade Agrícola Paraense* em 1885 e estabelecer como um dos objetivos desse órgão a realização anual de exposições agrícolas.³¹⁸

Se a participação do estado em exposições nacionais e internacionais era vista como importante para divulgação dos produtos amazônicos, o envolvimento dos lavradores era fundamental. Contudo, nem sempre o homem do campo declinava a mesma importância para esses espetáculos. O secretário de obras públicas, terras e viação, evidenciando os trabalhos realizados pela 4ª Secção de Agricultura para participação do estado nesses eventos, afirmava que o órgão percorria os diversos estabelecimentos agrícolas, “seleccionando amostras, transportando-as a custa do governo, acondicionando-as em vasilhames seus, colhendo vistas photographicas de installações e de animaes, por que, por si, próprio, bem poucos interessados se movem para darem prova do que possuem e do que praticam”.³¹⁹

³¹⁶ *Idem.*

³¹⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 24.

³¹⁸ *O Agrário*, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885, p. 02.

³¹⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

O que explicaria essa falta de interesse por parte dos lavradores em expor seus produtos em eventos com grande apelo econômico? Podemos inferir que esses sujeitos ou atribuíam ao estado a responsabilidade por toda a logística por trás de sua participação ou não conseguiam vislumbrar resultados concretos nestas exposições. De uma forma ou de outra, evidencia que os lavradores nem sempre corroboravam com as ações do estado voltadas para o fomento da produção agrícola. Embora esse pouco interesse não denotasse conflitos entre agentes públicos e lavradores quanto à implantação de um novo modelo de agricultura onde se buscava combater formas tradicionais de cultivo, representava aos menos uma forma indireta de resistência.

Com o completo envolvimento ou não dos sujeitos para quem as ações de desenvolvimento da agricultura estavam voltadas, o Pará continuou a participar desses eventos na Europa assim que a paz foi restabelecida após a Grande Guerra. Por exemplo, nos idos de 1926 se preparava para participar de mais uma exposição internacional, dessa vez em Praga, capital da República Tcheca. Como nas demais feiras, os produtos a serem exibidos se resumiam aos principais da região amazônica: borracha, castanha,³²⁰ cacau, madeira, couros, etc. Já em 1927 as atenções estavam voltadas para uma nova exposição em Paris, onde a propaganda dos produtos paraenses poderia “obter os melhores efeitos”.³²¹ Para as autoridades paraenses a participação nesses dois eventos era de extrema importância, como nos anos anteriores, como afirmava o então governador Dionysio Bentes em 1926:

Estamos convencidos que é mister não descurar desse assumpto. Produtos há, como a nossa preciosa castanha, de grande valor na alimentação popular e variada aplicação, cujo consumo poderá ser ampliado, por forma accentuada, se insistirmos em fazê-la conhecida, nos grandes centros de população, sobretudo onde a indústria se acha intensificada, dando um immenso movimento de massa operaria.³²²

³²⁰ Curioso observar que a exportação de castanha se resumia no final da década de 1920 ao exterior. O governador Eurico de Freitas Valle lamentava que menos de 1% da castanha exportada era destinada ao sul do país: “enquanto no Extranjeiro é muito apreciável essa amêndoa, quer como fructo, quer transformada em confeitos, dentro do Brasil é quasi desconhecida a sua utilidade”. Ver: PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 64. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000065.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

³²¹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1926 pelo governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 69. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1047/000070.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

³²² *Ibidem*, p. 70. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1047/000071.html>>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

Como se percebe, visava-se, com a participação nas exposições nacionais e, sobretudo, internacionais, fazer publicidade dos produtos amazônicos. Propaganda que era observada também em outras formas. Como destaca Isadora Bastos de Moraes (2019, p. 144), ao refletir sobre representações da Amazônia na revista infantil *O Tico Tico*,³²³ entre 1914 e 1945, afirma que, “se de um lado, a região permanecia vislumbrada pelas lentes do exotismo”, por outro “as narrativas também coincidiam com as estratégias econômicas do Brasil, visto que os conteúdos apresentados destacavam o potencial dos produtos da região de acordo com as necessidades do momento”.

Muito embora as novas técnicas e métodos de modernização do cultivo fossem direcionados também para o pequeno lavrador, esses sujeitos eram alijados das principais decisões em torno dessa racionalização. A documentação analisada não faz, por exemplo, menção acerca da participação efetiva dos lavradores nas propaladas feiras e exposições, fossem elas internacionais ou mesmo nacionais. Por outro lado, encontra-se uma constante atribuição a esses sujeitos pela degeneração em que se encontrava a agricultura paraense do final do século XIX e início do século XX. Como vimos, era a eles atribuída a crise na agricultura no Pará pela forma rotineira com que tratavam a terra.

2.4 Ciência e Agricultura: sistematizando a produção agrícola.

“É imprescindível, em absoluto, fazer o homem do campo, ‘abrir seus olhos à luz da ciência.’”³²⁴

Ao se expressar com ilações dessa natureza, José Ferreira Teixeira, em meados da segunda década do século XX, evidenciava a enorme importância que a ciência deveria assumir diante da nova metodologia pensada para a produção agrícola no Pará, principalmente com a crise na economia gomífera que havia se instalado na Amazônia. Com o declínio da economia da borracha, Nonato e Pereira (2013, p. 106) lembram que “a ciência é convocada para colaborar com os esforços do governo na diversificação da produção agrícola regional”. Contudo, como já salientado, o governo estadual, por meio de estudos do botânico Jacques

³²³ *O Tico Tico* foi a primeira revista destinada ao público infanto-juvenil no Brasil em formato de quadrinhos. Sendo editada no Rio de Janeiro, circulou entre os anos de 1905 e 1960 e tinha como inspiração a revista francesa *La Semaine de Suzette*. Entre outros objetivos, os editores da revista “O Tico Tico” buscavam não apenas informar, mas também divertir as crianças com a impressão de textos e ilustrações que despertavam interesse e curiosidade. Sobre a revista *O Tico Tico*, ver: MORAES, 2019.

³²⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 16.

Huber, inclusive com viagens ao Oriente, buscou reverter a situação de decadência em que se encontrava esse produto extrativo.

De qualquer forma, os mais avançados conhecimentos agrônômicos eram vistos, pelos agentes públicos e pelos cientistas ligados ao Museu Emílio Goeldi, como imprescindíveis para as pretensões de modernização da agricultura no Pará do início do século XX e o papel de Emílio Goeldi, enquanto diretor do Museu, foi importante nesse sentido uma vez que estruturou essa instituição a ponto de torná-la uma referência para o processo de racionalização agrícola a partir dos estudos de botânica que se sucederam. Além disso, como nos lembra Matheus Coelho (2021, p. 196) “o zoólogo suíço possuía um bom trânsito com os governadores do estado, com a elite regional, com os meios científicos e intelectuais locais”, sem falar que “sabia mobilizar diferentes forças e recursos para beneficiar a instituição que dirigia e suas próprias pretensões científicas”. Portanto, Emílio Goeldi surge, nesse cenário, como o sujeito que aproximou os preceitos científicos ligados à fauna e à flora amazônica aos anseios de autoridades e latifundiários no que tange ao fomento agrícola.

Duas décadas antes da borracha mergulhar definitivamente na crise, o então governador Lauro Sodré, ao afirmar que “a agricultura se não é uma sciencia, applica os princípios de quasi todas as sciencias”,³²⁵ também evidenciava o pensamento dele e de outros agentes públicos quanto a necessidade de estreitar a distância entre a ciência e a produção agrícola no Pará. Devemos lembrar que Lauro Sodré até projetou a criação de uma escola de agricultura e fazenda modelo, autorizado que foi pelo Congresso do Estado com a lei n. 53 de 27 de agosto 1892, mas que não saiu do papel pela falta do crédito necessário. Em sua última mensagem, ao passar o cargo de governador a José Paes de Carvalho, em fevereiro de 1897, reafirmava sua aspiração em ver criado “o gosto pelo estudo das sciencias e artes, que atendem com a melhor cultura do solo”. Seria essa, acrescentava ele, não apenas uma providência para se adotar “processos aperfeiçoados de agricultura, baseados nos ensinamentos da sciencia, mas até para que se creasse o gosto por essa profissão de agricultor”.³²⁶ A ciência, dessa forma, passava a ser vista como uma grande aposta.

Embora Lauro Sodré, nessa mesma mensagem, incentivasse o povoamento do solo paraense pela entrada de imigrantes, fossem eles nacionais ou estrangeiros, mostrava que

³²⁵ PARÁ. Mensagem dirigida pelo senr Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de Julho de 1892. Belém: Impresso na typ. Do Diario Official, 1892, p. 24. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2418/000023.html>> Acesso em: 31 de dez. 2020.

³²⁶ PARA. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré Governador do Estado ao expirar o seu mandato no dia 1º de fevereiro de 1897. Belém: Impresso no Diário Official, 1897, p. 30. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2423/000030.html>> Acesso em: 31 de Dez de 2020.

era imprescindível para o futuro da agricultura no Pará o estudo das condições naturais para um melhor aproveitamento agrícola. Essa aproximação vai ficar clara a partir do momento em que é criada, em 1908, uma seção exclusiva para tratar das questões agrícolas dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Momento em que são criadas também instituições de fomento como a Estação Experimental de Agricultura Prática, no Nordeste paraense, mais precisamente em Igarapé-Açu, onde um dos objetivos que se pretendia alcançar com sua criação era de animar a agricultura, ensinando pelo exemplo, “baseado nas conquistas recentes das ciencias naturaes applicadas”.³²⁷ Nesse contexto o Museu Emílio Goeldi assumia um papel importante na medida em que vários botânicos realizavam experiências e passavam a se dedicar ao estudo do solo, de sementes, de adubos e de outros aspectos ligados ao campo e, conseqüentemente, às condições naturais de uma região tropical e com enorme biodiversidade como é o caso da região amazônica.

Ao Norte do país a ciência começava a ganhar corpo com a criação do Museu Paraense, que tem seu berço na criação da Associação Filomática³²⁸, em 1866, presidida então por Ferreira Penna. Em 1871, o Museu Paraense fora oficializado como repartição Pública. Sua fundação em 1886 foi tão importante que Nelson Sanjad (2006, p. 455) afirma que esse fato “é usualmente considerado um marco na história das ciências no Brasil”. Contudo, lembra Sanjad que apenas na primeira década republicana “as atividades científicas do Museu Paraense foram incrementadas”, quando o suíço Emílio Goeldi assumiu a direção dessa instituição.³²⁹ Sua atuação à frente do Museu Paraense foi responsável “pela formação de um projeto claro e coerente para a Amazônia”. Por sua vez, Lília Schwarcz (1993, p. 110) destaca que Goeldi assumiu a direção “em 9 de julho de 1893 e já no dia seguinte elaborava nova estrutura para o museu”.

O Museu Emílio Goeldi passa a assumir um importante papel diante da nova metodologia pensada para a produção agrícola paraense no início do século XX, ou seja, coube a essa instituição levar cientificismo ao campo com a atuação de agrônomos e botânicos. O racionalismo que a ciência estava incumbida de aplicar sobre à produção agrícola paraense sugere que esta chegava também para mostrar, na visão dos sujeitos por trás

³²⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907, p.06. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000006.html>.> Acesso em: 02 de Jul. 2018.

³²⁸ Sobre a criação da Associação Filomática em 1866 ver: SANJAD, 2005.

³²⁹ O então governador Lauro Sodré anunciou a contratação do zoólogo suíço Emílio Goeldi em sua mensagem ao Congresso Estadual em abril de 1894. Sanjad (2010, p. 173) nos chama atenção para a dedicação de Lauro Sodré para o reerguimento do Museu Paraense.

da implantação de uma nova metodologia de produção para o campo, que o agricultor amazônico tinha uma prática arcaica, rotineira e voltada apenas para a subsistência e nunca para o mercado. Quer dizer, a experiência do lavrador no trato com a terra, naquele momento, era vista como algo que caminhava na contramão da nova metodologia voltada para o substancial aumento da produção agrícola no Pará do final do século XIX.

Em abril de 1872, com a Lei nº. 713, é criado em Belém o Museu de História Natural, sob a direção de Domingos Soares Ferreira Penna e que no início do século XX passa a ser conhecido como Museu Emílio Goeldi. Nelson Sanjad (2010, p. 48) lembra que as preocupações entre políticos e intelectuais envolvidos com a criação de um museu de história natural, “oscilavam entre as necessárias melhorias na instrução pública e o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e da industrialização de produtos nativos”. Contudo, a referida instituição não recebeu nos anos finais do império, o apoio político esperado. Apenas na primeira década republicana, com a chegada do suíço Emílio Goeldi, o museu recebeu o incentivo necessário.

Curiosamente, a nova metodologia que se pretendia para a agricultura no Pará coincide com a chegada do também suíço Jacques Huber (1867-1914) ao cargo de diretor do Museu que, naquele momento, já era intitulado Museu Paraense de História Natural e de Etnografia, em substituição ao seu compatriota Emílio Goeldi, que havia pedido demissão do cargo em 1907, retornando assim para a Europa. Uma das consequências de seus treze anos à frente da instituição, de acordo com Sanjad (2010, p. 377) foi a estreita ligação que o museu criou com o poder local, inclusive indicando que a manutenção do museu dependeria da “capacidade da instituição em absorver as transformações no âmbito da ciência com o apoio político”.

Para todos os efeitos, a tentativa de se aproximar ciência e produção agrícola não é assim recente a esse período. Como contextualiza Paulo Afonso Zarth (2000, s/p) os primeiros passos em direção à pesquisa científica voltada para o campo remetem à chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, quando D. João VI “trouxe botânicos e naturalistas com o objetivo de fundar jardins botânicos, cujas funções, na época, incluíam pesquisas e difusão de conhecimentos e experiências sobre diversas plantas”. Em paralelo, “algumas escolas agrícolas foram criadas para difusão de novos conhecimentos sobre as práticas agrícolas”. Contudo, acrescenta que “a pesquisa científica e sistemática sobre a agricultura teria início efetivo” apenas no final da década de 1880, quando o governo brasileiro contrata o

austriaco Franz Wihelm Dafert, doutor em química agrícola, “para montar um instituto de pesquisa agrônômica, seguindo o modelo alemão para o desenvolvimento da agricultura”.

Em terras amazônicas, não apenas o Museu Paraense ganhava relevo para intervir no melhoramento das questões agrícolas, mas o próprio Horto Botânico surgia como uma seção importante para esse almejado objetivo. Em relatório apresentado pelo então diretor do Museu Paraense ao governador José Paes de Carvalho, Emílio Goeldi destacava o valor do Horto Botânico, que estava, naquele momento, 1900, sob os cuidados de Jacques Huber. O Horto Botânico era visto como um verdadeiro campo experimental, onde se resolvia “problemas importantes e interessantes ao mesmo tempo de morfologia e physiologia”. Dizia Emílio Goeldi que uma de suas atividades era a aclimatação de vegetais, “uns das zonas das mattas, outras da zona dos campos ou ainda da dos lagos e margens de rios”, que poderia interessar entre outros ramos, à agricultura.³³⁰

Assim como Emílio Goeldi e Jacques Huber, outra figura singular para o fomento das práticas agrícolas nos quadros do Museu Paraense foi Andreas Goeldi. Durante a direção de Emílio Goeldi, chegou ao Pará em julho de 1901 para assumir a inspetoria do horto botânico. De acordo com o próprio diretor, Andreas Goeldi era “administrador da Colônia Alpina Therezopolis, serra do Orgãos, Rio de Janeiro, trazendo o cabedal de 10 anos de experiência prática em agricultura e horticultura adquirida no sul do Brazil”.³³¹ Em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense*, em 1908, Andreas Goeldi destacou que ao chegar ao Pará veio com ele o “desejo de continuar uma série de experiências com adubações químicas” que havia iniciado no Rio de Janeiro.³³² Suas experiências com adubações químicas realizadas no Pará após sua chegada constituem valioso exemplo dessa aproximação entre ciência e agricultura, por meio do Museu Paraense.

Andreas Goeldi deixou suas funções no Museu apenas para assumir a direção da Estação Experimental de Agricultura Prática em Igarapé-Açu. Instituição que era vista pelo então diretor do museu, já na pessoa de Jacques Huber, como “um campo excelente para investigações e colleções de História Natural”. O referido diretor do museu nutria esperanças

³³⁰ GOELDI, Emílio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado do Pará, pelo director do Museu Paraense*. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, n. 01, vol. III, fevereiro – 1900, p.13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/424692/per424692_1900_00001.pdf> Acesso em: 08 de fev. 2020.

³³¹ GOELDI, Emílio. *Relatório sobre o museu, relativo ao ano de 1901 apresentado ao exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi, director do mesmo museu*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, N. 01, Vol. IV, fevereiro de 1904, p. 26.

³³² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Noticiário*: 17 de dezembro. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 375.

sobre a criação, na Estação, de “uma succursal do Museu em forma d’uma pequena estação biológica, aliás prevista pela lei fundamental do Museu”.³³³

Como forma de compensar a saída de Andreas Goeldi do Museu Paraense para assumir a direção da Estação Experimental de Agricultura Prática, Jacques Huber destaca, em 1909, a chegada de Carl Fullher Baker para atuar na seção botânica como auxiliar científico. De acordo com Jacques Huber, tratava-se de um cidadão norte-americano “formado pela Stanford University da Califórnia, bem conhecido e estimado nos Estados-Unidos e na Europa pelos seus estudos originaes sobre insectos e pelas suas grandes collecções de plantas e insectos”. Além dessas credenciais que lhe justificavam um lugar no quadro de cientistas do Museu, também havia exercido “o professorado nas escolas de Agricultura de diversos Estados da União e dirigia nos últimos quatro annos a secção de botânica da Estação central agrônômica de Santiago de las Vegas em Cuba”.³³⁴ Ao longo desta tese são feitas constantes referências a Carl Fuller Baker, principalmente a respeito dos estudos que fez sobre a produção de fumo em Irituia no final da década de 1910, quando fez duras críticas à maneira rudimentar de cultivo.

Diante dessas colocações acerca da aproximação entre ciência e agricultura por meio de renomados membros do Museu Paraense, fica evidente que a concepção de ciência pensada para os campos amazônicos tinha como pano de fundo a ciência instrumental. Trata-se de um modelo de ciência que já havia se destacado na segunda metade do século XIX, caracterizada pela necessidade de resultados a curto prazo, uma vez que os sujeitos por trás da implantação de uma nova metodologia, tinham como escopo o aumento da produção agrária. Portanto, trata-se de uma concepção de ciência que usa ferramentas com objetivos específicos. Não podemos perder de vista que essa concepção de ciência, fortemente enraizada nos quadros políticos republicanos, estava estreitamente ligada ao Positivismo:

O caráter instrumental conferido às ciências, presente no pensamento positivista, se materializaram no processo de criação de novos institutos dentro do MAIC, como o Instituto de Química e o Posto Zootécnico Federal, e na reorganização do Museu Nacional e do Jardim Botânico. A partir de então estes assumiram uma orientação utilitária (MAIO; BHERING, 2011, p. 703).

³³³ HUBER, Jacques. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça e Instrução Pública, pelo diretor do Museu, relativo ao anno de 1908*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, Tomo VI, N. 2, Vol. V, março-1909, p. 10.

³³⁴ *Ibidem*, p. 3.

Portanto, pautado na concepção de ciência instrumental, a aplicação de métodos científicos para a racionalização da produção agrícola encontrou em José Ferreira Teixeira (1907, p. 34) um dos seus maiores defensores em terras amazônicas. Aquele que viria a ser o diretor da 4ª Seção de Agricultura, ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, criada, em 1908, durante o mandato do governador Augusto Montenegro. Afirmava que um dos principais objetivos de uma agricultura científica seria o beneficiamento das “funções vitais das plantas, por meio de um conjuncto de operações tendentes a melhorar as condições do solo arável, afim de obter delle melhores e mais abundantes productos”. Assertivas como essa colocavam em xeque a propalada defesa de um solo fértil por natureza, consolidada por um ufanismo que há tempos se repetia nas falas oficiais e que, de alguma forma, manteve-se viva ao longo das primeiras décadas do século XX.

Para além dessas questões, deve-se destacar ainda que a ciência aplicada na Amazônia com o objetivo do melhoramento agrícola caminhou na contramão do conhecimento que o lavrador amazônico possuía em relação ao solo e ao clima característico dessa imensa região. Portanto, houve uma rejeição por parte dos sujeitos à frente da nova metodologia voltada para o campo, no que se refere aos conhecimentos agrícolas das populações tradicionais. Tratou-se, assim, de uma imposição de saberes de maneira unilateral. Como veremos mais adiante, isso explicaria em partes, os poucos resultados alcançados com essas ações voltadas para a modernização da produção agrícola, a partir da implantação de métodos científicos, vistos como racionais, uma vez que os saberes científicos caminharam na contramão dos saberes tradicionais.

De qualquer forma, o auxílio da ciência estava destinado, como já mencionamos, no último tópico do primeiro capítulo desta tese, não apenas para o fomento da agricultura, mas também da pecuária. No final da primeira década do vinte, por exemplo, José Ferreira Teixeira solicitou à direção do Museu Goeldi que fosse analisado na Europa o princípio ativo do *algodão bravo* de Marajó, uma vez que causava um efeito tóxico quando ingerido pelo gado. Sendo o mesmo atendido em seu requerimento.³³⁵ Outro exemplo pode ser apontado quando os cientistas do Museu se debruçavam sobre problemas relacionados às epizootias, sobretudo, ligadas ao gado, como foi o caso do estudo feito sobre o *mal triste* que assolava a

³³⁵ Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, *Bibliographia*. Tomo VI, N. 2, Vol. V, março-1909, p. 205.

ilha do Marajó.³³⁶ Teixeira (1907, p. 79) deixava claro que, naquele momento, a ciência veterinária era ainda desconhecida da grande maioria dos fazendeiros no Pará.

Era comum o Museu enviar à 4ª Seção de Agricultura, sementes e mudas de plantas para os mais diversos locais como “o campo de experiência projectado nos terrenos do Instituto Lauro Sodré” e também na Estação Experimental de Agricultura Prática, assim como para particulares.³³⁷ Para além dessas questões consideradas essenciais ao fomento da agricultura, aquela instituição mantinha um serviço de meteorologia cujas tabelas com médias mensais eram remetidas, ao fim de cada mês, a pedido de José Ferreira Teixeira, para a 4ª Seção de Agricultura, com o fim de serem publicadas na revista *A Lavoura Paraense*.³³⁸

Em dezembro de 1900, por decreto do governador José Paes de Carvalho, o museu paraense passa a se chamar Museu Emílio Goeldi. Nas palavras do então governador essa seria uma justa homenagem, não apenas pelo empenho de Emílio Goeldi em colocar aquela instituição que conduziu “na altura de uma instituição que nos honra perante o paiz e o estrangeiro”, mas também pelos serviços que prestou para a solução “perante o Juiz Arbitral da Suíça”. O governador se referia à atuação de Emílio Goeldi no litígio entre Brasil e França quanto à região do Amapá, que era contestada pelos dois países e que terminou com vitória brasileira. Em viagem à Europa, incluindo a Suíça, país natal de Goeldi, o então diretor do Museu ampliou “os esclarecimentos relativos àquella importante região, já prestando informações oraes, todas as vezes que lhe eram solicitadas, já realizando conferências públicas perante sociedades e corporações de character scientifico”.³³⁹

A proposta das elites e dos agentes públicos para racionalização da agricultura paraense no limiar do século XX caminhava paralela a diversas políticas que buscavam materializar esse objetivo. Por isso, assim como as ações voltadas para a participação em exposições e a aproximação cada vez mais evidente entre ciência e agricultura tinham objetivos claros, também a ampliação dos meios de transporte e de comunicação dentro do estado e deste com as demais unidades da federação também deveriam compor o leque dessas

³³⁶ MIRANDA, Vicente Chermont de. *Molestias que affectam os animaes domésticos mormente o gado na ilha de Marajó*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, n. 2 e 3, Vol. IV, dezembro de 1904, p. 438-468.

³³⁷ HUBER, Jacques. *Relatório sobre o movimento do Museu Goeldi no anno de 1909 apresentado ao exmo. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo director do Museu*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia. Tomo VII, Vol. VII, 1910. Pará-Brazil: Litho-Typographia – Ernesto Lohse & C^a, 1913, p. 19.

³³⁸ *Ibidem*, p. 31.

³³⁹ PARÁ. Relatório apresentado ao governador do Estado ao exmo. Sr. Augusto Montenegro pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1º de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Official, 1901, p. 66. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2434/000103.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021

ações não apenas no sentido material, mas também no sentido simbólico. A preocupação com essa questão não era nova e ganhava cada vez mais a atenção dos sujeitos diretamente envolvidos com a implantação de uma nova metodologia voltada para o campo, como veremos a seguir.

2.5 Transportes e comunicação: aproximando campo e cidade.

De que valerão, com efeito, os mais ricos productos se lhes faltasse a essencial condição do transporte regular e barato? Felizmente esta necessidade acha-se attendida de modo satisfactorio nas províncias do Pará e do Amazonas pelo seu vasto systema de navegação fluvial a vapor.³⁴⁰

Com essa pergunta, Manoel Antônio Pimenta Bueno mostrava a importância da regularidade e da eficiência nos meios de transporte para o desenvolvimento econômico na Amazônia, ao destacar as províncias do Pará e do Amazonas. Como sua fala remete a 1882, portanto um ano antes do início da construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), evidencia em grande escala a navegação fluvial. Mas, a partir daquele momento, as atenções nos meios de locomoção passariam a ser divididos com a ferrovia. Obviamente que o transporte fluvial continuou a ter sua importância até porque a EFB localizava-se apenas na região Nordeste do Pará e foram precisos 25 longos anos para sua conclusão.

Para todos os efeitos, ninguém tem dúvidas de que os meios de transporte e as comunicações sempre foram indissociáveis do processo de modernização das práticas agrícolas, seja no Norte ou em qualquer outra região do país. Além de importantes por facilitar o escoamento da produção e a locomoção de pessoas, precários sistemas de comunicação ou de transporte poderiam, entre outras coisas, onerar o preço final dos produtos. Para as elites regionais, conforme aponta Miriam Dolhnikoff (2003, p. 122), esse investimento “era prioritário diante da necessidade de garantir o escoamento barato e eficiente de sua produção”. Além disso, o fomento dado aos meios de transporte é visto não apenas como uma estratégia de crescimento econômico para qualquer região, mas também uma estratégia política, na medida em que o estado passava a se fazer presente em lugares cada vez mais distantes, aumentando assim seu poder coercitivo junto às comunidades tradicionais.

Para além dessas questões tão caras ao fomento agrícola de uma região, percebe-se também o importante significado que a conclusão da EFB poderia ter junto à população

³⁴⁰ BUENO, Manuel Antônio Pimenta. *Industria Extractiva. A Borracha*. In. PEDROSA, João José. *Falla Com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882*. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882, p. A-52. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/553/000049.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

que dela se serviria. Por sua vez, para os agentes públicos que emergiram ao poder com o novo regime político, instaurado em 1889, sua conclusão representaria um claro símbolo de desenvolvimento para aqueles novos tempos. Franciane Gama Lacerda (2018, p. 233) afirma, por exemplo, que “no contexto republicano, a Estrada de Ferro de Bragança se inseria nos anseios de civilização e progresso almejados pela nascente república brasileira”.

Contudo, não pretendo com este tópico discutir todo o contexto histórico por traz da construção ou mesmo da importância da EFB para os projetos de colonização pensados pelos governos provincial e estadual, pois há extensa bibliografia³⁴¹ referente ao tema, mas mostrar o valor simbólico que a ferrovia representava para as pretensões do governo e da própria elite. Pretensões que, de certa forma, já estavam estampadas desde o início da sua construção, mas que nesse processo de racionalização da produção agrícola, apostando naquilo que havia de mais moderno no campo da agricultura, fez ganhar novas dimensões, principalmente pelo avanço industrial que se testemunhava nas exposições universais. Pois, como sabemos, o sistema produtivo se alicerça não apenas sobre o uso de máquinas e insumos agrícolas ou mesmo com a sistematização do ensino e da pesquisa agrícola, mas também sob uma base sólida nos transportes.

Dessa forma é que Pierre Bourdieu (1989:7-14) nos auxilia nessa compreensão ao mostrar que existe um poder simbólico e que o mesmo “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” e que o mesmo ajuda na construção da realidade. Portanto, a fascinação que o novo e o moderno exercem sobre aqueles a quem estão diretamente ligados, desempenha, de certa forma, um poder invisível “de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”, que se define “entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”. Ações modernizadoras como a criação de estações experimentais, campos de demonstração, a presença de agrônomos próximos ao lavrador ou mesmo a implantação do ensino agrícola acaba provocando, direta ou indiretamente, certa fascinação. Cribelli (2011, p. 292), ao se referir à era de inovações do século XIX, destaca que “o imaginário popular concentra-se em exemplos mais espetaculares de tecnologia” como a ferrovia ou o navio a vapor em detrimento de coisas mais modestas como um simples arado, por exemplo.

Nesse sentido, a conquista ideológica de um povo não se faz apenas com discursos inflamados, mas pela inserção de símbolos que mexam com o imaginário. Ao tratar acerca desse processo, principalmente na fundação da República no Brasil, José Murilo de

³⁴¹ Sobre a Estrada de Ferro de Bragança ver: Cruz (1955); Leandro (2012); Lacerda (1992); Santos (2016).

Carvalho (1990, p.10-11) destaca que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”. Isso porque, por meio dele é “que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. De um modo geral, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”.

Portanto, a modernização dos meios de transporte – ou a sua conclusão, como é o caso da EFB em plena discussão acerca dos mecanismos de renovação das práticas agrícolas – e de comunicação tendiam, como acreditavam os sujeitos por trás dessa nova metodologia pensada para o campo, a fortalecer no imaginário do agricultor amazônico a expectativa por dias melhores e, por consequência, abraçar as próprias políticas públicas que, naquele momento, estavam sendo implantadas. Contudo, a morosidade com que o novo e o moderno chegavam, no caso da ferrovia, e mesmo a uma parcela pequena de agricultores, principalmente da região nordeste do estado, fazia com que as expectativas não fossem propriamente alcançadas. Francisco Foot Hardman (2005, p. 212), ao fazer menção às solenidades de inauguração de estradas de ferro, lembra que “a locomotiva é sempre ator principal”. Nesse ambiente, aqueles que testemunham a partida ou a chegada, são “expectadores atônitos da modernidade”.

Ao falar do papel econômico e social das vias de comunicação, Fernando de Azevedo (1950, p. 17) afirma que a circulação é um fenômeno “tão constante e de tão extraordinária importância, comercial e cultural, nas sociedades humanas, que parece residir á base de todo processo de civilização” e que a ferrovia “é ainda um extraordinário instrumento de penetração e um pioneiro do povoamento” (*Ibidem*, p. 32). Por sua vez, Anna Eliza Finger (2013, p. 33), destaca que as ferrovias conectaram “territórios antes isolados, diminuíram distancias e permitiram a chegada de produtos industriais a baixo custo até o interior, materializando ideias de modernidade e desenvolvimento”. Para a autora, as ferrovias passaram a simbolizar a modernidade:

[...] a partir da década de 1870, quando as linhas passaram a ser construídas por iniciativa das próprias elites agrícolas locais (com destaque para a região Sudeste e, em menor grau, Nordeste), ganharam importância ideológica e passaram a ser associados ao poder político e econômico desses grupos, que buscavam se fortalecer e autoafirmar. A mesmo tempo, as ferrovias simbolizam a “modernidade” dos novos tempos, no qual o Brasil ansiava por ingressar, e também se refletiu em sua arquitetura (*Ibidem*, p. 405).

Nesse mesmo sentido também é que Luís Amaral (1958, p. 146) ao asseverar que “não se pode, estudar a agricultura de um país, sem ter em conta os meios de transporte, com que ela conta para os produtos” é que destacamos que essa reflexão se estende para além dessas questões mais técnicas, apontando mesmo para motes alusivos à construção de uma realidade em que os sujeitos envolvidos possam acreditar em tempos melhores e cheios de bonança. Pesavento (1997, p. 35) afirma que “os novos inventos, fruto de aplicação das ciências à tecnologia, adquiriram aos olhos da multidão o *status* de fantasmagorias”. Os responsáveis pela introdução do “novo”, buscavam, naquele momento, levar “as pessoas a construírem seus sonhos sobre a realidade, tendo por base aquilo que se quer, que se gostaria que acontecesse e que se espera que um dia possa tornar-se real” (*Ibidem*, p. 36). Não por acaso, o ministro da agricultura Pedro de Toledo, em 1913 defendia o desenvolvimento das vias de comunicação e de transporte como uma “condição essencial ao progresso da Amazônia”.³⁴²O melhoramento das vias de transporte e de comunicação possibilitaria, para as pretensões governistas, não apenas aproximar o urbano e o rural, mas também levar civilização e progresso, dos quais, na visão desses agentes públicos, as comunidades tradicionais na Amazônia seriam carentes.

Interessante observar que a EFB tem sua conclusão no momento em que se iniciavam as primeiras ações modernizadoras voltadas para o campo nos anos finais do segundo mandato do governador Augusto Montenegro, ou seja, no final da primeira década republicana. A relação entre estas ações e a conclusão da ferrovia é singular, não apenas por toda morosidade com que foi sendo construída, mas também pela imagem que o governo pretendia vender, atraindo o lavrador para o novo e assim tornar-se um partícipe da nova metodologia que se pretendia para o campo. Assim como a imigração voltada para os núcleos coloniais, principalmente ao longo a segunda metade do século XIX, estava diretamente ligada a um pretendido crescimento da produção agrícola, frente a um maior número de terras a serem ocupadas, também podemos relacionar a conclusão das obras da construção da ferrovia com a também pretendida percepção de novos tempos voltados à agricultura e, por que não, também à pecuária. Mesmo que esse pensamento pareça simplista, a materialização de uma ferrovia, ligando a capital a um grande centro produtor como Bragança, tinha objetivo

³⁴² BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. LXXVIII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000078.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

também de animar o pequeno lavrador. Obviamente que se torna bastante complexo mensurar o seu verdadeiro alcance.

O que não se pode perder de vista é que o desenvolvimento das práticas e métodos produtivos está intrinsicamente ligado ao deslocamento de pessoas e produtos, como uma exigência da própria dinâmica capitalista. Como destaca Emília Viotti da Costa (1999, p. 14) a revolução nos sistemas de transportes, em conjunto com a expansão do mercado internacional, “abriram novas possibilidades para a agricultura brasileira no século XIX”. Entre outros fatores, “a melhoria dos meios de transporte permitiram uma relativa racionalização do processo de produção”, sobretudo com o fim do trabalho escravo. Dessa forma, a conclusão da EFB, ligando de forma definitiva a cidade de Bragança à capital Belém, poderia também abrir novas possibilidades para a agricultura paraense.

De qualquer forma, as preocupações com os meios de transporte para o desenvolvimento da agricultura no Pará remetem, de acordo com Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 170), ao ano de 1828, quando é criada a Sociedade Promotora da Agricultura, Colonização, Construção de Embarcações, Comissões, Industrias Paraenses. Além de reunir “empresários, agricultores e comerciantes, tinha entre seus objetivos auxiliar a navegação a vapor nos rios Amazonas, Tocantins, Solimões e Arinos”. Ao longo do século XIX essas preocupações persistiram, pois já na República o governador José Paes de Carvalho também expressava inquietação com os transportes alertando para a urgência em se “estabelecer uma linha de vapores exclusivamente destinada ao transporte de carne e outros gêneros alimentícios”.³⁴³

Para todos os efeitos, não fazia sentido modernizar as práticas agrícolas no Pará, naquele momento, se não ocorresse uma implementação dos meios de transporte e de comunicação. Não apenas para facilitar a chegada de produtos agrícolas aos mercados de Belém, como também facilitar a chegada ao interior do estado de colonos no sentido de aumentar essa mão de obra para a lavoura e também insumos e ferramentas para a lida no campo. Era importante para a própria elite agrária diminuir o tempo das viagens. Nesse sentido é que Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 170), tratando da importância das estradas de rodagem e vias fluviais, destaca que não se tratava apenas de um simples ir e vir de pessoas

³⁴³ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 15 de abril de 1899 apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899-1900. Belém: Typ. Do Diario Official, 1899, p. 24. Disponível: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000024.html>> Acesso em: 31 de dez. 2021

e mercadorias, mas também “progresso” e “civilização” a locais “ermos” e “inóspitos”. Ou seja:

Assim, carregam um conteúdo intrinsecamente simbólico, em grande parte, explicado pela associação imaginária entre esses meios de transporte e a preponderância que exercem sobre a natureza, uma vez que os deslocamentos de produtos não estavam mais dependentes das condições naturais, como por exemplo, a cheia dos rios amazônicos que limitavam o transporte de mercadorias apenas em alguns meses do ano, quando o período de chuvas e enchentes elevavam as águas nos rios e igarapés que fazia ligação com alguns povoados (*Idem*).

Como afirmado na citação acima o uso de vias fluviais como meio de transporte na Amazônia estava, como ainda acontece, diretamente dependente das cheias dos rios e igarapés durante alguns meses do ano, as quais restringiam a circulação de produtos e mercadorias. As forças da natureza, nesse caso, prevalecem sobre toda essa dinâmica. Situação essa que não condiz com a afirmação feita na revista americana *Brazilian American*, de dezembro de 1939, dedicada boa parte a tratar sobre diversos temas relacionados ao estado do Pará. Seus editores destacaram: “It may be said that the riverways are, among us, the outstanding civilizing agent for the subjugation of the florests”.³⁴⁴ Na medida em que as ações da natureza condicionam as ações humanas, como no caso de restringir a circulação por conta da cheias, há subjugação do homem por parte da floresta.

Obviamente que a preocupação não apenas com os meios de transporte, mas também com os meios de comunicação incluía uma série de fatores para além da simples locomoção ou agilidade na transmissão de informações. Como assevera Borges (2011, p. 28) “as vias férreas sempre estiveram sob a tutela do Estado ou de grupos econômicos, e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominantes”. Para além disso, “a economia fundamentada no valor de troca tem nos meios de transporte um fator importante na composição final dos preços das mercadorias”. Ou seja, possibilitar meios de transporte e de comunicação mais eficientes reflete, assim como nos dias atuais, em todo o processo de produção, desde a circulação de insumos e sementes para os primeiros plantios até a composição final da mercadoria, ou seja, seu preço. Portanto, nesse universo em torno da racionalização da produção agrícola, tanto as comunicações como meios de transportes eficientes tornavam-se imperativas:

O desenvolvimento das comunicações tornou-se imprescindíveis para o avanço do capitalismo à medida que reduzia os custos da circulação e permitia a conquista de

³⁴⁴ Ver: *Brazilian American*. State of Pará Issue. December 9, 1939, p. 02.

novos espaços. E a ferrovia foi o primeiro meio de transporte moderno utilizado pela economia de mercado como instrumento no seu processo de expansão, ela reduziu o tempo e o espaço entre os povos (BORGES, 2011, p. 28).

Obviamente que não podemos pensar a política de desenvolvimento para a agricultura no Pará do começo do século XX sem falar das necessárias condições de transporte para escoar a produção até a capital. Essa era uma questão que vinha sendo planejada pelas autoridades paraenses desde que foram iniciadas as obras para a mais audaciosa construção que sanaria essa problemática: a Estrada de Ferro de Bragança. Iniciada em 1882 a ferrovia foi concluída em 1908, nos últimos anos do governo de Augusto Montenegro. Acerca da EFB Antônio Rocha Penteado (1967, p. 125-126) destaca que “a construção da ferrovia era um imperativo, para que se garantisse o escoamento da produção agrícola regional para Belém devido às deficiências das comunicações fluviais e inexistência de caminhos terrestres, assim como meios de transportes apropriados”.

Contudo, pouco mais de uma década após o início de sua construção, a ferrovia sofria duras críticas relacionadas à contribuição que deveria legar à agricultura. Em viagem para apreciação dos serviços prestados pela estrada de ferro ao público que dela se servia, foi destacado no periódico *Folha do Norte* que a agricultura, de um modo geral e o próprio lavrador em particular, eram os que menos se serviam da ferrovia.³⁴⁵ Críticas essas que corriam na contramão das falas oficiais, principalmente porque os governadores, entre eles José Paes de Carvalho, buscavam enfatizar que as vantagens da EFB eram menos as receitas que poderiam gerar e muito mais as riquezas que ela criava nas áreas por onde passava, para as pessoas que se fixaram e prosperaram nas terras que a marginavam, para a agricultura que ela fazia desenvolver, enfim, “para a força productiva do Estado que ella augmentou”.³⁴⁶

De qualquer forma, era notória a apreensão das autoridades com as despesas geradas pela ferrovia. Diversas mensagens de governadores evidenciavam o aspecto negativo de suas receitas, motivo para muitas queixas desses administradores. Esses e outros problemas como descarrilamento, assim como a já destacada lentidão em sua conclusão causavam grandes frustrações. Até por essas questões, se causava frustração às próprias autoridades públicas, acabava de certa forma não transmitindo a tão desejada percepção de modernidade

³⁴⁵ *Folha do Norte*, Estrada de Ferro de Bragança, 06 de fevereiro de 1896, p. 02.

³⁴⁶ PARÁ. Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará Dr. Augusto Montenegro pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1º de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Oficial, 1901, p. 91. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2434/000128.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021

ao homem do campo e, tão pouco, a também desejada percepção de racionalidade esperada para a produção agrícola.

Não que outros meios de escoamento da produção ou transporte de pessoas tivessem sido descartados, pelo contrário, essas formas tradicionais, sobretudo, o transporte fluvial mantivera-se, mas é inegável que a partir da década de 1880, a citada ferrovia começava a ganhar certo protagonismo ao longo da região Bragantina. Os agentes públicos pretendiam transmitir a mensagem, com a sua conclusão, de uma nova “era” para o desenvolvimento agrícola do estado. Um ar de modernidade que poderia atingir o ânimo do trabalhador rural. Dessa forma, Cruz (1955, p. 67) sustenta que “o assentamento do primeiro trilho de uma estrada de ferro era o começo da fartura que se prenunciava, através das organizações agrícolas que iam ser fundadas e trabalhadas, carinhosa e tecnicamente, com a ajuda dos colonos estrangeiros”.

Muito embora Ernesto Cruz (*Ibidem*, p. 75) valorize em demasia as ações dos agentes públicos frente à construção da ferrovia, destacando que a sua inauguração “vinha marcar uma nova era de progresso para a economia paraense, e para o desenvolvimento agrícola de uma região ainda inexplorada e desconhecida, porém de grande futuro”, a verdade é que esse prenúncio não se concretizou como se esperava, uma vez que a agricultura não alcançou os resultados ambicionados. Nesse sentido é que Eugênia Egler (1961, p. 84), ao apontar o uso da ferrovia para o transporte de pessoas e mercadorias, destaca que a mesma passava a má impressão de uma fartura que afluía do interior para a capital, isso porque “a produção na realidade procedia-se à custa de uma agricultura das mais primitivas”. Antônio Rocha Penteado (1967, p. 193) faz afirmação semelhante ao dizer que “apesar de todo o processo colonizador, os ‘produtos necessários’ à subsistência de Belém não chegaram aos mercados da cidade com tanta fartura ou quantidades suficientes para alimentação de seus habitantes”. Ou seja, a produção agrícola que escoava do campo para a cidade ressentia-se de muitas dificuldades e a imponente presença da ferrovia parecia não causar o impacto esperado.

A construção da EFB sofreu várias interrupções, avançando apenas sete quilômetros ao ano como no final da década de 1890, “com longos estágios, apenas justificados pelas dificuldades financeiras com que lutava o estado” (CRUZ, 1955, p. 89). Após longos 25 anos do primeiro dormente assentado em 1883 a ferrovia foi então concluída em 1908, no final do governo Augusto Montenegro. Se a ferrovia deveria garantir “aos

productos agrícolas e industriaes transporte fácil e rápido para o mercado da capital”³⁴⁷ também viria aumentar o controle exercido pelo poder público, não apenas sobre os sujeitos responsáveis pela produção agrícola e industrial, mas também sobre o resultado desse incessante trabalho. Esse domínio se daria em virtude da presença cada vez mais constante dos agentes públicos nas áreas rurais.

Outra ferrovia em solo paraense que ganhava atenção no contexto de racionalização da produção era a Estrada de Ferro de Alcobaça que, ao contrário da EFB, não tem maiores pesquisas sobre sua construção e período de funcionamento. A citada ferrovia tinha como principal objetivo em sua construção o escoamento de caucho que vinha sendo extraído em grande quantidade nos arredores dos rios Araguaia e Tocantins. Sobre sua construção e conclusão, o então governador Augusto Montenegro chamava atenção para a necessidade “de ligar o baixo com o alto Tocantins por meio de uma estrada de ferro” que vencesse “a secção encachoeirada do rio”, um problema que exigia “prompta e definitiva solução”.³⁴⁸ Contudo, quase vinte anos depois dessa fala de Augusto Montenegro, o governador Antônio Emiliano lamentava que a ferrovia de Alcobaça estivesse inconclusa, pois a região do alto Tocantins eram “mattas de castanhaes quasi inexploradas, dada a extrema dificuldade de transporte, que além de onerosíssimo é vedado em grande parte do anno, pela baixa das águas nos trechos encachoeirados”.³⁴⁹ Vale lembrar que a castanha, no início da década de 1920, já havia assumido maior importância nos quadros de exportações do estado do Pará.

Juntamente com a construção da ferrovia se fazia necessário também facilitar as comunicações. Uma das responsabilidades postas em contrato, assumida pela empresa construtora da ferrovia, foi o estabelecimento por toda a extensão da EFB, de telégrafos elétricos, conforme verificado no artigo 10 do contrato firmado entre a empresa responsável pela execução da obra e o estado (CRUZ, 1955, p. 75). Dessa forma, aqueles núcleos coloniais mais distantes da capital poderiam estreitar os contatos, não apenas pela ferrovia, mas também por meio de telegramas. Era um período em que a construção de telégrafos ganhava força em todo o Império. Entre os anos de 1866 e 1886 foram construídos quase 11.000 quilômetros de linhas telegráficas, sendo que em 1873 a capital

³⁴⁷ PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz, 3º Vice-presidente da província passou a administração da mesma ao exm. Sr. Presidente dr. Pedro Vicente de Azevedo à 17 de janeiro de 1874, p. 15.

³⁴⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1904, p. 59. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2438/000059.html>>. Acesso em: 19 de fev. 2020.

³⁴⁹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Governador do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1922, p. 32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1043/000032.html>> Acesso em 31 de dez. 2019.

do Império, Rio de Janeiro, já estava ligada por meio do telégrafo a várias províncias, entre elas o Pará (LIMA, 2008, p. 781). Dessa forma, várias empresas executavam o serviço de telégrafo no Pará no início do século XX. Como descrito por Theodoro Braga (1916, p. 82-83), além da Amazon Telegraph Company também o Telégrafo Nacional³⁵⁰ fazia a comunicação entre a cidade de Belém e diversas localidades do interior do estado, sem falar que havia ainda o próprio telégrafo da EFB.

Laura Maciel (1999, p. 168-169), ao discutir aspectos da construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon no oeste brasileiro nos primeiros anos do século XX, destaca que “ao lado das ferrovias e rodovias, o telégrafo elétrico – um mecanismo rápido e eficiente de comunicação – deveria levar a palavra e a ordem para todo o território nacional, tornando visível e atuante o poder e a autoridade do governo da República”. A autora acrescenta ainda que havia uma crença no papel transformador tanto do telégrafo quanto das ferrovias, e que eram “capazes por si mesmos de povoar e ‘civilizar’ os locais mais ermos e distantes” e que a ideia de suas instalações “não era nova e impregnou com frequência o ideário do poder local, ocupando durante longo tempo os estadistas brasileiros desde o Império”.

Émilie Stoll (2017, p. 64) destaca que a construção de linhas telegráficas contribuiu não apenas para o processo de colonização na Amazônia, mas para sua própria integração. Segundo mesmo o autor: “L’arrivée du télégraphe est conçue comme un outil de développement physique du territoire. Les routes ouvertes à cette fin sont autant de voies d’accès pour la colonisation de la région”. Dessa forma podemos inferir que a instalação de linhas telegráficas contribuiu não apenas para facilitar as comunicações, mas em muitos casos também contribuíram para a abertura de novas estradas, como destacou o autor. Essa dupla importância retrata, de forma direta ou indireta, o papel das linhas telegráficas nesse contexto de modernização das práticas agrícolas no interior da Amazônia.

Obviamente que, quanto mais modernos e eficientes os meios de transporte, as formas mais tradicionais jamais deixaram – e obviamente não deixarão – de fazer parte do cotidiano do sertanejo, por maior que seja a crença no seu papel transformador. Nesse sentido, Leandro Tocantins (1960, p. 122) lembra que a canoa sempre foi importante, pois sem ela “não seria possível o giro mercantil, a ida às drogas, o transporte entre os pontos de interesse social”. E nesse vasto universo a figura do remeiro ganhava destaque, uma vez que “sem remeiros todos ficavam de mãos atadas”. Em outras palavras: “A canoa veio criar uma figura

³⁵⁰ Apenas para se ter uma noção do funcionamento do telégrafo, além de um custo fixo, havia ainda um custo por palavra com valor variando conforme a distância entre remetente e destinatário. Assim, em 1896, por exemplo, o Telégrafo Nacional informava aos leitores do jornal *Folha do Norte* que os despachos telegráficos pagariam 400 réis de taxa fixa e, por palavra, 120 réis até o Maranhão ou 960 réis até o Rio Grande do Sul. O anúncio ainda dizia que “para todo o Estado [do Pará] a taxa uniforme [era] de 60 réis”. Tudo que fosse escrito no corpo do telegrama, “inclusive qualquer caractere isolado, letra, algarismo, aspas, parenthesis ou alíneas”. Eram isentos de cobrança “os signaes de pontuação, traços de união e apostrophes”. O máximo era de quinze caracteres para uma palavra e cinco algarismos em grupo constituíam uma palavra, também sujeito a cobrança. FONTE: *Folha do Norte*, Telegrapho Nacional, 30 de janeiro de 1896, n. 30, p. 01.

que até hoje perdura na paisagem social amazônica, expressando o caráter da geografia, com a marca dominante da água: o regatão”.³⁵¹

Nesse caso é importante destacar que o regatão nem sempre era visto com bons olhos pela elite agrícola e comercial paraense, sobretudo durante o período áureo da borracha. Ao fundar a *Sociedade Agrícola Paraense*, em 1885, o Barão de Igarapé-Mirim, que classificava-o como comércio ambulante, entendia que “se por um lado oferece a vantagem de levar a casa do lavrador as vitualhas de que carece, por outro serve-lhe de parasita a sugar-lhe a seiva”.³⁵² Para alguns pesquisadores, a introdução dos regatões foi ruim para o sistema de aviamento e, conseqüentemente, para aqueles que dele se beneficiavam. Como se sabe, por meio do aviamento, os trabalhadores nos seringais eram supridos com produtos básicos por redes de sociabilidades que iam desde as grandes casas aviadoras que passavam as mercadorias a pequenos comerciantes nos vilarejos, que por sua vez repassavam aos seringalistas e “este para o seringueiro que pagava a mercadoria com a borracha produzida”. Com a introdução do regatão “esta cadeia foi quebrada, pois ele negociava diretamente com o seringueiro”. Contudo, “anos depois, o regatão foi integrado ao sistema, passando a funcionar também como alternativa no elo entre as casas aviadoras e os comerciantes” (SANTOS; MACHADO; SARAFICO, 2015, p. 186).

Como destacado acima o objetivo do governo estadual era facilitar os transportes e as comunicações, na tentativa de promover uma maior integração regional. Uma das medidas, nesse sentido, veio em 1906 quando o congresso estadual autorizou o agrimensor Pedro Argemiro de Moraes Sarmiento a construir uma estrada de rodagem para o Alto Tapajós. Estrada que evitaria o traçado encachoeirado³⁵³ do rio, o que, conseqüentemente, evitaria também a perda de produtos importados e a serem exportados, como também salvaria vidas (MUNIZ, 1906, p. 46). “As ideias de progresso existem dispersas e latentes na mentalidade colectiva, só a espera de quem lhes possa imprimir o impulso inicial”. Com esse pensamento o governador Dionysio Bentes sintetizava o imaginário popular que ansiava por progresso.³⁵⁴ Tal modernidade estaria expressa, por exemplo, nos quatrocentos quilômetros de

³⁵¹ De acordo com David McGrath (1999, p. 57) o regatão “é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de ‘produtos regionais’, agrícolas e extrativistas”.

³⁵² *O Agrário*, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885.

³⁵³ De acordo com João de Palma Muniz (1906, p. 75) o rio Tapajós possui “em seu leito 28 cachoeiras que embaraçam, umas mais do que as outras, a navegação.”

³⁵⁴ PARÁ, mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em Sessão solene de abertura da 2ª Reunião de sua 13ª Legislatura a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado. Dr. Dionysio Ausier

rodovias “entregues ao tráfego de auto-motores”. Estradas com fins econômicos, visando a melhoria das comunicações internas e novas possibilidades para escoar a produção, pois “o interior é vasto e o transporte para os portos fluviais é difícil”.³⁵⁵

Para além dessas questões até aqui elencadas a respeito da imprescindível relevância dos transportes e das comunicações como condição paralela à modernização dos meios de produção agrícola, destaca-se também a participação de atravessadores³⁵⁶ que, pela dificuldade de locomoção de pessoas e produtos em determinadas regiões, negociam junto aos lavradores a preços irrisórios, para serem revendidos nos principais centros urbanos. Abramovay (2012, p. 128-129) aponta que essas dificuldades impostas pela falta não apenas de transportes e comunicações, mas também de informações propiciam “de fato um poder de monopólio àqueles que conseguiam abrir os caminhos por onde esses produtos integrariam os mercados nacionais”, em outras palavras, “reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses”.

As pretensões das autoridades paraenses com a construção de ferrovias e de instalação do telégrafo ao longo da região Bragantina eram não apenas garantir o transporte e facilitar as comunicações entre locais distantes ou, simplesmente, levar um ar de modernidade para o sertão, mas essas pretensões passavam, necessariamente, pelo desejo de também levar civilização e ordem a esses lugares, vistos por esses sujeitos como locais costumes arcaicos. Não podemos perder de vista que essas pretensões de modernidade estavam inseridas no contexto da *Belle Époque*, momento em que Belém, “como principal capital da borracha, vivia uma época cosmopolita, com o desenvolvimento das comunicações, do telégrafo e dos transportes marítimos para os portos europeus e da América do Norte” (FIGUEIREDO, 2016, p. 24-25). Contudo, para se alcançar a dita civilização e os bons costumes seria imprescindível sanar certos conflitos inerentes ao campo como aqueles gerados em razão do acesso e fixação do trabalhador à terra, como veremos a seguir.

Bentes. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 134. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000135.html>> Acesso em: 08 de fev. 2019.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 135. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000136.html>> Acesso em: 20 de fev. 2019.

³⁵⁶ A ação dos atravessadores foi motivo de preocupação na intendência de Belém, pois encarecia o valor de diversos gêneros agrícolas, entre eles a farinha, um dos produtos mais procurados nos mercados da capital. Em março de 1899, por exemplo, Antônio Lemos determinou o recolhimento de toda a farinha que chegasse aos mercados públicos em Belém. O objetivo era baixar o seu preço, uma vez que os atravessadores “compravam a farinha aos lotes”. *O Para*. A alta da farinha. 07 de março de 1899, p. 01.

2.6 Fixando o homem à terra: uma análise da legislação fundiária

Antes de pensar na implantação de qualquer projeto voltado para a modernização e racionalização da produção agrícola e mesmo da pecuária em território paraense, se fazia extremamente necessário não apenas ampliar e modernizar os meios de transporte e as comunicações, como também criar um arcabouço jurídico que viesse fixar o lavrador à terra e se possível que essa propriedade viesse a ter um valor de mercado. Para Marli Cirmino (2013, p. 105), “a falta de elementos motivadores por parte do poder público para fixar o homem no campo, denota desinteresse político pela melhoria das condições sociais e econômicas da vida do meio rural, assim como é indício de desvalorização do trabalho agrícola”. A ideia era que esse sujeito abandonasse o caráter nômade, visto pelos maiores críticos do modelo de desenvolvimento da agricultura baseado apenas na povoação de núcleos agrícolas por colonos nacionais e estrangeiros – muitas vezes deixados à própria sorte, sem o devido amparo público – como uma das principais características do atraso que, por décadas, vinha marcando a economia paraense. Encontra-se na documentação oficial várias queixas de autoridades acerca de colonos que abandonavam seus lotes agrícolas e, muitas vezes, partiam para o Sul do país onde encontrariam melhores condições de trabalho e de aquisição da própria terra.

Nesse sentido, Carlos Leandro (2020, p. 36) observa que os pequenos lavradores, além de foreiros e posseiros, dedicavam-se “ao cultivo combinado de roças de subsistência a atividades extrativas de pequena escala, ocupantes a décadas em áreas que seriam palco de inúmeras querelas por direito de propriedade [...], ocupando a décadas terras havidas por apossamento”. Essas disputas revelam a ausência de leis que regulamentassem a atividade e a presença desses sujeitos em áreas pertencentes a grandes latifundiários. Desde o período imperial que inúmeras leis a nível provincial e mais tarde estadual buscavam regularizar a posse de terras no Pará, muitas vezes para estancar a saída de colonos que tentavam se fixar definitivamente em um lote de terras, mas o alto valor impossibilitava. Dessa forma, a manutenção desses lavradores em lotes agrícolas era indispensável para o desenvolvimento da agricultura.

Ficou explícito nos embates de acesso à terra que a condição de proprietário só foi possível aos colonos do Nordeste paraense no início do século XX como condição para sua conservação nos espaços agrícolas criados com os projetos de colonização ainda no Império. A imposição de compra dos lotes pelos agentes públicos provocou o abandono dos núcleos coloniais por parte dos seus ocupantes não deixando outra escolha para as autoridades se não a gratuidade (Muniz, 1916). Discutir, portanto, as formas de acesso à terra diante de inúmeras

leis criadas no estado do Pará, nas duas primeiras décadas republicanas exige, como afirma Marcia Motta (2011, p. 22) “a necessidade de pensar como a análise de disputas por terras em um determinado território pode nos ajudar a refletir sobre a história, a luta e a dinâmica de resistência e negociação de lavradores pobres”. Para além dessas questões, não podemos perder de vista que o acesso à terra pelo lavrador seria, dentro da concepção aqui em análise, uma condição primordial para o revigoração das práticas agrícolas, conforme as pretensões dos agentes públicos.

Com a experiência adquirida e repassada por gerações, o lavrador tem uma racionalidade que é própria. A itinerância e a mobilidade do roceiro, muitas vezes criticada pelos idealizadores de uma nova metodologia para o campo, são práticas específicas dessa experiência e dessa racionalidade a ele inerente. Portanto, uma das formas encontradas pelos agentes públicos na busca por limitar essa itinerância, seria por meio de uma legislação que eliminasse áreas livres. Para isso seria necessário que o estado se fizesse presente nessas áreas, ocupando-as, por exemplo, com a criação de núcleos coloniais.

Com esse mesmo pensamento, Antônio Marques Rodrigues lamentava profundamente o caráter nômade com que o lavrador trabalhava a terra, ao dizer que os agricultores mudavam “facilmente de habitação como o árabe do deserto num ou noutro ano levantam novas tendas e, anualmente, devastam novas florestas: o majestoso clarão do incêndio os alumia na sua marcha anti civilizadora”. Esse caráter nômade seria propiciado pela enorme quantidade de terras férteis e pouco povoadas o que fazia com que o valor das propriedades fosse baixo. Portanto, “para gerar ou aumentar o valor da propriedade, a terra deveria ser, primeiramente, escassa”. Tarefa complexa em um país com tantas “terras disponíveis e não ocupadas”. Essa grande quantidade de terras seria então responsável, em longo prazo, pelo “baixo valor econômico da propriedade”, que por sua vez seria “um dos problemas para a modernização do uso da terra”. (RODRIGUES, 1860, *apud* CRIBELLI, 2011, p. 295-299).

Contudo, para seduzir esse lavrador, o legislador deveria dispor a ele um lote que não fosse oneroso e que tivesse dimensões suficientes para satisfazê-lo. Seria também de grande relevância uma segurança jurídica sobre a propriedade. Nesse sentido, entendemos que seja necessária uma breve análise da legislação fundiária no Pará, pensada para esse fim. Para tal análise devemos nos remeter a meados do século XIX quando foi criada, pelo governo imperial, a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, a famosa Lei de Terras, depois de anos de

vácuo legislativo no Brasil acerca de regime de terras e o acesso a ela. Trata-se de uma legislação amplamente discutida pela historiografia.

A Lei de Terras tinha, como uma de suas principais características, distinguir terras públicas de terras privadas, evitando o acesso à terra devoluta,³⁵⁷ que deveria ser adquirida unicamente por via de compra. Motta (2005, p. 279) destaca que a referida lei, “ao impedir o acesso à terra por outros meios que não por sua compra³⁵⁸, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras”. Nesse caso, os fazendeiros de café foram os principais beneficiados. Por sua vez, Emília Viotti da Costa (1999, p. 14) enfatiza que a referida legislação reforçou “o poder dos latifundiários em detrimento do pequeno proprietário”. O decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854 veio regulamentar a Lei de Terras no Brasil.

Para todos os efeitos, os debates em torno de sua aprovação, tanto na Câmara quanto no Senado, no que diz respeito ao direito de propriedade, que envolvia de um lado os sesmeiros, legitimados que estavam pelo título concedido, e de outro os posseiros, legitimados que estavam por amansar a terra ao cultivá-la, definiu muito bem o quanto era delicada toda a conjuntura acerca da legitimação da propriedade no Brasil. A Lei de Terras, por sua vez, como esclarece Motta (1998, p. 144) “não deixou de corresponder à dinâmica e a ambiguidade de toda uma história de ocupação territorial”.

Essa ambiguidade pode ser percebida, por exemplo, na região Sul do país. Márcio Both da Silva (2011b, p. 218-219), tratando acerca da gestão das terras devolutas na região de matas do Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República (1889-1930), destaca que a Lei de Terras estadual de 1899 determinou que “apenas as posses estabelecidas a partir da Proclamação da República não seriam legitimáveis e deveriam ser compradas”. Como destaca o próprio pesquisador isso acabava ferindo a Lei de Terras de 1850 que, como já vimos, “determinava a compra como única forma de acesso à terra”. Dessa forma, o apossamento ficava juridicamente proibido desde 1850, mas no Rio Grande do Sul, as posses “poderiam ser

³⁵⁷ De acordo com Marcia Motta (2005, p. 469) a origem do termo devolutas vem de terras que foram devolvidas à Coroa por falta de cultivo quando haviam sido das por sesmarias. Desde então, “o termo foi sendo empregado para referir-se às terras livres, em tese não ocupadas, que, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do patrimônio do poder público”. Como definido pela própria Lei de Terras eram, em geral, terras não pertencentes a particulares. Nesse sentido, mais uma vez Marcia Motta (1998, p. 142) “o conceito se afirma pela negação: o que não é particular pertence ao Estado”.

³⁵⁸ Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999, p. 78) destaca que ao mesmo tempo em que a Lei de Terras determinada o acesso à terra unicamente por meio da compra, “a Lei de 1900 abria outras formas de acesso, como o arrendamento, reconhecia as posses feitas à revelia da Lei de 1850 e consagrava todos os atos contrários realizados desde então”.

legitimadas sem, necessariamente, terem sido compradas”, beneficiando, “direta e indiretamente os grandes proprietários”.

Os defensores da Lei de Terras justificavam-na afirmando que um dos problemas para o fomento da produção agrícola no país passava pela sistemática doação de terras, pois seus possuidores não a preparavam racionalmente e não diversificavam a produção, apostando na monocultura, o que levava a exaustão do solo. A venda das terras a preços elevados induziria a um melhoramento do sistema produtivo, pois forçaria “os proprietários a desistirem de seus hábitos rotineiros e a procurarem melhores métodos” (COSTA, 1999, p. 178). Por outro lado, seus opositores acreditavam que dificultar o acesso à terra desestimularia a vinda de imigrantes ao Brasil (*Ibidem*, p. 179).

Ambiguidade essa que ficou evidente aqui na Amazônia. Ao analisar processos de solicitação de compra de terras devolutas ao Norte do Império nos anos finais da década de 1880, pela Diretoria de Agricultura, que tinha Machado de Assis como chefe do departamento e que era ligada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Pedro Parga Rodrigues (2020, p. 96-97) destaca o fato de que os solicitantes das requisições deferidas “na província do Amazonas terem usado como argumento a existência da posse prévia e a da capacidade para utilizar economicamente a área almejada”. Argumentos que também eram proferidos “pelos pareceres das autoridades responsáveis”. Fato esse que caracteriza, de acordo com o autor, uma “continuidade da importância de elementos característicos do regime proprietário anterior à lei de 1850”. Situação que legitimava as posses ilegítimas. Assim, as autoridades interpretavam o “pequeno posseiro como invasor”, enquanto aqueles com capacidade para cultivo tinham então “uma posse digna de ser legitimada através da compra das terras apropriadas irregularmente”. Prática essa que além de associar-se “à lógica do privilégio”, ainda “apresentava traços do regime de sesmaria”.

Certamente, quando Luiz Cavalcante de Albuquerque (1894, p. 157) afirmava, nos primeiros anos da República, que a Lei de Terras era adaptada às propriedades do Sul do Brasil, “mas de impossível execução em o extremo Norte, onde eram raríssimas as posses legalmente adquiridas”, não levou em consideração essas ambiguidades e os favorecimentos aos grandes posseiros que legitimaram terras ocupadas irregularmente por meio da compra legal dessas propriedades.

Pimenta Bueno³⁵⁹, a respeito dos efeitos da Lei de Terras na Amazônia, mais especificamente no Pará, é contundente ao afirmar que trouxe prejuízos e que deveria ser reformada. Além de provocar dispêndios aos cofres públicos, não produziu “fructos equivalentes”. Aponta que “são relativamente poucas as terras vendidas; o domínio público não está discriminado; e os collectores de produtos nativos continuão a invadir e a devastar a ferro e fogo as florestas nacionais”. Fica evidente que parte de suas críticas são direcionadas aos agentes públicos responsáveis, entre outras coisas, pelas demarcações de terra. A pouca densidade demográfica na região amazônica também representava um empecilho, pois chegava “a ser absurdo pensar na venda de terras no Pará e no Amazonas pelo regimen da lei de 1850”. Isso porque “em grande parte do Brazil onde a população é rara e vasto o terreno, o trabalho vale tudo e o terreno quasi nada”

Deve-se destacar, nesse viés contextual, a responsabilidade sobre as terras devolutas, dada aos estados com a Constituição de 1891 que, em seu artigo 64, ao entender o legislador que cabia a “União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, construções militares e estrada de ferro federais”.³⁶⁰ A regionalização descentralizou a responsabilidade por essas terras, permitindo “que as oligarquias regionais obstaculizassem qualquer política de discriminação dessas terras” (MOTTA, 2005, p. 469). Com a determinação estabelecida pelo referido artigo, “cada estado desenvolveu sua política de concessões de terra, legislando segundo a sua conveniência no que se refere à destinação das terras devolutas, revalidação das sesmarias³⁶¹ e legitimação das ocupações” (GERMANI, 2006, p. 137).

Por sua vez, Linhares (1999, p. 76) além de enfatizar que não havia um debate nacional sobre a questão agrária no início da República, aponta como consequência dessa norma legislativa “uma corrida em direção à formação de amplos domínios fundiários no país

³⁵⁹ BUENO, Manuel Antônio Pimenta. *Industria Extractiva. A Borracha*. In. PEDROSA, João José. *Falla Com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882*. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882, p. A-60/A-61. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/553/000057.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

³⁶⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 05 de mar. 2020.

³⁶¹ De acordo com a pesquisadora Márcia Motta (2020, p. 20) as sesmarias foram criadas em 1375 como “resultado de uma conjuntura”. A crise do século XIV agravada pela peste negra e pelos surtos endêmicos posteriores “abateram profundamente a sociedade portuguesa, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais”. A principal consequência foi o despovoamento de todas as regiões de Portugal devido “à fuga dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, pois a carência de mão de obra no campo reduzia ainda mais a produção agrícola”. Dessa forma, a Lei de Sesmarias - “para muitos uma lei agrária” - buscava fomentar a agricultura, coagindo “o proprietário de terras a cultivá-las, sob pena de expropriação”. Portanto, a referida lei pretendia manter as pessoas no campo com a doação de terras e ao mesmo tempo garantir a produção agrícola.

reafirmando-se a ordem latifundiária”. Motta e Mendonça (2002, p. 133) apontam que a “opção por descentralizar o problema das terras devolutas acabou por agravar o problema da distribuição de terras no país”, devido ao poder das oligarquias rurais. Portanto, com a Proclamação da República e a conseqüente federalização conquistada com a Constituição de 1891, as regras de regularização fundiária mudaram, passando aos estados a responsabilidade pela forma de trabalhar o solo em seus territórios.

Interessante ressalva fez o pesquisador Carlos Leandro Esteve (2020, p. 41) quanto à legislação sobre terras devolutas no início da República. Observou que a autonomia que as Unidades da Federação conquistaram com a Constituição promulgada em 1891, “consagrava o poder das frações dominantes rurais ante um cenário em que as economias regionais se alicerçavam sobre bases eminentemente agrícolas”. Surgia assim um cenário ainda mais complexo para os pequenos e médios lavradores manterem-se em suas terras, mesmo as ocupando com cultura e moradia habitual.

Guiomar Germani (2006, p. 138) chama atenção para o fato do Código Civil, sancionado em 1916, haver proibido a revalidação das sesmarias e a legitimação das posses. Aqueles que não haviam regularizado suas propriedades de acordo com a Lei de Terras, “somente poderia fazê-lo na forma de usucapião”. Direito esse com prazo estabelecido em “10 anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio em uma área de 10 hectares”. Contudo, “a limitação imposta pelo Código Civil não significou obstáculo para que os diferentes Estados do Brasil continuassem em sua prática de colocar as terras em mãos das oligarquias regionais, visto que tudo se decidia e legitimava entre os que frequentavam a intimidade do poder”.

O Decreto estadual n. 410 de 8 de outubro de 1891,³⁶² em seu artigo primeiro, determinou que apenas por meio de compra as terras devolutas no Pará poderiam ser adquiridas, regulando a alienação dessas terras, situadas dentro dos limites do estado e deu regras para a revalidação de sesmarias³⁶³ e outras concessões do governo e para legitimação das posses mansas e pacíficas. Ainda sobre esse decreto, João de Palma Muniz entendeu que tal regulamento “se apresentou de uma forma excessivamente literal”, ao reconhecer as posses e propriedades beneficiadas com as legislações de terra durante o período monárquico. Em outras palavras, “instituiu o direito de posse para todos os ocupantes de terras devolutas, na

³⁶² Disponível em: <<http://portal.iterpa.pa.gov.br/legislacao-estadual-antiga/>> Acesso em: 02 de jul 2020.

³⁶³ Foi no início do século XVIII que a Coroa Portuguesa deu início às concessões de sesmarias a residentes da freguesia de Belém de rios próximos. A concessão estava condicionada a “critérios estratégicos e políticos, além de posses para desenvolver atividades de cultivo e fabril” (CAMPOS; CASTRO, 2015, p. 411-412).

data da proclamação da República, permitindo a respectiva legitimação, para transformar a posse em propriedade, sem onus directo sobre o terreno”. Dessa forma, o legislador abria “mão das terras devolutas já ocupadas e beneficiadas”.

Ainda de acordo com João de Palma Muniz (1907, p. X).

Este decreto definiu o que se devia entender por terras devolutas, separou-as das terras particulares, cujo direito reconheceu; garantiu os direitos de posse instituídos pela lei n. 601 de 1850 e pelo Regulamento do Decr. N. 1.318 de 1854 e reconheceu direitos de posse aos ocupantes de terrenos devolutos primariamente, antes de 15 de Novembro de 1889, constituindo esse facto a grande face liberal do ato do governo; também estabeleceu preços para aquisição das terras devolutas do domínio do Estado.

O decreto estadual n. 410 de 8 de outubro de 1891 foi regulamentado pela lei n. 82 de 15 de setembro de 1892, permanecendo em vigor até 2 de abril de 1900, quando foi criada a lei n. 713, “que mandou regulamentar a lei 82 de 1892 e suspendeu as demarcações de terras até a data da promulgação do novo regulamento pelo decreto n. 886 de 16 agosto de 1900” (MUNIZ, 1907, p. X-XI). Esse último decreto, “regulou o processo de registro, tanto de terrenos de propriedade, como dos sujeitos à legitimação e revalidação, e estabeleceu o modo prático de extremar o domínio público do particular, nos processos de revalidação e legitimação”.³⁶⁴ O artigo 18 da lei n. 82 de 1892 estabeleceu um prazo de três anos para o registro da posse de terras sem pagamento de multas. Esse prazo foi prorrogado diversas vezes por uma série de leis até que a lei n. 841 de 31 de outubro de 1902 “creou logo multas para os retardatários, querendo por essa forma indicar que, finda a ultima prorrogação, deveria ser cumprido o disposto no art. 213 Regulamento do Decr. 886 de 1900” (*Ibidem*, p. XI).

Nesse sentido, Émilie Stoll (et al. 2017, p. 58) lembra que o prazo para regularizar a propriedade foi reiterado várias vezes: “Devant le peu de mobilisation de la population, entre 1891 et 1900, ce délai de déclaration des occupations est prolongé à plusieurs reprises de façon à laisser le temps aux retardataires de se mettre en accord avec la loi (décret 410 du 8 octobre 1891 et suivants).” Dessa forma, “les dirigeants cherchent à fixer la population rurale sur le territoire et à promouvoir l’exploitation des terres agricoles.” O autor afirma, contudo, que foi pequeno o progresso até o início do governo de Augusto Montenegro. Dessa forma, o governador João Coelho fez duras críticas à lei 842 de 31 de outubro de 1902, por entender que a mesma não proporcionou o desenvolvimento do estado. Por sua vez, as concessões gratuitas de lotes coloniais, que “vieram salvar a caríssima colonização da zona da Estrada de Ferro de Bragança, e cujos títulos, desde 1902, não pagam selo, foram os únicos que deram

³⁶⁴ Álbum O Pará, 1908, p. 318.

resultado satisfactorio, como da occupação das terras marginaes, àquella ferrovia póde ser verificado”.³⁶⁵

Diante da lei n. 842 de 1902, determinou o então governador Augusto Montenegro, por meio da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, que fosse enviado a todos os intendentes municipais uma circular pedindo que esses gestores recolhessem àquela secretaria os livros e documentos relativos ao registro de terras, visto que havia terminado o prazo para tais registros em 31 de dezembro de 1904 que, por sua vez, havia sido prorrogado até aquela data, sem aplicação de multas, pela lei 841 de 3 de outubro de 1902. Essa circular era a execução da lei 82 de 15 de setembro de 1892 que determinava tal recolhimento (MUNIZ, 1907, p. XI). Essa solicitação foi atendida pelos intendentes no transcorrer dos anos de 1905 e 1906 (*Ibidem*, p. XII). Dessa forma, tal solicitação deixava o governo estadual em condições de realizar fiscalização mais detalhada e organizada quanto à legalização fundiária (Álbum O Pará, 1908, p. 319).

Émilie Stoll (*et al.* 2017, p. 59-60) assinala, contudo, que os esforços do governador Augusto Montenegro, apontados por João de Palma Muniz, chefe da Terceira Secção da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, no sentido de organizar os registros fundiários não resolveu todos os problemas, pois:

[...] n’ont finalement pas modifié la question problématique de la structure foncière, principalement constituée d’occupations usufructières (sans aucun titre ou registre officiel). Les actions les plus abouties sont l’établissement de colonies agricoles le long de l’axe ferroviaire Belém-Bragança ainsi que la régularisation du patrimoine foncier des communes (à travers des donations de terrains par l’État).

Como um bom apoiador dos administradores para os quais serviu durante sua vida pública, João de Palma Muniz entendia, naquele momento, que o “problema da fixação do colono ao solo nos núcleos coloniaes ficou resolvido da forma mais liberal e vantajoso para o estado, no primeiro período administrativo do Exm. Sr. Dr. Augusto Montenegro com a criação da lei n. 824 de 14 de outubro de 1902”, que autorizou o governo a conceder títulos definitivos de propriedade sem indenização aos colonos que ocupavam diversos núcleos coloniais (MUNIZ, 1907, p. XII). Para gratuidade de lotes de 25 hectares, o colono deveria permanecer e beneficiar o terreno ao longo de dois anos (MUNIZ, 1924, p. 09).

Como demonstrado por Santos (2016), inúmeros núcleos coloniais foram emancipados na medida em que o governo estadual passou a entender que as colônias não

³⁶⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 124. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000124.html> > Acesso em: 27 de abr. 2020

necessitavam mais dos recursos públicos. A principal consequência dessas emancipações foi a saída de inúmeros colonos, pois se tornaria inviável pagar pelos lotes que ocupavam e ainda prover a própria subsistência e de suas famílias. Somava-se a isso as promessas feitas em solo europeu durante o recrutamento de imigrantes e não cumpridas pelos agentes públicos, não só quanto a gratuidade dos lotes como também a diversos outros aspectos como a alimentação, moradia e preparo dos terrenos. A solução encontrada pelo governador Augusto Montenegro para fixar o colono foi conceder títulos gratuitos, desde que atendidas algumas condições. Para garantia da concessão gratuita o colono precisaria não apenas comprovar que cultivava parte significativa da propriedade, mas também, provar bom comportamento, condição que seria atestada pela autoridade com jurisdição sobre o lote pleiteado, além do testemunho de cinco vizinhos. Ao dar início ao seu projeto de modernização das práticas agrícolas Augusto Montenegro manteve sua política de gratuidade de terra aos colonos. Dessa forma, continuava “a cumprir o preceito legal que auctoriza[va] o Governo do Estado a demarcar lotes, ao longo da Estrada de Ferro e nelles localisar colonos gratuitos, nas condições determinadas pela lei n. 824 de 14 de outubro de 1902”.³⁶⁶

Entendendo que houve grande vantagem na aplicação das leis anteriores, o governo estadual, por meio do artigo 3º da lei 866 de 17 de outubro de 1906, ganhou autorização para “dividir em lotes a zona da Estrada de Ferro de Bragança, compreendida entre os rios Segundo Caripy e Maracanã” (MUNIZ, 1907, p. XVIII). Nos primeiros seis anos do governo de Augusto Montenegro foram expedidos 2.649 títulos de terra sendo 1.711 títulos gratuitos nos termos da lei 824 de 14 de outubro de 1902 (*Ibidem*, p. XIX). Augusto Montenegro enfatizou em sua mensagem, de 1907, que foi tamanha a solicitação de registros de terra em Cametá, ao longo do último ano do prazo sem multa, “que não foi possível concluir por acumulo de trabalho”. Em virtude dessa demanda o governador mandou que fosse publicado o Índice Geral de Registros de Terra, que ficou a cargo da Terceira Secção da Secretaria de Obras Públicas, seção chefiada por João de Palma Muniz. De acordo com Augusto Montenegro o objetivo era “para facilitar a procura respectiva dos interessados”.³⁶⁷

³⁶⁶ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 57. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000056.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

³⁶⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1907, p. 76. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000074.html>> Acesso em: 31 de dez. 2020.

Com a criação da Lei n. 824 de outubro de 1902³⁶⁸ o governo concedeu títulos definitivos de propriedade sem nenhum tipo de indenização aos seus ocupantes. Com essa medida haviam concedidos, entre os anos de 1903 e meados de 1907 um total de 1717 títulos.³⁶⁹ Período esse imediatamente anterior ao início das políticas de modernização das práticas agrícolas propostas a partir da criação da 4ª Secção de Agricultura subordinada à Secretaria de Obras Públicas Terras e Viação. Isso mostra que a concessão gratuita de lotes rurais já vinha acontecendo e que sua manutenção seria importante para as pretensões das elites rurais e dos agentes públicos quanto a racionalização da produção agrícola.

Por sua vez, a lei n. 894 de 4 de novembro de 1903 autorizou Augusto Montenegro a publicar um novo regulamento de terras. Apenas seis anos depois tal solicitação foi concretizada, quando foi então criada a lei estadual n. 1.108 de 6 de novembro de 1909, depois regulamentada pelo Decreto n. 1686 de 23 de abril de 1910. De acordo com Palma Muniz (1924, p. 06) a lei n. 1.108, que deu nova organização ao serviço de terras no Pará e era composta de 48 artigos, reafirmou que as terras devolutas compreendidas nos limites do estado e a ele pertencentes, de acordo com artigo 64 da Constituição promulgada em 1891, somente poderiam ser adquiridas a título de compra. Os lotes poderiam ser vendidos a prazo ou a vista, antes ou depois de demarcados. A mesma lei dividiu as terras devolutas em três classes: terras de lavoura, terras de campos de criação e terras de indústria extrativa.

Ao se referir à lei acima mencionada em seu governo, João Coelho fez, em um primeiro momento, elogios à lei n. 1.108 de 6 de novembro de 1909, ao afirmar que a mesma “constituiu uma das mais acertadas medidas da administração passada”, principalmente “por ficarem os direitos particulares susceptíveis de serem ventilados com a mais cuidadosa atenção, outorgando-se a cada qual a mais larga e segura defesa e justa decisão”.³⁷⁰ Em um segundo momento fez críticas à legislação anterior afirmando que o serviço de terras, quanto ao registro de posses, vinha sendo executado “sem uniformidade e mesmo com prejudicial

³⁶⁸ Deve-se destacar que a referida lei concedia títulos definitivos de propriedade, sem nenhuma indenização e sob certas condições àqueles que ocupavam lotes nos núcleos coloniais Ferreira Pena, Santa Rosa, José de Alencar, Annita Garibaldi, Marapanim, Jambu-Assú, Inhangapi, Benjamim Constant e núcleo suburbano de Curuçá. Outras leis posteriores ampliaram o alcance dos favores concedidos nessa lei para os demais núcleos coloniais da zona compreendida pela Estrada de Ferro de Bragança (MUNIZ, 1916, p. 99-100)

³⁶⁹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907, p. 78. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000076.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

³⁷⁰ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 183. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000175.html>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

indefinição de atribuições”, ficando a partir daquele momento “perfeitamente organizado”.³⁷¹ O então governador ainda lembrou que o Pará possuía 1.150.000 quilômetros quadrados, sendo que apenas 300.000 estavam no domínio ou na posse de particulares e, “com uma extensão tão vasta de terras devolutas, representando elevadíssima riqueza, tem o governo de exercer activa vigilância, no sentido de serem ellas ocupadas de modo a trazer o maior contingente possível ao desenvolvimento da fortuna pública”.³⁷² Lembrando também, que uma vez que essas terras devolutas se encontrassem ocupadas, os agentes públicos evitariam a própria itinerância por parte do lavrador.

Na opinião de João Coelho a ocupação de terras públicas por particulares trazia consigo duas questões opostas. Se por um lado essa ocupação poderia trazer desenvolvimento e progresso econômico, por outro, poderia também travar esse desenvolvimento “com os vastos latifúndios improductivos que monopoliza”³⁷³ e “que o Pará foi o único Estado da União que introduziu na sua legislação a liberdade de reconhecer com direitos de posse em terras públicas os ocupantes de terrenos na época da proclamação do novo regime”.³⁷⁴

De acordo com o já mencionado decreto estadual de n. 1.686 de 23 de abril de 1910, que regulamentou a lei n. 1.108 de 6 de novembro de 1909 e que deu nova organização ao serviço de terras, seriam gratuitas as concessões de lotes agrícolas que se referiam as leis n. 824 de 14 de outubro de 1902, 866 de 17 de outubro de 1903³⁷⁵ e 928 de 22 de outubro de 1904. Por sua vez, a lei n. 1.321 de 15 de outubro de 1913 autorizou a concessão de títulos de propriedade sem indenização alguma, também nos termos da lei n. 824 de 14 de outubro de 1902 aos atuais ocupantes de lotes das colônias do estado. Essa lei de apenas dois artigos foi sancionada durante o governo de Enéas Martins, ou seja, entre os anos de 1913 e 1916.

Outro ordenamento que também chama atenção por esses mesmos motivos foi a lei n. 1.423 de 9 de outubro de 1914³⁷⁶ que autorizou o governo do estado a conceder gratuitamente a todo cidadão que requeresse um lote de terras devolutas até o máximo de cem

³⁷¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 128. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000128.html>> Acesso em: 31 de dez. 2020.

³⁷² *Ibidem*, p. 128-129.

³⁷³ *Ibidem*, p. 129. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000129.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 129-130.

³⁷⁵ A referida lei estendeu a gratuidade dos títulos definitivos aos colonos ocupantes dos núcleos Anhangá, Outeiro, Santo Antônio do Prata e autorizou a criação do núcleo São Luiz destinado a colonos nacionais com os mesmos favores concedidos. Essa lei concedia a outros espaços agrícolas os mesmos favores determinados pela lei n. 824 de 14 de outubro de 1902 (MUNIZ, 1916, p. 100).

³⁷⁶ Disponível em: <<http://portal.iterpa.pa.gov.br/legislacao-estadual-antiga/>> Acesso em: 31 de dez 2020.

hectares em qualquer município, desde que o requerente não possuísse nenhuma propriedade fundiária no estado. Contudo, o concessionário ficava obrigado a cultivar o lote no prazo máximo de três anos e de cinco anos para demarcá-lo. Essas e outras leis que concedem gratuidade na concessão de lotes agrícolas mostram que o legislador estava preocupado não apenas em garantir a produção nesses espaços, mas também evitar a formação de latifúndios improdutivos. No entanto, três anos depois essa lei foi revogada pela lei n. 1.584 de 26 de setembro de 1917. Com o novo ordenamento o estado ficava autorizado a conceder licença para cultivar um lote de terras devolutas, de lavoura ou de campo de criação em qualquer município no máximo de 100 hectares, mediante título provisório de localização.

Por sua vez, o decreto n. 3.791 de 31 de janeiro de 1921 deu novo regulamento ao serviço de terras no estado do Pará. Em geral a lei manteve inalteradas as principais medidas sobre as terras devolutas como sua concessão exclusivamente por meio de compra, aforamento ou concessão gratuita em virtude de lei especial. Essa gratuidade na concessão de lotes era uma questão importante não apenas para manutenção dos colonos nos espaços agrícolas, mas para a própria política de modernização e racionalização da produção, uma vez que fixava os trabalhadores à terra, possibilitando assim auferir resultados a partir da sua qualificação com o ensino agrícola. Ter a posse de uma propriedade era algo que, para José Ferreira Teixeira, deveria ser o resultado do trabalho e o resultado desse trabalho não deveria ser de interesse somente do indivíduo, mas deveria ser “também no interesse da sociedade”. Essa dualidade de objetivos responde “ao duplo aspecto sobre o qual se pode considerar o homem, ora como indivíduo isolado, prosseguindo o seu fim em sua independência, ora como cidadão e membro da sociedade, ligado a seus semelhantes por múltiplas relações e obrigações diversas”.³⁷⁷

As observações acima feitas pelo chefe da 4ª Secção de Agricultura remetem à chamada função social da propriedade. Ricardo Pereira Lira (2005, p. 234) lembra que ao longo da década de 1910 surgiram legislações como a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar, pensando na propriedade e sua função social. Começava a partir de então a “desvanecer aquela postura individualista, segundo a qual cada titular da propriedade de um bem tem o direito de usar, dele gozar e dispor livremente”. Anteriormente, “não se tinha a noção de que o proprietário tem deveres e, portanto, obrigações positivas de comportamento com o grupo social”.

³⁷⁷ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

Para José Ferreira Teixeira era imprescindível que o estado continuasse a conceder terras coloniais gratuitamente, mesmo que a regra geral fosse a venda de terras devolutas. Ao vender lotes dentro dos espaços agrícolas “difficilmente o Pará poderia formar corrente imigratória para seu território”. Até porque o colono nacional que chegava à Amazônia era, naquele momento, “o sertanejo accossado pela seca, em estado de extrema pobreza”. Além disso, argumentava, o problema para o estado nunca foi a concessão gratuita de lotes coloniais, mas o fato dessas terras não serem cultivadas adequadamente. Sendo, portanto, uma responsabilidade do próprio estado, “porque dá as terras e não fiscaliza o colono ou o concessionário para verificar se foram cumpridos os dispositivos legais e nem dá instrução profissional ao lavrador para melhorar o seu methodo rotineiro de cultivar a terra”.³⁷⁸ Contudo, não se pode perder de vista que a morosidade com que muitas vezes as autoridades públicas discriminavam os lotes agrícolas provocavam embaraços como a invasão de terras por todo o estado. Para essas autoridades, as causas estariam nas dificuldades que essa entidade enfrentava “para fazer largas divisões de lotes afim de distribuil-os já discriminados”.³⁷⁹

Outra importante questão levantada pelo chefe da 4ª Secção de Agricultura em relação à questão fundiária estava relacionada à criação do imposto territorial. A lei n. 1.647 de 6 de outubro de 1917, que instituiu o referido imposto, limitava a 20.000 hectares os terrenos sujeitos à sua cobrança. Para José Ferreira Teixeira, essa seria então uma situação injusta, uma vez que os proprietários mais pobres seriam taxados e os mais ricos isentos de pagamento. Propôs então que se sujeitasse ao imposto territorial também as posses ou propriedades que tivessem “área maior de 20.000 até 40.000 hectares, sendo a renda arrecadada reservada para o custeio dos serviços públicos de fomento da agricultura e da criação”.³⁸⁰ Também os redatores do periódico *O Estado do Pará* teceram críticas a essa legislação fundiária vista por eles como defeituosa, uma vez que parecia “ter sido creada para proteger os grandes latifúndios”.³⁸¹

Obviamente que haviam mais terrenos de até 20.000 hectares do que propriedades acima dessas dimensões, o que justificaria, pelo menos em parte, essa decisão de taxar apenas

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ *Idem.*

³⁸⁰ *Idem.*

³⁸¹ *Estado do Pará*, Imposto Territorial, 17 de maio de 1921, p, 01. A mesma documentação ainda salienta que no início da década de 1920 os agentes públicos no Pará alienavam as terras públicas na razão de 1.000 a 1.500 réis por hectare, com abatimento de 50% para terrenos com mais de seis quilômetros das margens dos rios navegáveis.

as propriedades menores, pois conseguiria assim maiores arrecadações, mesmo prejudicando os pequenos e médios proprietários em benefício dos grandes latifundiários. Contudo, a solução dada por José Ferreira Teixeira também não seria das mais democráticas, pois isentaria do imposto àquelas propriedades acima de 40.000 hectares, o que nos leva a inferir que por trás da pretendida solução estaria a defesa de interesses próprios e de membros da elite agrícola paraense. Tal solução proposta pelo chefe da 4ª Secção de Agricultura apenas tornaria mais restrito o número de beneficiados em detrimento àqueles que seriam compelidos ao pagamento do referido imposto.

A imprensa paraense também criticou as taxações estabelecidas na citada lei. O articulista do periódico *Estado do Pará* de iniciais “D.P.”, a considerou “muito defeituosa”, pois lhe parecia “ter sido creada para proteger os grandes latifúndios”. Não seria, portanto, “justa nem equitativa quando estabelece, para effeito de taxação, a egualdade entre um e cem; entre 101 e 500, entre 501 e 1000 hectares, e determina variedade de taxas conforme a applicação dos terrenos”.³⁸²

Essa taxação feita de acordo com a aplicação dos terrenos também foi motivo de muitas críticas. De acordo com o articulista, ao taxar na mesma proporção áreas extrativas de borracha e de castanha, cometia o legislador o erro “de taxar igualmente terrenos de valores diversos, dando rendas differentes”, pois os seringais sofreram “uma depreciação de mais de 60% ao passo que os castanhaes subiram de 10% a 20%”. A solução então apontada pelo articulista seria uma taxação “modica, fixa, de mil réis, para os terrenos de áreas inferiores a 50 hectares, e de vinte réis por hectare para os terrenos maiores que 50 hectares”. Dessa forma, cada proprietário pagaria um imposto proporcional às suas posses.³⁸³

Contudo, também essa pretensa solução também se apresentava incoerente, pois se o articulista não considerava justa a igualdade entre um e cem, qual igualdade haveria entre um e cinquenta hectares para uma taxação fixa de mil réis? Ao propor “alliviar um pouco os grandes proprietários e posseiros”, afirmando que seria possível “a taxa de vinte réis para os vinte mil primeiros hectares, de quinze réis para os outros vinte mil que se seguirem e de dez para o excesso sobre quarenta mil”, denota ainda uma preocupação com os latifundiários, realçando essa incoerência quando afirmava ser a referida lei muito defeituosa. De qualquer forma, o articulista deixava claro que assim procedendo, nem as receitas públicas, nem mesmo os latifundiários sairiam perdendo, pois:

³⁸² *Estado do Pará*. Imposto Territorial, 17 de maio de 1921, p. 01.

³⁸³ *Idem*

Esta diferença a favor das grandes extensões territoriais não influirá no resultado obtido com a aplicação da taxa de vinte réis, por hectare, a que nos referimos, porque, sendo raras as posses e propriedades maiores de vinte mil hectares de superfície, dá-se uma compensação mais que satisfatória com a taxa fixa de mil réis que onera os terrenos menores de cinquenta hectares, que são em grande número, em todos os municípios.³⁸⁴

De qualquer forma, quais implicações podemos inferir quanto aos efeitos da referida lei sobre a pretendida racionalização das práticas agrícolas no Pará? Ao onerar as pequenas e médias propriedades em favor dos grandes latifúndios, o legislador dificultava o acesso daqueles lavradores à aquisição de máquinas e insumos, preceito constantemente pregado pelos próprios agentes públicos, quanto desestimularia esse lavrador ao pagar impostos, retirando recursos que poderiam ser investidos na pequena propriedade. Para todos os efeitos, essa medida caminhava na contramão das pretensões de modernização da agricultura no Pará pensadas no início do século XX.

Conclusivamente, fixar o homem à terra não era simplesmente dar-lhe um pedaço de chão. Para José Ferreira Teixeira, mesmo fértil, o estado não deveria se limitar a importar braços e conceder um pedaço de terra ao colono, mas ter a certeza desse sujeito “ser realmente o proprietário de seu lote”. O que ele queria dizer com essa afirmação? Que era preciso criar uma “assimilação social do homem ao campo”. Isso seria possível não apenas com o ensino e a “prática de culturas inteligentes, methodicas e altamente productivas”, como também garantindo “ao homem saúde, disciplina no trabalho e garantias de eficiencia para a sua pessoa e bens”, ou seja, “estabelecer a assistência médica, agrícola e judiciária”.³⁸⁵

De um modo geral, quando se fala em fatores que se associam ao processo de modernização de uma determinada metodologia agrícola, logo vem à tona uma série de aspectos intrinsecamente ligados a esse objetivo. Abordamos neste capítulo elementos ligados à própria região amazônica. Se, por exemplo, a melhoria dos meios de transporte se apresenta como essencial em qualquer lugar do mundo quando se trata de políticas públicas de fomento agrícola, esse aspecto acaba por apresentar suas singularidades ao Norte do país. Uma região com inúmeros rios e igarapés, evidencia uma particularidade que não passa despercebida nessas análises. Contudo, a modernização das práticas agrícolas, como proposta pelos agentes

³⁸⁴ *Idem.*

³⁸⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

públicos no Pará do início do século XX, mostrou a necessidade de expandir outras vias, como as estradas de ferro e de rodagem.

Para além dessas questões operacionais como a própria mecanização do campo, também a introdução de preceitos científicos quanto ao melhoramento genético de espécies, a seleção de sementes e o enriquecimento do solo fazem parte desse arcabouço de ações. Nesse sentido, os estudos realizados pelo Museu Emílio Goeldi, sobretudo, no horto botânico, caminharam paralelos à criação de institutos de fomento, como os campos de demonstração e estações experimentais. A efetiva participação paraense nas exposições agrícolas, nacionais e internacionais, aproximaram a ciência agrônômica praticada na Amazônia dos estudos e pesquisas que eram então realizadas em outros países e regiões do Brasil.

No capítulo seguinte será discutido a materialização das ações promovidas pelos agentes públicos em conjunto com membros de uma elite ansiosa por superar o tradicionalismo do campo com o auxílio da ciência. Essa concretização caminha de forma paralela a inúmeros discursos que maculam o trabalho até então realizado por roceiros e ribeirinhos, os quais possuíam uma lógica própria de produção, tão eficaz quanto a lógica moderna e racional que se pretendia implantar. As populações tradicionais se apropriaram das condições impostas pela floresta, adequando suas práticas a essa experiência. Prova dessa assertiva está nos resultados então alcançados pelos meios oficiais, aquém das expectativas.

CAPÍTULO 3 – SEMENTES AO SOLO: QUEM PLANTA COLHE.

A agricultura na Amazônia sempre ocupou um lugar de destaque desde o período colonial. Rafael Chambouleyron (2010, p. 121) compreende que a agricultura amazônica, no período colonial, mais especificamente no século XVII, sobretudo, no que diz respeito à ocupação econômica da Amazônia, “assumia um papel central ao se pensar o lugar das conquistas”. Barbara Weinstein (1993, p. 25) afirma que a Coroa portuguesa até instigava a agricultura, com o propósito de construir uma base sólida para a colonização europeia na Amazônia, mas “os colonizadores logo perceberam que as condições na Amazônia estavam longe de ser ideais para o desenvolvimento de uma economia agrícola”, onde “a várzea, com suas enchentes periódicas e sua estranha vegetação, não se prestava aos modelos europeus de cultura”. Também Carlos Barbosa (2018, p. 12) afirma que “o século XVIII é um momento importante para a agricultura no Grão-Pará”, sobretudo, após a dissolução dos aldeamentos missionários com a instituição do consulado pombalino, quando ocorreu “o rearranjo das unidades familiares em estruturas relativamente autônomas de produção e consumo como parte do projeto agrário, que foi caracterizado pela introdução de novas técnicas produtivas”. De uma forma ou de outra, a agricultura na Amazônia sempre esteve, desde os tempos coloniais, cercada de intensos debates, sobretudo, em torno dos métodos de cultivo.

Inegável que a agricultura sempre foi incentivada, fosse pela ocupação de clarões demográficos com imigrantes e colonos nacionais ou com medidas paliativas como o pagamento de prêmios aos lavradores. Esse incentivo à agricultura ocorreu mesmo durante o auge da economia gomífera, quando há errôneas falas da época e também contemporâneas que se referem ao seu completo abandono, pois como afirma a própria Weinstein (*Ibidem*, p. 28), mesmo com a atividade coletora bem posicionada ao fim do período colonial, “a agricultura, tanto para consumo local como para exportação, existiu por toda a Amazônia”.

Diante dessa importância, a agricultura foi sendo mais intensamente pensada ao longo da segunda metade do século XIX. Século que foi, como nos afirma Le Goff (2003, p. 257), “o grande século da ideia de progresso”. Pesavento (1997, p. 16), por sua vez, afirma que “no decorrer do século XIX, a modernidade e a tecnologia foram obsessivas para parte da elite ilustrada da Latino-América”. Neste sentido, a ocupação da região Nordeste do Pará, principalmente ao longo da ferrovia Belém-Bragança, seguiu uma lógica a partir da criação de núcleos coloniais e do incentivo à vinda de imigrantes, com vistas ao desenvolvimento da agricultura (CRUZ, 1958; NUNES, 2008; MUNIZ, 1916; LEANDRO, 2012). Modelo esse que se apresentava como o mais interessante na busca pelo aumento da produtividade agrícola. Contudo, essa vocação para o moderno e para o progresso chega ao século XX provocando profundas mudanças no modo de produzir não apenas no Pará, mas na Amazônia como um todo. Os ventos da modernidade que sopravam desde meados do século XIX chegavam ao século XX trazendo todo o cientificismo que o campo tanto carecia. Paulo Afonso Zarth (2000, s/p) destaca que vivia-se um domínio da razão em vários aspectos do social e sendo assim “a agricultura não poderia mais ser praticada por métodos transmitidos de geração a geração, pela rotina e pelos costumes, sem submeter-se a métodos racionais e controlados”.

Portanto, o objetivo deste capítulo é mostrar não só as críticas que o antigo modelo de desenvolvimento da agricultura sofria no Pará e também na Amazônia como um todo, mas também mostrar as ações modernizadoras pensadas a partir de uma nova metodologia de desenvolvimento econômico que racionalizaria a produção e que envolvia agentes públicos, elite agrária paraense, cientistas, agrônomos e o principal sujeito presente na base de todo esse processo, o lavrador. Não havendo assim uma ininterrupta política agrícola, gestada ainda no Império, mas a implantação de um novo modelo definido em bases científicas.

Contudo, não podemos perder de vista, que tais ações que buscavam racionalizar a produção agrícola e fomentar a pecuária, acontecia de forma impositiva aos povos tradicionais, ou seja, o pequeno lavrador, o ribeirinho, aquele que trabalhava para a própria subsistência e da sua família, não participou da construção dessa nova metodologia. Essa imposição verticalizada não levou em consideração as experiências adquiridas por esses sujeitos. Como veremos, esse foi um ponto crucial para os poucos resultados alcançados. O conhecimento dos homens da ciência agrônoma era visto como superior àquele construído através das gerações pelo roceiro. Sujeito esse que era tratado como incivilizado e muitas

vezes até como um bárbaro por desconhecer técnicas modernas de cultivo ou por não fazer uso de máquinas e insumos já utilizados em destacados centros agrícolas do país. Contudo, sua forma de trabalhar a terra mostrava-se até mais eficiente que a científica por conhecer as condições impostas pela natureza.

3.1. Inquérito sobre a lavoura paraense: uma breve averiguação

Verificou-se ao longo da segunda metade do século XIX, no Pará, uma preocupação por parte das autoridades provinciais e estaduais em atrair o maior número possível de imigrantes, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos. O objetivo era claramente o de povoar as áreas pouco habitadas, principalmente a região Nordeste, ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e, com isso, importar, por meio dos estrangeiros, as técnicas e métodos agrícolas considerados os mais modernos até então empregados nos mais desenvolvidos países do velho continente. Ou seja, havia por parte dos agentes públicos provinciais e estaduais uma preocupação voltada para a quantidade de trabalhadores a serem empregados no campo em detrimento do critério qualitativo. De acordo com Moraes (2009, p. 168) as autoridades públicas paraenses justificavam a imigração estrangeira como uma forma de suprir clarões demográficos, “abrandar a carestia que se tornara intolerável, a importação crescente dos produtos alimentícios os mais vulgares, como a farinha de mandioca e promover a agricultura abandonada”.

Obviamente que entender a agricultura na Amazônia como algo em completo estado de abandono é referendar um discurso que negava a importância e os valores presentes nas práticas agrícolas realizadas por ribeirinhos e pequenos proprietários agrícolas. A produção agrícola sempre foi uma realidade na Amazônia, mesmo quando o setor extrativista esteve em alta. Como salientado ao longo desse estudo, esses sujeitos possuíam uma lógica própria de cultivo, entendida por essas populações tradicionais também como racional. Nesse sentido, o abandono se deu por parte dos agentes públicos que, por muito tempo, deixaram os lavradores lançados à própria sorte.

Ao se referir ao processo de colonização que se iniciou a partir da segunda metade do século XIX, adentrando o século XX, Ernesto Cruz (1958, s/p) destaca que o referido projeto foi uma inquietação das autoridades provinciais e também dos primeiros presidentes do Estado, onde, “no ciclo republicano, os resultados obtidos não foram compensadores”.

Para Ernesto Cruz uma das possíveis causas para o fracasso dos projetos de colonização seria um fato defendido por agentes públicos provinciais e republicanos, ou seja, o completo desinteresse dos imigrantes:

A fundação de núcleos coloniais obedeceu a um plano bem delineado. A utilização de imigrantes de diferentes nacionalidades e, por último, a sua total substituição por colonos nacionais, especialmente nordestinos, foi resultado lógico de desinteresse daqueles e do afluxo destes, atingidos duramente pelo flagelo das secas e dos distúrbios econômicos que sofreram (CRUZ, 1958, s/p).

O insucesso em projetos de colonização país afora, com vistas ao melhoramento das práticas agrícolas, levava muitos estados à importação de gêneros agrícolas junto a outros países, o que induzia diversas autoridades a falas cheias de desalento. Em 1913, por exemplo, o então ministro da agricultura, Pedro de Toledo, foi apenas um dos muitos que ocuparam a referida pasta a se queixar dessa dependência brasileira. Dizia ele que:

[...] um paiz dos mais vastos e ricos do mundo, dotado, em seus imensos territórios, de norte a sul, de todos os climas da terra e, por isso, habilitado, naturalmente, ao desenvolvimento e adaptação de todas as culturas, vivemos a pedir ao estrangeiro os artigos mais indispensáveis à vida, até mesmo os que o nosso solo produz com extraordinária exuberância. Assim, importamos a carne e o trigo, a lã, os cereais, as fructas e até o próprio algodão com que trabalham as fábricas nacionaes, vendo fugir para outras plagas, a enriquecer outros povos, culturas e industrias que, sendo genuinamente nossa, entre nós estiolam e morrem, pela nossa condemnável incúria.³⁸⁶

Esse modelo de colonização era sustentado por meio da criação de inúmeros núcleos coloniais instalados nesse mesmo período, como evidenciamos em nossas reflexões feitas no primeiro capítulo desta tese. Contudo, esse modelo foi, ao longo do tempo, se mostrando falho e os inúmeros discursos, tanto de agentes públicos, quanto de membros da elite agrícola, assim como da própria imprensa belenense, referiam-se à agricultura como “atrasada”, “arcaica”, “inerte”, e muitos outros adjetivos que eram empregados, mostravam toda a insatisfação com a produção agrícola paraense. Em outras palavras, tornava-se cada vez mais evidente, na visão desses sujeitos, a necessidade de novos rumos para a produção agrícola, não apenas no Pará, mas na região amazônica como um todo.

Ainda a esse respeito, o historiador Ernesto Cruz é categórico em afirmar que os resultados alcançados de fato não foram aqueles esperados pelos presidentes provinciais e

³⁸⁶ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. X. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000007.html>> Acesso em: 02 de Jul. 2020.

muito menos pelos governadores, principalmente quando observado os vultosos gastos públicos com a experiência de adotar mão de obra estrangeira nos campos amazônicos:

A experiência, realizada com os colonos estrangeiros, não satisfaz. Os gastos tornaram-se excessivos e os resultados quase nulos. Estava na Terra -, proclamavam justamente os administradores provinciais, a solução do problema econômico regional. Daí terem dispendido grandes somas, para que se tornasse realidade esse objetivo permanente: a colonização do Pará (CRUZ, 1958, p. s/p).

Esse discurso acerca da difícil situação da produção agrícola no Pará não era algo novo. Ferreira Penna (1864, p. 46), por exemplo, em viagem ao rio Tocantins, observou a forma como a agricultura era praticada entre os lavradores daquela região e expôs uma opinião pouco animadora às autoridades públicas. Dizia que a agricultura não dava um “passo nos caminhos do progresso” e que, muito embora o número de lavradores houvesse aumentado, a agricultura estava “circumscripção ao cultivo da mandioca como gênero de alimentação, e ao cacáo como gênero de commercio”. Isso significava dizer que não somente a produção dos diversos gêneros era insuficiente como também era, como evidenciou Ferreira Penna, restrita a poucas culturas. Também Bruno Mariano (2014, p. 72), sobre a mesma região, ressalta que nos relatórios dos presidentes de província, entre os anos de 1860 e 1875, são constantes as falas evidenciando uma certa apreensão dos agentes públicos “com o desenvolvimento da região Tocantina, a previsão sobre o esgotamento dos recursos naturais pelo uso de técnicas rudimentares e a preocupação em educar a população para se obter melhores rendimentos e arrecadação de impostos”.

Quanto à situação do setor agrário no Pará, na primeira metade do século XIX, é bastante significativa a análise feita por Bárbara Weinstein (1993, p. 58-59), ao afirmar que logo após a extração do cacau entrar em crise, por volta de 1820, a economia extrativa ficou carente de um produto de relevância para a importação, visto que a produção da borracha ainda não era, naquele momento, uma realidade. Quando tudo parecia indicar que tanto o setor agrícola quanto o setor pecuário assumiriam, por fim, a devida relevância, pois “todo o pequeno capital disponível na região voltou-se cada vez mais para as culturas de açúcar, arroz e algodão, para as fazendas de gado e para outros empreendimentos rurais”, teve início então a Revolta da Cabanagem e “desintegrou a vida econômica e social de toda a Amazônia”. A autora ainda destaca que em decorrência da revolta, “muitas propriedades rurais sofreram danos graves e irreparáveis”. Além disso, aponta a dispersão da mão de obra e uma considerável queda demográfica como principal problema causado pela revolta, gerando grave dificuldade para a elite rural:

Em parte, isso resultou das inevitáveis perdas humanas oriundas de meia década de conflito violento; a revolta, juntamente com uma série de epidemias de varíola, pode ter sido responsável pela perda de 30.000 vidas, de uma população estimada em 130.000, antes da revolução. Para tornar ainda piores as coisas para a elite, grande número de trabalhadores rurais aproveitou-se da agitação e da desordem para evadir-se das fazendas, às quais haviam estado presos como escravos comprados, ou como peões, escravizados por dívidas (*Idem.*).

De qualquer forma, era unanimidade entre as classes dirigentes que a produção agrícola paraense necessitava com urgência do emprego de um novo modelo, uma nova política agrária. Para exemplificarmos as impressões que muitos tinham da situação da agricultura no Pará dentro desse contexto, mencionamos o artigo publicado no jornal “O Pará”, onde o articulista cônego Pinheiro, em 1900, fez uma avaliação crítica da situação em que se encontrava a agricultura paraense:

Sabemos todos do atraso em que vae a lavoura entre nós. Temos nós verdadeira lavoura no Pará? Infelizmente não. O único e maior plantio da mandioca por certo não constitue verdadeira lavoura, sobretudo se atendermos ao modo porque elle se faz. O que temos no sentido da agricultura nem mesmo pode ter o nome de rendimentos.³⁸⁷

A passagem acima é bastante significativa uma vez que na opinião do articulista não se poderia afirmar que se praticava algum tipo de agricultura no Pará no final do século XIX. As tentativas realizadas, tanto pelas autoridades provinciais como pelos primeiros governadores, com projetos de colonização baseados na criação de núcleos coloniais e o emprego de imigrantes, mostraram-se então falhas. Como veremos logo a seguir, as ilações referentes à produção do fumo no Pará são bastante significativas para ilustrar esse quadro. De qualquer forma, as críticas ao antigo modelo vinham também das pessoas ligadas ao campo das ciências. Durante a tentativa de se construir um novo modelo voltado para a modernização e racionalização dos métodos produtivos no Pará – tanto para a agricultura, quanto para a pecuária - surgem importantes sujeitos, detentores de conhecimentos agrícolas e, principalmente, científicos, ligados ao Museu Emílio Goeldi.

Entre esses personagens ligados à referida instituição, podemos citar Charles Fuller Baker que, em 20 de julho de 1908, escreveu um relatório sobre as condições da cultura do tabaco³⁸⁸ em Irituia, acompanhado de José Ferreira Teixeira, chefe da 4ª Secção de

³⁸⁷ *O Pará*. Duas Theses: agronomia. 05 de fevereiro de 1900, p. 01.

³⁸⁸ O Próprio Backer em viagem a Cuba trouxe para o Museu Goeldi uma variedade daquelas que considerava as melhores plantas de tabaco para ser cultivado no Horto Botânico do museu para experiências e posterior

Agricultura – a mando do governador Augusto Montenegro e entregue a este pelo então diretor do Museu Emílio Goeldi Dr. Jacques Huber. Sem meias palavras o cientista deixou claro que, embora a região de Irituia fosse “especialmente apta para o cultivo do tabaco”, se assemelhando “as melhores regiões de tabaco de Cuba”, o método de produção realizado pelos lavradores daquela região era “primitivo, ainda seguido pelos menos inteligentes lavradores de Cuba”, onde haviam verdadeiros roçados, pois as áreas seriam tão pequenas, apesar de uma grande área disponível que eram “trabalhadas só com a enxada”.³⁸⁹

Baker chamava atenção para o fato das áreas de plantio não serem estrumadas, mesmo com a maior parte dos lavradores de Irituia possuindo gado, “e ao redor dos pastos, curraes e estábulos, uma quantidade considerável de estrume extremamente valioso podia facilmente ser juntado durante o ano”. Dessa vez, se referindo ao uso do estrume na produção de fumo em Cuba, relatou que o estrume era considerado:

[...] uma das necessidades absolutas para o bom sucesso das culturas de tabaco e obtém allí um preço elevado para este fim. Mandam-se mesmo meninos especialmente para, munidos de sacco, juntar o estrume dos animaes, que andam nos pastos. Se o povo quizesse juntar cuidadosamente todo o estrume e botal-o nos seus campos de tabaco, poderia facilmente obter da mesma área rendimentos muito mais fortes dum juntamente tão bom ou provavelmente melhor.³⁹⁰

André Goleidi, ao falar da importância que o estrume possui para a fertilização do solo, afirmava que o lavrador deveria “colleccionar com todo o cuidado como se fosse um producto valoroso de uma colheita qualquer”.³⁹¹ Analisando a importância do uso de esterco no cultivo de tabaco, Antônio Rocha Penteado (1967, p. 290) explica o seguinte: aquele que recebe o esterco “dura muito mais e pode ser consumido até depois de 2 a 3 anos de fabricado”, enquanto a ausência do esterco, “precisa ser imediatamente consumido, pois foi plantado em terras fracas, sem adubação e a massa do fumo, bem como sua cor, diferem dos do primeiro”. Sem contar que o valor comercial do primeiro é visivelmente maior. O que Baker queria demonstrar era que recursos ao alcance das mãos poderiam fazer significativa

distribuição nos estabelecimentos agrícolas do Estado. Ver: Boletim do Museu Goeldi (Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia) 1909, p. 30. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=424692&PagFis=2896&Pesq=Instituto%20orphanologi>> Acesso em: 01 de Mar. 2020.

³⁸⁹ Relatório sobre uma viagem a Irituia, apresentada ao Diretor do Museu pelo professor C.F. Baker, M. A. auxiliar científico da secção botânica do Museu Goeldi. In. PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 217 (Anexos) Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000214.html>> Acesso em: 02 jan. 2016.

³⁹⁰ *Idem.*

³⁹¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Noticiário*: 17 de dezembro. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 376.

diferença na produção do tabaco. A instrução agrícola, nesses casos, seria de grande valia. Para todos os efeitos, a não utilização de estrume para enriquecimento do solo era verificado também em outras importantes regiões econômicas do país. Fragoso (1986, p. 129), por exemplo, faz longa exposição para demonstrar que, no último quartel do século XIX, não havia fertilização do solo para melhoramento da produção cafeeira no Rio de Janeiro, pois não se utilizava nem mesmo estrume como adubo. A solução era sempre a busca por terras virgens ou a utilização das queimadas.

José Ferreira Teixeira também fez duras críticas à produção de tabaco no Pará, afirmando que, apesar de ser uma das principais riquezas do estado, nunca poderia “produzir tabaco para charuto; porque, só dá fumo para cachimbo ou cigarro” e que a Amazônia seria o único mercado possível para um produto cultivado da forma como vinha sendo feito. Na sua opinião, apenas a metodologia do ensino ambulante, “prático e bem orientado”, poderia “promover a introdução de novos métodos de plantação, tratamento, colheita e beneficiamento” desse produto.³⁹² Esses comentários foram feitos seis anos depois do estudo apresentado por Baker, mostrando que pouca coisa havia sido feito de concreto nesse período de tempo para o fomento da produção de tabaco no estado.

Tomando por base a forma como o tabaco vinha sendo cultivado – e até pela sua importância econômica – era possível dimensionar a prática agrícola em geral. Comentando essas conclusões a que chegou Charles Fuller Baker, Augusto Montenegro chegou a dizer que o citado relatório expressava os motivos da decadência agrícola em que se encontrava a lavoura paraense naquele momento. Como um sinal de alerta, o então governador chamava atenção para o fato de que os olhares deveriam “voltar-se para a introdução de novos processos de cultura e do estabelecimento de culturas rendosas com a aplicação dos métodos modernos, aconselhados pela ciência”.³⁹³ Acrescenta então que a pretendida racionalização só seria então possível com a criação de campos de demonstração:

Fundar um Estabelecimento modelo, em que pelos processos modernos e aperfeiçoados se cultive tudo quanto rendosamente se pode cultivar nas terras equatoriais; provar pela prática que a terra é generosa com quem a trata inteligentemente; mostrar pelo exemplo quanto se pode ganhar com o aproveitamento racional de terras que o vulgo ignorante já supõe estéreis; montar machanismos que preparem o producto de modo a ser bem acolhido pelo

³⁹² *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Para V, 19 de julho de 1914, n. 1193, p. 01.

³⁹³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 54 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000053.html> Acesso em: 31 dez. 2021.

consumidor; introduzir ao lado das culturas principais outras industrias auxiliares que tragam ao lavrador grandes proventos e confortos.³⁹⁴

Portanto, pela prática e pelo exemplo, se aproveitaria racionalmente a terra, e isso seria possível com a criação de estabelecimentos agrícolas como campos de demonstração ou estações experimentais. Contudo, ao discorrer acerca do funcionamento dos campos de demonstração, Luís Amaral (1958, p. 266) aponta que nesses locais se faziam “culturas demonstrativas, quer gerais, quer de um só vegetal mais apropriado à região onde existe o campo”. Contudo, “ensinam apenas a fazer, não cuidando de ensinar a saber”.

Alguns anos antes dessas afirmações feitas por Augusto Montenegro, mais precisamente em 1899, José Paes de Carvalho falou sobre as ações promovidas pelo estado no sentido de fomentar a produção do tabaco. Entre essas medidas o então governador destacou medidas protecionistas como “a criação de impostos sobre a importação de produtos similares e a concessão de prêmios aos agricultores que apresenta[ssem], pelo menos trezentos quilogramas de folhas de tabaco preparadas para exportação”.³⁹⁵ Isso demonstra que as ações voltadas para essa cultura, nos anos finais da primeira década republicana, eram muito mais cômodas e tradicionais do que necessariamente técnicas, o que poderia explicar em grande parte as falas de José Ferreira Teixeira e de Baker acerca da sua produção considerada por eles como rotineira. Não que premiações como forma de incentivo ao camponês ou o protecionismo, como a taxaço dos produtos estrangeiros, não fossem alternativas de fomento de determinado produto agrícola, como mencionado acima por José Paes de Carvalho, mas seriam soluções paliativas frente aos resultados que poderiam ser alcançados ou mesmo diante de uma metodologia que pretendesse ser de fato racional e científica.

O articulista da revista *A Lavoura Paraense*, por exemplo, em artigo tratando sobre a recuperação da produção agrícola francesa após a Revolução de 1789, citou “que o protecionismo salvou a agricultura francesa de uma decadência segura”. Para isso mostrou números positivos na balança de comércio daquele país nos anos de 1900 e 1902.³⁹⁶ No entanto, era preciso entender que essas ações burocráticas eram limitadas, quando não acompanhadas de ações técnicas como o ensino agrícola, introdução de modernos maquinários e insumos agrícolas ou mesmo a criação de órgãos voltados para o fomento da

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 54-55.

³⁹⁵ Álbum do Pará em 1899 na administração do governo de sua Exc. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, p. 60.

³⁹⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. As Licções dos outros povos: Propriedade Agrícola da França. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de abril de 1909, p. 153.

agricultura, como passou a ocorrer no Pará com a criação da 4ª Secção de Agricultura em 1908 ligada à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. De outra forma, poucos resultados poderiam ser de fato colhidos. Principalmente quando a implantação de uma nova metodologia não levava em consideração os saberes então adquiridos pelas populações tradicionais.

Em geral, a culpa pelo pouco rendimento agrícola era atribuída ao colono, fosse ele nacional ou estrangeiro. Nesse sentido é que Eugenia Egler (1961, p. 99-100), quanto aos processos de cultivo realizados na zona Bragantina, destaca que “prevaleceu o empirismo dos métodos agrícolas mais rudimentares, pouco ou quase nada existindo em matéria de orientação técnica e da aplicação de métodos racionais necessários em face das condições naturais excepcionalmente difíceis.” Aqui, a autora aponta os agentes públicos como responsáveis por esse fracasso, pois o colono desconhecia os métodos mais modernos de trabalhar o solo e seria, portanto, dever do governo prover esse trabalhador com um mínimo de conhecimento científico por meio do ensino agrícola. O imigrante, que muitas vezes nem ao menos era um lavrador de fato, também não era portador de conhecimentos agrícolas e ainda desconhecia o solo e o clima amazônicos, o que se tornava mais um agravante. Com base nessa reflexão é que se percebe mais claramente ao longo das análises aqui realizadas e com base na própria documentação, uma recorrente atribuição ao lavrador pela decadência da lavoura. Ao iniciar o trabalho na lavoura, o próprio imigrante adaptava-se aos costumes locais, adotando práticas consideradas então como rotineiras, tão criticadas pelos agentes públicos, quando esperavam que ajudassem a superá-las.

Para todos os efeitos, essas assertivas acima deixam evidente que a situação da lavoura no Pará era vista como de intensa crise, pela forma costumeira com que era praticada. Vale sempre lembrar que não apenas a região amazônica vivenciava tal crise na transição do século XIX para o XX, mas em outras regiões do país. Versieux e Gonçalves (2012, p. 233) destacam, por exemplo, que no final do século XIX e início do XX as elites mineiras “clamavam pela modernização da agricultura”. Problemática presente, inclusive, tanto na agricultura de subsistência, quanto na agricultura de exportação. Neste sentido, Luciana Murari (2009, p. 63) salienta que esta última “era, majoritariamente, empreendida com base em métodos rotineiros e primitivos: a devastação e a queima das florestas virgens, o plantio desordenado e a capina com enxada sem nenhuma forma de correção ou de fertilidade do solo”.

A partir da segunda metade da primeira década do século XX, a ideia de desenvolver a agricultura paraense não passava mais exclusivamente pela criação de núcleos coloniais ou pelo incentivo à vinda de imigrantes – muito embora, como vimos, essa prática não tenha sido abandonada, pois o povoamento era uma das preocupações da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Também não se pode considerar essa iniciativa de fomento à agricultura com base em sua modernização e utilização racional do solo e do ensino agrícola ao lavrador sendo aplicada já na década de 1890, a partir dos governos de Lauro Sodré (1891-1897) ou José Paes de Carvalho (1897-1901), quando ainda se tinha apenas a ideia, ou seja, o embrião³⁹⁷ desse novo paradigma caracterizado, por exemplo, pelas fazendas-modelo. Nesse sentido é que José Paes de Carvalho afirmava ainda que seria “urgente estabelecer uma linha de vapores exclusivamente destinados ao transporte de carne e outros gêneros alimentícios, fundar um banco de crédito real [...], e finalmente organizar o ensino profissional”, mas que não convinha “fundar escolas agrícolas de ensino superior de carácter puramente especulativo”, pois a “experiência de outros povos” demonstrou que “estas instituições de pouco valem se não as completam o ensino prático e intuitivo”.³⁹⁸ Seu antecessor, Lauro Sodré, também compartilhava dessas mesmas prerrogativas quanto ao ensino superior voltado para a agronomia.

José Paes de Carvalho, aliás, tinha uma visão muito pessimista acerca da agricultura e da pecuária paraense, apesar das políticas públicas com os projetos de colonização criados na segunda metade do século XIX, a partir da fundação do núcleo colonial de Benevides:

Causas diversas fizeram quasi desaparecer as grandes propriedades agrícolas, outr’ora florescentes no Estado, e raros municípios apresentam vestígios de agricultura, aliás atrasada e rotineira por falta de braços, capitaes e educação profissional e iniciativa dos proprietários, que tudo esperam do governo. Excepção feita de Bragança, Abaeté, Igarapé-miry, Acará, Guamá, Obidos, Santarém e Cameté, que possuem pequenas áreas de plantações de cacáo, tabaco, cereaes e das colonias marginaes à Estrada de Ferro de Bragança, que cultivam a canna de assucar e cereaes em pequena escala, podemos affirmar que os trabalhos agrícolas estão em pleno abandono, com enorme prejuízo das classes pobres e das rendas públicas.³⁹⁹

³⁹⁷ O próprio Augusto Montenegro chegou a fazer afirmações nesse sentido ao dizer que José Paes de Carvalho, “de cujas mãos receb[eu] a administração, tentou, por todos os meios, senão resolver pelo menos preparar a solução do problema difficil do aproveitamento da terra”. Ver; PARÁ. Mensagem em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 54. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000053.html>> Acesso em: 31 dez. 2020.

³⁹⁸ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1899 apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899 – 1900. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 24. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000024.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 20-21 Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2431/000020.html>> Acesso em: 27 abr. 2020

Essas palavras de José Paes de Carvalho mostram que mesmo na região Nordeste do estado, para onde foram direcionados os maiores esforços do governo, sobretudo, às margens da Estrada de Ferro de Bragança, não se alcançou um nível satisfatório para a agricultura. Em sua fala, exime o estado das suas responsabilidades quando culpa a falta de iniciativa dos próprios lavradores. Alegava também a falta de braços apesar da entrada de inúmeros imigrantes estrangeiros e nacionais que ocuparam os espaços agrícolas criados na primeira década republicana e mesmo na fase imperial. Mas essa seria uma queixa constante entre os governadores, mesmo na década de 1920. A falta de capitais também não condiz com a realidade, pois as rendas auferidas com a exportação da borracha estavam, naquele momento, longe de sofrer com os efeitos da crise que se estabelecera de fato a partir de 1912.

Quanto a essa discussão acerca da falta de braços para a lavoura e assim como muitas autoridades no Pará que justificavam a decadência da agricultura, também Santa-Anna Néry (1979, p. 120), em livro publicado na França, fez o mesmo discurso para justificar a crise na produção agrícola na Amazônia. Dizia ele que a agricultura era tratada com indiferença por parte dos habitantes “devido aos lucros fabulosos e imediatos que encontra[vam] na extração dos produtos florestais”. Para ele a agricultura no estado do Amazonas era “menos adiantada, hoje em dia, que há um século, já que o café, o arroz, o anil, o algodão, o tabaco, quase não são mais cultivados”. Para ele os agentes públicos atuaram contra a crise sem alcançar, contudo, os resultados esperados:

Os diversos governos tentaram todos estancar essa decadência. Nenhum o conseguiu: uns não perduraram por bastante tempo para presidir as reformas que haviam provocado; outros recorreram a processos empíricos, destinados fatalmente a falhar; todos se chocaram contra a irresistível corrente econômica que leva essas populações para as indústrias, que não, exigindo nenhuma preparação longa e nenhuma aptidão especial, são, entretanto, muito mais lucrativas e de rendimento muito mais imediato, como também são as indústrias extrativas florestais (*ibidem*, p. 121).

A própria imprensa, em diversos momentos no final do governo de José Paes de Carvalho, falava da necessidade de novos rumos para a agricultura local. Diante da discussão de se modernizar a agricultura paraense, objetivo tão apregoado depois pela elite rural, chama bastante atenção um artigo escrito por cônego Pinheiro no ano de 1900. Esse articulista falava da esperança de se criar “em futuro não remoto” uma escola agrônômica no Pará. Relatava que sua esperança era ver os “laboriosos homens do campo dirigindo a sua operosa lavoura com mais tino, mais perícia e mais instrução do que até hoje. E o núcleo de onde lhes há de

vir a luz ser[ia] por sem dúvida a escola agrônômica”. Para ele, bastava olhar o que faziam, naquele momento, “as nações cultas, e o que hoje entre nós brasileiros estão fazendo os Estados de S. Paulo e Bahia”.⁴⁰⁰ Diante dessa afirmativa, vale lembrar então que, já na condição de chefe da 4ª Seção de Agricultura, José Ferreira Teixeira foi enviado pelo então governador João Coelho, no final da década de 1910, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e também Argentina, “para estudar a organização agro-pecuária dos referidos Estados e da República vizinha”.⁴⁰¹ A Argentina, dez anos antes dessa viagem de José Ferreira Teixeira, já havia se antecipado nesse ponto ao enviar jovens para estudar agronomia em New York, onde parte deles era “subvencionados pelo governo da província de Santa Fé” e “tenciona crear em breve, diversas escolas práticas de agricultura”.⁴⁰²

Observar como outras regiões do país e como os países platinos cuidavam da agricultura e da pecuária não era uma prática incomum. Agentes públicos do vizinho estado do Amazonas tomaram a mesma medida com a intenção de “divulgar em todo o Estado os processos modernos e econômicos de derrubada, deslocamento e preparo do sólo e etc., empregados na Argentina”. O escolhido para essa tarefa a cargo do governo do Amazonas foi F. Peretti Guimarães, “com o fim de colher *in locu*, dados positivos e práticos desses processos”, conhecido naquele estado, como afirmou o próprio governador, “através de notícias em livros ou revistas” para serem aplicados a “ainda incipiente agricultura”.⁴⁰³

A ida de representantes do poder público do Norte do país às regiões Sul e Sudeste, em busca de conhecerem o que a elite agrária daquelas regiões - então as mais desenvolvidas economicamente - praticavam para modernizar sua produção evidenciava a enorme disparidade econômica entre as regiões. Essa inclusive era uma tônica constante nessas discussões em torno do desenvolvimento econômico no Brasil, ou seja, a discrepância acerca da força produtiva de cada região ou os recursos empregados nesse intento.

Diante dessas circunstâncias, e do novo olhar que passava a ser lançado por sujeitos detentores do poder, questionava-se então qual era o tipo de lavrador que se queria para o estado do Pará. Não era o agricultor de beira de rio, aquele que simplesmente caçava,

⁴⁰⁰ *O Pará*, Duas Theses: agronomia, 10 de fevereiro de 1900, p. 02.

⁴⁰¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, p. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000186.html>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

⁴⁰² *O Jornal*, Factos, 04 de novembro de 1900, p. 02.

⁴⁰³ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura pelo exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, governador do estado, em 10 de julho de 1913. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1913, p. 27. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164#?c=0&m=125&s=0&cv=26&r=0&xywh=-1206%2C0%2C4042%2C2851>>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

pescava, cortava madeira, que plantava unicamente para o seu sustento e da sua família. Nessa nova metodologia pensada para a prática agrícola, negativamente ganhava destaque o chamado “roceiro”, sujeito que precisaria passar por uma transformação “radical” na sua forma de lidar com a terra, abandonando a prática rotineira para adoção de uma técnica racional da produção agrícola. A falta desse conhecimento técnico, ou seja, dessa racionalidade no processo produtivo é que impediria, na visão dos agentes públicos e da elite agrária, um aumento na produtividade da lavoura no Pará, e “nessa nova concepção não haveria mais lugar para a defesa irrestrita da experiência do imigrante estrangeiro e nem na fertilidade inesgotável das terras paraenses” (ESTEVEVES, 2015, p. 07).

Não era apenas a transformação do lavrador através do ensino prático, mas também do solo. Abandonava-se aquele discurso ufanista de um solo privilegiado – muito embora o ufanismo continuasse a se fazer presente em muitos momentos pelas autoridades públicas nesse novo contexto – onde se plantando tudo colhe, e buscava-se um conhecimento técnico desse solo.⁴⁰⁴ Seria necessário não apenas o uso de adubos⁴⁰⁵ para sua fertilização, mas todo um cuidado para sua manutenção. Neste sentido é que Mazoyer (2010, p. 80) afirma que, para determinado ecossistema manter sua fertilidade, vai depender, “em primeiro lugar, da temperatura e da energia solar, que devem ser suficientes para que a água do solo seja absorvida pelas raízes das plantas, para que a seiva suba e para que a fotossíntese e a respiração ocorram”. Sem falar, é claro, na quantidade de matérias nutritivas como o gás carbônico e os sais minerais.

A questão da fertilidade do solo também era um tema recorrente na imprensa local. Em artigo publicado no periódico *Estado do Pará* em 1913, o articulista – de iniciais L.T., que acredito tratar-se de Leopoldo Teixeira – afirmava que “a maioria dos elementos inorgânicos, que servem de nutrição fundamental as plantas, [era] exígua ou quase nulla” em grandes trechos da Estrada de Ferro de Bragança e de outras localidades, “outr’ora sedes de culturas, por algum tempo florescentes, e hoje em contínua decadência ou abandono”. O

⁴⁰⁴ A respeito do solo na Região Bragantina, Pentecado (1963, p. 44) salienta que muito embora seja “a região mais populosa do Estado é também aquela que mais produz do ponto de vista agrícola, apesar de seus solos reconhecidamente pobres”. Também Bárbara Wenstein (1993, p. 48-49) também não reitera a assertiva de que o solo amazônico de modo geral seja de excelência. Para a autora “provou ser um dos muitos mitos fomentados pelas florestas densas e luxuriantes da região”, pois é delgado e facilmente exaurido de seus nutrientes assim que a remoção da cobertura da floresta primitiva o deixe exposto às fortes chuvas. Daí em diante, somente a intensa aplicação de fertilizantes tornará viável o cultivo”.

⁴⁰⁵ Segundo Mazoyer (2010, p. 87-88) os adubos são “matérias minerais ou orgânicas que se incorporam ao solo com vistas a fornecer as plantas ou minerais nutritivos e, eventualmente, algumas outras substâncias como hormônios de crescimento, dos quais ela tem necessidade”. Contudo, a fertilidade de um ecossistema cultivado depende não apenas do uso desses materiais, mas também “da temperatura, da energia solar e das disponibilidades em água durante a estação vegetativa”.

motivo de tal situação estava no “systema primitivo e bárbaro das derrubadas e queimadas contínuas”, características, segundo ele, de uma agricultura extensiva e de práticas tradicionais que o lavrador teimava em conservar “como relíquia do aborígene brasileiro e do fetichista africano”. O articulista concluía suas ilações afirmando que, enquanto o roceiro não adotasse “novas práticas mais civilizadas, no fim de algumas gerações terá transformado a região em taperas, ou terá abandonado a agricultura”.⁴⁰⁶ Ao afirmar que os lavradores deveriam adotar práticas “mais civilizadas” denota que os sujeitos diretamente ligados ao trato com a terra eram vistos sob o signo da barbárie, incultos.

Os redatores da revista *A Lavoura Paraense*, alertando acerca dos perigos desse ufanismo – ligado ao solo ou ao clima – para o desenvolvimento das práticas agrícolas, publicaram artigo acerca da pecuária na Argentina e seu progresso, onde o articulista alertava para o fato de se “viver de illusões e as vezes nos queremos convencer de que somos grandes, porque a nossa natureza é grandiosa”, enquanto isso “os nossos vizinhos vão se adiantando cada dia mais na senda do progresso”. Comparando os dois países o articulista afirmava não compreender “a expansão econômica de um paiz como o nosso, ‘essencialmente agrícola’, sem o augmento correspondente da produção agrícola e extrativa”. Salientava ainda que era “inútil querermos nos illudir a nós mesmos. Sem a generalisação do trabalho, sem o auxilio de capitaes de modo a revolver a terra, fazendo-a produzir muito e barato, não conseguiremos tomar parte no concurso industrio-comercial das nações civilisadas”.⁴⁰⁷ Para produzir muito, melhor e barato seria preciso racionalizar a produção agrícola e essa modernização da agricultura passava pela aquisição de modernos maquinários, insumos, ensino agrícola e, principalmente, adoção de conhecimentos científicos voltados ao campo. Muitas dessas medidas tinham como objetivo pôr um fim na chamada agricultura tradicional que era praticada não apenas no Pará, mas “em quase todo o país no início do século XX” (FERRARO, 2005, p. 39). Essa forma tradicional de conduzir as práticas agrícolas ao Norte da República foi alvo de intensas críticas pelos expoentes do novo modelo a ser implantado.

De um modo geral, as transformações que ocorreram com adoção de inúmeras medidas governamentais para a agricultura no Pará em consórcio com a elite rural a partir da primeira década do século XX, buscavam alterar as políticas públicas pensadas para esse setor econômico. Como dissemos, as ações adotadas para o desenvolvimento da agricultura na fase final do Império estavam voltadas, prioritariamente, para a criação de núcleos coloniais,

⁴⁰⁶ *Estado do Pará*. Adubo verde melhorador das terras agrícolas. 16 de março de 1913, p. 02.

⁴⁰⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A bovina-pecuária na Argentina*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/p.

juntamente com propagandas no exterior que objetivavam atrair o imigrante, visto como conhecedor das modernas técnicas de produção agrícola. Boa parte dos lucros arrecadados com a exportação da borracha foi destinada a execução deste objetivo. Diante dessa nova postura defendemos a hipótese de que não houve fundamentalmente um completo abandono daquelas ações, mas essas abriram espaço em favor da racionalização da produção por meio não apenas da adoção de conceitos científicos para a lavoura, mas também por meio do ensino agrícola, objetivando a formação do lavrador ideal – em contraposição ao colono ideal, presente no imigrante. De um modo bem simples, a intenção dos agentes públicas e da elite agrária paraense, era não apenas produzir melhores gêneros agrícolas, mas também o máximo possível em curto período de tempo, fazendo uso dos mínimos recursos necessários.

Neste sentido é que ocorre uma profunda modificação nesse modelo de agricultura então exercido para o fomento agrícola no Pará, em favor de um modelo visto como racional, pautado naquilo que havia de mais moderno para o campo. Essa significativa quebra de paradigma ocorre de forma efetiva, a partir do segundo mandato de Augusto Montenegro. Nesse sentido, não bastava apenas promover a vinda de imigrantes⁴⁰⁸ e criar espaços agrícolas para alavancar a produção do campo, mas promover também o estabelecimento de uma nova orientação voltada para a modernização da agricultura visando o aumento da produtividade. Vai ser esse modelo de desenvolvimento da agricultura para o estado do Pará que vai sendo, aos poucos, implantado com o auxílio da ciência por meio do Museu Emílio Goeldi.

Dessa forma, nos perguntamos: Quais fatores motivaram os agentes públicos nas primeiras décadas do século XX a agir em favor de uma reorientação na agricultura? Levantamos a hipótese de que os pequenos resultados alcançados com o antigo modelo de desenvolvimento agrícola pensado para a Amazônia, sobretudo, com os vultosos gastos empreendidos, baseado na introdução de imigrantes em espaços agrícolas, ocupando assim áreas pouco povoadas, motivou os agentes públicos e a elite paraense em aumentar e diversificar a produtividade do campo, modernizando as práticas agrícolas com auxílio da ciência, do ensino agrícola e da introdução de insumos e máquinas modernas, objetivando o fim das práticas rotineiras vistas como responsáveis pelo atraso da lavoura. Fato este que não sofreu alterações ao longo das últimas décadas do século XIX, evidenciando o fracasso da política de ocupação da terra por estrangeiros. Além de atender os mercados da capital,

⁴⁰⁸ A respeito da colonização a partir da vinda de imigrantes europeus ver: BEIGUELMAN, 1982; LAZZARI, 1980; NUNES, 2012; PAIVA, 2013; PETRONE, 1984; FAUSTO, 2000; SEYFERTH, 2008; EMMI, 2013; IOTTI, 2001.

buscava-se, logicamente, conquistar mercado no exterior, como produtos como a castanha e o cacau que outrora figuravam com maior protagonismo nas exportações amazônicas.

Não podemos perder de vista que pairava no ar certa preocupação com o principal produto de exportação da Amazônia, entre as décadas finais do século XIX e início do XX, a borracha. Apesar da crise com esse produto ficar evidente a partir de 1912, a década anterior mostrou que determinados momentos de queda nos preços e os estudos feitos por Jacques Huber, acerca da produção do látex na Ásia a pedido das autoridades públicas, mostravam a necessidade de fomentar e diversificar os gêneros agrícolas para exportação, não apostando unicamente no extrativismo, sobretudo, do látex.

Portanto, a efetivação dessas ações modernizadoras coincide com a queda nos números de exportação da borracha entre os anos de 1907 e 1908. Na obra, *Álbum do Estado do Pará*, mandado editar por Augusto Montenegro em 1908, portanto, apenas um ano após a fundação da Estação Experimental de Agricultura Prática em Igarapé-Assú, mesmo ano em que foi criada a *4ª Secção de Agricultura*, fica clara essa preocupação com o principal produto econômico da região, ainda que certo ufanismo sobre o clima e o solo da região mantivessem vivas as esperanças de uma retomada nos lucros: “Em fins de 1907 os nossos mercados productores foram surpreendidos por uma baixa grande no artigo borracha, entretanto, pode-se assegurar que até agosto de 1907, nada podia fazer prever a crise que se manifestou”.⁴⁰⁹ Augusto Montenegro lamentava, em 1908, que as receitas mal haviam se recuperado da crise de 1900, as finanças paraenses precisavam, novamente, lidar com outra depressão.⁴¹⁰ Obviamente que o ano de 1912 marca o fim do apogeu amazônico quanto aos lucros com a extração do látex, mas as crises anteriores alertavam para a necessidade de diversificar os produtos da pauta de exportações, desenvolvendo assim a agricultura, bem como a pecuária.

Ainda de acordo com o então governador, a crise financeira vivida pela região amazônica teve início em outubro de 1907, atingindo seu auge em fevereiro do ano seguinte, quando os preços da borracha caíram acentuadamente. Além da queda nos preços, estáveis até setembro de 1907, Augusto Montenegro justificou a crise apontando ainda a “diminuição da safra paraense, originada pelo desânimo que invadiu os productores, que se viam na impossibilidade de retirar do seu producto o necessário para cobrir os compromissos que

⁴⁰⁹ *Álbum do Estado do Pará*, 1908, p. 178.

⁴¹⁰ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 41. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000040.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

tinham assumido”.⁴¹¹ Informou também que a queda nos preços foi de 40% em quatro meses, que parecia “residir na especulação desenfreada, por parte do intermediário, entre o aviador e o fabricante, a causa de uma situação anormal”.⁴¹² Sobre especulação como causa para a crise na economia da borracha, Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1983, p. 204) reiteram que essa prática na Amazônia, realizada “em benefício de uma vintena de firmas exportadoras, constituiu um traço dominante em uma cadeia de interesses que passava, sucessivamente, pelos aviadores e os patrões e se encerrava nos seringueiros (trabalhadores diretos)”.

Devemos acrescentar que o insucesso do antigo modelo de desenvolvimento agrícola e o receio com a economia da borracha diante da crescente ameaça vinda do Oriente, aliou-se à onda de modernização agrícola pautada nos métodos científicos que vinha ocorrendo em outras regiões do país, principalmente no Sudeste cafeeiro, notadamente em São Paulo, com a criação de diversas instituições de pesquisa e ensino agrícola, ganhando ecos ao Norte do País. Essa tríade expunha, naquele momento, a necessidade de novos rumos para a economia amazônica. Nesse sentido é que Sanjad (2010, p. 17), nos lembra que “as primeiras décadas republicanas testemunharam importantes transformações no cenário científico brasileiro”. Examinando a implementação de novas tecnologias na agricultura paulista do final do século XIX e início do século XX é que Amílson Henriques (2015, p. 17) afirma que o espaço rural “deveria ser reorganizado sob um novo paradigma, a modernização”, ou seja:

[...] o espaço da produção redefinida científica e agronomicamente, do abandono paulatino dos métodos agrícolas considerados ultrapassados – a queimada e a derrubada da floresta para a abertura sistemática de novas lavouras em solo fértil e o seu conseqüente abandono, anos depois, pelo depauperamento, da camada superficial olhado como recurso natural -, da circulação de mercadorias e de pessoas redimensionada, com sua capacidade e velocidade ampliadas pelo progresso e civilização (Ibidem, p. 18).

Aqueles sujeitos que propunham essa mudança de orientação para a agricultura, destacavam que entre os lavradores no Pará faltava não apenas a utilização de instrumentos e métodos agrícolas já conhecidos em áreas onde a agricultura já encontrava-se desenvolvida, mas o próprio conhecimento que seria adquirido com o ensino agrícola. Destarte, objetiva-se, diante dessas análises, refletir acerca da figura construída em torno do roceiro e da

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 07. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000007.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁴¹² *Ibidem*, p. 09. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000009.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

importância que o ensino agrícola passou a ter. Nesse sentido, uma das principais prerrogativas seria a transformação do lavrador de beira de rio, do dito roceiro em um verdadeiro operário que pensasse não apenas na sua própria subsistência e de sua família, mas que pensasse também economicamente e que abandonasse, no dizer dos agentes públicos, a indolência. Ao se referir ao lavrador como um operário agrícola, José Ferreira Teixeira (1907, p. 27) apontava o solo como “a fábrica do agricultor” e, nesse caso, “o agricultor precisa ser um industrial”. Toda a desqualificação acerca do roceiro e a necessidade transformá-lo em um verdadeiro agricultor é o tema do próximo tópico desta tese.

3.2. Roceiro: símbolo do atraso e da decadência

Do pobre actualmente entre nós chamado agricultor ainda menos se pode esperar. Geralmente é elle escravo de uma torpe exploração que mal lhe deixa uma camisa no corpo e para o seu bem estar e um certo progresso material absolutamente nada lhe resta.⁴¹³

Da forma acima exposto é que André Goeldi, então diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática, em relatório entregue à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, em 1908, traçava o perfil do lavrador paraense. Como não poderia ser diferente, uma vez que os discursos dos agentes públicos seguiam o mesmo tom, era comum vê esse trabalhador agrícola como alguém acomodado com a situação de penúria em que vivia, ou seja, sem expectativas e satisfeito com sua condição. Muitas falas atribuíam diretamente ao lavrador a culpa pelo atraso percebido na agricultura. Afirmações de naturalistas que estiveram no Pará em meados do século XIX como Alfred Wallace (1979, p. 22) ajudaram a reforçar esse estereótipo. Ao chegar em 1848, esse pesquisador, ao se referir aos cafeeiros às margens das estradas, “uns com flores, outros com frutos, outros com ambos”, se mostrava surpreso pela “negligência e indolência do povo que ninguém pensa em colher senão um mínimo de frutos, e apenas para o consumo particular de uns poucos”. Como consequência, “a cidade é quase inteiramente abastecida de café importado de outras partes do Brasil”.

⁴¹³ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A246. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000243.html> > Acesso em: 08 fev. 2022.

De qualquer modo, falas como a de Alfred Wallace, destacam ainda todos os recursos que a natureza oferecia e que não eram devidamente aproveitados pelo homem do campo por não possuírem, de acordo com os discursos oficiais, o devido conhecimento e se utilizar de métodos arcaicos e rotineiros que eram passados de geração a geração lhe estagnando no tempo. Esse errôneo comportamento no trato com a terra, para os agentes públicos, veda esse sujeito de enxergar outras possibilidades. À vista disso é que Candido Mendes, em texto publicado na revista *A Lavoura Paraense*, em 1908, também traça o seu perfil acerca do camponês amazônico vendo-o unicamente pelo prisma da barbárie:

Indiscutivelmente, a penúria em que vive o nosso homem do campo é consequência imediata da falta dos mais comensuráveis esclarecimentos práticos que o habilitem a divulgar, no meio em que vive, a fonte de onde pode tirar uma grande somma de compensações á sua vida de fadiga e, por isso mesmo, indispensável e exemplar. E essa fonte, que nada mais é do que o conjuncto de tudo aquilo que o cerca – a terra, o ar e outros elementos da natureza – é tão benigna e fecunda, que admira como os homens preferem utilizar-se della usando de meios erroneos e até barbaros em vez de, dependendo um pouco mais de atenção e cuidado, verificarem que outros meios ha que, quér pelo seu lado pratico, moral e economico, apresentam vantagem incomparavel tanto para si como para esse conjuncto harmonico de que pódem tirar thesouros inesgotáveis.⁴¹⁴

No bojo das ações que visavam modernizar as práticas agrícolas no Brasil, havia também um discurso que objetivava moralizar os hábitos e costumes do homem do campo, civilizando-o. Adjetivá-los como bárbaros, evidenciava outra forte oposição, dessa vez entre campo e cidade. Este, um local visto como cortês e moralizado e, aquele, um espaço selvagem e desprovido de regras. Um local que só não oferecia mais à cidade, pelo puro desconhecimento e inércia de seus habitantes. Se referindo, de alguma forma, sobre essa relação tênue entre campo e cidade é que José Ferreira Teixeira asseverava que, “se o agricultor soubesse produzir mais e melhor, fazendo a policultura, que lhe fosse ensinada pelos professores mantidos pelo governo [...], a população teria boa e abundante alimentação, viveria [*sic*] melhor e viveria mais próspera e feliz, o que, ora, não acontece”.⁴¹⁵ Para Raymond Williams (1989, p.11) o campo, apesar de ser associado à paz e à inocência, também foi associado “como lugar de atraso, ignorância e limitação”. Limitações que no imaginário de José Ferreira Teixeira se ressentem diretamente não apenas no próprio abastecimento à população do campo, mas também dos grandes centros urbanos.

⁴¹⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e Trabalha*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 345.

⁴¹⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 09-10.

A literatura especializada concorda que as políticas de modernização do campo, nas diferentes regiões do país, no período pós-republicano, trazem em seu bojo a ideia da moralização e civilização do trabalhador na perspectiva de, quem sabe, o país equiparar-se às nações europeias. Contudo, não se pode perder de vista, que esse escopo também estava presente na pretendida fase de modernização das práticas agrícolas nas décadas finais do Império, inclusive na região Norte como bem demonstrou Francivaldo Alves Nunes (2011). As afirmações acima feitas por Cândido Cunha revelam ainda outra caracterização atribuída ao lavrador paraense desde os tempos provinciais, ou seja, como alguém desprovido de uma cultura ativa e civilizada, alguém que cultivava o solo pensando apenas no próprio sustento e de sua família. Sem maiores ambições econômicas.

Dessa forma é que Bruno Mariano (2014, p. 75), tratando acerca dos métodos de produção agrícola na região que compreende o estuário do rio Tocantins, entre os anos de 1860 e 1880, assevera que, apesar das constantes preocupações dos presidentes da província do Pará com a “agricultura e o modo de utilização dos recursos naturais”, a situação retratada era bem diferente daquela que os agentes públicos ansiavam, pois aqueles que viviam na referida região, “trabalhavam por sua subsistência, no cultivo de gêneros que estavam fora da visibilidade de exportação”, evidenciando “que todos estavam longe dos modernos conceitos da utilização de técnicas para melhor aproveitamento dos recursos naturais”. Dessa forma, as críticas ao lavrador têm como pano de fundo não apenas o abastecimento da capital, mas também a busca por excedente de produção visando assim o mercado externo.

Candido Cunha, ao iniciar sua exposição acerca da forma como o agricultor paraense trabalhava rotineiramente a terra, dizia que esse lavrador, que desconhecia as modernas técnicas e métodos de produção é denominado como “roceiro”.⁴¹⁶ Estas afirmações de Candido Cunha estão presentes no artigo intitulado “*Aprende e Trabalhae*”, publicado em dezembro de 1908, na revista *A Lavoura Paraense*, onde destacou a maneira errônea como o agricultor utilizava dos recursos que a natureza lhe oferecia e isso, segundo ele, explicaria a penúria em que vivia o homem do campo. Para melhor evidenciar o que afirmava, Candido Cunha usa o roceiro como exemplo ao apontar que se tratava de um “homem que vive única e exclusivamente da cultura da mandioca e que trabalhando pelo modo mais rotineiro possível, tem um trabalho pesadíssimo e nem por isso menos ingrato e embrutecedor”. Ou seja, o

⁴¹⁶ Mary Del Priore (2006, p. 47) destaca que o termo roceiro ganha outras denominações de acordo com a época e a região: caipiras, caiçaras, caboclos, muxuângos, mandioqueiros, capicongos.

roceiro seria um agricultor que trabalha bastante, mas sem grandes resultados práticos. Para melhor definir esse roceiro, o autor traça seu perfil regionalizado:

O roceiro, pelo menos nos municípios de Curuçá e Marapanim, na região do Salgado, não se emprega seriamente em outro mister que não seja o de fazer grandes roçados de 100 ou 200 braças em quadro para encher unicamente de arvores de mandioca. Alguns vão um pouco mais longe e plantam o milho, o arroz, o jurumú, não, porém, com o fito de auferirem d'ahi algum lucro pecuniario mais ou menos remunerador, mas para um uso strictamente pessoal.⁴¹⁷

Fica evidente que Candido Cunha não via o roceiro como um homem com grandes pretensões econômicas. Quer dizer, um trabalhador que não caminhava paralelo às novas exigências do capital, ainda arraigado a antigas tradições. O autor não leva em consideração o fato de que, aquele lavrador, que trabalhava pensando apenas na autossuficiência, jamais havia sido estimulado pelo estado a pensar ou trabalhar economicamente a terra que dispõe, de acordo com os meios apontados como os mais eficientes pela agronomia da época. Nessa mesma linha de raciocínio, é que o articulista do periódico “*Estado do Pará*”, de iniciais L.T, afirmava que o roceiro agia de forma inconsciente, sem perceber que o seu modo de trabalhar a terra era “funesto”.⁴¹⁸ Como muitos outros discursos constatados na documentação, sejam eles oficiais ou não, as falhas pelos modestos números da agricultura paraense, sobretudo no início do século XX, sempre recaiam sobre o lavrador e nunca sobre os agentes públicos, nos membros da elite agrícola ou nas políticas de fomento à agricultura que até então haviam sido implementadas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. Quase nunca é apontada a negligência por parte do estado, ao longo das décadas, por faltar com educação agrícola junto a essa população, pois sempre esteve com atenção voltada, de fato, para a quantidade de trabalhadores, sobretudo imigrantes, para exponenciar a produção com técnicas que, pressupunha-se, o lavrador estrangeiro trazia consigo e nunca com a qualificação do trabalhador local.

Por outro lado, havia sim agentes públicos que defendiam o lavrador da acusação de inércia quanto à melhoria de seus métodos agrícolas. Em 1915, o governador do Maranhão, Herculano Nino Parga, que ora queixava-se das condições subdesenvolvidas da agricultura naquele estado, afirmava que os pequenos agricultores eram “victimas do analphabetismo” e que “a descrença e o desanimo, proveniente das mil diffiuldades que os cercam, os impedem

⁴¹⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e Trabalhae*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 345.

⁴¹⁸ *Estado do Pará*, O adubo verde melhorador das terras agrícolas, 16 de março de 1913, p. 02.

de progredir”. Pergunta então: “Só à conta delles se pode levar a culpa?”⁴¹⁹ Queria deixar claro que o estado deveria assumir sua parcela de responsabilidade e não se eximir da culpa. Não nos parece nenhum exagero estender tais conclusões às forças produtivas no Pará, uma vez que ao lavrador local era constantemente atribuída a culpa pelo atraso da produção agrícola. Para todos os efeitos, o próprio Ferreira Teixeira, no final da década de 1910, também faz pesadas críticas às ações pouco eficazes do estado, ressaltando também sua inércia.

Também o ministro da agricultura Pedro de Toledo entendia como injustas as acusações feitas ao lavrador para justificar o estado de decadência da lavoura nas mais diversas regiões do país. Em seu relatório de 1913, afirmava que a situação do lavrador, país afora, sobretudo na região Norte, era de completo desânimo, mas a ausência de métodos racionais seria, necessariamente, a causa:

É grande o abatimento em que vive, pelo interior dos Estados, principalmente ao Norte, o nosso proletário agrícola, escravo dos prejuízos oriundos de sua própria ignorância, incapaz de trabalho remunerador num meio rotineiro e atrasado, quando é evidente que a capacidade de produção depende menos do valor individual do que da systematização dos methodos tendentes ao aproveitamento máximo do trabalho.⁴²⁰

Continuando a traçar o perfil do roceiro amazônico Cândido Cunha o enxergava como um “pobre homem” que trabalhava “com o ardor de quem lucha contra a necessidade e apesar disso tem a vida a mais accidentada possível e a menos lucrativa que se pôde imaginar”. Trata-se de um sujeito que levava “uma vida cançada [*sic*] e ingrata que só não o leva ao desespero porque, afinal, elle, na sua falta de conhecimentos, não tem um ideal mais ou menos elevado que o anime”. Essa constante tarefa de sair em busca de novas áreas de floresta remete o roceiro a distanciar-se cada vez mais de sua moradia habitual. Assim, expondo seu ponto de vista, Candido Cunha deixava claro que em pouco tempo, nesse processo, o roceiro:

À proporção que o matto que elle considera bom para a cultura vae rareando alli pelos arredores vae elle se afastando de sua habitação de forma que depois do

⁴¹⁹ MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Maranhão na 3ª Sessão da 8ª Legislatura em 5 de fevereiro de 1915 pelo Exmo. Sr. Dr. Herculano Nino Parga, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Oficial, 1915, p. 09. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u393/000009.html>> Acesso em: 02 de jul. 2021.

⁴²⁰ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. XLVII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000044.html>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

decorrer de alguns annos tem que andar aquella distancia para cuidar dos seus affazeres. Quando assim succede tem o roceiro duas casas – uma a beira-mar e outra denominada centro ou casa do forno onde se acham todos os petrechos com que é fabricada a farinha e onde, diariamente, chega as 8 ou 9 horas da manhã, conforme a distância.⁴²¹

Evidente que há toda uma lógica por trás do trabalho do lavrador ao cultivar seus roçados da forma como foi descrita por Cândido Cunha. Mary Del Priore (2006, p. 49), ao tratar da forma como o roceiro trabalha, destaca o fato dessa rotatividade se dá pela grande quantidade de terra não cultivada. Onde esse trabalhador valia-se da natural fertilidade que o solo oferecia. Contudo, “esgotada a fertilidade natural e o húmus deixado pela floresta abatida, se fazia necessário mudar o lugar da roça, o que exigia a derrubada de outra pequena porção da mata adulta”. Entretanto, isso não era um problema quando a questão se referia aos limites de uma roça e outra, quer dizer:

Apesar da desordem das culturas e da anarquia da paisagem agraria, misturada à floresta, cada posseiro conhecia bem os limites de sua roça. Não existia cercamento das explorações agrícolas, salvo quando havia gado por perto. Por vezes, aparecia algum marco – uma velha árvore, um regato, um olho-d’água, um cupinzeiro, uma pedra. Os campos de cultura eram, assim, perfeitamente conhecidos e assinalados, na vida cotidiana, por meio de sinais exteriores. Raramente um roceiro invadia as terras cultivadas de outro e, quando isso ocorria, nasciam conflitos por vezes sangrentos (*Ibidem*, p. 50).

Essa afirmação dá a impressão de que o lavrador era um sujeito nômade. Mas não era bem assim, uma vez que a terra era e sempre foi um patrimônio rico, portadora de um valor monetário, pertencente a alguém. Contudo, entende-se que Cândido Cunha estava se referindo ao fato de que o lavrador amazônico desconhecesse formas de fertilização para manter o potencial produtivo da terra que semeava. No entanto, essa prática nômade criticada por Cândido Cunha, onde o roceiro abandonava a terra cansada e saía em busca de terras férteis, era praticada também em outras regiões do Brasil naquele momento. Em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense*, em 1908, André Goeldi dizia que ao chegar ao Pará em 1901, para assumir o cargo de inspetor do horto botânico do Museu Emílio Goeldi, afirmava ter encontrado no Pará o mesmo sistema de exploração da terra como havia constatado no estado do Rio de Janeiro, ou seja, “plantação segue outra plantação, colheita segue outra colheita, até que o terreno não pode mais, e tem de ser abandonado por isso”.⁴²²

⁴²¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e Trabalhae*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 345.

⁴²² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Experiencias interessantes de adubações químicas no Estado do Pará*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 377.

Analisando essa lógica de cultivo, Ester Boserup (1987, p. 13) aponta esse tipo de sistema agrícola, como descrito por Cândido Cunha, como cultivo de pousio longo ou florestal, onde “clareiras são abertas anualmente nas florestas e semeadas ou plantadas por um ou dois anos”. Depois desse tempo a terra fica em repouso “de 20 a 30 anos pelo menos”. Como consequência, Ester Boserup (*Ibidem*, p. 82) afirma ainda que a necessidade do constante deslocamento “obriga-os a remover ou a reconstruir suas cabanas a intervalos frequentes”. Esse sistema de cultivo é considerado pela autora como o mais primitivo em termos de produção agrícola, até pela impossibilidade do uso do arado, mas defende que há um raciocínio econômico por parte do lavrador ao abrir mão de novas orientações, pois levaria em consideração o tempo a mais que precisaria dispor em compensação ao possível aumento produtivo.

Ainda de acordo com as análises de Candido Cunha, quando o roceiro sai para preparar o terreno para o plantio, “mete-se elle no matto e, de foice ou machado em punho, emprega-se até muito tarde a decepar páos de todas as grossuras, arrebentar cipós, tudo isto por sob a impiedade dos espinhos e o rigor cortante da tiririca”. Para todos os efeitos, “é elle um homem que trabalha, trabalha sem visar outra cousa que não seja o seu trabalho”. Para ele o que de fato diferencia um agricultor que trabalha racionalmente a terra de um roceiro é que este último “não faz e nem póde fazer um cálculo mais ou menos provável sobre o resultado do trabalho que empreende e isto por muitos motivos”. O primeiro motivo apontado por Cândido Cunha é que o roceiro não procura “saber que quantidade de farinha, tirada de sua roça, póde destinar à venda e isto unicamente porque não se julga elle um industrial, um homem de negócios”. Pondo-se no lugar de um roceiro, Candido Cunha busca descrever a própria mentalidade desse agricultor:

Muito embora reconheça que sem aquelle trabalho não poderá viver, considera, no entanto que os seus esforços não podem produzir mais do que aquilo, isto é, elle não sabe que o trabalho por si só não corresponde a um fim social, que é preciso saber dirigil-o, e, portanto, pensar.⁴²³

Cândido Cunha afirmava ainda que esse lavrador⁴²⁴ errático não conhecia nem mesmo o que seja o conforto de um lar e que, por estar acostumado a viver assim, não se

⁴²³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e Trabalhae*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 346.

⁴²⁴ Vale ressaltar que o termo lavrador tem um significado variado ao longo do tempo e do espaço. Defini-lo apenas como um sujeito que trabalha na lavoura torna-se uma explicação excessivamente genérica. Leonardo dos Santos (2005, p. 279) alerta para o fato de que “tal conjuntura abarcaria um conjunto indiferenciado de

preocupava com tal situação. Quer dizer, na visão elitista do autor, o hábito de viver naquelas condições cotidianamente o tornou um homem embrutecido pelo tempo. Para ele, o pior de tudo é que esse sujeito “nem sabe que tem nas suas mãos o remédio que aniquilaria os males que o não abandonam”. E acrescenta, afirmando categoricamente que, caso “conhecesse elle os modernos princípios de cultura e as innumeradas vantagens que elles apresentam e estamos certo que dentro em pouco tempo veria brilhar para si a estrella da grandeza e do conforto”.

Conhecessem os nossos lavradores os resultados que apresentam a cultura do arroz, do algodão, do feijão e do milho, e logo se convenceriam da necessidade que tinham da necessidade de abandonar esse trabalho rotineiro e ingrato em que, durante tanto tempo, têm gasto as suas forças sem um proveito compensador, para se entregarem por completo, guiados pelo raciocínio e pela razão, aos modernos methods de cultura de onde, provavelmente, lhes adviria uma grande soma de felicidades.⁴²⁵ [Grifo Nosso].

Cândido Cunha conclamava os lavradores paraenses a abandonarem as práticas rotineiras de trabalhar a terra e passassem a adotar os princípios científicos experimentados nos mais diversos centros agrários por todo o país. Contudo, assim como ele, muitos defensores de uma modelo científico de produção, convocavam os homens do campo a adotarem uma nova postura, mas eram poucas as políticas públicas de fato eficazes para tal realização. De uma maneira até generalizante, Cândido Cunha lamentava que os homens ignorassem tudo que se relacionasse com o progresso social. Destacando o problema da monocultura a que se dedica o roceiro quando só pensa em plantar mandioca para fabricar farinha, o autor assevera que:

Elles ignoram que também se vive, e com muito maior vantagem da cultura do arroz, do algodão, do feijão e do milho. Teriam mesmo objeções extravagantes e não hesitariam em dizer que a nossa terra é imprópria para essas plantações e que nenhum lucro tiraria aquelle que nellas se empregasse.⁴²⁶

O trabalho do roceiro acaba por levar, em pouco tempo, ao desgaste do solo fazendo com que ele precisasse se locomover para outras áreas, derrubar a mata virgem em busca de solos férteis. Assim, o roceiro pratica a chamada coivara, que é a derrubada e consequente queimada das matas. Como demonstra Fernando Lourenço (2001, p. 122), “após

categorias socioprofissionais – nele poderíamos incluir desde o humilde meeiro ao grande fazendeiro, por exemplo”.

⁴²⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e Trabalhae*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 346.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 347

aproximadamente um ano de cultivo esgota-se a fertilidade natural do solo e nova parcela da floresta deve ser derrubada e queimada”. Nessa mesma linha de pensamento, o autor acrescenta: “Uma agricultura de derrubadas e queimadas, voltada tão somente para as necessidades primeiras dos homens, errantes das florestas e sem comercio entre si, gera, além da violência e impunidade, a miséria, a ociosidade dos que ocupam as matas” (*Ibidem*, p. 123). Por sua vez, Mazoyer (2010, p. 152) lembra que o desmatamento acarreta “não somente uma redução da fertilidade do solo mas, além disso, o aparecimento ou agravamento da erosão e, em certos casos, um ressecamento do clima”.

Teresa Cribelli (2011, p. 294), se baseando nos escritos de Antônio Marques Rodrigues, em publicação de 1860, destaca que para ele a prática do corte e queima no preparo do terreno para plantio se dava pela grande quantidade de terras disponíveis. Toda essa oferta também não estimulava os lavradores a “desenvolverem métodos para aumentar a fertilidade da propriedade agrícola além do que já era proporcionado pela derrubada”. Sobre esse tema a autora ainda aponta que a prática da agricultura no século XIX se baseou no corte e queima, “um processo violento que resultava em um ciclo de fertilidade extremamente produtivo no início, mas em última instância, de curta duração, e sustentava o cultivo intenso por períodos que podiam se estender de alguns poucos anos a até trinta anos”.

De acordo com a região do Brasil esse sistema de plantio recebe diversas denominações. Dessa forma, segundo Mazoyer (2010, p. 44), “agricultura de queimada, roça de toco, sistema de coivara, agricultura itinerante, ou sistema de corte e queima” são as mais comuns. Ainda conforme o autor o termo original em francês é chamado de “sistema de cultivo de derrubada-queimada”. Tatiana Abreu Sá (2005, p. 380), ao chamar essa prática de “agricultura rotacional de corte-e-queima” lembra que ainda hoje é bastante comum, “em especial em áreas de vegetação secundária (capoeira) na Amazônia”.

Se apoiando nos manuscritos do padre naturalista João Daniel que reuniu uma série de informações sobre a Amazônia no período colonial, Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (1999, p. 239-241) destaca que a prática da coivara no vale amazônico se dá a partir da chegada dos jesuítas. Inicialmente as árvores eram riscadas para que a seiva deixasse de circular, pondo fogo depois que secavam. Para o padre João Daniel o uso da coivara aumentou o tempo de trabalho. O uso da coivara entre os índios aldeados levava até sete meses devido a densidade do material lenhoso impedindo a carbonização, enquanto os índios da floresta começavam o plantio a partir do quarto mês. Instaladas as missões “a coivara passou a ser uma prática dos índios aldeados”. Neste sentido, a autora entende que “as

instituições coloniais e as forças da economia mercantil modelaram um novo sistema agrário”, onde “as sociedades indígenas vêem retirados do seu proveito saberes sobre a floresta, rios e espécies”.

A prática agrícola inserida pelos jesuítas nos aldeamentos por eles criados modificou, como vimos, a maneira como os indígenas preparavam o solo para o plantio. Os índios da floresta possuíam uma lógica própria de produção agrícola. O que iniciou com os indígenas nas missões se estendeu posteriormente ou mesmo concomitantemente aos colonos. Ou seja, toda uma experiência de cultivo foi suplantada pelo projeto colonial português pensado para a Amazônia, alijando esse sujeito de seu próprio conhecimento. O novo sistema agrário, então imposto como o mais adequado e prático, modificou o sistema agrário que vinha sendo empregado:

Indiferente às práticas agrícolas dos indígenas, o fomento agrícola colonial propôs uma agricultura exaustiva, descaracterizando os sistemas agrários localizados nas margens férteis dos rios, causando mudanças nos dois séculos de colonização. Estas podem ser observadas pelas transformações decorrentes da introdução de novos métodos e técnicas de produção, ou seja, da implantação de agrossistemas diversos (ANGELO-MENEZES, 1999, p. 257).

De forma conclusiva, Candido Cunha afirmava que o povo precisava, “e em grande escala, dos conhecimentos que habilitem a saber utilizar-se do meio e da época em que vive, conhecimentos esses que se adquirirão por meio de uma educação constante e racional”.⁴²⁷ Essa educação agrícola começou a ser verificada com maior interesse por parte dos agentes públicos e pela elite agrária a partir do segundo mandato do então governador Augusto Montenegro, entre os anos de 1905 e 1908, com a criação de estações experimentais, campos de demonstração e implantação do ensino ambulante, modalidades instauradas no final da primeira década do século XX. Contudo, devemos lembrar que a perspectiva do ensino agrícola no Pará já havia sido posto em prática com a criação da escola agrícola D. Pedro II na segunda metade do século XIX, como destaca Francivaldo Alves Nunes (2011).

A questão relacionada ao preparo do solo para o plantio estava em voga nessa pretensa fase de modernização das práticas agrícolas e pastoris no estado do Pará no final da primeira década do século XX. No final do ano de 1908, por exemplo, os redatores da revista *A Lavoura Paraense*, traziam aos seus leitores um artigo escrito por André Goeldi mostrando a importância da fertilização dos campos para uma maior produção. Na ocasião, André Goeldi dizia que, na Serra dos Órgãos no estado do Rio de Janeiro onde trabalhava assim que chegou

⁴²⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Aprende e trabalha*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 347

ao Brasil em 1890, “todo mundo só fallava na inexgotavel riqueza e fertilidade do solo”, daquela região. Fertilizar o solo era visto “como uma das maiores heresias e desconsiderações para com a reputação do solo”. Contudo, com as pesquisas e observações que havia realizado mostraram “quão errados andavam aquelles que se mostraram contrários a adubação dos seus terrenos”.⁴²⁸

A clara intenção dos redatores do boletim da 4ª Secção de Agricultura com esse artigo era mostrar não somente aos lavradores no Pará, mas a todos aqueles que defendiam a inesgotável fertilidade do solo, a premente necessidade de se abandonar esse discurso ufanista, que havia anos se propagava no estado e que contribuía para a situação de atraso, adotando assim métodos científicos para sua fertilização, fosse com adubos químicos ou naturais.

Dessa forma, o preparo adequado do solo fazia parte do conjunto de medidas que visavam modernizar a produção agrícola no estado. Fragoso (1986, p. 133), ao destacar a importância do uso de máquinas para o desenvolvimento do trabalho agrícola na Europa, da segunda metade do século XIX, aponta que o aumento da produção e dos rendimentos se deu de fato com a difusão dos adubos, que não apenas romperam “com a velha agricultura”, como permitiram o “incremento da área agrícola cultivada”. Na Europa, até 1840, os adubos eram provenientes da pecuária, a partir de então desenvolveu-se o uso de adubos químicos.

Para todos os efeitos, a primeira compreensão que geralmente uma pessoa tem a respeito de um roceiro é a de que esse sujeito trabalha rústicamente a terra, ou seja, com técnicas e métodos vistos como arcaicos sem a utilização de meios considerados modernos para o cultivo, simplesmente como alguém que trabalha em roças. Portanto, esse espaço caracteriza o roceiro, como seu local de trabalho. Dessa forma, *roça*, de acordo com Verônica Secreto é uma “operação realizada quando se trata de derribar uma mata, consiste em cortar à foice todos os pequenos arbustos, cipós e outras plantas que possam impedir a manipulação do machado” (2005, p. 409). Nesse espaço, cultiva pensando, muitas vezes, apenas na sua própria subsistência e de sua família, sem pretensões comerciais que venham auferir grandes lucros.

O roceiro seria, de acordo com Carlos Leandro Esteves (2015, p. 01-2), ao analisar os artigos contidos na revista *A Lavoura Paraense*, um dos elementos, dentro dessa nova lógica de modernização da agricultura, que deveriam passar por uma transformação

⁴²⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Experiencias interessantes de adubações químicas feitas no estado do Pará*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 375.

radical urgente. Esteves o conceitua como um “trabalhador que vive do cultivo costumeiro e independente, sobretudo da mandioca e da extração de produtos da floresta”. Por conta disso, o roceiro era então “condenado pela falta de racionalidade em todo o seu processo” de produção. Sendo, dessa forma, diretamente relacionado “às causas do atraso e da falta de produtividade da lavoura no Pará”. Portanto, esse sujeito, para o estado e para a elite agrícola paraense, estagnou em suas práticas tradicionais de cultivo. O roceiro, como ainda hoje pode ser observado em diversas regiões do país, foge da lógica capitalista ao pensar unicamente na sua subsistência. O roceiro é uma figura singular dos sertões brasileiros que trabalha a terra a partir de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, pensando no seu sustento e de sua família, auferindo, por vezes, algum pecúlio. Trabalho que era realizado com ajuda dos filhos mais velhos, na maioria das vezes.

Por sua vez, na conferência intitulada “O problema agrícola” realizada por Christino Cruz no Segundo Congresso Nacional de Agricultura e publicado na revista *A Lavoura Paraense*, destacou que o não uso das modernas técnicas e métodos agrícolas é uma questão de abrangência nacional. Para Christino Cruz, desde meados do século XIX a ciência agrônômica vinha formulando soluções para diversos problemas enfrentados pela agricultura, mas que apenas “foram aproveitadas por um ou outro agricultor brasileiro, permanecendo a quasi totalidade delles envolvida no fumo das queimadas dos roçados e entregue suas explorações à acção exclusiva dos agentes e dos phenomenos naturaes”. Para esse expositor não seria um problema ensinar os métodos racionais de produção ao brasileiro chamado, muitas vezes como roceiro, uma vez que:

Se lhe cultivássemos a intelligência, se, ao menos, lhe déssemos o exemplo práctico dos processos aperfeiçoados da industria, elle excederia o Yankee, por mais modesto na vida, mais soffredor nos rigores do trabalho, menos exigentes nas commodidades e nos salarios, aprendendo rapidamente o manejo dos instrumentos, executando com segurança as manobras, e de uma incomparável resistencia a quasquer excessos de temperatura e de esforços.⁴²⁹

Para além dessas questões mais diretamente ligadas ao trato com a terra, o roceiro era visto pela imprensa de Belém, e certamente pela imprensa de muitas outras regiões do país, como um sujeito sem instrução alguma, retratado muitas vezes como alguém de completa ignorância, criando, evidentemente, um estereótipo. Isso fica evidenciado nesse

⁴²⁹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O Problema Agrícola*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 356.

pequeno diálogo publicado de forma cômica nas páginas do periódico “*República*”, em junho de 1900:

Um roceiro vai ao teatro. No dia seguinte, perguntando-lhe alguém o que viu:
- Não sei, responde o pobre homem. Levantaram um cortinado muito grande e apareceram lá em cima uns sujeitos e umas mulheres que se puzeram a tratar de negócios de família; depois brigaram; e eu, para não ser chamado pela polícia para servir de testemunha, tratei logo de me por ao fresco.⁴³⁰

Essa representação do roceiro como alguém ignorante e desprovido de qualquer conhecimento, para além daquele “saber” que adquiriu na lida direita com o campo e repassado de geração a geração, está presente não apenas na Amazônia, mas em todo o país. Jeca tatu, descrito por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês* é um exemplo clássico dessa representação do caipira brasileiro visto como um sujeito pouco afeito ao trabalho e sem ânimo para o “novo”. Mas a ciência vem através de um “médico” transformar o caipira. Evidencia-se a importância que a ciência assume no novo modelo de produção agrícola que vinha sendo implantado em todo o país. Uma vez renovado, agora um homem do campo conhecedor das modernas técnicas de plantio e criação de animais, o jeca Tatu passava a servir de exemplo para todos ao seu redor. A história narrada por Monteiro Lobato, publicada em 1918, retratava, naquele momento, as pretensões de uma elite agrária e de governos que pensavam para além da simples produção de subsistência. Para alcançar essas pretensões seria necessário mudar a mentalidade do lavrador, tornando-o conhecedor de tudo que havia de mais moderno para o campo. Ao falar sobre saneamento rural no início do século XX na cidade de Belém, Elis Vieira (2016, p. 10-11) lembra que o autor de *Urupês* entrou em contato com ideias sanitaristas e “passa a responsabilizar as doenças e a ausência dos poderes públicos pela situação de miséria e indigência em que se encontrava o homem do campo”.

Traçando um perfil de Monteiro Lobato, Mary Del Priore e Renato Venâncio (2006, p. 190) asseveram que:

Monteiro Lobato vivenciou o colapso do sistema escravista, se tornando bastante cético a respeito da evolução de nossa agricultura. Ele culpava os próprios escravos e caipiras pelo fracasso das tentativas de regeneração de nosso sistema agrário. Pouco a pouco, porém, o autor vai aceitando observações médicas e as possibilidades de superação dos problemas existentes.

Nesse sentido, a baixa produtividade agrícola passou a ser relacionada também com a falta de disposição, motivada por questões de saúde, interferindo assim nos anseios

⁴³⁰ *República*, 10 de junho de 1900, n. 464, p. 2.

governistas em fomentar a agricultura. Elis Regina (2016, p. 11) destaca, por exemplo, que “o projeto civilizador e modernizante da República encontrou um poderoso adversário, as doenças, no caso da Amazônia, especialmente a malária”. Ferreira Teixeira dizia, em 1918, que o lavrador paraense era “um doente quase inutilizado pelo impaludismo e pela anquilostomiase, que lhe depauperam o organismo, sem que o poder público possa acudir-o convenientemente”.⁴³¹

Nesse contexto, veio à tona a discussão em torno do saneamento rural. No início da década de 1920 haviam inúmeros casos de verminoses e impaludismo na região Bragantina.⁴³² Em relatório apresentado pelo sanitarista rural, Dr. Anastácio da Silva Monteiro (1922, p. 242-243), que compôs a comissão ambulante da profilaxia rural do estado que percorreu aquela região entre junho de 1921 e maio de 1922, apontou as condições sanitárias de muitas vilas e povoados, bem como as próprias habitações como fatores responsáveis pela proliferação das doenças. As casas, por exemplo, “sem soalho e sem reboco”, prestavam-se “para abrigar os mais perniciosos insectos inimigos do homem, taes como: as pulgas, os percevejos, anophelineos, e talvez o ‘barbeiro’”. De forma resumida, Anastácio Monteiro fez a seguinte descrição:

Outr’ora prospera, saudável e feliz toda essa vasta região, acha-se actualmente em estado precário, quer sob o ponto de vista sanitário, quer sob o ponto de vista econômico-financeiro.

O impaludismo e as verminoses, os mais terríveis fagellos da nossa raça, fazem ahi, annualmente, milhares de victimas.

Profundamente anemiantes, reduzem essas populações à extrema miséria orgânica, tornando-as improductivas e inefficientes (Ibidem, p. 243-244).

De um modo geral, a transformação pretendida na metodologia pela qual vinha passando a agricultura no Pará a partir de meados da década de 1900, afetou diretamente o principal sujeito ligado ao processo produtivo: o lavrador. O objetivo dos agentes públicos era transformar esse lavrador de um simples “roceiro” para “um agricultor que trabalhasse racionalmente a terra”. Por meio de uma educação voltada para aquisição de conhecimento técnico de produção, esse lavrador abandonaria a costumeira prática “atrasada e indolente”

⁴³¹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 10.

⁴³² As localidades visitadas em 1922 pela comissão ambulante que estudou as condições médico-sanitárias da região percorrida pela Estrada de Ferro de Bragança foram: Americano, Santa Izabel, Caraparú, Anhagá, Castanhal, São Luiz, Timboteua, Peixe-Boi e Capanema (Monteiro, 1922, p. 243). Para ilustrar melhor aquilo que afirmava, Anastácio Monteiro usou o povoado de Americano como exemplo. Afirmou que era uma localidade prospera, mas que se encontrava em declínio pelos constantes surtos palustres que desde o final da década de 1910 a acometia (Ibidem, p. 248).

para adotar métodos modernos de cultivo, promovendo assim “o desenvolvimento técnico e racional da produção agrícola no estado” (ESTEVES, 2015, p. 2-3).

Nesse universo rural, ganha destaque então o termo caipira. Thais Coutinho (2005, p. 70-71), por exemplo, aponta que, usualmente, é uma expressão que remete “ao homem simples e rústico do campo”. Trata-se de um termo que “engloba diversas categorias de homens livres do meio rural, cujos costumes e organização social e produtiva diferem-se das dominantes da sociedade da época”. Como não poderia deixar de ser, a autora lembra que em torno do termo caipira cunhou-se o estigma de preguiçoso, entre outros motivos, por não buscar o progresso e o desenvolvimento, pensando apenas no essencial ao próprio sustento, visto que o caipira mantém uma estreita ligação com a natureza. O desenvolvimento do capitalismo e da industrialização afetou diretamente o mundo rural do caipira que precisou moldar-se a essa nova realidade.

O próprio chefe da 4ª Secção de Agricultura, José Ferreira Teixeira, atribuiu ao lavrador, em um de seus artigos publicados na revista *A Lavoura Paraense*, a culpa pelo estado de completo atraso, que segundo ele, a agricultura paraense se encontrava. Pelo fato de grande parte da população paraense ser analfabeta, não seria então “fácil ao governo a tarefa de transformar o rotineiro hábito de nossos camponeses agricultores”. Ratificando a culpa pelo atraso da agricultura no Pará, ele então acrescenta que o principal fator da “infância agrícola é a ignorância do lavrador”. Dessa forma, fica evidente tanto para o governo quanto para a elite patronal, que o lavrador paraense, muitas vezes chamado de roceiro, nunca teve a iniciativa de melhorar seu trabalho para vê-lo mais produtivo:

Seu valor tradicional se limita a lançar a semente na terra e esperar que germine; desconhece quasi por completo a preparação das terras, o uso dos adubos; não vio, nem sabe cultivar e ignora que existam outros productos, por mais remuneradores que sejam, senão aquelles que de pais a filhos tem visto semear e colher; nada tem-se-lhe ensinado, nem elle julga dever aprender que ha methodos aperfeiçoados de cultura, que esta é uma arte e não um azar, e vive n’um empirismo, sem crer, acaso, que haja cousa melhor que os seus rotineiros processos.⁴³³

Conforme assinalavam aqueles que exerciam funções públicas, a forma rotineira com que a agricultura vinha sendo tratada não apenas na Amazônia como também em diversas outras regiões do país, na passagem do século XIX para o século XX, foi sendo construída ao longo do tempo. João Luís Ribeiro Fragoso (1986, p. 125-126), por exemplo, ao

⁴³³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O novo governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 06

falar da persistência de padrões tecnológicos na agricultura fluminense do século XIX, destacou que “a forma de reprodução do sistema agrário escravista-exportador” foi caracterizada pela “repetição do mesmo processo de produção na lavoura”, sendo esse fenômeno interpretado “como sendo um dos aspectos da ‘brutal rotina’ e ignorância que permeava o agro fluminense”. Acrescenta o autor que “o fenômeno retratado como ‘brutal rotina’, na verdade, indica os mecanismos de reprodução de um sistema agrário historicamente definido”. Esse sistema tradicional de cultivo já sofria, em terras paraenses, fortes críticas nas décadas finais do Império. Como aponta Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 18) entre essas críticas estava o fato de ser “antieconômico”, “prejudicial à terra” e “nocivo à saúde dos indivíduos”. Observa-se nas falas oficiais e de membros da elite rural que as mesmas críticas continuavam sendo tecidas nas primeiras décadas republicanas evidenciando a lentidão com que as transformações na forma de trabalhar a terra se deram ao Norte do país.

Sem pormenorizar, fica evidente nos discursos oficiais a tentativa de uma total desqualificação do lavrador ao apontá-lo como responsável imediato pelo atraso em que a agricultura se encontrava no início do século XX no Pará, assim como já ocorria com o colono nacional – por isso também o incentivo à vinda de estrangeiros – no início dos projetos de colonização levados a efeito na região Bragantina. Tratava-se de um discurso que procurava eximir a todo custo qualquer responsabilidade, inicialmente às autoridades provinciais e, posteriormente, aos republicanos. Essa desqualificação do lavrador paraense o desassocia de qualquer grau de conhecimento ou mesmo de civilidade como o fez José Ferreira Teixeira ao afirmar que o atual estado em que se encontrava a agricultura paraense era “difficilmente concebido em um paiz civilisado e só admissível entre tribus selvagens”.⁴³⁴ Até mesmo a historiografia mais tradicional replica esse discurso. Ernesto Cruz (1958, p. 09), por exemplo, afirma que “a ociosidade dos homens ricos, a preguiça dos nativos e a indiferença dos colonos pelo progresso da terra, foram causa da decadência dos principais produtos de exportação e da lavoura em geral”.

Tratava-se, em outras palavras, de uma verdadeira negação de todo e qualquer conhecimento construído pelo homem amazônico ao longo de sua história. Era como se esse sujeito fosse completamente abstraído de qualquer tipo de experiência na lida com a terra. Nesse sentido é que Edward Thompson (1987, p. 10) nos lembra que a experiência construída historicamente através das relações sociais e do cotidiano ajuda a pensar determinados sujeitos anteriormente esquecidos ou pouco notados. A experiência deve, segundo ele, ser

⁴³⁴ *Ibidem.*

amplamente valorizada, pois “podemos ver uma lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas”. Mesmo que o historiador inglês estivesse pensando na classe operária inglesa do século XVIII, suas afirmações nos levam a compreender a realidade amazônica dentro de suas peculiaridades, uma vez que o lavrador tem um saber construído historicamente, mas que era visto como sendo de bronca rotina, portanto, inadequado para a conjuntura econômica que estava posta.

Ainda a esse respeito, Lacerda e Vieira (2015, p. 166) destacam que as autoridades do período em questão e também estudiosos do tema acabavam por propagar esse pensamento de que o lavrador era sim o principal responsável pela crise vivida pela agricultura paraense. Para as autoras, no entanto, “tais compreensões, ainda que resultados de pesquisas, incorrem no equívoco de se colocar na responsabilidade do lavrador, em função da sua falta de modernização, os fracassos da lavoura”. Ainda de acordo com as autoras, esse pensamento acaba “desconsiderando a cultura dos lavradores do interior do Pará, que associavam muitas vezes a lavoura com o extrativismo”.

Essa isenção de responsabilidade por parte dos agentes públicos foi destacada em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense* que tratava do desenvolvimento da pecuária na Argentina e ao mesmo tempo comparando a situação brasileira com a situação de alguns países vizinhos. O texto destacava que “a iniciativa individual nada consegue sem o auxílio do governo”. Que esse auxílio não precisava ser necessariamente pecuniário, “mas sim constante do estudo e promulgação de leis que colloquem a agricultura a coberto de tantas vicissitudes que a fazem desanimar”.⁴³⁵

Em discurso proferido na Assembleia Estadual em 1911, ao defender um projeto de sua autoria acerca da instituição do ensino agrícola nas escolas elementares do estado do Pará, o então deputado Ferreira Teixeira evidenciava que o trabalhador agrícola somente deixaria a alcunha de roceiro no momento em que possuísse “uma certa e determinada somma de conhecimentos práticos e scientificos” uma vez que “nada sabem acerca das leis que regem a produção, nem dos processos que lhes são applicáveis”. Como resultado desse desconhecimento advém, segundo o então parlamentar, a inferioridade dos produtos paraenses, “dahí a impossibilidade de aproveitarmos útil e convenientemente todas as forças espontâneas e intensivas do estado”.⁴³⁶

⁴³⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A bovina-pecuária na Argentina*. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, p. 501-502

⁴³⁶ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 03 de novembro de 1911, p. 01.

Nas entrelinhas dos discursos e escritos de Ferreira Teixeira depreende-se o entendimento de que o lavrador, que não faz uso dos preceitos científicos seria, de algum modo, desprovido de inteligência. Em outras palavras, o agricultor inteligente, por sua vez, devia ter como objetivo “‘produzir muito e bem, com o menor emprego de capital, em menor lapso de tempo com menos trabalho possível’, ou outras, ‘produzir muito e barato’”.⁴³⁷ No entanto, vê-se na documentação analisada, uma postura cada vez mais crítica de José Ferreira Teixeira quanto à atuação do estado na promoção das políticas públicas voltadas para o fomento da agricultura e da pecuária à medida que os governos vão se sucedendo, poucos resultados expressivos e, por sua vez, um olhar menos ácido quando se refere aos lavradores.

Muito embora em suas falas José Ferreira Teixeira se referisse aos trabalhadores do campo de forma pejorativa quanto à capacidade cognitiva desses sujeitos, vale ressaltar que outras autoridades como Enéas Martins usavam expressões mais lisonjeiras. O então governador defendia o lavrador e o criador paraense – caminhando na contramão de inúmeros outros discursos que atribuíam exclusivamente ao homem do campo a culpa pelo atraso econômico do estado – enfatizando que a estes faltava apenas o devido preparo pelo ensino agrícola:

Que os nossos agricultores e criadores são inteligentes, e só precisam do ensino agrícola, pelo exemplo, que convence e desperta a sua iniciativa latente para novos e mais valiosos empreendimentos econômicos, em que só terão a lucrar as classes productoras, os municípios e o Estado, pelo aumento imediato da produção, resultante da policultura racional bem guiada, orientada e defendida pelos poderes públicos.⁴³⁸

A imprensa belenense também não poupava críticas a esses sujeitos pela falta de conhecimentos científicos no trato com a terra. O redator do Jornal “*Estado do Pará*”, ao se referir à falta de cientificidade no trabalho do lavrador, entendia que sua lida no campo estava diretamente relacionada com o conhecimento adquirido dos antepassados mais imediatos e que era repassado de pai para filho. Em meio a tantas descobertas científicas no campo da agricultura e da pecuária, o redator afirmava que “o agricultor não é familiar com toda esta sciencia, o puro prático, assiste impotente e perplexo a estas innovações; e, portanto, não pôde se manter no antigo methodo, pois tornou-se impossível continuar a cultivar segundo os

⁴³⁷ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 28 de maio de 1914, p. 01

⁴³⁸ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de setembro de 1916 pelo Dr. Enéas Martins, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p.98-99. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000098.html>. Acesso em: 21 de abr. 2019.

processos hereditário dos paes e avós”.⁴³⁹ Em outro artigo no mesmo diário, a prática rotineira do roceiro paraense era apontada como principal motivo para o esgotamento do solo:

É sobretudo a insuficiência do homem que se deve attribuir o rápido exgottamento da fertilidade desses solos donde desapareceu a floresta, aniquilada aos golpes do machado e depois na voracidade da queimada; e emquanto, o nosso roceiro não adoptar novas práticas mais civilisadas, no fim de algumas gerações terá transformado a região em taperas, ou terá abandonado a agricultura: permittindo então assim que a Natureza previdente reconstitua a pouco e pouco o equilíbrio que nosso homem moderno, por um atávico fetichismo inconsideravelmente continua desdenhando restabelecer.⁴⁴⁰

Uma constatação evidente na documentação demonstra que havia por trás dos discursos sobre o método de trabalho do roceiro e sua necessária qualificação um claro objetivo também de “civilizar” esse sujeito. Não se tratava apenas de demonstrar a melhor maneira de trabalhar a terra, mas se tratava também de levar a ele os bons costumes, em outras palavras, levar os hábitos citadinos. Portanto, não era apenas o trato com a terra que deveria mudar, mas também moralizá-lo. Não era esse um objetivo recente, pois Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 44) chamou atenção para essa questão ao afirmar que o estado imperial, fazendo uso de determinadas legislações, assumiu uma fala menos violenta, uma ação “revestida de discurso civilizador, que camufla o seu caráter impositivo, autoritário e centralizador”.

Como mostraremos no tópico seguinte, o ensino agrícola aparecia como principal alternativa para essa questão tão delicada às pretensões não somente da elite agrícola paraense como também do próprio governo, que objetivava promover a agricultura e a pecuária transformando a forma como o lavrador lidava com a terra. Contudo, deve-se enfatizar a forma como latifundiários e agentes públicos eximiam-se de qualquer responsabilidade pelo atraso da produção agrícola paraense, atribuindo toda a responsabilidade para o lavrador e para o criador. Para aqueles, educar o homem do campo seria fundamental, sobretudo, como veremos, através o ensino agrícola ambulante, vista como a principal ferramenta nesse processo de modernização e racionalização do processo produtivo ao ir de encontro ao lavrador. Contudo, surge nesse contexto a figura do agrônomo como detentor desse conhecimento a ser transmitido, portanto um importante sujeito nas pretensões das autoridades públicas e da elite agrária paraense.

⁴³⁹ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 28 de maio de 1914, p. 01.

⁴⁴⁰ *Estado do Pará*. Adubo verde melhorador das terras agrícolas. 16 de março de 1913, p. 02.

3.3 O agrônomo e o ensino agrícola: o sujeito por trás da modernização agrícola.

Como dissemos anteriormente, a partir do novo modelo agrícola que se pretendia implantar nos campos paraenses, a quantidade de colonos empregados na agricultura deixou de ser uma prioridade, ganhando relevo a qualificação técnica desse trabalhador, evidenciando toda a atenção devotada ao ensino agrícola. Não há dúvida que as políticas agrícolas adotadas ao longo da segunda metade do século XIX no Pará buscavam modernizar os métodos produtivos, mas é notório pela documentação analisada que a metodologia aplicada no limiar do século XX se direcionava à devida qualificação do lavrador. Portanto, são fases distintas de modernização, assim como na década de 1950, quando “a tônica do debate político girava em torno da modernização da agricultura” (ROCHA, 2011, p. 347). A modernização das práticas agrícolas é algo constante em qualquer parte do mundo.

A qualificação do roceiro com o escopo de transformá-lo em um verdadeiro operário agrícola – usando assim a expressão do próprio Ferreira Teixeira - seria então o principal objetivo do processo de racionalização iniciado com a criação da 4ª Secção de Agricultura, em 1908, ainda no governo de Augusto Montenegro. Uma evidência dessa nova mentalidade pode ser percebida na grande presença de agrônomos na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Alguns desses profissionais atuavam na demarcação de lotes como é o caso do agrônomo João Anchieta de Siqueira, responsável por esse serviço na cidade de Óbidos com objetivo de formar núcleos coloniais.⁴⁴¹ Outros eram nomeados para atuarem diretamente em espaços agrícolas como foi o caso de Joaquim Argemiro da Costa em Marapanim,⁴⁴² José Aristeu Castro para Jambuaçu⁴⁴³ ou Primitivo Figueiredo no núcleo de Ferreira Pena.⁴⁴⁴ A presença desses profissionais objetivava dar um carácter mais técnico e

⁴⁴¹ *O Pará*, 16 de julho de 1898, p. 04.

⁴⁴² *A República*, Publicações, 18 de abril de 1899, p. 01.

⁴⁴³ *A República*, 3 de junho de 1899, p. 2. Jambuaçu foi um núcleo agrícola criado em 1895 às margens da extinta Estrada de Ferro de Bragança, localizado no km 118. Atualmente essa localidade pertence ao Município de São Francisco do Pará, na região Nordeste do estado (CRUZ, 1955, p. 25).

⁴⁴⁴ *A República*, 12 de agosto de 1899, p.2. O núcleo Ferreira Pena foi criado em 9 de março de 1898 e ficava localizado à margem esquerda da Estrada de Ferro de Bragança, nos limites do então núcleo de Araripe, hoje distrito de Americano, pertencente ao município de Santa Izabel do Pará, localizada na região metropolitana de Belém (CRUZ, 1955, p. 35).

científico à atividade agrícola naqueles e em outros espaços. Eram essenciais nas pretensões governamentais de modernização agrícola.⁴⁴⁵

O curso de agronomia ganhou força aqui no Brasil na segunda metade do século XIX. Mary Del Priore (2006, p. 177) afirma que os agrônomos então diplomados deveriam ter conhecimento para além daquilo que a profissão em si exigia, “como também em campos aparentemente distantes como mineralogia”, técnicas de fusão de metais (montanística), direito e economia”. Ressalta ainda que a criação das escolas superiores de agronomia se “formaram no contexto da abolição e pós-abolição” (*Ibidem*, p. 184). Por sua vez, Sônia Regina de Mendonça (1998, p. 13) destaca que a inclusão desse profissional, tanto na sociedade quanto na política brasileira, acontece na Primeira República.

Quando José Simão da Costa, em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense*, afirmava que uma das mais urgentes preocupações do governo estadual após a criação da 4ª Secção de Agricultura seria, “providenciar para que um dos primeiros cuidados dos agrônomos ao serviço da novel repartição, seja o de percorrer a vastíssima zona cacoeira do Tocantins”, mostra a importância que os agrônomos ganhavam. José Simão da Costa acrescentava que a presença desses sujeitos naquela região seria importante na medida em que mostrariam aos produtores de cacau que as árvores ali existentes ainda poderiam “produzir excelentes resultados pecuniários, e mostrar-lhes, por exemplos e demonstrações práticas, a forma de se conseguir esse desideratum”.⁴⁴⁶

O governador Augusto Montenegro, afirmava que o agrônomo seria indispensável nessa nova metodologia voltada a desnudar o lavrador de suas práticas vistas pelas autoridades locais como atrasadas e educá-los de acordo com os preceitos mais modernos e científicos da produção agrícola:

Nesta ordem de idéas, aconselharia o contrato desde já de um agrônomo, a quem se forneceriam os precisos elementos para, percorrendo os diversos municípios que solicitassem a sua presença, ensinar praticamente aos agricultores os meios de melhor tratar e aproveitar as suas culturas e usar dos modernos instrumentos agrícolas.⁴⁴⁷

A fala de Augusto Montenegro, acima descrita, é bastante significativa por expressar o papel que o agrônomo passava a assumir junto aos lavradores e junto aos agentes públicos na complexa tarefa de fazer com que o homem do campo mudasse sua percepção

⁴⁴⁵ Ver: SANTOS, 2016.

⁴⁴⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Lavoura do cacau no Tocantins*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 370

⁴⁴⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 56. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000055.html>. Acesso em: 27 de abr. 2019

quanto ao seu *modus operandi*. Contudo, sua influência não se fazia sentir apenas no campo. Quer dizer, percebe-se nas mensagens dos governadores um discurso mais técnico que nos leva a crer que havia por trás dessas falas a participação dos agrônomos na tessitura dessa documentação. Esses sujeitos seriam responsáveis não apenas pela qualificação técnica do agricultor, como também seriam os sujeitos por trás desses elaborados discursos relacionados à economia agrícola do estado.

Não obstante, seria essencial para alcançar tais objetivos a formação de agrônomos que dessem conta de percorrer o vastíssimo território amazônico. No Pará, várias iniciativas voltadas para a formação de agrônomos são pontuadas no início da República, tanto em âmbito geral quanto específico. Em âmbito particular podemos citar casos como da intendência de Bragança que, em 1896, consignou parte do orçamento de sua receita, “verba de dois contos de reis para auxílio de dois moços” destinados aos estudos de agronomia na Bahia. Na ocasião foram destinados Enéas Calandrini Pinheiro e Joaquim Magno Botelho Pinheiro, “ambos naturais de Bragança”. Para o articulista da *Folha do Norte* uma cidade como Bragança, “essencialmente agrícola, rica de productos naturaes, fértil em sua zona”, não poderia se abstrair de engenheiros agrônomos.⁴⁴⁸ Para os agentes públicos, inclusive, as intendências municipais, deveriam assumir o papel de auxiliares “do Governo do Estado na obra do desenvolvimento da agricultura, de cujos productos reverte a maior parte da renda em favor dos municípios”.⁴⁴⁹

Por sua vez, ocorreu a nível estadual, nos primeiros anos da República, a tentativa de se criar uma Escola de Agricultura com a edição da lei n. 53 de 27 de agosto de 1892, ainda no primeiro mandato do governador Lauro Sodré. O que não se concretizou por falta de recursos no orçamento. A referida lei determinava o valor de trezentos contos de réis, cuja verba seria consignada no orçamento do ano seguinte, para a fundação da escola e fazenda modelo.⁴⁵⁰ A esse respeito, Lauro Sodré afirmou que era “de acerto a criação e divulgação do ensino agrícola, especialmente sob o ponto de vista prático, único verdadeiramente útil”. Contudo, o governador Lauro Sodré não apoiava a formação de agrônomos por entender “que na vida pública fazem do pergaminho título para entrar no grande exército do funcionalismo, fugindo ao campo da actividade industrial”. E concluiu dizendo: “Creemos uma Escola

⁴⁴⁸ *Folha do Norte*. Intendência de Bragança. 29 de fevereiro de 1896, p. 03.

⁴⁴⁹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁴⁵⁰ PARA. Coleção de Leis do Estado (1891-1892). Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893, p. 65.

agrícola; e, sendo possível, estações agrônômicas, como possuem-n'as [sic] em tamanha cópia os Estados-Unidos da América do Norte, onde só no anno de 1888 fundaram-se 26”.⁴⁵¹

Embora se mostrasse informado com relação à evolução das técnicas e métodos produtivos voltados para a agricultura, mesmo aqueles empregados fora do país, Lauro Sodré não pôs em prática suas pretensões ficando insistentemente preso à ideia da introdução de imigrantes e da criação de núcleos agrícolas como solução para a baixa produção agrícola. Em seu segundo mandato, entre os anos de 1917 e 1921, Lauro Sodré voltou a criticar o ensino agrícola voltado para a formação de agrônomos, ao dizer que “seria um erro querer que fundássemos aqui escolas em que se formassem apenas doutores em vez de ministrar o ensino prático necessário”.⁴⁵² Ainda assim, nesse segundo momento à frente do executivo estadual, deixava crer que foi o pioneiro nessa nova forma de agricultura no Pará.

Mesmo não tendo o devido reconhecimento pelo primeiro governador eleito do Pará, os agrônomos vinham ganhando bastante destaque. “Não há agricultura sem agrônomos – é o princípio elementar”, afirmava o secretário de obras públicas, terras e viação em relatório entregue ao governador Lauro Sodré em 1918.⁴⁵³ Dentro desse mesmo entendimento, Mendonça (1998, p. 30) destaca o protagonismo desses especialistas para a agricultura no país, sobretudo, durante a Primeira República, “enquanto potenciais gestores da nova ordem social emergente no campo”. Por sua vez, Marco Nery (2010, p. 45) afirma que os agrônomos foram importantes na medida em que contribuíram para a institucionalização das ciências agrícolas no país, diferenciando-se de outras áreas do saber, ou seja, “o esforço dos agrônomos em ganhar reconhecimento social e intelectual passava necessariamente pela formação de um campo científico e profissional que coadunasse com o discurso presente na época; neste caso, um entendimento positivista⁴⁵⁴ de ciência”.

Enaltecendo o trabalho dos agrônomos, José Ferreira Teixeira afirmava, no final da década de 1910, que era nessa classe que o Pará encontraria os pioneiros da civilização industrial, “não só instruindo os agricultores como guiando explorações rurais por conta

⁴⁵¹ PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de julho de 1892. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892, p. 23-24. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2418/000022.html> Acesso em: 28 de jan. 2016

⁴⁵² PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado dr. Lauro Sodré, p. 87. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1040/000087.html>> Acesso em: 28 jan. 2019

⁴⁵³ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁴⁵⁴ Trata-se de uma corrente filosófica criada na França do século XIX por Augusto Comte. Para os positivistas, a chave para o progresso da sociedade está na ciência. A modernização pretendida para a agricultura brasileira no início da República foi fortemente influenciada por essas ideias. Sobre o positivismo ver: RIBEIRO JR, 2003.

própria ou alheia”. Atribuía essa missão de civilizar o mundo rural amazônico pelo contato direto desse profissional com os agricultores e pecuaristas. Modernizar as práticas agrícolas era também sinônimo de moralizar os próprios hábitos e costumes do homem do campo.⁴⁵⁵ Notadamente as ilações do chefe da 4ª Secção de Agricultura demonstravam que havia grande confiança no trabalho dos agrônomos como condutores da modernização e racionalização do processo de produção agrícola no Pará no início do século XX, sobretudo, ao atuar diretamente com o lavrador por meio do ensino.

Dessa forma, os agrônomos surgem nesse cenário como o elo entre os agentes governamentais e a elite rural na medida em que assumiam, como afirma Sônia Regina de Mendonça (1998, p. 30) “o papel de porta-vozes dos interesses da classe dominante agrária do período, em sua ‘missão’ de ‘modernizar’ a agricultura brasileira”. A partir das análises das fontes, sobretudo dos artigos presentes na revista *A Lavoura Paraense*, acerca da atuação dessa classe vista como detentora do conhecimento necessário para elevar o nível da produção agrária, é possível perceber também os objetivos estatais pela busca da almejada racionalidade da produção bem como dos interesses do próprio patronato rural.

Dessa forma, o governador Augusto Montenegro pressupunha que o ensino agrícola seria uma ferramenta essencial para alavancar o plantio e a produção daquelas que seriam as principais culturas do estado e que a figura de um especialista junto aos lavradores seria de extrema importância, principalmente no combate às chamadas práticas rotineiras. Assim como a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança⁴⁵⁶, a modernização das práticas agrícolas no Pará também se apresentava um verdadeiro programa de governo:

Desejo, antes de encerrar o meu segundo período administrativo, fundar no Estado uma estação agrônômica em que se trate especialmente de incrementar o plantio da seringueira e melhorar a nossa cultura de cacau e tabaco. Para esse fim precisamos de uma pessoa bem aparelhada theoreticamente e ao mesmo tempo suficientemente para lidar com os nossos agricultores, ensinando-os e combatendo-lhes os prejuízos e rotinas.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 30.

⁴⁵⁶ Assim que assumiu o cargo de governador do Estado do Pará em 1901, Augusto Montenegro afirmou que “que o prolongamento e a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança por si só constituíam um programma de governo”. Ver: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1902, p. 58. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2436/000053.html> > Acesso em: 31 de dez. 2020.

⁴⁵⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém: imprensa Oficial, 1906, p. 08. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2440/000008.html>. Acesso em: 02 Jan.. 2019

Dentro dessa perspectiva de protagonismo dos agrônomos, José Ferreira Teixeira enaltece, em relatório entregue à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação em 1918, o trabalho desses sujeitos, apontados por ele como diretamente responsáveis pelos novos rumos que a agricultura paraense deveria tomar, onde deveriam assumir o pioneirismo nesse novo universo que se configurava para a agricultura no Pará. Contudo, percebe-se que o trabalho desse profissional não caminharia de forma paralela à experiência dos colonos locais:

É na classe de agrônomos competentes, científicos e praticamente, conhecendo, sobretudo, os segredos da natureza amazônica, que nós teremos de encontrar os pioneiros da nossa civilização industrial, não só instruindo os agricultores como guiando explorações rurais por contra própria ou alheia.⁴⁵⁸

Bruno Melo de Araújo (2013, p. 10), ao tratar acerca do ensino agrícola e a modernização do trabalho rural no Brasil, destaca a figura do agrônomo como aquele sujeito responsável por transformar o mundo rural no início do século XX e que teria o seu papel legitimado por meio do ensino agrícola, que “configurou-se como uma solução para o clima de instabilidade gerado no campo pelos movimentos da abolição e Proclamação da República”, transformando-se no “instrumento formador dos indivíduos desejados pela sociedade moderna”. Isso denota que a função do agrônomo junto ao homem do campo não era apenas a de transmitir conhecimentos científicos sobre modernas práticas agrícolas, mas também moldar esse sujeito para que se adeque à nova realidade política do país.

Embora não seja, por sua vez, o objeto de análise de Marcio Antônio Both da Silva (2011, p. 227) na obra “Babel do Novo Mundo”, quando analisa o povoamento e a vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1925, o autor faz a seguinte observação quando se referir ao ensino agrícola no Rio Grande do Sul durante a Primeira República:

[...] é necessário grifar a importância da escola, dos cursos técnicos e dos estímulos governamentais voltados a difundir o ensino entre as populações rurais no período. Embora os resultados não tenham sido satisfatórios, principalmente devido ao reduzido número de alunos(as) formados, os projetos e práticas de instrução rural alcançaram certo êxito na difusão de conhecimentos e no treinamento das populações rurais do Rio Grande do Sul.

Tal perspectiva de análise pode ser estendida ao Pará, na medida em que a presença dos agrônomos alcançara inúmeros colonos, também difundindo novas ideias para o trabalho no campo. Da mesma forma que o agrônomo passava a ganhar projeção no cenário

⁴⁵⁸ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

agrícola não apenas a nível nacional, mas também a nível local, a educação agrícola ganhava, da mesma forma, certo protagonismo. Assim, em discurso proferido na Assembleia Estadual em 1911, ao defender um projeto de sua autoria acerca da instituição do ensino agrícola nas escolas elementares do estado do Pará, o então deputado José Ferreira Teixeira deixava evidente a importância que o mesmo atribuía ao ensino agrícola como a melhor alternativa para se alavancar a indústria agropecuária paraense. Conforme suas palavras, “é o ensino agrícola que se impõe contra o desconhecimento absoluto de métodos científicos e contra o processo rotineiro infiltrado nos actuais labutadores do campo”.⁴⁵⁹

Como não poderia deixar de ser o ensino agrícola seria voltado exclusivamente para o lavrador, ou seja, “instruir a classe inteira de operário” sob as ordens de mestres e contra-mestres.⁴⁶⁰ Contudo, José Ferreira Teixeira (1907, p. 10) afirmava que a instrução agrícola, pela sua importância, deveria preceder qualquer tipo de melhoramento material. Enéas Martins, em seu último ano como governador, 1916, assim como seus antecessores, valorizava o ensino agrícola, pois para ele era “o factor fundamental, o elemento básico em que deveria assentar a nossa prosperidade, a nossa grandeza e a nossa independência econômica futura”.⁴⁶¹ Tratando a situação da agricultura e da pecuária paraense como uma verdadeira guerra a ser travada contra a rotina que, de acordo com o então governador, há tempos estava presente nos campos paraenses, conclamava que se preparasse “o exercito rural, tendo como officiaes os preceptores technicos, formados nas escholas superiores da União e mesmo na do Estado de S. Paulo ou contratctados no estrangeiro”.⁴⁶² Portanto, esses sujeitos eram vistos, pelas autoridades locais, como verdadeiros heróis contra a rotina.

De um modo geral, no ensino agrícola, fosse através de instituições como fazendas-modelo, campos de demonstração ou estações experimentais, seria adotado como metodologia o “ver” e o “fazer”. No país como um todo, seguia-se um modelo de educação que adequasse o lavrador considerado errante àquilo que o capitalismo, enquanto sistema econômico, mais exigia, a formação de uma mão de obra qualificada. Dessa forma, buscava-se por parte dos dirigentes agrícolas a superação de um passado, visto por essa classe, como eivado de erros por parte do trato com a terra e com os animais. Para a elite agrícola paraense o estado deveria assumir o papel de responsável pelas transformações necessárias pelos quais

⁴⁵⁹ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 02 de novembro de 1911, p. 01.

⁴⁶⁰ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 03 de novembro de 1911, p. 01.

⁴⁶¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 96. Disponível em: <<http://brazil.cr1.edu/bsd/bsd/u1036/000096.html>>. Acesso em: 09 de abr. 2019

⁴⁶² *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 05 de novembro de 1911, p. 01.

o campo deveria passar, mas em muitos momentos vê-se o estado conclamando, da mesma forma, a iniciativa particular. E nesse caso, o modelo a ser seguido, de acordo com Mendonça (1997, p. 90-91) seria o norte-americano, no qual o “ensino profissional agrícola massificado seria vulgarizado pelas falas desses atores/agrônomos, que erigiam a figura do *farmer* como o paradigma da racionalidade produtiva a ser imposto ao homem do campo brasileiro pela via do saber”.

Como deputado, José Ferreira Teixeira cria um projeto de lei n. 1079 que objetivava implantar o ensino agrícola nas escolas, autorizando, para isso, o governo do estado a decretar o Regulamento Geral do Ensino Agrícola podendo, para isso, reformar o próprio Regulamento Geral do Ensino.⁴⁶³ Isso denota toda a importância que José Ferreira Teixeira declinava ao ensino agrícola, pois para ele era o principal motor para o desenvolvimento dos processos agrícolas no Pará. Chegava mesmo a suplicar sua implantação em todo o estado:

Façamos pouco, mas fazemos alguma coisa. Nada fazer é continuar a manter de pé a causa dos nossos males e das nossas crises. Não resolveremos o caso do Pará por nenhum outro meio. O remédio primordial está na instrução das classes productoras, quer de matérias primas, quer das que tiverem que ser manufacturadas. Todas as outras indispensáveis medidas a adoptar para resolver a agricultura e a indústria manufactureira, são complementares, e não deixam também de a instrução dos produtores.⁴⁶⁴

Contudo, nos chama bastante atenção o fato dessa súplica ser feita uma década depois que a agricultura ganhou uma secção exclusiva dentro da secretaria de obras públicas, terras e viação. Ou seja, no final da década de 1910, quando muitas das ações estatais em conjunto com a elite agrária já estarem em curso, o ensino agrícola ainda não era uma realidade nos principais centros produtores. O governador João Coelho, por exemplo, ao solicitar do Congresso Estadual a aprovação do Regulamento Geral do Ensino Agrícola, tinha como objetivo, segundo ele, implantar o ensino agrícola nas escolas primárias. Entre este e outros objetivos, a pretendida reforma tinha ainda como alvo ministrar:

[...] licções de cousas e factos com applicação à agricultura, para crear e nutrir um espirito de sympathia a favor dos trabalhos da lavoura; esclarecer pela experiencia, pela observação dos factos agrícolas, o educando; desenvolver estes conhecimentos dentro dos limites do seu programma; aproveitar, de preferênciã, essas observações como base de interesse para os exercícios oraes e escriptos de todas as disciplinas;

⁴⁶³ *Estado do Pará*, Congresso Legislativo do Estado, 04 de outubro de 1911, p. 01.

⁴⁶⁴ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 10.

impregnar, enfim, a inteligência do aluno de ideias e imagens que se acham nas cenas da vida rural.⁴⁶⁵

O referido Regulamento Geral do Ensino Agrícola foi aprovado pelo Congresso Legislativo do Estado e sancionado pelo governador João Coelho em 8 de novembro de 1911, sob lei n. 1.215 autorizando, inclusive, como dito acima, a possibilidade de reforma do próprio Regulamento Geral de Ensino.⁴⁶⁶ Para todos os efeitos, o deputado estadual, autor do projeto, José Ferreira Teixeira afirmava que o ensino agrícola deveria ser ministrado, inicialmente, na sua forma elementar:

[...] o ensino agrícola, propriamente dito, que na organização federal compreende os três graus – elementar, médio e superior – entre nós, deve, por enquanto, ser instituído no primeiro grau, isto é, com a instrução elementar para formar trabalhadores ruraes, aptos para os diversos serviços das propriedades agrícolas, exploradas de accôrdo com as modernas práticas agronômicas.”⁴⁶⁷

Ao ser instituído no país no início da República, o ensino agrícola elementar tinha como principal objetivo incorporar no trabalhador nacional, de acordo com Oliveira (2004, p. 132), “uma nova ética de trabalho, demandada pela organização da produção voltada para a indústria ou para a exportação”. O importante, continua o autor, era também tornar esse agricultor “receptivo às indicações e à introdução de práticas tidas como mais eficientes e garantidoras de maior produção, uma vez que era baseadas em princípios científicos”. No entanto, havia o encontro entre dois conhecimentos ao mesmo tempo distintos e estabelecidos: o científico e o tradicional. Despojar o trabalhador rural amazônico, de beiro de rio, que fugia à lógica da política capitalista, a pensar diferente, depois de toda uma experiência construída na floresta, precisaria muito mais do que, simplesmente, tecer constantes elogios ao cientificismo.

Devemos aproveitar a ocasião para destacar que nem mesmo o ensino para alfabetização das crianças era dos melhores no estado do Pará, não só no aspecto estrutural, mas também na qualidade desse ensino. Edivando Costa (2015, p.14), ao analisar a formação de professores para o ensino primário no Pará, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, concluiu que os discursos de algumas autoridades, como os governadores já citados nesta tese, “iam de encontro à realidade do ensino primário”, onde “são evidentes diversos problemas que comprometiam seriamente o ensino primário”. Entre esses problemas

⁴⁶⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 133. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000133.html>> Acesso em: 04 mar. 2018

⁴⁶⁶ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 09 de novembro de 1911, p. 01.

⁴⁶⁷ *Estado do Pará*, Ensino agrícola, 05 de novembro de 1911, p. 01.

o pesquisador aponta as “precárias condições estruturais das escolas, ensino pouco eficiente ministrado por professores e professoras com título ou não da Escola Normal”. Essas colocações são bastante significativas na medida em que mostram um grande problema no processo de alfabetização, o que colocava em xeque o próprio ensino agrícola, visto que muitos desses lavradores não eram alfabetizados.

Dez anos após assumir a chefia da 4ª Secção de Agricultura, José Ferreira Teixeira reclamava com veemência da inércia do estado em promover a necessária instrução agrícola ao lavrador. Dizia ele que no ensino primário não era dada nenhuma noção, mesmo que elementar sobre assuntos de agricultura às crianças e que na Escola Normal se formavam “os professores sem estudar nocções geraes de agricultura para ensinarem aos seus discípulos”, pois segundo ele a “instrucção não visa fins econômicos”. Reclamou ainda, em relatório entregue à secretaria de obras públicas, terras e viação, em 1918, da falta de recursos previstos no orçamento voltado para o ensino agrícola dos lavradores e dos seus filhos. Para ele, o ensino agrícola – elementar, superior, ambulante, etc. – era essencial para o progresso econômico e estava “esquecido pelos poderes públicos”. A explicação dada pelas autoridades estava no fato de que a receita não comportava “esse ramo importantíssimo, substancialmente indispensável”. Mostrando mesmo certa indignação, o chefe da 4ª Secção de Agricultura saiu em defesa dos lavradores:

Mas, se a falta é de receita, porque não cumprimos o nosso dever de justiça para com essa classe infeliz e abandonada que nos alimenta os orçamentos com as taxas que exigimos ao seu trabalho rude, atrasado e pouco remunerador, pelos defeitos dos processos empregados, dando-lhe preparo tecnico, por uma instrucção bem organizada e orientada, não é accertado cruzarmos os braços e esperarmos o milagre do ceo ou do acaso.⁴⁶⁸

Como solução para a falta de recursos, sempre alegada pelas autoridades públicas, José Ferreira Teixeira propôs a criação de um imposto determinado sobre a exportação de alguns produtos como arroz, algodão, milho e farinha, na razão de 1% sobre o valor desses produtos e 2% sobre o tabaco e a cachaça. Sugeriu ainda que a renda desses impostos fosse “escripturada sob o título especial de ‘Fomento da Agricultura’”. Essa renda serviria não apenas para custear “serviços administrativos do Departamento de Agricultura, taes como Campo Experimental, Fazendas Modelo de Criação e Ensino Agrícola em suas modalidades regulamentares, especialmente o ambulante, o elementar e o médio”, mas também serviria

⁴⁶⁸ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 14.

“para a defeza sanitária da população, especialmente contra o impaludismo e a anquilostomíase”.⁴⁶⁹ Afirmava que o referido pagamento por parte dos agricultores seria uma espécie de adiantamento que fariam onde teriam, juntamente com o estado, “grande lucro e considerável aumento de riqueza com o progresso da agricultura e da criação”.⁴⁷⁰

Apesar das críticas, não podemos perder de vista que a inquietude do governador João Coelho, quanto a implantação do ensino agrícola nas escolas elementares, passava também pela formação de professores aptos ao desempenho dessa função. Nesse sentido, o governador apostava na metodologia de excursões escolares aos locais voltados para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária como aprendizados agrícolas e postos zotécnicos. Embora, o ensino agrícola estivesse em voga, naquele momento, o discurso em torno da educação agrícola já vinha sendo feito há bastante tempo. O Estado, com todo seu aparato burocrático e legitimador, seria o responsável pela implantação de um ensino agrícola voltado para a modernização do campo. Na visão de Sônia Regina de Mendonça (1997, p. 94) ao Estado caberia não apenas “a instauração desses projetos, definindo-se como elemento padronizador das práticas a serem fomentadas”, mas também conceber “os diversos centros preparatórios dos técnicos os mais variados”.

Percebe-se que a atuação de José Ferreira Teixeira à frente da 4ª Secção de Agricultura não se resumia apenas a atender demandas de uma elite sedenta por medidas que desenvolvessem a agricultura, mas também levava aos agentes públicos soluções para inúmeros problemas. A falta de profissionais habilitados também era uma das inúmeras dificuldades que o campo enfrentava. Curioso pensar que no final da primeira década republicana, as autoridades mineiras, ao fundarem escolas práticas de agricultura em cidades como Ouro Preto e São João Del-Rei, “não dispunham de corpo docente habilitado para ministrar seus conteúdos”, obrigando-os a “contratar mão de obra profissional vinda do exterior” (CIMINO, 2013, p. 93). Essa era, certamente, uma dificuldade enfrentada também na região amazônica. A própria lei n. 1.215, acima mencionada, autorizava o governador a nomear ou contratar no país ou no exterior, profissionais para a instalação do ensino agrícola no estado.

De qualquer forma, a ideia de se implantar o ensino agrícola no Pará já vinha sendo desenhado há algum tempo. Conforme Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 232), já se defendia o ensino agrícola no Pará como solução para alavancar a agricultura desde a segunda

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 19

metade do século XIX, sobretudo com a criação da escola rural D. Pedro II. De acordo com o autor, essa instituição:

Como escola experimental devia, sem prejuízo de seu fim especulativo, fazer experiências e observações sobre a agricultura da província e sobre os meios de melhorá-las, assim como de aproveitar e aperfeiçoar os produtos por ela fornecidos. Finalmente em sua missão de propaganda, afim de inspirar a população à vocação para a vida agrícola, coordenaria essas experiências e observações, e as notícias consideradas mais importantes para o fomento da agricultura, seriam publicadas em um periódico intitulado, Annaes da escola rural de D. Pedro II.

Essa perspectiva do ensino agrícola no Pará, obviamente, já era ensejada também por outros estados. Silva (2011a, p. 226-227), por exemplo, ao analisar a fala do governador Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, em 1898, fala em “imperfeita instrução agrícola” para justificar o fato de que a “quantidade e a qualidade da produção rio-grandense não eram suficientes para disputar a primazia nacional contra a produção similar estrangeira”. Nesse sentido, o autor aponta que “uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de uma estação agrônômica industrial em Porto Alegre, que deveria servir de modelo a serem implantadas nas regiões agrícolas do estado”. Ação também realizada pelas autoridades paraenses acima citadas.

O articulista do jornal “*Estado do Pará*”, em artigo de 1914, se referindo a importância do ensino agrícola como algo que não deveria ser apenas ampliado ou aprimorado, mas como solução aos problemas apontados, chega a dizer que a agricultura no Pará “era empírica e rotineira” e que apenas pelo ensino agrícola a lavoura se transformaria em uma indústria racional, “não hesitando mais em pedir à sciencia, ao capital e a associação o que ella esperava em vão do concurso aleatório dos elementos”. E acrescenta que as autoridades locais deveriam assumir esse papel tão importante para o futuro agrícola paraense e, diante disso, conclamava a adesão das forças políticas e econômicas do estado para se resolver um problema comum:

É pois, absolutamente necessário instituímos já entre nós como primeiro passo do progresso infallível e de transformação seguro de nossos atrasados costumes agrícolas, o ensino agrícola, espalhando as novas noções, cuja aplicação exige, a união dos esforços da classes dirigentes da nossa sociedade, a quem cabe o dever de auxiliar o governo na solução da crise econômica que nos perturba a fundo a existência”.⁴⁷¹

O que se percebe também na fala do citado articulista é uma tentativa das classes dirigentes do Pará, detentores do poder econômico e político, em resgatar do obscurantismo,

⁴⁷¹ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino agrícola, 28 de maio de 1914, p.02.

uma classe tratada como desqualificada para o trabalho no campo. Acontece que a metodologia pensada para o ensino agrícola não levava em consideração a realidade vivida pelo lavrador, ou seja, seu conhecimento prévio, sua experiência. O fato desse sujeito ser carregado de uma experiência construída historicamente no trato com a terra acabava ficando em segundo plano. Nesse sentido, para a classe dirigente, não se tratava de uma troca de experiências, mas da imposição de um saber pronto e acabado transmitido pelos agrônomos. Nesse modelo o lavrador paraense seria apenas um receptáculo. Como afirmou Vieira Fazenda, ao prefaciar a obra “A Antiga Produção e Exportação do Pará” de Manuel Barata, “os nossos antepassados eram mais práticos, tirando da terra os recursos para o progresso commercial do nosso opulento território” (BARATA, 1915, p. II).

Vale destacar ainda um interessante ponto que é abordado pelo mesmo articulista, o qual apontava não apenas a forma rotineira como era conduzida a agricultura e a pecuária no Pará, como explicação para a dita estagnação desses setores da economia. Na sua opinião, outros fatores também contribuíram de forma significativa para tal situação: “O capital foge de nós, o trabalho desaparece dia a dia, pela completa desorganização em que está; a circulação é entravada pela imprestabilidade ou carestia da viação e pelos onerosos impostos que pesam sobre quase todos os produtos de exportação; a vadiagem não tem correctivos”.⁴⁷² Em outras palavras a situação precária em que se encontrava a agricultura no Pará teria explicação não apenas na prática rotineira do processo produtivo, mas em um conjunto de fatores, inclusive a falta de civilidade do homem do campo.

Como ações voltadas para a pretendida educação no campo é criada, em 1914 em Belém, a Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola.⁴⁷³ Seus idealizadores pretendiam difundir o “ensino agrícola em todas as suas modalidades, para formação nas escolas, de agrônomos, chefes de cultura e trabalhadores rurais, pelo ensino prático”. Tais objetivos seriam alcançados no momento em que o lavrador e o pecuarista aprendessem a “produzir muito bem e pelo menor custo possível”.⁴⁷⁴ Contudo, assim como observado na fala de diversas outras autoridades, vê-se mais uma vez, através da criação dessa instituição a atribuição da culpa àqueles sujeitos diretamente envolvidos, ou seja, os produtores rurais.

⁴⁷² *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 28 de maio de 1914, p.02.

⁴⁷³ Entre os principais nomes da diretoria provisória da Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola estavam Enéas Pinheiro, José Ferreira Teixeira, Leopoldo Teixeira e Dionysio Bentes, que mais tarde se tornaria governador no Pará. *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 31 de maio de 1914, p.02.

⁴⁷⁴ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará I, 04 de julho de 1914, p.01.

José Ferreira Teixeira, que estava à frente da Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, reafirmava a relevância da qualificação do lavrador:

Si a disseminação do ensino agrícola, em seu conjuncto, exerce uma grande influencia no augmento da producção agrícola, o ensino especial aos lavradores contribue não só para augmentar os recursos materiaes da fazenda, como também para elevar o nível social e engrandecer a somma do bem estar geral do cultivador. O ensino agrícola, sómente, é que poderá melhorar as condições da vida rural e realçar a dignidade da profissão agrícola.⁴⁷⁵

Os membros da recém-criada Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola mantinham um discurso animador para a agricultura paraense, sempre com promessas de contribuir com um ensino agrônômico voltado para a qualificação do agricultor. Dessa forma, é comum encontrarmos referências à construção de escolas de agricultura. Uma dessas referências faz menção, por exemplo, à criação de um “curso médio, ‘theorico prático’ com um aprendizado anexo para: 1º - formação de agrônomos e 2º - preparo de trabalhadores rurais”. Esses cursos tinham como objetivo criar “uma classe de operários e trabalhadores ruraes inteligentes e aptos a concorrerem pela sua profissão, para o progresso das explorações na agricultura e na criação”.⁴⁷⁶ Curioso observar que é muito comum na documentação a referência ao termo “inteligência”. Flagrante o sentido depreciativo com que o lavrador era qualificado pelos agentes públicos, atribuindo a esse sujeito os males pelo quais a agricultura paraense enfrentava.

Da mesma forma, também são constantes na documentação pesquisada referências a outros países, como os Estados Unidos, onde o ensino agrícola alcançou grande patamar e que, portanto, seriam exemplos a serem seguidos pelo Brasil.⁴⁷⁷ Os membros da citada sociedade lembravam que os norte-americanos simplesmente não copiavam dos europeus seus métodos científicos, mas os adaptavam à realidade local, “melhorando-os e conquistaram em menos de meio século, uma posição invejável como nação produtora na agricultura e na indústria”.⁴⁷⁸ Comparando o lavrador local com o lavrador norte-americano, afirmavam que estes, não tinham “mais imprevistos deante de si, porque, antes de emprehender qualquer cultura, já lhe foram desvendados os segredos da mesma, as suas

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará V, 19 de julho de 1914, p.01.

⁴⁷⁷ A respeito do encaminhamento de recursos para implementação do ensino agrícola, José Ferreira Teixeira chega a afirmar que os agentes públicos paraenses deveriam copiar o modelo americano, “criando uma receita especial, destinada exclusivamente ao fomento da agricultura”. Ver: Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 16

⁴⁷⁸ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará VIII, 27 de julho de 1914, p.01.

vantagens, inconvenientes, exigências, doenças, remédios, preparo, mercado, etc” e que, além disso, “segue cursos especiaes, visita estações experimentaes, questiona, compulsa as estatísticas, é senhor, em synthese, da indústria que exerce”.⁴⁷⁹ Em contrapartida, o Brasil parecia caminhar na contramão dessa lógica, uma vez que haviam “sido exclusivamente a falta do ensino agrícola a causa fundamental e essencial da nossa pobreza material e das nossas grandes e repetidas crises e infelicidades”.⁴⁸⁰

Na implantação dessa nova metodologia não bastava apenas, para seus idealizadores, ter referências de modelos agrícolas de sucesso, como nos Estados Unidos. Para além disso, se fazia necessário adequar esse modelo às condições locais, adaptando-o. Contudo, essa adaptação deveria ser realizada com a contribuição das populações tradicionais, uma vez que conheciam muito bem as propriedades das plantas e do solo. Contudo, isso não aconteceu e o novo paradigma para a agricultura local, como destacado anteriormente, era implantada de forma unilateral, ou seja, de forma impositiva.

À vista disso, interessante observação faz Rodrigo Molina para explicar por que o ensino agrícola nos Estados Unidos se expandiu, enquanto no Brasil ficou estagnado. Para esse autor, a Lei de Terras de 1850 foi o grande empecilho. Se, por um lado, a então lei de terras norte-americana – Homestead act⁴⁸¹ – permitiu o acesso a esse bem por meio de doações aos imigrantes, no nosso país somente era possível por meio da compra. Essa diferença foi, portanto, primordial uma vez que:

“Aqui no Brasil, diferentemente, ficamos parados, pois na medida em que se impediu o acesso à terra aos imigrantes e ex-escravos não tivemos demanda populacional ao ensino agrícola, visto que nossa estrutura agrária permaneceu “estática”, ou seja, imersa em um sistema de produção muito semelhante ao dos tempos da colônia e da escravidão” (MOLINA, 2012, p. 313)

Outro passo importante para a tentativa de implantação da educação agrícola entre os lavradores locais foi a criação da *4ª Seção de Agricultura* uma vez que estava previsto na lei que a criou a competência deste órgão para trabalhar em prol do ensino agrícola teórico e prático. A lei n. 1044 de 16 de outubro de 1908 estabelecia ainda como alçada da *4ª Seção de*

⁴⁷⁹ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IX, 28 de julho de 1914, p.01.

⁴⁸⁰ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará, 20 de julho de 1914, p.01.

⁴⁸¹ Sebastião Guedes (2006, p. 11-12) destaca que a política de terras nos Estados Unidos pode ser dividida em duas fases, que refletiam “os dilemas de constituição e afirmação do Estado Nacional e a expansão e consolidação do capitalismo norte-americana”. A primeira fase compreendida entre 1776, ano de independência dos EUA, e 1862, tinha como características principais “a institucionalização da propriedade privada plena da terra e a utilização do mercado como instrumento de política de disponibilização das terras públicas”. A segunda fase, a partir de 1862, “com a aprovação da Homestead Act é aqui denominada de política de terras distributivista, cuja característica foi a cessão gratuita de terras públicas a quem nela desejasse cultivar”.

Agricultura a criação de campos de demonstração de agricultura mecânica em terrenos cedidos pelo estado ou por municípios.⁴⁸² Dessa forma, para o então governador João Coelho, a educação dada ao lavrador passaria necessariamente pela criação de estações experimentais:

A questão do ensino agrícola, que tanto tem contribuído para o extraordinário progresso das nações que mais o tomam em consideração, como os Estados Unidos da América, a Argentina, a Alemanha, a Bélgica, etc., não podia ser esquecida entre nós, e o governo já cogitou da sua adopção nas estações experimentaes do Estado. Infelizmente, nossas actuaes condições económicas e de prosperidade agrícola não nos permitem resolver o problema do ensino nos seus três graus – elementar, médio e superior -; mas podemos estimular e desenvolver o primeiro, pela criação dos apprendizados annexos aos campos e estações experimentaes.⁴⁸³

Com esse pensamento é que foi criado a Estação Experimental de Agricultura Prática de Igarapé-Assú, depois denominada Estação Experimental Augusto Montenegro e também o Campo de Demonstração nos arredores do Instituto Lauro Sodré. Locais destinados não apenas ao aperfeiçoamento das diversas culturas, como a seleção e melhoramento de sementes e outras ações, mas também voltados ao ensino agrícola. O governador João Coelho, falando a respeito dessas duas instituições agrícolas apenas três anos após serem fundadas, afirmou que um número significativo de pessoas já haviam “aprendido noções rudimentares de cultura intensiva e a applicação fácil dos instrumentos agrícolas, com o que se demonstra que mesmo o homem rude, entre nós, é capaz para comprehender e executar a moderna agricultura” e que as mesmas “constituem verdadeiras escolas práticas, onde o lavrador facilmente se prepara, pelo exemplo, pela inspeccção, pela observação e pela experiência, para applicar em suas terras os novos processos de cultivo econômico do solo”.⁴⁸⁴

O sucessor de João Coelho, Enéas Martins, também defendia, em seus discursos, a educação do agricultor, como peça importante no processo de modernização da agricultura e da pecuária no estado do Pará. Para ele, o ensino agrícola era “o factor fundamental, o elemento básico em que deve assentar a nossa prosperidade, a nossa grandeza e a nossa independência econômica futura”. O processo de racionalização do campo passa, segundo afirmava, pelo conhecimento do lavrador em lidar com todos os elementos que envolviam o processo de produção agrícola:

⁴⁸² *Gazeta de Alemquer*, Legislação do Estado, 8 de novembro de 1908, p. 01.

⁴⁸³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 132. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000132.html>>. Acesso em: 31 dez. 2021

⁴⁸⁴ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 131. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000131.html>> Acesso em: 20 jul. 2021.

Um bom agricultor deve conhecer o sólo e as plantas, a natureza das variações que se operam nos produtos agrícolas, os fertilizadores das terras e as enfermidades que atacam as colheitas. Tem-se demonstrado mil e uma vezes que um conhecimento perfeito desses princípios geraes, e de sua applicação prática, é a base principal do êxito da agricultura scientifica.⁴⁸⁵

Em seu segundo mandato à frente do executivo estadual, o governador Lauro Sodré constantemente chamava atenção para o fato de que inúmeras tentativas haviam sido feitas no sentido de alavancar metodicamente a agricultura e a pecuária no Pará. Contudo, para ele, poucos resultados foram alcançados e a deficiência no ensino agrícola seria grande responsável pela rotina em que vivia a agricultura paraense. E apesar de buscar diversas ações para reverter tal situação desde a criação da *4ª Seção de Agricultura* e de institutos agronômicos como estações experimentais e campos de demonstração, uma década depois o discurso ainda era de atraso e lentidão no ensino agrícola. A esse respeito o governador asseverava que “a rotina damnosa attribuem n’a [sic] todos á carência do ensino agrícola que ministrariam escolas profissionaes, de que apenas entre nós agora se faz um primeiro ensaio, com passos ainda tímidos”.⁴⁸⁶

Contudo, a implementação do ensino agrícola no Brasil⁴⁸⁷ não teria alcançado, para alguns pesquisadores, os resultados esperados. Rodrigo Molina (2012, p. 309-310), por exemplo, levanta a hipótese de que as “primeiras experiências com o ensino agrícola no Brasil foram negativas por consequência direta do modo conservador (tradicionalista) de produção agrícola”. Ainda para o autor, a educação agrícola em nosso país, entre o final do século XIX e começo do século XX, foi uma experiência mal sucedida. Cita, por exemplo, a Escola Superior Agrícola da Bahia, projetada em 1859 e fechada em 1902. O autor ainda cita inúmeros outros casos de escolas agrícolas que fecharam as portas depois de um curto período de funcionamento, principalmente em São Paulo. O próprio ministro da agricultura Miguel Calmon Du Pin e Almeida, em relatório entregue à presidência da república em 1909, enfatizou essas frustrações apontando inclusive a escola de agricultura do Pará que havia sido

⁴⁸⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1916, p. 97. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000097.html>> Acesso em: 05 de Mar. 2019

⁴⁸⁶ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solemne de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado dr. Lauro Sodré, p. 87. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1040/000087.html>> Acesso em: 05 de mar. 2019.

⁴⁸⁷ Conforme Oliver e Figueirôa (2006, p. 109), “nas origens do ensino agrícola no Brasil seu objetivo consistia apenas em integrar os ociosos ao sistema racional da produção, sem que isso representasse uma ameaça aos grandes proprietários de terra, pois ainda seriam trabalhadores rurais e não médios e pequenos proprietários”. Dessa forma, podemos inferir que a implantação do ensino agrícola no Brasil está diretamente relacionada com a manutenção da elite agrária no poder. Obviamente que, além de reforçar esse poder, a instituição do ensino agrícola também tinha como objetivo a moralização, disciplinarização e controle das classes trabalhadoras.

fundada em 1908, “porém, só o Instituto Baiano de Agricultura pode [sic] vencer as resistências opostas aos seus nobres propósitos”.⁴⁸⁸ Cinco anos depois, outro ministro da agricultura, Pedro de Toledo, afirmava que o Brasil iniciava, naquele momento, “as primeiras fundações do ensino agrícola”.⁴⁸⁹ As primeiras experiências com educação agrícola no Brasil, de acordo com Rodrigo Molina, foram mal sucedidas. Isso porque:

A dinâmica da agricultura nacional na transição dos séculos ‘não necessitava’ de investimentos em educação agrícola, pois era baseada, fundamentalmente, no latifúndio, na monocultura de exportação, na exploração predatória dos trabalhadores (escravos, ex-escravos e imigrantes pobres), na abundância de terras novas e férteis e no descaso pelo manejo e conservação do solo. (MOLINA, 2012, p. 310)

Mary Del Priore (2006, p. 176-177) lembra que “durante quase todo o período colonial não há traço algum que sugira a defesa de tal projeto”, ou seja, de ensino agrícola. Essas propostas começaram a surgir na medida em que a campanha abolicionista também avançava. Como destacado pela autora, tanto para a elite rural quanto para os próprios agentes públicos, a educação agrícola seria uma forma de “regenerar o homem do campo” ou “civilizar” esse trabalhador. Por sua vez, Luís Amaral (1958, p. 263) defende que o Brasil, quando comparado a outros países, especialmente os europeus, tem dado “pouca importância ao ensino agrícola, e isso se pode dizer mesmo sem relembrar a data remota quando ele começou a ser ministrado em outros países, nem a intensidade com que se ministra, e que decorre do grande número de estabelecimentos a isso destinados”.

Buscando impulsionar o ensino agrícola e a formação de engenheiros agrônomos⁴⁹⁰ é que o ministro da agricultura, Pedro de Toledo, chamava atenção para a inauguração, em julho de 1913, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada pelo decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910. Sua inauguração cumpriu uma antiga promessa, pois “desde 1859, faz ao povo o Governo do paiz, de dotar a nação de um

⁴⁸⁸ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmom du Pin e Almeida no ano de 1909 21º da República, volume I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. p. 36. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1997/000036.html>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

⁴⁸⁹ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. XV. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000012.html>> Acesso em: 27 de Abr. 2020.

⁴⁹⁰ Vale destacar que a Imperial Escola Agrícola da Bahia criada em 1875 foi a “primeira instituição de nível superior voltada para a formação de engenheiros agrônomos” (ARAÚJO, 2006, p. 09). Ou seja, uma “instituição pioneira na formação dos primeiros profissionais capacitados para atuar especialmente na agricultura” (Ibidem, p. 28).

estabelecimento desta natureza, como há muito reclamavam as necessidades imperiosas da agricultura”, onde:

O ensino ministrado no curso de engenheiros-agronomos tem por fim promover o desenvolvimento científico da agricultura, pelo preparo técnico de profissionais que se dediquem ao ensino agrônomico e possam, assim, ocupar os cargos superiores os Ministério e das repartições semelhantes nos Estados e dirigir os serviços de exploração da grande propriedade agrícola e mais indústrias do campo.⁴⁹¹

A esse respeito, chama atenção a fala do governador José Paes de Carvalho, o qual mostrava-se ciente não apenas da necessidade do ensino agrícola no estado, mas também dos fracassos com a criação de diversos institutos de ensino agrícola pelo país:

Muitos esforços já se tem feito para acclimar em nosso vasto paiz o indispensável ensino ao lavrador, e não seria difícil destacar factos demonstrativos do quanto buscou fazer o governo central nesse sentido desde o regimen decahido. O Instituto Agronomico da Bahia, que não há muito ainda era subsidiado pelo Ministério da Industria e Viação, é criação de 1860, data em que se promoveu sua fundação, bem como a do Imperial Instituto de Agricultura, no Rio, o qual mais infeliz que aquelle, acabou sem deixar de si outra lembrança, a não ser a da esterilidade de sua existência por falta de pessoal técnico, ao que parece, apesar do patrimônio pecuniário, que lhe fora constituído por espontâneas doações privadas e subvenções do erário público.⁴⁹²

O primeiro instituto criado no Pará voltado para a formação de agrônomos foi a Escola de Agronomia do Pará. Fundada em janeiro de 1918 pelo Centro Propagador das Ciências,⁴⁹³ era “prestigiada pelo apoio moral e material do governo”. Portanto, vale salientar, não se tratava de um órgão oficial, mas de iniciativa da elite agrícola paraense. De qualquer forma, o governador Lauro Sodré, em 1918, deixava claro que “o governo a tem sempre olhado com muito benevolenta atenção, procurando auxiliá-la”.⁴⁹⁴ Entre outros docentes

⁴⁹¹ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. XIII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000010.html>> Acesso em 27 de abr. 2020.

⁴⁹² PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 1º de fevereiro de 1901. Belém: 1901, p. 10. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2434/000010.html>> Acesso em: 02 de fev. 2020.

⁴⁹³ O Centro Propagador das Ciências foi fundado em Belém em 23 de janeiro de 1918, com a finalidade de criar e manter cursos de ensino superior, tendo fundado a Faculdade de Odontologia, além da Escola de Agronomia. A diretoria do Centro Propagador das Ciências ficou a cargo de Arthur França, Pinheiro Sosinho, Porto de Oliveira e Carvalho Lima. Ver: Pará. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª em sessão solenne de abertura da 1ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1918. Pará: Typ. Da Imprensa Oficial do Estado, 1918, p. 58. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1039/000058.html>> Acesso em: 31 dez. 2020.

⁴⁹⁴ PARÁ. Disponível em: Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém-Pará: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p. 66. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1041/000066.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021

a referida escola contava com Enéas Pinheiro, Ramiro Coutinho e Leopoldo Teixeira.⁴⁹⁵ O curso de agronomia que deveria ser ministrado em três anos iniciou suas atividades em 6 de maio do mesmo ano de sua fundação com 52 alunos. José Ferreira Teixeira e Palma Muniz assumiram, respectivamente, a direção e vice-direção da escola.⁴⁹⁶

Embora José Ferreira Teixeira reconhecesse a importância da Escola de Agronomia lamentava a forma provisória de suas instalações. Era importante que ganhasse um prédio próprio, “com terrenos suficientes para os trabalhos práticos de agricultura e uma pequena criação para estudos e experiências”.⁴⁹⁷ Enquanto se encontrava em instalações provisórias, as aulas práticas ocorriam “no Campo de Cultura Experimental, no Laboratório do Estado, no Museu Goeldi e no Matadouro”.⁴⁹⁸ Queixava-se também dos jovens, fossem eles filhos de camponeses ou de burgueses que, diante da fortuna dos pais, sonhavam em ser médicos, advogados ou engenheiros. Para esses, tornar-se agrônomo, “quando mesmo seja ella ornada com o título de superior, é dechair ou pelo menos não elevar-se” e aqueles que buscavam o título de engenheiro agrônomo era porque acreditavam que o seu diploma era “mais fácil de conquistar do que outros pergaminhos”. Para a própria sociedade, um jovem de nível intelectual reconhecido não poderia “consagrar a sua intelligencia a dirigir ou desenvolver uma exploração agrícola”.⁴⁹⁹

De qualquer forma, alguns bons resultados começaram a surgir de fato em 1926 com a formação de 13 estudantes no curso de agronomia oferecido pela Escola de Agronomia e Veterinária⁵⁰⁰ do Pará que passava a funcionar em prédio próprio na avenida Tito Franco, atual avenida Almirante Barroso. Enquanto, naquele ano, foram 44 alunos matriculados, no

⁴⁹⁵ *Estado do Pará*. Escola de Agronomia, 10 de março de 1918, 02.

⁴⁹⁶ Pará. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª em sessão solenne de abertura da 1ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1918. Pará: Typ. Da Imprensa Official do Estado, 1918, p. 58. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1039/000058.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁴⁹⁷ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 30.

⁴⁹⁸ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo governador Dr. Lauro Sodré. Belém-Pará: Imprensa Official do Estado do Pará, 1920, p. 65. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1041/000003.html>> Acesso em: 20 de Dez. 2019.

⁴⁹⁹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 31.

⁵⁰⁰ A Escola de Agronomia era dividido em dois cursos: agronomia e medicina veterinária. Para o então governador Eurico de Freitas Valle, a referida instituição de ensino alcançaria o objetivo para a qual foi criada, ou seja, “o desenvolvimento da agricultura regional, até então feita amorphamente e por methodos antiquados”. Ver: PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado, Dr. Eurico Freitas Valle. Belém-Pará: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 114. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000115.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

ano seguinte a escola alcançou um total de 64 matriculados. Tratava-se de uma instituição de ensino agrícola mantida tanto pelo estado quanto pela União.⁵⁰¹

Contudo, o que se apreende, é que o ensino agrícola não se afirma nesse contexto como esperado. Pregando a necessidade de se criar uma escola agrícola de excelência, o governador Lauro Sodré, em seu segundo mandato como chefe do executivo estadual, quando governou entre os anos de 1917 a 1921, fez referências à escola rural D. Pedro II, lembrando que seus objetivos não foram alcançados. Pelo contrário, se constituiu, na verdade, em mais um fracasso dentre outras políticas voltadas para benefício da agricultura no Pará. Com pretensões de criar uma escola agrícola, como ensejava em seu primeiro mandato, desejava que a nova escola agrícola tivesse “diante de si mais venturosos dias do que a escola rural D. Pedro II, fundada por louváveis esforços do dr. Ângelo Thomaz do Amaral em 1861, e condenada, pelo seu imediato sucessor, mezes depois”.⁵⁰² A referida escola esteve em atividade por menos de três anos.

Mais uma vez citando o Rio Grande do Sul, onde os governadores acreditavam que se transformaria no “grande celeiro da República” com a modernização da sua agricultura entre os séculos XIX e XX por meio do ensino agrícola, os resultados também não foram satisfatórios. A produção enfrentava uma série de problemas, “uma vez que a quantidade e a qualidade da produção rio-grandense eram insuficientes para disputar a primazia nacional contra a produção similar estrangeira”. Para o governador Borges de Medeiros apenas a instrução agrícola resolveria essa questão “e uma das primeiras medidas tomadas nesse sentido foi a criação de uma estação agrônômica industrial que foi instalada em Porto Alegre e deveria servir de modelo para as outras”. Naquela região, “grandes foram os esforços realizados pelo Estado no sentido da difusão do ensino agrícola [...] principalmente devido ao reduzido número de alunos formados”. Mesmo assim, “os projetos e práticas de instrução rural alcançaram certo êxito na difusão de conhecimentos e no treinamento das populações rurais do Rio Grande do Sul” (SILVA, 2011b, p. 217-218).

De um modo geral, se apresenta claramente perceptível, ao analisar a documentação referente ao processo de ensino agrícola no Pará nas primeiras décadas do

⁵⁰¹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura da Primeira Reunião de sua 13ª Legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará-Brasil: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927, p. 37. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1048/000038.html>>. Acesso em: 08 de fev. 2019.

⁵⁰² PARA. Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Pará pelo Exm. Sr. Dr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse no cargo de Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 14. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1037/000014.html>> Acesso em: 02 Jul. 2018

século XX, um esforço por parte das classes dirigentes em controlar a classe trabalhadora. Esse controle denota ainda a preocupação dos mesmos em disciplinar esses sujeitos, tornando-os de certa forma, civilizados e dóceis às novas ideias que as autoridades locais buscavam implantar. A ideia passava pela construção de um sujeito antônimo ao caipira, sujeito visto como sinônimo do atraso e da ignorância. Os resultados, contudo, quanto ao avanço dessa pretendida educação dada ao homem do campo, pareciam engatinhar ao longo da década de 1910. Em relatório de 1918, entregue ao secretário de obras públicas, terras e viação, à qual a 4ª Secção de Agricultura estava subordinada, José Ferreira Teixeira afirmava que nada se encontrava de concreto no que se referia a educação do agricultor.⁵⁰³

Além da modalidade de ensino em que o lavrador se dirigia a institutos de aprendizagem como as estações experimentais, campos de demonstração ou postos zootécnicos para aprender os modernos métodos agrícolas, também buscou-se uma outra modalidade onde o professor-agrônomo fosse ao encontro do agricultor. Tratava-se do ensino agrícola ambulante, tema das próximas reflexões.

3.4 Ensino agrícola Ambulante: uma metodologia itinerante.

A nossa lavoura, como a nossa criação, nunca poderá melhorar e prosperar sem a instituição do ensino agrícola ambulante.⁵⁰⁴

A afirmação acima proferida por José Ferreira Teixeira, chefe da 4ª *Secção de Agricultura*, evidenciava a importância que os sujeitos diretamente envolvidos na implantação de uma metodologia racional e científica depositavam no ensino agrícola ambulante como a mais eficaz para a educação do homem do campo. A preocupação com a modernização da agricultura paraense a partir da educação agrícola também esteve bastante presente, como vimos no tópico anterior, nas falas do governador Enéas Martins. Chama atenção, por exemplo, dentre uma dezena de medidas por ele sugeridas, em 1916, à Assembleia do Estado para o fomento agrícola, “a instituição do ensino agrícola ambulante”. Para ele, esse método de ensino era tão importante que pouco tempo depois de instituído transformaria “os hábitos

⁵⁰³ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁵⁰⁴ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

rotineiros dos agricultores e criadores”, e concorreria “infallivelmente para desenvolver com rapidez a produção agrícola em seus diferentes ramos” e lembrou que outros países, como a Argentina, e mesmo outras regiões do país, como São Paulo, notabilizaram o ensino ambulante como “um dos elementos essenciaes de seu progresso”.⁵⁰⁵ O ministro da agricultura, Pedro de Toledo, em 1913, entendia que esse método de ensino ofereceria aos camponeses, “baldos, até então, dos conhecimentos mais comezinhos e necessários a exploração das pequenas culturas, as noções e práticas precisas a uma exploração racional e econômica”.⁵⁰⁶ Os cursos ambulantes surgem como uma das divisões do ensino agrícola estabelecido pela lei nacional n. 8319 de 20 de outubro de 1910.

Fica evidente a importância que as autoridades locais depositavam nessa modalidade de ensino agrícola. Sendo assim, o ensino ambulante chegaria até o homem do campo para fomentar as mais diversas culturas locais. Tratando acerca da modernização do cultivo do cacau e dos bons números que esse produto alcançava em meadas da década de 1910, é que Enéas Martins se dizia convencido de que o governo não deveria “reecer um insucesso na ampliação da instrução dos agricultores e criadores, pelo ensino ambulante, disseminado em outros ramos do trabalho rural, em que empregam a sua actividade milhares de cidadãos sem conveniente conhecimento profissional”.⁵⁰⁷ Oliveira (2004, p.139) lembra que o ensino ambulante “era definido como uma das formas do ensino popular agrícola”. E de fato era. No entanto, sua implementação pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio não era concentrado nos estados do Nordeste como afirma o autor que usa o relatório ministerial de 1909-1910. A concentração era mesmo nas regiões Sul e Sudeste.

O então ministro da agricultura Manuel Vieira explicou, em 1914, que os professores ambulantes tinham a função de explicar e demonstrar “o emprego dos novos sistemas de lavrar e cultivar as terras e os seus resultados remuneratórios”.⁵⁰⁸ Alguns anos

⁵⁰⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 95. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000095.html>. Acesso em: 02 jan. 2016

⁵⁰⁶ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. XVII. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000014.html> > Acesso em 27 abr. 2020.

⁵⁰⁷ PARA. Mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, 98. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1036/000098.html> Acesso em: 27 de abr. 2019.

⁵⁰⁸ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manuel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 93º da Independência e 26º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1914, p. XV. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/000014.html>. Acesso em: 02 de Jul. 2019.

antes, Rodolpho Miranda, também ministro da agricultura, exaltava o ensino agrícola ambulante afirmando ser “a fôrma mais popular do ensino”.⁵⁰⁹ Os cursos ambulantes sempre foram vistos como grande aposta para o desenvolvimento do ensino agrícola no Pará. Antes mesmo de Enéas Martins, seu antecessor, João Antônio Luís Coelho, já tinha o pensamento de “iniciar o ensino ambulante nas propriedades ruraes, afim de ir melhor habilitando os agricultores, por demonstrações práticas e culturas experimentaes, no emprego inteligente e proveitoso de seus capitães e de sua atividade econômica”.⁵¹⁰ O professor-agrônomo levaria conhecimento agrícola aos mais distantes lugares.

No entanto, para o secretário de obras públicas, terras e viação esse método de ensino só daria resultados não somente depois que fossem distribuídos gratuitamente monografias e instruções avulsas, “tornando possível a assimilação de noções agronômicas pelos agricultores menos instruídos”, mas também quando, aumentando o número de agrônomos, tendessem “estes a espalhar-se, concentrando em diversas regiões”, onde poderiam permanecer “assistindo de perto as modalidades agrícolas, que lhes podem guiar com os seus conselhos”.⁵¹¹ Essas assertivas evidenciam uma constante preocupação com a sistematização do ensino agrícola a partir da introdução de elementos favoráveis à sua execução, como o aumento no número de professores ambulantes e materiais impressos.

Levar conhecimento até aqueles que por alguma razão não poderiam frequentar escolas de ensino agrícola ou outras instituições com esse caráter, seria então uma forma a mais de alcançar a pretendida racionalidade da agricultura e da pecuária no Pará. Na fala do próprio José Ferreira Teixeira:

Estes cursos ambulantes compreenderão, além dos diversos ramos da agricultura geral e especial, a zootécnica, alimentação e hygiene dos animaes domésticos, seu tratamento, industrias ruraes, arboricultura fructicola, horticultura, tratamento das moléstias comuns às plantas cultivadas, avicultura, agricultura, manejo de instrumentos agrários, cultura de forragens, emprego de adubos, etc.⁵¹²

⁵⁰⁹ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 22º da República, volume I. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatísticas, 1910, p. 61. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=57&s=0&cv=82&r=0&xywh=38%2C1475%2C2210%2C1559>. Acesso em: 08 de fev. 2019

⁵¹⁰ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 132. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000132.html>. Acesso em: 08 de Abr. 2019.

⁵¹¹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁵¹² *Estado do Pará*. Ensino agrícola. 5 de novembro de 1911, p. 01.

Exemplificando a importância do ensino agrícola ambulante, Tavares Vianna, em artigo publicado em 1913 acerca dos problemas enfrentados pela pecuária no estado, evidenciou como a produção de leite era atrasada e como os fazendeiros locais perdiam com isso. Dizia que o leite consumido em Belém era caro e de péssima qualidade, enquanto esse produto era encontrado em grande quantidade em Marajó, contudo, era “desaproveitado até mesmo nas fazendas, pois os seus donos, desconhecendo em absoluto o processo de fabricação da manteiga, importam para o gasto de casa a margarina ordinárrissima que, por bom dinheiro nos enviam os fabricantes francezes”. Como solução para esse problema bastaria a criação de escolas de laticínios “ou mais praticamente, a nomeação de professores ambulantes”, pois traria “ao Estado a introdução de uma indústria nova e ao criador uma nova fonte de riqueza: a do fabrico da manteiga e do queijo”.⁵¹³ Em outras palavras, afirmava que não apenas o lavrador sairia ganhando, mas o próprio estado na medida em que seriam criadas novas receitas a partir do beneficiamento de novos produtos antes importados.

Da mesma forma, também o Governo Federal, no que diz respeito ao ensino agrícola, como já vimos acima, também via nesses cursos uma possibilidade ímpar no processo de modernização agrícola. O decreto n. 8.319 de 20 de outubro de 1910, que criou o ensino agrônômico e aprovou o regulamento que se refere ao ensino agrícola, estabeleceu os cursos ambulantes como uma das divisões do ensino agrícola. Segundo Sobral (2009, p. 82) esse decreto foi resultado da pressão exercida pela agricultura sobre a economia brasileira e “trouxe a primeira regulamentação e estruturação do ensino agrícola no Brasil”.

De acordo com essa normatização, os cursos ambulantes teriam como objetivo “a instrução profissional dos agricultores que, por circunstancias especiaes esta[vam] privados de recorrer aos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agrícola”.⁵¹⁴ Apesar de alguns pesquisadores como Mendonça (1997) ou Bhering (2008) apontarem o modelo norte-americano como base para o ensino agrícola brasileiro, Nery (2010, p. 68) aponta outros modelos “haja vista a participação marcante de europeus advindos da França, Bélgica, Alemanha, dentre outros países, que compuseram os quadros docentes de diversas instituições de ensino”.

Contudo, apesar de todo esse entusiasmo diante do ensino agrícola sendo levado diretamente ao lavrador através dos cursos ambulantes, chama bastante atenção o fato de

⁵¹³ *Estado do Pará*. O problema do Norte: a borracha e a indústria agro-pecuária, 04 de abril de 1913, p.02.

⁵¹⁴ Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=589083&id=14436321&idBinario=15797384&mime=application/rtf>> Acesso em 28 de jan. 2021

haver, ao menos nos primeiros anos da década de 1910, apenas 12 agrônomos ambulantes⁵¹⁵ distribuídos em todo o país. De acordo com o então ministro da agricultura Pedro de Toledo, essa quantidade irrisória de especialistas era resultado do pouco orçamento à sua disposição e tentava amenizar tal situação com a contratação de profissionais auxiliares:

Limmitado a doze o número de professores ambulantes pela disposição do orçamento vigente, e tornando-se necessário incrementar e diffundir o ensino agrícola pelo interior do paiz, resolvi, conforme me faculta o respectivo regulamento, contractar varios instructores, que, distribuídos pelas regiões que desse ensinamento mais necessitam, teem exercido com vantagem as funcções de são investidos pela lei aquelles professores.⁵¹⁶

Ainda mais curioso que esse número tão limitado de agrônomos ambulantes para levar conhecimentos àqueles lavradores impossibilitados de frequentar ambientes destinados ao ensino, por uma razão ou outra, é observar que nenhum dos estados da região amazônica estavam entre aqueles para os quais os poucos agrônomos ambulantes foram enviados:

É diminuto o corpo de professores ambulantes, attendendo-se à vastidão do nosso paiz e a necessidade que desse magistério tem a grande população agrícola do Brazil. Os doze que constituem, com os seus respectivos ajudantes, se acham presentemente servindo nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e no Districto Federal e diffundem conhecimentos, com demonstrações práticas, a respeito de lacticínios, agricultura, viticultura, plantio e beneficiamento do fumo e do cacau, fructicultura, apicultura e horticultura.⁵¹⁷

Isso evidencia a polarização das ações de fomento ao campo em regiões com maior importância política. Apenas a Bahia, entre os estados da região Norte-Nordeste, foi beneficiada com dois agrônomos ambulantes. Como se vê na citação acima, a maioria se concentra nas regiões Sul e Sudeste do país. Fatos assim demonstram que o governo central sempre dedicou atenção a estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro entre

⁵¹⁵ No ano seguinte esse número aumentaria para 19. Todos concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, com exceção da Bahia que, como em 1912, já contava com dois profissionais. E assim como no ano anterior o ministro também culpou o pequeno orçamento para justificar número tão reduzido de professoresa. Ver: BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913, p. XIX. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000016.html>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

⁵¹⁶ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1912, 91º da Independência e 24º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1912, p. 23. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=59&s=0&cv=108&r=0&xywh=-207%2C1282%2C2167%2C1529>. Acesso em: 08 de fev. 2021

⁵¹⁷ Ibidem, p. 24. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=59&s=0&cv=109&r=0&xywh=-183%2C16%2C2167%2C1529>. Acesso em: 31 de dez. 2019

outros do Sul do País, em detrimento de estados como o Pará. Por conta desse pouco caso com o ensino agrícola é que o Governo Federal sofreu, nesse período, duras críticas, principalmente quando sua atuação é comparada com outros países. Essa pouca atenção dada às regiões Norte e Nordeste do país pelo Governo Federal já vinha sendo observado com a política de imigração.⁵¹⁸

Pensando assim é que José Ferreira Teixeira, se referindo aos Estados Unidos e a Argentina, faz uma comparação com as ações do governo brasileiro diante desse ramo do ensino agrícola para tecer duras apreciações. Afirmava que, enquanto naqueles países o ensino ambulante completava “o das escolas, dos congressos, das estações experimentaes, vae à casa do criador e do agricultor levando novos elementos de prosperidade econômica”, no Brasil, “a indústria nacional só tem o dever de pagar muitos e exaggerados impostos, sem direitos aos favores que somente existem nas leis, mas não tem execução prática, porque as exigências são taes que fazem desanimar os pretendentes”.⁵¹⁹ Essas analogias feitas por Ferreira Teixeira aparecem com alguma constância na documentação, chamando assim a atenção para o que vinha sendo feito nos países vizinhos e mesmo em outras regiões do país.

De um modo geral, o ensino ambulante, aqui no Pará, era tão bem aceito entre os defensores da modernização da agricultura que seria uma das primeiras ações dirigidas pela Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola tão logo foi fundada. Somente depois esta associação se preocuparia com a instituição e propagação de outras modalidades de ensino agrícola como a “fundação da escola de agricultura theorico práctico e da montagem de um laboratório de bacteriologia, dirigido por um veterinário”. De acordo com os dirigentes da citada organização, no primeiro ano do ensino ambulante, os agricultores e criadores paraenses, iriam receber “instrucção sufficiente para, não só melhorarem a sua producção agrícola, como para iniciarem novas culturas por elles desconhecidas ou despresadas”, além de visar a “immediata cultura de plantas alimentícias, como os cereaes, tubérculos e fructos, de rápida producção”.⁵²⁰

No Pará, o ensino ambulante estava sendo organizado de acordo com a lei estadual n. 1357 de 10 de novembro de 1913 e deveria compreender, além da agricultura, “a zootechnia (sciencia que ensina a criar animaes domésticos), alimentação e hygiene dos animaes domésticos, seu tratamento, industrias ruraes, e em especial, a arboricultura

⁵¹⁸ Ver: SANTOS, 2016.

⁵¹⁹ *Estado do Pará*. Mercado das Carnes. 26 de janeiro de 1913, p. 02

⁵²⁰ *Estado do Pará*. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IV. 13 de julho de 1914, p. 01.

fructicola, tratamento das moléstias communs às plantadas cultivadas”, etc. De acordo com a citada normatização, os agrônomos ambulantes teriam as seguintes atribuições:

- 1ª Promover exposições regionais, concursos, comícios, conferencias agrícolas, distribuir pelos agricultores publicações uteis e auxiliá-los na organização de pequenas bibliothecas;
- 2ª Auxiliar o governo nos trabalhos de estatística agro-pecuaria do seu districto;
- 3ª Propagar a organização de associações ruraes, syndicatos, cooperativas e outros;
- 4ª Manter um serviço de informações commerciaes sobre preços de machinas, sementes, adubos, insecticidas e do mais que interesse aos agricultores e criadores;
- 5ª Auxiliar os governos municipaes na fundação e manutenção de campos experimentaes e de demonstração, dirigindo experiencias com o concurso e assistência dos lavradores;
- 6ª Propagar a instituição do Registro de Agricultores e Criadores, creada na Secção de Agricultura pela Lei do estado n. 1354 de 10 de novembro de 1913.
- 7ª Os agrônmos percorrerão, em seus districtos agrícolas, formados por um determinado número de municípios, as casas dos agricultores e terão a sua disposição collecções didacticas de história natural, instrumentos e apparatus apropriados ao estudo elementar de sciencias physico chimico, um pequeno laboratório portátil chimico agrícola, mappas ruraes, referentes a machinas agrícolas, apparatus para o fabrico de queijo e manteiga, machinas e utensílios para applicação de insecticidas, fungicidas e etc.⁵²¹

Todas essas atribuições destinadas aos agrônomos ambulantes no Pará nos levam a inferir que esse sujeito assumia uma grande responsabilidade dentro desse processo de modernização e racionalização da produção agrícola, não apenas pelas condições já elencadas acima, mas também pela representação que exerciam junto aos lavradores. Trata-se de um sujeito que já havia algum tempo conquistado notoriedade, mas que no Pará, naquele momento, começava a ganhar um espaço maior de atuação e, conseqüentemente, de reconhecimento, principalmente junto ao homem do campo. No caso específico dos agrônomos ambulantes, não tinham apenas a tarefa do ensino agrícola por meio do contato direto com o lavrador, mas também auxiliando o governo na arquitetura daquela nova metodologia para o campo através de exposições e de atuação direta em campos de experiência e de demonstração, por exemplo.

O ensino ambulante, de acordo com a documentação analisada, é apresentado como base da nova metodologia pensada para a agricultura e também para a pecuária. Fica claro que essa forma de educação para o homem do campo era vista como fundamental, uma vez que o agrônomo ambulante tinha contato direto com o lavrador junto à sua propriedade, demonstrando *in loco* o indispensável para o fomento de sua produção agrícola.

⁵²¹ *Estado do Pará*. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IV. 13 de julho de 1914, p. 01.

O ensino agrícola ambulante também era engrandecido em outras partes da região Norte. Pedro de Alcântara Bacellar, governado do Amazonas, afirmava em 1917, que esse método de ensino era fundamental para difundir conselhos e instruções ao homem do campo.⁵²² De forma significativa, José Ferreira Teixeira chegou a afirmar que o ensino ambulante seria “uma das alavancas mais poderosas, onde foi creado do desenvolvimento rápido da agricultura” sendo dessa forma a “primeira arma de combate contra as trevas” em que viviam os agricultores paraenses.⁵²³ Em outro discurso no parlamento estadual ele voltava a afirmar que essa forma de ensino teria a “glória de promover a introdução de novos methods de plantação”, pois para ele os agrônomos ambulantes deveriam, para o desenvolvimento da agricultura, percorrer:

[...] todos os estabelecimentos de produção agrícola, ensinando os lavradores praticamente os novos methods de cultura, bem como demonstrar-lhes-ão a necessidade de fazerem plantações de cereais, batatas e outras plantas de utilidade econômica como a seringueira, a castanheira, a sapucaia, o coqueiro (em zona apropriada), o cacoeiro, a ucuhubeira, a copahyba, o guaraná, a jarina, a andirobeira, as palmeiras productoras de óleos para alimentação e usos industriaes como o patauaseiro, o uauassú, a borracha etc; o precioso algodão, o valioso tabaco e etc.⁵²⁴

Por sua vez, a pecuária também seria alvo dessa modalidade de ensino, na medida em que, como demonstrado até então, sempre ocupou um importante patamar na economia amazônica. Dessa forma, para o desenvolvimento da pecuária, os agrônomos ambulantes tinham a atribuição legal de ensinar “aos criadores a applicação dos novos methods zootécnicos” e tudo que pudesse “interessar a indústria pecuária, não esquecendo a defesa sanitária dos animaes”.⁵²⁵ Essas e outras assertivas mostram que a preocupação dos agentes públicos com o fomento da agricultura caminhava paralela à racionalização da pecuária, no que dizia respeito não somente à criação de instituições de pesquisa, como relativo ao ensino.

Contudo, é curioso observar que muitas propostas para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no estado ficavam apenas nos discursos ou demoravam bastante para serem postas em prática. O ensino agrícola ambulante era um exemplo claro. O próprio

⁵²² AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo exm. Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar a 10 de julho de 1917. Manaus – Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Pública, 1917, p. 109. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=872784&pasta=ano%20191&pesq=%22ensino%20ambula%22&pagfis=4865>> Acesso em: 31 de dez. 2019

⁵²³ *Estado do Pará*. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IV. 13 de julho de 1914, p. 01.

⁵²⁴ *Estado do Pará*. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará. 08 de agosto de 1914, p.02.

⁵²⁵ *Ibidem*.

diretor da 4ª *Secção de Agricultura* em relatório apresentado à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, no ano de 1918, continuava clamando ao governo a instituição desse tipo de educação ao homem do campo ao afirmar, ser “absolutamente necessária a criação do ensino agrícola ambulante em nosso Estado, porque sem instrução o agricultor não poderá melhorar os seus methodos de cultura pouco rendosos e nem conseguiremos intensificar a produção agrícola, de que tanto precisamos”. Naquele momento, o departamento de agricultura do estado contava apenas com um professor agrícola ambulante, mas as pretensões eram de ter pelo menos seis agrônomos com essa função. O citado diretor da seção de agricultura, que já ocupava o cargo desde a instalação da referida seção, há dez anos, afirmava que os gastos anuais com os vencimentos e outras despesas com esses profissionais seriam grandemente recompensados com os frutos desse trabalho. Em termos de comparação, lembrava em seu relatório ao secretário de obras públicas que no estado de Minas Gerais, 38 professores ensinavam a agricultura prática e também guiavam “os lavradores e criadores no exercício de sua profissão”. Sobre a instalação do ensino ambulante, acrescentava que era:

[...] de inestimável e infalíveis resultados vantajosos em benefício do Estado: concorrendo para fazer o agricultor conhecer o valor do solo e de sua fertilização; a seleção das sementes; os melhores methodos culturaes; a defesa das plantas pelo combate as pragas e moléstias, etc. etc. Que nos adianta distribuir plantas e semente se os nossos agricultores não sabem cultivar, com vantagem, as terras que possuem?”.⁵²⁶

Essa afirmação acima feita por José Ferreira Teixeira expõe o tamanho do atraso em que o Pará se encontrava no que diz respeito aos processos de modernização das práticas agrícolas e pastoris, principalmente quando mensurado a outras unidades da federação. Pensar que Minas Gerais, por exemplo, possuía no final da década de 1910 quase 40 professores agrícolas, enquanto o Pará possuía apenas um, nos leva a cogitar que as autoridades locais ou enfrentavam sérias dificuldades financeiras para implementar o projeto como constatado em algumas mensagens de governadores ou, simplesmente, não tinham o verdadeiro propósito, ou seja, investir no ensino agrícola ou aceitar o fato de que Governo Federal sempre privilegiou as regiões Sul e Sudeste do país em detrimento do Norte e do Nordeste, no que diz respeito a investimento no campo. Para o articulista do *Diário de Notícias* “o governo central pouco se preocupa com o Norte”.⁵²⁷

⁵²⁶ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 05.

⁵²⁷ *Diário de Notícias*, Povoamento da Amazônia, 24 de julho de 1890, p. 02.

Quanto aos resultados que se esperava alcançar com o ensino agrícola no Brasil do final do século XIX e início do século XX, fosse ele o ensino ambulante ou não, Mary Del Priore (2006, p. 188) destaca que apesar dos esforços realizados nessa área, “não há como negar a fraca difusão do ensino agrícola” e a forma coercitiva desses projetos de educação no campo evidenciou ainda mais esse fracasso, uma vez que, “não por acaso, na época da abolição da escravidão veiculam-se campanhas contra a vagabundagem, atitude que se cristaliza em leis repressivas em relação a todos aqueles que tinham um ofício ou a proteção de algum fazendeiro”.

Dessa forma é que José Ferreira Teixeira elencava uma série de produtos que poderiam ser beneficiados com a implantação e bom funcionamento do ensino agrícola ambulante. Entre eles a mandioca para “não só aperfeiçoar o systema de plantação para augmentar a colheita por hectare” como corrigir “o defeituoso e caro systema de preparar as farinhas sujas e quasi sómente do typo mais ordinario pouco remunerador na venda”. A borracha, produto que, naquele momento, não poderia ficar de fora, também seria beneficiado pela “aplicação de systemas ou processos mais adequados dos quaes result[asse] um producto aperfeiçoado, puro e capaz de competir com vantagem, com as borrachas estrangeiras ou de outros Estados”. E não somente a região Bragantina, mas também outras regiões do estado, como a zona tocantina, onde tinha início “a regeneração da agricultura pelo ensino práctico ambulante.” Para garantir a educação do agricultor, foi então criado com a lei n. 1357 de 10 de novembro de 1913, anteriormente citada, o Fundo Permanente do Ensino Agrícola no Pará.⁵²⁸ Contudo, no final dessa mesma década, o ensino ambulante contava apenas com um único agrônomo. Diante disso, o ensino ambulante foi praticamente inexistente “porque, este funcionário poucas vezes sahio desta capital em serviço externo”. Como José Ferreira Teixeira considerava que o lavrador paraense não sabia cultivar tão bem a terra, a ausência do ensino ambulante constituía “uma grande falta”, segundo ele, “embaraçando” o progresso agrícola do estado.⁵²⁹

O ensino agrícola ambulante seria importante no final da década de 1920 quando foi criada a estação experimental para a cultura do cacau, a qual objetivava a racionalização da produção que, apesar das iniciativas de fomento iniciadas desde a criação da 4ª Secção de Agricultura, não prosperava. Para tentar reverter esse quadro, quatro grupos de ensino agrícola ambulante, ministrariam aos produtores o tratamento correto para esse cultivo, como

⁵²⁸ *Estado do Pará*, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará, 10 de julho de 1914, n. 1193, p. 01.

⁵²⁹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 27.

a podagem e a limpeza das árvores. Além de trabalhos práticos e palestras, as turmas de ensino agrícola ambulante deveriam coletar dados sobre área e pés plantados, produção, métodos, entre outros, “afim de fornecer à Estação os elementos indispensáveis ao constante aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento deste gênero de cultura”.⁵³⁰

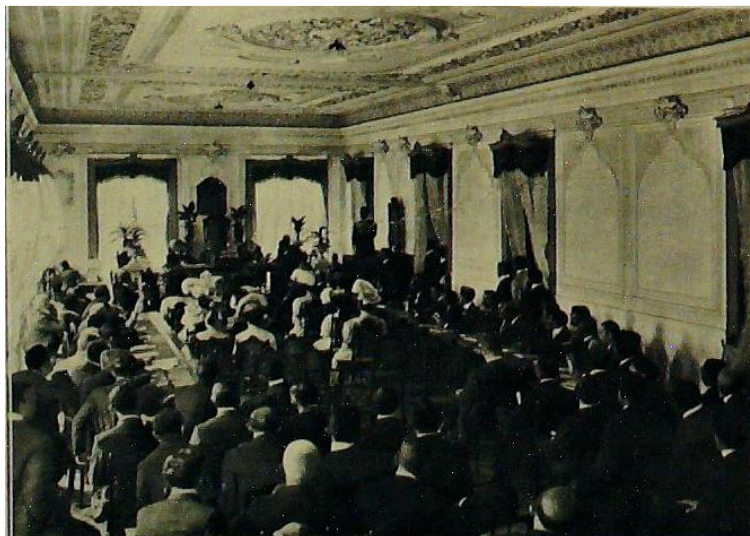
A elite rural paraense exercia uma pressão política sobre as autoridades públicas, principalmente quanto a sistematização do ensino agrícola. Essa pressão ficou clara no momento de sua inserção nos quadros burocráticos do estado, por meio de seu principal representante, José Ferreira Teixeira, comandando uma pasta criada exclusivamente para atender os anseios e demandas desse seletivo grupo. A criação dessa instituição era uma reivindicação antiga. Dessa forma, essa aproximação entre agentes públicos e os membros da elite agrícola paraense, será o próximo tema em questão.

3.5 4ª Secção de Agricultura: a elite agrícola entra em cena

No dia 12 de outubro de 1907 ocorreu o Congresso dos Fazendeiros Paraenses, “cujas conclusões serviram de orientação para intervenções na pecuária do Estado” (SILVA JUNIOR, 2008, p. 40). Tratou-se de um importante evento promovido pelo *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* e patrocinado pelo estado na figura do governador Augusto Montenegro. As conclusões resumidas desse congresso de fazendeiros encontram-se publicadas na revista *A Lavoura Paraense* e “essas conclusões foram de benéficos resultados para estimular e orientar a indústria pecuária paraense” (TEIXEIRA, 1953, p. 45).

Imagem 14: Congresso dos Fazendeiros, 1907

⁵³⁰ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 72. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000073.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.



Fonte: Álbum do Pará, 1908, p. 204

Esse encontro mostrou, de certa forma, alguma organização por parte da elite rural paraense em torno de interesses comuns. A partir desse congresso uma série de medidas voltadas para a agricultura e para a pecuária no Pará foram então tomadas. A aliança entre autoridades locais e a elite agrícola paraense se materializaria de fato com a criação de um departamento nos quadros burocráticos do estado, voltado exclusivamente para o campo. Augusto Montenegro passou a ser visto como a autoridade pública que criaria essa pasta. Contudo, questionamos o que teria levado o então governador a atender as demandas da elite agrária paraense ao criar uma seção exclusiva para a agricultura, inclusive colocando um grande proprietário de terras e maior representante dessa elite à frente desse novo órgão, depois que, de certa forma, negligenciou esse setor da economia na primeira metade do seu governo, quando deu pouca relevância ao tema em seus relatórios anuais. Obviamente que essa aproximação também facilitaria o processo de racionalização da produção agrícola na medida em que havia uma convergência de interesses, pois os grandes proprietários ambicionavam maiores lucros não apenas ao aumentar a produtividade como também diminuindo os custos. Por sua vez, os representantes do estado almejavam aumentar as rendas públicas ao incrementar as exportações de produtos agrícolas e extrativos, para além do látex. Para essa elite, o campo passaria a testemunhar novos tempos na agricultura e na pecuária:

São tão importantes os actos do governo de s. exa. relativos à agricultura, que nós os consideramos como os de maior relevância pelo seu cunho de originalidade no nosso

meio social, onde nunca possuímos instituições especiaes destinadas a fomentar e organizar scientifica e praticamente os trabalhos ruraes.⁵³¹

Com essas palavras, José Ferreira Teixeira se referia ao governador Augusto Montenegro, nas páginas da revista *A Lavoura Paraense* sob o título “Oito anos de governo”. Trata-se de uma espécie de balanço e ao mesmo tempo de agradecimento àquele que deixava o cargo. Óbvio que José Ferreira Teixeira tinha muitas bajulações a publicar, uma vez que Augusto Montenegro atendeu aos principais pedidos feitos pelos grandes latifundiários, sobretudo, da região da ilha de Marajó. Certamente que uma das principais reivindicações dessa elite agrícola atendida pelo governo foi a criação, em 1908, da *4ª Seção de Agricultura*, dentro da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, ou seja, um departamento voltado unicamente para as questões de interesse rural. Carlos Leandro Esteves (2015, p. 02) aponta sua criação, no último ano do governo de Augusto Montenegro, como uma resposta “aos anseios dos setores patronais rurais paraenses” quanto à urgente necessidade da modernização da agricultura, ou seja, como “o principal espaço de canalização e difusão de demandas do patronato rural por mudanças na agricultura do Pará durante a década de 1900, engendrando um novo modelo de desenvolvimento do agro”. José Ferreira Teixeira via nessa pasta “o elemento básico essencial para dar direcção technica na organização da agricultura, animar e suscitar a iniciativa individual na conducta dos negócios ruraes”.⁵³² De acordo com o governador João Coelho, sucessor de Augusto Montenegro, “esta secção, destinada a superintender todos os serviços que se relaciona[avam] com a agricultura, sob todos os aspectos, impulsionando-a pela realização prática e normas modernas e fomentando a cultura intensiva e mechanica, vae procedendo á organização delles, de modo a bem corresponder aos intuitos da sua criação”.⁵³³

A 4ª Seção de Agricultura foi de fato instalada na manhã do dia 20 de novembro de 1908, quando José Ferreira Teixeira foi empossado como chefe. Completavam o quadro José Lanter Chaves e João de Lira Castro Sobrinho, como primeiro e segundo oficiais, respectivamente, e Francisco Carvalho, “continuo, servindo de porteiro”. Inicialmente funcionava “no pavimento térreo do Gymnasio Paes de Carvalho, onde fora a Eschola de

⁵³¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 03.

⁵³² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 04.

⁵³³ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1909 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luíz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909, p. 105. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2443/000105>>. Acesso em: 02 de jul. 2016

Bellas Artes”, passando a funcionar depois em um casarão hoje localizado em frente ao 21º Grupamento Bombeiro Militar no bairro da Cidade Velha à rua João Diôgo, na capital Belém. A expectativa diante da instalação desse órgão era tamanha que os redatores da revista *A Lavoura Paraense* faziam o seguinte questionamento: “E como não ser assim se é evidente, claro, palpável, o êxito que obterá a agricultura do Estado com este melhoramento, cujos benefícios não se farão por longo tempo esperar?”⁵³⁴

IMAGEM 15: Prédio da 4ª Secção de Agricultura em 1916 à rua João Diôgo (Casarão hoje localizado em frente ao 21º Grupamento Bombeiro Militar na Cidade Velha/Belém-PA)



FONTE: BRAGA, Teodoro, 1926, p. 141.

José Ferreira Teixeira justificou a criação da 4ª Secção de Agricultura por Augusto Montenegro afirmando que o governador “reconheceu principalmente na (...) péssima situação agrícola um dos motivos fundamentaes da ruim situação econômica” pela qual o Pará vivia.⁵³⁵ A lei n. 1044 de 16 de outubro de 1908, que criou esse órgão, regulamentado pelo decreto n. 1.572 de 26 de outubro de 1908, destaca que, além do pessoal interno, o governo poderia contratar, à medida da conveniência, um engenheiro agrônomo, além de outros profissionais. O engenheiro agrônomo contratado foi o norte americano Charles Fuller Baker, que chegava para assumir a direção do campo experimental anexo ao Instituto Lauro Sodré, que naquele momento ainda estava sendo preparado, juntamente com seu assistente Van Hermann.⁵³⁶ Dentre as muitas competências atribuídas a essa citada seção, pelo artigo 2º da referida lei, destacamos a “fundação, administração e custeio das fazendas-

⁵³⁴ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Secção de Agricultura*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 387.

⁵³⁵ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 03.

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 04.

modelos”. As atribuições dadas a 4ª Secção de Agricultura evidenciam de forma clara essa nova postura das autoridades locais e da elite paraense frente a agricultura. Nesse sentido, a lei ainda apontava que, entre outras atribuições, cabia à 4ª Secção de Agricultura:

[...] estatística agrícola, ensino agrícola theorico e práctico, propaganda escripta e falada, dos modernos methodos de cultura intensiva; organização de exposições de machinas agrícolas e productos das industrias agropecuárias, publicação e distribuição da *A Lavoura Paraense*, monographias, boletins e instrucções praticas, organização de comícios e congressos agrícolas; criação de syndicatos, cooperativas, sociedades mutualistas e de providência, hygiene rural e policial sanitária; estudos de todos os agentes naturaes benéficos ou perniciosos aos agricultores e propaganda dos productos agrícolas; b) estudar as epizootias que affectam as especies animaes domesticas e os meios de as debelar; c) preparar em terrenos cedidos pelo Estado ou municípios, campos de demonstração de agricultura mechanica e cultura de plantas tropicaes, especialmente da hevea brazilienses, cacauero, milho, feijão, arroz, algodão e outras plantas têxtis, forragens nacionais e exóticas e tabaco; d) attender aos syndicatos agrícolas, enviando-lhes bôas sementes, plantas seleccionadas, mandando fazer conferências e ensinar, por agrônomos ambulantes os novos métodos da cultura intensiva; e) manter relações com os municípios no sentido d’estes o auxiliarem nos fins de que determinam a sua criação e cordenação dos esforços por eles empregados no sentido de impulsionar a lavoura; f) estudos dos assumptos referentes à indústria pecuária.⁵³⁷

Exemplo da importância de um departamento voltado exclusivamente para a agricultura pode ser evidenciado em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense* em 1908. O colaborador do periódico, José Simão da Costa, afirmou na ocasião que a criação da 4ª Secção de Agricultura, “veiu, por assim dizer, trazer, officialmente, ao alcance dos cacaoalistas do Tocantins, os elementos scientificos que propunhamos suggerir, fossem contractados por associações ou syndicatos agrícolas, naquella região, pois, individualmente, nunca o poderiam fazer”.⁵³⁸ Em outras palavras, a criação desse departamento passou a ser visto por aqueles que o idealizaram como um elo agregador de interesses comuns aos membros da elite agrária paraense.

A Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, que foi organizada pelo decreto n. 999 de 18 de abril de 1900 e que tinha como secretário o engenheiro civil Victor Maria da Silva, dividia-se até então em apenas três seções: a Primeira Secção, ficava a cargo de tudo o que dissesse “respeito a obras públicas, estradas de ferro e de rodagem, águas, navegação, privilégios, indústrias, correios e telégraphos, telephones, theatros, relações com o governo federal (ministério da viação), poder legislativo, nos assumptos da competência da secretaria e credito”. A Segunda Secção, por sua vez, tinha como chefe o engenheiro Pedro Bezerra e

⁵³⁷ *Gazeta de Alemquer*. Legislação do Estado, 8 de novembro de 1908, p. 01.

⁵³⁸ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Lavoura do Cacao no Tocantins -II*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 369-370.

tinha “a seu cargo a inspecção de obras públicas e a organização de planos, orçamentos e desenhos architectonicos e topographicos e quaisquer outros trabalhos da mesma natureza”. A Terceira Secção, que tinha o engenheiro João de Palma Muniz como chefe, tinha “a seu cargo todo o expediente relativo a terras, minas, cathechese, colonisação, immigração e agricultura; a organização do registro geral das terras possuídas por qualquer título; dos quadros das terras públicas e demarcadas; das posses legitimadas e das sesmarias e outras concessões”.⁵³⁹

No que diz respeito ao papel dessas instituições no âmbito agrícola, tanto a nível estadual, quanto federal, cabe aqui uma interessante observação feita por Luís Amaral (1958, p. 153) quando faz críticas ao antigo Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Destaca que a referida instituição “se ocupava mais da parte viária e mesmo de coisas urbanas, referentes a cidade do Rio de Janeiro, do que propriamente dos problemas agrícolas, deixados à mercê dos próprios lavradores”. Nesse sentido não nos é difícil conjecturar que da forma como ocorria a nível federal, também a nível estadual as secretarias de agricultura, viação e obras públicas também deixassem as questões agrícolas para um segundo plano. Principalmente no período em que a reformulação urbana da capital do estado estava na ordem do dia. Isso ajuda a explicar porque a elite agrária paraense exigiu das autoridades locais o desmembramento da seção de agricultura. Passaria, dessa forma, a ganhar não apenas mais visibilidade, mas também um status até então distante, para não dizer inimaginável.

De todo modo, não bastava a criação de uma seção exclusiva para questões agrícolas. Se fazia necessário um veículo de difusão dessas novas ideias que se pretendia implantar. Nesse sentido, deve-se deixar evidente que uma das principais fontes de pesquisa para uma completa análise desse objeto de estudo são os artigos da revista *A Lavoura Paraense*, uma publicação mensal ligada ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* e vinculado a 4ª seção de agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, servindo como um boletim informativo desse órgão e do próprio patronato rural. De acordo com Gutemberg Guerra (2006, p. 3) a revista *A Lavoura Paraense* “é fonte de informações importantes sobre com que segmentos a categoria técnica e dos fazendeiros paraenses se relacionavam neste período”. De acordo com seus redatores a revista tinha “por nobre missão

⁵³⁹ Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1904-1905. Obra estatística e de consulta fundada em 1904 por F. Cardoso & Cº. I anno. Editores: F. Cardoso & Cº. Pará-Brazil. p. 26.

a propaganda da moderna agricultura, d'onde há de forçosamente resultar a nossa futura e infallível prosperidade".⁵⁴⁰

Uma série de periódicos voltados para a divulgação de modernas técnicas e métodos úteis para o cultivo foram criadas por todo o país e também no Pará, tanto na fase final do Império como no início do período republicano. São exemplos "*O Colono de Nossa Senhora do O*", o "*Agrário*" e o "*Agrônomo*". Nunes (2019, p.07) entende que "os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação de práticas científicas contidas e explicadas nesses jornais". Esses periódicos agrícolas tinham, nesse sentido, a "função de instruir os homens no que se identifica, para justificar a circulação desses jornais de conhecimento racional e o consequente progresso produtivo".

A revista tinha como redator Leopoldo Penna Teixeira, que também era diretor do Campo de Cultura Experimental que ficava localizado nos arredores do antigo Instituto Lauro Sodré. Os editores da revista tinham a preocupação de publicar em suas páginas as experiências com cultivo e criação em outras regiões ou mesmo realizadas fora do país. Trazia artigos de diversos autores assim como temas bem variados. Apesar de ter circulado mensalmente entre os anos de 1908 e 1912 conservaram-se poucos exemplares para pesquisa, hoje disponibilizados na internet, bem como nos arquivos da Biblioteca Pública do Estado do Pará. Apesar das poucas edições hoje disponíveis, esses exemplares dimensionam bem aquilo que as autoridades locais e a elite rural pretendiam e como se daria a implantação de uma nova metodologia para o campo, principalmente quanto a agricultura.

Imagem 16: Capa da revista "*A Lavoura Paraense*"

⁵⁴⁰ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Noticiário* – 17 de dezembro. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 386.



FONTE: A Lavoura Paraense

Em geral as capas da revista *A Lavoura Paraense* ilustravam cenas do cotidiano do homem do campo como no exemplo acima, mostrando o lavrador manuseando instrumento agrícola moderno para a época. Obviamente que a intenção dos editores era apresentar aos agricultores uma realidade desconhecida para a grande maioria dos pequenos e médios proprietários e até mesmo para uma parcela de grandes produtores. A revista assumia então a função não apenas de propagadora das modernas técnicas de produção agrícola, no que dizia respeito ao uso de insumos e maquinários essenciais ao fomento da produção agrícola, mas assumia também a missão de difundir uma mentalidade inovadora ao homem do campo, que o levasse a deixar a forma rotineira com que lavrava os campos.

O mesmo recurso foi utilizado no jornal *O Colono Nossa Senhora do Ó* que trazia na capa uma jovem mulher que segurava um arado. Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 16-17) afirma que o objetivo por trás da citada ilustração era “a alusão à ideia de que as práticas agrícolas deviam estar associadas aos usos de técnicas de cultivo que necessitam não apenas de instrumentos de trabalho, mas do conhecimento de sua melhor utilização”. Não devemos esquecer que o citado jornal circulou na década de 1850, tendo como responsável o coronel José do Ó de Almeida, proprietário da Colônia Nossa Senhora do Ó. Enquanto a revista *A Lavoura Paraense* apresentava ao seu público leitor as experiências de cultivo em outras regiões do país e mesmo no exterior, o citado jornal tinha como proposta apresentar aos lavradores as novas experiências de cultivo desenvolvidas na própria colônia, “um espaço de

experimentação de novas técnicas de cultivo, ou como se dizia na época ‘laboratório de agricultores’”.

Alguns nomes ilustres apareciam como colaboradores da revista *A Lavoura Paraense*. Entre eles os cientistas André Goeldi, Emílio Goeldi, Jacques Huber, Charles Fuller Baker e Adolfo Lutz e outros como Cônego Pinheiro e Enéas Pinheiro. Infelizmente conservou-se apenas dez números da revista, sendo uma edição de 1908, seis de 1909, dois de 1910 e um número de 1912. Esta última com temas voltados exclusivamente para questões ligadas à pecuária. Além da falta de inúmeros exemplares nos anos citados, já que se tratava de uma publicação mensal, não se conservou nenhum número de 1911. Com os números que temos a disposição para pesquisa constatamos que algumas seções eram recorrentes como “A prática do crédito agrícola”, “A cultura do Arroz”, “Fatores econômicos da produção” e “Forragem e Nutrição”. O tema mais recorrente é sobre a “borracha”, seguido de “arroz” e “cana de açúcar”. Também há vários artigos nos diversos números remanescentes sobre a indústria pecuária. De qualquer forma, o pouco número que temos à disposição ajudam, como já destacado, a refletir acerca das preocupações tanto da elite agrária quanto dos agentes públicos para a modernização da agricultura paraense.

A revista *A Lavoura Paraense* teve sua publicação suspensa em 1912, privando, como afirmou José Ferreira Teixeira em 1918, “a Secção de Agricultura de continuar a propaganda escripta dos melhores methodos de cultura e de criação n’um meio como o nosso em que é necessário orientar, activamente, as classes productoras”. Propunha então que a revista voltasse a ser publicada de forma bimestral com trinta e duas páginas.⁵⁴¹ Apesar do citado periódico não voltar a ser publicado, o então chefe da 4ª Secção de Agricultura expressou a relevância da revista para a divulgação dos modernos métodos e técnicas de cultivo entre os lavradores paraenses e que sua extinção representava um retrocesso nas pretensões estatais em racionalizar o processo de produção agrícola.

Com o passar dos anos outros órgãos voltados para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, com suas respectivas revistas, seriam criados no Pará. Foi o caso, por exemplo, de “*O Boletim*”, cuja primeira publicação saiu em 1942, e era o órgão de propaganda da Secção de Fomento Agrícola, que tinha a “finalidade precípua de incentivar a agricultura do Estado pela divulgação de métodos mais condizentes aos processos racionais dos trabalhos agrícolas em geral, como também pela publicação de dados estatísticos,

⁵⁴¹ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 29.

estudando comparativamente a produção e exportação regionais”.⁵⁴² Esse discurso evidencia a constante e sempre recorrente busca pela modernização e racionalização das práticas agrícolas e criatórias, como vinha ocorrendo nos anos anteriores e mesmo nas décadas finais do Império. Ou seja, para as autoridades paraenses era necessário acompanhar o ritmo das inovações ligadas ao campo. Contudo, essas inovações não eram intrínsecas ao conhecimento que as populações tradicionais também possuíam quanto ao processo produtivo.

No Brasil, ao longo do século XIX, foram criadas várias revistas ou jornais voltados para a divulgação do que havia de melhor no que diz respeito às técnicas e métodos agrícolas. Diversos desses veículos de informação eram atrelados a órgãos estatais. Não era o caso, por exemplo, do já citado jornal *O Colono Nossa Senhora do Ó* que pertencia a José Almeida do Ó. Na capital do país, Rio de Janeiro, foram criadas a *Revista Agrícola*, o *Jornal do Agricultor* e *O Auxiliador da Industria Nacional*. Fernando Lourenço (2001, p. 19), que utilizou alguns desses órgãos como fonte para sua pesquisa, entende que essas revistas ou jornais, para além da “propaganda de métodos e equipamentos agrícolas modernos”, era também “um tipo particular de intervenção da intelectualidade brasileira na vida pública”.

Uma das principais revistas especializadas que circularam no país nesse momento de modernização agrícola foi a revista *A Lavoura*⁵⁴³ sob a responsabilidade da Sociedade Nacional de Agricultura. Nery (2010, p. 52) afirma que os objetivos da citada entidade com a publicação dessa revista era “informar o leitor sobre questões técnicas ligadas ao meio agrícola” além de inculcar “uma nova mentalidade racional” e divulgar “os feitos da entidade e demais afiliadas”. De um modo geral, a preocupação da elite agrícola paraense seguia o mesmo objetivo ao publicar a revista *A Lavoura Paraense*. Pois, da mesma forma, *A Lavoura* buscava “propiciar aos leitores o máximo possível de informações práticas, tidas como necessárias ao desempenho cotidiano de suas atividades, incluindo desde aquelas relativas à construção de uma nova mentalidade racional”. Assim, os editores do periódico ligado à 4ª Secção de Agricultura possuíam objetivos semelhantes.

Ao analisar a revista *A Lavoura*, entre os anos de 1897 e 1926, Vanessa Mello (2012, p. 121-122) afirma que o citado boletim era considerado “um importante instrumento

⁵⁴² *O Boletim: divulgação, informação e estatísticas*. Secção de Fomento Agrícola do Estado do Pará – Brasil, ano 1, n. 01, Janeiro-junho, 1942. (disponível na Biblioteca Pública do Estado do Pará)

⁵⁴³ A primeira publicação da revista *A Lavoura* data de 1897 sendo ainda publicado atualmente. De acordo com Vanessa Mello (2012, p. 121-122) suas publicações não foram muito regulares, “sem que nenhuma explicação fosse dada aos seus leitores”. Havia, portanto, edições bimestrais e mesmo semestrais como em 1905. A revista tratava de vários assuntos, desde o tema imigração até o crédito rural e organização dos trabalhadores, muito embora não tivesse muitas seções fixas. O acervo da revista encontra-se digitalizado e disponível na internet no site <http://www.zebu.org.br/Revistas/ListaRevistasPdf/9002-Revista-A-Lavoura-Memorias-do-Zebu?page=38>.

de propaganda dos interesses e pautas da Sociedade Nacional de Agricultura, na medida em que a revista propagandeava, por meio de seus artigos, as principais ideias defendidas pelos membros da sociedade”. As intenções dos editores da revista *A Lavoura Paraense* não eram distintas e da mesma forma que os editores de *A Lavoura*, buscavam a modernização da agricultura, uma vez que os membros da SNA “acreditavam que um dos meios necessários para modernizar as práticas agrícolas seria a aplicação das ciências naturais no campo”, portanto, “para ser um verdadeiro agricultor, o homem deveria conhecer rudimentos de química, física, história natural, mineralogia, botânica e zoologia”.

O periódico “*Gazeta de Alemquer*” definiu a revista ligada ao patronato paraense como “órgão dos interesses dos agricultores e criadores paraenses” e que a mesma trazia “leitura proveitosa para todos os que se interessam pelos melhoramentos e reformas dos processos obsoletos de que se servem geralmente entre nós os agricultores retrógrados”.⁵⁴⁴ Gutemberg Guerra (2009, p. 4) chama atenção para o fato de que os editoriais da citada revista demonstrarem “uma preocupação pelo aumento da produtividade incorporando novas tecnologias, indicando um grau de informação elevado dos editores sobre o que ocorria, naquele período, no mundo”. Dessa forma, o referido periódico era utilizado como “espaço de divulgação da agência estatal ao mesmo tempo que consubstanciava em seus discursos os interesses dos grupos ruralistas paraenses da Primeira República”.

Era bastante comum as revistas ou jornais especializados trazerem em suas páginas muitas propagandas de diversos produtos ou serviços, assim como Nunes (2019) demonstrou acerca do jornal “*O Agrário*” que era ligado a Sociedade Agrícola Paraense, fundado em 1885. Dessa forma, também a revista *A Lavoura Paraense* trazia diversos anúncios, desde máquinas para desnatar até forjas mecânicas, carros para transporte de produtos agrícolas a máquinas para cavar poços. Anúncios que faziam referência não apenas ao setor agrícola, mas também a outros ramos da economia amazônica, como a pecuária. Dessa forma, as ilustrações presentes nas páginas da revista visavam claramente aproximar seus leitores das inovações tecnológicas voltadas para o campo, desde o manejo com o solo até a colheita e beneficiamento do produto cultivado, chamando atenção ao mesmo tempo do lavrador e do pecuarista paraense para a necessidade de se fazer uso daquilo que havia de mais moderno para a produção e beneficiamento dos mais diversos gêneros agrícolas. Era o caso, por exemplo, do formicida Schomaker:

⁵⁴⁴ *Gazeta de Alemquer*. A Lavoura Paraense. 2 de dezembro de 1908, p. 02.

Imagem 17: Formicida Schomaker



FONTE: A Lavoura Paraense, 30 de setembro de 1910, n. 27.

O anúncio destacava que o formicida dispensava “óleos e machinas, velhas e anachronicas fórmulas de efeito quasi nullo e de manejo complicado”, evidenciando assim a existência do arcaico e do moderno. Obviamente que por trás dos anúncios havia toda uma lógica comercial com objetivos financeiros, mas ajuda a pensar todo esse dinamismo em torno da modernização das práticas agrícolas na medida em que muitas dessas propagandas eram ligadas a órgãos governamentais. No caso do formicida Schomaker o anunciante fez questão de enfatizar que o produto era recomendado pelas repartições de agricultura de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. O anúncio de outro formicida – Paschoal – na mesma edição da revista também associava o produto ao estado de São Paulo ao informar que foi “o único que apresentou reaes resultados nas experiências effectuadas”,⁵⁴⁵ por ordem daquele governo. Essas constantes referências aos estados do Sul do país, sobretudo São Paulo, evidenciavam o prestígio que essas regiões gozavam, no que diz respeito às práticas agrícolas, servindo muitas vezes como modelos a serem copiados. Ao analisar anúncios veiculados na Revista Agrícola, ligada à Sociedade Sergipana de Agricultura entre os anos de 1905 e 1908, Fabrícia Santos (2012, p. 266) assevera que além dos anúncios, “o seu conteúdo de publicidade e de propaganda inseria-se na perspectiva do capitalismo tipográfico,⁵⁴⁶ na

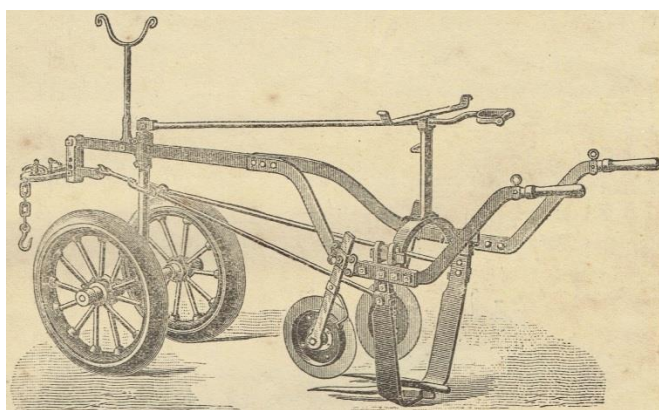
⁵⁴⁵ A *Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/p.

⁵⁴⁶ Trata-se de um termo cunhado pelo historiador irlandês Benedict Anderson (1936-2015) – irmão do conhecido historiador marxista Perry Anderson. Em seu livro “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e disseminação do nacionalismo” (1983), desenvolveu a teoria de que as línguas vernaculares foram padronizadas a partir da invenção de Gutenberg em 1454, contribuindo assim para o compartilhamento de um mesmo idioma na medida em que jornais passaram de ser impressos em vários dialetos distribuídos geograficamente. Isso foi importante na medida em que pessoas de diferentes dialetos se comunicassem por meio de uma língua comum. Como consequência, essa linguagem comum impressa contribuiu para a formação também de uma identidade cultural, ou seja, acabou contribuindo não apenas para a formação dos primeiros estados-nações europeus, mas também fortaleceu o mercado editorial que ao publicar seus livros em línguas vernaculares expandiu esse comércio, uma vez que o latim foi aos poucos sendo deixado em favor das línguas

medida em que propunham a produção de uma linguagem própria ao consumo em massa e internacionalmente simultâneo”.

Como o lema dessa pretendida fase de modernização e racionalização que se implantava em terras paraenses era o de produzir mais em menos tempo e a um baixo custo, procurava-se evidenciar essa premissa nos anúncios da revista. Nessa mesma lógica, acaba chamando bastante atenção a propaganda de um arrancador de batatas, isso porque o anunciante destacava a economia de tempo com seu uso:

Imagem 18: Arrancador de batatas



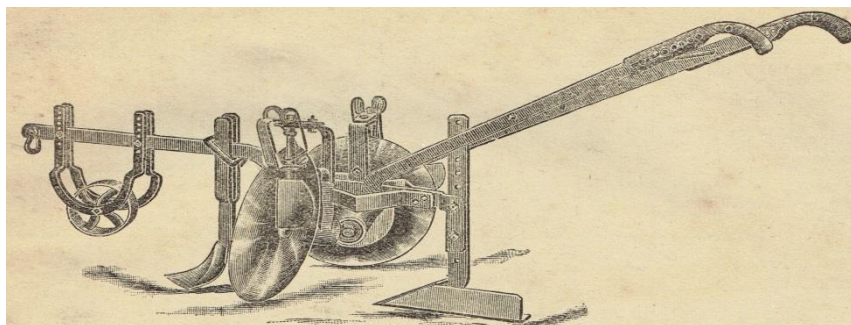
FONTE: A Lavoura Paraense, 30 de setembro de 1910, n. 27.

A imagem acima foi também utilizada para ilustrar a capa da referida edição de setembro de 1910. O anúncio dizia que a máquina, que seria puxada por um cavalo, arrancava em 10 horas 30 mil quilos de batata e “um homem robusto arranca no mesmo espaço de tempo só 720 quilos”.⁵⁴⁷ Essas informações denotam um princípio da produtividade tão presente nos dias de hoje quanto nos tempos mais remotos, quer dizer, produzir mais e em menos tempo. Economizar tempo era também a principal qualidade atribuída ao arado de disco:

Imagem 19: Arado de disco

seculares, alcançando um público bem maior. Sobre o tema ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁴⁷ A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910, s/p.



FONTE: A Lavoura Paraense, 30 de setembro de 1910, n. 27.

O anunciante do arado de disco, usado em canaviais, destacou que além de abrir sulcos, espalhar e cobrir os adubos “era de um valor econômico de 80 a 90 por cento no custo dos trabalhos de cultura de canna”.⁵⁴⁸ Contudo, não eram anunciados apenas máquinas e inseticidas. Havia também espaço para propaganda de instrumentos mais simples e modestos como machados, terçados, pás, enxós para carpinteiros e enxadas. Não foi possível identificar na documentação os critérios para realizar propagandas nas páginas da revista, como dimensões e seus valores. Inferimos, no entanto, que os valores arrecadados com os anúncios seriam destinados para manutenção da revista que era distribuída gratuitamente uma vez que era impressa na tipografia do Instituto Lauro Sodré, prédio do governo estadual. Assim como não foi possível constatar na documentação anúncios referentes a aquisição desses maquinários por parte dos lavradores.

De qualquer forma, o próprio José Ferreira Teixeira “emprestava” seu nome e seu prestígio, como chefe da 4ª Seção de Agricultura, em anúncios publicitários na revista.⁵⁴⁹ Foi o caso de um contra veneno de cobra onde o anunciante destacava: “O Illm. Snr. Dr. Ferreira Teixeira, advogado no Pará, fazendeiro no Marajó, Chefe da Secção de Agricultura, com honroso attestado acredita este poderoso medicamento”.⁵⁵⁰ Pela posição social, política e econômica, podemos afirmar que José Ferreira Teixeira, ao gozar de consideração entre agricultores e pecuaristas no Pará, tornava-se o melhor e mais indicado garoto propaganda para os mais diversos produtos ligados ao mundo rural.

⁵⁴⁸ *Ibidem*.

⁵⁴⁹ Esse prestígio dado a José Ferreira Teixeira ficou evidente, por exemplo, quando um dos colaboradores da revista *A Lavoura Paraense*, José Simão da Costa, se referindo ao chefe da 4ª Seção de Agricultura, afirmava que esta instituição havia sido “confiada, em boa hora, ao mais genuinmo e entusiastico agricultor que temos tido a felicidade de encontrar neste vasto paiz”. Ver: *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A lavoura do cacao no Tocantins*. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 369.

⁵⁵⁰ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 31 de julho de 1910, s/p.

No entanto, não devemos comprar barato esse discurso presente nas páginas da citada revista. Por se tratar de um periódico criado no seio de um órgão estatal, as falas ali presentes estão, volta e meia, preocupadas em enaltecer as ações governamentais no que diz respeito, sobretudo, às políticas voltadas para a modernização da indústria agropastoril. Em diversos momentos de suas páginas, os colaboradores chegam a afirmar que “a criação da Secção de Agricultura, anexa à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, é um dos atos mais nobres da fecunda e sabia administração do sr. dr. Augusto Montenegro”.⁵⁵¹ Contudo, fica claro, não apenas na documentação analisada como também na leitura da bibliografia que trata do tema em questão, que o surgimento da 4ª Secção de Agricultura foi muito mais fruto de uma exigência da elite agrícola paraense, liderada por José Ferreira Teixeira, que além de chefe da referida Secção era também o diretor da revista *A Lavoura Paraense*.

De qualquer forma, é inegável que a criação de um departamento voltado unicamente para cuidar das questões relativas ao fomento da produção agrícola e ao desenvolvimento da indústria pastoril, bem como a publicação de um periódico voltado para as mesmas questões, faz parte da materialização de uma nova metodologia com vistas ao aumento da produção rural em seus diversos ramos. Contudo, outros elementos também caracterizam esse novo modelo pensado para o agro paraense. A concretização dessas ações fica evidenciada na criação de instituições de ensino e pesquisa como estações experimentais e campos de demonstração. No próximo tópico veremos como esses estabelecimentos agrícolas buscaram moldar um novo conceito de agricultura na Amazônia, assim como implantar uma nova mentalidade no homem do campo, distanciando-o das criticadas práticas rotineiras, distanciando-o dos saberes construídos cotidianamente na floresta.

3.6 De retrógrado a operário agrícola: materializando as ações.

Quand donc pourra-t-on persuader l'Amazonien qu'il ne peut y avoir de richesse stable dans un pays où l'agriculture est négligée?

Com esse questionamento feito por Paul Le Cointe (1904, p. 481) em artigo publicado no *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale* de Paris, na primeira década

⁵⁵¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Secção de Agricultura. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908, p. 387

do século XX, o naturalista francês deixava claro que enquanto a agricultura na Amazônia fosse negligenciada não haveria riqueza estável. Referia-se também às oscilações que a comercialização do látex sofria no mercado externo e também “le mépris de plus en plus accentué de la population de l’intérieur pour tout travail manuel”, ou seja, a pouca vocação da população do interior com trabalhos manuais. Obviamente que há excessos nessa desqualificação, pois a produção agrícola sempre existiu com uma lógica própria de produção. Também é obvio que as autoridades locais e a elite agrária, apoiados nos estudos e pesquisas realizadas no Museu Emílio Goeldi e nas instituições de fomento agrícola, pretendiam tirar a agricultura dessa negligência – como adjetivavam a situação agrícola do estado – com ações que concretizassem a implantação de uma racionalidade própria, a partir dos conceitos científicos.

Logo que assumiu o cargo de governador do estado do Pará em 1909, João Antônio Coelho fez, por exemplo, a seguinte afirmativa em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo do Estado, acerca da produção agrícola:

Dispensando cuidadosa atenção a assumpto de tanta magnitude, porque estou convencido de que só elle assegurará em base sólida a autonomia econômica do nosso Estado, não tenho tido esmorecimentos nessa larga e profunda obra, que com tanto amor foi iniciada pelo benemérito governo que presidiu os destinos do Estado no período de 1897-1900 e prosseguida inteligentemente pelo que lhe succedeu, - a da transformação dos velhos e rotineiros processos agrícolas enraizados entre nós, pelas modernas normas applicáveis ao cultivo racional do sólo com que a natureza nos dotou.⁵⁵²

Dessa forma, o sucessor de Augusto Montenegro, enaltecendo as ações dos seus antecessores, – como não poderia deixar de ser – destacava a necessidade de transformação dos “velhos e rotineiros processos agrícolas” por modernos métodos e técnicas de produção do campo. Buscando mudar essa realidade, foram criadas, ao longo do primeiro governo de Lauro Sodré algumas leis com o objetivo de alavancar a produção de determinados gêneros como o cacau e o algodão. São exemplos as leis n. 99 de 22 de março de 1893 e n. 228 de 1º de maio de 1895. Esta última oferecia prêmios aos três primeiros lavradores que apresentassem 10 mil novos pés de café, cacau, algodão ou seringueira. Por sua vez, em março de 1896, outra lei foi criada com o mesmo objetivo, “estabelecendo prêmios de até quinhentos mil réis por lote de mil cacauzeiros ou cafeeiros ou de um conto de réis por lote

⁵⁵² PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1909 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luíz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909, p. 105. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2443/000105.html>.> Acesso em: 22 de Jul. 2018

com dois mil algodoeiros ou duas mil seringueiras” (SANTOS, 2016, p. 54). Com um olhar agora mais atento às ações dos agentes públicos, logo após o governo de Lauro Sodré, percebe-se que este, muito embora buscasse incentivar um aumento na produção de alimentos oferecendo prêmios aos lavradores, acabou na verdade por adotar medidas pouco efetivas.

Obviamente que agentes públicos em outras regiões do país também ofereceram prêmios, mas isso não significa dizer que fosse uma medida necessariamente eficaz. No estado do Maranhão, por exemplo, o governador Benedito Leite, ao se dirigir ao congresso legislativo do estado, dizia beneficiar “diferentes culturas por meio de prêmios e outros favores; entretanto quasi nullo” era “o resultado colhido desse benefício”.⁵⁵³ No Pará essas ações causaram uma série de inconvenientes com aqueles que reivindicavam os tais prêmios.⁵⁵⁴ Para além dessas ações paliativas verificou-se, entre as autoridades locais e a elite agrícola, a urgência em criar instituições de promoção da atividade agrícola e pecuária com auxílio da ciência.

Contudo, para implantar qualquer instituto de fomento à agricultura ou mesmo para a pecuária se fazia necessário, ante de tudo, o devido orçamento para se colocar em prática uma metodologia, seja ela particular ou governamental. Por isso o crédito agrícola aparecia como fator a ser ponderado nessas discussões, visto mesmo como um aspecto essencial para o desenvolvimento rural. Não obstante, José Ferreira Teixeira afirmava que não poderia haver financiamento enquanto o agricultor não soubesse “empregar economicamente os capitaes de que venha a dispor”.⁵⁵⁵

De qualquer modo, a falta de crédito agrícola representava um verdadeiro entrave em uma sociedade que pretendia transformar o modo de produzir. Em artigo publicado na revista *A Lavoura Paraense*, o articulista Wenceslau Bello dizia aos leitores desse periódico que se observava uma mudança de comportamento no lavrador brasileiro, ou seja, que esse sujeito já exercitava “o emprego do arado, lê, consulta e ouve com empenho os conselhos profissionaes”. Apesar disso, “o tropeço constante a esse movimento de progresso, é a falta de recursos, que tolhe os braços do lavrador e de suas instituições, e lhe cresta o ânimo e a

⁵⁵³ MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 21 de fevereiro de 1908 pelo Exmo. Sr. Dr. Benedito Pereira Leite, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Oficial, 1908, p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u385/000011.html>> Acesso em: 02 de jul. 2021

⁵⁵⁴ Ver: Santos, 2016.

⁵⁵⁵ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 05.

coragem para a luta”.⁵⁵⁶ O crédito surge aqui não apenas como recurso indispensável para o indivíduo em particular, mas também para os agentes públicos em geral ao se tratar da criação e instalação de estabelecimentos de desenvolvimento da agricultura. Essas e outras questões eram geralmente pensadas por meio da comparação com outras nações europeias ou americanas em relação às ações desenvolvidas em prol da produção agrícola.

Em abril de 1909, por exemplo, a revista *A Lavoura Paraense* trazia aos seus leitores um artigo tratando a respeito do desenvolvimento da agricultura alcançado pelos franceses. Dizia o artigo que tal progresso se deu não apenas com subsídios e prêmios em dinheiro aos lavradores como incentivo, mas também com ações técnico-científicas, pois aquele país contava com “nada menos de 38 estações agrárias experimentaes geraes, annexas ao Ministério da Agricultura ou as universidades: ellas possúem laboratórios chimicos bem providos e devem analysar os terrenos para os agricultores, examinar os adubos chimicos, as sementes, etc”.⁵⁵⁷ Esse artigo tinha a clara intenção de mostrar não apenas aos lavradores e pecuaristas paraenses, mas também aos representantes públicos, que tais ações poderiam ser imitadas em terras amazônicas, não restringindo suas ações em velhas práticas então consagradas nos projetos de colonização ou mesmo com ações protecionistas como a alta taxação dos produtos externos e até mesmo na concessão de prêmios em dinheiro, como ações suficientes.

Ao se dirigir ao congresso estadual em 1898, o governador José Paes de Carvalho, pedia autorização para que fosse criada uma escola de agricultura e também um instituto zootécnico, em auxilio à lavoura, que era vista por ele como “rotineira e quasi aniquilada, da indústria pastoril bastante atrasada e decadente”. Nesses estabelecimentos não seriam instalados cursos acadêmicos, mas cursos agrônômicos, “de ensino intuitivo e elementar”, que poderiam “prestar imensos e inestimáveis serviços aos nossos lavradores e creadores, que tudo confiam à natureza”. Curioso pensar que, no Pará, naquele momento, Paes de Carvalho não confiava em “pessoal idôneo para a installacção d’aquelles estabelecimentos de ensino experimental”. Por isso, teria que, segundo ele, mandar contratar na Europa ou mesmo em Minas Gerais.⁵⁵⁸ De fato, Paes de Carvalho contratou professores na Europa para atuarem na

⁵⁵⁶ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A previdência e o crédito agrícola*. Ano III, n. 09, Belém-Pará, 31 de março de 1909, p. 94-95.

⁵⁵⁷ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *A Licção os outros povos: prosperidade agrícola da França*. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de abril de 1909, p. 153-154.

⁵⁵⁸ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898 apresentando a proposta de orçamento da receita e despeza para o exercício de

então Escola Prática de Agricultura, que funcionava anexa ao antigo prédio do Instituto Lauro Sodré.⁵⁵⁹ Em meados de 1899 essa instituição contava com 19 professores. O ensino agrícola seria “applicado em todos os seus ramos, inclusive a pecuária, especialmente a hygiene e zootechnia”.⁵⁶⁰

Esses atos de José Paes de Carvalho evidenciam suas ações para com o ensino agrícola e a consequente qualificação técnica do agricultor. Obviamente que não se tratava ainda do ponta pé inicial para uma mudança efetiva nos rumos que se pretendia dar às políticas econômicas no Pará em direção à pretendida modernização da agricultura e também da pecuária, como discursavam os republicanos nas primeiras décadas do século XX, mas mostrava os primeiros passos na busca pela almejada racionalização da atividade agrícola. A partir do segundo mandato de Augusto Montenegro, que iniciou em 1906, essas pretensões ganharam, como já vimos, dimensões bem maiores, a partir, sobretudo, da criação da 4ª Secção de Agricultura.

Obviamente que havia, na fase final do Império, certa preocupação por parte dos presidentes provinciais, bem como da elite agrícola, em criar condições para qualificação do colono. Nesse sentido é que Nunes (2019, s/p) lembra que um dos objetivos da Sociedade Agrícola Paraense, criada em meados de 1880, era montar estabelecimentos práticos de agricultura. Nesses espaços deveria ser ensinado não apenas os modernos implementos agrícolas, mas fazia-se necessário que se criasse também “condições para aclimatação das espécies, gerassem produtos com maior potencial econômico no comercio, servisse para a experimentação de novas práticas de cultivo que aperfeiçoasse as formas de plantio até então desenvolvidas na província”. Não se deve esquecer, no entanto, que era também um dos objetivos da Sociedade Agrícola Paraense, se não o primeiro “cuidar da introdução de braços não apenas possibilitando o financiamento da imigração de colonos, mas também dividindo essa tarefa com os poderes públicos”.

No entanto, com o objetivo de enaltecer o governador Augusto Montenegro que no início de 1909 deixaria o cargo, José Ferreira Teixeira chegou a afirmar: “[...] nunca possuimos instituições especiaes destinadas a fomentar e organizar scientifica e praticamente

1898-1899. Belém: Typ. Diário Official, 1898, p. 15. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000015.html>> Acesso em: 08 fev 2020.

⁵⁵⁹ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 1º de fevereiro de 1900. Belém: Typ. do Diário Official, 1900, p. 74. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000074.html>> acesso em: 02 de jan. 2020.

⁵⁶⁰ *O Pará*, Notas e Apanhados. 15 de julho de 1899, p. 01.

os trabalhadores ruraes”.⁵⁶¹ Dessa forma, o chefe da 4ª Secção de Agricultura, jogava no esquecimento ações anteriores com vistas ao desenvolvimento da agricultura como a fundação da escola agrícola D. Pedro II, ainda no período imperial ou mesmo a Escola Prática de Agricultura fundada em 1897 por José Paes de Carvalho.

Ademais, a ideia de criar instituições de ensino voltadas para a qualificação técnica do lavrador ocorre quando membros da elite agrária paraense se aliavam as autoridades políticas, passando a integrar também os quadros do poder público. Com isso, o ensino agrícola ganhava mais vulto e atenção do poder público, não apenas com a criação de instituições voltadas para esse objetivo, mas também com outras ações igualmente importantes:

Por todos os meios, por todos os instrumentos ao seu alcance, devem elles dar combate à rotina, que desaparecerá, batida, acossada pela luz da instrucção technica e professional diffundida nas escolas agrícolas, nos campos de experiências e demonstração, convenientemente installados nas colonias e nas sédes dos municípios; nos concursos e exposições e nas publicações de todo gênero.⁵⁶²

Com essas palavras o chefe da 4ª Secção de Agricultura, José Ferreira Teixeira, conclamava os poderes públicos e os governantes da União, dos estados e dos municípios a agirem contra a realidade em que se encontrava a agricultura e a pecuária em todo o país, mas em particular na Amazônia, sobretudo no Pará. Dessa forma é que pretendo refletir nesse tópico as ações que se materializaram em prol da propalada racionalização e modernização do campo. Foram criadas e instaladas nos arredores da capital Belém e em locais mais distantes algumas instituições como estações experimentais, campos de demonstração, fazendas-modelos e outros órgãos que funcionaram a partir de uma aliança entre governo estadual, elite agrícola paraense e Museu Emílio Goeldi.

Contudo, vale pensar a perspectiva criada pelos pequenos e médios agricultores diante desse novo cenário que se buscava descortinar. Marli Cirmino (2013, p. 83), ao tratar das inovações na agricultura mineira no final do século XIX, atesta que “muitos agricultores eram avessos a investimentos em novas tecnologias, principalmente aquelas trazidas por maquinários que não faziam parte da rotina e dos costumes operacionais a que estavam acostumados”. Se pensarmos que no Pará do início do século XX a nova metodologia agrícola

⁵⁶¹ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *Oito annos de governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 03

⁵⁶² *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. *O novo governo*. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909, p. 06

chegava apenas àqueles que tinham acesso às publicações da revista *A Lavoura Paraense*, em sua maioria integrante da elite agropecuária, não nos parece equivocado inferir que os pequenos e médios lavradores também não enxergassem com bons olhos tais transformações na sua prática diária. Deve-se ainda levar em consideração que muitos desses lavradores não possuíam recursos suficientes para aquisição de maquinários e muitos se quer eram alfabetizados, o que dificultava na teoria o processo de ensino agrícola.

De qualquer forma, dentro desse contexto destacaram-se, como materialização dessa nova mentalidade de produção agrícola voltada para o campo, não somente a criação da Estação experimental de Agricultura Prática de Igarapé-Açú, onde estavam presentes agrônomos contratados pelo governo e também especialistas do Museu Emílio Goeldi, assim como a criação do Campo de Cultura Experimental. Este último foi um “estabelecimento de demonstração agrícola, situado nos fundos do Instituto Lauro Sodré, nos arredores da capital” (ESTEVEZ, 2015, p. 12). Juntamente com a criação da *4ª Secção de Agricultura*, esses dois estabelecimentos se caracterizaram inicialmente como as duas mais importantes iniciativas em prol do novo modelo de agricultura que se pretendia para o estado do Pará, não apenas por levar os conceitos científicos ao campo, mas por aproximar o lavrador desses novos preceitos.

Oliver e Figueirôa (2006, p. 106) apontam que a partir do ano de 1908 observou-se no Brasil a criação de instituições de desenvolvimento agrícola como “estações experimentais, institutos de pesquisa e a diversificação de periódicos (boletins técnicos, revistas para agricultores, jornais agrícolas, revistas especializadas em tópicos de agronomia e zootecnia e cadernos de agricultura em jornais diários)”. Contudo, essas instituições começaram a ser criadas de fato em meados do século XIX como as próprias autoras depois evidenciam. Isso faz pensar que o Pará deu início a essa fase de modernização paralelamente a outras unidades da federação. Contudo, diferentemente de outras regiões que a iniciaram nos primeiros anos após a implantação do regime republicano, essa onda transformadora das práticas agrícolas demorou um pouco mais para chegar ao Norte do país.

Como já salientado, a nova metodologia voltada para a produção agrícola teve início a partir do segundo mandato de Augusto Montenegro. Dessa forma é que a Estação Experimental de Agricultura Prática instalada em Igarapé-Açú começava a se concretizar a partir dos anos finais da primeira década do século XX:

A lei estadual n. 988 de 30 de outubro de 1906 autorizou a fundação de um estabelecimento de ensino prático de agricultura, havendo o decreto n. 1.502 de 10 de abril de 1907 escolhido o município de Igarapé-assú para sua instalação, com a denominação de Estação Experimental de Agricultura Prática, à qual foi anexado

um núcleo colonial, que teve regulamentação pelo decreto n. 1.533 de 28 de novembro de 1907.⁵⁶³

O início dos trabalhos para a criação da referida estação, depois denominada de Estação Experimental Augusto Montenegro pelo decreto 1.509 de 05 de fevereiro de 1909, ocorreu em março de 1907 e tinha como objetivos:

- 1º. Estabelecer culturas em campos de experiência e de demonstração, afim de organizar por meio dellas estudos práticos de agricultura tropical, applicando e procurando applicar os meios e processos modernos, tanto chimicos como mecânicos.
- 2º. Procurar melhorar e facilitar as culturas até hoje usadas, e introduzir novas, das quaes se possa esperar, ou presumir, que sejam aptas às condições locaes.
- 3º. Introduzir e propagar o emprego de adubos chimicos e de instrumentos aratórios e de machinismos para beneficiar os productos colhidos e para simplificar e baratear o trabalho agrícola
- 4º. Divulgar entre os colonos e lavradores da zona circumvizinha e de todo o Estado noções e conhecimentos de agricultura moderna e aquillo que fôr de interesse público nos resultados obtidos das experiências realizadas no estabelecimento.
- 5º. Animar e ensinar, pelo meio suasório do exemplo vivo e da experiência prática, pondo em relevo as vantagens de um systema agrícola intelligente, baseado nas conquistas recentes das sciencias naturaes applicadas.
- 6º. Manter um internato para 20 educandos pobres, aos quaes será dada a necessária instrucção primaria, alimentação e noções de agricultura pratica.
- 7º. Instalar, anexa à Estação, uma colônia com cem lotes demarcados, tendo cada um a área de 25 hectares, mas ou menos, os quaes serão cedidos gratuitamente a colonos nacionaes, na forma da lei n. 824 de 14 de outubro de 1902.
- 8º. Organizar viveiros, afim de criar, propagar e reproduzir efficazmente plantas e arvores fructiferas e industriaes e vários vegetaes de provada, ou provável importância econômica.
- 9º. Crear um posto zootécnico e um posto meteorológico.
- 10º. Fazer experiências e estudos sobre forragens nacionais e estrangeiras acclimatáveis.⁵⁶⁴

Entre os dez itens que tipificam os objetivos que deveriam ser alcançados com a criação da Estação Experimental de Agricultura Prática chama atenção o ponto em que se enfatiza a implantação “de um systema agrícola intelligente, baseado nas conquistas recentes das sciencias naturaes applicadas”, isso por que, percebe-se uma sensível aproximação com pesquisadores ligados ao Museu Emílio Goeldi no processo de revitalização da agricultura no Pará, seja assumindo postos-chaves, como a direção de instituições, como foi o caso de André Goeldi à frente da própria estação experimental ou estudando métodos produtivos até então praticados em diversas regiões do estado, como o trabalho realizado por Charles Full Baker

⁵⁶³ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918

⁵⁶⁴ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907, p.06. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000006.html>. Acesso em: 12 de Jul 2018.

em Irituia sobre a cultura do tabaco. Também chama atenção que um dos objetivos era a instalação de um núcleo colonial anexo à estação, pois nos leva a acreditar que os colonos nacionais ali instalados seriam preparados por agrônomos através de um ensino agrícola voltado para as novas premissas científicas conforme a nova metodologia. Não devemos perder de vista que o ensino agrícola era uma das principais bandeiras de José Ferreira Teixeira, chefe da 4ª Secção de Agricultura.

Augusto Montenegro chamava atenção dos membros do Congresso Legislativo do Pará, ao defender o uso racional da terra por meio do ensino prático realizado na Estação Experimental, ao afirmar que a terra era “generosa com quem a trata com inteligência.” Trabalhando a terra com inteligência os lavradores teriam “os elementos precisos para calcular o que podem tirar de suas terras pela aplicação de processos racionais e pelo abandono da rotina que os tem levado ao estado de miséria”.⁵⁶⁵ A parte prática do ensino agrícola na Estação Experimental ocorria quando “o agricultor aprendia observando as orientações do agrônomo, vivenciando o experimento e exercitando o novo método empregado” (SANTOS, 2014, p. 7). A parte prática do ensino na estação experimental estava voltada para o “trabalho de campo com o auxílio de machinas aratórias, emprego de adubos químicos e de outras espécies, processos de semear, colher e beneficiar produtos agrícolas e ainda fornecimentos de mudas de plantas fructíferas e madeiras de lei, etc” (Ourique, 1908, p. 76). Ou seja, a referida instituição estava na base desse novo modelo de agricultura pensado para o estado do Pará tanto pelas autoridades governamentais quanto pela elite rural.

Imagem 20: Galpões e terreno da Escola de Agricultura Prática em Igarapé-Assú



Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908, p. 171

⁵⁶⁵ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 p. 55 Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000054.html> > Acesso em: 12 de jul. 2018.

A imagem acima condiz com o relato de André Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura Prática, em seu relatório entregue ao Secretário de Obras Públicas, Terras e Viação em fins de junho de 1908, dando conta dos trabalhos iniciais para acomodação da futura estação. André Goeldi relatou que ao chegar ao lugar destinado para a instalação da Estação Experimental, em maio de 1907, encontrou “apenas uma extensa matta virgem, cortada pela linha da Estrada de Ferro de Bragança, que, naquele trecho, acabava de ser entregue ao tráfego público”, onde “um dos primeiros e mais necessários trabalhos era, então, a derrubada de uma tão vasta floresta”. Após o corte das árvores deu-se “aos paus e galhos cortados o tempo suficiente para seccar e desse modo poder effectuar a queima, ainda também em tempo de permittir as necessárias encoivarações, antes da epocha inadiável das plantações de cereaes”.⁵⁶⁶

Interessante observar na fala do então diretor que a mata onde se daria a construção da estação experimental seria derrubada e, em seguida, queimada tão logo os galhos secassem para iniciar as plantações de cereais. Tal ação seria então incomum uma vez que essa prática de corte e queima já era condenável por sua ação nociva aos nutrientes presentes no solo. Essa preocupação seria, através da educação voltada ao homem do campo, um dos princípios a serem propagados entre os lavradores, ou seja, evitar as queimadas.

Quase uma década antes, em 1900, Cônego Pinheiro em artigo ao jornal “O Pará” já afirmava que o estado do Pará vivia, “pelo velho e inveterado systema das derrubadas, das queimas das roças, sem que na cultura do solo haja outra sciencia ou arte, que não seja a lavra costumeira” e que “as roças de hoje não diferem das dos tempos idos”.⁵⁶⁷ Portanto, pensar que essa prática, ao ser condenada há tempos, tenha sido praticada no momento em que se difundia novas técnicas e métodos de cultivo justamente no local destinado a produção e divulgação de conhecimentos científicos voltados para o melhor aproveitamento do solo e das plantas reflete certo paradoxo.

A respeito do emprego de queimadas como método de cultivo, Antônio Rocha Penteadó (1967, p. 238) afirma que “este processo de preparo da terra, enriquecida pelas cinzas das matas ou das velhas capoeiras, provoca, com a contínua repetição, sem o devido

⁵⁶⁶ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A224. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000221.html>.> Acesso em: 01 set. 2022

⁵⁶⁷ *O Pará*. Duas Theses: agronomia. 12 de fevereiro de 1900, p. 01.

repouso do solo, o esgotamento total do mesmo, a ausência de capoeiras e o aparecimento de macega”. Por sua vez, Luciana Murari (2009, p. 163), em se tratando de fertilização, aponta os efeitos da queimada, como algo “geralmente restrito a uma única colheita, que podia ser beneficiada pelos sais criados na requeima, dada a volatilidade desde adubo”. Além disso, sua aplicação traz importantes sequelas, uma vez que não só impermeabiliza o solo, como provoca a “destruição das fontes de umidade, o consumo do azoto, a interrupção da difusão natural das sementes das árvores, a fuga dos animais da floresta”.

De qualquer modo, deve-se enfatizar as considerações feitas, no mesmo relatório, por André Goeldi, em princípios de março de 1907, quando, através de missivas, entregou ao governador Augusto Montenegro, o resultado de investigações preliminares na área de instalação da Estação de Agricultura Prática, onde o mesmo não incluía a queima das árvores:

Uma vez achada uma posição que, correspondendo as exigências, possa servir será indispensável fazer-se uma extensa derrubada da matta ainda virgem, afim de que, em redor do futuro estabelecimento, esteja descampada uma certa área. Convém muito fazer-se este trabalho de derrubar já neste anno, afim de ganhar tempo o que diz respeito à decomposição dos tocos das madeiras e dos troncos espalhados em cima da terra. Estes tocos, tendo um ano de tempo para em parte secar e em parte apodrecer, com mais facilidade se os poderá arrancar.⁵⁶⁸

Quer dizer, inicialmente o discurso era de deixar os troncos e tocos apodrecerem, mas o que de fato ocorreu foi a queima na área de plantio da estação. Podemos conjecturar apenas que houve pressa por parte do estado em iniciar os trabalhos, sobretudo, por conta do núcleo colonial que seria instalado no local. Ou, como disse o próprio André Goeldi em citação acima, ao afirmar que era preciso fazer as encoivarações antes da época inadiável da plantação dos cereais, denota que houve atraso no planejamento e execução das obras. Confirmando o modo rotineiro como os trabalhos estavam sendo conduzidos – ação muitas vezes criticada por aqueles que idealizaram o novo modelo – nos preparos iniciais da estação experimental, mais uma vez chama atenção a fala do diretor da instituição quando esse afirma que “concluído assim o preparo, rudimentar do terreno, deu-se começo ao plantio das sementes, seguindo-se, devido as circunstancias dadas, o systema usual e rotineiro”. André Goeldi defendeu o método rotineiro em época de remodelação da agricultura paraense:

⁵⁶⁸ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A221. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000218.html> > Acesso em: 31 dez. 2021.

Outro systema não era possível empregar em consequência das condições em que se achava o terreno: arvores enormes, inúmeros galhos espalhados pelo chão e tocos ainda são e verdes impediam, naturalmente, se applicasse qualquer instrumento aratório. O mais que se podia era deitar tudo bem por terra e cortar, para facilitar o transito do pessoal, por occasião dos trabalhos a executar.⁵⁶⁹

A esse respeito Amílson Henriques (2015, p. 17) nos lembra que a utilização de queimadas tinha, e obviamente tem, vários aspectos negativos para a lavoura. Um desses aspectos era o nomadismo, uma vez que, “o campo aberto pela queimada, a princípio muito fértil, desgastava-se rapidamente por outras queimadas e pela falta de cuidados tinha uma curta vida de uso”. Além dessa questão, “a queimada, geralmente empreendida entre os meses de julho e outubro, a época da seca, beneficiava somente uma colheita com os sais da queimada dada a volatilidade destes adubos”. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Luciana Murari (2009, p. 163) destaca que “a agricultura predatória induzia ao nomadismo, pois o campo aberto, a princípio muito fértil, desgastava-se pelas queimadas anuais e tinha uma curta ‘vida útil’, menos de uma década, após a qual era abandonado até ser completamente tomado pelo mato”.

De qualquer forma, o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio de 1908 informava que a Estação Experimental de Agricultura Prática foi criada com o objetivo de “dar incremento e desenvolver, praticamente, os processos modernos de cultura no Estado” dentro de uma área de “quatro quilômetros quadrados” onde havia um núcleo colonial anexo e um posto zootecnico. Além de um diretor e de um auxiliar, contava também com um professor com funções de meteorologista e escriturário e um total de 20 alunos internos.⁵⁷⁰ Tal instituição representava, materialmente, o começo de um novo paradigma para a agricultura paraense, simbolizando novos tempos para o agro.

Por sua vez, o Campo de Cultura Experimental foi criado pelo sucessor de Augusto Montenegro, o governador João Antônio Luiz Coelho, sendo sua instalação feita

⁵⁶⁹ Relatório sobre os trabalhos executados na Estação Experimental de Agricultura Prática, durante o primeiro ano, - abril de 1907, a junho de 1908 – apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará. In.: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 (anexo n.º 6) p. A221. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000218.html> >. Acesso em: 27 abr. 2017

⁵⁷⁰ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon da Pin Almeida no ano de 1909 21 da República volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 47. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=54&s=0&cv=46&r=0&xywh=-550%2C596%2C3033%2C2139>. > Acesso em: 30 mar. 2019

pelo agrônomo norte-americano Charles Fuller Baker e sua direção confiada inicialmente ao agrônomo Walter Fischer. Criado por decreto em 3 de dezembro de 1909, possuía uma extensão de 40 hectares. Sobre a referida instituição, João Coelho afirmava que não seria complicado antecipar as benfeitorias que resultariam do Campo Experimental quando este virasse uma realidade, em virtude dos processos ainda rudimentares e primitivos dos agricultores. Sendo assim, o principal objetivo com a criação dessa instituição de fomento agrícola era “estimular e desenvolver o ensino prático da lavoura intensiva e mechanica, produzindo, em consequência, o operário agrícola, experimentado, econômico, previdente, anthitese do lavrador retrogrado, cheio de indolência e viciado na rotina”.⁵⁷¹ Entre as principais culturas aos quais se dedicariam os técnicos e agrônomos no Campo de Cultura Experimental estavam “a mandioca, o milho, o arroz, a macaxeira, o cacaeiro, a seringueira, as plantas forrageiras, algumas palmeiras productoras de óleo, as fructeiras e outras plantas já tem a sua área determinada de cultura intensiva, experimental”.⁵⁷²

De acordo com informações contidas na revista *A Lavoura Paraense*, o Campo de Cultura Experimental tinha como objetivo “fomentar e desenvolver praticamente os modernos processos e methodos de cultura intensiva, de modo a tornar racional e productiva a exploração dos diversos ramos da agricultura no Pará”. Entre outras, o instituto agrícola se dedicava especialmente “a melhorar e facilitar as culturas locais e a introduzir novas que tenham possibilidades e vantagens” de se adaptarem ao meio amazônico e também ao ensino agrícola na condição de aprendizado agrícola. Além disso, se dedicava-se também:

Á introdução, propaganda e emprego judicioso de adubos chimicos e de instrumentos agrícolas; a divulgar entre os agricultores de todo o Estado noções e conhecimentos de agricultura intensiva e aquillo que for de interesse público, segundo os resultados obtidos pelas experiências realizadas no estabelecimento; a fazer experiências sobre plantas forrageiras nacionaes e estrangeiras aclimáveis; a fazer estudo das moléstias das plantas, dos insectos uteis e nocivos à lavoura; a produzir sementes seleccionadas, de cereais, forragens e outros vegetaes e plantas, para distribuição aos agricultores; a preparar pelo ensino pratico da lavoura intensiva e mechanica, jardineiros, feitores, ou regentes agrícolas, destinados à direcção de estabelecimentos ruraes; a organizar viveiros para crear, propagar e reproduzir effcazmente plantas e arvores de provada importância econômica, especialmente a seringueira e o cacaeiro, a organizar instrucções prácticas sobre cultura de cereaes; forragens, seringueiras, cacaeiros, algodão, tabaco e outras plantas tropicaes.⁵⁷³

⁵⁷¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, p. 187. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000179.html> Acesso em: 02 jan. 2017.

⁵⁷² *Ibidem*, p. 188. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000180.html> Acesso em: 31 dez. 2019.

⁵⁷³ *A Lavoura Paraense*. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Vol VI, n. 04, Belém-Pará, 31 de maio de 1912.

A passagem acima transcrita evidencia o que vinha sendo direcionado em termos de metodologia para o fomento da agricultura no Pará a partir do momento da criação da 4ª Secção de Agricultura. Entre outras ações, incentivava-se não apenas a utilização de instrumentos agrícolas, mas também o uso de adubos químicos, mostrando que já não havia todo aquele ufanismo em torno da fertilidade do solo. As experiências com plantas e sementes também era uma grande aposta e assim como na Estação de Agricultura Prática, também no Campo de Demonstração havia a preocupação em preparar o lavrador pelo ensino prático. As árvores de seringueira e de cacau ganhavam grande visibilidade nesses estabelecimentos, mostrando assim que o extrativismo também era foco dessas ações.

Diante desse cenário em que se buscava a revigoração da agricultura no Pará era celebrado anualmente pelo governo do estado o Dia da árvore. Em 1918 essa data foi celebrada no Campo de Cultura Experimental com a presença de muitas autoridades, inclusive com a presença do próprio governador. Para o diretor da citada instituição, a data era importante “factor da educação do povo, a quem é necessário ensinar a amar e respeitar os vegetaes para utilidade absoluta para a vida na terra, interessando-o, na sua conservação, pela cultura”. Na opinião de José Ferreira Teixeira, com a realização dessa festa em áreas rurais e em todas as escolas do estado, o governo buscava “despertar e reviver no povo o instinto de conservação dos bens com que a natureza dotou nosso país”. O dia da árvore era visto como um ato de “dever cívico, que constitue uma das mais dignas e louváveis acções humanas”, onde:

“Proclamações officiaes, em cartazes especiaes, deveriam ser distribuídos, pelos centros da população, deveriam ser distribuídos pelos centros da população, incitando os cidadãos à realização desse acto magnânimo, summamente educativo e profundamente dignificante, que visa os mais elevados fins de cautelosa previdência”.⁵⁷⁴

Os diretores dos Aprendizados Agrícolas também deveriam promover periodicamente a festa da árvore, conforme estabelecido no artigo 309 da lei n. 8319 de 20 de outubro de 1910, que criou o ensino agrícola.⁵⁷⁵ Franciane Gama Lacerda (2010, p. 154), ao analisar a referida festa destaca que a mesma contava com a presença de inúmeros alunos de

⁵⁷⁴ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁵⁷⁵ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 22º da República, volume I. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatísticas, 1910, p. 654. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873730&PagFis=17551&Pesq=aprendizados>> Acesso em: 01 Mar. 2020.

escolas públicas e particulares, além de muitas autoridades e, por isso, tinha outros objetivos para além da celebração voltada para a preservação da natureza e, especificamente, da flora paraense:

A festa, que era organizada pela ‘Comissão de Defesa Econômica da Amazônia’ demonstrava claramente o interesse na valorização da flora paraense, mas ao mesmo tempo, era o momento de se homenagear homens, instituições e acontecimentos considerados importante para a História do desenvolvimento econômico do Pará.

Para o governador João Coelho, tanto a Estação Experimental de Agricultura Prática quanto o Campo de Cultura Experimental, após poucos anos de suas fundações já eram vistos como “de notável proveito para os agricultores paraenses: ao passo que presta serviços aos lavradores, desperta interesse e *sympathia* pelos *assumptos* agrícolas”⁵⁷⁶ e que a utilidade desses institutos estava, não somente no ensino agrícola que era realizado naqueles espaços, “como também pela grande distribuição gratuita de plantas e sementes selecionadas, facilitando deste modo o desenvolvimento eficaz da lavoura”.⁵⁷⁷ Na definição de Ferraro (2005, p. 63), campos de experiência e de demonstração “sempre foram considerados fundamentais como instituições de educação informal onde o agricultor pudesse ver na prática como se dão os processos agrícolas e o manejo de novos instrumentos”.

Se por um lado, essas instituições tinham como objetivo impulsionar a agricultura a partir não apenas do ensino agrícola, mas também do auxílio primordial de agrônomos e botânicos ligados ao Museu Emílio Goeldi, por outro lado eram vistas como sinônimo da reconstrução radical que autoridades e membros da elite agrícola tanto almejavam para o campo. Nesse sentido, não se tratava apenas da realização de pesquisas ou do ensino agrícola, mas também a oportunidade de levar novos hábitos e costumes às populações tradicionais. Esse era um antigo desejo dos republicanos, que buscavam tal finalidade desde a mudança de regime quando José Veríssimo assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública em 1890. Sanjad (2010, p. 156) destaca que o objetivo final da reforma cultural – que seria indissociável da reforma política – promovida por Veríssimo seria vincular ao povo “noções básicas de civilidade e de patriotismo que deveriam estar no cerne do novo regime”.

Além da Estação Experimental do Fumo, já mencionada em capítulo anterior, haviam outras instituições menores, a exemplo desta última, também mantidas pelo

⁵⁷⁶ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911, p. 131. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/000131.html>. Acesso em: 20 jul 2018.

⁵⁷⁷ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 132. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000132.html>. Acesso em: 27 abr. 2018

Ministério da Indústria e Comércio, voltadas para diversas culturas como o algodão, por exemplo. Tendo como referência a criação da *4ª Secção de Agricultura* em 1908, chama atenção o fato de que a produção do algodão, abandonada desde 1894, tinha sido reiniciada apenas nove anos depois de criada a referida secção. Mesmo assim, o aumento da produção não foi uma constante, pelo contrário. Se em 1925 a produção foi de 2.136 toneladas, em 1928 caiu para 1.354 toneladas.⁵⁷⁸ A produção algodoeira foi beneficiada com duas estações de sementes: além da Zona Bragantina, havia outra em Santarém, ambas subvencionadas pelo governo estadual. Contudo, o algodão que chegava a Belém era proveniente de várias partes do estado: Igarapé-Açu, Bragança, Vizeu, Quatipurú, Santarém, Ourém, Monte-Alegre, Maracanã, Belém, Altamira, Marapanim, São Caetano e Irituia. Em 1930 foram criadas fazendas de sementes de algodão no Baixo Amazonas em acordo entre Estado e União para serem melhoradas e distribuídas entre os produtores.⁵⁷⁹

O próprio Governo Federal já vinha trabalhando com essa lógica de modernização para a agricultura, pautada na criação de estações experimentais e campos de demonstração há bastante tempo. A esse respeito, o ministro da agricultura, Dr. Pedro de Toledo, cogitava, em 1912, a criação de outras estações experimentais que deveriam “ser installadas na região tropical do paiz, para o estudo de todos os factores relacionados com a cultura das árvores da borracha e mais plantas tropicais”. O ministro Pedro de Toledo adotava o mesmo discurso de atraso para a agricultura do país, no que diz respeito aos métodos de cultivo, considerados por ele como incipientes:

A causa predominante do atrazo e atrophia da nossa agricultura, excepção feita de meia dúzia de agricultores adeantados, tem sido sempre a falta de applicação dos methodos modernos aos trabalhos e mais misteres da indústria dos campos, onde a rotina ainda impera e são quasi desconhecidos os novos aparelhos de arroteamento do solo, as vantagens de selecção das sementes e mais requisitos necessários à pratica de sua exploração econômica.⁵⁸⁰

⁵⁷⁸ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 81. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000082.html>> Acesso em: 20 fev. 2020.

⁵⁷⁹ PARÁ. Apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1930, p. 123. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000124.html>> Acesso em: 20 dez. 2019.

⁵⁸⁰ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912, 91º da Independência e 24ª da República, volume I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 30. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000116.html>. Acesso em: 23 jul. 2017

Alegando “economia acertada e proveitosa” e com base na lei n. 1.184 de 27 de outubro de 1911, o governador João Antônio Luiz Coelho transferiu para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a Estação de Agricultura Prática, já sob a denominação de Estação Experimental Augusto Montenegro. Em tempos de baixo preço da borracha, João Coelho viu nessa transferência a chance de corte nas despesas, de modo a privilegiar a “economia, sem que absolutamente o estabelecimento soffra em seus progressos e resultados”. A intenção do Governo Federal era de instalar no local “Aprendizados Agrícolas”.⁵⁸¹ O valor da transferência, que envolvia também o núcleo colonial anexo, ficou estabelecido em 776:539\$000. O Aprendizado Agrícola foi instalado em 11 de julho de 1912, sob o decreto federal n. 8.972 de 14 de setembro de 1911.⁵⁸²

Esses aprendizados agrícolas, na fala do ministro da agricultura, destinavam-se a “formação de trabalhadores aptos para os serviços de propriedades rurais, de acordo com as modernas práticas agrônômicas”. Naquela ocasião estavam sendo criados oito aprendizados agrícolas pelo país, incluindo o pretendido em Igarapé-Açu. Além do Pará, os outros estados beneficiados com as escolas agrícolas eram Alagoas, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia.⁵⁸³ Contudo, o Aprendizado Agrícola de Igarapé-Açu ficou sob jurisdição do governo federal apenas até o início de 1917, quando retornou para o controle do governo do Pará. Pelo Decreto nº 3225, de 9 de julho de 1916, foi transformado em Estação de Beneficiamento Agrícola, que em pouco tempo, como asseverava José Ferreira Teixeira à época, já estaria demonstrando “sua utilidade beneficiando os productos da última safra de arroz e algodão, tendo iniciado ultimamente o beneficiamento de madeira na serraria”.⁵⁸⁴

Contudo, três anos depois, os editores do jornal *Estado do Pará* não esperavam bons resultados com a Estação de Beneficiamento Agrícola. Isso porque não havia interesse por parte dos lavradores, mostrando, mais uma vez, aversão desses sujeitos frente a metodologia voltada para a modernização das práticas agrícolas. O produtor de arroz, por

⁵⁸¹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912, p. 136. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1032/000136.html> > Acesso em 08 fev. 2017

⁵⁸² APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁵⁸³ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912, 91º da Independência e 24ª da República, volume I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 17. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000104.html> > Acesso em: 28 de jan. 2016

⁵⁸⁴ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, s/p.

exemplo, teria pressa em vender o arroz cultivado, principalmente porque o negociante oferecia “logo o preço de mercado”, não tendo assim o lavrador “tempo de levar primeiro o seu arroz para a estação agrícola”. Com o algodão não era diferente, sobretudo, porque o negociante comprava o algodão com caroço em qualquer quantidade. Como evidenciou o articulista, haviam “boas intenções, mas magros resultados”.⁵⁸⁵

De acordo com relatório da secretaria de obras públicas, terras e viação, apesar de o estabelecimento haver ficado pouco tempo sob a jurisdição do governo federal, nada havia sido feito em termos de conservação estrutural do estabelecimento, uma vez que “deixou estragar o que em estado de conservação lhe fora entregue”. Quanto aos colonos do núcleo anexo à estação experimental, a maioria não se encontrava regularmente localizada. De acordo com o relatório, desde o ano de 1915, não se consignava verba em lei orçamentária para manutenção do referido estabelecimento, “que, sem pessoal, sem conservação, sem aproveitamento algum, permaneceu até 1917, quando em 14 de abril foi entregue ao Governo do Estado”. Uma vez novamente nas mãos do governo do estado tratou-se logo em localizar os colonos no núcleo anexo e os mesmos contabilizavam um total de 1.086 pessoas.⁵⁸⁶

A administração, fundação e custeio das fazendas-modelo era uma atribuição da *4ª Secção de Agricultura*. Essas unidades agrícolas foram, certamente, o embrião dessa nova mentalidade que emergiu em meados da década de 1900 com o propósito de acabar com as criticadas práticas rotineiras. A esse respeito, o governador José Paes de Carvalho afirmou que as fazendas-modelo eram “destinadas ao plantio de cacáo, tabaco e cereais e as estações zootécnicas”.⁵⁸⁷ Trata-se, também, de um aspecto importante a ser analisado para a compreensão do modelo de agricultura que se buscava implantar por meios racionais, uma vez que os governadores que sucederam José Paes de Carvalho, primavam por instituições que servissem de amostra, inspirando uma mudança de mentalidade junto aos lavradores.

Se referindo não apenas à criação de instituições de ensino agrícola por todo o país e também a impressão e distribuição de revistas especializadas com a difusão daquilo que havia de mais moderno para a agricultura, entre o final do século XIX e início do século XX, é que Mary Del Priore (2006, p. 186) analisa esse momento como “esforços” no sentido de

⁵⁸⁵ *Estado do Pará*, Município de Igarapé-Assú: o campo experimental de Peixe Boi – Boas intenções, mas magros resultados. 05 de junho de 1919, p. 05.

⁵⁸⁶ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 31.

⁵⁸⁷ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899 e 1900. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899. p. 23.

“romper com a rotina dos trabalhos agrícolas herdados do período colonial”. No entanto, para ela “essa ruptura demorou a ser concretizada, pois as instituições e publicações na maioria das vezes, apresentaram uma evolução errática”. Ou seja, havia por parte de muitos fazendeiros a aplicação imediata e rápida das pesquisas feitas nesses estabelecimentos sem que os estudos tivessem sido concluídos. Cita como exemplo o Instituto Agrônômico de Campinas que chegou a demitir seu principal pesquisador. De forma contundente, a autora reitera que;

Como se vê, a inovação tecnológica nem sempre tinha base social suficientemente sólida. Havia uma divisão na elite agrária, tornando instável a vida das instituições. A maioria dos proprietários era indiferente ou mesmo francamente hostil à pesquisa. Alguns poucos, porém, assumiam a bandeira do aprimoramento técnico-científico, aplicando-o em suas próprias fazendas ou então em escala municipal.

Em suma, ao implantar instituições como campos de demonstração, estações experimentais, fazendas-modelo, implementar o ensino agrícola nesses espaços e o próprio ensino agrícola ambulante, assim como o incentivo ao uso de insumos e maquinários, os agentes públicos na Amazônia pretendiam mostrar que não havia mais lugar na produção agrícola para as técnicas e métodos tradicionais, ou seja, práticas vistas como rotineiras e, portanto, arcaicas, que caminhavam à margem das modernas práticas agrícolas atestadas cientificamente. Outra forma encontrada para combater essa prática ensinada de geração a geração foi a criação dos chamados aprendizados agrícolas que, como veremos na próxima seção, seus idealizadores pretendiam educar crianças e adolescentes por meio de internatos.

3.7 Aprendizados e Patronatos Agrícolas: em busca de objetivos sociais e rurais.

Os Aprendizados Agrícolas surgem como uma das divisões do ensino agrícola criado pelo decreto n. 8.319 de 20 de outubro de 1910.⁵⁸⁸ De acordo com a referida regulamentação o objetivo pretendido com a criação desses estabelecimentos era “formar trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural” atentando para as modernas técnicas agrícolas. O ensino deveria ser prático, aproveitando “de preferência os filhos dos pequenos cultivadores e trabalhadores rurais” que queriam “instruir-se nas artes

⁵⁸⁸ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 22^a da República, volume II. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatísticas, 1910, p. 612.

manuaes ou mecânicas que se relacionam com a agricultura, nos methodos racionaes de exploração do solo, manejo dos instrumentos agrários”. A metodologia de ensino era baseada não apenas nos trabalhos práticos e teóricos, como também deveriam assistir conferências sobre diversos temas como agricultura e pecuária e também matemática elementar aplicada. Excursões em propriedades rurais, museus e exposição faziam parte da metodologia de ensino. O artigo 277 previa que os Aprendizados Agrícolas seriam internatos, ou externatos, segundo permitissem “as condições locais, tendo em vista a maior ou menor densidade da população rural nas proximidades do estabelecimento”. Interessante observar que a previsão para essas instituições era que fossem explorados produtos das zonas onde os mesmos fossem instalados, “podendo-se, entretanto, proceder-se a ensaios de adaptação”.⁵⁸⁹ Os dois artigos reproduzidos abaixo caracterizam o ensino e a organização nesses estabelecimentos:

Art. 281. Em qualquer das hypoteses, os aprendizados deverão ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo meios necessários para obter o maior rendimento útil das culturas e das industrias agrícolas próprias da região.

Art. 282. De conformidade com o disposto no artigo anterior, os aprendizados devem ser providos de material agrícola completo, de installações e construcções adequadas a uma exploração rural bem organizada, tendo em vista, além da agricultura propriamente dita, a zootechnia e as industrias agrícolas locais.⁵⁹⁰

A matrícula nos Aprendizados Agrícolas estava restrita aos alunos entre 14 e 18 anos de idade. A preferência era por filhos de pequenos cultivadores da zona onde se estabelecesse o internato. Cada aluno deveria receber uma área de terra nos campos de demonstração da escola, ficando sob sua responsabilidade, mantendo ainda as atividades nas fazendas experimentais – que deveria ser de pelo menos 20 hectares – desses estabelecimentos de ensino agrícola. De acordo com a capacidade de trabalho e as aptidões de cada aluno seria dada uma diária a título de remuneração.⁵⁹¹

Oliveira e Rocha (2011, p. 104) explicam que os aprendizados agrícolas atendiam a interesses públicos, para além do objetivo a que eram destinados:

[...] funcionavam como instrumentos paliativos para os problemas sociais e urbanos, pois se destinavam à infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses dos segmentos aristocráticos empenhados em construir uma imagem moderna da sociedade brasileira mediante a circulação de um discurso higienizante.

Dessa forma, podemos inferir que essas instituições possuíam um duplo objetivo. Além de promover o ensino agrícola a menores, principalmente órfãos, na condição de

⁵⁸⁹ *Ibidem*, p. 647-648.

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 649.

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 654-656.

internato, também acolhia adolescentes que, se não perturbavam o ambiente social, ao menos deixavam de frequentar locais públicos onde não eram bem vistos. Portanto, os aprendizados agrícolas foram criados também como solução para casos que envolvessem crianças abandonadas ou aquelas em que as famílias tinham dificuldade de mantê-las. Em 1872, foi inaugurado no Pará, com objetivos semelhantes, o Instituto Paraense de Educandos Artífices, depois transformado no Instituto Lauro Sodré. De acordo com Raíssa Costa (2021, p. 17), ao analisar o perfil e a trajetória dos aprendizes do referido instituto, o IPEA tinha como objetivo amparar “órfãos desvalidos e aos jovens desfavorecidos de fortuna”. Na lei de criação do referido instituto, definia, entre outras coisas a “oferta de instrução primária e o ensino profissional, com especificação do currículo teórico e prático”.

Apesar dos objetivos que se pretendiam alcançar com essas instituições estarem, naquele momento, na órbita da metodologia modernizadora que se buscava para a agricultura e para a pecuária, não apenas na região amazônica, como em todo o Brasil, não se pode perder de vista que inúmeros pequenos lavradores que enviavam seus filhos não poderiam contar, por algum tempo, com essa mão de obra que era, muitas vezes, parte significativa do trabalho agrícola, acarretando um desafio a mais a esses lavradores que já não dispunham de recursos. Em uma agricultura doméstica, os membros da própria família constituem os principais recursos humanos. Ou seja, se por um lado esses lavradores receberiam de volta uma mão de obra qualificada, por outro precisavam se desdobrar durante o período de internação de seus filhos para dar conta dos trabalhos no campo.

Essas instituições, portanto, foram importantes para o ensino agrícola então voltado para crianças e jovens. Sobre essas instituições, o pesquisador Marco Nery (2010, p. 17) afirma que as mesmas ofereciam “um aparato ferramental para utilizar a terra de maneira mais racional e otimizada”. Ainda na opinião de Marco Nery (*Ibidem*, p. 21) “os Aprendizados Agrícolas refletiram a perspectiva dos agrônomos de formarem um campo específico para eles” e que “serviam para hierarquizar os saberes agrônômicos, havendo um saber teórico, adquirido nas Escolas Superiores de Agronomia, e um saber prático, voltado à vulgarização de técnicas agrícolas”. Dessa forma, além de discipliná-los e alfabetizá-los, moralizando-os, também objetivava a formação de produtores agrícolas (OLIVEIRA, ROCHA, 2011).

Sobre os aprendizados agrícolas, Luís Amaral (1958, p. 265) destaca que:

O ensino é eminentemente prático, de modo geral para filhos de agricultores que aprendem artes manuais ou mecânicas, referentes a agricultura, métodos racionais de

exploração do solo, manipulação dos instrumentos agrícolas, práticas referentes à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos, em tratamento, e as diversas indústrias agrícolas.

De acordo com Dr. Pedro de Toledo, ministro da agricultura, indústria e comércio, os Aprendizados Agrícolas deveriam, assim como outras escolas práticas de agricultura, descritas na lei que criou o ensino agrícola, visar:

[...] o ensino dos métodos racionais da exploração do solo, manejo dos instrumentos agrícolas, práticas relativas à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos, seu tratamento e diversas indústrias agrárias, estão destinadas a fornecer, em breve prazo, mestres e trabalhadores habilitados aos serviços das propriedades e fábricas rurais.⁵⁹²

No Pará, devemos apontar a instalação do Aprendizado Agrícola em Igarapé-Açu, que funcionou entre os anos de 1911 e 1917. Como vimos no tópico anterior, a Estação Experimental Augusto Montenegro, antiga Estação de Agricultura Prática, foi transformada em Aprendizado Agrícola ficando sob responsabilidade do Governo Federal por um período de apenas seis anos. Tal mudança se deu com o decreto n. 8.972, de 14 de setembro de 1911,⁵⁹³ assinado pelo presidente da República Hermes da Fonseca. O referido decreto, ao transferir o estabelecimento a título gratuito do governo estadual ao governo federal, atendia, por sua vez, ao decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910,⁵⁹⁴ que criou o ensino agrônomo.

Nas palavras do ministro da agricultura Dr. Pedro de Toledo:

A Antiga Estação, reputada como um estabelecimento agrícola-industrial de primeira ordem, pelo seu variado e moderno aparelhamento, pelos seus terrenos ubérrimos, pelas suas matas de madeiras de lei, pelos seus cursos de água de ótima qualidade, enfim, pelo seu clima salubre, veio facilitar muito a instalação desse Aprendizado, que está sendo convenientemente montado.⁵⁹⁵

O ministro apontava ainda em seu relatório os resultados alcançados apesar do curto tempo de funcionamento do recém criado aprendizado agrícola. Segundo ele, as

⁵⁹² BRASIL. Introdução ao relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1912, 91º da independência e 24º da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. XXIII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000019.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2020.

⁵⁹³ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8972-14-setembro-1911-519684-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 de abr. 2019

⁵⁹⁴ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 de abr. 2019

⁵⁹⁵ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, 92º da Independência e 25º da República, volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913, p. 18. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000138.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2020

plantações de fumo, algodão, arroz, feijão, batata inglesa, abóbora e milho apresentavam bons resultados. Para ele, o Aprendizado Agrícola em Igarapé-Açu estava habilitado “a prestar serviços valiosos, não só à agricultura, como a criação das regiões circunvizinhas.” No ano seguinte, em 1914, o discurso continuava positivo com destaque para as plantações de cacau e seringa e também para as máquinas agrícolas, de beneficiamento, a serraria, pois achavam-se “em bom estado de conservação”.⁵⁹⁶

Curioso observar que, apesar das notas sempre positivas por parte do ministério da agricultura sobre os trabalhos desenvolvidos por esse estabelecimento, ele acabou sendo extinto em 1915 pela lei 2.924, de 5 de janeiro, de acordo com o então ministro por “falta de dotação orçamentaria.” Outros três aprendizados também haviam sido extintos: Guimarães, no Maranhão; São Simão, em São Paulo e Tubarão em Santa Catarina e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, bem como algumas inspetorias agrícolas, entre elas a do Pará. Permaneceram em funcionamento os de Barbacena em Minas Gerais, São Luís das Missões no Rio Grande do Sul, Satuba em Alagoas e São Bento das Lages na Bahia.⁵⁹⁷

Dentro desse contexto também foram criados os Patronatos Agrícolas. Essas instituições foram criadas sob o decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, e regulamentadas sob o decreto n. 13.706, de 25 de julho de 1919. De acordo com este ordenamento os Patronatos Agrícolas eram destinados exclusivamente às classes pobres e a educação de menores desvalidos. Instalados também sob a forma de internato deveriam funcionar como locais de aprendizagem de métodos culturais. Esses estabelecimentos federais estiveram ativos por dezesseis anos, entre 1918 e 1934. Nery (2009, p. 28) destaca que a grande ênfase dada à assistência aos menores desvalidos “contribuiu de maneira decisiva no processo que levou à extinção dessas instituições no ano de 1934” e apesar das mesmas terem sido criadas com o objetivo de “contribuir para a modernização agrícola com a inserção de conhecimentos científicos que levassem a uma racionalização das práticas agropecuárias, o que se sobressaía era sua função regeneradora social”. Da mesma forma, Daniel Boeira (2012,

⁵⁹⁶ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 93º da Independência e 26º da República, Volume I, Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, p. 13. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/000047.html> > Acesso em: 01 de Mar. 2020

⁵⁹⁷ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. José Rufino Besera Cavalcanti, anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915, p. 07 e 172. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873730&PagFis=21056&Pesq=aprendizados>> Acesso em: 01 de Mar. de 2020

p. 14) destaca que os patronatos agrícolas “tinham a finalidade de educar, bem como corrigir alguma mazela que o aluno pudesse ter, instruindo-o para a civilidade e para o trabalho”.

Durante o período de existência dos Patronatos Agrícolas apenas um estabelecimento foi instalado no Norte da República. Em 1920, foi criado no Pará, o Patronato Agrícola Manoel Barata, que tem suas origens na criação do Instituto Orfanológico em Outeiro, no início da primeira década do século XX. A autorização para criação do referido instituto veio com a lei n. 859, de 5 de outubro de 1903, sendo fundado em 14 de julho de 1904 com o decreto n. 1320, sendo sua inauguração oficial em 31 de julho de 1906. Instituto esse que, segundo o governador Augusto Montenegro, estaria “destinado a receber cem meninos orphãos de pae”, que contassem entre cinco e oitos annos de idade. Cabia aos intendentes municipais indicar, em suas localidades, aquelas crianças nas condições determinadas para ingressarem no referido internato, que ficou sob a direção de Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva. Inicialmente, o instituto atenderia apenas 50 alunos em seu primeiro ano de funcionamento devido a demora nas obras de reparação e adaptação do edificio em que seria instalado, a antiga hospedaria de imigrantes no Outeiro.⁵⁹⁸ Em 1907 o referido instituto já contava com 110 alunos. Ao todo seriam permitidas 150 matrículas.⁵⁹⁹ Sobre a admissão de meninos pobres em estabelecimentos práticos de agricultura, Francivaldo Alves Nunes (2019, s/p) nos lembra que essa já era uma prerrogativa da Sociedade Agrícola Paraense que, como já vimos, fora criada em 1885.

A ideia de criação de um estabelecimento voltado para atendimento aos órfãos do Estado surgiu no governo de Augusto Montenegro quando o Instituto Lauro Sodré deixou de receber alunos de seis anos de idade, pois “trazia grave inconveniente ao ensino e ao desenvolvimento das officinas de uma escola profissional, por isso foi reformado o regulamento da Escola não permitindo mais a matrícula senão para meninos a partir de 12 annos de idade”. O Instituto Orfanológico passaria então a receber crianças entre cinco e doze annos de idade. Ao concluírem a instrução primária elementar eram matriculados no Instituto Lauro Sodré, onde realizavam a instrução primária complementar e aprendiam um officio.⁶⁰⁰

⁵⁹⁸ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém-Pará: Imprensa Official, 1904, p. 52. Disponível em:< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2438/000052.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2020

⁵⁹⁹ PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Official, 1907, p. 38. Disponível em:< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000036.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2020

⁶⁰⁰ Álbum O Pará, 1908, p. 308.

Imagem 21: Instituto Orfanológico do Outeiro



FONTE: Álbum O Pará, 1908, p. 308.

A instalação do Instituto Orfanológico na antiga hospedaria dos imigrantes sugere aquilo que esta tese defende, ou seja, a mudança na política de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Pará, onde a qualificação do agricultor passou a ser uma prerrogativa. No momento em que os as autoridades locais redirecionaram suas atenções para a qualificação técnica do lavrador a partir do ensino agrícola e do incentivo ao uso de insumos e de novas e modernas máquinas para os serviços da lavoura, o antigo prédio destinado a hospedar imigrantes que chegavam a Belém com destino aos núcleos coloniais espalhados pela Região Bragantina, passava a servir como internato para jovens e em seguida transformado em patronato agrícola com objetivo de qualificar a mão de obra voltada para o campo. É bastante significativo esse fato, pois ilustra muito bem essa nova fase de racionalização da produção, caracterizado agora no objetivo para o qual a antiga hospedaria estava sendo destinada, antítese do antigo modelo de fomento da agricultura no Pará.

No entanto, ao funcionar no antigo prédio que serviu de hospedaria aos imigrantes acaba por retratar uma divergência para outros aprendizados que foram criados pelo país no mesmo período. Em geral eram instalados em lugares estratégicos como foi o caso do Aprendizado Agrícola de Barbacena em Minas Gerais, criado em 1910. De acordo com Marli Cimino (2013, p. 21), “Barbacena e seu entorno não é região de latifúndio, mas de pequenas propriedades que se dedicam desde muito à agricultura de hortaliças e frutas e à pecuária”. Apesar da existência de um espaço agrícola junto à antiga hospedaria, o fato de se aproveitar uma construção para instalação de um importante instituto de ensino agrícola sugere a falta dessa estratégia entre os agentes públicos no Pará. Para todos os efeitos, teria sido mais

interessante a instalação do referido patronato ao longo da região bragantina, próximo à estrada de ferro, entre as vilas e povoados que começavam a se desenvolver e onde se encontravam inúmeras famílias de lavradores com crianças e jovens à espera de qualificação técnica. O próprio José Ferreira Teixeira, no início da década de 1910, ao tratar da criação de aprendizados agrícolas no Pará, como uma das possibilidades para o ensino agrícola, sugeria sua instalação em campos experimentais e indicando assim sua instalação “em lugares facilmente acessíveis e onde exist[isse] o maior número possível de explorações agrícolas”.⁶⁰¹

De qualquer forma, o Patronato Agrícola Manoel Barata foi fundado em 1º de dezembro de 1921 sob o decreto nº 15.149 em Outeiro. Anteriormente, o decreto nº 1.957 de 17 de novembro de 1920 já autorizava o governo do estado a entrar em acordo com o Governo Federal para criar um patronato agrícola em terras paraenses. O referido decreto esclarecia que o objetivo do patronato era “promover o desenvolvimento da agricultura, horticultura, pomicultura e jardinocultura, transformando menores órfãos ou abandonados em feitores do campo”.⁶⁰² Para Gleice Oliveira (2011, p. 118) “a criação desta instituição representou um marco no ensino rural/profissional na Amazônia, pois foi a primeira ação federal direcionada para o ensino agrícola no estado do Pará”.

O Patronato Agrícola Manoel Barata, mantido que era pelo governo federal, foi inaugurado em 7 de setembro de 1922 com a matrícula inicial de 20 alunos. Seu principal objetivo era “o preparo agrícola dos educandos”, que ao concluírem essa fase inicial, seguiam para cursos de aperfeiçoamento em instituições no sul do país, podendo alcançar o diploma de engenheiro agrônomo.⁶⁰³ Contudo, chama atenção o fato dessa instituição de ensino agrícola, não dispor, logo após sua inauguração, de máquinas ou mesmo instrumentos agrários, sendo que “os trabalhos agrícolas eram realizados juntamente com as aulas praticas e ensinamentos theoreticos”. De acordo com o ministro de agricultura existiam, em 31 de dezembro de 1923, 51 alunos matriculados de um total de 120.⁶⁰⁴

⁶⁰¹ *Estado do Pará*, Ensino Agrícola, 05 de novembro de 1911, p. 01

⁶⁰² Decreto lei nº 1.957 de 17 de novembro de 1920.

⁶⁰³ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de Abertura da da 1ª Reunião de sua 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 100-101. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000101.html> > Acesso em: 02 de Jul. 2020.

⁶⁰⁴ BRASIL. Introdução ao relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Comercio em 1923 pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 132. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2019/000161.html> > Acesso em: 01 de Mar. 2020

A fundação de estabelecimentos agrícolas no Norte do país com objetivo de atender a menores e adolescentes não foi uma prerrogativa apenas dos agentes públicos do Pará. Voltado para a metodologia de internação de educandos é que o governo do Amazonas fundou em meados de 1906 na localidade de Piracatuba, a 22 quilômetros de Manaus, um instituto agrícola industrial, contando com a presença de Afonso Pena, na época recém eleito presidente da República. Denominado de Instituto Afonso Pena era “destinado a ministrar aos educandos conhecimentos práticos de agricultura, criação de gado, assim como a prática de officios, a par da instrução primaria”.⁶⁰⁵ O Instituto funcionava como internato com capacidade para 50 alunos, mas julgava o governador Antonio Constantino Nery que era “conveniente elevar-se para duzentos alumnos o máximo da matricula”, diante dos inúmeros candidatos que havia para admissão.⁶⁰⁶ Contudo, dois anos depois, o presidente do Congresso Legislativo no exercício de governador do estado Raymundo Affonso de Carvalho, lamentava que o referido instituto não alcançasse os objetivos para os quais havia sido construído, fosse por falhas na sua construção ou mesmo na própria gerência.⁶⁰⁷

A criação de Aprendizados e de Patronatos Agrícolas fez parte de um conjunto de ações voltadas para questões sociais e de fomento à agricultura. Contudo, Nery (2009, p. 29-30) aponta que os patronatos agrícolas foram bem mais sucedidos que os aprendizados agrícolas, não apenas em número de instituições criadas, “tendo, dessa forma, um encaminhamento mais linear”, como também quanto ao número de alunos matriculados. Como os alunos nos patronatos “eram obrigados a permanecer na instituição, muitas vezes seguindo determinação judicial”, pode explicar a superioridade neste último aspecto.

Para além da criação de um Aprendizado Agrícola e de um Patronato Agrícola, muitas outras ações, como vimos, foram implementadas no Pará do início do século XX com o claro objetivo de revigorar a produção no campo por meio, principalmente, do ensino agrícola e do estudo do solo e de sementes que melhor se adaptassem ao ambiente local. Por

⁶⁰⁵ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Sessão ordinária da quinta legislatura pelo governador do estado Dr. Antônio Constantino Nery em 10 de julho de 1906. Manaus: Imprensa Oficial, 1906, p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1640/000020.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

⁶⁰⁶ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Primeira Sessão ordinária da sexta legislatura pelo governador do estado Dr. Antônio Constantino Nery em 10 de julho de 1907. Manaus: Imprensa Oficial, 1907, p. 21. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1641/000020.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

⁶⁰⁷ AMAZONAS. Mensagem lida perante o congresso do Amazonas na abertura da Segunda Sessão da Sexta Legislatura pelo Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, presidente do Congresso Legislativo no exercício de governador do Estado, em 10 de julho de 1908. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1908, p. 28. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1643/000027.html>> Acesso dia: 20 de Jul. 2021

parte dos sujeitos empenhados na implantação dessas instituições de ensino agrícola, verifica-se que as essas ações que tinham por finalidade combater a forma rotineira com os lavradores conduziam suas práticas agrícolas, ou seja, de forma costumeira. Contudo, uma análise dos dados referentes à produção e exportação de gêneros como a castanha e o cacau, por exemplo, mostra, como veremos com mais detalhes na seção seguinte, que os resultados obtidos nas três primeiras décadas ficaram, de certa forma, aquém do esperado pelo governo e pela própria elite agrícola diante das inúmeras queixas e reclames de José Ferreira Teixeira.

3.8 “Eterno adiamento para tempos melhores”: quem planta nem sempre colhe.

[...] a situação de sofrimentos, de dificuldades financeiras, de pobreza do povo e do Estado, que caracteriza este triste momento histórico, provem do abandono em que se pôz a agricultura não se dando a necessária instrução aos agricultores. De homens analfabetos no difícil officio de cultivar a terra, ou de criar, não se tem o direito de exigir empreendimentos novos e maior actividade.⁶⁰⁸

A afirmação acima feita por José Ferreira Teixeira, em 1918, ilustra não apenas o cenário de decadência em que se encontravam dois importantes ramos da econômica no Pará – a agricultura e a indústria pastoril – como também os resultados quase nulos alcançados pela 4ª Secção de Agricultura que, naquele momento, já contava dez anos de existência. Esse discurso pouco animador seria a tônica em muitos outros discursos oficiais ao longo da década de 1920. A busca em disseminar um maquinário moderno, racionalizar a produção por meio de métodos reconhecidos pela ciência, incentivar a formação de associações e cooperativas, aumentar a densidade demográfica em áreas vistas como verdadeiros clarões populacionais e, sobretudo, a qualificação técnica do lavrador são fatores que, de certa forma, ficaram aquém das expectativas, diante não só dos muitos discursos oficiais, mas de tudo que chegou a ser implementado, principalmente no que diz respeito a criação de instituições de fomento à agricultura como campos de demonstração, estações experimentais e outras ações de promoção do sistema agrícola no Pará, como o ensino agrícola ambulante. Ou seja, José Ferreira Teixeira não só define bem a situação em que ainda se encontrava a produção agrícola no Pará, como sintetizava a falta de conhecimento dos lavradores no trato com a terra. Sua fala representava uma crítica virulenta aos representantes públicos quando se refere ao “abandono” em a agricultura se encontrava e também à deficiência da instrução pública.

⁶⁰⁸ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 10.

A análise da documentação referente à atuação de José Ferreira Teixeira à frente da *4ª Secção de Agricultura* mostra uma clara mudança de discurso. Suas falas, no final da primeira década do século XX, quando se iniciavam as primeiras ações governamentais em favor da racionalização da produção agrícola e pastoril no Pará, mostravam certo otimismo com os anos vindouros, tecendo constantes elogios aos agentes públicos, principalmente a Augusto Montenegro, até por haver criado um departamento voltado exclusivamente para as questões agrárias. No entanto, no final da década de 1910, o representante da elite agrícola paraense, apresentava um discurso mais cauteloso, menos otimista, para não dizer ácido e crítico aos agentes públicos no estado e também fora dele. Passava a associar a inércia do lavrador paraense em modernizar seus métodos e técnicas agrícolas com a própria inércia do governo em instruir esse lavrador. Queixava-se, em 1918, que do orçamento estadual “nenhum vintém se consignou para dar a instrução aos agricultores ou aos seus filhos”.⁶⁰⁹ A morosidade do estado refletia-se nos resultados inexpressivos.

A documentação analisada mostrou discursos, muitas vezes inflamados, em defesa de políticas públicas que prometiam desenvolver não somente a agricultura como também a pecuária. Contudo, observou-se que, muito embora os governadores tivessem concretizado algumas das intenções declaradas como a criação de estações experimentais, campos de demonstração ou mesmo a implementação de um ensino agrícola, ambulante ou não, os resultados foram pouco significativos. Ao se comparar a produção agrícola de alguns gêneros, como o cacau, por exemplo, dos anos finais do Império com essa fase de modernização das práticas agrícolas em análise, temos, em muitos casos, uma expressiva queda na produção. A quais fatores deviam ser atribuídos esses resultados na produção agrícola depois de tantas falas e ações, notoriamente pouco eficazes? Os discursos dos governadores nos anos finais da década de 1920, quando o Pará já deveria estar colhendo os primeiros frutos das ações modernizadoras, iniciadas em meados da década anterior, eram de lamento e, mais uma vez, de esperança por dias melhores para a economia paraense. Devemos lembrar que a metodologia baseada na criação de espaços agrícolas e sua consequente ocupação por imigrantes europeus e americanos também não satisfiz as expectativas dos agentes públicos, muito embora, como enfatizamos, o povoamento de extensas áreas continuasse a ser umas das preocupações, pois a carência de mão de obra estava sempre em pauta, assim como a própria ocupação de áreas esparsamente povoadas.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 14.

Acerca do povoamento dos núcleos agrícolas na região Bragantina por colonos estrangeiros e nacionais, Eugenia Égler (1961, p. 84) aponta como um dos principais motivos para os pequenos resultados alcançados com essa política de colonização a relação direta com o material humano. Isso porque o estrangeiro vinha para trabalhar na Amazônia com agricultura e simplesmente não exercia ou jamais exerceu essa função no seu país de origem. Francivaldo Alves Nunes (2011, p. 268), ao analisar registro de ocupações de imigrantes que chegaram ao Pará na década de 1870, observou que a categoria de agricultor era “mais numerosa, o que não necessariamente significa que fossem realmente agricultores”. Exemplo prática do caráter quantitativo desse modelo de desenvolvimento, em desfavor do qualitativo. Também o nordestino que, à primeira notícia de chuva em suas regiões de origem, abandonavam os lotes que ocupavam e retornavam às suas terras.

Obviamente que nesse universo de erros e acertos sobre a política de colonização, com a preocupação exclusiva em criar núcleos coloniais, os agentes públicos devem ser apontados como responsáveis pelos escassos resultados. Recursos foram empregados, mas a aplicabilidade foi falha, uma vez que os contratantes, subvencionados pelo estado para a vinda de imigrantes ao Pará, estavam interessados muito mais em apresentar pessoas que, necessariamente, lavradores. As promessas não cumpridas fizeram com que inúmeros colonos também abandonassem seus lotes. Dessa forma, atribuir toda responsabilidade aos colonos seria eximir de culpa os agentes públicos. Políticas públicas que, de certa forma, isolavam economicamente a Amazônia dos grandes centros produtores. Tratando acerca do recrutamento de imigrantes nordestinos para atuação nos seringais, Benedita Esteves (2008, p. 102), destaca a desqualificação desse trabalhador como um paradoxo ao “discurso oficial de integração econômica da região aos mercados nacionais e internacionais”. Observação que pode ser estendida aos trabalhadores na lavoura, uma vez que quantidade não significava, necessariamente, qualidade na mão de obra.

Por sua vez, Antônio Rocha Penteado (1967, p. 116-117) aponta como motivo para o fracasso dos projetos de colonização com imigrantes dois importantes fatores: não somente porque, diferente daquilo que os agentes públicos tanto afirmavam, o solo da região Bragantina não era tão fértil como propagado com grande ufanismo, e “também pelo fato de que a organização e direção dos núcleos coloniais muito deixavam a desejar”. Como se não bastasse, “a varíola e a febre amarela dizimavam os colonos pouco acostumados ao meio amazônico, especialmente os estrangeiros”. Evidenciando as afirmações do citado autor, José

Paes de Carvalho afirmou em 1900 que “além da varíola deram-se casos de febre perniciosa na população não aclimada, e alguns casos de febre amarela”.⁶¹⁰

Manuel Barata (1915, p. 29-30) ao fazer uma criteriosa análise da situação da agricultura em meados da década de 1910, é categórico ao afirmar que o:

Pará compra hoje a outros Estados e ao estrangeiro os gêneros que outr’ora produzia em abundancia: o café, o arroz, o assucar, o algodão, o milho, a aguardente e, até mesmo, a farinha de mandioca! O café, como dissemos, está inteiramente abandonado, e o mesmo succede ao arroz, ao assucar e ao algodão, de que ninguém mais se occupa. A maior parte dos cultivadores destes gêneros de produção foi distrahida pela empolgante indústria do fabrico da borracha. A agricultura succumbiu debaixo da influencia nociva dessa deslumbrante e aurea miragem do lucro rapido e facil, mas ephemero.

Muito embora Manuel Barata, em meados da década de 1910, entendesse que a extração da borracha tenha sido responsável pela crise em que a agricultura se encontrava devido ao fato, segundo ele, dos lavradores terem preferência em trabalhar na produção do látex, absorvendo grande parte da mão de obra, é entendimento hoje da historiografia que o extrator era, em grande parte, também um agricultor, não havendo, necessariamente, essa distinção. O próprio Leandro Tocantins (1960, p. 119) nos lembra que “o colono amazônico foi, na realidade, um extrativista-agricultor”. Obviamente que existem pesquisadores a defenderem uma completa dicotomia nessa relação, ao entenderem que os habitantes onde inicialmente começou a exploração do látex, ou seja, nas proximidades de “Belém, nas ilhas do estuário, principalmente no Marajó e em rios como o Xingu e o Jari”, foram aos poucos “abandonando a agricultura, inclusive a de subsistência, para se dedicar inteiramente ao extrativismo da borracha” e como resultado “levou o comércio e a agricultura ao declínio” (SANTOS; et al, 2015, p. 184-185). Contudo, há uma predominância nos últimos anos, entre diversos especialistas do tema, solidificando o primeiro entendimento e descartando essa última interpretação. Partilhamos também da ideia de que a agricultura e a extração do látex caminharam de forma paralela e não que esta, necessariamente, anulou aquela.

Analisando a situação da região Bragantina no início da década de 1920 após a implantação dos projetos de colonização e mesmo após a fase de racionalização da produção iniciada por Augustos Montenegro, Antônio Rocha Penteado (1967, p. 117) ainda enfatiza a completa desorganização da produção agrícola ao destacar, por exemplo, que “em 1921, um saco de milho chegou a ser vendido por quantia inferior a 1/3 do preço de custo”. Apesar do

⁶¹⁰ PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de fevereiro de 1900. Belém: Typ. do Diario Official, 1900, p. 63. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000063.html> Acesso em: 10 de mar. 2020

autor não se referir, necessariamente, às políticas públicas voltadas para o incremento da agricultura e da pecuária, destacadas nesta pesquisa, mas à instalação de colonos nacionais e estrangeiros em espaços agrícolas a eles destinados, aponta que “as tentativas de reerguimento econômico da Região Bragantina não surtiram efeito, apesar ainda de ser a mesma, em 1922, importante para o Estado do Pará, no que se refere a produção de arroz, de milho, de feijão, de farinha de mandioca, de algodão, de fumo” (*Ibidem*, p. 118). Podemos, sem medo de errar, estender tais análises às políticas públicas de modernização agrícola com base no ensino agrícola e na instalação de instituições de fomento à agricultura, uma vez que os números por ele apresentados para a década de 1920 não eram satisfatórios.

Chama bastante atenção também a afirmação de Penteado (1967, p. 238) quando se refere à forma como a agricultura era praticada na região Bragantina na década de 1960: “Os caboclos da Bragantina não conhecem outra maneira de aproveitar o solo, ou melhor dizendo, de melhorar as colheitas, que não seja por intermédio das queimadas”. Quer dizer, a criação de instituições como estações experimentais e todo o discurso em torno do ensino agrícola, ambulante ou em instituições de promoção da agricultura, parece não ter sido capaz de fazer com que muitos lavradores abandonassem as chamadas práticas rotineiras, tão criticadas pelos agentes públicos e cientistas ligados ao Museu Emílio Goeldi. As técnicas utilizadas na produção agrícola no início da segunda metade do século XX, na região Bragantina, mantinham as mesmas características tão criticadas no início do século.

O mesmo pesquisador ainda reitera que:

[...] o homem desconhece técnicas agrícolas mais evoluídas, persiste em suas roças, a derrubar, queimar, semear e colher, e a praticar a rotação de terras primitivas, dentro do terreno que lhe pertence ou nos abandonados por terceiros. Não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma agricultura itinerante limitada, estabilizada ou circunscrita a uma área determinada, mas que nem por isso deixa de apresentar péssimos resultados quanto a produtividade (*Ibidem*, p. 235).

Dados apresentados pelo governador Dionysio Bentes, em 1927, mostram elementos relativos à diferença de alguns produtos que deram entrada na capital provenientes do interior nos anos de 1925 e 1926. No ano de 1925, por exemplo, 1.194.68 toneladas de cacau deram entrada na capital, enquanto em 1926, 488.427 quilos. O tabaco, por sua vez, foi ainda pior, pois em 1925, 24.659 deram entrada na capital, já em 1926 foram apenas 2.277 quilos. O arroz, produto também bastante consumido pelos paraenses, mostrou queda. Em 1925 foram 11.922.845 quilos e apenas 9.997.765 quilos em 1926. Quando se fala em valores monetários a queda também é sensível. O setor agrícola como um todo arrecadou em 1925 um total de 13.669:000\$000 reis em exportações e apenas 7.094:000\$000 em 1926. A indústria

pastoril arrecadou com exportações, em 1925, o equivalente a 1.883:000\$000 e 1.219.000\$000 em 1926. Também o setor extrativista registrou baixa. Foram 58.914:000\$000 em 1925 e 43.209:000\$000 em 1926. Esses dados demonstram que não somente houve queda na produção e na conseqüente arrecadação, como também mostra a importância que o setor extrativista ainda representava frente ao setor agrícola para a economia paraense.⁶¹¹ Essa supremacia do setor extrativo fica claro, como lembra Leandro Tocantins (1960, p. 221), quando no final da década de 1920 a castanha assume “o primeiro lugar na pauta das exportações”, seguido de perto pelo setor madeireiro.

O cacau, por se tratar de um produto sobre o qual as autoridades paraenses incentivaram o seu cultivo – cacau manso – ao longo dessa fase de modernização em análise, até para fazer frente ao cacau bravo e resgatar, quem sabe, tempos áureos desse produto, nos dá uma dimensão mais exata dos resultados poucos satisfatórios. Dez anos depois de criada a 4ª Secção de Agricultura, seu diretor, José Ferreira Teixeira afirmava que sua produção encontrava-se “mais ou menos estacionada”, mas havia a possibilidade de desenvolvimento.⁶¹² Contudo, as falas de ministros e mesmo de governadores quanto à sua produção não eram animadoras. Em relatório de 1928, por exemplo, o ministro da agricultura Geminiano Lyra Castro, afirmava ser a Bahia, com 80% da produção brasileira, “único centro productor de cacao, no Brasil”. No Norte do país a situação era bem diferente, pois no Amazonas “a produção achava-se estacionada” e no Pará, “cujo producto offerece a singularidade de ser um dos melhores, a situação é a mesma”.⁶¹³ Por sua vez, o governador Eurico de Freitas Valle, no final da década de 1920, lamentava a decadência em que se encontrava esse produto. Ao passo em que a produção baiana crescia, a produção paraense vinha “decahindo anno após anno”.⁶¹⁴ Com uma produção “de quase sete milhões de kilos de

⁶¹¹ PARÁ. Mensagem apresentada Congresso Legislativo do Estado, em sessão de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1927, p. 66. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1048/000067.html>> Acesso em: 31 de dez. 2019.

⁶¹² APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁶¹³ BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929, p. 106. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000109.html>> Acesso em: 20 de Fev. 2020.

⁶¹⁴ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 69. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000070.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

cacao” em 1888, o cacau alcançou nos anos de 1926 e 1928, um total de apenas, 531.000 e 943.000 quilos, respectivamente.⁶¹⁵

Outra interessante observação acerca desse produto foi feita por Jacob Cohen em 1916. Ao deixar suas impressões sobre a agricultura na região do Baixo Amazonas, especificamente nos municípios de Santarém, Alemquer e Óbidos, destacou que as colheitas de cacau não tinham futuro promissor, entre outros motivos porque as árvores eram velhas, faltavam cuidados como adubação, ação de parasitas, a não substituição de árvores pelo fogo ou arrastadas por correntezas e o próprio desinteresse dos cacauelistas.⁶¹⁶ Ou seja, os discursos oficiais voltados para o florescimento desse produto, com seu plantio e todo cuidado junto aos pés já existentes, não se concretizaram de fato em resultados positivos.

Os números acima expostos provam ainda que a indústria agrícola não se aproximou em importância da indústria extrativa, mostrando, de alguma forma, que o fomento da produção agrícola por meio da racionalização dos métodos e técnicas, estava aquém do esperado. No entanto, vale apontar que o arroz, ao contribuir com 10,66% em valores arrecadados com sua exportação em 1928 perdia apenas para a castanha, que chegou a 15,64%, mas à frente da borracha e da madeira que alcançaram 8,79% e 9,17%, respectivamente. O cacau manso, que como vimos acima, era outra grande aposta, haja vista os lucros exorbitantes da Bahia com esse produto, chegou apenas a 2,14%.⁶¹⁷ O governador Eurico de Freitas Valle, após longa exposição acerca da situação agrícola do estado por meio de dados relativos à produção de gêneros e a capacidade de exportação, demonstrava completo desânimo. Ao se referir, por exemplo, a produção algodoeira, afirmava ele que o Pará, apesar dos esforços e da propaganda, “não atingiu nem a média de suas possibilidades productoras”.⁶¹⁸

Apesar do arroz aparecer entre os principais produtos exportados em 1928, sua produção, naquele momento, não era assim tão satisfatória, quando comparado com anos anteriores, apesar das falas oficiais enaltecerem seus resultados. A melhor produção dessa cultura no estado foi no decênio final do Império, quando em 1889 a produção total foi de 940.840 quilos. A partir de então, a produção entrou em declínio, chegando a menos de 90 mil

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 70. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000071.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶¹⁶ *Estado do Pará*. Minhas impressões, da agricultura do Baixo Amazonas. 06 de novembro de 1916.

⁶¹⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 52. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000053.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶¹⁸ *Ibidem*, p. 88. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000089.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

quilos no ano seguinte. Apenas durante a Primeira Guerra Mundial, quando, “de 9 toneladas, produzidas em 1914, aumentou para 129, em 1915”, houve alguma melhora.⁶¹⁹ Os dados para 1917 registraram uma produção ainda menor, de 82 toneladas. Como mostra Leandro Tocantins (1960, p. 221) o arroz ressurgia depois de uma “posição insignificante, na fase da borracha”.

Outro produto que foi beneficiado com a eclosão da Grande Guerra foi a farinha de mandioca. Apontada como “um dos productos básicos da alimentação do interior da Amazônia”, a farinha de mandioca não era um produto exportado até 1915, quando passou a ser “procurado intensamente, tendo saído de Belém com destino ao sul da República, onde foram reexportados para a Europa”. Um produto que se manteve em alta visto que em 1916 13.136 toneladas saíram de Belém, elevando-se para 22.224 toneladas em 1920.⁶²⁰ Valores que foram, no entanto, decaindo nos anos seguintes, chegando a 10.372 toneladas em 1927.⁶²¹

Ao analisar a preocupação, tanto de governos coloniais quanto de governos independentes, no que tange à instrução dos lavradores que utilizavam técnicas rotineiras, Ester Boserup (1987, p. 75-78) aponta que, mesmo quando o objetivo era voltado para a produção de cultivo comercial, os resultados nunca foram totalmente satisfatórios. Sem deixar claro o tempo e o espaço de suas análises, mas provavelmente se referindo à presença política de potências europeias na América, África e Ásia, entre os séculos XV e XVIII, a autora chama atenção para o que denominou de “raciocínio econômico” do lavrador. Não seria indolência, por parte do lavrador, continuar fazendo uso do fogo e do machado em detrimento do arado, mesmo sob orientação governamental. Para Ester Boserup, portanto, não se tratava de ignorância, mas de uma questão de interesse, uma vez que o lavrador mensura o adicional de trabalho exigido com “o provável acréscimo na produção”. Fica claro o quanto “é inegável que muitas pessoas hesitam em mudar seus métodos costumeiros, a menos que os incentivos econômicos sejam muito fortes”. Além disso, havendo terras disponíveis para o cultivo, seria mais interessante lavrar o solo virgem a ter que dedicar maior tempo na sua fertilização.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p. 77. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000078.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶²⁰ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 79. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000080.html>> Acesso em 20 de fev. 2020.

⁶²¹ *Ibidem*, p. 80. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000081.html>> Acesso em: 31 de dez. 2020.

Nos parece bastante salutar para pensar os resultados alcançados pelas ações do estado em parceria com a elite rural paraense a seguinte afirmação de José Ferreira Teixeira, em relatório entregue a secretaria de obras públicas, terras e viação em 1918:

Todos nós, que temos a responsabilidade pelos destinos futuros deste Estado, sentimos e devemos compreender que não é possível continuar este estado que temos presenciado na vida do Pará, como de outras circumscrições territoriais do Paiz, isto é, de eterno addiamento para tempos melhores (que nunca chegam) da solução dos [problemas] vitais da produção (Grifo nosso).⁶²²

Ou seja, dez anos após a criação da 4ª Secção de Agricultura e da instalação de institutos de fomento ao desenvolvimento agrícola, o chefe do referido órgão e representante da elite agrária paraense ainda esperava por dias melhores que, como ele mesmo enfatizava, “nunca chegam”. De forma até mais categórica afirmava que ao se estudar a organização econômica e financeira, bem como a ação do poder público no estado do Pará, verificava-se não apenas uma ação fraca, mas também “incompleta em organização e desenvolvimento da produção, e nada encontramos sobre a educação do agricultor”.⁶²³ Nesse sentido, os sujeitos à frente da burocracia estatal deveriam:

[...] criar as instituições necessárias que formem, num systema completo, o organismo de produção, isto é, os departamentos incumbidos de fazer desenvolver e progredir todas as fontes de produção de riquezas, tiradas da terra pela sua cultura ou pela exploração extractiva, e pelas artes e manufacturas. É claro que, sendo o homem o principal agente da produção agrícola e industrial, tenha elle a indispensável habilitação, adquirida pela educação que lhe deve dar o Estado, pelos diferentes processos de ensinar estabelecidos em lei e mantidos pelo poder público, em seus orçamentos”.⁶²⁴

Se, nos artigos que publicava na revista *A Lavoura Paraense*, José Ferreira Teixeira costumava fazer rasgados elogios às ações dos agentes públicos, passava agora a tecer pesadas críticas. Dizia ele que a função de promover a “produção das riquezas com o fim de manter o Estado em boa situação econômica e financeira, foi, infelizmente, esquecida, ou descuidada na organização administrativa da maioria das circumscrições territoriais em que se divide o Brazil, formando províncias e depois Estados”.⁶²⁵ Podemos compreender suas ilações como uma forma indireta de criticar o governo uma vez que, como já havíamos dito em citação acima transcrita, vivia-se um “eterno addiamento para tempos melhores”.

⁶²² APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 06.

⁶²³ *Ibidem*, p. 07.

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 08.

⁶²⁵ *Ibidem*.

Prefaciando em maio de 1914 a obra “*A antiga produção e exportação do Pará*” de Manuel Barata, Vieira Fazenda é categórico em afirmar que as condições da agricultura paraense eram, como nos anos anteriores, de completo atraso. Para ele, a decadência da “lavoura e agricultura é manifesta não resta dúvida alguma” (BARATA, 1915, p. II). O próprio autor também é categórico em sua monografia, publicada após os governos de Augusto Montenegro e João Coelho, ao afirmar que a agricultura paraense era “outr’ora florescente, e hoje quasi desconhecida e morta” (*Ibidem*, p. 2).

José Ferreira Teixeira, em relatório entregue ao secretário de obras públicas, terras e viação, também atribuiu à Grande Guerra (1914-1918) o progresso agrícola do estado em meados da década de 1910, especialmente quanto a produção de cereais, farinha de mandioca, algodão, entre outros.⁶²⁶ Leandro Tocantins, ao analisar a produção agrícola paraense do final da década de 1920, mostra que diversos produtos ganharam alguma expressão nos quadros de exportação. Entre eles o algodão, que assim como o arroz, foi outro produto que ressurgiu durante a Grande Guerra, quando alcançou 82 toneladas em 1917. Números que se elevaram ao longo da década de 1920.⁶²⁷ Tocantins (1960, p. 221) destaca que em 1929, o algodão apresentou uma produção de 1.800 toneladas. Da mesma forma o arroz com casca que, com 13.875 toneladas em 1928, mostrava uma expressiva reação. Os números de exportação começavam a mostrar significativa melhora:

O Pará, nesse ano [1928], alcançou índices no comercio externo, bastante significativos, para uma análise de como a economia regional se ajustou à nova conjuntura, substituindo um produto por outro, fazendo renascer culturas agrícolas desaparecidas quase totalmente com o advento da borracha. A castanha, com valor de 14.681:135\$000 aparece em primeiro lugar, seguida da madeira em toros, com 8.609:268\$000. A borracha, no seu modesto terceiro lugar, só conseguira a soma de 8.529:280\$000 (*idem*).

Também José Ferreira Teixeira destacou a expressiva melhora na produção algodoeira. Produto que começou a dar resultados satisfatórios em meados na década de 1910, não apenas pelo elevado preço que havia alcançado, “como pela instalação de usinas de descaroçar e enfardar”. Contudo, alertava o governo do estado para o combate à lagarta rosada, para evitar o “desgosto de vê perdida mais essa importante fonte de riqueza, que

⁶²⁶ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁶²⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 69. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000062.html>> Acesso em: 08 de fev. 2021

recomeçou auspiciosa em nosso Estado”.⁶²⁸ Inclusive, o combate à lagarta rosada é um bom exemplo da pequena receptividade por parte dos lavradores à nova metodologia com base na produção racional e científica. O governador Dionysio Bentes reclamava da indiferença dos produtores “aos conselhos officiaies de supprimirem e queimarem os velhos algodoes, exgottados e abandonados”. O estado chegou a notificar as “autoridades policiaes do interior a conveniência de compellirem os lavradores, sob sua jurisdição, a cumprirem essa exigência regulamentar das leis estaduaes referentes ao Serviço do Algodão”.⁶²⁹

O professor ambulante de agricultura, Achilles Mazitelle, afirmou em relatório entregue à 4ª Secção de Agricultura que os prejuízos na produção de algodão chegaram, na safra de 1917, a 30% do total. Antes encontrada apenas na zona da Estrada de Ferro de Bragança, a lagarta rosada já era encontrada em todo o estado. A partir de suas investigações, havia chegado à conclusão de que a referida praga havia sido introduzida a partir de sementes importadas do Ceará por uma fábrica de beneficiamento de algodão e extração de óleos, a qual fez distribuição gratuita das sementes a diversos lavradores. Concluiu suas deduções afirmando que o resultado da investigação “parecia inexplicável pela sua vasta área de disseminação, tanto mais que nos annos anteriores a cultura do algodão não existia e não era praticada por ninguém”.⁶³⁰

Para o combate a pragas e moléstias que minoravam os resultados da produção e causavam prejuízos tanto aos lavradores quanto ao próprio estado é que José Ferreira Teixeira propôs em 1918 a criação do serviço de defesa agrícola. A mesma seria organizada “com a criação dos cargos de agrônomos ambulantes, em número de seis” e da instalação não apenas “de algumas estações de desinfectar sementes de algodão, mediante contribuição módica dos interessados”, mas também de “apparelhos de immunisar cereaes de exportação”. Os algodoads atacados pela lagarta rosada deveriam ser destruídos por seus proprietários com ajuda dos agrônomos ambulantes.⁶³¹ Sua importância para a economia paraense era cada vez

⁶²⁸ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, s/p.

⁶²⁹ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª Reunião da 13ª Legislatura, a 7 de setembro de 1928, pelo governador Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará-Belém: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 142. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/000143.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶³⁰ APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918, p. 05

⁶³¹ *Ibidem*, p. 03-04.

mais expressiva, visto que nos últimos anos da década de 1920 assumia o 4º lugar no quadro de exportações.⁶³²

Podemos observar, entre os dados fornecidos pelo governador Eurico de Freitas Valles, referentes às exportações paraenses de produtos agrícolas e extrativos para o ano de 1828, uma supremacia da castanha à frente dos demais produtos, representando um total de 15%. Evidência de que os produtos extrativos continuavam sendo carro-chefe da economia. O fator relevante ficava por conta do arroz com um honroso segundo lugar com 10,66%, seguido das exportações de madeira e de borracha, com 9,17% e 8,79% respectivamente. De um modo geral, as exportações de produtos extrativos representaram um total de 39,26%, enquanto os produtos agrícolas apenas 19%.

Apesar dos bons números alcançados com a produção da castanha no final da década de 1920, ainda prevaleciam muitas queixas por parte dos agentes públicos. Em relatório de 1929, o governador Eurico de Freitas Valle lembrava que esse produto, sempre em segundo plano, agora superava a borracha, chegando a representar, no primeiro semestre de 1929, quase 50% “do total dos impostos pagos à recebedoria pelos vários productos exportados”. A quantidade exportada para o ano de 1928, por exemplo, foi de 205.39 hectolitros, quando em valores oficiais de exportação arrecadou-se 14.681:135\$000, enquanto a borracha alcançou um valor de 8.259:280\$000.⁶³³ Contudo, o governador queixava-se da constante oscilação dos preços desse produto no mercado e da própria irregularidade da produção, onde a explicação estaria no “facto de ser o producto originário de uma árvore não cultivada”, ou seja, as plantas silvestres caracterizavam-se “por não guardar certa uniformidade na fructificação”. Apesar de ser, naquele momento, o principal produto de exportação, Eurico de Freitas Valle afirmava que não seria possível “ter base sólida para contar com uma renda certa da Castanha”, pois, “seriam necessários um preço menos variável e uma quantidade regular”.⁶³⁴

Podemos inferir que, apesar dos bons números relativos à castanha, sua produção não era fruto de uma política econômica sistemática e efetiva voltada para seu fomento, visto

⁶³² PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 60. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000061.html>> Acesso em: 08 fev. 2020

⁶³³ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 62. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000063.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶³⁴ *Ibidem*, p. 63. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000064.html>> Acesso em 20 de fev. 2020.

que, como afirmou o então governador Eurico de Freitas Valle, a produção provinha de árvores silvestres. A quantidade incerta na produção acabava por colocar um ponto de interrogação nesse otimismo em relação a esse produto. Por sua vez, evidenciava ainda o destaque que os produtos extrativos ainda mantinham sobre os gêneros agrícolas, alvos das ações de modernização da agricultura implementadas no final da primeira década do século XX.

Esses resultados pouco satisfatórios para os produtos agrícolas diante de inúmeras medidas para aumentar a produção de alimentos, fosse no período imperial ou mesmo republicano, retratam uma série de medidas tomadas ainda no período colonial que deixavam o setor agrícola em segundo plano. Nesse sentido é que Fabio Barcelos (2010, p. 66) assevera que as crises de abastecimentos que a colônia vivenciou se originaram da própria estrutura criada pela Coroa ao tabelar preços, segregar mercados e estabelecer prioridades ao “abastecimento de fortes e frotas militares, jogando para segundo plano a questão do cultivo e distribuição de gêneros alimentares”. Também naquele momento, “os esforços da Coroa no sentido de conter a escassez não obtiveram sucesso e as crises se mantiveram durante todo o período colonial”.

Além desses fatores acima mencionados, também deve-se levar em consideração o ponto de vista do lavrador. Muitos desses resultados negativos, podemos inferir, se explica pela não aceitação de parte dos lavradores em adotar os preceitos dessa nova metodologia que se pretendia implantar. Teresa Cribelli (2011, p. 308), por exemplo, ao analisar os resultados alcançados por defensores de uma reforma na agricultura brasileira, questiona porque os agricultores “hostilizavam”, inclusive, as boas experiências nos países vizinhos. As hipóteses levantadas pela autora vão desde o “medo de que as máquinas iriam perturbar os regimes já estabelecidos de trabalho”, no caso de plantations e “talvez o custo dos novos equipamentos gerasse ressentimento entre os agricultores menos afortunados”. Além do custo para os pequenos proprietários, exigiria “um maior investimento de tempo ao longo do ano”. Os cálculos apontavam que, usando apenas de corte e queima, seriam gastos 500 horas anuais de trabalho e uma média de 2.000 horas com o uso do arado. A forma verticalizada com que esses novos preceitos agrícolas eram postos ao agricultor, sem levar em consideração a experiência que já possuíam, também ajuda a compreender esse cenário.

Para os agentes públicos diretamente envolvidos na implantação desse novo modelo de produção agrícola posta em prática desde a criação da 4ª Seção de Agricultura, não se percebia “entre os agricultores a iniciativa própria que caracterizam o animo industrial que

só pelo ensino se desenvolve”. O envolvimento desses sujeitos em eventos agrícolas também demonstra esse desinteresse, pois seria a seção de agricultura que percorria “sítio, por sítio, fazenda por fazenda, selecionando amostras (...) porque, por si, próprio, bem poucos interessados se movem para darem prova do que possuem e do que praticam”.⁶³⁵ Dessa forma, uma leitura a contrapelo, como demonstrado por Walter Benjamin, mostra que de fato não houve uma completa aceitação por parte dos lavradores, quanto a adoção dessas novas orientações baseadas, sobretudo, em princípios científicos e no ensino agrícola. Essa constatação fica evidente no desinteresse desses sujeitos destacado nas falas oficiais.

Outro notório exemplo da exclusão dos pequenos lavradores na construção desse processo de racionalização da produção agrícola está relacionado às publicações da revista *A Lavoura Paraense*, periódico que, como vimos, era responsável por levar conhecimento acerca do que havia de mais moderno a todos os lavradores. Evidentemente que, dentre tantos lavradores, mesmo de pequeno porte, haviam aqueles minimamente letrados e capazes de expressar suas opiniões, críticas e contribuições ao processo que estava sendo implantado. Opiniões que não aparecem expressas na revista ou em outras fontes pesquisadas. Isso significa que esses sujeitos não foram chamados a integrar o processo, o que pode explicar em partes a pouca importância que esses sujeitos demonstraram com o novo modelo.

Constatavam os agentes públicos que havia maior interesse por parte dos pecuaristas, “onde as condições dos fazendeiros são mais abastadas”. Além disso, a ação realizada por sindicatos e associações motivava a iniciativa individual. Por essas razões, eram notáveis “os melhoramentos que se manifestam, principalmente quanto a crusamento e instalações”.⁶³⁶ Essas assertivas evidenciam que o projeto de fomento agrícola pensado pelo governo estadual era melhor absorvido por aqueles sujeitos cujos recursos econômicos atendiam às demandas necessárias ao melhoramento das práticas agrícolas ou pastoris.

Contudo, a pecuária também não alcançou números muito melhores. Vale destacar que a indústria pastoril não era significativa no quadro das exportações paraenses no final da década de 1920. Em 1928, por exemplo, esse setor da economia contribuiu apenas com 2,47%, enquanto outros setores como a indústria agrícola fabril – farinha, álcool e cachaça – havia contribuído com 6,17%.⁶³⁷ Queira ou não essa inexpressiva porcentagem

⁶³⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁶³⁶ *Ibidem*.

⁶³⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-

mostra que o desenvolvimento da pecuária não alcançou o patamar esperado pelos pecuaristas e pelos agentes públicos que, como já vimos, constantemente exaltavam a capacidade promissora dessa indústria em gerar grandes riquezas para o estado.

Outro fato que demonstra o pequeno desenvolvimento alcançado pela indústria pastoril está relacionado ao funcionamento do matadouro do Maguary em Belém. De acordo com o governador Eurico de Freitas Valle era constante a falta de gado para abate, “não dispondo esta repartição de um fornecimento regular de gado”.⁶³⁸ Tal situação, inclusive, levou o estado a celebrar um acordo, em abril de 1929, com os marchantes, por intermédio do então diretor do matadouro, Miguel Seabra Martins, com o objetivo de regularizar o “fornecimento de carne ao público e evitar o seu desperdício”. Para isso foi tabelado o número de rezes abatidas diariamente, garantindo assim “o abastecimento da carne verde à população consumidora”. Apesar de descontentamentos e reclamações por parte dos marchantes, ficou estabelecido que o preço da carne verde seria fixado em 1\$500 réis o quilo e que seriam abatidas diariamente um máximo de 130 rezes.⁶³⁹

Dez anos depois das primeiras medidas tomadas no governo de Augusto Montenegro, o cenário de degradação da agricultura mostrava-se o mesmo. Lauro Sodré, em seu segundo mandato, entre os anos de 1917 e 1921, lembrava que em seu primeiro governo, já reclamava da decadência da agricultura no Pará. Contudo, é interessante perceber que Lauro Sodré, reassume o governo estadual com o mesmo pensamento da primeira década republicana, pois exortava mais uma vez, como solução para a agricultura unicamente o povoamento do solo através da imigração estrangeira, deixando à margem a perspectiva do ensino agrícola: “Eu mesmo segui por essa vereda, e vim clamando todos os annos por providencias que levassem-nos, a resolução desse problema, que eu uma vez chamei de máximo entre os maiores que estavam desafiando a actividade e as energias dos homens públicos entre nós”.⁶⁴⁰ Muitas vezes exortava as medidas que havia tomado em favor da lavoura e da pecuária em seu primeiro governo, promovendo-se, ao mesmo tempo em que parecia reprovar as ações de seus pares. De forma até surpreendente, fala em deixar de lado as preocupações com a modernização da agricultura e pensa no reerguimento da borracha:

Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 52. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000053.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶³⁸ *Ibidem*, p. 152. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/000153.html>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

⁶³⁹ *Ibidem*, p. 152-155.

⁶⁴⁰ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1918. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918, p. 18. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1039/000018.html>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

Nem porque são os interesses da indústria agrícola os que mais a todos nós preocupam, devemos deixar fora das nossas cogitações esse problema, há longos anos formulado e ainda não resolvido, e que visa assegurar à borracha um custo de produção, que lhe permita entrar vantajosamente em concorrência com os productos das colônias inglesas do oriente.⁶⁴¹

Essas reflexões apenas corroboram nossas análises iniciais quando atribuímos ao governador José Paes de Carvalho as primeiras ações, embora modestas, é verdade, no sentido de alavancar a produção agrícola, para além do incentivo à imigração estrangeira e criação de espaços agrícolas. A metodologia baseada na criação de núcleos agrícolas, como vimos, caminhou paralela com o fomento da agricultura com base no tratamento científico do solo, do ensino agrícola e da criação de instituições voltadas para a promoção do setor agrícola.

Inúmeras dificuldades como espaços de produção agrícola distantes da capital, a falta de recursos de pequenos e médios agricultores, a crise econômica enfrentada pelo estado, advindo com a crise nos negócios da borracha, também ajudam a explicar os poucos resultados até então alcançados. Muito embora os números apresentados pelos próprios governadores ao longo dessa fase de modernização das práticas agrícolas no Pará não tenham sido satisfatórios, como vimos acima, uma vez que não se registrou uma significativa evolução nas estatísticas de produção e nas cifras de exportação, principalmente quando comparadas com os dados referentes ao final do Império e começo da República, não duvidamos que um número expressivo de agricultores tomou, pelo menos, conhecimento da existência não apenas da possibilidade em fazer uso de maquinários, mas também de insumos agrícolas, de seleção de sementes e de manejo do solo. E não se deve esquecer da própria Escola de Agronomia e Medicina Veterinária que, em meados da década de 1920, ao diplomar seus primeiros alunos, mostrava que parte dos esforços estava sendo recompensado. Culturas como a do algodão e do arroz, praticamente inexistentes na primeira década do século XX, registravam no final da década de 1920 valores que representavam algum alento.

Nas palavras do próprio secretário de obras públicas, terras e viação, se dirigindo ao governador Lauro Sodré, a agricultura no Pará estava distante do “momento em que se possa dizer que o Estado tem entrado em manifestação positiva de desenvolvimento agrícola”. As ilações do então secretário não eram diferentes daquelas anteriormente proferidas por todos os sujeitos que preconizavam mudanças nos métodos de produção agrícola desde que havia sido criada a 4ª Secção de Agricultura, um decênio antes. Dizia ele:

⁶⁴¹ *Ibidem*, p. 22

É um fato hoje incontestável que, pelo modo porque se faz, e se modifica a cada momento a exploração das diversas indústrias, com a variada aplicação dos processos científicos e dos factores mecânicos, não há paiz que se proponha a colher resultado benéfico de sua agricultura, sem que, preliminarmente resolva o modo de pôr em prática a difusão de noções agronômicas, pelo menos de maneira empírica, quando o ensino científico não possa ser dado em larga escala.⁶⁴²

Ou seja, percebe-se, a partir da análise da documentação um discurso reiterando constantemente a importância da introdução de métodos e técnicas modernas de produção, acompanhadas do ensino agrícola em estabelecimentos estatais ou de forma ambulante. Isso também mostra que essas ações não haviam alcançado aquilo que delas se esperava, quer dizer, um mínimo de qualificação por parte dos lavradores e um maior incremento da produção agrícola.

Outra assertiva que pode evidenciar os resultados pouco satisfatórios na pretensa modernização da agricultura e o conseqüente abandono das práticas rotineiras pelos lavradores, aparece, no início da década de 1940, em um boletim da Secção de Fomento Agrícola no Pará, órgão ligado ao ministério da agricultura que tinha o agrônomo Apolônio Jorge de Farias Salles como ministro, afirma que “os métodos ainda rudimentares de cultura serão, pouco a pouco, substituídos por outros mais modernos e racionais”.⁶⁴³ Entendemos que ao enfatizar o uso de “métodos ainda rudimentares” evidencia que a produção agrícola no Pará ainda seria de atraso frente às técnicas e métodos utilizados nos centros produtores mais avançados tanto no Brasil quanto no exterior. Obviamente que as pessoas diretamente envolvidas na implantação de uma nova metodologia para a agricultura, principalmente José Ferreira Teixeira, esperavam resultados minimamente satisfatórios e não discursos com referências ao uso de métodos rudimentares.

No vizinho estado do Maranhão, em avaliação feita no ano de 1930, os resultados também não eram satisfatórios. O governador Magalhães de Almeida dizia que a agricultura naquele estado ainda era feita “em pequena escala, pelos mais rotineiros métodos”. Descrita como rudimentar, estava entregue “aos mais humildes e illetrados” lavradores.⁶⁴⁴ Por sua vez,

⁶⁴² APEP. Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918.

⁶⁴³ *O Boletim: divulgação, informação e estatísticas*. Secção de Fomento Agrícola do Estado do Pará – Brasil, ano 1, n. 01, Janeiro-junho, 1942, p. 05 (Disponível na biblioteca Pública do Estado do Pará-Centur).

⁶⁴⁴ MARANHÃO. Mensagem ao Congresso do Estado do Maranhão lida na abertura da sua 3ª Reunião Ordinária na 11ª Legislatura em 05 de fevereiro de 1930 lida pelo Exm. Sr. Dr. José Maria Magalhães de Almeida, governador do Estado. São Luís: Imprensa Oficial, 1930, p. 29. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u411/000029.html>> Acesso em: 02 de jul. de 2021

no também vizinho estado do Amazonas o quadro não era diferente. O governador Ephigenio Ferreira de Salles, afirmava, no final da década de 1920, que o pouco que se tinha feito pela agricultura ressentia-se “da primitividade de processos, que desestimula todas as iniciativas” e que a rotina deveria ser abandonada.⁶⁴⁵ Podemos concluir, portanto, que os resultados obtidos com as políticas públicas de fomento à agricultura ao norte da República, nas primeiras décadas do século XX, não foram assim satisfatórios.

A análise da documentação e do estudo comparativo em relação ao progresso das práticas agrícolas em outras regiões do país mostra que os resultados conquistados com as ações de fomento também não foram de excelência. Em meados da década de 1920, José Ferreira Teixeira perguntava por que o país não tinha progresso agrícola. Segundo ele, as causas estariam na indiferença em relação aos “modernos processos agronômicos, na falta absoluta da instrução agrícola, na expansão cada vez mais accentuada da burocracia”.⁶⁴⁶

⁶⁴⁵ AMAZONAS. Mensagem do presidente do Estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles a Assembleia legislativa, lida na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 14ª legislatura em 14 de julho de 1929. Amazonas – Manaus, 1929, p. 160. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1663/000158.html>> Acesso em: 02 de jul. 2021

⁶⁴⁶ *Estado do Pará*. Informações agrícolas. 04 de abril de 1915, p. 05.

CONCLUSÃO

Ao longo desta tese analisou-se a maneira como os agentes públicos no Pará, juntamente com a elite agrária, que tinha o latifundiário marajoara José Ferreira Teixeira como principal representante, buscaram racionalizar a produção no campo a partir da busca pela modernização das técnicas agrícolas com o incentivo ao uso de maquinários e insumos, bem como do ensino agrícola ambulante ou em instituições voltadas para o fomento da agricultura, com base nos preceitos agronômicos da época. A busca por essa modernização das técnicas e métodos pretendia maximizar não apenas a produção agrícola por meio de um melhor aproveitamento do solo e do próprio trabalhador agrícola com a sua qualificação, mas também aumentar e melhorar a qualidade dos rebanhos, como foi visto na última seção do primeiro capítulo.

Os resultados alcançados, contudo, não foram, como vimos, aqueles que as autoridades públicas e os representantes da elite rural esperavam. Uma longa tradição baseada, exclusivamente, na criação de núcleos coloniais em espaços pouco povoados e sua ocupação, sobretudo, por estrangeiros ou por colonos nacionais que fugiam das consequências advindas de longos períodos de seca, era um desafio a ser superado. Apesar disso, não podemos perder de vista – como foi mostrado ao longo desta tese – que a busca pela racionalização agrícola ainda caminhou paralelamente ao modelo anterior, uma vez que se fazia necessária mão de obra para que o ensino agrícola ganhasse maior proporção. Muitas áreas esparsamente povoadas precisavam não apenas de trabalhadores qualificados para a lavoura, mas também de uma mão de obra qualificada.

Outro ponto a ser reiterado pela relevância da discussão se refere ao fato das autoridades públicas do Pará, na segunda metade do século XIX, terem dado os primeiros passos no sentido de racionalizar a produção agrícola com base nas descobertas científicas. Nessa nova fase, iniciada na primeira década do século XX, alguns novos elementos são inseridos nesse processo e outros são redesenhados como é o caso da importância dada ao ensino agrícola e a aproximação com os preceitos científicos a partir dos estudos feitos no Museu Emílio Goeldi. Portanto, podemos entender essa discussão – guardadas as devidas proporções – como um complemento das análises realizadas por Francivaldo Alves Nunes, que em sua tese de doutoramento, caracterizou esse processo ao Norte do Império nas décadas finais do século XIX.

Importante deixar claro também que há um errôneo entendimento, inclusive de quem vive na própria região amazônica, em enxergar o período da *Belle Époque* como

dominado única e exclusivamente pelos negócios da borracha. No entanto, ficou claro que havia uma significativa produção agrícola para além da extração do látex. Não que o extrativismo fosse um empecilho à produção agrícola e mesmo ao desenvolvimento da pecuária, pois em muitos casos o extrator também era um lavrador. Contudo, um novo olhar é lançado sobre outros setores do universo rural, alçando gêneros agrícolas de certo anonimato durante a fase áurea da borracha.

Obviamente que as análises consideradas neste trabalho de pesquisa devem ganhar novas reflexões e interpretações. No caso em particular da racionalização da indústria pecuária paraense das primeiras décadas do século XX, carece de uma discussão mais aprofundada, pois como trago no próprio título sobre o tema, foram apenas “breves considerações”. Como no primeiro capítulo foram discutidas as peculiaridades da economia paraense, considereei justo fazer apontamentos sobre a modernização da pecuária, muito embora, como deixei claro, não fosse o foco central desta tese.

De qualquer modo, a modernização das práticas agrícolas no Pará acompanhava uma política econômica que já vinha em andamento em outras regiões do país. Essa nova metodologia pensada para o campo estava intimamente relacionada com a nova forma de pensar daqueles que participaram da ascensão da República e passaram a fazer parte do seu quadro. O que antes era visto como algo retrógrado, arcaico, rotineiro e atrasado, na visão dos novos donos do poder, deveria também ser abandonado em favor de uma nova ordem que privilegiava o que havia de mais moderno para o campo. Esse pensamento, como vimos, tinha como pano de fundo os preceitos positivistas que ganharam força junto a seus adeptos que emergiram com o novo regime em 1889.

Quando digo ao longo desta pesquisa que o governador José Paes de Carvalho é o ponto de intersecção entre o antigo e o novo modelo de agricultura, por apresentar em seu governo marcas do modelo que vinha sendo desenvolvido desde a segunda metade do século XIX e apresentar também elementos que evidenciaram a metodologia posta em prática a partir do governo de Augusto Montenegro, reafirmo sua importância para a fase de modernização que se iniciou com a aproximação entre a elite agrária, agentes públicos e ciência, essa representada pelos pesquisadores ligados ao Museu Emílio Goeldi. Tripé esse fundamental para a implementação de um modelo alternativo de agricultura no início do século XX. As políticas públicas presentes em seu governo guardam características do velho e do novo modelo pensado para o agro paraense do início do século XX.

De acordo com os discursos republicanos os esforços realizados na segunda metade do século XIX não teriam alcançado os resultados esperados, porque a ausência de um instrumento como o arado pelos lavradores se apresentava como um grande problema a ser revolido pelos agentes públicos. Entre outras medidas que faltaram por parte dos presidentes da província e dos primeiros governadores podemos apontar a pequena preocupação dos agentes públicos com relação ao ofício que o imigrante realizava em sua terra natal para que não fossem acolhidos sujeitos sem nenhum conhecimento agrícola, pois como sabemos a tarefa de recrutar pessoas na Europa ficava a cargo de contratantes. Augusto Montenegro, por exemplo, afirmou no primeiro ano de seu mandato que alguns imigrantes introduzidos em virtude de onerosos contratos tinham verdadeira repugnância pelos trabalhos agrícolas. Ao reproduzir fala de um relatório do então diretor da repartição de obras públicas deixou claro que a propaganda na Europa não era franca “das condições e vantagens do sólo do Pará, assim como das suas leis e regulamentos em vigor sobre a colonização” restringia-se “na marcha condenada e improfícua do anuncio das passagens gratuitas”.⁶⁴⁷

Dessa forma, não era levada em consideração a qualificação técnica desse lavrador. Notoriamente, quando essa qualificação passou a figurar como prioridade nos planos de governo, ela não foi realizada aliando-se o prévio conhecimento do lavrador sobre a terra. Pelo contrário, o objetivo foi, a todo instante, despistar o lavrador de todo um conhecimento construído ao longo de gerações para moldá-lo de acordo com os preceitos científicos daquele momento. Para além dessas questões, detinham-se no objetivo de facilitar o próprio acesso desses colonos a máquinas e insumos agrícolas até então distantes da realidade de muitos sertanejos.

Outro ponto caro para o sucesso desse empreendimento seria conseguir a fixação do colono ao solo. Melhores condições de manutenção do colono e sua família ofertada por outros estados, principalmente das regiões Sul e Sudeste e o fato dos governos deixarem muitos colonos entregues à própria sorte com as emancipações dos núcleos coloniais que marcaram os últimos atos do governo José Paes de Carvalho e os primeiros de Augusto Montenegro, voltados para os projetos de colonização eram claros motivos para o insucesso na política de desenvolvimento agrícola no Pará no final do século XIX começo do século XX. Smith Junior (2012, p. 162), ao analisar a política de colonização sob os governos de Lauro Sodré, José Paes de Carvalho e Augusto Montenegro afirma que tal política sofreu uma

⁶⁴⁷ PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro ao apresentar a proposta de orçamento para o exercício de 1902. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1902, p. 45-46. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2435/000044.html>> Acesso em: 10 de mar. 2020

profunda mudança de orientação quando este último assume o poder, pois “considerava que os gastos com imigração eram vultosos e os resultados esperados não apareciam”. Contudo, se faz necessário enfatizar que o problema na política de colonização então empregada na região Bragantina desde meados do século XIX estava, necessariamente, na aplicação correta dos recursos despendidos.

Para todos os efeitos, qual seria a característica central dessa fase de modernização da agricultura no Pará do início do século XX? Controle maior do estado sobre o processo produtivo e sobre os sujeitos diretamente ligados a esse fomento. Há um claro objetivo de integrar a produção, mesmo do pequeno lavrador, por meio de associações e sindicatos, ao mercado. Mudando assim sua visão determinada pela subsistência. Para isso a ingerência do estado se tornaria imprescindível. Nesse sentido, Ricardo Abramovay (2012, p. 265) destaca que “o reconhecimento do trabalho do agricultor, mais do que isso, sua modelagem e a determinação de suas modalidades de organização dependem do Estado”.

As transformações pelas quais estava passando a agricultura paraense no início do século XX retratavam não apenas inovações técnicas que viessem subordinar a natureza ao lavrador com o uso de máquinas e insumos agrícolas, mas também inovações nas relações de produção, principalmente após a abolição. As transformações que a área urbana sofreu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, proporcionado pelo capital advindo com a exportação do látex e o consequente aumento populacional, atraídos por essa efêmera riqueza, forçou os sujeitos ligados ao rural a aumentar e diversificar não apenas a produção agrícola, mas também a produção de carne. Essa demanda fica expressa, por exemplo, nas queixas da população quanto ao abastecimento dos mercados da capital.

De um modo geral, a tentativa dos agentes públicos e da elite rural paraense em racionalizar a agricultura com métodos vistos à época como modernos e científicos, mostrou-se na verdade ineficaz. Essa ineficiência pode ser explicada pelas condições climáticas e geográficas, uma vez que a realidade amazônica seria diversa da concepção de ciência aplicada para tal objetivo. Uma ciência, tal como enfatizamos, instrumental. O uso do arado, por exemplo, em uma área ainda por destacar, seria improdutivo. Nesse sentido, o sistema de coivara ainda se fazia muito presente nas práticas tradicionais de plantio. Em outras palavras, as populações tradicionais possuíam uma prática agrícola que muitas vezes era mais eficiente, diante dos saberes que possuíam acerca da realidade amazônica do que a prática agrícola denotada como moderna e científica, que era praticada na Europa e nos Estados Unidos, onde

as condições eram diferentes daquelas, como afirmamos acima, encontradas nas regiões tropicais.

Contudo, não podemos afirmar categoricamente, como as fontes evidenciam em alguns momentos, que as ações implementadas pelos agentes públicos e pelos sujeitos detentores dos conhecimentos científicos, no sentido de melhorar a produção agrícola, foi de completo fracasso. Houve, afinal, alguma eficácia no mundo das relações sociais, principalmente ao evidenciar que as práticas agrícolas tradicionais eram importantes ou deveriam, ao menos, ser levadas em consideração na aplicação de políticas públicas de fomento a agricultura.

Percebe-se ainda na documentação que, ao mesmo tempo em que havia a necessidade por parte dos agentes do estado em propagar as modernas técnicas de cultivo já aplicadas em outras regiões do país, também havia um discurso constante que desqualificava o lavrador por conta da forma tradicional com que trabalhava a terra, muitas vezes, inclusive, invisibilizando esse sujeito e ao mesmo tempo criando a imagem do lavrador culto e alinhado às novas concepções científicas para o campo.

Em suma, a tentativa de racionalizar a produção agrícola nos campos paraenses no início do século XX evidenciou uma relação conflituosa entre os sujeitos envolvidos diretamente na implantação dessa nova metodologia que usava de preceitos científicos, tendo o Museu Emílio Goeldi como porta de entrada dessa concepção, e as populações tradicionais que preteriam esse modelo de produção agrícola em favor dos saberes geracionais e que melhor se adequavam, naquele momento, ao universo rural amazônico. Nesse sentido, essa resistência também ajuda a explicar os poucos resultados alcançados. De qualquer forma, essa faceta da história social da Amazônia evidencia a complexidade da agricultura ao Norte da República construída em torno da tradição, da ciência e da modernidade no limiar do século XX.

FONTES

Periódicos

Correio Paraense, 6 de março de 1894

O Agrário, Acta da sessão da criação Sociedade Agrícola Paraense, 01 de setembro de 1885.

O Agrário, O agrário. 1º de outubro de 1885

Diário de Notícias, Povoamento da Amazônia, 24 de julho de 1890.

Diário de Notícias, Agricultura, 5 de fevereiro de 1897

Folha do Norte, Telegrapho Nacional, 30 de janeiro de 1896, n. 30.

Folha do Norte, Estrada de Ferro de Bragança, 06 de fevereiro de 1896, n. 37.

Folha do Norte. Intendencia de Bragança. 29 de fevereiro de 1896, n. 60.

Folha do Norte. Actualidades, 23 de agosto de 1896, n. 236

Folha do Norte, Agricultura, 19 de setembro de 1896.

Folha do Norte. Imigração Alemã. 26 de outubro de 1896, nº 300.

Folha do Norte. Matadouro Público. 13 de janeiro de 1897.

Folha do Norte. Carnes verdes-Vaccas de Marajó. 12 de fevereiro de 1897.

Folha do Norte, Agricultura: ensino agrícola. 5 de junho de 1897.

Gazeta de Alemquer, Legislação do Estado, 8 de novembro de 1908.

Gazeta de Alemquer. A Lavoura Paraense. 2 de dezembro de 1908.

O Jornal, Factos, 04 de novembro de 1900.

O Para. A alta da farinha. 07 de março de 1899.

O Pará, Notas e Apanhados. 15 de julho de 1899.

O Pará. Associação dos Fazendeiros de Muaná e Cachoeira. 29 de janeiro de 1900.

O Pará. Duas Theses: agronomia. 05 de fevereiro de 1900.

O Pará. Duas Theses: agronomia. 10 de fevereiro de 1900.

O Pará. Duas Theses: agronomia. 12 de fevereiro de 1900.

O Pará, 16 de julho de 1898.

A República, Publicações, 18 de abril de 1899.

A República, 3 de junho de 1899.

A República, 12 de agosto de 1899.

Estado do Pará, Ensino Agrícola, 05 de novembro de 1911.

Estado do Pará, Ensino Agrícola, 09 de novembro de 1911.

Estado do Pará, Ensino Agrícola, 02 de novembro de 1911.

Estado do Pará, Ensino Agrícola, 03 de novembro de 1911.

Estado do Pará, Congresso Legislativo do Estado, 13 de maio de 1911.

Estado do Pará, Congresso Legislativo do Estado, 04 de outubro de 1911.

Estado do Pará. Mercado das Carnes. 26 de janeiro de 1913.

Estado do Pará. Adubo verde melhorador das terras agrícolas. 16 de março de 1913.

Estado do Pará, O Problema do Norte: a borracha e a indústria agropecuária. 04 de abril de 1913.

Estado do Pará, Agricultura Paraense na República, 11 de setembro de 1913

Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 28 de maio de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola, 31 de maio de 1914
Estado do Pará. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IV. 13 de julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará I, 04 de julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará II, 08 de julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará, 10 de Julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará V, 19 de julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará VIII, 27 de jul. de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará IX, 28 de julho de 1914.
Estado do Pará, Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará, 20 de julho de 1914.
Estado do Pará. Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará. 08 de agosto de 1914.
Estado do Pará. Pode-se esperar a erradicação do quebra-bunda e do mormo? 06 de junho de 1915.
Estado do Pará. A erradicação do quebra-bunda (peste de cadeiras) pela cura. 27 de junho de 1915.
Estado do Pará. Minhas impressões, da agricultura do Baixa Amazonas. 06 de novembro de 1916
Estado do Pará. Escola de Agronomia, 10 de março de 1918.
Estado do Pará, Município de Igarapé-Assú: o campo experimental de BeixeBoi – Boas intenções, mas magros resultados. 05 de junho de 1919.
Estado do Pará. Imposto territorial, 17 de maio de 1921.

Mensagens dos governadores do Estado do Pará.

PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz, 3º Vice-presidente da província passou a administração da mesma ao exm. Sr. Presidente dr. Pedro Vicente de Azevedo à 17 de janeiro de 1874.

PARÁ. Falla com que o exm. sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da provincia do Pará, abriu a 1.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 25 de março de 1886. Belem, Typ. do "Diario de Noticias," 1886.

PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diário Official, 1891.

PARÁ. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de julho de 1892. Belém: Typ. do Diário Official, 1892

PARÁ. Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1º de fevereiro de 1893. Belém: Typ. do Diário Official.

PARÁ. Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1895. Belém: Impresso no Diário Official, 1895.

PARA. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré Governador do Estado ao expirar o seu mandato no dia 1º de fevereiro de 1897. Belém: Impresso no Diário Official, 1897.

PARÁ. Manifesto ao Estado do Pará pelo governador Dr José Paes de Carvalho. Belém: Typ. Do Diário Official, 1897.

PARÁ. Mensagem dirigida em ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do Diário Official, 1897.

PARÁ. Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. Diário Official, 1898.

PARA. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 7 de abril de 1899. Belém: Typ. Diário Official, 1899.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899 e 1900. Belém: Typ. do Diário Official, 1899.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de fevereiro de 1900. Belém: Typ. do Diario Official, 1900.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 5 de fevereiro de 1900, apresentando a proposta do Orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. do Diário Official, 1900

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1901.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém-Pará: Imprensa Official, 1902.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro ao apresentar a proposta de orçamento para o exercício de 1902. Belém-Pará: Imprensa Official, 1902.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém-Pará: Imprensa Official, 1904

PARÁ. Relatório apresentado ao governador do Estado Exmº Sr. Augusto Montengro pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Official, 1901.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém: imprensa Official, 1906.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém: Imprensa Official, 1907.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908 (Anexos)

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1909 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909.

PARÁ, Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio da Silva Coelho, governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1913.

PARÁ. Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do estado. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1916.

PARA. Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Pará pelo Exm. Sr. Dr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse no cargo de Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1918. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918,

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém; Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1919.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo governo do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1920.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Governador do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1922.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 12ª Legislatura a 7 de setembro de 1924 pelo governador do

estado Dr. Antonio E. de Sousa Castro. Pará-Brasil: Officianas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1924.

PARÁ, mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em Sessão solene de abertura da 2ª Reunião de sua 12ª Legislatura a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado. Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1925.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1926 pelo governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 1ª Reunião de sua 13ª Legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo Governador do Estado dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará-Brasil: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927.

PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª Reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém-Pará: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928.

PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Pará em sessão solenne de abertura da 3ª Reunião de sua 13ª Legislatura, à 7 de setembro de 1929, pelo governador do Estado Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém-Pará: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1929.

PARÁ. Apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Belém: Officinas Grphicas do Instituto Lauro Sodré, 1930.

Mensagens dos governadores do Estado do Amazonas.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo Exm. Snr. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, governador do Estado. Manaus: Imprensa Oficial, 1900.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Sessão ordinária da quinta legislatura pelo governador do estado Dr. Antônio Constantino Nery em 10 de julho de 1906. Manaus: Imprensa Oficial, 1906.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Primeira Sessão ordinária da sexta legislatura pelo governador do estado Dr. Antônio Constantino Nery em 10 de julho de 1907. Manaus: Imprensa Oficial, 1907.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o congresso do Amazonas na abertura da Segunda Sessão da Sexta Legislatura pelo Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, presidente do Congresso Legislativo no exercício de governador do Estado, em 10 de julho de 1908. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1908.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Sexta Legislatura pelo Exm. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado, em 10 de julho de 1909. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1909.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1910 pelo Exm. Sr. Cor. Antônio Clemente Ribeiro Bitencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartição. Manaus – Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Official, 1911.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da sessão extraordinária da sétima legislatura em 8 de maio de 1911 pelo exm. Ser. Cor. Antônio Clemente Ribeiro Bitencourt, Governador do Estado. Manaus-Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Official, 1911.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira Secção ordinária da sétima legislatura pelo Exm. Cor. Sr. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Estado em 10 de julho de 1912. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1912.

AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura pelo exm. Sr. Dr Jonathas de Freitas Pedrosa, governador do estado, em 10 de julho de 1913. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1913.

AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo exm. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar a 10 de julho de 1917. Manaus – Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Pública, 1917

AMAZONAS. Mensagem do presidente do Estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles a Assembleia legislativa, lida na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 14ª legislatura em 14 de julho de 1929. Amazonas – Manaus, 1929.

Mensagens dos governadores do Estado do Maranhão

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 21 de fevereiro de 1908 pelo Exmo. Sr. Dr. Benedito Pereira Leite, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Official, 1908.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Maranhão na 3ª Sessão da 8ª Legislatura em 5 de fevereiro de 1915 pelo Exmo. Sr. Dr. Herculano Nino Parga, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Official, 1915.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª Sessão da 10ª Legislatura, em 5 de fevereiro de 1919 pelo Exm. Sr. Dr. Raul da Cunha Machado, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Official, 1919

MARANHÃO. Mensagem ao Congresso do Estado do Maranhão lida na abertura da sua 3ª Reunião Ordinária na 11ª Legislatura em 05 de fevereiro de 1930 lida pelo Exm. Sr. Dr. José Maria Magalhães de Almeida, governdor do Estado. São Luís: Imprensa Official, 1930

Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas Lauro Severiano Muller no ano de 1904, 16º da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL, Relatório do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro Miguel Calmom du Pin e Almeida no anno de 1909 21º da República, volume I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 22º da República, volume I. Rio de Janeiro: Officinas da Diretoria Geral de Estatísticas, 1910.

BRASIL. Introdução ao relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado, Industria e Commercio, no anno de 1912, 91º da independência e 24º da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no ano de 1913, 92º da Independência e 25º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1913.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manuel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 93º da Independência e 26º da República, Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1914, p. XV.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. José Rufino Besera Cavalcanti, anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1916.

BRASIL. Introdução ao relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio em 1923 pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1929. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1930

Revista “A Lavoura Paraense”

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano II, n. 06, Belém-Pará, 31 de dezembro de 1908

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 07, Belém-Pará, 31 de janeiro de 1909

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 08, Belém-Pará, 28 de fevereiro de 1909

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 09, Belém-Pará, 31 de março de 1909

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 10, Belém-Pará, 30 de Abril de 1909.

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 11, Belém-Pará, 31 de maio de 1909

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano III, n. 12, Belém-Pará, 30 de junho de 1909

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 25, Belém-Pará, 30 de julho de 1910.

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano IV, n. 27, Belém-Pará, 30 de setembro de 1910.

A Lavoura Paraense. Boletim da 4ª Secção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Ano VI, n. 04, Belém-Pará, 31 de maio de 1912.

Arquivo Público do Estado do Pará.

Arquivo Público do Estado do Pará. Área: Obras Públicas. Fundo: Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação. Série: Relatórios. Período: 1917-1918

Boletins do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia

MIRANDA, Vicente Chermont de. *Molestias que affectam os animaes domésticos mormente o gado na ilha de Marajó*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, n. 2 e 3, Vol. IV, dezembro de 1904, p. 438-468

GOELDI, Emílio. *Relatório sobre o museu, relativo ao ano de 1901 apresentado ao exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi, director do mesmo museu*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, N. 01, Vol. IV, Fevereiro de 1904

HUBER, Jacques. *Mattas e madeiras amazônicas: o futuro da exploração das florestas amazônicas. Necessidade de culturas florestas*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, N. 02, Vol. VII, março de 1909. Pará-Brazil: Estabelecimento Graphico de C. Wiegandt, 1909, p. 91-225.

HUBER, Jacques. *Relatório sobre o movimento do Museu Goeldi no anno de 1909 apresentado ao exmo. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo director do Museu. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia*. Tomo VII, Vol. VII, 1910. Pará-Brazil: Litho-Typographia – Ernesto Lohse & C^a, 1913.

GOELDI, Emílio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado do Pará, pelo director do Museu Paraense*. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, n. 01, vol. III, fevereiro – 1900.

HUBER, Jacques. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça e Instrucção Pública, pelo director do Museu, relativo ao anno de 1908*. Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, Tomo VI, N. 2, Vol. V, março-1909.

Outras fontes

PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. *O Tocantins e o Anapú*. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

O Boletim: divulgação, informação e estatísticas. Secção de Fomento Agrícola do Estado do Pará – Brasil, ano 1, n. 01, janeiro-junho, 1942

Álbum do Estado do Pará, 1908.

Brazilian American. State of Pará Issue. December 9, 1939. Disponível em: <https://issuu.com/ufpadoispontozero/docs/revista_brazilian_american> Acesso em: 27 de Abr. 2020.

Álbum do Pará em 1899 na administração do governo de sua Exc. Sr. Dr. José Paes de Carvalho.

Coleção de Leis do Estado (1891-1892). Belém: Typ. do Diário Official, 1893.

BUENO, Manuel Antônio Pimenta. *Industria Extractiva. A Borracha*. In. PEDROSA, João José. Falla Com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1^a sessão da 23^a Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1904-1905. Obra estatística e de consulta fundada em 1904 por F. Cardoso & C^o. I anno. Editores: F. Cardoso & C^o. Pará-Brazil.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Diretoria Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brazil, 1^a anno (1908-1912). Volume I. Território e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.

PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província.* Pará: Typ. Do Dário de Notícias, 1886.

PARÁ. Administração do Dr. Lauro Sodré por Albuquerque Mendonça Director da Secção da Secretaria do Estado. Pará-Belém: Typ. do Diário Official, 1897.

Estado do Pará. Relatório apresentado a sua ex. o sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, por Ernesto Mattoso Maia Forte, Diretor Geral do Instituto Lauro Sodré, sobre as Escolas de agricultura e Industriaes da Europa. Lisboa: Companhia Typographica, 1900. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/escolas-de-agricultura-e-industriaes-da-europa/>> Acesso em: 02 de jul. 2020.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALENCAR, Edna Ferreira. *Gente de todas as paragens: retratos da imigração no Pará da colônia à atualidade*. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Orgs). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açáí/centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcante. *A Amazônia em 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

ALDEN, Dauril. *The Significance of cacao Production in the Amazon Region during the late Colonial Period: An essay in comparative Economic History*. Proceedings of the American Philosophical Society, Apr. 15, Vol. 120, n. 02, pp. 103-135, 1976.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, ano XI, n. 19, janeiro de 2009, Salvador, Bahia. Disponível em: <<file:///C:/Users/FRANCI~1/AppData/Local/Temp/1056-3782-1-PB.pdf>> Acesso em: 27 de abr. 2021

ALVES, José Jerônimo de Alencar; SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. *O Curso Regente Agrícola como introdutor das ciências e técnicas modernas na Amazônia*. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, volume 10, 2014, pp. 19-38. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/hcensino/article/view/17346>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

AITA, Carmem S.A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J.F. de Assis Brasil*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC-RS, 2006.

AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1958.

ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação*. Projeto História, São Paulo, v. 18, maio, 1999, p. 237-259. Disponível em: <<https://ken.pucsp.br/revph/article/view/10997>> Acesso em: 18 de fev. 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Dárcio Guimarães de. *Organizações e Centrais sindicais*. Revista Tribunal Regional do Trabalho 3ª Regional Belo Horizonte, 31 (61): 131-139, jan/jun. 2000. Disponível em: <https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_61/Darcio_Andrade.pdf> Acesso em: 02 de jul. 2020.

ARAÚJO, Bruno Melo de. *O ensino agrícola e a educação: a formação do trabalhador rural*. XXVII Simpósio Nacional de História.- ANPUH- Natal, RN. 22 a 26 de julho de 2013.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana/BA, 2006.

AZÊDO, Maurício. *A Cabanagem. Uma guerra popular na Amazônia*. Rio de Janeiro, Otto Pierre Ed. Ltda. (Coleção Os grandes enigmas da nossa história). 1982.

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para oeste: um estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969 (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

BARATA, Manuel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém: Livraria Gillet, 1915. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/a-antiga-producao-e-exportacao-do-para>> Acesso em: 12 de mar. 2020.

BARBOSA, Carlos. *Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura e ocupação de terra na calha do rio Tocantins Setecentista*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BARCELOS, Fábio. *A coroa pelo bem da agricultura e do comércio: a importância institucional da Coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010 (Cadernos MAPA n. 01).

BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre Leis e baionetas: independência e cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2014.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. As formas de acumulação e a economia da borracha no Grão-Pará. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (orgs). *Tesouros da Memória: História e Patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda-Gerencia Regional de Administração no Pará/Museu de Arte de Belém, 2009, p.127-147

BARROS, Jônatas Barros e. *A Escola Normal paraense e a introdução das Ciências Naturais no Pará*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Volumes 1-7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>> Acesso em: 31 de dez. 2020

BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e Modernização: políticos e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação – Mestrado em Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6112/2/19.pdf>> Acesso em: 12 de fev. 2020.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará: (séculos XVII-XIX)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

_____. *A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 07, p. 27-47, maio, 2020. Disponível em: <<http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/194>> Acesso em: 12 de mai. 2020.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOEIRA, Daniel Alves. *Uma “solução” para a minoridade na primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Ed. 10. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989 (coleção Memória e Sociedade).

BORGES, Barsanufio Gomides. *Ferrovias e Modernidade*. Revista UFG. Ano XIII, n. 11, dezembro de 2011, pp. 27-36. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/11_dossie_ferrovias.pdf> Acesso em: 27 de abr. 2020.

BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano 1824-1929: ensaio Histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Organizado por determinação de S. Exa. Sr. Dr. Enéas Martins, governador do Estado, em comemoração do 3º centenário da Fundação da cidade de Belém por Theodoro Braga. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.

CANCELA, Cristina Donza. *Famílias de Elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920*. Revista Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 24-38.

_____. *Casamentos e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1879-1920)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Anna Raquel de Matos. *Do ponto de vista do Cientista: Jacques Huber e a borracha na Amazônia (1907-1914)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2013.

_____. *Ciência, Política e Propaganda: a representação paraense na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim (1911)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015 (Coleção Formação Regional da Amazônia, Vol. 2), p. 15-36.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Económica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora: Açai, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; CANCELA, Cristina Donza. (orgs.) *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.

CIMINO, Marli de Sousa Saraiva. *Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG (1910-1913)*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013.

COELHO, Matheus Camilo. *Objetos entre contextos e significados: as coleções etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1894 e 1905*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CONCEIÇÃO, Maria de Fatima Carneiro da. *Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Para: um trem, a terra e a mandioca*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1990. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279556> >. Acesso em: 13 jul. 2018.

COUTINHO, Thaís. Caipira. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COUTINHO, Miria Marques. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. “*Nós, os educandos artífices paraenses*”: perfil e trajetória dos aprendizes do Instituto Paraense dos Educandos Artífices (1872-1905). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2021.

COSTA, Edivando da Silva. *Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)*. Dissertação (Mestrado) Universidade

Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA JUNIOR, Flávio Pereira. *Um Maranhão ilustrado? História e correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e d. Diego de Sousa (1789-1801)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CRIBELLI, Teresa. *O mais útil de todos os instrumentos: o arado e a valorização da terra no Brasil no século XIX*. In: MOTTA, Marcia; SECRETO, Maria Verónica. *O Direito as avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

_____. *A Estrada de Ferro de Bragança: uma visão social, econômica e política*. Belém: Falângola, 1955.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Jacques Huber (1867-1914)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v.4, n. 3, pp. 489-502, set-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a10.pdf>> Acesso em: 24 de abr. 2019.

DARATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Rio Branco e a Consolidação da Amazônia: a Questão do Amapá*. Revista Múltipla, Brasília, 7 (11), p. 75-96 – Dezembro, 2001.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 278/ jan-mar. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1968, pp. 105-170. Disponível em:

DOLHNIKOFF, Miriam. *O lugar das elites regionais*. Revista USP, São Paulo, n. 58, p. 116-133, junho/agosto, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33853>> Acesso em: 08 de fev. 2021.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. *A zona Bragantina no Estado do Pará*. Revista Brasileira de Geografia. São Paulo, vol. 23, nº 3, (julho-setembro), 1961.

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de Imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1859-1950)*. Belém: NAEA, 2013.

_____. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.

EMPERAIRE, Laurie; GARCES, Claudia Leonor Lopez. *Dinâmicas das agriculturas paraenses*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, vol. 11, n.

01, pp. 13-16, jan-abr/2016. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100002>. Acesso em: 23 de abr. 2019

SCHALLENBERGER, Erneldo. Sindicalismo rural. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 431-433

ESTEVES, Benedita. *O seringal e a construção social do seringueiro*. In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). *Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, p. 91-111.

ESTEVES, Carlos Leandro. *A “Reconstrução radical da agricultura”:* ocupação, propriedade e produtividade nas políticas públicas dos governos do Pará (1901-1912). XXVIII Simpósio Nacional de História, 27 a 31 de julho de 2015.

_____. *Fazendo divisas em terrenos alheios: um estudo preliminar sobre posse, propriedade da terra e conflitos em intendências municipais no Pará entre fins do século XIX e início do XX*. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 23, p. 34-58, jan.-abr. 2020.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16 ed. V. 2. São Paulo: Globo, 2004.

FARIAS, Andressa Batista. *A influência de As flores do Mal no simbolismo*. Revista Fronteira Digital, N. 6, 2017, pp. 85-93.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açaí, 2016.

_____. *Polícia Militar Paraense: insubordinação, indisciplina e processo de fortalecimento (1886-1897)*. História e Perspectivas, Uberlândia (49): 103-134, jul./dez. 2013.

FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

FERRARO, Mario Roberto. *A Gênese da Agricultura e da Silvicultura Moderna no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os pintores e a cidade: Belém, arte e paisagem (séculos XIX e XX)*. In. SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs.). Belém do Pará: História, cultura e cidade – para além dos 400 anos. Belém: Editora Açaí, 2016.

FIGUEIRA, Cláudia Laurido. *A cultura do puxirum e o sentido comunitário na festa do Sairé em Alter do Chão (PA)*. XVIII Simpósio Nacional de História, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, Santa Catarina.

FINGER, Anna Eliza. *Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013.

FILOMENO, Felipe Amim. *A crise Baring e a crise do encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 01 (38), p. 135-171, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a06v19n1.pdf>> Acesso em 01 de fev. 2021.

FRANCO, Gustavo H. B. *A primeira década republicana*. In. ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1995, pp. 11-30.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário Escravista-exportador em Paraíba do Sul*. Revista Brasileira de História (Anpuh). Vol. 6, n. 12, março-agosto, 1986, p. 125-150.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições Nacionais da Segunda Metade do Século XIX (1861-1881)*. Revista Brasileira de História, v. 11, nº. 22, mar.91/ago. 91, São Paulo, pp. 71-92. Disponível em:

FRITSCH, Winston. *Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930*. In. ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1995, pp. 31-72.

GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012 (Cadernos MAPA, n. 04 – Memória da Administração Pública Brasileira).

GERMANI, Guiomar Inez. *Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro*. Geotextos, vol. 2, n. 2, 2006, pp. 115-147. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040>> Acesso em: 08 de fev. 2020.

GUINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *A importância de tecnologias no processo de enriquecimento das categorias rurais do Pará*. (Paper) UFPA/NEAF. N 15. 2001.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. *Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista*. Revista de Economia, v. 32, n. 1 (ano 30), p. 7-36, jan./ jun. 2006. Editora UFPR

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernização na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. *AGRICULTURAR A AGRICULTURA: a modernização da agricultura no governo estadual paulista (1892-1926)*. 2015. 397 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Brasília: Embrapa Informação Tecnologia, 2003. Disponível

em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/402899/historia-da-agricultura-na-amazonia-da-era-pre-colombiana-ao-terceiro-milenio>> Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. *500 anos de uso dos solos na Amazônia: um contexto histórico*. In: ARAÚJO, Quintino Reis de (Org.) *500 anos de solos no Brasil*. Ilhéus, BA: Editus, 2002, pp. 257-288. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/500_anos_uso_solo.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2020

IGLÉSIAS, Francisco. *Agricultura em Minas na República Velha*. Estudos Econômicos. 15(2):241-261, maio/agosto, 1985.

JANSEN, Geth. *Contribuição ao estudo do Mal de Cadeiras na Ilha do Marajó*. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, vol. 36, n. 03, Rio de Janeiro, 1941, pp. 347-372. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0074-02761941000300010>>. Acesso em: 25 de abr. 2019.

JARDIM, Caio Henrique Albuquerque. *O caminhar poético de Charles Baudelaire como solução à errância*. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta Redonda/RJ, 2018.

IOTTI, Luíza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Correa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Revista Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, vol. 16, num. 30, pp. 157-181, jan./jun. 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X016030006>> Acesso em: 27 de abr. 2018.

LACERDA, Franciane Gama. *Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908)*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, vol 10, n. 19, janeiro-junho de 2018.

_____. *Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1919)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Vida cotidiana em núcleos coloniais do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: CANCELA, Cristina. Donza & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai; Centro de Memória da Amazônia; PPGA, 2010, p. 67 – 80.

_____. *Nos Trilhos da Modernidade: instalação da Estrada de Ferro de Bragança (1870/1907)*. Monografia de Conclusão de Curso em Licenciatura e Bacharelado em História, UFPA, 1992

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

LE COINTE, Paul. *Développement Économique de L'Amazonie*. Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris, v. 26, n. 1, pp. 472-488, 1904. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105790t/f473.item>> Acesso em: 27 de abr. 2021

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. *A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona Bragantina estado do Pará*. Novos Cadernos NAEA, Belém, UFPA, v.15, n. 2, p. 143-174, dez. 2012.

LIMA, Nísia Trindade; SÀ, Magali Romero; SÁ, Dominichi Miranda de. *Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 03, p. 779-810, jul.-set. 2008.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Entre Batalhas e papeis: a cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2016.

LINHARES, Yedda Maria; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história na questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIRA, Ricardo Pereira. *Função Social da Propriedade*. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 234-237.

LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*. 13ª ed. (Obras completas de Monteiro Lobato). São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, 2001

MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MCGRATH, David. *Parceiros no crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, Vol 2, nº 2 – Dezembro 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização*. In.: Projeto História, São Paulo, (18), Maio, 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10994>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

MACHADO, Marina. *Relatórios de presidentes de Província*. In. MOTTA, Marcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio grande do Sul (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alere/RS, 2009.

MAIO, Marcos Chor; BHERING, Marcos Jungmann. *Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República*. Revista Varia História, vol. 27, n. 46, p. 689-709, ju/dez 2011. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23986>> Acesso em: 10 de fev. 2020.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial*. Novos Cadernos Naea, v. 8, n. 1, pp. 73-114, jun. 2005.

MATOS, Anna Raquel. *Do ponto de vista do cientista: Jacques Huber e a borracha na Amazônia (1907-1914)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2013.

MATTOSO, Ernesto. *O Dr. Augusto Montenegro: sua vida e seu governo*. Paris: Tony Dussieux, 1907. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/o-dr-augusto-montenegro/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MAZOYER, Marcel; ROUDART A Laurence. *História das Agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDRADO, Joana. *A “Guerra contra o Zebu”: notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras*. Revista Ruris, volume 9, número 2, setembro-2015, p. 269-302. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2306>> Acesso em: 25 de abr. 2019.

_____. *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Institutos de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1443.pdf>> Acesso em: 29 de Jan. 2020.

MELLO, Vanessa P. da Silva. *A Sociedade Nacional de Agricultura em revista: divulgação científica e uso racional da natureza em A Lavoura (1897-1926)*. Revista Brasileira de História das Ciências, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 118-130, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=47> Acesso em: 12 de fev. 2020.

MENDES, J. A. *Extracção e futuro da Borracha no valle do Amazonas*. Pará: Brasil, 1910. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/extraccao-e-futuro-da-borracha-no-valle-do-amazonas/>> Acesso em 27 de Abr. 2021.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MENDONÇA, Anastácio da Silva. *Condições médico-sanitárias da região percorrida pela Estrada de Ferro de Bragança (Relatório dos trabalhos da Comissão Ambulante que operou nessa região, de junho de 1921 a maio de 1922)*. In.: ARAÚJO, Heraclides Cezar de Souza (Org.) *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Pará-Belém: Typ. da Livraria GILLET, 1922. Disp. em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-prophylaxia-rural-no-estado-do-para/>> Acesso em: 20 de fev. 2020, p. 242-254.

MOLINA, Sarruge Rodrigo. *Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1963)*. Revista HISTEDBR On-line Campinas, n.46, p. 309-324, jun. 2012 - ISSN: 1676-2584, pp. 309-324

MOTTA, Marcia Maria Menendes; MENDONÇA, Sônia Regina. *Continuidade nas Rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil*. Revista Brasileira de Pós-graduação em Ciências Sociais, ano VI, 2002, pp. 127-147. Disponível em: < <https://www.historia.uff.br/nra/textos/livro%203.pdf>> Acesso em: 27 de abr. 2020.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. Lei de terras. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Terra devoluta. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Das discussões sobre posse e propriedade de terra na História moderna: velhas e novas lições*. In: MOTTA, Marcia; SECRETO Veronica Maria. *O Direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

_____. *Francisco Maurício de Sousa Coutinho: semarias e os limites do poder*. In: MOTTA, Márcia; PARGA, Pedro (Org.). *Intelectuais e a questão agrária no Brasil [recurso eletrônico]*. Seropédica: Ed. Da UFRRJ, 2020.

MORAES, Isadora Bastos de. *Para ler e ver: narrativas sobre a Amazônia na revista O Tico Tico (1914-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Univerdade Federal do Pará, Belém, 2019.

MORAES, Ruth Burlamaqui de. *Riqueza e Demografia: Pará (1872-1920)*. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (orgs). *Tesouros da Memória: História e Patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda-Gerencia Regional de Administração no Pará/Museu de Arte de Belém, 2009, p.165-180.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político político-educacional republicana*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

MOURA, Daniella de Almeida. *A República Paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2008.

MUNIZ, João de Palma. *Estado do Grão-Pará. Imigração e colonização. História e Estatística 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

_____. *Índice Geral dos Registros de Terra: publicação oficial organizada na administração do Exm. Sr. Dr. Augusto Montenegro, Volume 1ª série*. Belém: Imprensa Oficial, 1907.

_____. *Legislação de Terras: dados estatísticos*. Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1924. Disponível em: <<http://177.74.60.161/obrasraras/legislacao-de-terras-dados-estatisticos/>> Acesso em: 02 de Jul. 2020.

_____. *O município de Itaituba*. Pará: typ. Gutenberg, 1906.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil pela introdução do arado reforma das fornalhas e conservação de suas mattas*. Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4011/1/038920_COMPLETO.pdf> Acesso em: 08 de fev. 2020

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *Pelos caminhos de Deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11910>>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

_____. *Aprendizados e Patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934)*. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009.

NÉRY, Fredrico José de Santana. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese de doutorado (Universidade Federal Fluminense), 2011.

_____. *Colônias Agrícolas na Amazônia*. 1ª ed. Belém: Editora Estudos Amazônicos, (Coleção Estudos Amazônicos), 2012.

_____. *A semente da Colonização: um estudo sobre a colônia agrícola de Benevides (Pará, 1870-1889)*. Belém: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4273>> Acesso em: 10/04/2014.

_____. *Terras estanhas: colonização, imigração e conflito no Norte do Império*. In. MOTTA, Marcia; SECRETO, Maria Veronia. *O Direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

_____. *Sociedade Agrícola Paraense: de conselheira provincial a propagadora da ciência agrônômica, século XIX*. ANPUH – Brasil. XXX Simpósio Nacional de História. Recife, 15 a 19 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Jeferson Carvalhaes de. *Tópicos em Micologia Médica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://controllab.com/pdf/topicos_micologia_4ed.pdf> Acesso em: 22 de fev. 2010.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Transformando menores órfãos ou abandonados em fatores do campo, pomicultores, horticultores,*

jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos officios agrícolas: a criação do patronato agrícola no Pará republicano. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 103-123, out. 2011.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. *Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930)*. Revista História da Educação, SSPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.15, p. 129-142, abr. 2004. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30283/pdf>> Acesso em: 02 de Jul. 2020.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Características da Institucionalização das ciências agrícolas no Brasil*. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 104-115, jul | dez 2006. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=111> Acesso em: 29 de Jan. 2020.

OURIQUE, Jacques. *O Estado do Pará na Exposição de 1908 por Jacques Ourique*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1908. Disponível em: <<https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/03/08/o-estado-do-para-na-exposicao-de-1908/>> Acesso em: 08 de fev. 2021.

PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013, (Coleção Ensino e Memória, 2).

PENTEADO, Antônio R. *Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Vol. 1. Coleção Amazônia: Série José Verissimo. Belém: UFPA, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PETTRES, Bárbara Marins, et al. *Febre aftosa: impactos sociais e sobre o bem-estar animal da política de erradicação*. Revista INTERthesis, Florianópolis, v. 04, n. 02, pp. 101-135, julho/dezembro 2007.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Tudo é História).

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REZENDE, JM. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. Adolpho Lutz, uma vida dedicada à ciência. pp. 349-353. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-41.pdf>> Acesso em: 24 de abr. 2019

- RIBEIRO JUNIOR, João. *Augusto Comte e o Positivismo*. Campinas: Edicamp, 2003.
- RIBEIRO, Fernando. *A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906)*. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 22, n. 1 (39) pp. 75-93, 2011. Disponível em: < <https://ken.pucsp.br/rpe/article/viewFile/7390/5363> > Acesso em: 22 de fev. 2020.
- RICCI, Magda. *A Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. São Paulo: Tempo, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.
- ROBERT, Pascale de; LOPEZ, Claudia. *Agriculturas amazônicas: cultivando plantas, saberes, paisagens e ideias*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Vol. 07, n. 02, Belém, maio-agosto/2012.
- ROCHA, Betty Nogueira. *Nas fronteiras de um desejo: posse e propriedade na Amazônia*. In. MOTTA, Marcia; SECRETO, Maria Veronica. *O Direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011.
- ROCQUE, Carlos. *Cabanagem, epopeia de um povo*. Belém, Imprensa Oficial, v. 01, 1984.
- RODRIGUES, Pedro Parga. *A Diretoria da Agricultura sob a chefia de Machado de Assis: os processos de solicitação de compra de propriedade no Amazonas (1887-1889)*. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 23, p. 83-103, jan.-abr. 2020.
- SALTON, Júlio César *et al.* *Sistema Plantio Direto: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa-SPI, Dourados: Embrapa-CPAO, 1998. Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/98258/1/500perguntassistemaplantiodireto.pdf> > Acesso em: 27 abr. 2022.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SÁ, Tatiana Abreu. Queimada. In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Economia da Borracha na Amazônia*. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2011 (Coleção Estudos Amazônicos, História).
- SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1886-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- _____. *Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia*. Revista Brasileira de Inovação, Vol. 05, Num. 02, julho/Dezembro, 2006.
- SANJAD, Nelson; CASTRO, Anna Raquel de Matos. *Comércio, política e ciência nas exposições internacionais: o Brasil em Turim, 1911*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p. 141-173, jan./abr 2016.

SANJAD; Nelson; CASTRO, Anna Raquel de Matos; ROMEIRO, Doralice dos Santos. *Da pátria da seringueira à borracha de Plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das heveas no Oriente (1911-1912)*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, set.-dez, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a11.pdf>> Acesso em: 31 de Dez. 2020.

SANTOS, Leonardo dos. *Lavrador*. In.: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 278-279

SANTOS. José Arimatéa Gouveia dos. *A Estação Experimental de Agricultura Prática: ensino de ciências e técnicas modernas*. Anais eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da ciência e da tecnologia, 8 a 11 de outubro de 2014, Belo Horizonte/MG.

SANTOS, Alan Christian de Souza. *O Senado Militar: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2020.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *O Brasil nas exposições universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas/SP, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287014/1/Santos_PauloCoelhoMesquita_M.pdf> Acesso em: 31 de Dez. 2018.

SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

SANTOS, Francimary Nascimento da Silva. *Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antônio Lemos (1897-1908)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), on line, Belém, v. 7, p. 50-72, maio/2020. Disponível em: <<http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/183>> Acesso em: 02 de Jul. 2020

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia*. 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Andreia Brasil; MACHADO, José Alberto da Costa; SERÁFICO, Marcelo. *Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas*. In. CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015 (Coleção Formação Regional da Amazônia, Vol. 2), p. 173-224.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. *A “Revista Agrícola, órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura” e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908: “por em commum as ‘luzes’ e experiências”*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-graduação em Geografia, São Cristóvão-Sergipe, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, Veronica. *Roça*. In.: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 70-71.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político*. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILVA JUNIOR, Aluísio Fernandes da. *Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará*. Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 94-114, jan./jun. 2009.

_____. *Territorialidade e representação do patronato rural paraense*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas, Nucleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas-SP: Unicamp, IE, 1998.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de Matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro, 2011a.

_____. *Entre a lei e a sua aplicabilidade: a gestão das “terras devolutas” na região de matas do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1925)*. In. MOTTA, Marcia; SECRETO, Maria Veronica. *O Direito às Anessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011b.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira. *Nos currais da Belle-Époque: os contratos da obra do matadouro e do abastecimento de carne verde em Belém (1885-1912)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 2017.

SMITH JUNIOR, Francisco Pereira. *Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Município de Alemquer*. Belém: Typ. E enc. da Livraria Loyola, 1908. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/municipio-de-alemquer/>> Acesso em: 08 de fev. 2021.

SOBRAL, Francisco José M. *Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil*. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, 2009, pp. 78-95. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953> > Acesso em: 27 de abr. 2018.

SOUZA, Bruno Mariano Santos da Ponte. *Terras, rios e igarapés: estrutura agrária e conflitos no Baixo Tocantins (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

STOLL, Émilie; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha; FOLHES; Ricardo Theophilo. *Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du XXe siècle*. *Histoire & Mesure* [En ligne], XXXII-1, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/histoiresmesure/5756>> acesso em: 03 de mar. 2020.

SUZUKI, Júlio César. *Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. Agrária (São Paulo. Online)*, (6), 2007, p. 83-95. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/117>> Acesso em: 20 de fev. 2020.

TEIXEIRA, José Ferreira. *O arquipélago de Marajó*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953. (Monografia publicada no volume III dos Anais do X Congresso Brasileira de Geografia)

_____. *Memorial apresentado pelo Dr. José Ferreira Teixeira, delegado de Muaná ao Congresso dos Fazendeiros Paraenses em 12 de outubro de 1907*. Belém: 1907.

TEIXEIRA, João de Fernandes. *O pesadelo de Descartes: do mundo mecânico à inteligência artificial* [recursos eletrônicos] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

THOMPSON, E.P. *A Formação da classe operária inglesa*. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, volume 1, capítulo 1.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1960 (Temas Brasileiros – volume 2).

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC, 1993 (Estudos Históricos, 20).

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991 (Estudos Rurais, 11)

VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. *Entre enxadas e máquinas: ensino agrícola, trabalho, tradição e modernização na agricultura*. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.45, p. 223-240, mar. 2012, pp.223-240.

VIAN, Carlos Eduarda de Freitas, et al. *Origens, Evolução e Tendências da Indústria de Máquinas Agrícolas*. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 719-744, Out/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a06v51n4.pdf>. Acesso em: 24/02/2018

VIEIRA, Elis R. Correia. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. *Inovação tecnológica e aprendizado agrícola: uma abordagem Shumpeteriana*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZARTH, P. A. *Tecnologia e agricultura: das práticas rotineiras aos exemplos dos povos cultos*. In. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. 2000. Disponível em:< www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s7a5.pdf >; acesso em: 15 de fev. 2020.